



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

REGINA DE CARVALHO RIBEIRO DA COSTA

**Ambivalências brasílicas em face do domínio holandês
nas capitanias do Norte (1630-1654)**

Orientador: Ronaldo Vainfas

**NITERÓI
MARÇO/2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

REGINA DE CARVALHO RIBEIRO DA COSTA

**Ambivalências brasílicas em face do domínio holandês
nas capitanias do Norte (1630-1654)**

**Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal Fluminense
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Doutor em História.**

Orientador: Ronaldo Vainfas

**NITERÓI
MARÇO/2018**

REGINA DE CARVALHO RIBEIRO DA COSTA

**Ambivalências brasílicas em face do domínio holandês
nas capitanias do Norte (1630-1654)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo Vainfas (orientador)
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Prof. Dr. Pedro Puntoni
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Prof. Dr. Yllan de Mattos
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Prof. Dr. Ronald José Raminelli
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Prof. Dr. Luciano Raposo Figueiredo (suplente)
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Prof^ª. Dr^ª. Jacqueline Hermann (suplente)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**NITERÓI
MARÇO/2018**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

C837a Costa, Regina de Carvalho Ribeiro da
Ambivalências brasílicas em face do domínio holandês nas
capitanias do Norte (1630-1654) / Regina de Carvalho Ribeiro
da Costa ; Ronaldo Vainfas, orientador. Niterói, 2018.
467 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.d.12212843712>

1. Holandês no Brasil, 1624-1654. 2. Século XVII. 3.
História de Pernambuco. 4. Deserção Militar. 5. Produção
intelectual. I. Título II. Vainfas, Ronaldo, orientador. III.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

À minha avó,
Diva

Aos meus pais,
Delfim e Dilza

Ao meu amado,
Lendel

AGRADECIMENTOS

Uma tese não é um trabalho sozinho, carrego muito dos que passaram pela minha vida e me ajudaram a chegar hoje à conclusão desta etapa. Como nenhuma construção se faz sem alicerces, preciso agradecer ao carinho dos meus familiares. Queridos pais, Dilza e Delfim, por quem meu amor é incondicional, pessoas que não se furtaram de me ensinar que um obstáculo deve ser ultrapassado com coragem, dignidade e determinação. Meu amado esposo, Lendel, a quem eu agradeço pela motivação diária, pela cumplicidade amorosa, pela paciência zelosa, pelo suporte afetivo e pela parceria de sempre na concretização de mais um sonho. Querida avó, Diva, aquela que me ensinou a segurar num lápis e que me apontou ao caminho dos estudos, a quem eu sou uma eterna devedora por minha formação. Sou grata, também, aos meus sogros pelo incentivo e pelo apoio.

À universidade que me formou, agradeço ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e a todos os professores com os quais tive a honra de aprender o ofício mais apaixonante: o do historiador. Em especial, agradeço ao meu orientador, Professor Ronaldo Vainfas, grande mestre, verdadeiro pai acadêmico. Competência e retidão são seus traços profissionais com os quais tive a oportunidade de conviver. Agradeço, ainda, ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, o qual tenho orgulho de ter feito parte, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos que subsidiou minha dedicação à pesquisa nos últimos quatro anos, sem a qual este trabalho não teria sido realizado.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, agradeço pela oportunidade de aprendizagem e crescimento profissional na época do mestrado, sobretudo sou grata à Professora Jacqueline Hermann, cuja erudição e maestria tive a chance de conhecer.

Aos colegas de peleja acadêmica, que fizeram meus últimos dez anos, durante os quais me aventurei pelos tortuosos meandros do fazer historiográfico, mais leves e divertidos, mas também com os quais pude aprender, na prática, o significado do respeito às diferenças. Aos companheiros de magistério, com os quais compartilhei a luta por uma educação melhor em nosso país. Aos amigos da vida, de perto e de longo, que torceram verdadeiramente por mim e me impeliram a chegar até aqui, meu sincero obrigada.

*Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.
(Fernando Pessoa)*

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é investigar as complexas relações entre a sociedade colonial e os holandeses nos vinte e quatro anos de dominação neerlandesa nas capitâncias açucareiras do Norte, em especial os comportamentos ambivalentes de diversos grupos ou indivíduos. Neste contexto, as ambivalências serão buscadas em atitudes de colaboração, resistência, dissimulação, deserção, adesão e aliança entre outras ações vasculhadas nas fontes da época. Em combate às generalizações tradicionais, a pesquisa parte da análise verticalizada de grupos para alcançar a esfera da interação individual entre sujeitos, trabalhando com o “paradigma indiciário”, conforme Carlo Ginzburg. Assim, serão rastreados vestígios de comportamentos de índios, negros, judeus portugueses, cristãos-novos, padres, religiosos, senhores de engenho, lavradores de cana e soldados da terra residentes visando revelar os “protagonistas anônimos” da História do Brasil holandês. No campo das fontes, foram privilegiadas as crônicas coloniais, as denúncias dos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa, a documentação administrativa portuguesa e holandesa (traduzida), e documentos produzidos por indígenas. A intenção é perceber o vai-e-vem de colonos entre os lados do conflito como responsável pela circulação de informações e definição dos rumos da dominação holandesa no Brasil do século XVII.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil holandês, ambivalências brasílicas, colaboração, resistência, deserção.

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the relationships between the colonial society and the Dutch in the twenty-four years of Dutch domination in the northern captaincies that produced sugar, in particular the ambivalent behaviors of various groups or individuals. In this context, the ambivalences will be sought in attitudes of collaboration, resistance, dissimulation, desertion, adhesion and alliance, among other actions, that will be analyzed in the historical sources of that time. In contrast with the traditional generalizations, this research starts from the vertical analysis of groups to reach the individual interaction sphere between people, working with the “indiciary paradigm”, according Carlo Ginzburg. Thus, it will be tracked traces of behaviors of Indians, Blacks, Portuguese Jews, New Christians, priest, religious, sugar mill owners, sugar farmers and resident land soldiers, aiming to reveal the “anonymous protagonists” in the Dutch Brazil History. In the terms of the sources, it was used the colonial chronicles, the denunciations of the Promoter’s Book from the Inquisition of Lisbon, the Portuguese and Dutch (translated) administrative documents and the Indians produced documents. The objective is to realize the colonial people movement between the two sides of conflict as the responsible for the circulation of information and the results of the Dutch domination in the seventeenth century in Brazil.

KEYWORDS: Dutch Brazil, brazilian ambivalences, colaboration, resistance, desertion.

RÉSUMÉ

Le but de ce travail est celui d'étudier les relations complexes entre la société coloniale et les hollandaises pendant les vingt-quatre ans de domination hollandaise dans les capitales sucrières du Nord (1630-1654), en particulier le comportement ambivalent de plusieurs groupes ou individus. Dans ce contexte, les ambivalences seront recherchées dans les attitudes de collaboration, de résistance, de dissimulation, de désertion, d'adhésion et d'alliance parmi les autres attitudes analysées dans les sources de l'époque. Afin de combattre les généralisations traditionnelles, la recherche part de l'analyse verticale de quelques groupes pour atteindre la sphère d'interaction individuelle entre les sujets, en travaillant avec "le paradigme indiciaire", selon Carlo Ginzburg. Ainsi, les traces de comportements des Indiens, des Noirs, des Juifs portugais, des nouveaux-chrétiens, des prêtres, des religieux, des grands propriétaires terriens, des planteurs et des soldats résidents dans la terre seront tracés afin de révéler les «protagonistes anonymes» de l'Histoire du Brésil hollandais. Dans les sources, celles qui ont été analysées sont : les chroniques coloniales, les dénonciations des Cahiers des Promoteurs de l'Inquisition de Lisbonne, les documents administratifs portugais et néerlandais (traduits), et les documents produits par les indigènes. L'intention est celle de comprendre les "va-et-vient" des colons entre les parties du conflit comme responsables pour la circulation de l'information et pour la définition des directions de la domination hollandaise au Brésil au XVII^e siècle.

MOTS CLÉS: Brésil hollandais, ambivalences brésiliennes, collaboration, résistance, désertion.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
CP	Caderno do Promotor
DN	<i>Dagelijksche Notulen der Hooge Raden in Brazilie</i>
IAHGP	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro
IL	Inquisição de Lisboa
PMH	Projeto Monumenta Hyginia: resgatando um Brasil holandês
RIAP	Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
WIC	West-Indische Compagnie (Companhia das Índias Ocidentais)

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – Resistência e colaboração no Brasil holandês: tradições historiográficas brasileiras.....	14
1.1 – Paradigma da tradição: Varnhagen	21
1.2 – Fontes da tradição historiográfica	56
1.3 – Impasses: lusofilia <i>versus</i> nostalgia nassoviana	71
Capítulo 2 – Desconstrução da memória pelos historiadores.....	88
2.1 – Avanços historiográficos, resistência da memória.....	88
2.2 – Repercussões no ensino da História do Brasil.....	106
2.3 – Memória desconstruída.....	113
2.4 – Historiografia brasileira atenta às particularidades	138
Capítulo 3 – A infantaria natural da terra: índios e negros nas guerras pernambucanas.....	160
3.1 – A aliança entre indígenas e neerlandeses no Brasil Holandês	161
3.2 – Cisão potiguar em documentos indígenas	174
3.3 – A posição dos negros durante a dominação holandesa	190
3.4 – Guerra e etnogênese	202
Capítulo 4 – Disjuntivas judaicas entre a fé e o interesse	211
4.1 – Judeus portugueses de Amsterdã <i>versus</i> Cristãos-novos da terra	215
4.2 – Cristãos-novos aderentes à sinagoga <i>versus</i> Cristãos-novos leais ao catolicismo	233
4.3 – Judeus novos portugueses <i>versus</i> Judeus novíssimos	244
4.4 – Parceria entre a Companhia das Índias e a gente da Nação	257
Capítulo 5 – Entre dois <i>Manoéis</i>: clero católico em terras calvinistas	261

5.1 – Traição política e desvio religioso	267
5.2 - Clero sob suspeita.....	278
5.3 – Contatos comprometedores	306
5.4 – Um catolicismo barroco em terras calvinistas	318
Capítulo 6 – Inconstância das lealdades	324
6.1 – Açucarocracia e negócios	325
6.2 – Entre a dissimulação e a deserção.....	342
6.3 – Da conveniência da conspiração.....	358
Capítulo 7 – Indisciplina e deserção da soldadesca ao oficialato	393
7.1 – Soldados da terra	394
7.2 – Camarões e Henriques	407
7.3 – Deserções flamengas	433
Considerações Finais	445
Referências Bibliográficas	453

Introdução

“Mas isso requer muito traidor. Muito Calabar. E não basta enforcar, retalhar, picar... Calabar não morre. Calabar é cobra de vidro. E o povo jura que cobra de vidro é uma espécie de lagarto, que quanto se corta em dois, três, mil pedaços, facilmente se refaz.” (HOLANDA, Chico Buarque; GUERRA, Rui, 1975)

O trecho em destaque faz parte da peça escrita por Chico Buarque de Holanda e Rui Guerra em 1975 com o título *Calabar: o elogio à traição*. Trata-se de uma apropriação literária do século XX a respeito de um personagem do século XVII. E por que o fascínio por Calabar? Talvez a pergunta que tenha me conduzido à vida acadêmica possa ser desnudada da aura mítica que reveste o traidor, condenado pela historiografia nacional do século XIX¹ e reabilitado pela literatura do século XX.

A grande questão a ser respondida é: o que a traição escamoteia? Se recorrermos ao dicionário histórico do Padre Raphael Bluteau, publicado originalmente em 1712, vemos que traição significava “perfidia, falta de fidelidade ao Príncipe, ao amigo, que se fiava de nós”². Aprofundando um pouco mais a questão semântica do termo, podemos perceber que seu significado pouco se altera para a definição fornecida por Antônio de Moraes e Silva em seu dicionário datado de 1789, no qual traição significava “falta da fé obrigada, prometida; [...] aleivosia”³.

Os motivos que levaram Calabar a cometer a tão famosa traição são bastante discutidos, porém não passam de especulação. Neste sentido, mais interessante é pensar o que teria o mameluco oferecido aos inimigos quando resolveu mudar de lado. Isto porque a simples mudança de lado sempre vem acompanhada de benefícios, sobretudo em se tratando de um contexto bélico. O resultado da mudança de lado é quase sempre registrado nas fontes da época, isto é, a interação do suposto traidor com o lado pelo qual, em algum momento do conflito, lhe pareceu mais interessante lutar.

Eis o que surge quando a mácula da traição é removida: a colaboração, pura e simplesmente a atuação do sujeito do outro lado do conflito. Nestes termos, Calabar muito contribuiu aos holandeses. Exageros à parte, a verdade é que foi um autêntico

¹ A análise da construção de Calabar como traidor foi estudada no mestrado.

² BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. v. 2. Coimbra: Collégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. p. 237. Dicionário disponível no site do IEB/USP.

³ SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. v. I. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. p. 794. Dicionário disponível no site do IEB/USP.

intermediário, proveu as tropas inimigas de informações privilegiadas, planejou e guiou muitas sortidas contra os portugueses, mas não foi o único colaborador com os quais os holandeses puderam contar na América portuguesa.

Nestes termos, teriam razão os autores da peça, Chico Buarque de Holanda e Rui Guerra, ao mencionarem que “Calabar não morre”. Mesmo garroteado e esquartejado, muitos foram os “pseudo-traidores” com os quais os holandeses contaram. Neste sentido, apresentamos a questão que nos trouxe a esta pesquisa: Quantos Calabares seriam necessários para formar um Brasil holandês?

A retórica questão, entretanto, longe de desprezar o esforço empreendido pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC) na conquista do território das capitanias açucareiras do Norte da América portuguesa, pretende iluminar os desertores, isto é, toda a sorte de agentes coloniais que colaborou com os holandeses⁴ nos vinte e quatro anos de experiência conhecida por Brasil holandês.

É preciso salientar que o tema de colaboracionismos foi colocado na obra fundamental sobre o período em estudo: *Tempo dos Flamengos*, escrita por José Antônio Gonsalves de Mello⁵. A chave interpretativa do historiador ao tratar das colaborações era pensar os leais serviços prestados por soldados, tanto em termos das valiosas alianças com as tribos indígenas, quanto na atuação dos escravos cujo prêmio era a alforria, e ainda como nas promissoras ligações com os judeus portugueses. No entanto, a ênfase do autor residiu nos períodos de guerras que configuraram àquela experiência histórica.

Nesta pesquisa, tanto a definição de colaboradores, quanto o contexto considerado de colaboração foram ampliados. Neste sentido, procuramos a colaboração nas mais recortadas interações entre segmentos e/ou indivíduos da sociedade colonial conquistada pela WIC e os novos dominadores. Por isso, a colaboração foi pensada como sinal de adesão, de lealdade ou de submissão dos luso-brasileiros e portugueses aos neerlandeses. Não apenas as guerras serão aqui examinadas, mas todo o período de ocupação flamenga, principalmente o governo de Nassau, o da *pax nassoviana*, será abarcado nos capítulos da tese.

⁴ Um esclarecimento terminológico sobre os conquistadores do norte açucareiro do Brasil: a documentação portuguesa do século XVII utiliza os termos “holandeses” e “flamengos” como sinônimos, o que configura uma imprecisão lexical, pois “flamengo” designa os povos e a língua da Flandres (região norte da atual Bélgica), onde estão localizadas as cidades de Antuérpia e Bruxelas (região sul da atual Bélgica). Quanto ao termo “holandeses”, refere-se aos naturais da Holanda. Batávia era o nome latino dos Países Baixos, mas quase não aparece nas fontes da época estudada. Devido à sua amplitude, a historiografia tem preferido o termo “neerlandeses”, por englobar todos os naturais da Neerlândia, isto é, os Países Baixos.

⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

Quanto aos grupos estudados, a pesquisa elegeu os índios, os negros, os judeus portugueses, os cristãos-novos, os padres, os religiosos, os senhores de engenho, os lavradores de cana e os soldados da terra residentes nas capitanias açucareiras do Norte. Extrapolamos, portanto, o contexto militar para tentar alcançar o universo mais amplo das relações estabelecidas na colônia.

Contudo, se colaborar é uma posição, resistir é outra. A respeito da resistência nas guerras pernambucas, Bruno Romero Ferreira Miranda tratou em sua tese, *Gente de Guerra*⁶, a propósito das formas de oposição no interior do multiétnico exército da Companhia das Índias Ocidentais. Na obra, o historiador investigou a resistência dos soldados, que desertavam por variados motivos. Neste trabalho, pesquisamos a resistência realizada por luso-brasileiros contra a dominação dos holandeses.

Porém, tanto a colaboração como a resistência não serão consideradas em sentido absoluto ou enquanto conceitos diametralmente opostos, senão apontadas nos termos do “pensar-duplo” dos homens do século XVII. Como explicou Pierre Laborie, a “cultura do pensar-duplo” se manifesta, pelos atores sociais, como forma de sobrevivência à realidade. Segundo o autor: “[...] a ideia do duplo ritma as formas do pensamento ordinário, tanto na banalidade do cotidiano quanto nas situações excepcionais e nos riscos de engajamento.”⁷

Sob este ponto de vista, considera-se ainda “as zonas cinzentas do pensar-duplo”⁸, pois longe de ser ingênuo, Laborie esclareceu que a ambivalência na qual os atores sociais se encontravam, apesar de produzirem respostas racionais e conscientes, comportavam perturbações e riscos de deslizamentos, aos quais os homens sempre estão suscetíveis na história, visto a imprevisibilidade do devir.

Nessa lógica, muitas vezes, os mesmos que colaboraram em alguns momentos, resistiram em outros períodos. Trata-se, pois, da ambivalência que o trabalho expõe em seu título. Por “ambivalência de interesses”, presente na “constituição psicológica do indivíduo”, embasei-me na explicação fornecida por Norbert Elias, que entende “a

⁶ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

⁷ LABORIE, Pierre. “1940-1944. Os franceses do pensar-duplo.” In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. v.1 Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 39-40.

⁸ *Ibidem*. p. 40-1.

coexistência de elementos positivos e negativos, uma mistura de afeto e antipatia mútuos em proporções e nuances variáveis”⁹.

Assim, traduzindo o questionamento supracitado nesta abertura, nos indagamos verdadeiramente sobre quantos sujeitos ambivalentes participaram do Brasil holandês, bem como quais os papéis que desempenharam nas guerras pernambucanas do açúcar. Ultrapassando a fenda historiográfica da “traição”, encontramos, pois, uma série de nuances que caracterizaram a ambivalência dos sujeitos, algumas vezes declaradas, outras latentes, expressas nas relações desenvolvidas entre os luso-brasileiros e portugueses e os holandeses.

Na sociedade que se estabeleceu nas capitanias sob o domínio holandês, criou-se um universo de interdependência social, no qual “[...] todas as pessoas, todos os grupos estados ou classes eram, de alguma maneira, dependentes uns dos outros. Eram amigos, aliados ou parceiros em potencial; e ao mesmo tempo, adversários, concorrentes ou inimigos em potencial”¹⁰. Neste cenário de lealdades incertas, as relações entre os indivíduos foram orientadas por gradações, não definidas apenas pela colaboração e pela resistência, mas também qualificadas pela adesão, pela aliança, pela dissimulação, pela deserção, pela espionagem, pela amizade, pelo conflito e por outras atitudes.

Entretanto, tal dualidade ou multiplicidade de interesses específicos que procurou se perceber nos sujeitos interdependentes socialmente, através das fontes, só pode ser percebida quando a análise é verticalizada quase ao nível individual. Para tanto, o contraste entre a resistência e a colaboração dos grupos sociais explica muito pouco da complexidade das guerras pernambucanas.

De qualquer modo, é preciso sublinhar que os conceitos aqui elegidos como “ferramentas intelectuais indispensáveis” para delimitação do nosso objeto histórico¹¹, serão trabalhados como categorias flexíveis, que incorporam uma “multiplicidade de significações”¹² emergente do diálogo com as fontes, razão pela qual a reflexão teórica,

⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. 2: Formação do Estado e Civilização. Tradução Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. p. 146.

¹⁰ *Ibidem*. p. 145.

¹¹ Os termos supracitados – colaboração, resistência, ambivalência – constituem as categorias principais de análise pelas quais foi possível pensar os sujeitos investigados neste trabalho, mas não devem ser encarados como conceitos absolutos. Por isso, os capítulos não estão muito preocupados em essências teóricas, mas sim em analisar sua definição conforme o uso conferido pelo indivíduo histórico nas fontes.

¹² PROST, Antoine. “Os conceitos.” In: *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 115-131. p. 121.

antes de presidir, é extremamente dependente dos contextos específicos e das fontes utilizadas.

O trabalho aqui apresentado assenta na renúncia aos modelos gerais, elegendo o fatiamento do objeto em processos muito específicos, nem sempre ligados um ao outro, embora simultâneos e inseridos no mesmo contexto. Ao analisar a interação de grupos sociais com os holandeses, em alguns casos reduzimos a escala ao nível individual, o que tornou possível aprofundar ambiguidades comportamentais, crises de consciência e dilemas identitários neste período e contexto específicos.

O perigo dos modelos gerais como as totalidades sintéticas da História, defendidas por historiadores como Ciro Flamarion Cardoso em um de seus *Ensaaios racionalistas*¹³, muito inspirado na produção de François Dosse em seu *A História em migalhas*¹⁴, é exatamente desprezar as particularidades¹⁵. Deste modo, as posturas explicativas deveras generalizantes se realizam através de “modelos que permitem ter acesso ao inconsciente das práticas sociais”¹⁶ com o objetivo de legitimar a cientificidade da história no campo das ciências sociais¹⁷.

Nesta perspectiva, percebe-se uma defesa da história total enquanto a construção de um esquema explicativo da evolução histórica do passado, posicionando-se radicalmente contra uma história que chamou de esfacelada: “É nesse sentido que a história pode se enriquecer ao preservar sua ambição de globalidade, ao recusar a explosão de seu campo de análise”¹⁸.

Contrário à coleção de singularidades do passado, Cardoso defende a abordagem dos múltiplos objetos da história de maneira relacionada ao conjunto racional que pertencem. Desta maneira, Cardoso se opõe radicalmente à Nova História desenvolvida a partir de 1969, considerada uma “corrente retrógrada sob aparências de novidade e ousadia”¹⁹. Na concepção do historiador, o verdadeiro objeto do trabalho historiográfico

¹³ CARDOSO, Ciro Flamarion. “Uma ‘Nova História?’” In: *Ensaaios Racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 93-117.

¹⁴ DOSSE, François. *A História em migalhas*. Tradução Dulce A. Silva Ramos. Campinas/São Paulo: Editora Universidade Estadual de Campinas/Ensaio, 1992.

¹⁵ Nesta perspectiva, caberia à História, analisar e fornecer explicações, sínteses, construções gerais e não compreender casos especiais da realidade, recusando uma “compartimentação setorial estanque da História”. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. cit.* p. 114.

¹⁶ DOSSE, François. *Op. cit.* p. 114.

¹⁷ Através da identificação de modelos gerais de comportamento do passado, Dosse defende a vocação de síntese e a perspectiva globalizante da História, alinhada as categorias das ciências sociais, linha de trabalho muito próxima a do renomado historiador brasileiro Ciro Flamarion Cardoso.

¹⁸ DOSSE, François. *Op. cit.* p. 212.

¹⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. cit.* p. 94.

deve ser mesmo a globalidade do social, de modo a produzir construções sólidas do todo social teorizado.

Defensor do estudo das entidades sintéticas, Cardoso identificava “a atomização da história humana em compartimentos”, considerados estanques, como um grande problema, uma vez que, “passou a impedir a percepção de objetos”²⁰ enredados na sua globalidade mais ampla. No próprio trabalho de historiador, Cardoso defendeu o conceito de “modo de produção escravista colonial”²¹, como generalização explicativa. Em seu modelo de História, o domínio holandês no Brasil era irrelevante, pouco importando qual metrópole colonizou o território.

Há, no entanto, um conceito generalizante que, ao contrário do modo de produção escravista colonial, valoriza a ação metropolitana e não apenas o que Cardoso chama de *fato colonial*. Trata-se do “Antigo Sistema Colonial”²², proposto por Fernando Novais, o qual, acaba por contemplar as determinações fundamentais da época, tais como o comércio mundial, os monopólios, os processos de acumulação capital por meio da exploração colonial.

Embora não conste entre os objetivos deste trabalho as discussões teóricas destes modelos interpretativos, que tomam por base a esfera econômica, é preciso reconhecer que a própria presença holandesa no Brasil e as guerras pernambucanas do século XVII entram nessa lógica por terem sido, ao fim e ao cabo, guerras pelo açúcar, como destacou Evaldo Cabral de Mello²³. Assim, o caráter mercantil das disputas coloniais explica muito da conformação do Brasil holandês, mas não tudo.

O problema é que grande parte da historiografia que se debruçou sobre a história da ocupação holandesa no Brasil a pensava a partir de uma perspectiva totalizante. Marcada pela resiliência de uma memória nacional construída pela historiografia oitocentista, cujo protagonismo é dos trabalhos de Francisco Adolfo de Varnhagen, a

²⁰ Ibidem. p. 101.

²¹ Fundamentalmente, o modelo de Ciro Cardoso centrava-se no aspecto produtivo, enfatizando o caráter escravista e a figura do escravo como vítima do sistema. Nesta lógica, a força produtiva escrava fazia parte do capital fixo dos meios de produção. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. “El modo de producción esclavista colonial en America.” In: ASSADOURIAN, C. S. et al. *Modos de producción en America Latina*. 3. ed. Buenos Aires: Cuadernos de Passado y Presente, 1975.

²² O modelo do Fernando Novais relacionava a exploração das colônias na era mercantilista à exploração primitiva de capital. Um sistema ancorado no exclusivo colonial e na escravidão, que não é apenas força de trabalho como também fonte de lucro a partir do tráfico. Ver. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

²³ MELLO, Evaldo Cabral de *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p. 12.

interpretação historiográfica que rejeitava a conquista holandesa e valorizava a resistência da pátria.

Desta feita, os trabalhos sobre a “invasão holandesa”²⁴ acabavam por buscar as causas da derrota ou os culpados pela perda do território, sobretudo na figura dos “traidores”, e exaltar os agentes da resistência, principalmente quando trabalhavam com os modelos teóricos binomiais de invasão / conquista, traição / colaboração e resistência / insurreição. A historiografia brasileira custou mesmo a se livrar da questão da brasilidade, procurada tanto na resistência de 1630, quanto, e principalmente, na insurreição pernambucana.

Nos livros didáticos dos séculos XX e XXI, encontramos a repercussão das construções interpretativas nacionalistas que reduzem a história da dominação holandesa a temas como o açúcar e a escravidão, como se a complexa experiência da ocupação flamenga fosse irrelevante em relação às estruturas coloniais.

Deste modo, o próprio ensino da História ficou refém de uma reiteração da memória nacional, como faz Gilberto Cotrin, por exemplo, em seu *História Global Brasil e Geral*, ao sistematizar as invasões holandesas em termos de causas e consequências, período ao qual se destaca os protagonismos da resistência empreendida por um Matias de Albuquerque e da traição perpetrada por um Domingos Fernandes Calabar²⁵.

Também as apropriações literárias do século XX acabaram seguindo estas tentações generalizantes, quando, a propósito de Calabar, por exemplo, enviesaram o discurso do traidor propagado pela historiografia tradicional para construir versões totalmente descontextualizadas, das quais surge um Calabar herói, rebelde e libertário, como na peça de Chico Buarque e Ruy Guerra²⁶ que abriu este texto.

A desconstrução da memória nacionalista só aparece, em parte, a partir das obras de José Antônio Gonsalves de Mello, posteriormente as publicações de Evaldo Cabral de Mello e, sobretudo, a produção da historiografia universitária nos últimos quinze anos. Trata-se de uma historiografia que evita heroicizar Calabar, destacar a resistência e apontar os culpados, pois centra-se no estudo das fontes com tendências particularizantes em diversos graus.

²⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. (Original de 1854.) v. 2. 9. ed. São Paulo; Brasília: Melhoramentos; INL, 1975.

²⁵ COTRIN, Gilberto. “Capítulo 25: Domínio espanhol e Brasil holandês”. In: *História global: Brasil e geral*. vol. único. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 255-263.

²⁶ HOLANDA, Chico Buarque de, & GUERRA, Ruy. *Calabar: O elogio da traição*. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

Neste sentido, procurou Gonsalves de Mello estudar as atitudes flamengas para com os negros e a escravidão, os índios e a catequese, os portugueses e a religião católica, e os judeus e a religião israelita na obra clássica *Tempo dos Flamengos*. Da mesma forma, o historiador examinou o estabelecimento de cristãos-novos e de judeus em Pernambuco em *Gente da Nação*²⁷.

No caso de Evaldo Cabral de Mello, diversos temas foram isolados para sua investigação como a relação entre guerra e açúcar durante o período de dominação holandesa, que deu origem ao *Olinda Restaurada*; o imaginário construído sobre a restauração pernambucana, que resultou no *Rubro Veio*²⁸; e as relações diplomáticas entre Portugal e os Países Baixos do início da década de 1640 até o final da década de 1660, do que derivou *O Negócio do Brasil*²⁹, entre outras obras.

Pedro Puntoni particularizou a forma como os holandeses lidaram com a dinâmica do tráfico de escravos, principal sustentáculo do império açucareiro, do que nasceu *A Miserável Sorte*³⁰. Ronaldo Vainfas também verticalizou análises dentro da história do Brasil holandês, quando estudou a trajetória do jesuíta Manuel de Moraes na obra *Traição*³¹; e quando enfatizou a participação dos judeus portugueses no contexto da ocupação holandesa do Recife em seu *Jerusalém Colonial*³².

A respeito da recente historiografia universitária que andou investigando temas ligados ao Brasil holandês, há a tese defendida por Marco Antônio Nunes da Silva em 2003, que descortinou *O Brasil holandês nos Cadernos do Promotor: Inquisição de Lisboa, século XVII*³³; o trabalho de Rômulo Nascimento intitulado *O desconforto da governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês*³⁴ defendido em 2008, o qual verticalizou a questão administrativa do Brasil Holandês; o recorte realizado por

²⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. (Original de 1989) 2. ed. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1996.

²⁸ MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3 ed. rev. (Original de 1986). São Paulo: Alameda, 2008.

²⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. (Original de 1998). 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

³⁰ PUNTONI, Pedro. *A miserável sorte. A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.

³¹ VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. *Op. cit.*

³² VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

³³ SILVA, Marco Antônio Nunes da. *O Brasil holandês nos Cadernos do Promotor: inquisição de Lisboa, século XVII*. 2003. 393p. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2003.

³⁴ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O "desconforto da governabilidade": aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. 2008. 319p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

Pablo Antônio Iglesias Magalhães, que defendeu a tese *Equus Rusus: A Igreja Católica e as guerras neerlandesas na Bahia (1624-1654)*³⁵ em 2010; o tema dos perfis topográficos do Brasil sob o olhar de Post, estudado por Daniel de Souza Leão Vieira na tese *Topografias Imaginárias: a paisagem política do Brasil holandês em Frans Post, 1637-1669*³⁶ defendida em 2010; o tema da soldadesca da WIC estudada por Bruno Romero Ferreira Miranda em *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*³⁷, tese defendida em 2011, hoje publicada; a pesquisa de Kléber Clementino da Silva sobre as “relações de sucessos” produzidas pelos luso-castelhanos, que deu origem a tese *Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul*³⁸ defendida em 2016.

Portanto, todos os temas que a historiografia dedicada ao estudo do Brasil holandês vem investigando, com destaque para as pesquisas realizadas pela nova geração de historiadores pernambucanos, priorizam a particularização do conhecimento histórico. O fatiamento do objeto, que se opõe aos tradicionais modelos interpretativos de História do Brasil e ilumina mais nitidamente o período da ocupação holandesa nas capitanias açucareiras, também é a perspectiva seguida nesta pesquisa.

Em defesa de uma História atenta às particularidades, o presente trabalho se aproxima mais ao método do historiador italiano Carlo Ginzburg, expresso em *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*³⁹. Segundo a análise do autor, a forma de saber própria da história encontra suas raízes no paradigma indiciário baseado na semiótica. Nestes termos, o historiador, longe de partir de regras e generalizações frívolas, deve seguir as pistas do passado para captar uma realidade histórica de maneira mais profunda.

Em seu texto, Ginzburg discorre sobre a inaplicabilidade de métodos baseados na quantificação e na repetição dos fenômenos, tradicionalmente propostos pela ciência

³⁵ MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. *Equus Rusus: a Igreja Católica e as guerras neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. 2010. 3v. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

³⁶ VIEIRA, Daniel de Souza Leão. *Topografias Imaginárias: a paisagem política do Brasil holandês em Frans Post, 1637-1669*. 2010. 365p. Tese (Doutorado em Humanidades) Universidade de Leiden, Faculdade de Humanidades, 2010.

³⁷ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

³⁸ SILVA, Kléber Clementino. *Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul*. 2016. 277p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

³⁹ GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário.” In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

galileana para as ciências da natureza, em relação aos saberes de tipo venatórios, os quais exigiriam uma “capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente”⁴⁰. Isto porque, na concepção do autor, as disciplinas que integram o grupo das ciências humanas seriam eminentemente qualitativas e seus objetos marcados pela casualidade e pela individualidade.

Deste modo, é graças a esta carga de singularidade que a história nunca se tornou uma ciência galileana por definição. Muito embebida dos métodos antiquários desde o século XVII, Ginzburg afirmou que: “A história se manteve como uma ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto”⁴¹. Nestes termos, a concretude da história estaria exatamente na análise do particular, sendo tanto sua estratégia cognoscitiva quanto seus códigos expressivos intrinsecamente individualizantes.

Em combate às generalizações tradicionais, que usam a história para construir certa memória oficial, bem como às generalizações de tipo conceitual, que diluem a história pela priorização de modelos abstratos, este trabalho prioriza o fatiamento do objeto. Deste modo, procuramos avaliar a participação dos indivíduos que mudaram de lado ou que permaneceram em compasso de espera – numa espécie de *attentisme* – ou mesmo aqueles que atuaram nos dois lados simultaneamente.

O primeiro capítulo aborda as tradições historiográficas brasileiras, particularmente o caso de Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador oitocentista que inaugurou uma linha interpretativa sobre o período de dominação holandesa, muito embasada em memórias da guerra, a qual se tornou clássica na História oficial. Tratava-se, pois, de um modelo generalizante no qual o período de ocupação holandesa foi interpretado com ânimo francamente lusófilo. Neste sentido, a tradição historiográfica tendeu a incorporar a rejeição da conquista e a exaltação da resistência e da insurreição pernambucana.

No segundo capítulo, investigamos os avanços historiográficos em contraste com certa resistência da memória nacional, sobretudo na virada do século XIX para o século XX. Foram analisados, também, alguns livros didáticos a fim de perceber as repercussões da história oficial no ensino de História do Brasil até o século XXI. No entanto, foi preciso reconhecer a existência de um movimento de desconstrução da memória pelos historiadores brasileiros cada vez mais atentos às particularidades históricas.

⁴⁰ Ibidem. p. 152.

⁴¹ Ibidem. p. 156.

Nos capítulos seguintes investigamos no fatiamento do objeto através da análise de grupos de atuação no contexto do Brasil holandês até chegar ao nível das relações entre os indivíduos, visando capturar as idas e vindas que caracterizaram ambivalências religiosas, políticas e culturais. O terceiro capítulo lançou luz sobre “a infantaria natural da terra”, expressão de Evaldo Cabral de Mello, formada pelos índios e pelos negros. Através do estudo das Cartas Tupi trocadas entre Felipe Camarão e Pedro Poti entre 1645 e 1646 e das representações enviadas por Antônio Paraopaba ao Conselho dos XIX em 1654 e 1656, ambas publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, discutimos a fidelidade dos indígenas aos holandeses, demonstrada sobretudo pela cisão potiguar sobejamente conhecida. O capítulo prossegue com uma breve reflexão sobre as possibilidades de etnogênese, no seio do grupo de “brasilianos”, com base no conceito de John Monteiro. Ato contínuo, debruça-se sobre a posição dos negros ao longo das guerras, não apenas a colaboração escrava nos territórios ocupados, mas sua atuação como intermediários e soldados fiéis aos flamengos. Por outro lado, não esquecemos da história palmarina, cujos primeiros passos se deram no tempo dos flamengos, como se sabe, e para tanto, recorreremos a certos documentos da WIC, felizmente traduzidos. Foi o caso da coleção *Dagelijksche Notulen der Hooge Raden in Brazilie* e do Livro de Atas do Alto Conselho do Brasil, ambas disponibilizadas pelo Projeto *Monummenta Hygínia*.

No quarto capítulo, a verticalização recaiu sobre os cristãos-novos e os judeus do Brasil Holandês. Neste sentido, foram analisadas as ambivalências que pesaram entre a fé e o interesse particular para o estabelecimento de uma parceria entre a WIC e *Gente da Nação*, bem como as relações, ora amistosas, ora conflituosas entre os judeus portugueses de Amsterdã e os cristãos-novos da terra. A partir das denúncias registradas nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa, foram identificados casos de cristãos-novos leais ao catolicismo, de judeus novos portugueses praticantes de um judaísmo público e de *judeus novíssimos*, como diz Vainfas dos cristãos-novos aderentes à sinagoga.

No quinto capítulo, tratamos do clero, buscando investigar a atuação de padres e de religiosos em face do calvinismo. Nesta análise, também foram consideradas as denúncias recolhidas por ordem do bispo da Bahia, D. Pedro da Silva e Sampaio, enviadas para a Inquisição de Lisboa e inseridas nos Cadernos de Promotor. A seção procurou sublinhar desde os casos mais famosos de dupla traição, política e religiosa, com a prática da apostasia, até a desconfiança sobre a relação que o clero católico mantinha com os holandeses, sobretudo pelos contatos comprometedores que alguns possuíam entre eles.

No sexto capítulo, analisamos a “açucarocaria”, termo cunhado por Evaldo Cabral de Mello para se referir à nobreza da terra. Neste sentido, procuramos investigar a relação de senhores de engenho e de lavradores de cana com os flamengos, tomando por base os negócios açucareiros que estavam em jogo. Por isso, observamos que as lealdades eram inconstantes e variavam. Para tanto, foi consultado um conjunto amplo de fontes, entre elas a documentação administrativa portuguesa, do Arquivo Histórico Ultramarino, e holandesa, através da tradução da coleção *Dagelijksche Notulen*; os documentos publicados por José Antônio Gonsalves de Mello em compilações de fontes do Brasil holandês e pelas revistas dos Institutos brasileiro e pernambucano.

No sétimo e derradeiro capítulo, o foco recaiu sobre a indisciplina e a deserção da soldadesca e do oficialato. Nesta seção, tratamos das ambivalências dos militares no contexto das guerras pernambucanas, a exemplo das fugas e das mudanças de lado tanto dos soldados da terra, quanto dos soldados da WIC. Em relação aos militares da Companhia, o trabalho embasou-se na tese de Bruno Miranda, que revelou nomes valiosos através de sua pesquisa nos arquivos holandeses. Em meio a soldadesca em trânsito, foi examinada a participação dos capitães Felipe Camarão e Henrique Dias, famosos pela resistência contra os flamengos, assim como dos terços sob seus comandos.

Em relação ao material consultado para a realização deste trabalho, é preciso realçar a importância das crônicas da guerra pernambucanas produzidas no século XVII, algumas ao calor dos acontecimentos, como exemplos do *Valeroso Lucideno*⁴² e da *Memórias Diárias da Guerra no Brasil*⁴³, outras realizadas sob encomenda, como a *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica*⁴⁴ e a *História dos Feitos Recentemente Praticados durante oito anos no Brasil*⁴⁵.

Os autores dos relatos da época foram, portanto, fontes imprescindíveis para a realização deste trabalho. Obviamente, é preciso considerar que todas as crônicas são parciais, na medida que os autores foram, além de testemunhas oculares, personagens do conflito e, como sujeitos, fizeram escolhas. Contudo, a utilidade delas é inegável. Assim, Frei Manoel Calado, Duarte de Albuquerque Coelho, Francisco de Brito Freire, Frei

⁴² CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (manuscrito de 1648). 5ª ed. Recife: CEPE, 2004.

⁴³ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630* (manuscrito de 1644). 2ª ed. Recife: 1981.

⁴⁴ FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica* (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

⁴⁵ BARLEUS, Gaspar. *História dos Feitos Recentemente Praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

Raphael de Jesus, Francisco Manuel de Melo, Diogo Lopes Santiago, Ambrósio Richshoffer, Pierre Moreau, Joan Nieuhoff, Joannes de Laet, Cuberth Pudsey, Gaspar Barleus e Peter Hansen Hajstrup escreveram segundo o ponto de vista de sua facção. Resguardado este cuidado, foi possível cotejar nas crônicas uma grande parte das informações obtidas através das outras fontes, razão pela qual as mesmas foram utilizadas em praticamente todos os capítulos.

Por outro lado, salientamos que algumas fontes foram citadas por intermédio dos historiadores consultados. Refiro-me a documentos cuja citação era necessária, os quais somente não examinei no original por impedimentos de natureza linguística⁴⁶. Em todo caso, procurei analisar fontes primárias variadas e explorar ao máximo a bibliografia brasileira recente, sem o que não seria possível identificar diversos “protagonistas anônimos”, conforme chamou Ronaldo Vainfas⁴⁷, da História do Brasil holandês. Foram personagens que deram vida às guerras pernambucanas do século XVII, cuja atuação conseguimos flagrar nos documentos graças a dois procedimentos analíticos típicos da microhistória: a verticalização investigativa de casos particulares, por vezes miúdos, e a diversificação do *corpus* documental para a análise de um mesmo caso particular. Deste modo, a pesquisa procurou desvelar enredos e sujeitos muitas vezes negligenciados pela história tradicional ou geral.

⁴⁶ Tratam-se de algumas cartas e de alguns documentos escritos em holandês, alguns dos quais em arquivos holandeses.

⁴⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 103.

Capítulo 1 – Resistência e colaboração no Brasil holandês: tradições historiográficas brasileiras

“Se a história faz os grandes homens, então os historiadores que fazem a história (que a ‘purificam’) são os verdadeiros mestres do jogo. Fazedores da história, eles controlam o destino dos grandes homens, ou, dito de outro modo, os vivos controlam os mortos e os mortos servem aos vivos.” (CEZAR, Temístocles)¹

Um dos momentos mais fascinantes da história do Brasil Colonial refere-se à conquista e ao estabelecimento de um novo governo, de matriz neerlandesa, no litoral açucareiro, durante o século XVII. Por ser um dos períodos mais bem documentados da História do Brasil, muitos historiadores se debruçaram sobre seus fatos e construíram interpretações das mais diversas.

No século XIX, marco do nascimento da historiografia brasileira a partir da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)², muitas construções a respeito do passado foram realizadas. Uma das grandes marcas desta produção é a construção de mitos nacionais, processo no qual os historiadores do IHGB, ao criarem grandes homens, acabavam por se transformarem em grandes nomes, num momento em que a História serviu a Nação e terminou se tornando sua serva³.

Tendo como objeto as resistências e as colaborações, a pesquisa parte da investigação das tradições brasileiras que rejeitaram a perspectiva da conquista e da dominação flamenga em prol de uma valorização da resistência luso-brasileira, mitificando esse período histórico. Por isso, o primeiro capítulo deste trabalho visa descortinar a interpretação nacionalista que a historiografia brasileira inaugurada no século XIX construiu a respeito do período de dominação neerlandesa seiscentista nas

¹ CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história. Historiografia e Nação no Brasil do século XIX.” *Diálogos*, Maringá/Paraná, v.8, 11-29p., 2004. p. 24.

² Apesar de ter sido a primeira instituição brasileira preocupada com a escrita do passado, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não foi o único Instituto Histórico fundado no século XIX. Como exemplo, data de 1862 a fundação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, produto da elite tradicional rural. Motivado pelas mesmas preocupações quanto à preocupação com a preservação do passado diante de um futuro cada vez mais incerto, a importante produção oitocentista do “Leão do Norte” – como o Instituto Pernambucano era conhecido, segundo Lilia Schwartz –, não será objeto de estudo neste trabalho, cuja menção à historiografia tradicional refere-se mormente à produção do IHGB, em especial às obras de Francisco Adolfo de Varnhagen. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Os Institutos Históricos e Geográficos.” In: *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 99-140.

³ CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história. Historiografia e Nação no Brasil do século XIX”. *Op. cit.* p. 28.

capitanias açucareiras do Norte, bem como investigar suas principais fontes documentais: as crônicas das guerras açucareiras de Pernambuco escritas no século XVII.

De início, deve-se salientar que por “historiografia brasileira” estamos entendendo a produção de um grupo de intelectuais oitocentistas ligados ao recém fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Trata-se de uma instituição nascida em 1838, orientada pelo sentido nacional no momento de consolidação do Estado Imperial. De acordo com Manoel Luís Salgado Guimarães no artigo *Nação e Civilização nos Trópicos*, “o pensar a história é uma das marcas características do século XIX”⁴.

Foi no imbróglio da implantação de um Estado Nacional no Brasil que começou a tomar forma uma preocupação com a escrita da história, uma profissionalização do ofício de historiador marcada pelos parâmetros de cientificidade e pela tradição ilustrada. Encarregada de gestar um perfil para a “Nação brasileira”, a elite imperial esteve à frente do projeto, participando do processo de criação de uma instituição cultural nos moldes das academias ilustradas.

No século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro configurava-se como uma autêntica república das letras, na qual as elites brasileiras projetaram-se como continuadoras da missão civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nas palavras de Guimarães, “escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico”⁵.

A ideia de um instituto histórico saiu do interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), criada em 1827 com a proposta de estimular o progresso e o desenvolvimento brasileiros⁶. Assim, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 21 de outubro de 1838, ocupou o lugar privilegiado de se tornar a instituição autorizada pelo Império para contar o passado brasileiro, forjando uma identidade para uma nação que se pretendia como civilizada, sobretudo em relação aos padrões europeus.

Na prática, os objetivos principais do IHGB, segundo seus estatutos, tratavam-se de coletar e publicar documentos importantes para a História do Brasil e de promover

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5.

⁵ *Ibidem*. p. 10.

⁶ WEHLING, A. “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.” *RIHGB*, Rio de Janeiro, n.338, 1983, p.7-16.

estudos de caráter histórico⁷. Para realizar tal tarefa, o instituto contava, a princípio, com a presença de vinte e sete membros, embora o regulamento permitisse a participação de até cinquenta membros ordinários, divididos entre as Seções de História e de Geografia⁸, além dos chamados sócios correspondentes e sócios de honra.

Os homens que ocuparam as cadeiras do nascente instituto eram intelectuais preocupados com a definição nacional do recente Estado, tratando-se, portanto, de legítimos representantes da elite política dirigente dos negócios de Estado. De acordo com Lúcia Guimarães, dos vinte e sete membros fundadores do instituto, pelo menos catorze eram políticos fiéis ao imperador.

Na verdade, tornar-se membro do Instituto requeria participar da influente teia de relações sociais e pessoais que perpassava a sociabilidade no instituto, aos moldes das sociedades de cortes⁹, cujo centro era ocupado pela própria figura do monarca, nomeado patrono do instituto. O Imperador D. Pedro II chegou a adquirir a imagem de “rei filósofo”¹⁰ graças ao seu ativo envolvimento junto as atividades do IHGB, seja através de sua presença assídua nas reuniões comemorativas e nas sessões ordinárias, seja pelo patrocínio, sempre generoso, concedido à receita da instituição.

Quanto à possível homogeneidade intelectual do IHGB, Manoel Guimarães investigou a formação e a carreira comuns de tais homens, os quais frequentaram a Universidade de Coimbra e estavam envolvidos na magistratura ou na burocracia do aparelho estatal, de modo que a maioria dos membros do instituto servia ao Estado¹¹. Por isso, é nítido que a historiografia brasileira tradicional atendeu a propósitos compartilhados, que eram tanto políticos como ideológicos, dentre os quais, a manutenção da monarquia através da integração e da centralização do país.

Para tanto, urgia a criação da Nação brasileira, ou seja, a inserção através de laços de pertencimento, cujo reconhecimento fornecesse uma identidade nacional, construção

⁷ Breve Notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. *RIHGB*. Tomo 1, 1839, p. 6.

⁸ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.” In: Simpósio Nacional DE História, 1997, Belo Horizonte. História e cidadania. *Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP/ ANPUH, 1988. v. 2, p. 471-485. p. 473-474.

⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Op. cit.* p. 9.

¹⁰ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. p. 544-546.

¹¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 63-64, 55, 93.

a qual necessariamente demandava a existência de um passado que se pretendia singular. Ao selecionar intencionalmente fatos históricos de seu passado, a nascente historiografia nacional servia, ainda, à integração de determinadas parcelas da população no processo civilizador em curso.

A definição da identidade nacional passava, então, pela resolução ideológica das diferenças internas. Nessa lógica, a Nação brasileira nascia branca, por descendência portuguesa, e devia civilizar o “outro”, segundo o modelo europeu. Assim, o IHGB executava a sua mais genuína missão de fornecer uma história ao Brasil, ao mesmo tempo em que contribuía para a centralização monárquica do Império. Graças a esta orientação, é notável a existência de uma inter-relação entre o Estado e a produção do discurso histórico oitocentista¹².

Neste processo, além de contar uma história, tornou-se imperativo conhecer as características físicas e geográficas do território brasileiro. Por isso, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde os seus primórdios, financiou expedições científicas para coleta de documentos no exterior e viagens de pesquisa pelo interior do Brasil, além de instituir concursos e prêmios imperiais a fim de fomentar a exploração do país.

Considerando que alcançar a *civilização* era o objetivo principal de toda essa construção política-ideológica, o IHGB reforçou os laços de parentesco do Brasil com Portugal, através da invocação de sua procedência europeia, caracterização que predominou na escrita da história oficial. De tal modo que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nos oitocentos, construiu a distinção brasileira em relação às recentes repúblicas americanas, oriundas da colonização espanhola, pela herança monárquica do governo.

Assim, o discurso historiográfico desenvolvido pelo IHGB, segundo o qual “o Estado Monárquico, instaurado em 1822, apresentava-se como o legítimo herdeiro e sucessor do Império Ultramarino Português”¹³ justificava o governo imperial. Trata-se de uma concepção de história muito próxima da tradição ilustrada.

O IHGB esboçava, então, uma História com uma função esclarecedora, instrumentalizada enquanto “mestra da vida” para responder às questões do presente e apontar para os possíveis caminhos futuros¹⁴. A história *magistra vitae* enquanto regime

¹² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Op. cit.* p. 8-10.

¹³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. *Op. cit.* p. 135-6.

¹⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. *Op. cit.* p. 73.

de historicidade que caracteriza a produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX encontra suas raízes, de acordo com Temístocles Cezar, no pensamento de Cícero, o qual percebe não somente a erudição contida no conhecimento histórico, mas considera sua instrumentalização para a vida prática, como princípio organizador capaz de eternizar o que é suscetível a tornar-se memorável¹⁵.

A dimensão política da historiografia oitocentista brasileira estaria justamente no seu caráter utilitarista, isto é, ao ressuscitar o passado, através dos testemunhos antigos, a história revelaria a verdade, numa complexa operação a serviço da nação. Conforme considerou Cezar, a missão do historiador era quase que sacerdotal, fazendo profecias no presente voltadas para o futuro com base no passado¹⁶. Uma boa definição do papel da história, nesta época, se encontra nas palavras de Januário da Cunha Barbosa, um dos membros fundadores do instituto:

“A História, tornando-lhe presente a experiência dos séculos passados, ministra-lhes conselhos tão seguros como desinteressados, que lhe aclaram os caminhos que deve seguir, os escolhos que deve evitar, e o seguro porto a que uma sólida manobra pode felizmente fazer chegar a nau do Estado.”¹⁷

Desta forma, os intelectuais do IHGB compreendiam o tempo em sua linearidade e ressaltavam o caráter pragmático do processo histórico, isto é, a experiência das gerações passadas deveria ser útil para fornecer exemplos para o presente. Nesta perspectiva, a História é vista como um *continuum* orientado para o futuro, a caminho do desejado progresso¹⁸.

Com uma função marcadamente política, a História oitocentista produzida pelos membros do IHGB seria responsável por oferecer exemplos variados para a construção da Nação, construindo uma verdadeira “galeria dos heróis nacionais”¹⁹, na qual os grandes mortos encontrariam seu lugar. Tratava-se de uma “pedagogia cívica”, parte importante no projeto imperial de definição nacional, como salientou Armelle Enders.

¹⁵ CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história. Historiografia e Nação no Brasil do século XIX.” *Op. cit.* p. 14-15.

¹⁶ *Ibidem.* p. 20, 24.

¹⁷ Celebração da segunda sessão publica aniversaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 27 de novembro de 1840. *RIHGB*. Tomo 2, 1840. p. 573.

¹⁸ A respeito da noção de progresso como uma categoria que traduz a ideia história enquanto um todo unitário, determinada por um tempo, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006. p. 55.

¹⁹ Expressão usada por Manoel Guimarães em GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Op. cit.* p. 15. Ver o estudo de Armelle Enders: ENDERS, Armelle. “‘O Plutarco Brasileiro’: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000. p. 41-62.

A produção de vultos nacionais, por parte da historiografia tradicional, acionava ainda a memória, provocando o entrecruzamento de fatos históricos e construções profundamente mitificadas que servissem como guia moral e cívico à nascente Pátria²⁰ brasileira. Novamente, demarcam-se as implicações sociais dessa “operação historiográfica”²¹ realizada pelo IHGB, de modo a compreender que a complexa tarefa de escrita do passado ultrapassava o campo intelectual e adentrava, com propriedade, o terreno político, ao definir a história de uma nação brasileira.

Neste sentido, as construções vencedoras do passado nacional concordavam com a positivação da colonização do Brasil conduzida por Portugal, sobretudo pela missão civilizadora. A herança civilizada deveria, a partir do nascimento do Estado, ser conduzida rumo ao progresso pela elite esclarecida para a construção da Nação.

De acordo com a metáfora do jornal português intitulado *O Panorama*, o Brasil era como um “filho adulto” de Portugal que saiu harmonicamente da casa de sua família e buscava se afirmar como independente, sem qualquer cizânia com seus pais, uma vez que a ruptura foi madura e não precipitada²². Tal metáfora, como demonstrou Guimarães, foi muito propositada por demonstrar a grande fidelidade da nação brasileira em construção para com a metrópole portuguesa e, mais especificamente, para com a Casa de Bragança.

Portanto, foi neste aspecto que a historiografia oitocentista se embasou: o rompimento com Portugal sendo visto como uma continuidade, cujo passado colonial precisava ser preservado como forma de desvendar a origem na nação brasileira, constatação esta que explica o grande volume de publicações do Instituto da época dos seus primórdios estarem relacionadas à História do Brasil Colônia.

Na História da Pátria que se intencionava construir²³, a antropologia e a etnologia possuíam funções de relevo, a partir das quais tornou-se possível identificar o “outro”, geralmente o não-branco, na sociedade brasileira. O grande rigor documental característico dessa produção pode ser percebido nas publicações trimestrais da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)²⁴.

²⁰ A definição de Pátria no século XIX, bem como sua confusa utilização em relação ao século XVII, serão conhecidas neste trabalho em tempo oportuno.

²¹ Por “operação historiográfica”, conceito de Michel de Certeau, entende-se o conjunto de práticas que permitem a construção do conhecimento histórico. Ver: CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica.” In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

²² Jornal *O Panorama*, de 30 de dezembro de 1837, sobre o Brasil. Apud. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Op. cit. p. 244-245.

²³ SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. cit. p. 99-140.

²⁴ A Revista do Instituto foi publicada trimestralmente desde a sua criação até o ano de 1864, quando passou a ser semestral. Sobre a RIHGB, ver: SANCHEZ, Edney C. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*

Deste modo, seja através da revista de divulgação, seja através das obras de seus membros, o projeto imperial de construção nacional era executado pelos membros do IHGB. A atuação de tais “funcionários” representou um grande passo rumo à profissionalização do historiador, apesar da ausência de cursos universitários. Neste momento, o ofício de historiador era executado na prática dos intelectuais que coligiam e interpretavam fontes do passado e, ao fazê-lo, atuavam política e ideologicamente no contexto imperial. Como consta em ata das reuniões realizadas no interior do instituto no ano de 1847:

“Deve o historiador, se não quiser que sobre ele carregue grave e dolorosa responsabilidade, pôr a mira em satisfazer os fins políticos e moral da história. Com os sucessos do passado ensinará à geração presente em que consiste a sua verdadeira felicidade, chamando-a a um nexo comum, inspirando-lhe o mais nobre patriotismo, o amor às instituições monárquico-constitucionais, o sentimento religioso e a inclinação aos bons costumes.”²⁵

Assim definido o papel do historiador, cabe ressaltar que os membros do IHGB eram, de fato, historiadores por ofício. Formavam uma elite intelectual e política que se identificava como esclarecida, capaz de instruir os outros súditos do Império, fazendo uso do caráter utilitarista da História, argumento de autoridade cabível mormente por invocarem o conhecimento passado como legitimador ideológico de suas construções.

Imaginada como uma forma de unir a sociedade brasileira, a historiografia oitocentista produziu uma série de interpretações do passado que servissem de espelho para a resolução de questões do presente e instrumentalizassem as condutas sociais no futuro. Portanto, a grande questão que conduziu os estudos realizados nessa época e que conferia o sentido da história brasileira era a investigação das raízes da nacionalidade brasileira²⁶.

Neste propósito, o método de pesquisa inaugurado pelos historiadores do IHGB se caracterizava pela busca e organização de fontes históricas, pela demarcação de uma periodização para a História do Brasil – entendendo seu nascimento no “descobrimento” português –, e pelo encadeamento dos fatos históricos ocorridos desde então a partir de um ponto de vista nacional, julgando o tempo da Colônia a partir do Império.

Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX. São Paulo/Campinas: IEL/Unicamp, 2003. Dissertação de Mestrado.

²⁵ Extracto das actas das sessões do 2º trimestre de 1847. *RIHGB*. Tomo 9, 1847. p. 286.

²⁶ Por “nacionalidade”, neste tempo de construção do Estado-Nação, entende-se “o sentimento pessoal ou cultural de pertencimento a uma nação”. Ver: SINDER, Valter. “A Reinvenção do Passado e a Articulação de Sentidos: o Novo Romance Histórico Brasileiro.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000. p. 253-264.

Os primeiros passos na busca desse todo nacional foram efetivados através das penas de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816 – 1878), um dos membros de grande monta do Instituto, como iremos conhecer na sequência. De antemão, deve-se ressaltar que longe de representar uma voz uníssona sobre o passado, considerando a diversidade de versões que competiam internamente para se tornarem oficiais, a interpretação de Varnhagen, não sem resistência, acabou por se tornar o grande paradigma da história brasileira nacional, vale dizer, reproduzido até os dias de hoje em alguns materiais didáticos da área.

1.1 – Paradigma da tradição: Varnhagen

Francisco Adolfo de Varnhagen, de família portuguesa, nasceu em São Paulo, mas obteve seus primeiros estudos no Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa. Como militar, Varnhagen ingressou na Academia da Marinha e fez parte da tropa de elite do ex-Imperador do Brasil D. Pedro I, integrando o 2º Batalhão de Artilharia, em defesa dos princípios monárquicos constitucionais. Frequentou o Colégio dos Nobres e cursou a Academia de Fortificações, tornando-se, em 1834, engenheiro militar aos dezoito anos de idade. Foi, portanto, um homem das armas, engenheiro por formação, mas que devotou sua vida aos estudos históricos²⁷.

Em 1839, como membro do Conservatório Geral da Arte Dramática, Varnhagen escreveu seu primeiro trabalho de cunho histórico, obtendo, aos 23 anos de idade, o reconhecimento da Academia Real de Ciências de Lisboa por suas pesquisas. No ano seguinte, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por meio de sua eleição como sócio correspondente, passando a contribuir com a missão da instituição ao enviar compilações de importantes documentos dispersos nos arquivos europeus.

A entrada de Varnhagen no IHGB requereu a recomendação de Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond (1794-1865) e significou, efetivamente, o início de sua carreira no serviço público brasileiro, como encarregado na delegação intelectual em Lisboa. A carreira diplomática fez Varnhagen permanecer em Lisboa de 1842 a 1847, tendo seguido para Madri, onde ficou até 1858; estar em Viena de 1868 a 1878, além de curtas passagens por Assunção, no ano de 1859, Caracas, de 1861 a 1863, Colômbia e Equador²⁸.

²⁷ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Francisco Adolfo de Varnhagen.” In: MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico II*. São Paulo: SENAC, 2001. p. 75.

²⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. *Op. cit.* p. 187-189.

A contribuição de Varnhagen para a escrita da história foi, de fato, imensa. Andarilho dos arquivos europeus e americanos, examinou muitos manuscritos e compilou documentação original sobre a história do Brasil. O serviço diplomático prestado por Varnhagen para sua pátria fez parte do seu plano para conseguir a nacionalidade brasileira, com a qual obteve problemas devido aos anos de serviço prestados a Portugal, algo proibido pelo artigo 7 da Constituição do Império²⁹. Por isso, no ano de 1840, Varnhagen fez uma viagem ao Brasil, após dezessete anos de ausência e, finalmente em 1842, atingiu o seu objetivo.

Dividido entre a carreira de engenheiro militar e os estudos históricos, a amizade de Varnhagen com Alexandre Herculano (1810-1877) – grande historiador português –, a aproximação com outros romancistas portugueses e o próprio trabalho que desempenhou como redator da revista portuguesa *O Panorama*, parecem ter colaborado para sua decisão de se dedicar de vez às Ciências Humanas, pois em 1851, finalmente pediu demissão do posto de segundo-tenente do Imperial Corpo de Engenheiros do Exército brasileiro.

No mesmo ano, Varnhagen retornou ao Brasil e assumiu o cargo de primeiro secretário do IHGB, momento no qual aproveitou para organizar a biblioteca e o acervo documental da instituição. A partir de então, voltou-se inteiramente para sua carreira de diplomata e historiador. Segundo Lucia Guimarães, Varnhagen foi o patriarca de uma linhagem de historiadores diplomatas brasileiros, tendo obtido promoções e condecorações por seus serviços³⁰. Como reconhecimento, Varnhagen recebeu o título nobiliárquico de barão em 1872 e, dois anos depois, foi promovido a Visconde de Porto Seguro.

De acordo com Manoel Guimarães, as primeiras vivências intelectuais e atividades de pesquisa de Varnhagen ocorreram em Portugal, onde sofreu influência do Iluminismo de Pombal e do Romantismo, este em vias de florescimento³¹. Assim, pode-se perceber que o ambiente português e seu contato com o romantismo devem ter pesado não só para sua escolha pela História como também em seu pensamento e posicionamento político. Dentre seus princípios, Varnhagen acreditava que a aquisição de conhecimentos

²⁹ O artigo 7 da Constituição do Império do Brasil declarava que perderia os direitos como cidadão do Brasil quem aceitasse, sem a permissão expressa do Imperador, qualquer tipo de serviço para um governo estrangeiro. De acordo com GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. *Op. cit.* p. 187-188.

³⁰ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Francisco Adolfo de Varnhagen.” *Op. cit.* p. 77-79.

³¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. *Op. cit.* p. 179.

científicos poderia levar ao aperfeiçoamento do ser humano e confiava na vocação da história para a afirmação e/ou construção da identidade nacional.

Nesta linha, Guimarães ressalta a circularidade de Varnhagen no meio ilustrado oitocentista português. A cultura das Luzes portuguesas, com a sua reinvenção da tradição e sua crença na autoridade da argumentação histórica, sobretudo através de uma narrativa organizada e coerente sobre os fatos do passado, teria influenciado decisivamente a Varnhagen e a toda uma primeira geração de historiadores portugueses e brasileiros³².

Uma das primeiras preocupações políticas de Varnhagen para com a Nação brasileira é esboçada no *Memorial Orgânico*, obra originalmente publicada em Madri em 1849, sendo no ano seguinte ampliada para uma apresentação ao parlamento brasileiro, quando ganhou a segunda parte³³.

O ensaio é um dos primeiros no qual Varnhagen trabalha com a retórica da nacionalidade brasileira, isto é, com o processo de formação e de construção da Nação feito através do instrumento sociocultural da escrita da História, forjando-se um passado que difundisse a origem, as tradições e os costumes comuns a um grupo de indivíduos, com a finalidade de criar uma identidade que se conheça como nacional.

No memorial, Varnhagen parte do pressuposto que mesmo após a Independência, quando o país havia se tornado um Estado, não havia uma Nação verdadeiramente brasileira. Como denuncia em: “assim o Brasil declarou-se independente; proclamou o Império; e depois de um quarto de século acha-se quase na mesma; e com mais ar de colônia, ou antes de muitas colônias juntas que nação compacta.”³⁴

Expressão de seu pragmatismo político, Varnhagen esboça o quadro das urgências que deveriam ser internamente resolvidas para que o Brasil tivesse a uma nação firme. Entre as prioridades nacionais, constam a disparidade entre as províncias, a necessidade de comunicar o interior com o litoral, a fragilidade da capital, a falta de um plano eficiente de defesa, a necessidade de fortalecimento das fronteiras, além da diversidade étnica na composição da população brasileira.

Nesta obra, o historiador-diplomata aparece bastante preocupado com questões estratégicas concernentes ao momento presente do Brasil, em especial à necessidade do

³² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “João Pedro Ribeiro e a erudição em Portugal.” In: HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca Nogueira de; CATROGA, Fernando. (orgs.) *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 25.

³³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial Orgânico que à consideração das assembleias gerais e provinciais do Império, apresenta um brasileiro*. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia (coord.) Francisco Adolfo de Varnhagen. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 202-316.

³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial Orgânico*. *Op. cit.* p. 205.

país se livrar da condição de dependência colonial, invocando a herança civilizatória portuguesa para construção de uma nação forte. Na convocação de Varnhagen, subjaz sua preocupação política: “ora pois, tenhamos mais patriotismo e não atraioemos o futuro do Brasil”³⁵.

Uma das grandes marcas da escrita de Varnhagen é a instrumentalização da história, como faz ao se basear na experiência do passado para conformar a nação brasileira, como admite no *Memorial Orgânico*: “[...] e nos aconselham a não deixar de consultar a verdadeira *mestra da vida*, como tão filosoficamente chama Cícero à história”.³⁶

Assim, Varnhagen utiliza o conhecimento histórico como legitimador das reformas propostas para o Império apresentadas no Memorial, cujo maior destaque é dado à conformação étnica da população, conforme sua conclusão:

“Para civilizarmos o Brasil, e fazermos que haja povo brasileiro, necessitamos ir paulatinamente acabando com a escravidão dos africanos, necessitamos prender e avassalar (não escravizar) temporariamente os índios bravos; necessitamos, enfim, admitir no país gente branca voluntariamente arregimentada em grupos”³⁷.

Neste sentido, Varnhagen defende um Estado centralizado que tem por missão consolidar uma unidade nacional, assegurando a integridade do Império. Na carta ao Imperador D. Pedro II, Varnhagen confessa suas pretensões com a obra: “[...] o empenho principal que me guiou a pena do Memorial foi o de promover desde já com a maior segurança possível a unidade e a integridade do Império futuro, objeto constante do meu cogitar.”³⁸

Se os olhos de Varnhagen estavam orientados para o presente no *Memorial Orgânico*; em *História Geral do Brasil*, obra publicada entre os anos de 1854 e 1857, sua preocupação voltava-se inteiramente para o passado. Desta vez, o objetivo do historiador era o de construir uma obra definitiva sobre a história brasileira. Por isso mesmo, *História Geral do Brasil* é a grande produção historiográfica de Varnhagen.

Trata-se de uma obra extremamente bem documentada e de grande fôlego, na qual Varnhagen constrói a história para a nação valendo-se de sua grande erudição, de vasta pesquisa empírica realizada nos arquivos que teve oportunidade de frequentar, do método

³⁵ Ibidem. p. 254.

³⁶ Ibidem. p. 301.

³⁷ Ibidem. p. 315.

³⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 246.

crítico e das conjecturas lançadas sobre as fontes. Por isso mesmo, é notório reconhecer a influência do historicismo de Leopold van Ranke em sua escrita³⁹.

A “história oficial” projetada por Varnhagen nunca chegou a representar a totalidade das interpretações que concorriam no interior do IHBG. Não se tratava, portanto, de uma visão consensual dos intelectuais oitocentistas. Contudo, é possível destacar que o historiador compartilhou uma série de noções do discurso historiográfico de sua época, a exemplos da valorização da pesquisa em documentos originais, fonte autorizada para o estabelecimento da verdade histórica, a busca incessante pela objetividade e o apreço por uma narrativa que se propunha imparcial⁴⁰.

Varnhagen abre o seu *História Geral do Brasil*⁴¹ descrevendo a natureza do território brasileiro descoberto pelos portugueses. Neste primeiro capítulo, o autor detalha aspectos como os animais, as plantas, as formações geográficas, os metais, o relevo e o solo encontrados. Nesta interpretação, Varnhagen exalta sua Pátria desde os mais primitivos tempos, uma vez que percebe as potencialidades e os recursos naturais oferecidos.

Como parte dessa natureza imóvel, o historiador apresenta os índios existentes naquela terra, como se estivessem à espera de civilização, na segunda seção do livro. Na conclusão desse capítulo, Varnhagen é claro:

“[...] melhor ideia da mudança ocasionada pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil; isto é, uma ideia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso.”⁴²

Assim, o autor explicava a origem do Estado pela colonização portuguesa, construindo a história do Brasil em continuidade à história lusitana. Nas palavras do historiador, sendo os índios “povos na infância”⁴³, não haveria história antes da chegada dos portugueses, de forma que as raízes ibéricas estariam realmente no núcleo da identidade brasileira.

Desta maneira, o Brasil teria verdadeiramente nascido, segundo Varnhagen, no “Descobrimento” português, datado de 1500. O país teria sido, por direito, uma herança

³⁹ CEZAR, Temístocles. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul-dez, 2007. p. 172.

⁴⁰ *Ibidem*. p. 161.

⁴¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. (Original de 1854.) 9. ed. 5 vol. São Paulo; Brasília: Melhoramentos; INL, 1975.

⁴² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. vol. 2. p. 30.

⁴³ *Ibidem*.

portuguesa do Tratado de Tordesilhas, a partir da qual o Império Português colonizou, trazendo a civilização aos povos habitantes. Portanto, a história da construção da nação brasileira é confundida com a história da colonização portuguesa, perspectiva na qual a própria colonização recebe uma valoração positiva, justificando sua necessidade e não problematizando os seus problemas.

Marca de sua produção é a retórica da nacionalidade presente em *História Geral do Brasil*. Por isso, já na quinta seção da obra, intitulada “Descobrimento da América e do Brasil”, Varnhagen aborda a chegada dos portugueses para transformar aquele território no país que o Brasil se destinaria a ser. Para compreender sua operação historiográfica, é preciso problematizar os termos usados.

À ideia de patriotismo, tão cara a esta obra, o historiador mistura sentidos diferentes ao referir-se aos índios, como na passagem:

“Nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra ou bairrismo, que nem sequer eles como nômades, tinham bairro seu, como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria.”⁴⁴

Para compreender melhor tal confusão vocabular, recorreremos aos dicionários elaborados por volta do século XVIII. Produzidos durante a época moderna, tais compilações podem traduzir os significados dos termos utilizados por Varnhagen para se referir à época do Brasil colônia. Em *Vocabulário Português e Latino*, elaborado em Portugal pelo padre Raphael Bluteau entre 1712 e 1728, o verbete “pátria”, refere-se à “terra, Villa, Cidade, ou Reyno, em que nasceu”⁴⁵.

A explicação fornecida pelo autor sobre o termo “pátria” é extensa, na qual destaca-se a analogia construída a partir da etimologia da palavra, oriunda do latim *pater*, que significa “pai”. Bluteau, então, justifica a “pátria”, sendo feminino, “por ser também a nossa mãe”. Na metáfora, a pátria é “como nosso pai e nossa mãe a quem devemos estimar e amar”.

Com maior clareza, o brasileiro Antônio de Moraes Silva, em seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, lançado originalmente em 1789, baseado em Bluteau, sintetizou a

⁴⁴ Ibidem. p. 24.

⁴⁵ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. v. 2. Coimbra: Collégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Dicionário disponível no site do IEB/USP. p. 320-321.

“pátria” como “terra donde alguém é natural”⁴⁶. Assim, o termo pátria nos séculos de em que o Brasil era tão somente colônia de Portugal, significava terra ou lugar de origem, não se referindo ao país onde uma pessoa nasceu, acepção contemporânea do termo.

Em *História Geral do Brasil*, percebe-se que essa confusão é muito comum, especialmente porque Varnhagen escreve numa época na qual o Brasil, como Estado-nação já existia, de fato, desde, segundo sua própria demarcação temporal, a independência de Portugal ocorrida em 1822. Em relação aos índios, Varnhagen claramente reclama da ausência do amor por uma pátria, o que só começaria a nascer com a chegada dos portugueses. Isto porque:

“Essas gentes vagabundas que, guerreando sempre, povoavam o terreno que hoje é do Brasil, eram pela maior parte verdadeiras emanações de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de uma origem comum, e falavam dialetos da mesma língua, que os primeiros colonos do Brasil chamaram *geral*, e era a mais espalhada das principais de todo este continente.”⁴⁷

Em relação ao termo “nação”, Bluteau refere-se ao “nome coletivo, que se diz da Gente; que vive em alguma grande região, ou Reyno, debaixo do mesmo senhorio”⁴⁸. Neste sentido, o padre diferencia “nação” de “povo”, “porque nação compreende muitos povos”. No dicionário, “nação” remete ainda às gentilidades, isto é, às tribos indígenas.

Em Moraes Silva, o termo sofre uma ampliação semântica, uma vez que considera “nação” como “a gente de um paiz, ou região, que tem Língua, Leis e Governo à parte”⁴⁹, além de englobar os descendentes de judeus, a conhecida “gente de nação”, e qualquer “raça, casta, espécie”. Mais próximo do sentido utilizado por Varnhagen, o *Dicionário da Língua Portuguesa* permite entender que Varnhagen reconhece os índios formando uma nação unificada pela língua, ainda que compreendam “tribos de nacionalidades diferente”⁵⁰.

Desta forma, em *História Geral do Brasil*, o historiador oitocentista constrói a história da Pátria significativa para conformar a identidade da nação brasileira, uma nação que havia sido formada e, portanto, que se podia explicar a partir do passado colonial. Na interpretação de Varnhagen, o Brasil nascia como colônia de Portugal. Trata-se, assim,

⁴⁶ SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. v. I. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Dicionário disponível no site do IEB/USP. p. 412.

⁴⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. vol. 2. *Op. cit.* p. 24.

⁴⁸ BLUTEAU, Raphael. *Op. cit.* p. 658-659.

⁴⁹ SILVA, Antônio de Moraes. *Op. cit.* p. 332.

⁵⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. vol. 2. *Op. cit.* p. 24. Acerca do termo “nacionalidade”, não foi encontrado vestígio nos dicionários históricos da língua portuguesa pesquisados.

de um modelo lusófilo que percebe o Brasil como Português. Nesta ótica, qualquer entrada de outros povos europeus no território da colônia portuguesa era considerada uma legítima “invasão”.

Foi desta forma que Varnhagen chamou o objeto de investigação deste trabalho. Foi como “invasão holandesa” que o historiador, dedicando cinco capítulos de sua História Geral, em mais de duzentas páginas, trabalhou com o período de dominação holandesa no Nordeste açucareiro seiscentista. Nestes termos, a nomenclatura cunhada por Varnhagen, bem como sua periodização da história colonial, permanece como linguagem adotada em muitos livros didáticos de História mesmo no século XXI.

A “invasão holandesa”, capítulo da história do Brasil, causou tanto incômodo a Varnhagen que mereceu inclusive uma investigação particular, da qual resultou uma obra que trataremos em momento oportuno. A grande importância deste período reside, sobretudo, na união das nações existentes no Brasil para expulsar o invasor, construindo uma memória de luta que teria formado a Nação brasileira, utilizando a guerra como elemento catalisador de forças no propósito comum.

É na vigésima oitava seção do *História Geral do Brasil*, intitulada “Desde a Invasão de Pernambuco até chegar Nassau”, que Varnhagen começa a tratar deste momento que foi marcado pelo conflito. É interessante perceber que o historiador narra as guerras pernambucas qualificando os holandeses sempre como os “invasores”, os “inimigos” e os “intrusos”. Assim, o ponto de vista de Varnhagen é claramente ao lado da resistência portuguesa.

Fora mesmo muito exaltada essa defesa do território por parte dos portugueses, na escrita de Varnhagen. Comandadas por Matias de Albuquerque, um senhor de engenho que se encontrava “acidentalmente” em Madri quando as informações sobre o plano de invasão do Brasil colonial chegaram, as forças de resistência foram organizadas de maneira “vigorosa”, para o historiador.

De acordo com Varnhagen, o “superintendente na guerra, e visitador e fortificador das capitânicas do Norte”, Matias de Albuquerque, executou seu serviço com bastante afinco e seriedade procurando melhorar a defesa dos fortes de Pernambuco, de Itamaracá, da Paraíba e de Rio Grande, erguer novas posições estratégicas; convocar os moradores, nomeando chefes superiores; proteger as povoações, exercitando novos recrutas; fechar a

entrada do porto, construindo armadilhas. Assim, “fez por então quanto estava ao seu alcance”⁵¹.

Ao despontarem no litoral em as forças neerlandesas comandadas pelo almirante Hendrik Cornelioszoon Loncq e do coronel Jonckheer Dierick van Waerdenburgh, segundo Varnhagen, Albuquerque, “quando chegou o momento do perigo, não fugiu dele: pelo contrário tratou de sair-lhe ao encontro”⁵². Na narrativa do historiador, a entrada holandesa no território parece ter sido inevitável, uma vez que “aguentaram os nossos” o quanto puderam, mas, no final, “ficou o inimigo senhor da vila”⁵³.

Desta forma, Varnhagen vai construindo, em sua narrativa, a brava resistência realizada pelos portugueses e luso-brasileiros durante todo o tempo que os holandeses “invadiram”, sobretudo pela exaltação da liderança de Albuquerque nos primeiros momentos da guerra. O ímpeto de tal governador é narrado pelo historiador, quem conta que Albuquerque passou a organizar companhias de guerrilhas ou emboscadas, além de aumentar as guarnições de defesa, numa estratégia tão bem executada que conseguiu deixar os holandeses “encurralados dentro do Recife e do pequeno forte de Orange na ilha de Itamaracá”⁵⁴ durante dois anos.

Na história que Varnhagen conta, se os holandeses foram capazes de entrar no território, não teria sido por falta de defesa, isto é, a resistência teria sido tão eficaz que até mesmo “o inimigo apreciava melhor o valor dos nossos”⁵⁵. Neste sentido, o historiador aponta para o envio de armadas das metrópoles como elemento decisivo para a invasão flamenga, pois estes receberam ajuda considerável por parte da Holanda, em contrapartida que das promessas que viriam da Espanha. Neste sentido, Varnhagen é taxativo em afirmar que:

“Se, como seis anos antes, em vez de socorros, manda a corte ao Brasil uma poderosa armada de restauração, os intrusos houveram agora sido expulsos, e não teriam dominado ainda por vinte e três anos, e sido causa de tantas perdas para o estado e de tantas calamidades para os particulares.”⁵⁶

A epopeia heroica da resistência contada por Varnhagen teria, entretanto, sofrido um grande revés com a deserção de um mameluco natural de Porto Calvo denominado

⁵¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brazil. vol. 2. *Op. cit.* p. 224-225.

⁵² *Ibidem.* p. 225.

⁵³ *Ibidem.* p. 227.

⁵⁴ *Ibidem.* p. 241.

⁵⁵ *Ibidem.* p. 234-235.

⁵⁶ *Ibidem.* p. 237.

Domingos Fernandes Calabar. Antes de prosseguir, é preciso ressaltar a excepcionalidade do personagem: Calabar foi um dos casos mais acentuados exatamente porque encarnou a ambivalência na qual os colonos viveram naquele tempo, entre os portugueses e os holandeses, logo no início das guerras pernambucanas do açúcar, razão pela qual sua deserção equivaleu, para os cronistas portugueses e os historiadores brasileiros, como uma traição.

Assim, pela mudança das fileiras da resistência para o serviço holandês, o personagem foi transformado em protagonista do período histórico, sendo culpado por Varnhagen pela perda de todo o litoral nordestino da colônia de Portugal – de posse momentaneamente dos espanhóis, pela união das coroas ibéricas⁵⁷ – em propriedade da Companhia das Índias Ocidentais (WIC)⁵⁸.

Assim, desde que Calabar se apresentou ao Alto Comando Holandês em 1632, a sorte das forças de resistência havia mudado, na interpretação de Varnhagen. Isto porque o mameluco teria ensinado todas as táticas daquela guerra e os caminhos daquela terra para os holandeses, passando a conceber e a dirigir as principais emboscadas contra os portugueses que garantiram aos flamengos o avanço no território até o estabelecimento de um governo na região.

Ao passo que o historiador expressa toda a sua repugnância contra o traidor Calabar, cuja “infeliz deserção” deu aos holandeses a capacidade, pela “imitação dos nossos”, de “assenhorear-se do país”⁵⁹, a resistência continuava a lutar bravamente contra o avanço holandês, como celebra Varnhagen na narração da defesa do Rio Formoso,

⁵⁷ A chamada União Ibérica ou União Dinástica, iniciada em 1580 graças a crise sucessória deixada com o desaparecimento do rei D. Sebastião na Batalha de Alcácer Quibir no norte da África, implicou na anexação, de fato, do reino português e de suas colônias, pela Espanha Habsburgo por um período de sessenta anos. Alegando direito de hereditariedade, o próprio Filipe II, rei da Espanha e bisneto de D. Manuel II, o Venturoso, apoderou-se do trono e do império colonial português. Então, Portugal passou a integrar uma das principais monarquias compósitas da época moderna, a Monarquia Plural dos Habsburgos Hispânicos, tendo sido governado por Felipe II, Felipe III e Felipe IV, até que D. João IV, da casa dos Bragança, restaurou a autonomia política portuguesa em 1º de dezembro de 1640. Para mais informações ver: BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, cultura e representações (1580 – 1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000; ELLIOT, John. Una Europa de Monarquías Compuestas. In: *España en Europa. Estudios de Historia Comparada*. Universidad De Valência, 2002.

⁵⁸ Companhia de comércio criada em 1621 pela República das Províncias Unidas dos Países Baixos. Tratava-se de uma empresa composta por cinco câmaras regionais, nas quais sobressaíam os capitais holandeses e flamengos, dirigida por um Conselho de Dezenove Senhores. Sobre a história da formação dos Países Baixos, ver: ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic. Its Rise, Grattness and Fall, 1477-1806*. Oxford: Clarendon University Press, 1995; SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; ZUMTHOR, Paul. *A vida quotidiana na Holanda no tempo de Rembrandt*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

⁵⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. vol. 2. *Op. cit.* p. 242-243.

atacado em 1633: “a defesa foi heroica, e constitui entre nós uma lenda semelhante à do passo das Termópilas entre os gregos”⁶⁰.

De um lado, o historiador enfatiza a fidelidade do mameluco aos holandeses, na narração pormenorizada de cada investida, cada entrada, cada ataque e cada avanço flamengo sobre a região. De outro, Varnhagen ilumina o brio de pessoas como Matias Albuquerque que resistiam obstinadamente às derrotas que sofriam, defendendo o território dos “invasores” estrangeiros, como se a história estivesse sendo revivida no século XIX, convertendo o Brasil Colônia na Pátria Brasileira.

Desta forma, a história construída sobre as guerras pernambucanas do século XVII pelo visconde de Porto Seguro era marcada, basicamente, pela Traição de Calabar, grande culpado, e pela exaltação da resistência portuguesa. No final do capítulo, Varnhagen conta que “o grande aperto do sítio trouxe aos defensores a inevitável escassez, e logo a falta completa de mantimentos”⁶¹, e assim que caiu o Arraial do Bom Jesus em 1635, principal bastião da resistência, localizado na várzea do rio Capibaribe, caiu de vez a defesa portuguesa.

Logo após a queda do Arraial, Matias de Albuquerque foi levado de volta a Portugal para responder pela perda de Pernambuco, fato que Varnhagen conta com muito pesar em: “[...] não foi, porém, gozar de descanso, nem de dias felizes”⁶². A insatisfação do historiador quanto à prisão do governador deveu-se à devassa que foi instaurada a respeito da conduta de Albuquerque, que tanto teria feito pela defesa do território. Para Varnhagen, era injusta a culpa da perda de parte significativa da colônia portuguesa recair sobre o comandante da resistência, uma vez que, na sua história, havia outros culpados, como a falta de socorro e a traição de Calabar.

Fora aliás a respeito do fim de Calabar que Varnhagen se ateu antes de encerrar a seção. Na descrição da captura do mameluco pelos portugueses no cerco a Porto Calvo, em julho de 1635, o historiador comenta a respeito da falta de apreço dos holandeses em negociar a entrega de Calabar, sendo que os mesmos aproveitaram muito de seus serviços, mas a justifica imediatamente depois por se tratar de uma “traição” ou de um “traidor”. Exatamente por isso, este episódio mereceu uma atenção especial do historiador.

Varnhagen descreveu a entrega, o julgamento, a confissão e a execução da pena de Calabar, sempre fazendo parecer justo o fim do “criminoso”, cuja pena tratou-se do

⁶⁰ Ibidem. p. 244.

⁶¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brazil. vol. 2. *Op. cit.* p. 254.

⁶² Ibidem. p. 265.

garrote seguido de esartejamento pelo crime de lesa Majestade. Um exemplo emblemático é o juízo emitido pelo próprio historiador oitocentista a respeito das faltas confessadas por Calabar ao Frei Manoel Calado:

“Desses pecados o Todo-Poderoso lhe tomaria contas, e com a sua imensa misericórdia, poderá tê-lo perdoado; porém dos males que causou à pátria, a história, a inflexível história, lhe chamará infiel, desertor e traidor, por todos os séculos dos séculos.”⁶³

Neste interim, cabe uma ressalva no significado dos termos usados por Varnhagen para compreender a integridade da acusação proferida contra Calabar. Retornando ao dicionário do Padre Raphael Bluteau, percebe-se que o verbete traição, no século XVIII – portanto, mais próximo do contexto de uso atribuído por Varnhagen, isto é, a Colônia –, significava “perfidia, falta de fidelidade ao Príncipe, ao amigo, que se fiava de nós”⁶⁴. Algumas décadas mais tarde, Moraes Silva refinou este sentido, acrescentando ao termo “traição” o significado de “quebra da fidelidade prometida”⁶⁵.

Em relação ao verbete “traidor”, Bluteau começa com “aquele que obra contra a fidelidade que deve” e fornece uma explicação complexa, repleta de exemplos bíblicos e históricos. Na compreensão do padre:

“Há vícios e defeitos, cuja exprobração se pode sofrer sem vergonha, porque procedem de causas remotas, como são fúrias da mocidade, más disposições da natureza, adversidade da fortuna, [...] mas o ser chamado Traidor é injúria intolerável, a quem tem algum brio, porque a traição é vício, nascido no coração, excogitado da maldade e fomentado da ingratidão”.⁶⁶

Na sequência, Bluteau compara o traidor ao veneno de algum animal, pois é necessário servir-se do traidor, empregando-o em obras propositadas. Assim, o padre induz que não se trata de alguém confiável, pois para “os danos causados por traidores, não há pena, que os possa registrar”. A partir de tais significados, pode-se pensar que Varnhagen constrói o mito de Calabar como grande traidor da Pátria, metamorfoseando um mameluco desertor das fileiras portuguesas nas guerras do açúcar do século XVII para um traidor do Brasil.

Desta forma, a colaboração de Calabar para com os holandeses, embora muito lamentada pelo historiador, parece ter sido decisiva, ao menos na primeira fase do conflito

⁶³ Ibidem. p. 263.

⁶⁴ BLUTEAU, Raphael. *Op. cit.* p. 237.

⁶⁵ SILVA, Antônio de Moraes. *Op. cit.* p. 794.

⁶⁶ BLUTEAU, Raphael. *Op. cit.*

que termina com a vitória flamenga a partir da vinda do Conde João Maurício de Nassau-Siegen em 1637. A narrativa sobre o período de governo de Nassau é contada nos dois capítulos seguintes do História Geral⁶⁷.

A respeito das represálias portuguesas à expansão do domínio holandês, Varnhagen refere-se à restauração do Maranhão ao restante do Brasil Colonial, português, fato que narra com grande euforia, como uma primeira vitória na escalada da recuperação do ânimo luso-brasileiro na guerra. O entusiasmo na narrativa do historiador deveu-se à ênfase dada a “libertação” da capitania como feito, sobretudo, de forças coloniais, ou seja, “pelo esforço de seus bravos habitantes”⁶⁸. Desta forma, Varnhagen apontava nomes, iniciando a construção de um grupo de homens que seria responsável pela restauração de Pernambuco, narrado nos dois capítulos seguintes.

A trigésima primeira seção, intitulada “Revolução de Pernambuco até a Primeira Ação dos Guararapes”, é aberta por Varnhagen com o sucesso alcançado na restauração do Maranhão que, segundo o historiador “não podia deixar de excitar os brios de André Vidal para se esforçar de novo em conseguir realizar em Pernambuco e Paraíba, por que tanto se havia empenhado”⁶⁹. Além de André Vidal de Negreiros, Varnhagen enumera e engrandece outros nomes como João Fernandes Vieira, Henrique Dias e Felipe Camarão.

A insurreição pernambucana, por Varnhagen denominada de “Revolução de Pernambuco”, se constituiria, para o historiador, o grande capítulo da luta pela “libertação” das capitanias sob jugo dos holandeses. Uma guerra na qual a antiga resistência portuguesa tomou a ofensiva e formou um movimento que aglutinou todas as categorias coloniais.

A respeito dessa revolução, o historiador exprime detalhes da concepção do plano, da delação da conjuração, da formação das tropas, da deserção dos soldados e do desenrolar das batalhas. Na narração, Varnhagen louva o movimento a cada ação, cujas vitórias aumentavam o ânimo das tropas restauradoras. O caráter colonial destas forças é reforçado pelo historiador quando confessa que o apoio da metrópole portuguesa só teria vindo após a vitória na batalha ocorrida no Monte das Tabocas.

Na narração de Varnhagen, evidencia-se uma mudança de posições com as vitórias e o avanço portugueses e as derrotas e a resistência dos holandeses: “ao passo que já a abundância reinava entre os sitiados, a penúria e a fome chegavam, entre os sitiados,

⁶⁷ A análise da interpretação de Varnhagen sobre o período nassoviano compõe o último item deste capítulo.

⁶⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. vol. 2. *Op. cit.* p. 332.

⁶⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Vol. 3. *Op. cit.* p. 13.

ao maior auge”⁷⁰. Neste sentido, o impacto do avanço da insurreição nas tratativas diplomáticas entre Portugal e Holanda é abordado pelo historiador através da análise da “posição melindrosa”⁷¹ que se encontrava o embaixador português D. Francisco de Sousa Coutinho em Haia.

No tocante a este imbróglio que se desenrolou após a restauração portuguesa, Varnhagen, pela sua obstinada defesa das bandeiras da centralização do poder e da integridade do Brasil, reprovou todos os projetos, surgidos à época, de separação e venda das capitanias açucareiras em troca da paz com as Províncias Unidas, criticando inclusive o padre Vieira⁷² com base num parecer apresentado pelo procurador da Fazenda de nome Pedro Fernandes Monteiro. De acordo com o documento caracterizado como “muito bem elaborado e patriótico parecer”, a negociação em voga seria contrária à religião, à dignidade dos amotinados, à reputação da Coroa, à conservação do Brasil e à Fazenda Pública portuguesa⁷³.

A divisão na narração de Varnhagen sobre os episódios da insurreição, mais uma vez, é feita por um marco, neste caso, o significado da primeira batalha dos Guararapes ocorrida em fins de 1648. A importância da vitória portuguesa no confronto teria sido decisiva para a expulsão dos invasores, segundo o historiador oitocentista: “sem essa vitória, é mais que provável que parte do Brasil haveria sido entregue aos holandeses pela Corte, nas aflições em que se via”⁷⁴.

A segunda ação do Guararapes, ocorrida no início de 1649, retratada já na trigésima segunda seção, intitulada “Desde a recuperação de Angola até o fim da guerra”, só teria confirmado o favoritismo português no momento da guerra, principalmente porque as forças holandesas haviam terminado completamente destroçadas. Assim, emitia Varnhagen, com grande satisfação, o seguinte juízo:

“Se a primeira vitória nos Guararapes servira de alentar os estadistas de Portugal para se oporem à cessão ou venda de Pernambuco, esta segunda veio

⁷⁰ Ibidem. p. 43.

⁷¹ Ibidem. p. 51.

⁷² No “Papel Forte”, documento escrito entre 1648 e 1649, o padre Antônio Vieira expôs a hipótese de entregar graciosamente as capitanias que os neerlandeses consideravam suas, de modo a evitar um ataque holandês a Portugal. O jesuíta alegava ainda que a rebelião havia sido movida por interesses particulares dos devedores, sobre os quais o monarca não teria obrigação de proteger. Por isso, Vieira foi acusado de “entreguista”, na corte, pelos partidários da guerra como solução para a questão. Para uma análise do documento, ver: VAINFAS, Ronaldo. “Antônio Vieira e o ‘negócio do Brasil’: derrotismo pragmático e estratégia política.” In: AZEVEDO, Silva Maria; RIBEIRO, Vanessa Costa. (org.) *Vieira: vida e palavra*. 1. ed. São Paulo: Pateo do Collegio – Edições Loyola, 2008.

⁷³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Vol. 3. *Op. cit.* p. 57.

⁷⁴ Ibidem. p. 56.

desalentar os estadistas e mercadores da Holanda, demonstrando-lhes evidentemente que só mediante a grandes sacrifícios poderiam continuar mantendo esta conquista.”⁷⁵

Deste modo, mesmo a guerra tendo perdurado por mais cinco anos ainda, Varnhagen considerava que a partir de Guararapes, a luta já estava ganha. Por isso, o historiador enfatizou o final da insurreição pernambucana e sobretudo, a capitulação dos holandeses. Neste capítulo, as batalhas deram lugar às tratativas que encerraram o período de dominação flamenga, especialmente aos vinte e sete artigos da capitulação e ao reconhecimento da atuação do exército restaurador, realizado por meio de uma provisão datada de 1654.

Neste interim, Varnhagen analisa os principais colaboradores na restauração de Pernambuco, tecendo elogios a nomes como de Francisco Barreto, “grande cabo de guerra”, e de André Vidal de Negreiros, “homem tão superior que necessitara um Plutarco para apreciá-lo”. Por outro lado, coube a João Fernandes Vieira algumas críticas, como a de que “não aparece decididamente tão grande, como, em detrimento dos seus camaradas, no-lo quiseram apresentar seus panegiristas”⁷⁶.

Por fim, Varnhagen encerra esta última seção que trata da dominação flamenga comentando suas fontes e avaliando o efeito dessas “invasões holandesas” para o Brasil. No panorama geral, podemos pensar que o historiador considerou como positiva a influência da guerra contra os holandeses para a cultura do Brasil, em suas palavras: “[...] digamos assim, pois que o intuito era de guerrear os contrários, e quando menos o pensavam se viam absorvidos pela civilização daqueles a cujo lado combatiam”⁷⁷.

Neste sentido, Varnhagen contribuiu, ao seu modo, para a construção do mito da insurreição pernambucana como berço da brasilidade. Apesar de não ter dado muito espaço para a atuação dos elementos indígenas e negros, uma vez que sua *História Geral* considerava basicamente o componente branco na construção do Brasil, foi forçoso reconhecer, no caso da “guerra da liberdade divina”⁷⁸, a atuação dos capitães Felipe Camarão e Henrique Dias.

⁷⁵ Ibidem. p. 84.

⁷⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Vol. 3. *Op. cit.* p. 94.

⁷⁷ Ibidem. p. 98.

⁷⁸ A referência da insurreição pernambucana como “guerra da liberdade divina” deve-se aos panfletos enviados secretamente por João Fernandes Vieira aos habitantes de Recife para prepararem a revolta em nome da liberdade divina, programando o início do levante para o dia de São João de 1645, informações estas a respeito do evento que vazaram em 30 de maio, graças a deserção de alguns conspiradores. Dentre esses documentos, a justificativa religiosa para a insurreição encontra-se na primeira “Razão que teve o povo e o mestre de campo para se levantar contra os holandeses”, atribuindo à “tirania dos ditos holandeses

Ademais, enfatizando a resistência e a luta dos colonos, Varnhagen apostou na constituição de uma maior fraternidade entre os chamados pernambucanos pelo perigo comum, cujo resultado imediato concluiu em: “[...] de modo que quase se pode assegurar que dessa guerra data o espírito público mais generalizado por todo o Brasil”⁷⁹.

A importância da obra *História Geral* relaciona-se ao seu pioneirismo, nos interstícios do IHGB, ao construir o passado da Nação pensado em sua totalidade. De uma forma geral, é uma das Histórias oficiais, produzidas sob o patrocínio do Imperador, pelos membros do instituto. No entanto, o livro de Varnhagen não encontrou uma boa acolhida à sua época, não se tornando oficial de imediato.

Embora possa-se cogitar a existência de uma unidade ideológica por parte dos membros do IHGB, graças ao comprometimento político com a Coroa, esta unidade, definitivamente, nunca foi real. De modo inverso, sobressaía a tensão entre diferentes correntes, nas quais Varnhagen muitas vezes representava uma voz dissonante. De acordo com Cézár, “Varnhagen não se sentia bem no Instituto”⁸⁰. Uma das causas desse descompasso refere-se à defesa de Varnhagen quanto às raízes portuguesas, brancas e católicas para a formação da sociedade brasileira, negligenciando a questão da miscigenação, por exemplo.

De toda forma, Varnhagen submeteu formalmente sua *História Geral* ao Primeiro Secretário do IHGB, à época Joaquim Manuel de Macedo, para o exame da Comissão História do Instituto com a finalidade de sua publicação. No ofício, o historiador oitocentista expressa o zelo pela sua obra:

“Submetendo-o em todo caso à ilustrada censura dessa corporação, a que me associei tão do coração, me daria por feliz se ela se dignasse a protegê-la, perfilhando-a, como de um dedicado filho seu que é, declarando embora não se responsabilizar por tudo que diz o autor, como se procede geralmente acerca de todas as obras ou memórias acadêmicas.”⁸¹

Contudo, se frágeis eram as relações do historiador com os outros membros do Instituto, o que pode justificar a recepção negativa da obra, muito mais fortes foram seus laços com o Imperador. A proximidade com D. Pedro II levou Varnhagen a apelar para a sua proteção em carta datada de 14 de julho de 1857, na qual o autor justifica a relevância de seu livro para a definição da identidade nacional:

que nunca guardaram sua palavra com os portugueses, tocante à liberdade da religião católica”. Anexo à consulta do Conselho Ultramarino, de 8 julho de 1647. AHU, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3-A.

⁷⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Vol. 3. *Op. cit.* p. 98.

⁸⁰ CEZAR, Temístocles. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”. *Op. cit.* p. 181.

⁸¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa*. *Op. cit.* p. 201-3.

“[...] era para ir assim enfeixando-as / as províncias / todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em relação a outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de *nação*, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo, do modo que desterra o egoísmo, levando-nos a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e sua glória. [...]”⁸²

O recurso ao Imperador era muito utilizado por Varnhagen para resolver as cizânias internas no Instituto⁸³ que, no entanto, não obteve efeito imediato na questão da fria recepção do seu *História Geral*. Rejeitada nos primeiros momentos pelos membros do IHGB, a importância da obra de Varnhagen demorou bastante tempo para ser reconhecida, tornando-se paradigmática ao longo do século seguinte.

De qualquer forma, a produção de Varnhagen não se limita ao grande *História Geral* e, para o nosso objeto de estudo, interessa ainda a obra que o autor publicou em 1871 intitulada *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. O objetivo dessa obra é particularizar o período da denominada pelo autor, “invasão holandesa”. O livro reproduz a interpretação do autor publicada em sua obra clássica em muitos aspectos, mas inova sobretudo pelo recorte temporal, propondo um recuo de seis anos antes da dominação holandesa em Pernambuco para explicar a infrutífera passagem pela Bahia como parte da experiência invasora.

Desta maneira, Varnhagen mantém seu compromisso com a verdade histórica, conforme o modo de escrever história supracitado, admitindo seu posicionamento logo no prefácio da obra, digno de nota:

“Escusado julgamos dizer que procuramos sempre fazer justiça a todos, sem excetuar os próprios invasores. Não escrevemos, é verdade, segundo se pode até depreender do título deste trabalho, como escreveria um holandês; pela simples razão de que não o somos, e de que não está em nós mudar a nossa essência, nem deixar de ter patriotismo e de ter fé.”⁸⁴

Assim, é pelo ponto de vista da sua Pátria, o Brasil do século XIX, que Varnhagen se reporta à história da infância de seu país, que teria sido o período colonial, para contar os fatos passados. Nessa narração, mereceu uma atenção especial o momento em que, na sua interpretação, o território foi invadido por estrangeiros que ousaram dominar por um

⁸² Ibidem. p. 242.

⁸³ Varnhagen, monarquista, patriótico e católico, é um dos brasileiros que mais enviaram cartas ao imperador, que se configurava em uma espécie de seu interlocutor acadêmico. Ver: CEZAR, Temístocles. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”. *Op. cit.* p. 162.

⁸⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. (original de 1871). 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002. p. 25.

curto prazo de tempo, numa experiência que ficou marcada sobretudo pela luta contra essa ocupação.

Nesta História, a resistência ganha ares heroicos, transformada em defesa patriótica da terra, cujo líder Matias de Albuquerque é louvado e justificado inclusive pelas faltas que fora acusado e preso, à época. Segundo o parecer do historiador:

“Quando apareceram os desastres, não deixou de haver quem por eles increpasse unicamente a Matias de Albuquerque [...]. A verdade, em todo o caso, é que o novo governador, nos cinco meses, menos quatro dias, que esteve no seu posto, antes de se apresentar a esquadra inimiga, fez o quanto podia.”⁸⁵

Varnhagen constrói, então, uma história personificada de heróis e traidores, assumindo essa postura claramente: “procuraremos distinguir por meio de menções mais honrosas aos que melhor serviram, não duvidando até de mostrar entusiasmo ante aos atos mais meritórios, nem indignação na presença das crueldades ou abjeções”⁸⁶.

Dentre os traidores, o mais simbolicamente apontado por Varnhagen foi Calabar, culpado pela perda do território na fase inicial, quando, segundo sua interpretação, tão aguerridamente Albuquerque movia todos os esforços disponíveis para defender-se dos ataques e dos avanços dos holandeses. Isto porque a atuação de Calabar teria sido imprescindível ao lado dos flamengos, como “seu fiel guia, a princípio por todos os contornos do Recife, e mais tarde por toda a capitania e pela vizinhança”⁸⁷.

Desta forma, o mameluco teria sido responsabilizado por todos os avanços holandeses no território a partir de sua traição, até a conquista do território. Tal construção foi tão seriamente legitimada pelo historiador que a traição de Calabar tornou-se um marco cronológico na sua história, dividindo os acontecimentos em dois capítulos distintos: o primeiro intitulado “Desde a Perda de Olinda até a Deserção de Calabar”, tratando da eficácia da resistência antes de Calabar, que conseguira manter os flamengos encurralados no litoral; e o segundo, “Desde a Deserção de Calabar à Perda da Paraíba”, quando ocorre a derrota das forças de resistência graças à traição de Calabar.

De modo que a atuação dos holandeses, ao menos nessa fase inicial do conflito, definitivamente, não tem nenhum protagonismo na produção de Varnhagen. A conquista refere-se tão somente à falta de socorros da metrópole e à traição de Calabar. Reiterando o *História Geral*, em *História das Lutas com os holandeses no Brasil*, Varnhagen condenou Calabar duplamente, isto é, não somente pelo fato de ter desertado das fileiras

⁸⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil*. *Op. cit.* p. 73.

⁸⁶ *Ibidem.* p. 26.

⁸⁷ *Ibidem.* p. 96.

portuguesas, cuja traição foi “origem de tantas lágrimas para a Pátria”, mas também pelo exemplo que dera, “prestando serviços na guerra contra a sua Pátria”⁸⁸, abrindo caminho para a deserção de outros súditos.

Neste sentido, Domingos Fernandes Calabar, na visão de Varnhagen, quebrou o pacto de fidelidade com os portugueses, ao atuar no terreno da guerra diretamente do lado holandês, seja como guia, seja como mediador, seja como capitão; e ao ensinar-lhes as táticas, especialmente a guerrilha. Em suma, Calabar foi Traidor porque atuou, acima de tudo, como Colaborador dos holandeses.

O episódio da captura do desertor também ganhou destaque nesta obra, quando Varnhagen duvida da fidelidade dos holandeses para com Calabar, por ter sido o traidor entregue de forma pouco generosa, como se os “invasores” tivessem apenas se servido do tráfugo, mas não nutrissem apreço nenhum por sua pessoa, especialmente por parte das autoridades.

Quanto à insurreição pernambucana, em *História das Lutas com os holandeses no Brasil*, na história factual das pelejas diárias do conflito, sobressai a interpretação varnhageniana. Nesta matriz, avultam-se os grandes nomes, especialmente dos colonos que lutaram pela causa da “libertação” de Pernambuco, com grande destaque para a atuação qualificadamente patriótica de André Vidal de Negreiros, segundo Varnhagen.

No momento da história em que as posições se inverteram, isto é, os luso-brasileiros tomaram a ofensiva e os holandeses recuavam na defensiva, a união de todos os esforços pela causa contra o inimigo comum fazia-se primordial e a leitura da obra de Varnhagen demonstra isso claramente. Descrita de forma que a comunhão de forças parecesse inexorável em *História da Lutas*, o êxito da insurreição pernambucana foi coroado, segundo o historiador, pela vitória dos “nossos” e expulsão dos “invasores”.

Na sua escrita, emergiu a atuação dos chefes do exército restaurador, recompensados pela gloriosa defesa de sua terra e condecorados, nominalmente, pela história pátria varnhageniana. Além de André Vidal de Negreiros, Francisco Barreto, João Fernandes Vieira e Antônio Dias Cardoso; neste bojo, entraram, inclusive, os nomes do Capitão indígena Antônio Felipe Camarão, a quem abundam os adjetivos de “célebre varão índio”, “cortês”, “bem inclinado”, “comedido”, “bom-cristão”⁸⁹; e do Governador dos Pretos “Henrique Dias”, considerado um “valente” guerreiro.

⁸⁸ Ibidem. p. 94.

⁸⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil*. *Op. cit.* p. 248.

Da atuação dessas figuras, transformadas em heróis por Varnhagen, reside a gênese do nativismo brasileiro, marcadamente na história da “invasão holandesa”. Portanto, na matriz interpretativa varnhageniana, a história brasileira nasce em continuação da história portuguesa e durante a sua infância, isto é, o período colonial, mais precisamente na luta contra os invasores, estaria o berço da brasilidade, aflorando o nativismo. Então, da sua separação de Portugal, o Brasil emerge como um Estado que busca suas raízes para consolidar-se forte e centralizado.

A questão nativista, a partir da aliança entre as três raças, está presente na interpretação de Varnhagen, mas não é totalmente original. Embora não estivesse preocupado com o período de dominação holandesa nos seiscentos, Karl Friedrich Phillip Von Martius escreveu uma monografia histórica datada de 1843 intitulada: *Como se deve escrever a História do Brasil*. A obra foi a vencedora do concurso organizado pelo instituto.

Nesse tempo, ocupado com a questão da periodização, o IHGB ofereceu o prêmio de trezentos mil réis para a memória que oferecesse um plano para a escrita da história do Brasil, abrangendo os aspectos políticos, civil, eclesiástico e literário. A memória de Von Martius foi aprovada por satisfazer o programa do Instituto. Publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) em 1844⁹⁰, o autor, Phillip Von Martius, recebeu, pioneiramente, a “Medalha Pedro II”, nobre honraria conferida pelo IHGB por sua dedicação à historiografia brasileira.

Karl Friedrich Phillip von Martius foi um botânico, formado em medicina, que integrou a expedição científica que acompanhou a arquiduquesa da Áustria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, casada com o príncipe-herdeiro de Portugal, Brasil e Algarves, D. Pedro, para sua viagem ao Brasil. Juntamente com o zoólogo Johann Baptist von Spix, o botânico Von Martius permaneceu aproximadamente por quatro anos viajando pelo Brasil oitocentista para investigar a flora e a fauna, além das riquezas do território e das características das populações indígenas.

Durante este período, Von Martius conheceu de perto as características do povo brasileiro, o que serviu de subsídio para seu trabalho histórico. A importância da premiada obra *Como se deve escrever a história do Brasil* pode ser encontrada pela inauguração da interpretação da história do Brasil explicada pela perspectiva da miscigenação racial, isto

⁹⁰ MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, 6 (24), jan./1845. p. 381-403.

é, como união das três raças humanas. Isto significa que Von Martius foi o primeiro a sublinhar a participação dos índios e dos negros na história do Brasil.

Para Von Martius, os brasileiros eram o resultado da mistura dos elementos branco, índio e negro, confundindo “raças inteiramente diversas por suas individualidades, índole moral e física particular”. Na metáfora construída pelo autor, a explicação da mescla racial é usada para justificar a vocação do Brasil para o triunfo:

“O sangue Português, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos confluente das raças Índia e Etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla e, como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se verificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado.”⁹¹

Na mistura que deu origem a nação brasileira, a preponderância foi do elemento branco que aparece como “o descobridor”, “o conquistador”, “o senhor”, “o mais poderoso e essencial motor”, responsável pela civilização. Se o sangue português fora a matriz, Von Martius aponta para as forças indígenas e negras que “reagiram sobre a raça dominante”, concorrendo para o desenvolvimento “físico, moral e civil da totalidade da população”.

De qualquer modo, a história do Brasil de Von Martius, praticamente contemporânea à obra de Varnhagen, a não ser pela distância de algumas décadas, também parte do descobrimento português, sublinhando a história da expansão comercial portuguesa. Segundo o botânico, ao acharem a terra de Santa Cruz, os portugueses acharam também os “aborígenes americanos”, interpretados como sendo “homens em estado primitivo”⁹².

Em seu trabalho, Von Martius enfatiza a posição guerreira dos portugueses no desde o princípio da colonização do Brasil, o que teria contribuído para a rápida expansão no interior, bem como para a defesa do território e suas fronteiras, como salienta no caso da guerra contra os holandeses. Isso significa que, nas palavras do botânico: “[...] o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido senão em seu nexos com as façanhas marítimas, comerciais e guerreira dos portugueses [...]”⁹³.

⁹¹ Ibidem. p. 383.

⁹² Ibidem. p. 388.

⁹³ Ibidem. p. 389.

Contudo, Von Martius apenas tangencia esse assunto, não aprofundando qualquer temática específica da História do Brasil, uma vez que o objetivo da obra não era esse. Como um referencial metodológico, Von Martius oferece subsídios para pensar a História do Brasil, cuja principal perspectiva defendida refere-se à integração das três raças – branca, índia e negra –, embora a partir de desiguais níveis de contribuição para a constituição do país.

É importante salientar ainda que Von Martius defende a feitura de uma história que chama de pragmática, sobretudo pelo compromisso com a “verdade histórica”, num engajamento muito parecido com o de Varnhagen, como observamos há algumas páginas. Para os historiadores do Oitocentos, o pragmatismo na escrita da História reside precisamente na fidelidade ao documento do passado. Quanto às fontes para a História colonial, Von Martius chama a atenção para a relevância das narrações contidas nos diários de viagens, especialmente aquelas que foram dirigidas para descoberta e/ou incursões para o interior do território.

Desta forma, pode-se perceber que o intuito subjacente na obra de Von Martius: a preocupação com a história da Pátria. Não exclusiva de *Como se deve escrever a História do Brasil*, a tônica da conformação da identidade nacional parece ter conformado grande parte da produção oitocentista inaugurada com Von Martius, na qual se inclui Varnhagen. Orientado pela visão da História como “mestra da vida”, o botânico revela claramente a utilidade de uma obra histórica em: “deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas”⁹⁴.

Com Von Martius, a questão da identidade brasileira é resolvida pela chave do nativismo. Assim, encontramos em *Como se deve escrever a história do Brasil* uma espécie de gênese do nativismo brasileiro a partir da ideia da união das três raças, como fora claramente exposto por Von Martius na conclusão da obra:

“Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças etiópicas e índia.”⁹⁵

Tal nativismo é parcialmente recuperado por Varnhagen em sua produção especificamente quando trata do momento histórico da expulsão dos invasores,

⁹⁴ Ibidem. p. 396.

⁹⁵ Ibidem. p. 394.

considerando a colaboração das tropas negras comandadas por Henrique Dias e das tropas indígenas sob a liderança de Felipe Camarão para lutarem na restauração de Pernambuco. No entanto, o protagonismo na *História das Lutas com os Holandeses no Brasil* continua sendo do elemento branco, sobretudo por orquestrar todo o movimento através da atuação de André Vidal de Negreiros, Francisco Barreto e João Fernandes Vieira.

Portanto, segundo a historiografia tradicional, teria sido a insurreição pernambucana (1645-1654) o primeiro movimento da História do Brasil a congregar forças dos três elementos formadores do país – o branco, o índio e o negro, unidas pelo mesmo fim: expulsar o invasor. Com *História Geral do Brasil*, Varnhagen cumpre o programa idealizado por Von Martius, ao identificar como componente essencial na expulsão dos holandeses o nativismo, monumentalizado pela brava resistência dos luso-brasileiros, de forma que neste acontecimento se encontraria o berço da nacionalidade.

Contudo, principalmente a obra de Varnhagen, apesar de bem documentada e atenta aos propósitos de seu tempo, de escrita de uma História que se pretendesse oficial, a História da Pátria, não encontrou uma acalorada recepção à sua época, demorando algum tempo para obter qualquer reconhecimento. Foram os trabalhos de João Capistrano de Abreu (1853-1927) que, ainda em finais do oitocentos, reabilitaram o *História Geral do Brasil*. Trabalhos que datam de 1878⁹⁶ e de 1882⁹⁷, os quais iluminaram a produção varnhageniana.

Em um necrológio publicado no ano da morte de Varnhagen no *Jornal do Comercio*, Capistrano de Abreu recuperou as qualidades e a obra do Visconde de Porto Seguro, sempre elogiosamente, embora não se exima de tratar dos defeitos do historiador, explicando o motivo provável da falta de alianças dentro do instituto: “Varnhagen não primava pelo espírito compreensivo e simpático [...]”⁹⁸.

Apesar da personalidade de Varnhagen, em certa medida criticada por Abreu, e da ausência de síntese histórica em seus escritos, era imperativo reconhecer a produção varnhageniana, cujos dotes foram apontados pelo autor do necrológio: “mesmo assim a obra de Varnhagen se impõe ao nosso respeito e exige a nossa gratidão, e mostra um

⁹⁶ ABREU, Capistrano de. “Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro” (Original de 1878). In: *Ensaios e Estudos*. 1ª. Série. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931. p. 125-142. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00158110#page/129/mode/1up> Acesso em 28 abr. 2017.

⁹⁷ ABREU, Capistrano de. “Sobre o Visconde de Porto Seguro” (Original de 1882). In: *Ensaios e Estudos*. 1ª. Série. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931. p. 193-218. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00158110#page/129/mode/1up> Acesso em 28 abr. 2017.

⁹⁸ ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen. *Op. cit.* p. 138.

grande progresso na maneira de conceber a história pátria”⁹⁹. A exaltação do trabalho de Varnhagen deve-se sobretudo ao que Capistrano de Abreu identificou como a origem do verdadeiro ponto de vista nacional para a história do país.

Neste sentido, Abreu reconhece a importância da obra de Varnhagen, seus métodos, instrumentos e princípios para a consolidação da História como ciência em pleno século XIX. Para Capistrano de Abreu, teria sido Varnhagen o precursor da historiografia brasileira, quem muito teria contribuído para a profissionalização do campo.

No artigo publicado na Gazeta de Notícias, no Rio de Janeiro, em 1882, Abreu discorreu de modo laudatório a produção de Varnhagen sobre a história do Brasil desde o século XVI. Neste sentido, Capistrano de Abreu aponta para os escritos varnhagenianos sobre a história da guerra holandesa pela larga completeza na abordagem do assunto. Embora reconheça a existência de falhas, sobretudo em *História Geral*, Abreu admite que se trata de uma obra incomparável pela vastidão dos acontecimentos narrados.

Em termos metodológicos, a crítica de Abreu é dirigida ao que há de crônica no trabalho de Varnhagen, embora afirme que o caráter histórico prevaleça. Na opinião de Capistrano de Abreu: “a *História Geral* é um dos livros mais ariscos e fugidios que conhecemos”¹⁰⁰, no qual a cada leitura seriam reveladas novas facetas a serem estudadas. Por isso, Capistrano considera que ler Varnhagen somente uma vez é o mesmo que ler nenhuma.

Deste modo, o grande mérito da produção do Visconde de Porto Seguro sublinhado por Abreu é a monumentalidade de uma obra que ao interpretar os eventos do passado brasileiro acaba por criar uma história definitiva para o Brasil. Tão definitiva que o próprio Capistrano chegou a iniciar, em 1906, uma revisão para uma nova edição de *História Geral*, a qual somente foi concluída em 1926 por Rodolfo Garcia.

Por isso, pode-se atribuir a Capistrano de Abreu a responsabilidade pela reabilitação de Varnhagen, alçado a um patamar de primeiro historiador brasileiro. Quanto à relevância de sua produção, Abreu conjectura a projeção futura de *História Geral* no artigo supracitado: “daqui a séculos também a obra de Varnhagen será lida, porém por profissionais, que a consultarão como um dicionário de arcaísmos [...]: o povo só o conhecerá de tradição”¹⁰¹.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. *Op. cit.* p. 204.

¹⁰¹ Ibidem. p. 214.

Em suma, no lugar da tradição, Abreu põe o mestre Varnhagen. No entanto, com o intuito de escrever uma nova história do Brasil, pretensamente inovadora, Capistrano de Abreu acaba por endossar muitos aspectos da perspectiva varnhageniana. Dessa forma, em *Capítulos de História Colonial*, obra publicada originalmente em 1907, Capistrano também trabalha com os antecedentes indígenas, numa introdução geográfica e antropológica à história do país, que começou verdadeiramente com o descobrimento português¹⁰². Ao pensar o Brasil a partir de 1500, com a chegada dos portugueses e o início do processo de europeização do território, Capistrano de Abreu não superou a interpretação historiográfica de Varnhagen em grandes termos, ao contrário, acabou por consolidar a tradição precedente.

Quanto ao capítulo sobre a dominação holandesa no Brasil Colonial, Capistrano chamou de “Guerras flamengas” e seguiu basicamente o modelo varnhageniano, chamando os holandeses de “invasores” e de “inimigos”, exaltando a resistência comandada por Matias de Albuquerque, enfatizando a versão portuguesa do conflito. Neste sentido, as questões militares e a dimensão da luta foram recuperadas também por Capistrano, afinal: “a dominação holandesa era um fato; não era, nunca seria um fato consumado”¹⁰³.

Seguindo a interpretação de Varnhagen, Capistrano também atribui a Domingos Fernandes Calabar a culpa pela perda do território para os holandeses no primeiro momento do conflito, que finda com a queda do Arraial do Bom Jesus, bastião da resistência. Em *Capítulos da História Colonial*, Calabar é um contrabandista, o que explicaria suas qualidades bem aproveitadas pelos flamengos e muito lamentadas entre os portugueses. Em breve apreciação digna de reprodução, Abreu reflete a conduta do desertor:

“[...] para professar o contrabando assinalavam-no a audácia, a presença de espírito, a fertilidade de invenções, o profundo conhecimento das localidades. Era o único homem capaz de se medir com Matias de Albuquerque, e como tinha sobre este a vantagem de dispor do mar, desfechou-lhe os golpes mais certos.”¹⁰⁴

Assim, Capistrano especula os motivos da traição de Calabar aos portugueses, elencando três possíveis razões, a saber: a ambição, a esperança de ter reconhecimento entre os estrangeiros e o desânimo frente à guerra, dando como certa a vitória dos

¹⁰² ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial* (Original de 1907). 7. ed. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

¹⁰³ Ibidem. p. 124.

¹⁰⁴ Ibidem. p. 125-126.

holandeses. Na sequência, tal qual Varnhagen, Abreu descreve os feitos de Calabar, os quais teriam justificado os avanços flamengos no território.

No cenário tirânico que teria caracterizado o domínio flamengo, segundo o desenho do historiador, torna-se compreensível a conjunção de esforços para libertar Pernambuco do jugo dos holandeses: “norteiros emigrados e reduzidos à miséria, baianos, cujos engenhos devastavam tantas expedições marítimas dos flamengos, alimentavam profundo rancor contra os seus malfeitores; padres e frades espoliados e expulsos irritavam a consciência religiosa.”¹⁰⁵

Neste sentido, a insurreição pernambucana é justificada e aparece, nas linhas de Capistrano, como um movimento quase natural, cujos acontecimentos corriam para o fim conhecido. Para esse conflito, Abreu elegeu João Fernandes Vieira para o papel de grande herói e libertador de Pernambuco, atribuindo-o uma responsabilidade bem maior que o personagem tivera na obra de Varnhagen.

Na conclusão do capítulo, Abreu converteu o movimento insurrecional em uma guerra do nacionalismo de Olinda contra o mercantilismo holandês, na qual “venceu o espírito nacional”, reproduzindo a fórmula nativista conforme os historiadores que o precederam. Neste sentido, a restauração de Pernambuco havia sido transformada em uma obra coletiva para a qual confluíram forças chamadas nacionais, identificadas por Capistrano em: “reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina”¹⁰⁶.

Deste modo, podemos perceber como a interpretação historiográfica de Varnhagen não foi facilmente superada. Do contrário, é possível verificar o enraizamento do modelo varnhageniano de História do Brasil nos manuais didáticos elaborados no século XIX para instrução dos alunos do Ginásio Nacional, hoje Colégio Pedro II, no ensino da disciplina História. Dentre esses materiais, vale analisar o conteúdo das *Lições de História do Brasil*, escrita pelo Doutor Joaquim Manuel de Macedo (1820–1882) e do *História do Brasil, Curso Superior*, de autoria de João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, conhecido como João Ribeiro (1860-1934).

Joaquim Manuel de Macedo foi um médico e escritor que se tornou grande ícone da literatura nacional ao publicar o romance *A Moreninha* em 1844. Abandonando a carreira de medicina, Macedo dedicou-se à vida intelectual, atuando como jornalista,

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Ibidem. p. 139.

político, professor, poeta, teatrólogo, memorialista e romancista. Na companhia de Gonçalves Dias e de Manuel José de Araújo Porto-Alegre, Macedo fundou a revista Guanabara; na política, ocupou os cargos de deputado provincial por três vezes consecutivas entre 1850 e 1859 e de deputado geral entre os anos de 1864 a 1868 e de 1873 a 1871; no ensino, foi professor de História e Geografia do Colégio Pedro II¹⁰⁷.

Na carreira intelectual, Dr. Macedo foi membro ativo do Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte desde 1866 e é o patrono da cadeira de número vinte da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Salvador de Mendonça. Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Manuel Macedo foi sócio fundador, secretário e orador desde 1845.

De seu tempo no IHGB, Dr. Macedo foi responsável por proferir o discurso em memória de Varnhagen, por ocasião da morte do Visconde de Porto Seguro. Em suas palavras laudatórias, Macedo refere-se à obra de Varnhagen e à sua capacidade afirmativa de escrever sobre a História. Segundo a avaliação do romancista: “Varnhagen foi um homem-monumento”¹⁰⁸.

A admiração de Macedo pelo Visconde de Porto Seguro se traduziu em seu manual didático. Produzidas entre os anos de 1861 e 1865, as *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária* enraízam muito da interpretação histórica construída por Varnhagen. A proposta do livro era apresentar um método para trabalhar com a História do Brasil no ensino da disciplina escolar de História. Então, as lições foram construídas cronologicamente, contendo resumos, explicações, glossários de termos, quadros e questionários.

Em relação à abordagem histórica, Macedo inicia o livro nos antecedentes da colonização portuguesa. As chamadas “ideias preliminares”¹⁰⁹, título da primeira lição, referem-se à história da constituição de Portugal, seus reis e as causas que o levaram à expansão marítima. De forma que o Brasil só passou a possuir História a partir de seu “descobrimento” realizado pelos portugueses no ano de 1500, matéria da segunda lição¹¹⁰, num modelo propriamente varnhageniano.

¹⁰⁷ Dados biográficos segundo o sítio eletrônico da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=905&sid=218> Acesso em 10 mai 2017.

¹⁰⁸ Discurso de Joaquim Manoel de Macedo. *RIHGB*. Rio de Janeiro, n. 41, p. 471-506, out.-dez./ 1978. p. 489.

¹⁰⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária*. (original de 1861-5). 10. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Garnier, 1907. p. 3-12.

¹¹⁰ *Ibidem*. p. 13-20.

No que tange às lições referentes ao período de dominação holandesa, Macedo trata, na décima sétima lição, da investida dos flamengos em Salvador entre 1624 e 1625, chamada de “Primeira Invasão dos Holandeses” como uma consequência direta do “governo opressor e cruel de Felipe II, rei da Espanha”¹¹¹. No final da lição, enfatizou Macedo que os holandeses tiveram “má fortuna” graças ao envio de reforços de Madri para a defesa da capitania sede da colônia.

Contudo, o período de dominação holandesa em Pernambuco é tratado mesmo, por Macedo, a partir da décima oitava lição, intitulada “Segunda Invasão dos Holandeses”. A temática ocupa aproximadamente cinquenta e sete páginas do manual de Macedo¹¹². São seis capítulos dedicados às questões da dominação holandesa no Brasil colonial, chamada por Macedo de “Guerra holandesa”, os quais seguem a estrutura da obra pensada pelo romancista, abordando os fatos históricos, seguidos de significações dos termos usados, acompanhados de quadros sinóticos e, para finalizar cada lição, perguntas sobre a matéria tratada.

A divisão cronológica do período segue os subtítulos das ‘lições’, a saber: lição décima oitava intitulada “Segunda invasão dos holandeses – Perda de Olinda e do Recife e subsequente guerra até a retirada de Mathias de Albuquerque, 1630-1635”; lição décima nona intitulada “Desde a retirada de Mathias de Albuquerque até a aclamação de D. João IV no Brasil, 1635-1641”; lição vigésima dedicada ao “Estado do Maranhão e as diversas capitanias da Bahia para o sul, desde a primeira invasão dos holandeses até a restauração de Portugal, 1624-1641”; lição vigésima primeira intitulada “Desde a aclamação de D. João IV até o rompimento da insurreição pernambucana, 1641-1645”; lição vigésima segunda intitulada “Desde o rompimento da insurreição pernambucana até a primeira batalha dos Guararapes, 1645-1648”; lição vigésima terceira intitulada “Desde a segunda batalha dos Guararapes até o Tratado de Paz celebrado entre Portugal e Holanda, 1648-1661”.

Quanto ao conteúdo, Macedo considera que a “Guerra holandesa” se inicia quando a Companhia das Índias Ocidentais ataca Pernambuco em 1630. Todavia, para o autor das Lições de História do Brasil, a conquista da capitania não foi tão fácil, graças à defesa do terreno pela povoação sob o comando de Matias de Albuquerque, resumido no quadro sinódico que termina a lição como um grande general português e governador de

¹¹¹ Ibidem. p. 144.

¹¹² A análise do material baseou-se na décima edição revista e atualizada da obra, publicada em 1907 pela Garnier.

Pernambuco. Assim, já no primeiro ataque, narrou Macedo que “resistiram n’aquele o bravo capitão Antônio de Lima e algumas dezenas de intrépidos soldados [...]”¹¹³.

Apesar da defesa, os holandeses conquistaram o território, fato do qual lamentou o romancista, pois “sucedeu ao pânico a reação do patriotismo”¹¹⁴. De toda forma, Macedo enfatiza a organização da defesa que fundou um arraial da resistência e criou um sistema de companhia de emboscadas, feitos que lograram êxito por quase dois anos, por impedir a comunicação dos invasores com o interior do território, conseguindo contê-los no litoral de Pernambuco.

Entretanto, a sorte dos holandeses havia mudado a partir de 1632 devido à atuação de Calabar, chamado de brasileiro na narrativa de Macedo. A atribuição da perda do território pela deserção do mameluco segue a culpabilização de Calabar como traidor por Francisco Adolfo de Varnhagen, na passagem de Macedo digna de reprodução:

“Mas vem desgraçadamente um brasileiro mudar o aspecto da guerra: Domingos Fernandes Calabar, natural de Porto Calvo, grande conhecedor da terra e costa de Pernambuco, bravo e inteligente, depois de servir com distinção no Campo Real do Bom Jesus desde o princípio da guerra, desertou para o campo holandês no dia 20 de abril de 1632, e tornou-se motor dos maiores desastres que experimentaram as armas pernambucanas.”¹¹⁵

Desta maneira, as Lições de Macedo seguem enfatizando o protagonismo de Calabar como guia, capitão e articulador das principais emboscadas armadas, desta vez, pelos flamengos para adentrarem no território. As conquistas dos “invasores” são narradas por Macedo em contrapartida da “heroica resistência” do exército pernambucano que tentava defender a localidade, num binômio já inaugurado por Varnhagen em suas obras sobre período de dominação holandesa na colônia.

A respeito da deserção de Calabar, no questionário ao final da lição, Macedo dedica pelo menos seis questões cujas respostas induzem a participação do desertor, desde perguntas como “Que fato marca a data de 20 de abril de 1632 e que importância teve esse fato?” até “Até dezembro de 1635 que vitórias ganharam os holandeses e quem foi o principal instrumento destas vitórias?”¹¹⁶.

A diferença marcante de Macedo para Varnhagen na abordagem da traição de Calabar é, no entanto, considerar o mameluco como “brasileiro”, convertendo o sentimento de pertença do mameluco a um patriotismo a um pretense Brasil existente no

¹¹³ MACEDO, Joaquim Manuel de. Lições de História do Brasil... *Op. cit.* p. 155.

¹¹⁴ *Ibidem.*

¹¹⁵ *Ibidem.* p. 157.

¹¹⁶ *Ibidem.* p. 165.

século XVII, bem antes da independência e da formação do Estado Nacional do século XIX, no qual o autor escreve.

Com a punição merecida de Calabar, quem “pagou com a vida a sua deserção”¹¹⁷, terminou Macedo a décima oitava lição, fechando um capítulo das “Guerras holandesas”, que até em termos de divisão cronológica se assemelha à produção varnhageniana. De forma que, a lição termina quando é rendido o principal posto de defesa de Pernambuco, caindo a resistência. A vitória inicial dos holandeses significou a retirada de Albuquerque com seu exército para Alagoas, numa marcha reconhecida por Macedo como o “majestoso cortejo do povo que emigrava por patriotismo”¹¹⁸.

Ainda em *Lições de História do Brasil*, é possível perceber a visão da insurreição pernambucana como uma ação orquestrada pelo governador-geral do Brasil, Antônio Teles da Silva, para a qual confluíram uma união de forças das mais diversas para o bem comum, que seria a expulsão do invasor. Na configuração do exército pernambucano, constavam os esforços de praticamente todas as categorias coloniais, que “[...] a 13 de junho de 1645, soltaram o grito de liberdade, tomando as armas para se libertar do jugo holandês”¹¹⁹.

Desta maneira, Macedo narra a insurreição pernambucana, matéria que começa a ser tratada na lição vigésima segunda, como um movimento imbuído por uma série de fatos heroicos e por um conjunto de brilhantes proezas militares. Dentre os protagonistas do movimento, chamados de “cabeças da conspiração” pelo autor, Macedo destaca nomes como André Vidal de Negreiros, Antônio Cavalcanti, João Fernandes Vieira, Antônio Dias Cardoso, “o bravo Henrique Dias com toda a sua gente” e “o famoso D. Antônio Felipe Camarão com os seus índios”¹²⁰.

Contudo, é flagrante perceber que a direção da insurreição, nas *Lições* de Macedo, estava mesmo a cargo dos comandantes, geralmente brancos e/ou portugueses. De acordo com Macedo, os grandes motores da revolução foram a religião e o patriotismo. Por tais estandartes, a insurreição tomou corpo e os rebeldes foram derrubando todas as fortalezas que defendiam o Recife holandês. Assim, foi sendo restabelecido o domínio português em todas as praças antes conquistadas pelos flamengos.

¹¹⁷ Ibidem. p. 159.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem. p. 188.

¹²⁰ Ibidem. p. 187-188.

Apesar da importância das batalhas militares ocorridas durante a insurreição, Macedo salienta que a capitulação de Taborda, como o acordo de entrega dos sítios ocupados, pôs um ponto final à guerra campal, mas não determinou a questão, cuja querela continuou a ser desenrolada em terreno diplomático até o reconhecimento definitivo do poderio português junto às capitanias do norte do Brasil colonial, conseguido através de um tratado de paz com a Holanda, assinado em agosto de 1661.

Por conseguinte, pode-se pensar que a narração da “Guerra holandesa” por Macedo, de maneira sintética e simplificada para fins didáticos no manual de Manuel de Macedo segue o modelo de “História das lutas com os holandeses no Brasil” de Varnhagen, não apenas pela ênfase numa história militar factual, mas principalmente por enraizar a tradição construída ao exaltar a resistência, culpabilizar Calabar e enaltecer a formação de um exército pernambucano, a quem se atribuiu a vitória definitiva com a restauração pernambucana em 1654.

Outro exemplo de manual didático elaborado na virada do século XIX para o século XX que segue, em muitos aspectos, o modelo de interpretação histórica construído por Varnhagen é a obra *História do Brasil, curso superior*, de João Ribeiro. Trata-se de um filólogo, historiador, pintor, poeta, crítico literário, jornalista e tradutor brasileiro. Formado em Direito, João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes dedicou-se mesmo ao magistério, tendo ocupado o cargo de Professor de História da Civilização e de História do Brasil do Ginásio Nacional, hoje Colégio Pedro II¹²¹. Assim como Joaquim Manuel de Macedo, João Ribeiro teve lugar na Academia Brasileira de Letras, sendo o segundo ocupante da cadeira de número trinta e um.

Dedicado ao ensino de História, durante sua carreira no magistério, João Ribeiro propôs um manual didático para lecionar a disciplina. Com o objetivo supostamente inovador, o material escrito por Ribeiro enquadrava o ensino de História nos princípios da educação moderna, seguindo correntes pedagógicas próprias da época. Por isso, o historiador estava preocupado em modernizar o método e a abordagem do conteúdo histórico.

Uma dessas inovações propostas por Ribeiro era a concepção do ensino histórico geográfico, a partir de uma abordagem integrada da História e da Geografia. Desta

¹²¹ Com a Proclamação da República, o Imperial Colégio de Pedro II passou a se chamar Instituto Nacional de Instrução Secundária e, logo, depois, Ginásio Nacional. Contudo, as inovações na nomenclatura do colégio tiveram vida curta e, em 1911, foi restabelecido o nome original. Cf. ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: um Lugar de Memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

maneira, o *História do Brasil*¹²², originalmente publicado em 1900, é um manual didático voltado para o curso superior, como enuncia o autor, composto pela narração de fatos fundamentais da história nacional, mediado pela exposição da filosofia e filiação dos fatos através de analogias e pela construção de interdependências geográficas¹²³.

Outra marca da obra de João Ribeiro é a crítica ao emprego da história como instrumento para exaltação patriótica, de maneira que o autor defendia a narração dos fatos através do encadeamento das causas e dos efeitos e da descrição de personagens e de cenas. Segundo Araripe Júnior, o manual de Ribeiro inaugura uma nova era no ensino de História no país, na qual “não se exigem mais da história lições de moral, nem exemplos cavaleirescos, nem cenas dramáticas ou pitorescas”¹²⁴.

Também acerca da abordagem da História, João Ribeiro pretende-se moderno, criticando, na introdução escrita para a primeira edição da obra, os livros didáticos contemporâneos sobre a história pátria por abordar excessivamente a História sob a lógica dos governadores e da administração. Declaradamente seguidor de Von Martius¹²⁵, Ribeiro acreditava que era “[...] nas suas feições e fisionomia própria, o Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros”¹²⁶.

No entanto, a análise do material didático de Ribeiro permite imaginar a dificuldade de escapar dos paradigmas vigentes a esta altura, uma vez que o autor acaba reproduzindo muito dos discursos de um historiador do qual mais critica: Varnhagen¹²⁷. Assim, João Ribeiro explica a época do Brasil colonial pelo espírito de navegação e de expansão econômica europeus, escrevendo sua História, então, partindo do Descobrimento, temática do primeiro capítulo.

Nestes termos, o tempo do Brasil Império é visto como “o último vestígio da sociedade e do liberalismo colonial, é ao mesmo tempo o mais delicado e o mais tênue

¹²² RIBEIRO, João. *História do Brasil, curso superior* (Original de 1900). 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1901.

¹²³ De acordo com T. A. Araripe Junior, quem fez o Prólogo da segunda edição do material, publicado em 1901. Edição a qual serviu para a análise no presente trabalho.

¹²⁴ ARARIPE JR., T. A. “Prólogo”. In: RIBEIRO, João. *História do Brasil*. *Op. cit.* p. xii-xiii.

¹²⁵ Em nota ao final do livro, João Ribeiro assumiu: “segui à letra as indicações de Martius sobre a legislação a respeito dos índios e do tráfico de escravos, e os admiráveis conselhos da sua dissertação: Como se deve escrever a história do Brasil.” RIBEIRO, João. *História do Brasil*. *Op. cit.* p. 390.

¹²⁶ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. *Op. cit.* p. xviii.

¹²⁷ Sobre a História do Brasil de Varnhagen, Ribeiro pondera: “[...] ainda que a mais exata e erudita, não tem os atrativos da verdadeira história, e o seu autor é alheio a toda a emoção que não seja puramente crítica, a de verificar datas, notar e descobrir os desacertos ou falhas dos que lhe desagradam.” RIBEIRO, João. *História do Brasil*. *Op. cit.* p. 390.

[...]”, afinal, a partir da independência em relação à metrópole, “o Brasil terá que andar sozinho, e desabitado do trabalho, ganhar o pão amargo da vida chamada independente”¹²⁸. Desta forma, Ribeiro reproduz a metáfora própria da interpretação varnhageniana de pensar o Brasil como filho de Portugal e acaba por enraizar a periodização clássica da historiografia nacional.

Apesar de ter sido publicado em 1900, o manual didático de João Ribeiro termina na proclamação da República, uma vez que o próprio autor admite a impossibilidade de emitir juízos históricos sobre fatos tão contemporâneos. Segundo Ribeiro, trata-se de um livro “destinado ao esquecimento das paixões do presente e à glorificação de nossa história”¹²⁹ e, também na exaltação da história nacional, assemelha-se a Varnhagen.

A história da “guerra holandesa”, isto é, do período de ocupação flamenga nas capitâneas do Norte da colônia aparece, em *História do Brasil*, narrada juntamente com outra invasão, a francesa no Rio de Janeiro, no terceiro capítulo da obra intitulado “Luta pelo comércio livre contra o monopólio (franceses e holandeses)”. Assim, são dedicadas apenas vinte páginas subdivididas em quatro tópicos que tratam das seguintes temáticas: “8- O verdadeiro antecedente da invasão holandesa”; “9- Invasão. Perda e restauração da Bahia (1624-1625)”; “10-Invasão de Pernambuco. Guerra da libertação (1630-1649)”; “11-Verzuimd Braziel”¹³⁰.

De acordo com a visão de Ribeiro, nem todos os fatos históricos podem ser explicados pelo prisma político. Por isso, o historiador considera insuficiente a justificação da invasão holandesa no Brasil Colonial pela guerra de independência e liberdade religiosa movida pela Holanda contra a Espanha. Na interpretação de João Ribeiro, a agressão dos holandeses ao Brasil teve mesmo um “princípio superior”, consequência direta dos descobrimentos do novo mundo, que era a “luta do livre comércio contra o monopólio”¹³¹.

Na justificativa, Ribeiro alega a antiga presença de piratas holandeses no litoral de Pernambuco. No entanto, a diferença está no objetivo flamengo, o qual antes visava meramente a pilhagem movida por corsários e, por volta das décadas de 1620/1630, a guerra era movida contra o monopólio espanhol que fechava o mercado colonial aos estrangeiros, e não pelo desejo de apropriação da colônia por parte dos neerlandeses.

¹²⁸ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. *Op. cit.* p. xx.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ Expressão traduzida como “Brasil desamparado” pelo autor. RIBEIRO, João. *História do Brasil*. *Op. cit.* p. 127.

¹³¹ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. *Op. cit.* p. 112.

Como prova para esta tese, o historiador apresentou o Tratado de Paz de Haia, cujas condições fazia constar nitidamente a garantia de livre comércio no Brasil para os holandeses.

Desta maneira, João Ribeiro propõe uma explicação original para a motivação holandesa da invasão, baseada, sobretudo, na lógica econômica. Contudo, o historiador não consegue escapar da história política e, ao narrar a invasão propriamente dita, recua até a fundação das companhias de comércio neerlandesas para explicar a primeira investida flamenga, frustrada, na Bahia.

Da abordagem da “invasão” de Pernambuco, assim como no primeiro ataque a Salvador, João Ribeiro enfatiza a organização da defesa local chefiada por Matias de Albuquerque, que preparavam, nas palavras do historiador, “emboscadas e guerrilhas com soldados e patriotas” que entrincheiravam o meio do caminho¹³². O próprio historiador reconhece a exaltação da resistência pelos cronistas da época, embora termine por reproduzi-la ao acreditar em sua real eficácia no desbaratamento da organização dos holandeses, não os deixando avançar no terreno.

Para justificar a ruptura no impasse da guerra holandesa, também neste manual o nome de Calabar foi mencionado, novamente enquanto brasileiro. Entretanto, João Ribeiro relativiza a culpa que a historiografia faz recair sobre o mameluco ao advertir que tais construções “emprestaram um prestígio sobre-humano de fazer voltar a fortuna para o lado dos que, aliás, sempre desde o começo a tiveram”¹³³.

Desta forma, na visão de Ribeiro, era mesmo inevitável a perda de Pernambuco, como uma consequência direta da invasão dos holandeses e dos escassos recursos direcionados para sua defesa por parte da Espanha. Pela leitura do manual, pode-se considerar que Ribeiro relativiza o poder decisivo atribuído à deserção de Calabar, mas não nega a traição do brasileiro, quem terminou “expiando no patíbulo o preço da infâmia”¹³⁴.

Da chamada resistência brasileira, ainda viva dos primeiros momentos da guerra holandesa, nasce, segundo a interpretação de Ribeiro, a insurreição pernambucana como uma “guerra de libertação”. À frente do movimento, o historiador chama a atenção para a figura do opulento fazendeiro João Fernandes Vieira, chamado de “o Governador da

¹³² Ibidem. p. 122.

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Ibidem. p. 123.

Liberdade” e, nas páginas seguintes, de “a alma da insurreição”¹³⁵. Na narração da insurreição, Ribeiro destaca as inúmeras batalhas ocorridas e a vitória final como “obra exclusiva dos patriotas” e não dos portugueses, exaltando a resistência e descreditando a participação da metrópole. Logo, o historiador glorifica o movimento pelo seu caráter de obra coletiva e pela capacidade aglutinadora de forças.

No último tópico do capítulo que aborda a guerra holandesa, João Ribeiro faz um exame nostálgico da época do Brasil holandês, principalmente pelo contato com povos que seriam o “exemplo de cultura liberal” e civilização, em contrapartida à “decadência espanhola” que havia se instalado desde os tempos da união dinástica. Na avaliação do historiador: “a aversão dos brasileiros foi desaparecendo e mudou-se afinal em agradecida simpatia”¹³⁶.

A ode ao tempo do Brasil holandês apresentada de maneira inovadora por Ribeiro dirigia suas palavras laudatórias a uma figura principal: Maurício de Nassau. Afinal, era do tempo nassoviano que o historiador se referia para explorar o contato do Brasil com as opulências da cultura holandesa. Este momento, segundo Ribeiro, trata-se de um período de ouro da história brasileira, que findou imediatamente com a partida do príncipe, nas palavras do historiador: “d’áí data a ruína do Brasil holandês”¹³⁷.

Assim, João Ribeiro constrói uma interpretação bastante laudatória ao governador Maurício de Nassau, descrito com uma série de predicados, e cujo governo, conferia ao Brasil a possibilidade de gozar de uma paternal proteção. O esquecimento do tempo de Nassau por parte da historiografia brasileira parecia algo ao qual João Ribeiro muito lamentou.

De uma certa maneira, ao enaltecer a administração nassoviana, o historiador acabou contribuindo para a criação de uma aura mítica sobre a figura de Nassau que deturpou os próprios propósitos de seu governo, orientados, fundamentalmente, pelo que a interpretação de Ribeiro quis enxergar: “vindo governar o Brasil, o conde de Nassau trazia o propósito de criar além do Oceano uma pátria livre”¹³⁸.

No entanto, João Ribeiro exagera na comparação do tempo do governo de Nassau, o qual teria dado a oportunidade primeira ao Brasil de experimentar um regime de liberdade, em contrapartida ao “tempo da elevação dos homens leigos e de corruptos

¹³⁵ Ibidem. p. 126 e 128.

¹³⁶ Ibidem. p. 128.

¹³⁷ Ibidem. p. 130.

¹³⁸ Ibidem. p. 128.

funcionários, o ardor da fortuna rápida e da licença outrora reprimida da plebe”¹³⁹, próprio dos governos ibéricos.

De todo modo, pode-se pensar que a historiografia ora em análise consolidou-se como um paradigma ou uma leitura clássica sobre o período, construindo a memória do “período holandês” no Brasil, em relação ao projeto oficial de construção da Nação no século XIX. Por isso mesmo, era uma historiografia ideológica, pois, apesar da excelente pesquisa documental que fizera, apresentou-se inegavelmente empenhada em construir a brasilidade da jovem monarquia imperial dos Bragança no Brasil. Uma historiografia que ousamos chamar de tradicional.

1.2 – Fontes da tradição historiográfica

“Mas pode-se ter fé e patriotismo, e ser justo com os próprios inimigos – ainda quando, como tal, considerássemos os que o eram da Colônia, nossa Pátria há mais de dois séculos e, se, às vezes os designamos com esse nome, fazemo-lo não por falta de indulgência, mas unicamente por imitar os que nos tem precedido, e para maior clareza e facilidade da narração.”¹⁴⁰

Conforme confessa Varnhagen na citação acima, toda a sua produção baseia-se nos documentos de época: à “imitação dos nossos” é referência clara dos testemunhos portugueses das guerras pernambucanas do açúcar. Deste modo, é marca da tradição historiográfica varnhageniana o trabalho com as fontes como critério de cientificidade da escrita histórica.

Para escrever a história do período de dominação holandesa nas capitanias açucareiras seiscentistas, Varnhagen debruçou-se mormente sobre um corpus documental bastante rico: as crônicas da guerra. Tratam-se de relatos diários, geralmente escritos ao calor dos acontecimentos, marcados pela preocupação com a narrativa e com a temporalidade linear na narração dos eventos. Como um discurso legítimo do passado, esses relatos eram escritos, na maior parte das vezes, com o intuito de informar os superiores sobre o dia-a-dia dos confrontos. Por isso, pode-se deduzir como finalidade principal das crônicas a circulação das informações.

No caso de contexto conflitivo, o conteúdo dessas crônicas podia divergir entre si, isso porque a narrativa e as informações trazidas são marcadas pelo lugar de fala de seu autor. Por este motivo, Varnhagen reconhece a importância da leitura das crônicas de

¹³⁹ Ibidem. p. 131.

¹⁴⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História das lutas com os holandeses no Brasil. *Op. cit.* p. 25-26.

ambos os lados da guerra, orientando-se por uma metodologia que preza pela imparcialidade histórica, como descrita em seu prefácio:

“A respeito de uns, como de outros, procuraremos, sempre que nos seja possível, não emitir juízos sem ouvir ambas as partes, convencidos de que é nesta pontualidade que essencialmente consiste o preceito da imparcialidade imposto aos que escreveram a História Pátria, e não na de narrar com indiferença, como descritos.”¹⁴¹

Desta forma, pode-se perceber que ser imparcial, para Varnhagen, não significava necessariamente ser indiferente, de modo que o historiador oitocentista coletou uma grande quantidade de fontes para a produção de sua história, mas posicionou-se claramente ao lado dos cronistas luso-brasileiros, como fora verificado na análise de sua interpretação historiográfica sobre o que chama de “invasão holandesa”.

Neste sentido, Varnhagen contava sua história a partir da perspectiva portuguesa ou luso-brasileira, de modo que os “invasores” eram os “inimigos” cujos “nossos” tentavam “resistir” para “libertar” Pernambuco. Os juízos emitidos pelo historiador ficam ainda mais evidente conforme a descrição dos personagens coloniais.

Dentre os testemunhos portugueses, podem ser enumeradas as crônicas luso-brasileiras escritas por Duarte de Albuquerque Coelho, intitulada *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*; Frei Manoel Calado, publicada com o título *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*; e Francisco de Brito Freire, quem escreveu o relato denominado *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica*.

Na primeira crônica escolhida para análise, intitulada *Memórias Diárias da Guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630*, datada de 1644, seu autor, Duarte de Albuquerque Coelho foi o português quarto donatário da Capitania de Pernambuco. Tendo tomado posse de suas terras por ocasião da chegada dos holandeses, em 1631, Coelho escreve um diário com o objetivo de narrar o cotidiano das guerrilhas.

Com esta finalidade, o cronista reúne alguns relatos de confiança sobre a guerra entre os portugueses e os holandeses. Dentre os mais famosos, Duarte Coelho conta com a minuciosa relação escrita pelo seu irmão, Matias de Albuquerque, o próprio comandante da resistência. É desta forma que as *Relações Diárias* do chefe das forças portuguesas integram as *Memórias Diárias*.

A crônica de Coelho retrata a guerra do ponto de vista das forças portuguesas e sua narrativa se estende até o ano de 1638, quando o autor regressa à Europa. Assim, pode

¹⁴¹ Ibidem. p. 26.

ser encontrado no relato de Coelho o período de conquista do território pelos flamengos até a vinda do governador dos neerlandeses, Maurício de Nassau. Neste sentido, os holandeses seriam os “inimigos” que estavam “invadindo” o território. Caberiam aos portugueses, aos luso-brasileiros, aos naturais e a todo morador, defender suas terras.

Na convocação feita por Matias de Albuquerque logo após a entrada dos holandeses em fevereiro de 1630, narrada por seu irmão na crônica, dirigida aos habitantes locais para a defesa do território, sobressai o espírito de brava resistência que as forças portuguesas foram revestidas, como pode-se observar na passagem:

“Dispostas assim as coisas, conforme o pouco que havia em relação ao muito o que se ia arrostar, exortou o general a todos com animoso semblante, para que pugnassem com coragem, lembrando-lhes que não só defendiam daqueles heréticos rebeldes o seu natural rei e senhor, e a pureza com que a fé católica de tantos anos se cultivava naquela província pelas ensinanças portuguesas; mas também suas próprias honras, mulheres e filhos, pátria, fazenda e, finalmente, sua antiga reputação.”¹⁴²

Desta forma, a organização da defesa portuguesa é saliente na crônica de Duarte de Albuquerque Coelho, até porque seu próprio irmão era o encarregado de comandá-la. A narrativa é escrita como um diário, no qual os relatos dos acontecimentos eram registrados quase diariamente com minudencia de detalhes, com destaque para o exame em tom militar. Neste interim, é enfatizado o trabalho de Matias de Albuquerque no aparato da resistência, cujos desafios foram muitos. Narra o cronista que, da convocação supracitada, Albuquerque arregimentou aproximadamente cem homens entre os locais, número bastante diminuto, se considerado o quantitativo das forças neerlandesas.

De todas essas dificuldades enfrentadas pelo comandante no arranjo da defesa, sobressai uma narrativa laudatória da resistência, que tende a exaltar cada batalha vencida, cada emboscada armada e cada passo obstruído dos holandeses. A respeito da mobilização feita por Albuquerque, as *Memórias Diárias* saúdam: “considerável por certo é a quantidade e qualidade da gente com que o general Matias de Albuquerque deu princípio a uma guerra que veio a ser de tanta opinião”¹⁴³.

Neste sentido, há destaque também, na crônica de Duarte Coelho, para o “Real do Bom Jesus”, principal bastião da resistência, fortificado na casa de um antigo morador chamado Antônio de Abreu. Sobre a decisão do general Albuquerque de concentrar a

¹⁴² COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630* (manuscrito de 1644). 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 29.

¹⁴³ *Ibidem*. p. 36.

defesa em um ponto relativamente perto do Recife, que se encontrava ocupado pelas forças holandesas, o cronista revela que a medida contou com muita impopularidade, sendo criticado pelos principais capitães da guerra.

No entanto, narrou Coelho que: “a estas contradições respondia o general, sempre constante, que esperava em Deus que dali faria uma formidável resistência, e que para isso convinha dar-lhe princípio”¹⁴⁴. Desta maneira, o Real ou Arraial do Bom Jesus foi louvada no relato de Coelho como uma grande decisão de seu irmão, sobretudo pela localização, na várzea do Rio Capibaribe, de onde os guerrilheiros poderiam retirar água e alimento; em posição apropriada para ser socorrida; em local estratégico para se partirem para vários caminhos; e próxima o bastante para combater os inimigos.

Contra o Real, foram feitas investidas holandesas a fim de derrubá-lo, mas o acampamento dos portugueses resistiu a grande parte delas. Neste sentido, a narrativa de Duarte de Albuquerque Coelho seguiu ressaltando o papel da resistência portuguesa, que, apesar do sucesso inicial, não deixava de ser criticada, sobretudo quanto as emboscadas arquitetadas pelo general, que eram condenadas por serem “antes temerárias que importantes”¹⁴⁵.

Através da estratégia da defesa comandada por Albuquerque, o cronista disserta a respeito da eficácia do sistema de resistência, por conseguir conservar o Arraial e os demais postos, a despeito de todos os infortúnios pelos quais passavam. Em relação ao Real do Bom Jesus e à ausência dos socorros, Duarte Coelho pontua: “é bem digno de consideração que estando fortificados havia pouco menos de dois anos, em lugares onde tudo era lenha, lhes fosse defendida pelo nosso general com tanto valor, com seus capitães, que padeciam esta tão grave míngua, [...]”¹⁴⁶.

Embora as forças portuguesas e luso-brasileiras enfrentassem tropas flamengas numericamente maior, o cronista destaca que o pior era a falta de socorros por parte da metrópole. De modo que as adversidades faceadas na defesa do território serviam também como uma forma de exaltar a capacidade da resistência de aguentar em seus postos até onde fosse possível.

Se a resistência era tão imbatível quanto descreve Duarte Coelho, somente uma força interna poderia derrubá-la. Nesta lógica, conta o cronista sobre a traição de Domingos Fernandes Calabar, considerada a grande causa da perda do território. Assim,

¹⁴⁴ Ibidem. p. 51.

¹⁴⁵ Ibidem. p. 78.

¹⁴⁶ Ibidem. p. 102.

lamentou Coelho: “como o nosso general lhe conhecia talento, sentiu muito esta fuga, não só pelo mal que daí receava, mas pelo caminho que abria para outros como ele fazerem o mesmo”¹⁴⁷.

De fato, Calabar aparece como um mulato, natural da vila de Porto Calvo, muito talentoso, segundo as *Memórias Diárias*. De acordo com o cronista, tinha Calabar “muito valor e astúcia” e era “o mais prático em toda aquela costa e terra que o inimigo podia desejar”. Pela dedicação com a qual serviu nos tempos que integrou as forças portuguesas, sua fidelidade foi reconhecida pelo cronista, especialmente por ter sido ferido de um mosquetazo no momento da fortificação do Arraial do Bom Jesus.

Contudo, era pela infidelidade que Calabar tornara-se mais conhecido. Isto porque sua traição, datada de 20 de abril de 1632, foi narrada como a origem dos males de Pernambuco. Duarte Coelho relata ter sido o primeiro caso e exprime o temor do exemplo que pudera o mulato dar a outros soldados da terra. A partir da mudança de campo de Calabar, a narrativa de Coelho segue atribuindo o paulatino avanço holandês na guerra até a sua vitória final ao protagonismo das ações arquitetadas e executadas sob a liderança do mulato. Deste modo, já na tomada de Igarassu, naquele mesmo ano, conta o cronista:

“Esta entrada que o inimigo efetuou, persuadido e guiado por Calabar, foi sentida não só pode ser a primeira, mas também porque facilitaria outras a que o instigaria sua natural cobiça, pelo interesse dos roubos, e porque se iriam fazendo senhores do campo; e se por esta causa os moradores o desamparassem, abandonando suas casas, para se internarem nas mais espessas florestas, por fugir à tirania do inimigo, ficávamos privados dos grandes serviços que prestavam [...]”¹⁴⁸

Na sequência, Coelho atribuía a culpa da perda de cada posto pelas forças da resistência ao traidor, porque “de quase todas as sortidas que efetuaram, nas quais nos deram gravíssimos prejuízos, foi Calabar o motor principal”¹⁴⁹. De sorte que Calabar aparece ativo, na crônica de Coelho, de 1632 a 1635, ano em que foi capturado e punido. Neste período, cada vez que o traidor agia em prol dos interesses flamengos, mais difícil se tornava para as forças portuguesas conseguir acudir as fazendas, manter suas posições e conservar o território.

O êxito, então, era de Calabar e não dos holandeses. Isto porque o traidor ensinara aos “invasores” as artes da guerra naquele terreno, como observou Duarte Coelho no sentido que o “inimigo”, com o passar dos anos, foi mudando a forma de fazer a guerra,

¹⁴⁷ Ibidem. p. 128.

¹⁴⁸ Ibidem. p. 130.

¹⁴⁹ Ibidem. p. 138.

aprendendo os caminhos com os da terra, preparando emboscadas e estabelecendo alianças com os naturais.

O efeito da ajuda de Calabar aos holandeses fora, portanto, demasiadamente intensificado na crônica de Coelho. Na tentativa de frear seus atos, o cronista relata os oferecimentos do general português ao mulato para que retornasse para o lado da resistência, todos sem sucesso. Afinal: “Calabar não cessava de persuadir o inimigo de que quantas mais entradas fizesse tanto mais conseguiria seu principal intento de tornar-se dono do campo e de trazer-nos divididos, que para os poucos que éramos mal o podíamos comportar”¹⁵⁰.

Digna de menção é a descrição da captura e da execução do desertor por parte de Duarte Coelho. Graças a uma emboscada armada por Albuquerque com a colaboração de um espião duplo chamado Sebastião do Souto, Calabar foi preso em sua cidade natal, Porto Calvo. Na rendição da vila, o governador dos holandeses, Alexandre Picard, até tentou incluir Calabar, mas não foi possível, uma vez que, segundo o cronista, chegara a hora do mulato receber “o castigo reclamado pela sua infidelidade”¹⁵¹.

Desta forma, o assunto parece ter recebido especial atenção do cronista. A respeito de Calabar, Coelho explicou o motivo de sua traição, cuja mudança de lado foi tributada a uma fuga por receio de ser punido pelos crimes que cometera entre os portugueses; elencou os postos alcançados pelo mulato entre os holandeses, demonstrando que Calabar chegou a receber soldo de sargento-mor; explicitou a pena recaída ao desertor, cuja força seguida de esquartejamento teve lugar aos 22 de julho de 1635.

De qualquer forma, na narrativa de Coelho, as forças portuguesas, as quais o próprio cronista compunha, foram exaltadas pela defesa de Pernambuco, como exclamou em dezembro de 1634 o cronista: “faltava-nos tudo, menos o valor e a resolução em que estávamos de morrer sem a desonra de entregarmos ao inimigo a fortaleza”¹⁵². De todo modo, em junho de 1635, o Real foi capitulado pelos holandeses.

A queda do Arraial, àquela altura, significava nada menos que o golpe derradeiro nas tropas da resistência e a abertura do caminho a Companhia das Índias Ocidentais para assenhorar-se de todo o território. Em seu diário, Duarte Coelho lamentou a perda do

¹⁵⁰ Ibidem. p. 172.

¹⁵¹ Ibidem. p. 239.

¹⁵² Ibidem. p. 266.

bastião da defesa em 3 de junho de 1635: “foi finalmente preciso render-se; e com as circunstâncias referidas, de certo que não foi ingloriosamente”¹⁵³.

Na verdade, segundo a narrativa do cronista, o motivo da perda do posto foi menos pela derrota dos portugueses ou pela superioridade dos holandeses, e sim devido à fadiga, à falta de víveres e munições e, principalmente, à fome que assolava os soldados. De forma que: “[...] nem o valor nem a constância dos defensores do Real bastou para que ele não se perdesse; porque afinal faltou tudo o que servia de sustento, consumiram-se cavalos, couros, cães, gatos e ratos, com que se alimentavam”¹⁵⁴.

Assim, até na hora da derrota final, Duarte Coelho não assumia a incapacidade da resistência, tampouco o triunfo flamengo. Novamente, a causa da perda era interna, proveniente de algo que fugira ao controle do glorioso general Albuquerque, o que, anos antes, se referiu à traição de Calabar, e neste momento, à ausência de condições materiais para a manutenção das tropas.

A crônica termina no ano de 1638 e o autor deixa claro que, até aquele ano, mesmo tendo caído o Arraial, as escaramuças não terminaram. Apesar da conquista holandesa ter se efetivado após a “invasão”, Duarte Coelho explicita que as forças de resistência permaneceram ativas, sem jamais desistir do território ou reconhecer a derrota. Desse modo, pode-se afirmar que as *Memórias Diárias*, narradas pelo ponto de vista português, tendem a exaltar a resistência luso-brasileira, a dimensão da luta nas guerras pernambucanas, mas Duarte de Albuquerque Coelho não é o único.

Outra testemunha ocular dos fatos foi o Frei Manoel Calado, que registrou os eventos ocorridos em seu relato, intitulado *O Valeroso Lucideno e o triunfo da Liberdade*. O religioso é natural da Vila Viçosa, região portuguesa, eclesiástico da Ordem de São Paulo desde 1607, momento no qual tornou-se o Frei Manoel Calado do Salvador. Datada de 1648, a crônica do religioso abrange tanto a fase inicial de guerra que culminou com a conquista holandesa, quanto o período do governo nassoviano e o início da insurreição pernambucana.

A respeito de sua narrativa, é saliente em *Valeroso Lucideno*, à semelhança das *Memórias Diárias*, que o autor escreve pela perspectiva portuguesa, qualificando a ocupação holandesa no Brasil pela ótica da invasão, ao menos durante a época da guerra. No dia do desembarque dos holandeses no Recife, o religioso reclama da falta de

¹⁵³ Ibidem. p. 313.

¹⁵⁴ Ibidem. p. 313-314.

resistência que dos portugueses, cujas forças foram organizadas e concentradas no interior. Segundo Calado, os invasores provocaram muita confusão ao chegarem:

“Ficaram os holandeses senhores da Vila e Recife e começaram a saquear tudo com grande desaforo e cobiça. Este entrava pelas casas e saía carregado do melhor que nelas achava. [...] Enfim a barafunda e o alarido era tanto, que com a muita mosquetaria que disparavam parecia um dia de Juízo.”¹⁵⁵

Na comparação bíblica, Frei Calado deixa transparecer o clima predominante de desordem e de pavor oriundo das horas de saques impetrados pelos holandeses. O estado em que as coisas ficaram teriam, segundo o morador, assustado os moradores. Para enfrentar aos inimigos, Calado salienta que Matias de Albuquerque chegou de Portugal com o título de “capitão-mor e superintendente em todas as coisas tocantes à milícia”¹⁵⁶ e tratou de levantar a defesa em uma fortaleza. De acordo com a narrativa do frei, estaria iniciada a guerra, a partir da qual os flamengos só conseguiriam conquistar o território, após muita luta.

Então, a coragem dos “valentes mancebos” resistentes foi registrada pelo religioso, em palavras muito elogiosas ao brio dos soldados. A propósito do registro do desânimo que se abateu sobre os soldados luso-brasileiros em razão da diferença de tratamento dispensado pelo Conde de Bagnuolo, sobressai a exaltação das forças de resistência:

“[...] e os soldados de Pernambuco, que até então haviam defendido a terra e reprimido o inimigo com tanto esforço e valor, metidos pelos matos, passando rios descalços, e por lamas e atoleiros com grandes descômodos, vendo que não eram tratados com o amor e benevolência com que os General Matias de Albuquerque os havia até então tratado, uns se foram indo para suas casas, outros afrouxaram do contínuo trabalho, assim diurno como noturno com que andavam oprimidos [...].”¹⁵⁷

Desta forma, Calado se posiciona ao criticar a diferença que o Conde fazia em relação aos soldados provenientes do Reino e aos soldados de Pernambuco. Por outro lado, é perceptível a admiração do frei pela liderança exercida por Albuquerque. Como pode-se perceber, o religioso possuía algumas inimizades e alimentava outras alianças naquele tempo, relações às quais é possível identificar através de sua crônica. Na descrição da formação do próprio Arraial do Bom Jesus, em particular, Calado deixou

¹⁵⁵ CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (manuscrito de 1648). 5ª ed. Recife: CEPE, 2004. p. 45.

¹⁵⁶ Ibidem. p. 42.

¹⁵⁷ Ibidem. p. 49.

transparecer a fé no trabalho e no êxito através em suas palavras: “[...]tinham tão encurralado o holandês, que não era senhor nem de sair a buscar água para beber, [...]”¹⁵⁸.

Neste sentido, os soldados luso-brasileiros eram, para Frei Calado, “vassalos leais de sua Majestade em companhia de seu governador Matias de Albuquerque” que seguiram lutando com zelo pela “defesa da Pátria” até que um “mancebo mameluco, mui esforçado e atrevido”¹⁵⁹ se meteu entre os holandeses. Tratava-se do caso de Calabar, o traidor que passou a colaborar com os flamengos para fugir da punição por crimes que cometera na capitania.

É notório perceber, no caso do Frei Manoel Calado, que o cronista além de pregador, religioso que o era, ocupava outros papéis naquele cenário, inclusive o de militar, como foi próprio de alguns padres do período que chefiavam companhias de índios, como o caso do inaciano Manoel de Moraes¹⁶⁰. Desta feita, a ótica sobre a qual Calado percebe os eventos é rica em detalhes sobre a vida cotidiana e, ao mesmo tempo, sobre as batalhas que aconteceram naquele tempo, fornecendo um verdadeiro testemunho dos eventos que envolveram a ocupação holandesa.

Neste sentido, é interessante o fato de Calado escrever de Calabar como precursor do caminho da infidelidade, isto porque o frei explicita que outros traidores seguiram seu exemplo, em mudanças de lado das quais Calabar era muitas vezes responsável por conceder passaporte aos moradores e aos naturais que se submetessem ao domínio flamengo.

Assim, o problema, segundo Calado, não era apenas Calabar, mas sim os inúmeros casos de deserção que aconteciam no Recife e enfraqueciam as forças da defesa. Neste interim, o religioso estaria se referindo aos:

“[...] públicos desaforos e perseverantes traições, e aleivosia, tão mal castigadas, antes sofridas com paciência, porque nos víamos sujeitos ao tirano jugo dos holandeses, que as coisas que são públicas e notórias, nenhuma culpa se comete em tratar delas”¹⁶¹.

Na crônica de Calado, é possível observar os outros papéis desempenhados por Calabar na guerra, além de soldado e capitão entre os holandeses. De modo que como guia, intérprete e mediador, o traidor prestou valiosos serviços ao “inimigo”, golpeando a resistência luso-brasileira. É através da narrativa de Calado, também, que descobrimos

¹⁵⁸ Ibidem. p. 46.

¹⁵⁹ Ibidem. p. 50.

¹⁶⁰ Maiores informações sobre cronista Calado como personagem naquele contexto histórico, bem como da participação de Manoel de Moraes serão fornecidas nas páginas a frente.

¹⁶¹ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* p. 55.

com minudência como Sebastião do Souto entregou Calabar aos portugueses, isto é, como o espião duplo armou a emboscada que levou os soldados lusitanos a capturarem o traidor em Porto Calvo.

A respeito do julgamento de Calabar, realizado no calor da guerra pelo próprio general Albuquerque, quem representava a pessoa do rei em presença de um auditor, Frei Calado explicita sua pena: “[...] o condenaram a morrer enforcado e esquartejado, por traidor e aleivoso à sua Pátria, e a seu Rei e senhor; e pelos muitos males, agravos, furtos e extorsões que havia feito”¹⁶².

Antes da execução do traidor, foi o religioso confessar as culpas do traidor. Segundo Frei Calado, Calabar se arrependeu verdadeiramente naquela hora derradeira, mas já era tarde, pois “com tanta infâmia havia perdido a vida”.¹⁶³ Em confissão *in extremis*, o traidor revelou, ainda, coisas pesadas ao religioso, as quais logo chegaram aos ouvidos de Albuquerque. O conteúdo da revelação de Calabar, o cronista não se deixou conhecer, mas suspeita-se de nomes que traidor conhecera devido ao seu tempo entre os holandeses.

Assim morreu Calabar, com as forças da resistência justificando-o pela traição. No episódio, reclamou o frei dos moradores que “nenhum teve caridade para enterrar os quartos do Calabar”¹⁶⁴, motivo da fúria dos holandeses três dias após o ocorrido, especialmente do comandante de origem alemã Sigismund von Schkoppe. De acordo com o cronista, os moradores tiveram de recorrer ao padre para acalmar os flamengos, que ameaçou todos os portugueses presentes que deixaram acontecer a Calabar o seu fim. Foi, então, que Calado suplicou pela misericórdia o perdão para os moradores do povoado.

A propósito da liberdade, que é o próprio objetivo da restauração de Pernambuco, Calado trata já no final de seu relato. O Frei terminou a redação de sua crônica entre os anos de 1645 e 1646, dedicou sua obra a D. Teodósio, Príncipe do Reino e da Monarquia de Portugal, mas escreveu mesmo em louvor ao líder da insurreição, João Fernandes Vieira, que viria a libertar o território da tirania holandesa por meio da “heroica empresa de liberdade da Pátria”¹⁶⁵, como aclama no prólogo de sua obra:

“A liberdade restaurada canto,
Obrada pela espada portuguesa
Guiada pela luz do Pólo Santo,
(terrena obra mas celeste empresa)

¹⁶² Ibidem. p. 65.

¹⁶³ Ibidem. p. 66.

¹⁶⁴ Ibidem. p. 68.

¹⁶⁵ Ibidem. p. 143.

Canto um João, que é terror e espanto
Do belga, e quebrantou sua braveza,
E de seus esquadrões em tempo breve
Muitos triunfos e vitórias teve.
[...]”¹⁶⁶

Os versos acima tratam-se de uma espécie de aclamação publicada no início da crônica e cantam exatamente a matéria principal da obra: proclamar a liberdade que a restauração viria a trazer, como é notório no próprio título do relato. Conforme admite o próprio religioso, seu livro trata da “história da liberdade da pátria”¹⁶⁷ e é bom lembrar que a primeira edição do livro foi datada de 1648, graças ao trabalho de Paulo Craesbeeck “Impressor & Livreiro das Ordens Militares”.

Embora tivesse sua venda proibida pela Sagrada Congregação *ad Indicem librorum*, por decreto de Roma de 1655, a data da publicação informa que Calado não esperou o conflito acabar para terminar sua crônica. Portanto, a obra, de uma convicção inabalável na restauração de Pernambuco, sobretudo pelas forças portuguesas e luso-brasileiras, foi escrita e publicada antes da expulsão dos holandeses.

A respeito dos libertadores, cujas “cabeças”, isto é, os líderes, formavam a “facção da liberdade da Pátria”, assim chamada por Calado, cujos exemplos podem se referir a João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, o Frei expunha que eram levados pela “caridade cristã, zelo de amor da Pátria e desejo de ver o Brasil livre de holandeses e de tantas falsas seitas e heresias, e restituir o Estado de Pernambuco ao Império de Sua Majestade El-Rei Dom João o IV deste nome, cujo era de jure hereditário [...]”¹⁶⁸.

Neste ponto, pode-se depreender alguns argumentos que embasaram a tradição historiográfica inaugurada com Varnhagem no século XIX. O historiador interpretava o Brasil como propriedade de Portugal por meio de uma espécie de herança do Tratado de Tordesilhas em conformidade com suas fontes de pesquisa. Neste sentido, a ocupação holandesa era considerada uma invasão e a expulsão dos inimigos era vista como uma libertação, chamada à época de “guerra da liberdade divina”¹⁶⁹, como tem-se podido observar no exame das crônicas luso-brasileiras, produzidas no século XVII.

Outra crônica desse período é a escrita por Francisco de Brito Freire, português oriundo de família abastada no Alentejo e proprietário de terras e engenhos na Bahia, com experiência militar ligada à Restauração Portuguesa e prática administrativa relacionada

¹⁶⁶ Ibidem. p. 22.

¹⁶⁷ Ibidem p. 42.

¹⁶⁸ Ibidem. p. 109.

¹⁶⁹ Ibidem. p. 307.

ao governo de Jerumenha em 1658, da capitania de Pernambuco entre 1661-1664 e da cidade de Beja em 1665¹⁷⁰.

A obra de Freire publicada em 1675, trata-se da *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica*, escrita durante os seis anos em que esteve em cativeiro entre a Torre de Belém e a Torre de São Julião. A prisão do português deveu-se à sua recusa em conduzir o rei deposto D. Afonso VI à Ilha Terceira, nos Açores, em 1669, e em governar a ilha. Neste sentido, pode-se afirmar que a crônica de Freire não foi contemporânea ao período de ocupação holandesa.

Por ter sido escrita alguns anos após a expulsão dos flamengos, o próprio autor baseou-se no testemunho de predecessores, inclusive naqueles escritos pelos holandeses. É sabido que *Nova Lusitânia* é uma resposta ao livro de Gaspar Barleus, intitulado *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, obra encomendada por Maurício de Nassau em memória ao seu governo no Brasil¹⁷¹. Em face à crônica de Barleus, publicada em 1647, o objetivo do relato de Freire era contar a “verdadeira” história da guerra enfatizando a árdua resistência portuguesa.

Contudo, tais aspectos formais não devem minorar a importância da crônica como fonte válida sobre as guerras pernambucanas do seiscentos. Neste sentido, pode-se considerar que Freire narrou os acontecimentos pela perspectiva portuguesa, assim como Duarte Coelho e Frei Calado. O relato de Freire, no entanto, contemplou todo o período que considerou como “Guerra Brasílica”, caracterizada particularmente pela prática das guerrilhas movidas pelos luso-brasileiros.

Quanto ao episódio ao qual dedica as páginas de sua obra, Freire o considera como a “memorável guerra com que foi invadido o Estado do Brasil e ocupadas suas melhores praças e mais ricas províncias das armas holandesas”¹⁷². A história contada por Freire regressa ao tempo da primeira tentativa de invasão da Bahia, realizada pelos holandeses em 1624. Restaurada a capitania central da Colônia no ano seguinte pelos portugueses, o cronista volta suas atenções para os acontecimentos em Pernambuco.

¹⁷⁰ GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. “Francisco de Brito Freyre.” In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 238-9.

¹⁷¹ BARBOSA, Paula Maciel; LISBOA, Murilo de A. L. (Ed.) “Apresentação”. In: FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica* (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

¹⁷² FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* p. 26.

Na crônica de Freire, é patente a “resistência larga e sanguinosa”¹⁷³ feita pelos portugueses como uma resposta à “invasão dos inimigos”. A respeito da organização e da concentração desta resistência, Freire aprecia a localização e a posição do Arraial:

“Dilata-se em campos fertilíssimo, de Olinda para o Recife, uma formosa várzea aonde Matias de Albuquerque elegeu para assistência de sua pessoa o melhor sítio que dista igualmente a uma légua de ambas estas praças. [...] E posta em defesa a obra, que cresceu depois à maior perfeição, lhe chamaram com venerável nome o Real do Bom Jesus [...]”¹⁷⁴

Assim, o cronista dirigiu-se de maneira elogiosa ao Arraial, ao comandante Albuquerque e às forças da resistência de uma forma geral durante toda a sua narrativa. A guarda do território aparecia, na crônica, como uma tarefa tão honrosa quanto arriscada, como ressaltou Freire: “não só dificultosa mais impossível parecerá aos mais destros capitães da Europa esta nossa defesa [...]”¹⁷⁵.

Neste sentido, Freire destaca a particularidade da ação empreendida pelos portugueses e luso-brasileiros: protegerem o território da invasão inimiga, apesar de todas as adversidades oriundas das peculiaridades do terreno colonial, do fraco quantitativo de soldados e da fome que muitas vezes assolava as tropas. Por isso, foi o próprio cronista quem se dignou a atribuir um nome para esta guerra, destacando a especificidade dos nativos e da terra, chamou-a, então, de “Guerra Brasília”.

A organização da crônica de Freire, tal qual a de Coelho, segue a estrutura de um diário, cujos eventos são narrados ano a ano conforme a guerra se desenrolava no equilíbrio entre a pressão para expandir suas fronteiras e o cerco ao invasor. Nas palavras do cronista: “assim como os nossos atendiam a prevenir a defesa; procuravam os holandeses aumentar a conquista; [...]”¹⁷⁶. Tensão esta que permaneceu até 1632, de acordo com Freire, caracterizando uma situação de impasse na guerra.

O impasse seria rompido, segundo o cronista, pela atuação de “tão pequeno instrumento” que seria “causa de grandes danos”. Nestes termos, Freire se referia a Domingos Fernandes Calabar, descrito como “manhoso, atrevido e tão prático dos lugares e dos portos do mar”, “zeloso e diligente”¹⁷⁷. A causa seria Calabar porque, afinal, fora ele que, segundo o cronista, guiou, persuadiu, arquitetou, dirigiu, queimou, incitou,

¹⁷³ Ibidem. p. 119.

¹⁷⁴ Ibidem. p. 126.

¹⁷⁵ Ibidem. p. 128.

¹⁷⁶ Ibidem. p. 130.

¹⁷⁷ Ibidem. p. 155-156.

instruiu, entre muitas outras ações, isto é, foi a ação do traidor e não a capacidade ou os méritos holandeses que garantiram a conquista do território à Companhia das Índias.

Desta forma, também na crônica de Freire, Calabar seria o fiel da balança que faria a fortuna da guerra pender para os holandeses. Contudo, a grande diferença da narrativa de Freire para a de Coelho e a de Calado é o motivo atribuído à traição do mulato. Para Francisco de Brito Freire, Calabar buscava reconhecimento entre os holandeses, “a esperança que lhe impedia entre os nossos a vileza do nascimento”¹⁷⁸. Assim, a traição era movida por interesses particulares.

A partir de então, as portas teriam sido abertas à conquista holandesa do território, de acordo com Freire. Quanto ao episódio da captura de Calabar, o cronista confere ainda maior ênfase à dissimulação de Sebastião do Souto e à dimensão do suplício enfrentado pelo desertor, cuja atrocidade fora nivelada “pela grandeza da traição” que cometera. Deste modo, o tamanho do castigo de Calabar teria sido, na consideração do cronista, da dimensão de sua culpa porque “agora que acabava Pernambuco, acabou Calabar”¹⁷⁹. O traidor fora julgado e sumariamente executado ao garrote seguido de esquartejamento.

De acordo com Freire, o próprio Calabar teria aceitado a sua sorte, fazendo do momento oportuno para redimir de seus pecados: “este homem vil, destruidor da Pátria e espanto dos moradores, considerou no aperto presente os delitos passados”. Por isso, o cronista informa que o traidor morreu arrependido de ter cometido tantos delitos contra sua Pátria, aqui considerada tanto a vila de nascimento de Calabar, quanto a colônia como um todo, como fez entender na passagem que trata de sua condenação “[...] pelo dano que causava a todo Brasil o atrevimento de um só homem”¹⁸⁰.

De toda forma, parecia patente que destruído o Arraial um mês antes da morte de Calabar, o território havia sido perdido. Contudo, Freire demonstra que a resistência não encontrara seu termo. Segundo a narrativa do cronista, mesmo estando “os inimigos muito mais estabelecidos e poderosos”, os luso-brasileiros continuaram resistindo, na forma das guerrilhas organizadas para emboscar os holandeses, uma vez que o socorro prometido por parte da metrópole “nunca acabava de chegar, antes para causar mais lástima que para servir de algum remédio”¹⁸¹.

¹⁷⁸ Ibidem. p. 156.

¹⁷⁹ Ibidem. p. 214-215.

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ Ibidem. p. 216-217.

Assim, “o bom sucesso de umas convidava a fazermos outras entradas”, narrava Freire, enaltecendo a coragem da resistência dos portugueses e dos luso-brasileiros que, neste momento, havia tomado a ofensiva ao atacar o território que passara a posse dos flamengos. Como o “trabalho igualava o perigo”¹⁸² na peleja diária das escaramuças, agora que as posições haviam sido invertidas, o cronista continua narrando a difícil situação em que se encontravam os portugueses e os luso-brasileiros neste período, com as “misérias da guerra brasílica”¹⁸³, em que começara o governo de Nassau.

A crônica de Freire também termina ao final do ano de 1638, quando a resistência começava a enfraquecer em face à consolidação do governo de Nassau. No relato, o cronista enumera os nomes dos valentes resistentes que fizeram a Guerra Brasília e aguentaram o cerco até seus momentos derradeiros: “[...] pessoas de valor, posto e qualidade que mereceram pela importância da ocasião mais distinta memória”¹⁸⁴.

Deste modo, Freire aceitava a derrota exaltando memória dos soldados luso-brasileiros: “porque muitas vezes os indignos venturosos usurpam a satisfação dos merecedores desgraçados”¹⁸⁵. Naquele momento, não adiantaria mais resistir ao “pernicioso mal que, com ter fácil remédio, é quase irremediável [...]”. A culpa, segundo o cronista, recaía aos descuidos dos governadores ultramarinos, “que tratam mais nos tratos das mercancias que nas prevenções da defesa”¹⁸⁶ de tão importante capitania.

Entretanto, a crônica fora escrita *a posteriori* dos eventos e Freire, mesmo encontrando o termo de seu relato em 1638, considerando findada a guerra brasílica, conhecia o verdadeiro fim da dominação holandesa. Portanto, mesmo não tendo escrito sobre a insurreição pernambucana, Brito Freire faz menção ao episódio ao considerar que os soldados da resistência lutaram com ânimo decidido “assim no trabalho como na glória de quanto se foi obrando na guerra e na restauração do Brasil”¹⁸⁷.

A afirmação de seu conhecimento sobre o destino do Brasil é confirmada pelo relato da *Viagem da Armada da Companhia do Comércio e Frotas do Estado do Brasil*¹⁸⁸, realizada no ano de 1655. Tendo sido Pernambuco restaurado, o autor da *História da Guerra Brasílica*, foi enviado por Portugal como forma de manter a vigilância em terra e

¹⁸² Ibidem. p. 229-230.

¹⁸³ Ibidem. p. 234.

¹⁸⁴ Ibidem. p. 270.

¹⁸⁵ Ibidem. p. 274.

¹⁸⁶ Ibidem. p. 273.

¹⁸⁷ Ibidem. p. 237.

¹⁸⁸ O relato da *Viagem da Armada da Companhia do Comércio e Frotas do Estado do Brasil* consultado trata-se da versão anexa à edição de *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica* publicada em 2001 pela Beca Produções Culturais.

o pronto socorro no mar contra possíveis novas invasões, agora como General da Armada da Companhia Geral, Francisco de Brito Freire.

A partir deste relato, é possível perceber que o cronista considera a restauração de Pernambuco como a “prodigiosa restauração da América Portuguesa”¹⁸⁹. Neste sentido, a empresa restauradora do domínio português na América ao ter expulsado os holandeses foi percebida por Freire como guerra pela liberdade da Pátria. Doravante, a recuperação da posse sobre Pernambuco daria novo estímulo ao domínio português para a conservação daquela praça.

Ao analisar as principais crônicas luso-brasileiras produzidas no período da dominação holandesa no Brasil, pode-se perceber que Duarte de Albuquerque Coelho, Frei Manoel Calado e Francisco de Brito Freire narraram os acontecimentos pela ótica portuguesa, exaltando a perspectiva da guerra. Neste sentido, a conquista holandesa foi concebida como uma invasão; houve uma construção enaltecida da resistência, cujo destaque foi o próprio Arraial do Bom Jesus; o enfoque em Domingos Fernandes Calabar foi feito para justificar a derrota, entendendo-o como traidor; e a insurreição foi pensada como uma libertação.

Foi exatamente a partir desta linha de raciocínio que a tradição historiográfica oitocentista interpretou a história da dominação flamenga, em termos de invasão holandesa. Na prática, isto significa que o olhar dos cronistas seiscentistas se coadunava perfeitamente com a visão lusófila e brigantina da história brasileira construída no século XIX, cujo maior representante foi Francisco Adolfo de Varnhagen, não por acaso as narrativas supracitadas foram suas principais fontes históricas.

1.3 – Impasses: lusofilia versus nostalgia nassoviana

Desta feita, a tradição historiográfica inaugurada a partir da produção varnhageniana encontrou um problema na narração da “invasão holandesa”. A construção que enaltecia a resistência e utilizava a restauração do domínio português na região como prova da fidelidade luso-brasileira tinha que lidar com o período nassoviano, a figura política de Nassau, suas amizades, a prosperidade econômica e, até certo tempo, a estabilidade deste tempo. Na sequência, veremos como Varnhagen interpretou esta fase de inflexão em sua narrativa.

¹⁸⁹ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* p. 317.

Em *História Geral do Brasil*, uma vez estabelecida a conquista dos holandeses, Varnhagen, tanto na vigésima nona seção – intitulada “Governo de Nassau até levantar o sítio da Bahia” – como na trigésima – que trata de “Desde o sitio da Bahia até a partida de Nassau” –, começa a construir uma imagem não pouco honrosa de Nassau como um príncipe que “aos mais qualificados dotes de capitão prestigioso, reunia os de prudente juiz e honrado administrador”¹⁹⁰, a qual o próprio historiador tratará de dissolver ao longo de sua escrita, como veremos.

Nesses capítulos, Varnhagen preocupa-se em narrar como o governo dos holandeses foi organizado durante o tempo de Nassau, destacando as questões de segurança, religião, autoridade/obediência, sociedade, economia e construções públicas. Contudo, o historiador deixa entrever que as emboscadas não cessaram nesse tempo, sinalizando que a resistência, embora bem mais fraca que outrora, mantinha-se, na medida do possível, viva.

O grande divisor de águas, então, na narração do historiador, que lhe valeu encerrar e iniciar outro capítulo, foi a narração da fracassada tentativa holandesa de tomar a Bahia, sede da colônia portuguesa. Não se tratava, por certo, da primeira investida, pois Varnhagen já havia dispensado cerca de trinta páginas de sua obra para tratar da perda e da recuperação da Bahia em 1624, na seção vigésima sétima, a qual antecedeu a narrativa da invasão de Pernambuco.

Contudo, em 1638, o plano de conquistar a Bahia era engendrado por Nassau, quem, segundo Varnhagen, “perdeu, não só o prestígio, mas muito boa parte de seu exército, que veio a fazer-lhe falta”¹⁹¹. Na ocasião, o historiador bradou a eficácia das forças de resistência.

Na trigésima seção, Varnhagen descreve o envio da armada de socorro hispano-portuguesa, dirigida pelo Conde da Torre em 1639, cujos propósitos de atacar Pernambuco por terra e por mar não tardaram em chegar aos ouvidos holandeses, os quais trataram de enviar uma esquadra para a guarda costeira do litoral. Dessa forma, “Pernambuco não foi restaurado, como pudera havê-lo sido, se desembarcam convenientemente as tropas que para isso vinham; e toda a esquadra se desmantelou vergonhosamente”¹⁹².

¹⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. vol. 2. *Op. cit.* p. 271.

¹⁹¹ *Ibidem.* p. 299.

¹⁹² *Ibidem.* p. 312.

Neste episódio muito lamentado pelo historiador oitocentista, foi dado destaque aos efeitos negativos da “desastrada frota do Conde da Torre”, que teria sido responsável pela renovação do ânimo dos holandeses quanto à manutenção do território recém-conquistado e servido de pretexto para a expulsão dos religiosos católicos que sob o domínio flamengos haviam se mantido.

Neste capítulo ainda, Varnhagen aborda o impacto da notícia da restauração da autonomia política de Portugal em 1640 na colônia. À primeira vista, o historiador sustentou a tese, fundamentado nos documentos da época, de que a situação da guerra contra os holandeses mudaria, pois se o verdadeiro inimigo da Holanda era Espanha, não haveria, pois, motivo que impedisse Portugal de se aliar à Holanda contra o inimigo comum.

Entretanto, Varnhagen aponta uma certa decepção em relação à atitude de Nassau, que só fez receber a notícia através de um ato público, mas não chegou nem a suspender as hostilidades entre Portugal e Holanda em razão da restauração portuguesa, haja vista a conquista holandesa de muitas praças portuguesas na África por esse tempo¹⁹³. Desapontado, o historiador derruba a boa imagem que construía de Nassau no capítulo anterior, declarando que: “a história, mestre da vida e conselheira dos povos e príncipes no porvir, não pode deixar de reprovar tão feio proceder, que veio a dar motivo para justas represálias”¹⁹⁴.

Em *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, Varnhagen mantém sua narração do período do governo do Conde Maurício de Nassau em tom engrandecedor. As qualidades de Nassau emergem pelo empenho pessoal em “fazer prosperar o Estado”¹⁹⁵. Foi, sobretudo, pelas obras públicas realizadas durante o governo nassoviano, as quais proporcionaram “tranquilidade e segurança” a todos, na avaliação de Varnhagen, que o Conde é exaltado. Desta forma, o historiador era forçado a admitir que “as primeiras páginas no livro da civilização”¹⁹⁶ do nosso país haviam sido traçadas por um “forasteiro”, em referência ao chefe holandês.

Entretanto, a admiração inicial do historiador em relação à administração nassoviana não obscurece o fato de Nassau ter estado, no conflito, em campo oposto ao qual defendia. Assim, o historiador transparece sua decepção em relação à atitude do

¹⁹³ Os holandeses conquistaram São Jorge da Mina, em 1637, e São Paulo de Luanda, em 1641.

¹⁹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. vol. 2. *Op. cit.* p. 322.

¹⁹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil*. *Op. cit.* p. 144.

¹⁹⁶ *Ibidem*. p. 146.

governador dos flamengos de não suspender as hostilidades, na prática, com os luso-brasileiros, em razão da restauração Portuguesa de 1640 e, principalmente, de ter mantido a política de expansão das fronteiras do domínio holandês na América e na África, aproveitando-se de um momento em que a resistência portuguesa se encontrava combalida.

De qualquer forma, abordar o período nassoviano constituía um verdadeiro desafio para Varnhagen, porque trazia um elemento contraditório à interpretação que visava construir. Tratava-se da dificuldade de omitir, até aonde fosse possível, a relação amistosa que o Conde mantinha com os colonos; de minimizar suas construções arquitetônicas e obras públicas; e de negligenciar os aspectos culturais e religiosos que envolveram o período, sobretudo quanto à política de tolerância.

Do governo nassoviano, o historiador só admitia o que era forçoso reconhecer: sua administração política e seu comando militar. Neste campo particularmente, Varnhagen se deteve mais particularmente, isto é, em delinear o Nassau general, que manteve ativo os objetivos da Companhia das Índias, não apenas em termos de consolidação, mas principalmente, de conquista, através da expansão do território.

A base para esta interpretação, obviamente, veio dos cronistas supracitados. Em *Memórias Diárias*, Duarte Coelho narrou a chegada do Conde João Maurício de Nassau em 1647 como uma política de envio de socorros para as conquistas por parte da Companhia das Índias Ocidentais. Contudo, o cronista salientou que o novo governador não demorou muito para perceber o perigo real que as forças de resistência organizadas, nesse momento, em campanhas de guerrilha representavam para a estabilidade de seu governo.

Desta forma, uma das primeiras decisões tomadas por Nassau, segundo Coelho foi combater esses focos de resistência, forçando as tropas para o mais distante possível do território, “ponderando que de outra forma nunca teriam a posse total e pacífica do território, nem os engenhos podiam moer regularmente, nem cultivar e aproveitar os produtos da terra, nem finalmente dar estabilidade e impulso ao comércio [...]”¹⁹⁷.

Neste sentido, aparece Nassau na crônica de Coelho principalmente como um comandante, flagrado em cenas militares, lutando em campo, planejando excursões, ordenando invasões, plantando artilharia, montando quartéis e fazendo alianças estratégicas. Através de tais ações, a imagem que Coelho transmite de Nassau era a de

¹⁹⁷ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Op. cit.* p. 396-397.

um general muito comprometido com seu trabalho de garantir a posse das capitâneas conquistadas e, quando possível, expandir suas fronteiras.

Por isso, o cronista ressaltou a pretensão obstinada dos holandeses em conquistar a Bahia, que levou até Nassau a fazer sua tentativa, infrutífera. Da experiência, saíra o Conde malgrado, suplicando a suspensão das armas e pedindo os feridos e prisioneiros, conforme Coelho¹⁹⁸. Como a crônica terminou com o relato do ano de 1638, não há mais detalhes do governo nassoviano em *Memórias Diárias*. De uma maneira geral, pode-se perceber que o governador foi poucas vezes mencionado, tendo o cronista dado primazia ao cargo militar ocupado por Nassau e, em segundo plano, à sua função política, narrativa não muito diferente do que se encontrou em *Valeroso Lucideno*.

Na crônica de Calado, é mencionada que, apesar da perda do território, a tenaz defesa luso-brasileira não desistiu e, até mesmo o Conde João Maurício “experimentou a resistência grande dos nossos portugueses”¹⁹⁹, em referência às guerrilhas que não cessaram após a queda do Arraial do Bom Jesus. E se governador Nassau conseguiu acalmar os ânimos durante aquele período, decerto não o fora por abandono da luta.

Na verdade, o tempo do governo nassoviano aparece na crônica como um momento de resignação do qual a resistência aproveitou para preparar melhor suas forças para o levante final, isto é, para a guerra de libertação do Brasil do inimigo invasor. Havia, portanto, um protagonismo da defesa portuguesa também no relato do Frei Calado.

Entretanto, é inegável que o próprio Frei aproveitou particularmente desse momento do governo de Nassau, no qual as forças de resistência estariam em latência. Neste tempo, o religioso acumulou fortuna entre os holandeses por ter se tornado abastado senhor de terras, gado e escravos²⁰⁰, além da amizade estreitada com o próprio Nassau, matéria a ser investigada no interim deste trabalho, nos capítulos que se seguem. Por ora, pode-se pensar que a abordagem de outros aspectos do governo nassoviano, ultrapassando a visão das questões estritamente militares e políticas, a exemplo da relação estabelecida com os colonos, possa dever-se aos próprios traços que o Frei mantinha com o Conde.

Desta forma, diferentemente da narrativa de Duarte Coelho, Nassau é referido sempre com muita cortesia por Calado, considerando-o “benigno de natureza”²⁰¹, sobretudo pelo tratamento dispensado pelo governador aos moradores, os quais o

¹⁹⁸ Ibidem. p. 461-462.

¹⁹⁹ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* p. 110.

²⁰⁰ RAMINELLI, Ronald. “Frei Manoel Calado.” In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. *Op. cit.* p. 248-9.

²⁰¹ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* p. 115.

chamavam de “Príncipe” e “Excelência”, como denotou o Frei. O próprio cronista o invocava pelo título em alguns trechos de seu relato, procurando dar justificativa por escrito de tal procedimento: “[...] se eu o nomear com tal título, é por me acomodar à comum linguagem que então corria nas bocas de todos; [...]”²⁰².

Acerca da relação estabelecida entre Nassau e a povoação, Calado salienta que foi iniciativa dos próprios nobres de Pernambuco presentear o Príncipe com “mimos e regalos de consideração para granjear seu beneplácito”²⁰³. Tratava-se, pois, de uma estratégia dos moradores para conseguir a estima do governador inevitável, ressaltou o religioso. Assim, a crônica de Calado é recheada das decisões, das tratativas, dos banquetes e dos relacionamentos do Príncipe Nassau do dia em que aportou até a data de sua partida do Brasil, aspectos não muito ressaltados pelo autor de *História da Guerra Brasílica*.

Na crônica de Brito Freire, o novo governador dos flamengos fez frente aos resquícios da resistência, demonstrando-se não “menos general na disposição do que soldado na peleja”²⁰⁴. A respeito da integração das dimensões política e militar do novo governo holandês, considerou o cronista:

“Recolhido o Conde no Recife, mostrou que com assistir ao governo militar se não esquecia de enobrecer o político. Deu armas diversas, de acomodadas insígnias em escudos particulares para brasões de honra e selos públicos, que não tiveram até aquele tempo as câmaras das quatro capitanias, que chamam alguns de Pernambuco, outras do Norte [...]”²⁰⁵

Desta maneira, Freire se referia às vilas da Província de Pernambuco, à Itamaracá, à Paraíba e ao Rio Grande e à capacidade política de Nassau. O cronista ressaltou que o Conde empreendera seus esforços basicamente em duas frentes: expandir o território conquistado, seja tentando alcançar a Bahia, sem sucesso, seja ampliando na direção do Maranhão, seja assenhorando-se das praças africanas; e garantir a prosperidade da colônia quanto aos lucros advindos da cana, para tanto, era necessária a estabilidade para a produção do açúcar, valendo-se da colaboração dos moradores.

Não somente os moradores passaram a colaborar com os holandeses ou, mais especificamente, com a pessoa Nassau, mas também alguns nativos, negros, padres e outros colonos. De acordo com Freire: “pela notícia das nossas desgraças e pela diligência dos holandeses, se ouvia já com grande respeito a fama do Conde João Maurício entre os

²⁰² Ibidem. p. 116.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* p. 241.

²⁰⁵ Ibidem. p. 245.

índios mais remotos”²⁰⁶. Assim que chegou, Nassau teria conseguido arrebanhar por volta de seis mil homens, entre os quais quinhentos seriam índios e negros²⁰⁷.

Embora não explicita de maneira clara, o cronista considera que Nassau foi conseguindo formar uma rede de aliados sobretudo pela sua atuação política perspicaz. Sobre o respeito devotado ao Conde, Freire explicita: “trazia no mar e na terra mais ampla jurisdição sobre o que ocupavam ou ocupassem na América as armas holandesas”²⁰⁸. Foi exatamente graças à tal estratégia que era garantida a necessária estabilidade ao período nassoviano.

Com relação a Nassau, ainda, percebeu-se que Freire não o tratou por Príncipe, como no caso da crônica de Calado, preferindo a designação de Conde para referi-lo. Neste sentido, o cronista acaba-o fazendo uma única vez quando descreve a atitude de Nassau em relação aos guerrilheiros derrotados no ano de 1638, explicando ter sido tal chamamento popular entre os homens do período:

“O Conde de Nassau, a quem a lisonja vulgar dava o nome de príncipe, deixou levar-se tanto dos afetos de homem, que permitiu, pois não castigou nos seus, executarem desumanos os últimos estragos nos pobres moradores que viviam pela campanha: em cuja a inocência achou a ira desaforo para a vingança”²⁰⁹.

Nestes termos, é exaltada por Freire uma espécie de tolerância de Nassau que decidiu por conceder salvo conduto a todos os que permaneceram sob o território holandês, desde que prestassem obediência imediata a si, como representante direto da Companhia das Índias. Apesar desta passagem, o cronista não deixa de reclamar, em toda sua crônica, a face violenta do governo flamengo no Brasil.

Desta maneira, prevalece no relato dos cronistas a imagem de Nassau como general militar, mas também é possível enxergar um reconhecimento velado, sobretudo da parte de Calado e de Freire, de sua capacidade política. Quanto à este aspecto, pode-se supor que tais passagens, já escondidas nas crônicas, tenham sido conscientemente ignoradas por Varnhagen ao construir sua interpretação historiográfica, uma vez que admitir qualquer grandeza de um dos holandeses ou assumir a existência de herança dos tempos nassovianos, significaria, necessariamente, trair a causa a que mais defendia: a exaltação da colonização portuguesa.

²⁰⁶ Ibidem. p. 254.

²⁰⁷ Ibidem. p. 239.

²⁰⁸ Ibidem. p. 239.

²⁰⁹ Ibidem. p. 271.

De maneira a corroborar a tradição inaugurada por Varnhagen, e mais, a enraizar a interpretação do historiador oitocentista, os manuais didáticos de Manuel de Macedo e João Ribeiro ratificaram sua visão sobre Nassau. Em *Lições de História do Brasil*, Dr. Macedo não destaca as obras do governo de Maurício de Nassau, nem ressalta os avanços ou feitos dos holandeses, preferindo contar a história pelo lado dos portugueses, como já o fizera Varnhagen.

Em particular sobre o tempo nassoviano, Macedo realça os desentendimentos do governador com a Companhia das Índias Ocidentais em relação à direção das conquistas no Brasil. Há, no entanto, um parágrafo na décima nona lição devotado à exaltação da figura de Nassau, partindo da descrição do governador dos holandeses como:

“Ativo e justo, político hábil, e administrador vigilante, Maurício de Nassau garantiu aos Pernambucanos o esquecimento do passado, a liberdade e tolerância religiosa, a conservação dos antigos impostos sem criação dos novos; protegeu a agricultura, a indústria e as letras; fez surgir de suas cinzas e mais bela que d’antes a cidade de Olinda; [...]”²¹⁰

No restante, Nassau só volta a aparecer em *Lições de História do Brasil* na vigésima primeira lição, por ocasião do evento da restauração portuguesa. Neste sentido, Macedo reclama que o governador continuava a expandir o território do Brasil holandês mesmo após a restauração da autonomia da verdadeira metrópole. Sobre este episódio, especificamente, há um comentário imiscuído de particular euforia, como se pode notar na passagem: “[...] a flama patriótica que acendera na genuína metrópole em dezembro de 1640, havia de difundir-se pela colônia, entusiasmando portugueses e seus descendentes, habitantes dela, com todo o ardor da nacionalidade triunfante”²¹¹.

Neste sentido, a forma como Macedo constrói sua narrativa deixa entrever nitidamente a convergência com o modelo varnhageniano, operando na lógica de que o Brasil Colônia era filho de Portugal, “a genuína metrópole”, por uma espécie de direito fosse conferido aos brasileiros raízes mais portuguesas que qualquer outra. Assim, a restauração portuguesa teve seu impacto avaliado nas tratativas diplomáticas com a Holanda para restauração das capitanias açucareiras, acompanhando a restauração metropolitana.

Na narrativa de João Ribeiro, deve-se creditar ao governo do príncipe Maurício de Nassau, “modelo da justiça, da tolerância, da liberdade e do talento político e

²¹⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil... Op. cit.* p. 167.

²¹¹ *Ibidem.* p. 185.

militar”²¹², a pacificação do território que, mesmo depois da retirada de Albuquerque, continuou atravessado pelas guerrilhas que tornaram heróis o índio Felipe Camarão, o negro Henrique Dias e o português Vidal de Negreiros.

Desta maneira, na *História do Brasil* de Ribeiro, o tempo nassoviano foi um período de aparente trégua, não respeitada por nenhum dos lados, uma vez que os holandeses continuavam a avançar na conquista do terreno e os portugueses passavam a incitar, secretamente, os brasileiros a resistirem e a se rebelarem contra o “jugo opressor” dos “invasores”, sobretudo após a partida de Nassau, quando “o governo caiu nas mãos de holandeses inábeis, intolerantes e ávidos, que faziam grande mal ao país e criavam muitos descontentes”²¹³.

Em termos historiográficos, mesmo que se pretendesse inovador, a respeito da interpretação da história da ocupação holandesa no Brasil, Capistrano de Abreu acabou reproduzindo a visão varnhageniana, até mesmo em relação ao tempo nassoviano. A respeito da chegada do Conde, o historiador narrou apenas os feitos do novo governador em face de assegurar o domínio do terreno, e expandi-lo sempre que possível, em favor dos holandeses. No juízo elaborado por Abreu:

“Da obra do administrador nada sobrevive; seus palácios e jardins consumiram-se na voragem de fogo e sangue dos anos seguintes; suas coleções artísticas enriqueceram vários estabelecimentos da Europa e estão estudando-as os americanistas; os livros de Barleus, Piso, Maregraf, [...] parece mesmo terem sido pouco lidos no Brasil apesar de escritos em latim, a língua universal da época, tão insignificantes vestígios encontramos deles.”²¹⁴

Portanto, o historiador trata abertamente de diminuir a grandeza que, já à época, tentavam dar a figura de Nassau, considerando que seu legado não foi tão relevante para o país quanto os historiadores insistiam em afirmar. De acordo com Capistrano, nem mesmo a cidade Mauricéia conservou seu nome, tão pequena fora sua passagem pelo Brasil Colonial. Em comparação com a liderança exercida por Matias de Albuquerque às forças de resistência portuguesas e luso-brasileiras, Abreu considerou que Nassau ocupou posição “infinitamente inferior”.

Na narrativa de Capistrano de Abreu, os anos que seguiram após 1644 foram mais movimentados e, portanto, mais importantes para a história do Brasil que a partida de Nassau. A causa da depreciação em relação à figura de Nassau residiu principalmente na

²¹² RIBEIRO, João. *Op. cit.* p. 123-124.

²¹³ *Ibidem.* p. 126.

²¹⁴ ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial. *Op. cit.* p. 134.

rejeição à tirania do regime holandês. Segundo Abreu, os anos de domínio flamengo na colônia caracterizaram-se por extorsões, violência e ultraje.

Desta forma, Capistrano de Abreu relativizou até mesmo a tolerância religiosa nos tempos nassovianos, qualificando-a como limitada e instável. De modo que os holandeses haviam conquistado o território e só o mantinham através da força, impedindo a população de guerrear com os mesmos. Por isso, nas palavras de Capistrano: “mesmo se Nassau fosse o justiceiro, em que pretendem transfigurá-lo, não tinha braço bastante longo e bastante forte para amparar todas as vítimas”²¹⁵.

Todavia, foi com José Hygino Duarte Pereira (1847-1901) que a transformação na visão de Nassau começou a ser operada. José Hygino foi um historiador pernambucano, além de advogado, político, magistrado, escritor, professor e tradutor²¹⁶. Após ter servido como praça na Guerra do Paraguai, José Hygino terminou seus estudos e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1867.

Em 1879, José Hygino foi nomeado Auxiliar do Diretor do Arquivo Público na província de Pernambuco, aventurando-se no ambiente de pesquisa. No ensino, Pereira foi catedrático na Faculdade de Direito do Recife, a mesma na qual obteve sua formação, a partir do ano de 1884.

No ano seguinte, licenciado pelo governo imperial, José Hygino foi patrocinado pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) para uma viagem a Holanda a fim de examinar, nos Arquivos de Haia, os documentos concernentes ao período da dominação holandesa e outros papéis úteis para a História de Pernambuco. Hygino permaneceu na Holanda entre os anos de 1885 e 1886.

O historiador foi, a seu tempo, dono de uma ativa vida pública iniciada no cargo de Promotor Público da província de Santa Catarina, função que acabou deixando ao ter sido eleito deputado provincial em Pernambuco. Com a proclamação da República, José Hygino elegeu-se membro da Constituinte Republicana de 1890 a 1891. Na presidência de Floriano Peixoto, Pereira foi ministro interino da Justiça e dos Negócios Interiores, no ano de 1892. Ademais, José Hygino foi ainda Ministro do Supremo Tribunal Federal até 1897, ano em que se aposentou.

²¹⁵ Ibidem. p. 135.

²¹⁶ As informações biográficas de José Hygino Duarte Pereira baseiam-se no site do Supremo Tribunal Federal. BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. José Hygino Duarte Pereira. *Ministros*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=146> Acesso em: 25 jun. 2017.

A riqueza do material trazido por José Hygino de sua estadia na Holanda constitui importante acervo sobre a história da ocupação holandesa no Brasil, particularmente pelas novas fontes de informação sobre Maurício de Nassau, coletadas, sobretudo, no real Arquivo de Haia. Desta feita, a missão de José Hygino não contou com o apoio imperial, como contara Varnhagen anos antes em suas expedições de pesquisa.

A viagem de José Hygino, que durou apenas dois anos, contou, fundamentalmente, com suporte provincial, tendo sido incumbido diretamente pelo Presidente da província, o desembargador José Manuel de Freitas, graças à proposta do Instituto pernambucano. Os resultados de suas pesquisas nos arquivos holandeses foram descritos em seus relatórios.

No relatório lido em 1886 no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, intitulado *Arquivos Holandeses*, José Hygino abriu a sessão considerando a conquista de Pernambuco e das capitanias vizinhas pelos holandeses como “um episódio da luta prolongada em que se travara na Europa entre os reis de Espanha e os seus súditos rebelados das províncias neerlandesas”²¹⁷.

De acordo com o historiador, um dos objetivos dos holandeses ao submeterem ao seu domínio algumas capitanias do Brasil acabou se tornando o de “fundar uma colônia próspera e duradoura entre os colonos portugueses”²¹⁸. Contra o jugo holandês herege, os portugueses teriam organizado, na consideração de José Hygino, uma tenaz resistência que obteve êxito decidido com a expulsão dos invasores.

No entanto, o historiador chama atenção para uma fase em especial. Trata-se do período nassoviano, percebido como um intervalo de paz com os moradores entre os momentos de guerra, seja a de conquista, seja a da restauração. O interesse deve-se à organização da colônia por “um príncipe ilustre da casa de Nassau”, quem terminou por introduzir os costumes e as instituições holandesas no Brasil, as quais, no entanto, não chegaram a ter a acolhida devida, pois, segundo o José Hygino, “parece que foi nula a influência que os holandeses exerceram sobre o espírito e os costumes dos habitantes portugueses”²¹⁹.

²¹⁷ PEREIRA, José Hygino Duarte. *Arquivos Holandeses, 1885-1886* (Original de 1886). In: GALINDO, Marcos; HULSMAN, Lodewijk (org.). *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês: acervos de manuscritos em arquivos holandeses*. Brasília; Recife: Minc, Projeto Resgate; Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. p. 99.

²¹⁸ *Ibidem*. p. 100.

²¹⁹ *Ibidem*. p. 101.

Desta forma, José Hygino parece operar uma mudança na visão do período nassoviano, até então pensado apenas em termos administrativos, políticos e militares. A proposta do historiador era, a partir das cópias dos documentos holandeses trazidos, abrir as pesquisas sobre o período, estimulando a investigação de assuntos como os elementos que compunham a população, as relações entre os conquistadores e os vencidos, as seitas religiosas, entre outros.

Neste sentido, trata-se de um novo olhar sugerido por José Hygino, que era, é preciso reforçar, um historiador pernambucano, cujas pesquisas foram realizadas sem o patrocínio imperial. De acordo com o historiador: “[...] apesar da decadência de nossa província e do abatimento do espírito público, ainda não se extinguiu de todo o nosso amor ao passado, o zelo pelas nossas tradições, que é também uma das formas do patriotismo”²²⁰.

Contra-pondo-se às duas produções contemporâneas sobre o período holandês, a conhecida *História das Lutas contra os Holandeses no Brasil*, de Varnhagen e a monografia de P. M. Netscher, intitulada *Les Hollandais au Brésil*, publicada em 1853, a missão de José Hygino se justificaria para análise de coleções documentais pertencentes aos arquivos holandeses, particularmente as fontes das câmaras que compunham a Companhia das Índias, os quais Netscher e Varnhagen não chegaram a examinar.

O conhecimento da existência de tais conhecimentos por parte de Hygino deveu-se ao inventário do Barão Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, apresentado ao IAHGPP em 1874. A partir desse material, Hygino reivindicava a necessidade de outras abordagens do período histórico que não as tradicionais visões de história política e militar da ocupação holandesa trabalhadas por Varnhagen e Netscher.

Entre os documentos originais que José Hygino consultou no Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, citados no relatório, encontram-se: a coleção de cartas e papéis procedentes do Brasil, intitulada *Brieven en Papieren uit Brasile*; as cartas Tupi, trocadas entre os índios aliados dos portugueses e aqueles partidários dos holandeses; o jornal de Mathias Beck, que trata das relações dos holandeses com os nativos; as cartas do missionário calvinista Jodocus Asteten, além dos relatórios dos ministros Francisco Plante e do calvinista francês Vicente Soler; as atas das assembleias sinodais, chamadas *Classicale Acta van Brasilie*, as quais contêm valiosas informações sobre a igreja calvinista do Brasil holandês; documentos administrativos como as atas diárias do

²²⁰ Ibidem. p. 102.

Conselho Supremo e Secreto do Brasil, as *Dagelyske Notulen van den Hoogen en secreten raad in Brasilie*; entre muitas outras fontes listadas pelo historiador.

Em relação ao Conde Maurício de Nassau, José Hygino o defendeu como funcionário distinto da Companhia das Índias Ocidentais, “dotado de qualidades verdadeiramente principescas, e talvez mais amado dos portugueses do que dos seus próprios contemporâneos”²²¹. A passagem se inseriu na parte do relatório em que o historiador advogava em favor do zelo e da probidade de alguns funcionários da WIC, opondo-se à fama de corrupção e de violência pela qual ficaram conhecidos.

De toda forma, Hygino ressaltou a existência de uma espécie de superioridade civilizacional dos holandeses em relação aos portugueses. No ponto de vista do historiador, tendo a colônia vivido tempos de “obscurantismo” oriundos da imposição da colonização portuguesa, o domínio neerlandês representou uma oportunidade de o Brasil ter contato com o espírito progressivo da Holanda, em contrapartida ao atraso de Portugal com o qual estava acostumada.

A interpretação do historiador supõe uma escala de evolução civilizacional na qual a Holanda apresentar-se-ia bem mais à frente que Portugal, sobretudo porque:

“Formaram-se na escola dos homens livres, eram regidos por uma legislação já penetrada desse espírito liberal dos tempos modernos, inteiramente estranho à ferrenha legislação de Portugal; intervinham nos negócios públicos, usavam largamente do direito de representação, sabiam defender com firmeza seus direitos nos tribunais, e resistir às prepotências das autoridades, recorrendo aos poderes supremos do Estado ou à opinião pública pela imprensa [...]”²²²

Na comparação efetuada por José Hygino, a colonização portuguesa não foi vista com o sentido positivo, o qual sobressaiu na tradicional interpretação historiográfica, inaugurada com Varnhagen. Do contrário, o contato com os holandeses teria fornecido ao Brasil Colonial a chance de ter acesso “as primeiras lições de liberdade política”²²³. Em longo prazo, este pensamento trazido por José Hygino seria a chave da interpretação marcadamente do século XX, a qual defendia uma colonização holandesa do Brasil, opondo-se à restauração do domínio português no episódio da insurreição pernambucana.

A base para tal argumento, no entanto, residiu não somente na pesquisa em novas fontes históricas, mas também em uma nova perspectiva sobre o período, conforme o relatório de José Hygino. A direção desse novo olhar enfatizou, particularmente, o tempo nassoviano, construindo uma memória positivada que destacava as ideais de liberdade,

²²¹ Ibidem. p. 118.

²²² Ibidem. p. 119.

²²³ Ibidem.

tolerância, estabilidade e progresso como vigentes no Brasil durante a administração de Nassau, heranças de uma cultura holandesa. Nas palavras do historiador: “uma nova era se achava inaugurada!”²²⁴.

De acordo com o relatório de José Hygino, fazia-se necessário escutar o outro lado do conflito para se estabelecer a verdade, e é neste ponto que o historiador reclamava de Varnhagen, descrito como “investigador paciente e exato, mas nem sempre historiador imparcial”²²⁵. Neste sentido, Hygino copia várias cartas que Nassau envia aos Diretores da WIC durante seu governo no Brasil, documentos que estavam sob posse do Arquivo dos Estados Gerais para o IAHG. Segundo o historiador: “é com o mais profundo respeito que devemos receber este testemunho do príncipe magnânimo [...]”²²⁶.

Deste modo, José Hygino reconheceu em tais fontes, pela sua autoria, um testemunho legítimo sobre a história da ocupação holandesa no Brasil. Nassau foi considerado, então, como o “personagem mais ilustre, quer pelo seu nascimento e posição social, quer pelos dotes do seu espírito, que governou a colônia holandesa do Brasil”, representando a “voz mais insuspeita e autorizada para restabelecer a verdade histórica”²²⁷.

Retirando o enfoque da política e das questões militares, José Hygino construiu a imagem do governo nassoviano como um período extremamente fecundo para a arquitetura, a pintura, a geografia, a astronomia, a botânica e a zoologia. Uma fase na qual a colônia pudera experimentar de uma vida cultural até então desconhecida. Em comparação com a colonização portuguesa: “[...] os oito anos da administração do conde Maurício em nada encontram que lhes possa ser comparado em todo o decurso da história colonial deste país”²²⁸.

Neste sentido, Hygino reverenciava Nassau e tudo o que acreditava que o Conde fez pelo Brasil, o que muitas vezes ultrapassou inclusive os limites de seu cargo como governador. A esse respeito, o historiador relatou as obras que o governador construiu, cuja “falta de recursos nunca foi um obstáculo à realização de seus planos principescos”²²⁹. Hygino lamentou que as construções materiais nassovianas tenham desaparecido devido à ação do tempo e à própria guerra.

²²⁴ Ibidem. p. 120.

²²⁵ Ibidem. p. 103.

²²⁶ Ibidem. p. 155.

²²⁷ Ibidem. p. 153 e 155.

²²⁸ Ibidem. p. 169.

²²⁹ Ibidem. p. 170.

Apesar de apagada a maior parte dos registros materiais dos tempos nassovianos, seu legado permaneceu sobretudo na memória construída por historiadores, particularmente os pernambucanos na virada do século XIX para o século XX. Em oposição à história oficial oitocentista, foi na positivação do governo e da figura do Conde de Nassau que se apoiou a memória que construía a ideia de que o Brasil seria melhor caso tivesse sido colonizado de vez pelos holandeses.

No entanto, na briga entre memórias, a historiografia imperial saiu vencedora construindo o discurso oficial, no qual prevaleceu a identificação da história portuguesa com a brasileira, com ampla penetração e verdadeiro enraizamento nos modelos e manuais didáticos do ensino de História do Brasil do século XIX, conforme analisado. Fora esta simbiose entre a História de Portugal e a do Brasil que interpretou de maneira positiva a colonização portuguesa em contrapartida à visão negativa da experiência holandesa, flagrada pela ótica da “invasão”.

Portanto, a historiografia oitocentista, cujo maior protagonista foi Varnhagen, acabou por se tornar paradigmática, produziu uma memória afinada com a história lusitana que passou a ser uma marca da tradição historiográfica, difícil de se desvencilhar por muitas décadas. Um exemplo prático desta vertente é a própria história da ocupação holandesa no Brasil, objeto do presente trabalho.

Neste sentido, a interpretação dita clássica tendeu a enfatizar a resistência portuguesa diante da invasão holandesa, glorificando os heróis da restauração, e a negligenciar a perspectiva da colaboração sob o prisma da traição, enfeixando os colaboradores na lógica dos traidores da Pátria. Que a tradição obteve grande alcance, é inegável reconhecer, mas que fora a seu tempo unânime, é completamente errôneo afirmar, neste interim se encontram as pesquisas de José Hygino para comprovar.

Graças ao suporte do Instituto pernambucano, a viagem de José Hygino foi realizada entre os anos de 1885 e 1886. Através de suas pesquisas, uma gama de documentos provenientes de arquivos holandeses foi coligida e publicada pelo IAHGP. De acordo com Evaldo Cabral de Mello, foi a própria historiografia local que reabilitou a história da ocupação holandesa no Brasil, embora antes mesmo de Hygino, a memória de uma nostalgia nassoviana já se encontrava em voga em Pernambuco.

Nas palavras de Evaldo Cabral de Mello: “para o pernambucano da primeira metade de Oitocentos como para seus pais e avós setecentistas, só o governo nassoviano

escapava à condenação geral da experiência neerlandesa”²³⁰. Do ponto de vista desta memória local, embora o domínio holandês esteja relacionado a corrupção e aos abusos cometidos pelos seus representantes, escaparia deste estigma o “bom príncipe” Nassau, retratado pela fama de justiceiro e bondoso.

Já durante o período em que governou, Nassau contou com a aceitação dos homens da terra exatamente pela sua condição de aristocrata, segundo o historiador. Neste sentido, a obediência à autoridade do Conde foi imediata por parte dos portugueses e luso-brasileiros, os quais reconheceram-se na condição que lhes parecera mais cabível: a de súditos da realeza. Ao perceber que este fator o proporcionava legitimidade, Nassau tratou, então, de estimular o tratamento a si como “príncipe” entre seus súditos.

Assim, Mello sustenta que grande parte do repúdio inicial ao domínio holandês deveu-se à existência de um sentimento monárquico, isto é, a recusa a reconhecer a autoridade de um governo de comerciantes. De maneira inversa, em relação à figura do príncipe, ao invés da rejeição, ocorreu mesmo uma identificação com Nassau, o que significou, sobretudo para os homens da terra, o orgulho de serem governados por um legítimo fidalgo da Casa de Orange²³¹.

É desta forma que o historiador considerou que o apreço pela figura do príncipe, bem como a memória nostálgica construída a respeito dos tempos nassovianos, contrastam com o mito restaurador originado por um espírito nativista, cuja lealdade pernambucana fora responsável pelo restabelecimento do domínio e das instituições portuguesa na colônia.

Trata-se, pois, de uma verdadeira ambivalência no interim da própria historiografia oitocentista. Primeiramente, a reabilitação do período da ocupação holandesa, graças à atuação de historiadores pernambucanos, em contraste com a historiografia imperial, com destaque para a gestão do IHGB e de Varnhagen, cujo discurso tornou-se tão impenetrável que permaneceu nos manuais didáticos por décadas a fio.

No entanto, ao lado da forte valorização da herança portuguesa na interpretação da História do Brasil, que se tornou uma tradição da historiografia imperial, começava a surgir uma memória do período holandês construída a partir da imagem do governo

²³⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. “Nostalgia Nassoviana.” In: *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 292.

²³¹ Ibidem. p. 298.

nassoviano pela historiografia regional, sobretudo graças ao patrocínio do Instituto pernambucano concedido às pesquisas de José Hygino nos arquivos holandeses.

Como percebeu-se na análise da produção varnhageniana, se o historiador oitocentista não glorificou os feitos de Nassau, como começara a fazer uma memória local, ao menos não os negou. O período nassoviano foi mesmo um problema com o qual Varnhagen teve de lidar em sua pena.

O desafio do visconde de Porto Seguro era interpretar um período de relativa estabilidade; no qual o governo flamengo começava a extrair o tão almejado lucro do comércio açucareiro; a poeira da guerra, paulatinamente, diminuía, bem como a resistência arrefecia-se; e os luso-brasileiros passavam a colaborar com os holandeses, através da pessoa de Nassau. Um momento de inflexão na tônica de sua interpretação da “invasão” que nem suas fontes omitiam, haja vista o grande respeito e a admiração dos cronistas portugueses pelo próprio Conde.

Neste sentido, se era forçoso ao historiador reconhecer a existência do período nassoviano, ao menos o fez omitindo grande parte dos acontecimentos, em uma narrativa rápida, passando pelos anos do governo de Nassau através da descrição dos principais eventos ocorridos como expansão do domínio holandês, a restauração da autonomia portuguesa e a perseverança de uma resistência que se mantinha latente, à espera da hora da expulsão dos invasores.

Por outro lado, a grandeza da figura de Nassau, consagrada pela historiografia pernambucana surgida a partir de meados do século XIX, tornou-se um dos principais argumentos para a construção de uma memória local a favor de uma superioridade política, cultural e econômica dos holandeses em face à decadência dos portugueses, presos a um passado institucionalmente arcaico.

Nesta interpretação, as preocupações historiográficas, mormente locais, eram movidas pela exaltação de tudo o que não fosse português no passado do Brasil. Eis que o domínio holandês foi reabilitado por historiadores pernambucanos que iniciaram uma desconstrução da memória nacional ao trabalhar com fontes oriundas dos arquivos holandeses. Nesta via, começaram a ser enfatizadas as dimensões da conquista holandesa e da colaboração luso-brasileira, como será visto no próximo capítulo.

Capítulo 2 – Desconstrução da memória pelos historiadores

“Para se escrever a história do Brasil, é necessário primeiro escrever a história desta nobre província, porque foi ela quem deu a nacionalidade de que tanto se orgulham os brasileiros.” (PEREIRA, José Hygino Duarte)¹

2.1 – Avanços historiográficos, resistência da memória

A virada do século XIX para o século XX significou uma reabilitação dos estudos sobre o tempo da ocupação neerlandesa no Brasil Colonial. Como vimos, uma euforia motivada principalmente por uma nostalgia nassoviana predominou no imaginário social. Contra a tradição historiográfica imperial, promotora de um grande apelo à matriz portuguesa de nosso país, uma memória local começou a ser construída exaltando o sentido de uma possível colonização holandesa, a partir da permanência flamenga por vinte e quatro anos no litoral nordeste seiscentista da colônia.

Entretanto, iniciado o século XX, a apologia da colonização neerlandesa foi contestada por historiadores como Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), para quem as verdadeiras *Raízes do Brasil* nunca deixaram de ser portuguesas. Na publicação datada de 1936, Sérgio Buarque considerou que não houve herança significativa da experiência holandesa do século XVII para a constituição do Brasil como nação.

Neste sentido, a ausência de traços holandeses no caráter do brasileiro pode ser interpretada como uma reafirmação da influência portuguesa decisiva na brasilidade. Embora orientado por outras preocupações próprias do fazer historiográfico em pleno século XX, a narrativa de Sérgio Buarque de Holanda, no que tange à análise da colonização holandesa, exemplifica a resistência da memória nacional construída a partir dos discursos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no século anterior.

No capítulo intitulado “Trabalho e Aventura”, Buarque de Holanda comparou a curta experiência holandesa na América com os séculos de colonização portuguesa do Brasil. De acordo com o historiador, teriam os flamengos uma capacidade de trabalho e um nível de coesão social superiores aos lusitanos, uma vez que eram dotados de um

¹ PEREIRA, José Hygino Duarte. Arquivos Holandeses, 1885-1886 (Original de 1886). In: GALINDO, Marcos; HULSMAN, Lodewijk (org.). *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês: acervos de manuscritos em arquivos holandeses*. Brasília; Recife: Minc, Projeto Resgate; Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. p. 229.

“espírito de empreendimento metódico e coordenado”, em contrapartida a “pouca disposição para o trabalho” misturada a um gosto pela aventura dos portugueses².

Contudo, o maior problema da ocupação holandesa no Brasil, segundo Sérgio Buarque, teria sido o envio de “homens cansados de perseguições”³ como colonos para povoar. De modo que, mesmo os superiores da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) não passavam de “aventureiros de toda espécie” para o historiador. No fim, o Pernambuco colonial foi cenário de uma população extremamente cosmopolita e instável, majoritariamente urbana.

Segundo o historiador, o progresso urbano no tempo de dominação flamenga foi mesmo inegável. A “metrópole pernambucana”, dotada de palácios monumentais, parques opulentos, institutos científicos e culturais, contrastava com o restante do Brasil português, de cidades simples e pobres e predominantemente rural.

Desta forma, o período de ocupação holandesa marcaria uma separação irreconciliável entre o engenho e a cidade, em referência à essa divisão clássica entre o rural e o urbano, a qual os holandeses não souberam lidar, segundo Buarque de Holanda. Ao final: “[...] a Nova Holanda exibia dois mundos distintos, duas zonas artificialmente agregadas”⁴.

Entretanto, o historiador adverte para que não deixemos nos enganar por esse “zelo animador dos holandeses”, afinal, todas as construções desse tempo, mesmo as obras e os organismos políticos e administrativos inaugurados sob a égide do governo flamengo, representariam, na verdade, uma “grandeza de fachada”⁵. Na opinião de Sérgio Buarque, os holandeses foram incapazes de lidar com a riqueza da terra e, a partir dela, gerar prosperidade para a colônia.

Por não terem sido competentes para vida da lavoura, os neerlandeses não teriam conseguido penetrar na sociedade colonial de modo a deixar vestígios tipicamente flamengos. A partir deste argumento, Buarque de Holanda justifica o insucesso da experiência holandesa. Se “os europeus do Norte são incompatíveis com as regiões tropicais”, o mesmo não se pode dizer dos ibéricos, na opinião do historiador⁶.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Trabalho e aventura”. In: *Raízes do Brasil* (Original de 1936). 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 41-70.

³ *Ibidem*. p. 62.

⁴ *Ibidem*. p. 63.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Ibidem*. p. 64.

Os portugueses, em particular, tiveram muito êxito na colonização do Brasil, haja vista o resultado na língua, nos costumes, na religião, entre outros aspectos de ordem cultural. Portanto, no que os holandeses teriam errado, os portugueses acertaram, segundo a interpretação de Sérgio Buarque. Assim, a língua portuguesa teria sido mais acessível para a missão que a língua neerlandesa, como bem perceberam os predicantes do século XVII.

Com relação ao terreno religioso, o historiador acusou a religião reformada de ter fraca aptidão para aderência, isto é, pequeno apelo à religiosidade popular, não cativando os moradores, nem os índios, nem os negros, uma vez que “não exercitava os sentidos ou a imaginação dessa gente”⁷, o que explica o fato do protestantismo não ter conseguido significativos prosélitos no Brasil. Neste sentido, Buarque de Holanda considerou a Igreja Católica como mais universalista, cujo catolicismo seria mais aberto à assimilação, isto é, integrava crenças, metamorfoseava seu discurso e, assim, alcançava públicos diversos.

Outro fator que teria contribuído para o sucesso da colonização portuguesa, segundo a análise de Sérgio Buarque, foi a plasticidade social cuja frouxidão do caráter português os levou a estabelecer uma relação substantivamente mais próxima da população que os holandeses. Através da proximidade com os índios e os negros, os lusitanos conseguiram aquilo que os neerlandeses sequer passaram perto: a mestiçagem.

Enquanto tese central em sua argumentação, o historiador advoga que a mestiçagem foi um “notável elemento de fixação ao meio tropical”, do qual os portugueses souberam retirar vantagens. Ao carecerem de qualquer “orgulho de raça”, os lusitanos conseguiram se misturar e, efetivamente, criaram “uma pátria nova longe da sua”⁸; em contrapartida, os holandeses não fizeram esse esforço assimilacionista, eis o motivo pelo qual nada conseguiram deixar de herança na colônia. Nas palavras de Sérgio Buarque:

“Ao contrário do que se sucedeu com os holandeses, o português entrou em contato íntimo e frequente com a população de cor. Mais do que nenhum ouro povo da Europa, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso.”⁹

Não que o historiador exaltasse a colonização portuguesa, mas a portugalidade teria sobressaído como elemento constitutivo da nacionalidade brasileira, algo que os

⁷ Ibidem. p. 65.

⁸ Ibidem. p. 66.

⁹ Ibidem. p. 64.

holandeses jamais atingiram. Contudo, é necessário perceber que Sérgio Buarque, em sua obra, parece lastimar a colonização portuguesa, considerada origem dos arcaísmos deletérios do Brasil.

Na verdade, o resultado desse processo dirigido pelos portugueses na colônia, de maneira predatória, improvisada e descompromissada, teria sido um país com uma estrutura organizacional consideravelmente frouxa e uma sociedade caracterizada pela ausência de coesão. Portanto, não haveria do que se orgulhar em relação à colonização portuguesa, mas seria preciso reconhecer sua eficácia.

Desta feita, é preciso pontuar que seria exatamente na recuperação da colonização lusitana, mais ainda, no reconhecimento das raízes portuguesas do Brasil, que Sérgio Buarque de Holanda toca a tradição historiográfica nacional. A distinção, no entanto, estaria na abordagem da temática: enquanto Varnhagen enaltece a hereditariedade portuguesa do Brasil, Sérgio Buarque a lastima profundamente.

Trata-se, pois, de uma memória nacional muito bem enraizada que emerge no ínterim dos trabalhos historiográficos produzidos no novecentos. A ancestralidade lusitana permanece, ainda que os novos historiadores produzam interpretações altamente originais e radicalmente distintas do fazer historiográfico do século XIX.

Uma das maiores autoridades do século XX no assunto em voga é o historiador José Antônio Gonsalves de Mello (1916-2002). Autor do grande *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1947, Gonsalves de Mello verticalizou a análise da dominação holandesa no Brasil.

Baseada em exaustiva pesquisa histórica, a obra de Gonsalves de Mello se propõe a analisar a relação que os holandeses estabeleceram com os atores coloniais. Assim, na interpretação social construída pelo historiador, são abordadas as atitudes flamengas para com os negros e a escravidão, os índios e a catequese, os portugueses e a religião católica, e os judeus e a religião israelita, além de estudos particulares investigando a interação dos holandeses com a vida urbana e com a vida rural em Pernambuco seiscentista.

Embora chegue a conclusões divergentes, sobretudo porque a análise sobre a experiência flamenga no Brasil executada por Gonsalves de Mello é bem mais depurada que a breve comparação das colonizações portuguesa e holandesa estabelecida por Sérgio Buarque, o historiador pernambucano segue a linha investigativa do paulista ao verticalizar o foco de análise sobre os aspectos culturais, apenas apontados por Buarque de Holanda.

Entretanto, é preciso notar que aonde Sérgio Buarque não enxerga permanências relevantes da ocupação holandesa no Brasil, Gonsalves de Mello fareja os vestígios e considera que durante os vinte e quatro de dominação flamenga se formou a consciência de nação brasileira, despertada em oposição ao invasor. Portanto, a presença dos holandeses teria deixado marcas que dificilmente desapareceriam em nosso povo.

Em relação aos paradigmas historiográficos, a distinção das interpretações é basilar, até porque Gonsalves de Mello não insiste na clássica visão da invasão holandesa, optando por uma perspectiva da ocupação flamenga. Em *Tempo dos flamengos*, a dimensão da conquista é ressaltada no sentido em que a dominação do centro econômico da colônia portuguesa aparece como um empreendimento cuidadosamente preparado pelos holandeses.

O projeto original dos holandeses, conforme o historiador, visava dominar o centro político da colônia, isto é, a Bahia. No entanto, os flamengos somente teriam alcançado êxito em Pernambuco, principalmente devido à remessa de informações que chegavam a Holanda sobre seus portos, antes mesmo da década de 1630, cuja colaboração dos judeus teria um papel de destaque. Desta maneira, o historiador pontua o caráter de permanência da ocupação holandesa e a dificuldade da conquista do interior do território em face à conquista do litoral, consumada em poucos dias¹⁰.

Segundo Gonsalves de Mello, foi o embaraço inicial para apossar-se do terreno que levou a uma “lastimosa situação dos invasores”¹¹, isto porque os holandeses optaram por se conservarem próximos aos seus navios e, por isso, se limitaram ao litoral. O motivo principal dessa limitação inicial dos flamengos pode ser atribuído, segundo o historiador, ao pequeno poder defensivo da cidade de Olinda. A insegurança preliminar só teria melhorado à medida que os invasores conseguiram dominar todo o nordeste da colônia.

A partir desta narrativa da conquista, muitas distinções a respeito da história reproduzida pela historiografia tradicional podem ser traçadas. Primeiramente, não foi do ponto de vista português que Gonsalves de Mello escreveu, de modo que a invasão não foi ressaltada como fora na escrita de Varnhagen. Neste sentido, é possível conhecer as estratégias e os planos holandeses, bem como muitos dos aspectos do governo e da administração flamenga.

¹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. p. 39-43.

¹¹ *Ibidem*. p. 46.

Quanto à resistência, Gonsalves de Mello considera que, não apenas os portugueses, mas toda a “população pernambucana levantou-se firmemente contra os invasores: durante cinco anos lutou para deter os flamengos superiormente armados e adestrados”¹². Ao invés da tradicional exaltação da luta das forças portuguesas, encontramos, na obra de Gonsalves de Mello, “o louvor à constância e à fidelidade pernambucanos”¹³.

O próprio período caracterizado pelo impasse militar, nos dois primeiros anos da invasão, dos quais Varnhagen exaltara a eficiência da defesa portuguesa em isolar os elementos holandeses no litoral, encontraram uma justificativa diferenciada na narrativa de Gonsalves de Mello. Assim, a retenção inicial dos neerlandeses foi explicada, pelo historiador, do ponto de vista da estratégia de ataque, isto é, como uma opção militar mediante a avaliação das circunstâncias: não avançar no território naquele momento e aguardar o tempo oportuno, visto que a partir de Olinda não havia garantia suficiente.

De acordo com o historiador, os primeiros anos de guerra bagunçaram completamente a vida da capitania, caracterizando a situação colonial como um “estado anárquico”, especialmente em relação ao desenvolvimento de quilombos formados por escravos fugitivos. Por isso, todo o programa de política colonial que havia sido planejado pelos holandeses foi rapidamente substituído por uma simples exploração, para a qual dependeu-se dos senhores da terra, e pelo domínio do comércio¹⁴.

Em *Tempo dos Flamengos*, a ambivalência já pontuada por Sérgio Buarque de Holanda entre o cenário urbano e o ambiente rural de Pernambuco foi incorporada à própria narrativa, de modo que os efeitos da rendição do Arraial do Bom Jesus foram abordados por Gonsalves de Mello em relação aos distintos contextos. De um lado, o historiador relatou o incremento do espaço urbano com o aumento do número de imigrantes, o que originou um verdadeiro surto das obras públicas, sobretudo durante a administração nassoviana.

Enquanto isso, no campo, houve uma corrida, por parte dos holandeses, para a obtenção de engenhos, uma vez que o açúcar sempre foi o objetivo final da Companhia das Índias Ocidentais. Conforme Gonsalves de Mello, o interior teria representado, a julgar pelo testemunho da “insegurança da vida rural” que sobressai na documentação

¹² Ibidem. p. 242-243.

¹³ Ibidem. p. 243.

¹⁴ Ibidem. p. 138.

flamenga¹⁵, uma maior resistência à dominação holandesa, oscilando em pequenos momentos de trégua com o clima beligerante constante.

Como podemos notar, a mudança na abordagem da temática, provocou uma nova interpretação. Na perspectiva de análise de Gonsalves de Mello, portanto, houve um novo elemento explicativo dos vinte e quatro anos de dominação flamenga: a colaboração dos brasileiros, assim denominados pelo autor. Não se tratava de obscurecer a face da resistência, tão exaltada pela historiografia nacional, até porque o conflito existiu, mas, fundamentalmente, para Gonsalves de Mello, entre os invasores e os invadidos, isto é, todos os moradores da capitania de Pernambuco que, em maior ou menor grau, tiveram suas vidas desorganizadas e acabaram envolvidos na guerra.

Neste sentido, a rendição do Arraial não significou a absoluta derrota das forças portuguesas, ocasionada pela traição de Calabar, grande culpado, conforme a fórmula clássica varnhageniana. Em *Tempo dos Flamengos*, Calabar perdeu o protagonismo que tivera em *História Geral do Brasil* e passara a ser um colaborador dos holandeses dentre outros¹⁶.

De fato, os holandeses puderam se apossar, particularmente, dos engenhos, a partir da queda do Arraial, mas os moradores foram se adaptando à nova dominação da colônia. Nas palavras de Gonsalves de Mello: “logo que se convenceram da derrota de suas forças, os brasileiros que não puderam emigrar aceitaram as condições oferecidas pelos flamengos [...]”¹⁷

Assim, o período nassoviano foi visto como esse tempo de assimilação, de estabilização do domínio político e econômico flamengo, no qual a população interagiu com os holandeses, representados, especialmente, pela pessoa do Nassau. Um período, segundo a narrativa de Gonsalves de Mello, no qual Pernambuco foi palco de algumas inovações em termos arquitetônicos, urbanísticos, políticos e administrativos em relação ao restante da colônia.

De uma maneira geral, a nostalgia nassoviana se perpetuou em *Tempo dos Flamengos*¹⁸. Há uma ode à ocupação holandesa do Brasil principalmente em decorrência

¹⁵ Ibidem. p. 168.

¹⁶ A Domingos Fernandes Calabar, grande traidor para Varnhagen, coube apenas duas notas de Gonsalves de Mello, com o objetivo de exemplificar os soldados locais empregados da Companhia das Índias Ocidentais e de demonstrar que sua esposa recebeu uma pensão da Companhia das Índias em honra dos serviços por ele prestados aos holandeses. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* p. 43.

¹⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* p. 63.

¹⁸ O historiador destacou a admiração particular dos brasileiros, dos judeus e dos índios a pessoa de Nassau. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* p. 211.

do governo do Conde de Nassau, quando houve uma organização da capitania, tanto na cidade, que recebeu um incremento populacional e um surto urbanizador; quanto no campo, cuja restauração dos engenhos promoveu um momento de significativa prosperidade econômica, além do próprio fomento à policultura, da qual Nassau era um forte incentivador.

Graças à política conciliatória nassoviana, os senhores de engenhos, maiores lesados pela dominação flamenga, segundo o historiador, por terem perdido o poder político e econômico que possuíam, eram contidos e sua fonte de crédito, mantida. Os moradores estavam afundados em dívidas – além dos impostos e das taxas que deviam pagar aos flamengos pelas suas caixas de açúcar – do mau rendimento das terras, da decadência dos negócios e da pobreza generalizada, motivos suficientes para fermentar um levante armado, que acabou por eclodir em 1645.

Nestes termos, a insurreição pernambucana foi, na interpretação de Gonsalves de Mello, uma revolta iniciada por elementos rurais, na qual participaram negros escravos, lavradores, pequenos proprietários e toda a sorte de moradores do interior. Através da pesquisa em documentos holandeses, o historiador conseguiu perceber que havia rumores circulando sobre a preparação de um movimento contra o governo flamengo.

Apesar das confusas notícias depreendidas de cartas e denúncias da insurreição, o historiador apontou que não se tratava de um levante popular, mas sim de um movimento orquestrado pelos grandes latifundiários. Nas palavras de Gonsalves de Mello: “a insurreição de 1645 foi preparada por senhores de engenho na sua maior parte devedores a flamengos ou judeus na cidade”¹⁹. O historiador investigou ainda a relação entre a restauração portuguesa de 1640 com a insurreição pernambucana de 1645, percebendo um notável enfraquecimento do poder holandês no território colonial depois da recuperação da autonomia institucional portuguesa.

Sob este ponto de vista, a interpretação da insurreição pernambucana, outrora convertida em uma luta pela libertação religiosa, no discurso das crônicas; transformada em combate com conotação nacional, berço da brasilidade pela aglutinação dos três elementos formadores da nação orientados para um objetivo comum (a expulsão do invasor), segundo a tradição historiográfica; ganhou um novo sentido: um levante dirigido por uma parcela da sociedade colonial por razões de ordem primordialmente econômicas. “Revolução nascida nas casas-grandes”²⁰, nas palavras de Gonsalves de Mello.

¹⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* p. 173.

²⁰ *Ibidem.* p. 123.

Desta forma, foi o período da ocupação holandesa no Brasil uma “época de altos e baixos”²¹, quando momentos de grande abundância e fartura sucederam outros de extrema penúria. A origem desta vulnerabilidade da dominação flamenga estaria, na consideração do historiador, em dois erros substanciais cometidos logo no início: a incapacidade para conter as forças da resistência, solicitando a ajuda dos moradores e senhores de engenho, e a entrega a mãos pernambucanas da cultura da cana e do fabrico do açúcar²². Tais descuidos holandeses teriam ocasionado uma fragilidade da autoridade, e, possivelmente, teriam contribuído para a perda do controle da região.

Ao contar a História, Gonsalves de Mello não tratou da entrada dos holandeses como uma invasão, embora a referência aos flamengos por meio do termo invasores esteja presente ao longo da narrativa, provavelmente por inspiração da linguagem das fontes. Desta forma, pode afirmar que a escrita do historiador foi profundamente marcada pela comprovação do testemunho histórico através do uso massivo das fontes.

Em crítica aberta à historiografia precedente, Gonsalves de Mello considerou: “é naturalmente um dos vícios da antiga historiografia, que parece considerar mais importante a lição dos ‘mestres’ do que a dos documentos”. Assim, o historiador posiciona-se a favor do compromisso com a fonte e não com alguma espécie de pedagogia cívica ou com o aspecto moralizador da história, preocupações próprias da historiografia nacionalista.

A respeito do suporte documental utilizado para a publicação de *Tempo dos Flamengos*, foram consultadas, sobretudo, as grandes coleções trazidas da Holanda por José Hygino Duarte Pereira e por Alfredo Ferreira de Carvalho, disponíveis no IAHGP, além de bibliografia dispersa sobre o tema reunida pelo autor, o representou uma significativa ampliação no corpus de pesquisa historiográfico sobre o período. A inovação concerne, portanto, no exame dos testemunhos holandeses e nas novas questões que orientaram sua pesquisa.

A riqueza documental do material no qual Gonsalves de Mello trabalhou foi gigantesca à sua época. Pesquisando em coleções como o Livro de Atas do Alto Conselho do Brasil, as Cartas e Papéis do Brasil e o Registro de Cartas enviadas pelo Conselho dos XIX ao Brasil²³, além de panfletos e das crônicas da guerra produzidas por ambos os

²¹ Ibidem. p. 166.

²² Ibidem. p. 127-128.

²³ No prefácio, José Antônio Gonsalves de Mello revela que pesquisou nos doze volumes da *Dagelijksche Notulen der Hooge Raden in Brazilië*; nos 15 volumes da *Brieven en Papieren uit Brazilië*; no *Register van Uitgaande Brieven*, entre outras fontes. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* p. 27.

lados do conflito, o historiador conseguiu conceber uma interpretação completamente original do período de dominação holandesa em Pernambuco.

O resultado da pesquisa em fontes de ambos os lados do conflitivo período, isto é, em documentação holandesa e portuguesa, foi mesmo a narração da história da ocupação dos holandeses sob o ponto de vista colonial. Essa sensível mudança provocou uma inovação na interpretação historiográfica, contando a ocupação flamenga pela perspectiva da conquista, da qual participaram não somente os extremos do conflito, isto é, holandeses e portugueses em litígio, mas principalmente os atores coloniais, os quais passaram a ter um protagonismo muito grande no tempo dos flamengos.

Portanto, Gonsalves de Mello lançou luz sobre os moradores, os senhores de engenho, os índios, os negros e todos os grupos sociais pertencentes a população colonial. Em relação aos negros, a atitude dos holandeses teria sido, na interpretação do historiador, a mais humana possível, isto porque, apesar escravidão, vista de maneira inevitável, cuja violência fora inegável²⁴, “muitos flamengos dedicaram verdadeira amizade a pretos”²⁵.

O historiador descreveu ainda a inicial hesitação dos holandeses em adotar a escravidão africana, cujos escrúpulos foram deixados de lado assim que entraram em contato com as necessidades dos engenhos. De modo que, vencidos os focos de resistência à sua ocupação, os holandeses trataram mesmo de promover o tráfico de escravos africanos²⁶.

Em relação aos índios, Gonsalves de Mello salientou a aliança, sobretudo militar, estabelecida com as tribos do interior²⁷. O historiador ressaltou a estratégia neerlandesa antes mesmo da invasão, que fora a de proclamar o direito dos índios à liberdade, seguida pela estável política de aproximação e amizade com os nativos²⁸. Todo este esforço foi movido para atrair e transformar os índios brasileiros em servidores da Companhia das Índias Ocidentais.

Desta forma, o interesse flamengo residiria, especialmente, na capacidade dos índios de atuarem como soldados, guias e intérpretes das relações coloniais. Apesar disso,

²⁴ Analisando os quilombos formados em Pernambuco durante a ocupação holandesa, Gonsalves de Mello sublinhou que o governo flamengo nunca deixou de castigar os escravos, especialmente os fugitivos, punidos exemplarmente: “eram enforcados ou queimados vivos”. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* p. 195. A análise da relação dos holandeses com alguns negros será melhor aprofundada no terceiro capítulo deste trabalho.

²⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* p. 203-204.

²⁶ *Ibidem.* p. 186-187.

²⁷ A relação dos holandeses com alguns elementos indígenas será problematizada no terceiro capítulo deste trabalho.

²⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* p. 209-210.

Gonsalves de Mello não negou a situação precária na qual os índios viviam em tempos holandeses, caracterizada na documentação do período como uma quase escravidão, por serem “explorados, maltratados e mal pagos”²⁹.

Quanto à atitude em relação aos moradores em geral, sempre houve cautela por parte dos invasores. O historiador reconhece que nunca houve uma política de aproximação com os brasileiros, a exceção do governador Nassau. De maneira inversa, os dominadores julgavam-se superiores em relação à gente da colônia, sobretudo em termos de desenvolvimento material.

Entretanto, foram mesmo os católicos o maior perigo para os holandeses, como o historiador concluiu baseado em documentos da administração flamenga³⁰. Tamaña ameaça oferecida pelos católicos pode ser explicada, talvez, devido a um ou mais fatores como a grande circularidade dos padres naquele contexto, os contatos com o bispo da Bahia, ou mesmo a influência que poderiam exercer sobre a consciência dos fiéis.

Ainda na seara religiosa, o historiador adverte que a tolerância religiosa holandesa era limitada, uma vez que “a liberdade de consciência não correspondia a liberdade de práticas religiosas”³¹. Também a relação dos holandeses com os judeus, considerados tradicionais colaboradores³², mereceu uma atenção à parte do historiador, isto devido ao nível de desenvolvimento da comunidade judaica do Recife, composta fundamentalmente por distintos letrados sefarditas, e suas relações com a de Amsterdã³³.

Contudo, foram aos senhores de engenho que a dominação flamenga mais desafiou, cuja submissão política significava, em menor ou em maior medida, a “quebra de prestígio e autoridade”³⁴. Entretanto, Gonsalves de Mello destacou que foi forçoso ao governo holandês reconhecer a importância desse grupo como promotores da riqueza da terra, haja vista que os holandeses nunca teriam sido muito habilidosos para as tarefas do campo, sobretudo as relacionadas a produção açucareira. Por isso, o historiador exprimiu

²⁹ Ibidem. p. 217.

³⁰ Embasado em fontes da época, Gonsalves de Mello afirma que: “[...] os papistas eram aqui os piores inimigos dos holandeses, sem distinção de origem”. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* p. 251.

³¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* p. 252.

³² Gonsalves de Mello repete a perspectiva que holandeses e cristãos-novos e judeus eram tradicionais aliados desde antes da entrada da colônia, alertando, no entanto, para o papel que os mercadores estrangeiros desempenharam como verdadeiros espões no contexto das trocas comerciais. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* p. 241.

³³ A colaboração de alguns judeus e cristãos-novos ao período de dominação flamenga será melhor avaliada no quarto capítulo deste trabalho.

³⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* p. 143.

o parecer de que: “[...] apesar de submetidos, os brasileiros e portugueses dos engenhos dominaram a vida rural do Brasil holandês”³⁵.

Desta forma, avaliando a interação holandesa com esses grupos sociais, entre a colaboração e a resistência, e não entre traidores e heróis como a clássica historiografia fizera, a história da ocupação flamenga foi recontada pelo ângulo da conquista, iluminando o novo governo instaurado na colônia. Assim, a obra de Gonsalves de Mello inaugurou uma nova interpretação historiográfica sobre o período da ocupação holandesa, investigando aspectos dantes desconhecidos, como as estratégias militares, a economia, a política e a administração flamengas, além das relações no campo cultural.

Ao enfatizar a dimensão propriamente cultural, o historiador não esteve preocupado com a descrição das batalhas ou a narração cronológica dos acontecimentos do período, mas sim com questões que suscitaram sua pesquisa e constituíram-se no fio norteador da obra, as quais se referem, especialmente, à interação dos holandeses com a sociedade colonial.

Tratou-se, pois, de uma abordagem original na qual a história da presença holandesa em Pernambuco foi narrada através de assuntos como o açúcar, a alimentação, a colonização, a escravidão, a arquitetura, as religiões, a cidade, o campo, entre outros. Diferentemente da clássica história política, José Antônio Gonsalves de Mello construiu uma história social da ocupação holandesa no Brasil e, assim, apontou para as diversas possibilidades de pesquisa na área.

Tempo dos Flamengos foi uma obra que marcou o fazer historiográfico do século XX, algumas vezes reiterando a tradição, mas rompendo radicalmente a fundamentação historiográfica da mesma, qual seja, a tendência a perceber o Brasil como português, ignorando os aspectos não lusitanos de nossa história. Foi, pois, uma produção regional de um historiador pernambucano apaixonado pelos arquivos. Também no início do século XX, o período de ocupação flamenga no Brasil despertou o interesse da historiografia internacional, sendo transformado em objeto de estudo do alemão Hermann Julius Edward Wätjen (1876-1944) e do britânico Charles Boxer (1904-2000).

Publicada nove anos antes da obra de Gonsalves de Mello, *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, de autoria de Hermann Wätjen se transformou em uma referência obrigatória sobre o período. Antes mesmo de Gonsalves de Mello, Wätjen foi um dos

³⁵ Ibidem. p. 142.

primeiros a perceber as marcas deixadas pelos holandeses no Brasil, exatamente por acreditar na dimensão colonizadora que a experiência holandesa se converteu.

No entanto, a análise do historiador alemão enfatiza os aspectos econômicos, políticos, religiosos e militar do período, apoiando-se, sobretudo, em fontes manuscritas consultadas no Arquivo Geral de Haia. Entre os documentos utilizados por Hermann Wätjen, podem ser destacadas as cartas trocadas entre os Estados Gerais e as cinco câmaras regionais da Companhia das Índias Ocidentais e a coleção de papéis denominadas Assentos do Brasil.

De acordo com a obra de Wätjen, é necessário compreender o processo de ocupação holandesa em sua integridade, percebendo que, antes de conquistar Pernambuco, a primeira investida dos invasores fora em Salvador. Ao iniciar pela Bahia, o historiador considera que a capitania fora restituída pelos espanhóis “quase sem luta séria”³⁶, porque os holandeses estavam em número muito reduzido, visto suas naus terem sido enviadas a outras partes, permanecendo apenas onze para enfrentar os 52 navios espanhóis.

Após o fracasso da primeira tentativa, Wätjen exprime que a expedição dirigida a Pernambuco foi preparada com muita cautela, uma vez que:

“As experiências da última década tinham ensinado a WIC que a Bahia por meio de um ataque repentino habilmente dirigido podia ser facilmente conquistada, mas somente uma guarnição permanente de grandes forças de mar e terra poderia mantê-la sujeita. Os espanhóis e os portugueses haviam de empregar todos os meios a seu alcance para conservarem esse importante ponto, porquanto nas circunstâncias predominantes a sua perda arrastaria consigo a de toda a colônia brasileira.”³⁷

Por outro lado, o Conde duque de Olivares, valido de Filipe IV, subestimava as finanças da WIC, de acordo com o historiador, julgando-as insuficientes para suportar “uma séria política de conquista no Brasil”³⁸, por isso a Espanha teria investido relativamente pouco na defesa de Pernambuco. No entanto, a ameaça da esquadra holandesa em Pernambuco foi realmente devastadora, nas palavras de Wätjen: “não havia mais pensar numa eficiente defesa da Capital. Por três lados avançaram os holandeses em passo de carga e com extrema rapidez se apoderaram de Olinda”³⁹.

³⁶ WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil. Um capítulo da história colonial do século XVII*. (Original de 1938). 3ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004. p. 90.

³⁷ Ibidem. p. 96.

³⁸ Ibidem. p. 109-110.

³⁹ Ibidem. p. 102.

A respeito propriamente de Calabar, Wätjen aborda a ajuda do mameluco aos holandeses na perspectiva de um excelente ganho para a conquista do terreno. Assim, o historiador divulga os préstimos de Calabar, seja pelos conselhos, seja como guia, no exato momento em que os flamengos passaram a intentar nas investidas surpresas.

Porém, na narrativa de Wätjen, Calabar não ocupa papel tão decisivo como tinha nas obras de Varnhagen. A deserção do mameluco é vista sob a perspectiva das vantagens que trouxera para os holandeses, especialmente por ensinar a arte da guerra em solo colonial. Neste sentido, a resistência portuguesa não é o assunto central, o que, na verdade, seria a função ocupada pelos ataques holandeses e o jogo do avanço e da resistência na guerra.

Em *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, Nassau é apresentado como um grande líder muito esperado para estabilizar o domínio batavo na região após a conquista, como narra o autor:

“Foi decidido mandar para Pernambuco um General investido de amplos poderes e nomeá-lo governador. Esperava-se descobrir um Oficial que reunisse em si as qualidades de soldado e estadista, e soubesse também empregar a autoridade que lhe era conferida, com a necessária energia. Que entre os homens que haviam servido ou ainda estavam servindo à Companhia no Brasil, nem um só se achava em condições de assumir um cargo tão espinhoso e de tanta responsabilidade, ficou desde logo assentado”⁴⁰.

Assim, Wätjen narrou os requisitos necessários para a ocupação da função da qual o Conde João Maurício de Nassau foi contratado. Neste interim, o historiador destacou a capacidade centralizadora que a tarefa necessitava, pontuando que o governador “tratou de estabelecer bases sólidas a administração da Nova Holanda”⁴¹, em contrapartida a sua “nobre personalidade” conciliadora e zelosa do príncipe – como Wätjen exaltou – no tratamento do povo sob seu comando.

O poder decisivo de Nassau é ressaltado, na narrativa de Wätjen, ao considerar o combate do governador contra a corrupção do Recife: “sem se deixar levar pelas delongas burocráticas, logo começou a varrer, com um impulso de aço, a imundície acumulada”⁴². Assim, também o historiador alemão parece afetado por uma nostalgia nassoviana, produto de uma memória construída sobre o tempo de seu governo no Brasil. Segundo

⁴⁰ Ibidem. p. 140.

⁴¹ Ibidem. p. 149.

⁴² Ibidem. p. 151.

Wätjen, Nassau era um “fidalgo, nascido para governar e inexcedível quase, como organizador”⁴³.

Entre feitos mais notáveis do Conde, militarmente, estava a extensão máxima do poder colonial holandês no Brasil, atingindo, na conta do historiador, sete capitanias ao total no ano de 1642, a saber: Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Alagoas (sul de Pernambuco) e Sergipe. Desta maneira, Wätjen fornece a dimensão do poder holandês na colônia, chamada “seguridade geográfica”⁴⁴ pelo historiador, demarcando inclusive suas fronteiras.

A respeito da insurreição pernambucana, Wätjen abordou como o “período de decadência e ruína do Brasil holandês”. O historiador recupera a dimensão da revolta tratando da organização por parte dos coloniais e o conseqüente vazamento do plano por meio de uma carta secreta entregue ao governo holandês: “quando tudo parecia achar-se muito bem encaminhado, foi o plano denunciado ao Alto Conselho”⁴⁵. É interessante perceber que o Wätjen tratou da questão do arregimento de soldados pelos dois lados dessa nova fase do conflito. Além disso, o historiador forneceu todas as informações sobre as táticas da ofensiva e as estratégias da defesa do território pelos holandeses.

Quanto às causas da insurreição, Wätjen trabalhou com a possibilidade de a guerra ter sido suscitada pelo “ódio de raça” e pela “incompatibilidade de religião”, numa perspectiva quase teleológica da revolta restauradora, muito próxima da historiografia tradicional. Neste sentido, o historiador não considerou muito os motivos econômicos como decisivos para a eclosão da revolta, mas sim os de ordem social, religiosa e administrativa.

Portanto, a originalidade da produção do historiador alemão estaria mesmo na interpretação dos acontecimentos, pela primeira vez, pelo ponto de vista holandês. Ademais, historiador alemão escreveu a história com causas e conseqüências bem demarcadas, demonstrando o desenvolvimento da dominação flamenga no Brasil. Tratou-se, pois, de uma análise processual a qual Wätjen se dedica a construir, inserindo o episódio como um capítulo da história europeia.

Quanto à obra do historiador britânico Charles Boxer, originalmente publicada em 1957, *Os Holandeses no Brasil* só chegou ao Brasil em 1961 graças a uma tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto como parte da Coleção Brasileira publicada pela

⁴³ Ibidem. p. 180.

⁴⁴ Ibidem. p. 204.

⁴⁵ Ibidem. p. 231.

Companhia Editora Nacional. A análise de Boxer a respeito o período da passagem dos holandeses pelo Brasil inicia em 1624, ano em que houve a primeira tentativa de invasão, essa dirigida a sede do governo geral da colônia portuguesa, Bahia.

No exame do processo de ocupação neerlandesa do Brasil, Boxer considera como primeiros movimentos as relações entre as Províncias Unidas e a Espanha, a formação das sociedades acionárias, o comércio holandês clandestino, a decisão de atacar o Brasil, a primeira investida na Bahia e a decisão de renovar o ataque escolhendo como novo alvo, a capitania de Pernambuco.

Na interpretação de Boxer, o sucesso das companhias holandesas esteve relacionado com o rompimento do monopólio ibérico do comércio colonial⁴⁶. Portanto, a escolha da capitania portuguesa da América teria sido estratégica, pois além do interesse econômico, o Brasil representava uma enorme fragilidade defensiva se comparado às defesas do império hispânico no Caribe e no golfo do México:

“Sendo o Brasil colonizado pelos portugueses, sabidamente indiferentes ou hostis aos soberanos espanhóis, deveria ele ser mais fácil de conquistar do que qualquer colônia da Espanha, mormente tendo-se em vista que os portugueses eram inferiores aos espanhóis como soldados, e muito menos experimentados do que eles”⁴⁷.

Assim, o ataque a Pernambuco fez parte de uma estratégia muito bem preparada pelos holandeses. O historiador revelou que as informações de maior relevância sobre a capitania vieram das cartas do governador Matias de Albuquerque, interceptadas, que continham dados sobre as fortificações de Olinda e de Recife, a milícia local, a quantidade de engenhos e os lucros do açúcar⁴⁸.

Com base em documentos administrativos, Boxer fornece indícios da circulação de informações no contexto da conquista holandesa, como podemos perceber a respeito da recepção das notícias do ataque a Pernambuco pelos holandeses pela Espanha e por Portugal, à época reino agregado da Monarquia Hispânica:

“[...] a Espanha devia ter ainda mais interesse do que Portugal na recuperação de Pernambuco, visto como os holandeses encaravam o Brasil apenas como um passo no sentido de alcançar as riquezas da América espanhola, seu último e real objetivo”⁴⁹.

⁴⁶ BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. (Original de 1957). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p. 3-7.

⁴⁷ Ibidem. p. 20.

⁴⁸ Ibidem. p. 45.

⁴⁹ Ibidem. p. 61.

No plano interno, o historiador tratou com precisão da organização da resistência pelos habitantes de Pernambuco, destacando o caráter eminentemente local das táticas adotadas contra os invasores. Sobre o sistema de emboscadas, Boxer esclareceu que: “[...] eram patrulhas fortemente armadas sob a chefia de homens que conheciam cada polegada do terreno”⁵⁰, mas ressaltou que nem todos os moradores participaram da resistência.

Houve, portanto, um destaque na descrição da resistência comandada por Matias de Albuquerque, em compasso com o ataque neerlandês. A escrita do historiador cadencia os movimentos e as estratégias ofensivas e defensivas até a chegada do caracterizado impasse militar de 1632. Na narração de Boxer, o elemento decisivo para os holandeses romperem com o empate teria sido mesmo a figura de Domingos Fernandes Calabar, assim como fora na de Varnhagen.

Embora não martirize o personagem, o historiador britânico pontuou com significativa ênfase as qualidades do desertor aproveitadas pelos flamengos: “homem muito ativo e inteligente, não poderiam os holandeses ter achado melhor guia e informante para lhes indicar os pontos fracos do inimigo”⁵¹. Então, Boxer parece reproduzir a narrativa clássica da culpabilização de Calabar pela perda da capitania, identificando sua colaboração em toda a sequência de entradas holandesas no território, reeditando o discurso dos cronistas.

Assim, o papel de Calabar na guerra aparece como fundamental até o ano de 1635, quando a queda do Arraial representa a conquista holandesa. Fora o mulato, na narração do cronista, o fiel que pendeu a balança da guerra a favor dos flamengos, função muito semelhante a qual teria aparecido nas obras de Varnhagen. Nas palavras de Boxer: “este triunfo, a que se sucederam muitos outros planejados e orientados por Calabar, tanto encorajaram os holandeses quanto levaram os portugueses ao desânimo”⁵².

Em relação ao período nassoviano, Boxer dedica dois capítulos, um para tratar das conquistas realizadas pelo governador dos flamengos, outro para abordá-lo como “um príncipe humanista no Novo Mundo”, título da seção. Nestes termos, o historiador corrobora com a nostalgia construída a partir da memória do governo nassoviano, avançando no estudo do Conde enquanto um verdadeiro:

“Protetor das artes como um príncipe, apaixonado arquiteto e jardineiro-paisagista, dera ele largas às suas inclinações, assim quando erigiu a sua dispendiosa morada em Vryburg, como quando construiu a ponte entre Recife

⁵⁰ Ibidem. p. 57.

⁵¹ Ibidem. p. 70-71.

⁵² Ibidem. p. 71.

e Mauritssatad, enviou para as pátrias as madeiras destinadas a Mauritshuis, ou manteve me torno de si, no Brasil, uma constelação de artistas e homens de ciência”⁵³.

Em *Os Holandeses no Brasil*, Boxer chamou de missão nassoviana a comitiva de pintores e de cientistas, financiados com recursos do próprio governador, trazidos por Nassau em janeiro de 1637 com a missão de documentar a vida na colônia, sobretudo em termos de flora, fauna e gente. Desta maneira, grande parte da memória construída a respeito de Nassau refere-se ao produto do interesse do Conde pelas artes e conhecimentos, trata-se do legado da ocupação flamenga no Brasil em forma de obras, pinturas e livros.

Conforme enfatizou Boxer, Nassau sabia lidar com as questões religiosas, orquestrando a convivência entre católicos, protestantes e judeus. Na comparação aos métodos portugueses ou espanhóis, que a “atitude dos holandeses no tempo de João Maurício era mais humana, mais sensível e mais profícua”⁵⁴, sobretudo em relação aos índios e os negros, algo que José Antônio Gonsalves de Mello também pontuou.

Neste sentido, ambos foram historiadores que contribuíram para a constituição do mito Nassau, produto de uma memória local. Já a sua época, Boxer relatou que a partida do Conde: “foi chorada com sinceridade em toda a colônia, indistintamente pelos calvinistas holandeses, pelos católicos portugueses e pelos tapuias antropófagos”⁵⁵. Portanto, parece que Nassau foi um personagem muito exaltado não apenas pela historiografia regional, mas também por autores estrangeiros como o britânico Boxer.

Em se tratando de um mais um confronto na história da permanência holandesa no Brasil, chamada de “guerra da liberdade divina” já a seu tempo, Boxer tratou das estratégias militares e assinalou a inversão de posições no campo de batalha da insurreição pernambucana em relação ao conflito inicial. Dessa vez, foi a posição holandesa mais delicada, pois encontrava-se na defensiva, sem condições de impedir o encontro das forças coloniais que chegavam da Bahia. Portanto, neste movimento, a resistência foi flamenga e o ataque foi colonial.

De acordo com Boxer, a revolta estourou num difícil momento para os holandeses, pois a WIC passava por uma grave crise financeira além da instabilidade política decorrente da partida de Nassau. De modo que: “no correr dos meses seguintes, ficou

⁵³ Ibidem. p. 211.

⁵⁴ Ibidem. p. 192.

⁵⁵ Ibidem. p. 160-161.

claramente evidenciada a debilidade do sistema flamengo de governo e da organização da Companhia das Índias Ocidentais”⁵⁶.

De uma forma geral, o estudo de Boxer analisou os detalhes da ocupação neerlandesa do ponto de vista econômico, militar, social e diplomático. Na narração das expedições, das batalhas e das conquistas, Boxer parece endossar a historiografia clássica escrevendo uma história propriamente política. Entretanto, o historiador rompe com a tradição por ter feito uma abordagem política, algumas vezes do ponto de vista holandês, utilizando fontes de ambos os lados em disputa.

2.2 – Repercussões no ensino da História do Brasil

De todo modo, se a historiografia do início do século XX continua endossando, sob certos aspectos, a memória tradicional sobre o período de ocupação holandesa, o mesmo pode-se perceber nos livros didáticos mais recentes, os quais acabam por reforçar tal discurso do ponto de vista do conhecimento histórico escolar construído. Na sequência, serão analisados os conteúdos referentes ao objeto em voga em obras produzidas para o ensino de História.

No livro *História Global Brasil e Geral*, em volume único, produzido pelo historiador e educador Gilberto Cotrin, em sua nona edição datada de 2008, o assunto referente a ocupação neerlandesa no Brasil aparece no interior do capítulo vinte e cinco, que trata conjuntamente do “Domínio espanhol e Brasil holandês”⁵⁷. Apesar do título dado ao capítulo, o tópico específico da história seiscentista da passagem flamenga pela colônia denomina o episódio como “invasões holandesas”, cuja nomenclatura leva-nos a perceber a força da tradição varnhageniana.

Enfatizando a motivação econômica para a ocupação neerlandesa, Cotrin tratou das lutas pelo controle do negócio açucareiro, da derrota holandesa na Bahia, da tentativa de construção de um “Estado holandês” a partir da conquista de Pernambuco, da força da resistência luso-brasileira, do governo de Nassau e da expulsão dos holandeses.

A história das “invasões holandesas” foi sistematizada, por Cotrin, em termos de causas e consequências: o investimento militar dos holandeses no nordeste brasileiro como resposta ao embargo espanhol, a perda do território como resultado da colaboração de Calabar a partir de 1632, a vinda de Maurício de Nassau em atenção aos apelos por

⁵⁶ Ibidem. p. 244-245.

⁵⁷ COTRIN, Gilberto. “Capítulo 25: Domínio espanhol e Brasil holandês”. In: *História global: Brasil e geral*. vol. único. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 255-263.

estabilidade pela população⁵⁸ e a insurreição pernambucana como reação dos luso-brasileiros à mudança da política após a saída de Nassau.

Neste manual, é latente a exaltação da resistência luso-brasileira, tanto na defesa da Bahia, quanto na ocupação de Pernambuco. A respeito do cerco da capital, Cotrin narrou: “Utilizando táticas de guerrilha e contando com o reforço de tropas espanholas e guerreiros indígenas, as forças luso-brasileiras impediram a ocupação do território pretendido pelos invasores, que se renderam um ano depois”⁵⁹.

Em relação à defesa de Pernambuco, Cotrin realçou a atuação de Mathias de Albuquerque e o papel do Arraial do Bom Jesus. Neste contexto, Calabar apareceu como um pernambucano, grande conhecedor da região que atuara como guia e negociador junto aos holandeses. No texto, há uma caixa em destaque com o título: “que Brasil Calabar traiu?”. O argumento do autor partiu da identificação de Calabar como traidor por certa tradição historiográfica, questionando o significado desta traição e acrescentando o fato de terem muitos luso-holandeses auxiliado aos flamengos.

Desta forma, o livro didático parece fazer uma crítica a esta memória construída sobre a imagem de Calabar traidor. Entretanto, o próprio manual não consegue prescindir do protagonismo do personagem, uma vez que a história da resistência é marcada pela sua traição. Deste modo, podemos perceber que a colaboração do mameluco continua a ser responsabilizada por uma mudança no quadro da guerra mesmo em livro didático da virada do século XX para o século XXI, reverberando o manual de Varnhagen.

Na abordagem do período de dominação holandesa, Cotrin utilizou-se do termo “conquista” e reproduziu a visão dicotômica da periodização clássica em momentos de guerra e a fase da paz. O período da paz imediatamente é referido ao governo nassoviano. Em relação ao tempo de Nassau, Cotrin evidencia a capacidade administrativa do Conde, exaltado em função de suas principais medidas, resumidas por Cotrin como: a reativação econômica, a tolerância religiosa, a reforma urbanística e o estímulo à vida cultural.

Na narrativa da insurreição pernambucana, prevaleceu a imagem da união de interesses de todos os setores da colônia, representados pelos senhores de engenho, indígenas e africanos. Deste modo, o resultado da guerra é interpretado como vitória luso-

⁵⁸ O autor do manual trata da vinda de Nassau como necessária, esperada e inevitável: “Por tudo isso, tanto os senhores de engenho luso-brasileiros quanto os holandeses queriam ordem e paz para poder se dedicar à atividade açucareira. Com esse propósito, a Companhia das Índias Ocidentais enviou para o Brasil o conde João Maurício de Nassau Siegen, nomeando-o governador-geral do Brasil holandês.” COTRIN, Gilberto. Op. cit. p. 260.

⁵⁹ Ibidem. p. 259.

brasileira na expulsão dos holandeses, reconhecida através dos acordos assinados entre as metrópoles.

No final, o capítulo traz a discussão: “holandeses ou portugueses: o que seria melhor?” em uma caixa separada do restante do texto. Trata-se de um extrato do livro do historiador e cientista político Boris Fausto, intitulado *História do Brasil*, publicado de 1995, no qual é feito um exercício de história contrafactual, isto é, com base em especulações e conjecturas a respeito da possibilidade do país ter sido colonizado pela Holanda e não por Portugal.

Na discussão, aparece claramente a idealização do governo de Nassau, em contrapartida a uma rejeição à colonização portuguesa, considerada predatória e rude. No entanto, o próprio autor reconhece, ao final, que tal comparação não é justa, pois Nassau, ainda que correspondesse a toda as expectativas idealizadas, foi apenas um dos governadores flamengos. Ademais, o autor conclui que a própria discussão pouco sentido tinha, pois, a situação do Brasil não mudaria tanto nas mãos dos holandeses, uma vez que continuaria a ser colônia de exploração, não importa de qual metrópole.

Recorrendo ao livro do próprio Boris Fausto, também escrito com finalidades didáticas voltadas ao ensino de História, percebeu-se que o capítulo da ocupação holandesa, também se chama “Invasão Holandesa” e faz parte da unidade que narra a história do Brasil Colonial, de 1500 a 1822⁶⁰. Desta forma, constata-se a dificuldade de fugir do modelo clássico de interpretação da história, fortemente enraizado, de matriz varnhageniana.

Na concepção de Fausto, as invasões holandesas teriam sido “o maior conflito político-militar da Colônia”, cuja explicação integra uma complexa rede de relações europeias. Por um lado, o autor enfatiza a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de mão-de-obra escrava; e, por outro, realça o papel da resistência, apontando para as “possibilidades de ação autônoma da gente da Colônia”⁶¹.

O autor do manual didático segue a periodização clássica do tempo de permanência holandesa na colônia, isto é, em três fases: a primeira chamada de guerra de resistência, onde destacou negativamente a figura de Calabar como colaborador dos invasores; a segunda do governo de Nassau como um momento de paz e prosperidade, evidenciando as administração do próprio príncipe; e a terceira de reconquista do

⁶⁰ FAUSTO, Boris. “As invasões holandesas”. In: *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. p. 84-90.

⁶¹ *Ibidem*. p. 84.

território, realçando o papel do panteão restaurador formado por André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Henrique Dias e Felipe Camarão.

No mesmo capítulo, Boris Fausto aborda a conquista dos holandeses de vários pontos africanos porque entende que: “a história da ocupação flamenga é um claro exemplo das relações entre produção colonial e tráfico de escravos”⁶². Houve espaço também para uma análise comparativa das guerras desenvolvidas em solo colonial contra os holandeses, considerando aspectos como superioridade numérica e comando militar.

O autor problematiza, ainda, as diversas colaborações da gente da terra aos invasores no intuito de desconstruir o mito da união das três raças como característica principal das forças luso-brasileiras. No entanto, Fausto atribui a vitória aos luso-brasileiros – em oposição aos holandeses, aptos na “guerra da Europa” – graças à “guerra do Brasil”, isto é, ao emprego da tática de guerra volante.

Então, Boris Fausto identifica neste período o nascimento do nativismo pernambucano, sobretudo pelo episódio da expulsão dos holandeses, marcado pelo cariz ativista da reivindicação social. Um nativismo, portanto, que serviu de referência maior ao imaginário pernambucano construído ao longo de sua História, segundo o autor. Por isso, o historiador indaga a respeito da diferença que teria feito para o Brasil ter sido colonizado pelos holandeses, cujo esforço analítico pareceu de tal forma relevante a Gilberto Cotrin que lhe valeu uma transcrição *ipsis litteris* com uma caixa de destaque em sua obra *História Global Brasil e Geral*, conforme anteriormente mencionado.

No livro didático de Gislane Campos Azevedo Seriacopi, *História*, publicado em 2005 em volume único, o objeto em voga surge no capítulo quarenta no interior da unidade “Trabalho”⁶³, uma vez que a abordagem da História feita pelo material não é cronológica, mas sim temática⁶⁴. Apesar desta metodologia inovadora, percebe-se que o tratamento da história da ocupação flamenga ainda segue o modelo tradicional, cujo título do referido capítulo é “as invasões holandesas”.

O capítulo inicia festejando os quatrocentos do nascimento do conde João Maurício de Nassau, exaltado, principalmente, pelas suas reformas políticas e

⁶² Ibidem. p. 88.

⁶³ SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo. “Capítulo 40: As invasões holandesas”. In: *História: volume único*. São Paulo: Ática, 2005. p. 222-226.

⁶⁴ O material aborda a História do Brasil e Geral de maneira integrada, dividindo os acontecimentos em onze unidades que tratam: da “força do conhecimento e da criatividade”, da “urbanização”, do “direito e democracia”, da “diversidade religiosa”, da “soberania e Estado Nacional”, da “diversidade cultural”, do “trabalho”, da “luta pela cidadania”, da “política e participação”, da “terra: a questão agrária” e dos “meios de comunicação de massa”.

administrativas no Nordeste no tempo de seu governo, reproduzindo a nostalgia nassoviana tão característica da tradição historiográfica. De toda forma, a ocupação do centro açucareiro da colônia foi contextualizada no bojo do episódio da União Ibérica, “em represália” ao bloqueio ibérico de seus portos.

A respeito da invasão propriamente de Pernambuco, a autora enfatiza o contingente militar das forças holandesas e as táticas de emboscadas da defesa luso-brasileira, cujo saldo do embate foi o a vitória dos flamengos. Além do empenho na conquista do território, Seriacopi destacou o investimento da WIC em estabelecer vínculos com os proprietários locais. É significativo a ausência de menção ao personagem Calabar, cuja ênfase nessa primeira fase estaria mesmo na eficácia dos holandeses, os quais conseguiram derrotar a resistência em solo colonial.

Como foi supracitado, o livro de Seriacopi é bastante laudatório do governo nassoviano, o qual pontua fortemente a fecunda gestão do Conde não apenas administrativamente para a colônia, mas também para a vida cultural da região, cujo legado é comprovado pelo rico acervo documental e iconográfico deixado pela comitiva de estudiosos trazida nesse tempo.

Quanto aos motivos da rebelião que expulsara os holandeses, a autora aponta para a primazia daqueles de ordem econômica: a articulação dos senhores de engenho teria iniciado em função do medo de perderem suas propriedades, em face à exigência da WIC para quitarem suas dívidas, além de aumentarem os impostos sobre o preço do açúcar. Novamente, venceu o mais forte na narração de Seriacopi, cuja superioridade das forças luso-brasileiras mediante a união dos colonos levou os holandeses à rendição.

Embora a passagem tenha sido relativamente curta, a experiência fora mesmo enorme, ao menos suficiente para implantar a produção açucareira na região do Caribe. De modo que a autora relaciona a crise do açúcar na colônia nesse momento como consequência direta da expulsão dos invasores holandeses, os quais se apressaram em levar consigo os segredos da terra.

Se os livros didáticos supracitados de Boris Fausto, Gilberto Cotrin e Gislane Campos Azevedo Seriacopi, publicados nas últimas décadas, respectivamente, pelas editoras Edusp / Fundação de Desenvolvimento da Educação, Saraiva e Ática, continuam seguindo, em maior ou menor medida, os manuais didáticos do século XIX, num modelo de interpretação histórica varnhageniano, reproduzindo, assim, a narração das “invasões holandesas”, encontrou-se um manual que não segue esta nomenclatura. Trata-se da obra escrita conjuntamente pelos historiadores Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge

Ferreira e Georgina dos Santos, intitulada *História: volume único*, publicado pela primeira vez pela Saraiva em 2010.

Neste material, a história da ocupação neerlandesa do Brasil integra o décimo oitavo capítulo que trata da: “colonização na América portuguesa”. O tópico específico sobre a matéria em voga chama-se “A União Ibérica e o Brasil holandês”. Tal como nos livros didáticos analisados até então, a narração da época da permanência holandesa na colônia é contada no bojo da história do tempo dos Filipes em Portugal. Desta forma, os autores explicaram como Portugal herdou os inimigos espanhóis, o que resvalou na escolha da América portuguesa como alvo da investida flamenga.

A história da conquista holandesa, movida pela cobiça na produção do açúcar, é contada centrando-se nos elementos factuais, isto é, a partir do avanço no território e das vitórias flamengas, sem grande ênfase na resistência luso-brasileira, cuja exaltação era parte de uma abordagem mais tradicional do acontecimento. Na verdade, somente a resistência baiana mereceu destaque, uma vez que não permitiu o estabelecimento dos holandeses após a conquista da capital em 1624.

Quanto à entrada dos holandeses em Pernambuco, percebeu-se que este manual não trabalha com o âmbito da invasão e privilegia a dimensão da conquista, auxiliada, inclusive, por muitos luso-brasileiros. Assim, a questão da colaboração dos colonos, na forma das rotineiras deserções, é ressaltada. Neste sentido, a participação de Calabar é lembrada, na forma de guia dos holandeses que foi condenado por traição às forças portuguesas. Entretanto, os autores procuram chamar atenção de que, na guerra, muitos luso-brasileiros fizeram a mesma opção do mameluco e saíram ilesos, desconstruindo a memória de Calabar como traidor da Pátria *avant la lettre*.

Da mesma forma, o livro não reproduz a imagem pacífica e tolerante dos holandeses, mencionando que “As primeiras ações da Holanda foram violentas, incluindo o saque de igrejas e destruição das imagens de santos. Afinal, os holandeses eram calvinistas e repudiavam o catolicismo”⁶⁵. Contudo, os autores tratam de a necessidade dos flamengos conquistarem, além do território físico, o apoio da população local, para que a dominação fosse aceita. Foi nestes termos que medidas relacionadas à tolerância religiosa e aos empréstimos aos senhores de engenho foram postas em prática.

De acordo com o manual, a chegada do João Maurício de Nassau significou uma nova fase da ocupação holandesa, sobretudo pelas obras realizadas pelo conde e pela

⁶⁵ VAINFAS, Ronaldo ... [et. al.]. “6: A União Ibérica e o Brasil holandês”. In: *História: volume único*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 274-250. p. 249.

ampliação das conquistas territoriais da WIC, dentro e fora da colônia, as quais permitiram o controle do tráfico atlântico de escravos. Neste momento, os autores apontaram com veemência a vinda e a permanência de judeus portugueses de Amsterdã para o Brasil.

O destaque deve-se à importância deste grupo para a própria dominação holandesa, cujos judeus atuaram como comerciantes, corretores e intermediários, o que ajudou de veras a permanência e a exploração da economia canvieira pelos flamengos. Tal ênfase pode ser atribuída ao fato de que um dos autores do material é especialista no assunto, Ronaldo Vainfas, quem investiga de perto a diáspora sefardita moderna.

De toda forma, também não há exaltação da figura de Nassau nesse material, nem de sua capacidade administrativa, como percebeu-se nos anteriormente analisados, alguns dos quais reproduziram com certo afincamento a nostalgia nassoviana característica de certa produção historiográfica.

Em relação à restauração pernambucana, a abordagem privilegia a motivação de ordem econômica, isto é, os senhores de engenho e lavradores de cana endividados com a WIC decidiram enfrentar os holandeses pela queda do preço do açúcar. A expulsão dos holandeses é narrada como uma ação conjunta destes setores, liderados por João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, além da participação das tropas potiguares, sob liderança de Felipe Camarão, e da milícia de negros forros, sob o comando de Henrique Dias. Ademais, a reconquista da Angola graças ao empenho de Salvador Correia de Sá significou o fim do controle holandês sobre o tráfico africano.

No entanto, os autores apontaram que, apesar da guerra ter terminado em 1654, com a rendição das forças holandesas, a questão só foi finalmente resolvida em 1661, mediante a assinatura do tratado de paz que incluía a indenização a ser paga pelos portugueses. Desta maneira, percebeu-se que a abordagem do livro de Vainfas, Faria, Ferreira e Santos rompe, em muitos aspectos, com a perspectiva tradicional da abordagem da história da dominação holandesa na colônia.

Tal rompimento não se expressa apenas pela adoção da nomenclatura Brasil holandês, por si só significativa ao exprimir um posicionamento contrário a percepção de uma invasão estrangeira a um território, por direito, português, mas principalmente por procurar explicar as nuances dessa ocupação. Os autores deste material didático procuraram demonstrar os fatos que transcorreram durante a permanência flamenga que contou, em grande medida, com a colaboração luso-brasileira, e não apenas com a resistência de veras exaltada pela historiografia nacionalista.

Sem aprofundar muito a análise dos materiais didáticos recentemente publicados no Brasil, o que não consta entre os objetivos desta pesquisa, é possível perceber que, dos quatro manuais analisados, apenas um possui uma abordagem que não enfatiza a questão da “invasão” ou da “resistência”. A existência de pelo menos três livros que reproduzem, em certos sentidos, o modelo varnhageniano, fruto de uma construção nacionalista, a qual já havia encontrado ampla recepção nos manuais do século XIX, como fora pontuado no capítulo anterior, mas que nas últimas décadas continua sendo ensinado nas escolas, faz-nos entender a resistência desta memória e a força desta tradição historiográfica.

2.3 – Memória desconstruída

Apesar da resistência da historiografia tradicional, em maior ou menor grau, novos historiadores vêm se empenhando, através de pesquisa histórica, na desconstrução da memória que deprecia o período de ocupação holandesa no Brasil. Neste sentido, caminharam historiadores que, ao recuperarem o protagonismo colonial ou propriamente das instituições holandesas na dominação flamenga, acabaram por questionar a culpabilização de Calabar pela perda do território português.

Assim, saindo da perspectiva da traição e entrando no âmbito do colaboracionismo para com os holandeses, Evaldo Cabral de Mello em *Olinda Restaurada*, obra publicada em 1975, elencou outros culpados que poderiam ser responsabilizados pela perda dos territórios do Norte da colônia em função de sua colaboração com os neerlandeses. Neste terreno, o historiador e diplomata brasileiro apontou para a culpa dos índios, baseando-se nas indicações de testemunhas do conflito, como o Frei Manoel Calado e como o comandante Conde de Bagnuolo.

A acusação aos índios faria, pois, todo sentido se pensadas as alianças militares estabelecidas com os holandeses em tempos de dominação. Nesta interpretação, não teria sido possível somente a Calabar ensinar as artimanhas da guerra colonial aos flamengos, por isso, atrair e conservar as amizades com os índios sempre pareceu tão importante aos holandeses.

As culpas que recaiam sobre os nativos eram, sobretudo, a de ensinarem a “trilhar os caminhos e veredas da região”⁶⁶, afinal, conheceriam os indígenas todo o território e teriam a vantagem da livre circulação, servindo ainda como vigias das táticas e das estratégias preparadas pelos inimigos. De modo que, do ponto de vista da guerra colonial,

⁶⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p. 201.

possuir índios como aliados era um privilégio disputado por ambos os lados do confronto uma vez que agregaria um auxílio de grande monta às forças militares.

Entretanto, Cabral de Mello considerou que seria injusto acusar apenas o gentio de ter sido o principal instrumento cujo serviço os holandeses se dispuseram para se apoderarem de Pernambuco. Neste bojo, o historiador ressaltou a miríade de indivíduos que contribuíram com os holandeses nesta tarefa, os quais podem ser enumerados em função dos grupos sociais que pertencem.

Desta maneira, os flamengos serviram-se dos senhores de engenho, lavradores de cana, cristãos-novos, escravos e mestiços, os quais podem ser considerados tão culpados da derrota portuguesa quanto os índios e o próprio Calabar. Nas palavras do historiador: “num ou outro momento, todos estes grupos foram acusados de quinta-colunismo”⁶⁷.

Por um lado, não era mais possível tratar de traidor no singular como antes o fizera Varnhagen em relação a Calabar, “maldito” a cada avanço flamengo no território segundo a narrativa da guerra. Deste modo, o que Evaldo Cabral inaugurou, seguindo muito da linha interpretativa de José Antônio Gonsalves de Mello, foi a constituição de uma espécie de sociologia da colaboração, ao apontar para os grupos coloniais responsabilizados pela vitória holandesa. Tratava-se de uma perspectiva absolutamente inovadora ao atrair as atenções para a complexidade social subjacente ao conflito, algo que fora por muito tempo ignorado pela historiografia nacional exatamente por insistir no binômio litigante portugueses e holandeses como únicos envolvidos.

Por outro lado, ao lançar luz sobre o fenômeno da cooperação, o historiador indicava que a participação dos atores coloniais no conflito havia sido mais decisiva que a própria capacidade holandesa de vencer a guerra. Neste contexto, aparece o revés da perspectiva da colaboração tal qual fora apontada por Evaldo Cabral, uma vez que apresenta o perigo iminente de calar as relações particulares dos sujeitos com os holandeses, as quais se constituíram em formas distintas de participação na guerra.

Ademais, ao isolar os indivíduos sob o ponto de vista de grupos sociais, dentro dos quais conviviam uma multiplicidade de interesses dos mais diversos, a interpretação historiográfica desvia a ênfase da análise para o empenho efetivo dos holandeses no sentido de vencerem o conflito e se apoderarem do território. No final, a memória pátria que exaltava apenas a perspectiva da resistência continuava persistindo nesta

⁶⁷ Ibidem. p. 202.

interpretação que naturalizava a colaboração, em contrapartida da obscura, em termos de não suficientemente examinada, atividade bélica flamenga.

Contudo, é preciso reconhecer que era um caminho original para pensar a inserção dos personagens coloniais e desconstruir a culpabilização de Calabar. Segundo o historiador: “entre os ‘pícaros da terra’, Domingos Fernandes, o Calabar, não foi o único a pagar com a vida: em 1636, arcabuzava-se certo Cosmo de Almeida, ‘um mulato da Paraíba, grande homem de cavalo e agora grande traidor’”⁶⁸.

Na análise de Evaldo Cabral de Mello, a colaboração dos negros se dava pela via dos escravos fugidos; a dos cristãos-novos através de conluio com portugueses e correspondentes em Amsterdã, a partir dos quais era possível persuadir ataques contra as capitânicas do Brasil; a dos mestiços por meio de sua capacidade prática como soldado na guerra; e a de alguns pilotos portugueses e espanhóis através da deserção ou da espionagem, abastecendo os holandeses de informações essenciais. Nesta ótica, até os religiosos teriam colaborado com os flamengos, sobretudo em caso de conversão ao calvinismo.

Assim, se era para perceber os culpados da perda do território, todos os supracitados podiam ser acusados de traição, uma vez que sua participação no conflito comprometeu o sucesso da resistência. De acordo com Evaldo Cabral de Mello, os “invasores” não demoraram a verificar o manancial do suporte que poderiam obter se cooptassem elementos coloniais às suas forças.

Nesta linha, não é difícil imaginar que os próprios holandeses tivessem percebido, a tempo, a oportunidade de se apoderar do terreno a partir dos serviços dos naturais, de quem a agilidade e a mobilidade eram muito admiradas. Deste modo, tal interpretação supõe mesmo que os holandeses reconheceram a capacidade decisiva dos colonos na guerra.

A respeito do colapso da resistência, matéria muito tratada pelos cronistas da época, é preciso lembrar do personagem que respondeu formalmente pela derrota: Matias de Albuquerque. O comandante das forças portuguesas foi chamado de volta a Lisboa para prestar contas da perda da capitania. Para substituí-lo, chegou a Pernambuco D. Luís de Rojas y Borgia, oficial espanhol veterano nas guerras da Flandres.

Enquanto o novo comandante fazia o que podia no Brasil, Matias de Albuquerque era preso em Portugal, após breve passagem pela Bahia. O ex-general da resistência

⁶⁸ “Memória do que tem sucedido em Pernambuco desde 4 de julho [de 1636] que se tem mandado ao Sr. Matias de Albuquerque”. BNL, Fundo Geral, 1555.

permaneceu preso no Castelo de São Jorge até a data da restauração portuguesa, em 1640, responsabilizado pelo desastre da perda de Pernambuco. Portanto, a seu tempo, Matias de Albuquerque era considerado culpado pela vitória holandesa.

Na tentativa de uma biografia sobre o personagem, Belisário Pimenta recuperou, em 1944, a dificuldade da missão a qual Matias de Albuquerque havia sido incumbido pelo Conde-Duque de Olivares. De acordo com Pimenta, o general conseguiu sustentar com firmeza uma luta fadada ao fracasso, sobretudo porque a capacidade defensiva de Pernambuco teria sido bem menor que a superioridade técnica dos holandeses. Apesar de experiente, as guerras pernambucanas arruinaram com a carreira de Albuquerque, que:

“De organizador inteligente, sabedor e ‘precatado’ que se impunha pela atitude própria de seriedade e confiança, passou a ser o comandante de tropas vencidas, passou a ser o chefe caído na desgraça e a quem se iria exigir que, dos restos que o acompanhavam, constituísse a força suficiente para desforra completa, sem se olhar às circunstâncias que o levaram a tal situação de inferioridade”⁶⁹.

Embora tenha respondido pela perda, o general não era culpabilizado pelos contemporâneos. Pimenta demonstra que Matias de Albuquerque grassava de respeito e de estima entre os seus companheiros de luta, com exceção do Conde de Bagnuolo, com quem nunca possuiu grande afinidade. De qualquer forma, o general é exaltado no estudo de Pimenta, cuja astúcia deve-se à moral levantada de sua tropa e à resistência de seu Arraial do Bom Jesus⁷⁰.

O autor do pequeno estudo de cariz monográfico chegou a explicar que os críticos contemporâneos oscilavam na dúvida sobre quem deveria ser responsabilizado pela conquista holandesa: Calabar, “o mestiço que revelou as qualidades necessárias de ‘estrategista mais distinto entre os chefes holandeses e pernambucanos’”⁷¹ ou o general Albuquerque, que fraquejou no plano de defesa e na execução da resistência. Neste sentido, percebemos que Belisário Pimenta ainda enfatiza a resistência e a perspectiva portuguesa tão fortemente enraizadas pela historiografia nacional.

Deste modo, a recuperação do general não teria outro fim que não fosse o de louvar os feitos de Matias de Albuquerque. Na análise do autor, graças à sua capacidade intelectual e ao seu obstinado caráter, a Albuquerque, que comandou bravamente por cinco anos a resistência, caberia o mérito de “dar ‘forma e princípio’ à luta que se arrastou,

⁶⁹ PIMENTA, Belisário. *Matias de Albuquerque: notas para uma biografia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944. p. 16.

⁷⁰ Ibidem. p. 22-23.

⁷¹ Ibidem. p. 23-24.

depois, por largos anos, não só pela coesão moral que provocou com o seu exemplo, como pela consciência que se ia formando, paralelamente, de unidade nacional”⁷².

Assim, Belisário Pimenta reclama da busca desmedida por culpados que levou à condenação de todos os trabalhos da pessoa na guerra, uma vez que, no final, só predominou desastres. Contudo, tal regra só valeria para casos como o de Matias de Albuquerque, afamado general, que teve seu reconhecimento ainda em vida, tendo sido convidado a voltar ao combate em Portugal, integrando as forças do exército restaurador, o que lhe valeu o título de 1º Conde de Alegrete.

Entretanto, nem todos tiveram a mesma sorte de Matias de Albuquerque, cujos demais colonos foram condenados pelos próprios cronistas da guerra, responsabilizados pela perda do território, sobretudo, pela colaboração prestada aos flamengos. Segundo Frei Manoel Calado, a culpa era dos índios, tapuias ou potiguaras: “causa e principal instrumento de os holandeses e apoderarem de toda a capitania de Pernambuco e de a conservarem por tanto tempo”⁷³, como demonstrou Evaldo Cabral.

No entanto, a culpabilização dos potiguaras não funciona, uma vez que o grupo de indígenas se dividiram desde o início, como será analisado a seu tempo. Em todo caso, o próprio confronto entre as lideranças de Antônio Felipe Camarão e de Pedro Poti demonstrou uma fissura no interior do grupo, tendo alguns potiguaras lutado ao lado dos holandeses, mas também tendo muitos deles permanecidos fiéis à resistência. De acordo com Ronaldo Vainfas, o que Calado teria esquecido ao condenar todos os potiguaras foi dos índios da resistência, liderados por homens como Martim Soares Moreno e Manoel de Moraes logo nos primeiros tempos da guerra⁷⁴.

Em relação aos tapuias, também não é possível atribuir a derrota ao seu apoio aos flamengos, como será estudado no próximo capítulo. Apesar da inegável aliança da tribo do chefe Janduí e outros “infernais aliados”⁷⁵, como os considerou o historiador Erns van den Boogaart, trata-se de um grupo particular, os tarairius e não de todos os tapuias. Ademais, sua colaboração aos flamengos só ocorreu de modo sintomático na época da

⁷² Ibidem. p. 29.

⁷³ CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (manuscrito de 1648). 5ª ed. Recife: CEPE, 2004. p. 66-67.

⁷⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil Holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 93.

⁷⁵ BOOGAART, Erns van den. “Infernal Allies: the Dutch West India Company and the Tarairiu – 1631-1654”. In: SIEGEN, J. M. et. al. (Org.) *A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague: The Government Publishing Office, 1979. p. 519-538.

insurreição pernambucana, quando lutaram ao lado do potiguar Antônio Paraopaba nos massacres de Cunhaú e Uruaçu em 1645, e não no momento da conquista holandesa.

Quanto aos mestiços, acusados por muitos contemporâneos das guerras pernambucanas de culpados pela derrota da resistência, a exemplo do oficial espanhol, André Marín, citado por Cabral de Mello, que apontou para a cumplicidade dos “pícaros da terra”⁷⁶ aos holandeses, sobretudo no ensino dos caminhos do território. Um argumento que conferiu força à esta acusação foi mesmo a traição de Calabar.

Entretanto, atribuir aos mestiços a derrota é reiterar a tradição historiográfica construída no século XIX, que, como vimos, lastimava a mestiçagem no Brasil. Desde o tempo das guerras, cronistas luso-brasileiros já relacionavam com desdém a traição de Calabar à sua mulatice, mas foi no século XVIII, a propósito de uma escrita memorialista, na qual a historiografia nacionalista do século XIX muito se embasou, que Calabar foi condenado em virtude de sua natureza mestiça.

Em *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, obra de 1757, de autoria do pernambucano e beneditino D. Domingos de Loreto Couto (1696-1762?), a atuação de Calabar era assim retratada: “se entre nós servira como mulato, pelejara como branco, e esperara como prudente, corresponderão os prêmios a seus méritos [...]”⁷⁷. Segundo o beneditino, Calabar era a única mancha negra no céu das lealdades pernambucanas.

Na interpretação de Loreto Couto, a singularidade do mulato tinha raiz em sua infâmia, fruto de uma traição soberba e orgulhosa, cuja motivação estava relacionada à ambição, “um desejo imoderado de honras não merecidas”⁷⁸. De modo que, sendo Calabar um mulato, obcecado para ter acesso à grandes honras que de outra forma não lhes seriam de direito, o desertor desejou fazer a própria sorte e escolher o caminho que lhe parecia mais interessante.

Assim, a condição de mestiço explicaria a traição de Calabar que, nas palavras de Loreto Couto: “[...] pouco satisfeito da sua fortuna, buscou ambicioso e soberbo entre os holandeses no prêmio da traição, o aumento que lhe impedia entre os nossos a vileza do nascimento [...]”⁷⁹. Nesta perspectiva, Calabar, “vil instrumento da ruína de muitas

⁷⁶ André Marín a D. Juan de Zufre, 18.10.1633, Arquivo Geral de Simancas, Guerra Antigua, 1117. Apud. MELLO, Evaldo Cabral de. *Op. cit.* p. 202.

⁷⁷ COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. (Original de 1757). Ed. fac-similada. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. p. 138.

⁷⁸ *Ibidem.* p. 137.

⁷⁹ *Ibidem.* p. 134.

praças”, entregou Pernambuco nas mãos dos holandeses e se fez, “para com o seu Príncipe, e Pátria, infame, atrevido, e traidor”⁸⁰.

Os trechos em destaque, citações diretas de Loreto Couto, são bastante representativos das histórias memorialísticas escritas no século XVIII, baseadas, primordialmente, no discurso dos cronistas luso-brasileiros. No caso analisado, percebemos que houve uma associação, do ponto de vista da narrativa da história das guerras pernambucanas, da traição de Calabar, grande crime praticado, à sua natureza mestiça. Culpado à sua época por deserção, Calabar foi novamente condenado pela memória dos séculos posteriores por sua mestiçagem.

De toda forma, tratam-se de interpretações que valorizam a resistência portuguesa e que, portanto, exaltam a condenação de Calabar como responsável pela perda das capitânicas do Norte da colônia. A execução do personagem aparece, nesta via de raciocínio, como um grande ato de vingança e justiça por seus feitos, conduzidas por parte de Matias de Albuquerque.

Contudo, é interessante a percepção que Evaldo Cabral de Mello faz do caso, considerando todos os contatos comprometedores que o desertor possuía, dos dois lados da guerra, informações que faziam de si um arquivo vivo. Por saber muito no contexto bélico, a execução de Calabar pode ser vista como uma “queima de arquivo”⁸¹.

Nesta perspectiva, a culpa de Calabar não estava na “vileza de seu nascimento”, como atribuiu Loreto Couto, mas no perigo que representava a determinados informantes, pessoas da resistência, cuja relação com as autoridades neerlandesas era de conhecimento do desertor. Na confissão do traidor, realizada pelo Frei Manoel Calado, tudo indica que Calabar revelou “coisas pesadas”, das quais Matias de Albuquerque tratou de calar “por não se levantar alguma poeira da qual se originasse muitos desgostos e trabalhos”⁸².

Desta maneira, ao ameaçar a integridade de nomes importantes, sua cabeça era muito procurada, pelo alto valor que possuía, o que explicaria a urgência suspeita com que o personagem fora jugado, condenado e executado em 22 de julho de 1635. Neste ponto de vista, é preciso reconhecer que a abordagem pondera a participação de Calabar em função de sua circularidade entre os dois mundos, considerando-o um mediador. Além de Calabar, muitos outros colonos ocuparam semelhante função e colaboraram, de forma explícita ou velada, com os holandeses.

⁸⁰ Ibidem. p. 140.

⁸¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Op. cit.* p. 292.

⁸² CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* p. 67.

Em todo caso, voltando ao rol dos culpados pela perda do território, além dos mestiços, os cristãos-novos foram veementemente apontados de facilitar a conquista flamenga. Os argumentos de tal incriminação baseiam-se em testemunhos de época, como é o caso de Lope de Vega⁸³, citado por Ronaldo Vainfas, autor do poema laudatório da resistência portuguesa de 1625 na Bahia, “*El Brasil restituído*”. A obra divulgou o colaboracionismo cristão-novo aos holandeses, perpetuando a crença mais ou menos difundida de que os cristãos-novos eram tradicionais aliados dos flamengos.

Primeiramente, é preciso considerar que há uma grande confusão entre os judeus de Amsterdã e os cristãos-novos do Brasil. A este respeito, Vainfas considerou que ambos estariam envolvidos com os holandeses em alguma medida, como explicita em: “os chamados ‘judeus da Holanda’, ligados por laços familiares e comerciais aos cristãos-novos do mundo ibérico, eram peças-chave para a infiltração holandesa no Atlântico”⁸⁴.

Entretanto, tratam-se de grupos profundamente distintos, como salientou o próprio historiador. A diferença entre os cristãos-novos do Brasil e os judeus portugueses da Holanda era não apenas de prática religiosa, mas também de organização política. Ao passo que havia, de fato, uma dimensão institucional na organização dos judeus portugueses de Amsterdã, “nenhuma organização comunitária, nenhuma atuação politicamente coordenada” existia entre os cristãos-novos no mundo ibérico⁸⁵.

Assim sendo, os cristãos-novos não podem ser acusados por conspirar com os holandeses porque não eram organizados politicamente para tal. Ademais, documentos da época comprovam que os cristãos-novos sempre apoiaram a resistência baiana, não apenas no primeiro ataque holandês, em maio de 1624, contando com os nomes como os de Mateus Lopes Francisco e Diogo Lopes Ulhoa para a defesa; como durante a investida planejada por Nassau, em abril de 1638, quando Diogo Muniz Teles desempenhou um papel de relevo na proteção da cidade⁸⁶.

Neste sentido, em torno de 25% do contingente local arregimentado para a defesa de Salvador em 1625 era composto de cristãos-novos. Ronaldo Vainfas conta que até mesmo a armada do Conde da Torre, enviada em 1639 com o objetivo de restaurar o domínio espanhol em Pernambuco, foi parcialmente financiada por cristãos-novos⁸⁷.

⁸³ VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. *Op. cit.* p. 94.

⁸⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 88.

⁸⁵ *Ibidem.* p. 91.

⁸⁶ *Ibidem.* p. 92.

⁸⁷ *Ibidem.*

Desta maneira, não há como sustentar a hipótese da conspiração cristã-nova contra os portugueses, uma vez que há muito mais casos de cristãos-novos pegando em armas ou financiando diretamente a defesa da Bahia, que apoiando os holandeses na conquista de Pernambuco.

Quanto aos laços comerciais com os judeus portugueses de Amsterdã, também é preciso ser matizado, uma vez que não podemos sobrepor a responsabilidade pecuniária desse grupo na Companhia das Índias Ocidentais (WIC). Segundo Vainfas, a sociedade acionária da WIC era formada principalmente a partir dos capitais holandeses, particularmente dos comerciantes de Flandres que haviam fugido para Amsterdã, vindos do Brabante, sobretudo de Antuérpia, devido à intolerância religiosa.

Enquanto isso, os recursos financeiros dos judeus portugueses de Amsterdã participavam apenas em 1% dos capitais da WIC⁸⁸. Assim, os números indicam que a colaboração dos judeus também não foi de grande monta, como a historiografia costumava os responsabilizar. Portanto, até mesmo a acusação de financiamento da conquista flamenga precisa ser relativizada.

Por fim, resta-nos ainda um argumento a desconstruir: o da incúria metropolitana na defesa do Brasil. Tanto entre os cronistas luso-brasileiros, quanto na historiografia encontramos quem acusasse Madri de negligência ao aperto que Pernambuco passava a partir da chegada dos holandeses. No entanto, é possível contestar essa afirmação através da simples enumeração de todas as armadas enviadas para a Espanha com o intuito de socorrer o Brasil.

A primeira remonta ao socorro da Bahia. Tratou-se da famosa “Jornada dos Vassalos”, o decidido contra-ataque espanhol, enviado em fevereiro de 1625 por Madri, sob o comando do almirante D. Fradique de Toledo Osório. A bem da verdade, era uma armada hispano-portuguesa composta por 12566 homens e 1185 bocas-de-fogo. Consequentemente, é possível inferir que assim que a notícia da queda da capital chegou a metrópole, houve uma reação por parte do governo espanhol.

Foi mesmo o historiador Charles Boxer quem comentou sobre o potencial ofensivo desta armada como “sendo a maior e a mais poderosa de todas as esquadras que haviam cruzado a linha equatorial até então”⁸⁹. Segundo o historiador, para o comandante da armada, Toledo Osório, a empreitada foi mais fácil do que supunha. Na época, parece

⁸⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. *Op. cit.* p. 35.

⁸⁹ BOXER, Charles. *Op. cit.* p. 34.

que a expedição dos Vassalos dispersou os comandantes neerlandeses; e, aliada a um levante dos habitantes da Bahia liderados primeiro pelo bispo Dom Marcos Teixeira, e depois pelo fidalgo D. Francisco de Moura, conseguiu o grande feito da retirada dos holandeses da capital da colônia.

O segundo socorro expedido por Madri tratou-se do envio do general da resistência portuguesa em assistência a Pernambuco. Matias de Albuquerque desembarcou em outubro de 1629 nas proximidades de Recife incumbido pelo Conde-Duque de Olivares para preparar e comandar a defesa da capitania. Ao chegar ao Brasil, Albuquerque tratou de melhorar as fortificações de Pernambuco, de Itamaracá, da Paraíba e do Rio Grande, erguer novas posições estratégicas e exercitar novos recrutas⁹⁰, arranjos que só foram possíveis graças ao atraso da partida de Loncq⁹¹.

A princípio, o comandante português dispunha de uma força de aproximadamente 200 soldados e 650 milicianos, mas percebeu que os moradores estavam bastante apáticos com o que estava por vir. Graças aos seus esforços, Albuquerque conseguiu arrebanhar mais uns 2000 homens para aguardar a chegada dos inimigos, segundo cálculo de Boxer. Assim, apesar do empenho do comandante em reforçar as defesas locais, os contemporâneos sentiram falta do envio de uma armada tão poderosa para restaurar a capitania quanto a que fora enviada alguns anos antes para a defesa da Bahia.

De acordo com Boxer, a monarquia hispânica começava a passar por dificuldades nessa década de 1630, requisitando de Lisboa a cooperação para a restauração do Brasil. À vista disso, “as autoridades de Lisboa e Madri discutiram obstinadamente em torno da quota de sacrifícios que devia caber às respectivas coroas [...]”⁹². Baseado em documentos administrativos, o historiador insistiu em que:

“[...] a Espanha devia ter ainda mais interesse do que Portugal na recuperação de Pernambuco, visto como os holandeses encaravam o Brasil apenas como um passo no sentido de alcançar as riquezas da América espanhola, seu último e real objetivo”.

Tais argumentos, portanto, podem derrubar a tradicional tese da negligência de Madri quanto ao Brasil, mas continuemos na análise das esquadras enviadas da Espanha. A terceira armada ibérica partiu do Tejo em direção ao Brasil em maio de 1631, comandada pelo experiente biscainho Dom Antônio de Oquendo. Apesar de ter partido

⁹⁰ WÄTJEN, Hermann. *Op. Cit.* p. 100.

⁹¹ O atraso na partida de Loncq das Províncias deveu-se pela grave crise que a Holanda estava passando quando os espanhóis e os imperialistas atacaram Veluwe. BOXER, Charles R. *Op. Cit.* p. 51-55.

⁹² BOXER, Charles R. *Op. Cit.* p. 61.

de Portugal, o aporte lusitano foi mesmo inferior ao espanhol, contribuindo com apenas cinco navios pequenos de um total de vinte e um vasos de guerra, nas contas de Boxer⁹³.

A esquadra de Oquendo pode ser considerada como a primeira com a missão de efetivamente combater os invasores e restaurar a posse sobre a colônia, composta por 2000 soldados de reforço, sendo 800 destinados a Bahia, 1000 mandados para Pernambuco e 200 para a Paraíba. O desembarque ocorreu na Bahia, pois, à essa altura, os holandeses já haviam se apoderado de Recife, mas velejaram rumo a Pernambuco, em seguida.

Apesar de duelar com o comandante dos neerlandeses chamado Pater e de ter, com efeito, causado algumas baixas entre os holandeses, embora não maiores que as perdas espanholas, a esquadra de Oquendo não foi capaz de livrar a costa litorânea do Brasil do domínio batavo exclusivo.

Deste modo, teve o comandante espanhol de se contentar com o desembarque do que sobrara de seu reforço na Barra Grande para engrossar as fileiras da resistência. Ademais, não podemos esquecer, como informou Boxer, dos suportes que chegavam uma vez por outra no Arraial, como o envio de 700 homens, sendo 300 napolitanos, comandados por Giovanni Vincenzo de San Felice, o Conde de Bagnuolo.

Tratavam-se, pois, dos reforços trazidos por Oquendo, nos quais se encontrava o contingente hispano-napolitano, sob a liderança de Conde de Bagnuolo. De toda maneira, Evaldo Cabral de Mello advogou que a armada de Oquendo não era propriamente restauradora como fora a de Toledo Osório⁹⁴, uma vez que sua missão era apenas a de transportar reforços, não possuindo o potencial de recursos suficientes para ameaçar o poderio holandês de forma significativa, seu objetivo também não era o ataque.

Apesar da crise naval⁹⁵, a marinha espanhola preparou mais uma esquadra para ser enviada ao Brasil. A quarta grande armada preparada por Madri para enviar reforços às guerras pernambucanas foi a comandada por D. Luís de Rojas y Borgia, veterano das guerras da Flandres. Enviada em setembro de 1635, a esquadra contava com cerca de 2500 soldados, entre espanhóis, portugueses e italianos, além de levar o novo governador-geral, Pedro Silva, em substituição a Diogo Luís de Oliveira.

⁹³ *Ibidem*. p. 66.

⁹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. *Op. cit.* p. 29.

⁹⁵ Evaldo Cabral de Mello explica que os primeiros anos da década de 1630 foram críticos para a marinha espanhola, devido à queda no comércio com a América espanhola, ao declínio das remessas de prata que chegavam a Sevilha e ao acréscimo das despesas militares na Europa. A situação começou a melhorar a partir de 1637, quando a Espanha pode respirar melhor e preparar novas armadas em socorro ao Brasil. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. *Op. cit.* p. 31.

Apesar de ter surpreendido os holandeses, a esquadra de Rojas y Borgia não conseguiu atacar e restaurar o território, nem o poderia fazer, uma vez que estava de posse do novo governador-geral do Brasil. Por isso, a armada passou pela Bahia primeiro para depois seguir viagem a Pernambuco. Foi também Rojas y Borgia quem ficou no lugar de Matias de Albuquerque, que transmitiu o comando da resistência e procurou se retirar na Bahia antes da ida a Portugal, preso para responder pela perda do território.

Deste modo, D. Luís passou à ofensiva contra os dominadores de Pernambuco através de um primeiro avanço contra Porto Calvo em janeiro de 1636 auxiliado por 2600 homens. Contudo, na batalha travada em Mata Redonda contra as forças sob o comando do coronel polonês Crestofle d'Artischau Artichewsky, Rojas y Borgia acabou perdendo a vida. Com a morte do comandante Rojas y Borgia, Bagnuolo assumiu o comando e a direção das forças de resistência.

Comandados pelo Conde de Bagnuolo, estavam os soldados inconformados com a derrota e a instalação da Nova Holanda, denominação oficial do governo holandês no Brasil⁹⁶. Por isso, resolveram intensificar as guerrilhas, organizadas em colunas volantes e poderosas patrulhas chefiadas por veteranos como o português Francisco Rabelo, o índio Felipe Camarão e o negro Henrique Dias.

A quinta grande armada enviada pela metrópole partiu do Tejo em direção ao Brasil ainda em 1639, composta por quarenta e seis navios, incluindo vinte e seis grandes galeões, 5000 soldados, além da tripulação. Tratou-se de um esforço combinado de Madri e de Lisboa para socorrer a colônia. O comando da esquadra estava a cargo de Dom Fernão de Mascarenhas, conde da Torre, antigo governador de Ceuta e de Tânger.

No entanto, tal armada sofreu muitos infortúnios antes de chegar a Pernambuco. A esquadra precisou permanecer um tempo na Bahia, aguardando a chegada de contingentes e suprimentos de reforço. Segundo Boxer, nesses dez meses, o Conde da Torre conseguiu praticamente dobrar sua esquadra e se constituiu, com seus oitenta e sete navios e quase 6000 homens, na “mais poderosa de quantas havia sulcado antes os mares do Brasil”⁹⁷.

A respeito da esquadra dirigida pelo Conde da Torre ao Brasil, foi o próprio Nassau que reconheceu sua enorme força naval, a qual, se tivesse atacado o Recife no início de 1639, tinha atingido seu objetivo inicial de restaurar as capitânicas do Norte ao domínio ibérico, uma vez que os holandeses estavam desprovidos de forças suficientes

⁹⁶ BOXER, Charles R. *Op. Cit.* p. 89-93.

⁹⁷ *Ibidem.* p. 131-132.

para resistir⁹⁸. Contudo, uma esquadra holandesa perseguiu a hispano-portuguesa, fazendo a guarda costeira do litoral⁹⁹.

Assim, a armada do conde da Torre derivou, nos idos do ano 1639, pelo litoral, desde Itamaracá, passando pela Paraíba, até alcançar o Rio Grande. Durante esse tempo, contou o domínio flamengo com uma série de quatro combates indecisos, que ficaram conhecidos como as batalhas navais de 1640. De qualquer forma, a vantagem era quase sempre holandesa. Por isso mesmo, o alto-comando hispano-lusitano desistiu da empresa, dissolvendo a armada, fracassando mais uma vez em tentar restaurar o poderio ibérico na região dominada pelos holandeses.

Embora a investida marítima não tenha obtido o êxito esperado, o Conde da Torre continuou comandando, em terra, ao enviar ordens expressas de destruição dos engenhos de propriedade holandesa, incluindo aqueles que colaborassem com os flamengos. De modo que os enviados espanhóis faziam o que era possível para dificultar a situação para os holandeses no sentido de reaver o território.

Apesar das malfadadas armadas enviadas pela Monarquia Hispânica, pelo menos as grandes esquadras comandadas por D. Fradique de Toledo Osório, D. Antônio de Oquendo, D. Luís de Rojas y Borgia, D. Fernão de Mascarenhas, além de menores esforços de socorro, demonstram que Madri não permaneceu inerte diante dos ataques holandeses no Brasil. De modo inverso, o envio de expedições restauradoras até o ano de 1640, data da restauração da autonomia portuguesa, derrubam a ideia de negligência por parte da metrópole espanhola.

Desta forma, também a acusação de Madri como culpada pela perda do território não tem comprovação factível. A supracitada abordagem de Evaldo Cabral de Mello, a qual elenca o rol dos considerados culpados pela perda das capitânicas do Norte, segundo os documentos da época, pretende desconstruir os mitos que envolvem as questões da resistência e da colaboração aos holandeses durante a dominação no Brasil.

No entanto, ao tratar da particularidade das guerras pernambucanas, consideradas pelo próprio historiador como “guerras do açúcar”¹⁰⁰, Evaldo Cabral não realiza uma

⁹⁸ Por ocasião de 1640, Mello pontua que o território holandês passava por um preocupante quadro de abastecimento e por precárias condições no exército da WIC, o que explicaria a fragilidade apontada por Nassau. Tal carestia, segundo Mello, foi um problema que jamais foi resolvido pelo governo flamengo, seja devido à insuficiência da importação de víveres, seja devido às escassas plantações, especialmente de farinha de mandioca, a qual o plantio passou a ser obrigatório aos proprietários rurais. Ver: MELLO, Evaldo Cabral de (org.) *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010. p. 196, 206 e 291.

⁹⁹ “Batalha naval de 1640”, p. 3-4. In: MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil Holandês*. *Op. Cit.* p. 196-197, 165.

¹⁰⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. *Op. cit.* p. 12.

análise a respeito da abordagem do contraste entre a resistência e a colaboração, desconstruindo apenas a plêiade de traidores apontados pela historiografia precedente.

Desta maneira, ao trabalhar na perspectiva da colaboração dos colonos, o historiador não trata do problema geral, e acaba reproduzindo, em certa medida, a memória acostumada a exaltar o ponto de vista da resistência. De acordo com Evaldo Cabral de Mello, na dominação batava do Brasil, em grande parte do tempo, a realidade foi de guerra e não de paz.

Neste sentido, é válido o exame do emprego nos recursos locais nas “guerras pernambucanas do açúcar” ou “guerras holandesas no Brasil”, conforme o historiador fez ao comparar ambos os períodos bélicos, aos quais denominou de guerra de resistência (1630-1636) e de guerra de restauração (1645-1654), no trecho em destaque:

“A dependência dos recursos locais, a preponderância dos efetivos da terra e a experiência puramente colonial dos seus chefes deram à guerra de restauração aquela fisionomia própria, autônoma, já brasileira, que não escapa a quem a compara à resistência, em que ainda prevaleceu a mistura desenxabida de cosmopolitismo e localismo, de guerra europeia e guerra do Brasil.”¹⁰¹

Em sua análise, Evaldo Cabral de Mello adota, com muita frequência, o termo “Brasil holandês”, evitando denominar o período histórico em estudo de “invasão holandesa”, conforme nomenclatura de Varnhagen. No entanto, a expressão oitocentista escapa e aparece em algumas passagens, como quando explica que: “a invasão holandesa afetara as relações da Coroa com o donatário de Pernambuco e o de Itamaracá [...]”¹⁰² ou quando se refere ao ataque neerlandês propriamente dito, ocorrido em 1630¹⁰³.

Assim, há uma grande dificuldade de evadir da tradição ao tratar da História da dominação holandesa no Brasil, tão bem construída e tão fortemente resistente. Como foi demonstrado, é possível argumentar contra praticamente todas as acusações de culpas da derrota luso-brasileira, mas deve ser possível, também, ultrapassar a visão bipartida do fenômeno que, entre resistência e colaboração, escamoteia a grande complexidade do contexto histórico estudado.

A partir do exame, percebe-se que a contraposição entre resistência e colaboração não explica praticamente nada, primeiramente porque esquece de um lado muito importante nessa história, o da ação holandesa. Em segundo lugar, tal tipo de dualidade termina por reiterar o discurso da tradição historiográfica nacionalista. De acordo com

¹⁰¹ Ibidem. p. 14.

¹⁰² Ibidem. p. 35.

¹⁰³ Ibidem. p. 289.

Manoel Luiz Salgado Guimarães, os esforços empreendidos pelo IHGB possuíam um forte interesse pelo conhecimento do passado, um conhecimento imbricado com a ação política, “o que tornava muito fluido o limite entre mitologia nacional e ciência”¹⁰⁴.

Desta forma, a existência de um Estado subjazia como um elemento fundamental para forjar a nação. A própria produção de Varnhagen atribuía um papel de destaque ao Estado: o de instância civilizadora, promotora e criadora da nação no Brasil¹⁰⁵. De maneira recíproca, a História, em consolidação nos idos do século XIX, representava um campo de extremo interesse para o Estado. Nas palavras do ministro do Império do Brasil, Luiz Pedreira do Couto Ferraz:

“A História e a Geografia pátria não podem deixar de merecer a mais especial atenção dos poderes do Estado. Cada geração tem para com as seguintes o dever de concorrer para o seu desenvolvimento, e para que não se percam, nem as tradições nacionais, nem a notícia de objetos cujo conhecimento possa interessar o futuro.”¹⁰⁶

Na busca do nacional, o destaque da participação luso-brasileira nas guerras pernambucanas do século XVII era dado pelos historiadores, seja em termos de resistência aos neerlandeses, como vimos no caso da produção do século XIX, cujo ícone é o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen; seja em termos da corrente historiográfica mais regionalista, surgida a partir do século XX, que procurou iluminar o elemento colonial como colaborador dos holandeses.

Nesta via, trata-se de uma permanência da tradição nacionalista na historiografia brasileira, a qual é fortemente ancorada na historiografia europeia, também de matriz nacionalista. Na crítica de Manoel Guimarães: “a Europa sempre foi uma instância de legitimação da produção cultural e, ainda hoje, podemos nos perguntar se o Brasil conseguiu emancipar-se dessa dependência cultural”¹⁰⁷. Na verdade, o cânone cultural do século XIX que exerceu maior influência sobre o Brasil antes mesmo da fundação do Império¹⁰⁸ foi a França.

No âmbito da historiografia, um dos modelos para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi L’Institut Historique de Paris (IHP), cuja missão consistia, basicamente, em “encourager, diriger et propager les études historiques en

¹⁰⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 251.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 252, 246.

¹⁰⁶ Relatório do ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz do ano de 1856. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

¹⁰⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. cit.* p. 100.

¹⁰⁸ Ibidem. p. 113.

France et à l'étranger"¹⁰⁹. A instituição francesa também recorria ao passado motivada por uma questão nacional. Assim, o IHP buscava as raízes nacionais da França para contribuir na construção e na divulgação de uma determinada imagem da nação francesa, missão muito semelhante à do IHGB.

De acordo com Manoel Guimarães, no seu ofício historiográfico, o IHP trabalhava com duas concepções determinantes para a imagem da nação francesa: a demarcação de Paris como a capital do mundo intelectual e a transformação da língua francesa na verdadeira língua da civilização moderna. Na sua missão civilizadora, o Institut Historique de Paris construía o relato oficial da história da França dando destaque em particular para duas épocas históricas: a Idade Média e a Época Antiga, avaliando a influência dos gauleses na cultura clássica greco-romana¹¹⁰.

Desta forma, a concepção de história do IHP era muito próxima da que foi desenvolvida no IHGB, enquanto uma ciência capaz de explicar o conjunto da sociedade. Nos interstícios do IHP, a disciplina História também possuía uma função pragmática claramente definida, qual seja, a de funcionar como mestra da vida¹. Havia, no entanto, uma distinção crucial entre os institutos francês e brasileiro, conforme apontou Guimarães:

“Enquanto o IHGB praticamente desde o início, colocou-se sob influência do Estado brasileiro, o Institut Historique de Paris refletia outro quadro de relações sociais, eis que o Estado não se imiscuia necessariamente no campo da produção cultural da sociedade.”¹¹¹

De forma significativa, a historiografia francesa era exercida como profissão, o que impactava diretamente na atividade desses historiadores enquanto profissionais remunerados. Por outro lado, a remuneração não era a motivação primordial dos membros do IHGB, mas sim a aquisição de prestígio. Entretanto, se a participação financeira do Estado diferia entre as instituições, a preocupação com a construção da imagem da Nação era muito similar. Havia, pois, uma finalidade nacional no trabalho histórico.

A fundação do instituto parisiense representou, assim como ocorrera pouco tempo depois com o instituto brasileiro, um passo importante para a institucionalização da História como ciência e da pesquisa científica sobre os testemunhos históricos para comprovação da verdade histórica como atividade empírica do campo. Nesse processo, a

¹⁰⁹ Journal de l'Institut Historique, Paris, 1, ago 1934, p. 1. Apud. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. cit.* p. 104.

¹¹⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. cit.* p. 107, 103.

¹¹¹ Ibidem. p. 109.

necessidade de validação e a constituição de um corpo de leis ou regras indicam que as ciências naturais foram mesmo o modelo de cientificidade adotado.

De fato, havia um relacionamento estreito entre o IHP e o IHGB. Entre 1834 e 1850, pesquisas indicam que, dos 46 brasileiros membros do Instituto Histórico de Paris, 26 pertenciam concomitantemente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹¹². De modo que o contato entre os membros de ambas instituições era frequente. Ao passo que o IHP propagava a missão civilizadora da nação francesa, o IHGB se esforçava por fazer da nação brasileira recém-criada a guardiã da “civilização europeia no Novo Mundo”¹¹³, um tipo de porta-voz e representante legítima dos padrões franceses.

Segundo Manoel Guimarães, logo o primeiro número do *Journal de l’Institut Historique*, a revista do IHP, contou com a contribuição de artigos de três brasileiros: Domingos José Gonçalves de Magalhães, abordando o início da literatura nacional no Brasil; Francisco Salles Torres Homem, trabalhando com o desenvolvimento das ciências no Brasil; e Manoel de Araújo Porto Alegre, descrevendo o estado das artes no Brasil¹¹⁴.

Tais são os intercâmbios entre o IHP e o IHGB que a influência da instituição francesa sobre a brasileira é inegável. Além de modelo para a recuperação do passado, para a constituição do nacional e para o trabalho efetivo da História, L’Institut Historique de Paris constituiu-se mesmo na instância de legitimação social do lugar da História na construção da Nação.

Desta forma, percebemos que a própria tradição nacionalista, predominante na constituição da historiografia brasileira do século XIX, tem papel preponderante também na historiografia francesa da mesma época, modelo para o estabelecimento do IHGB. Trata-se, sobretudo, de uma tradição que perpetua a memória nacional construída pelo instituto histórico como discurso fidedigno a partir do qual é crível contar a história do país numa narrativa generalizante.

Em oposição a este grande modelo de História do Brasil, de matriz varnhageniana, surgem as novas abordagens, cujo amadurecimento da pesquisa neste campo tende a libertar o conhecimento histórico das amarras das memórias oficiais. Novos estudos historiográficos permitem o avanço do saber histórico exatamente por renunciar a

¹¹² FARIA, Maria Alice de Oliveira. “Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris”, *RIHGB*, Rio de Janeiro, 266, 1965, p. 68-148.

¹¹³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. cit.* p. 110.

¹¹⁴ *Ibidem.* p. 112.

modelos gerais e realizar uma espécie de fatiamento do objeto, abordagem mais fina na qual este trabalho se pauta.

No entanto, reconhecer que o conhecimento histórico é “indireto, indiciário, conjectural”¹¹⁵ não significa eliminar as construções teóricas por completo. A lição que Carlo Ginzburg ensinou foi a de que: “se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada”¹¹⁶. Neste sentido, pode-se presumir que os mínimos indícios devem ser resgatados por funcionarem, verdadeiramente, como elementos reveladores de fenômenos mais gerais, de modo que só é possível atingir o geral a partir de sinais particulares.

A aplicação prática desta perspectiva pode mesmo ser encontrada na vasta produção deste historiador, uma vez que, à procura das particularidades, Ginzburg nunca isolou o indivíduo histórico, mas sempre considerou seu complexo processo de circularidade cultural. De modo que, há, continuamente, uma fronteira intercambiável, no trabalho histórico, entre a atenção às singularidades e a capacidade de generalização, embora isso não resulte diretamente numa “especulação imaginosa sem provas factuais”¹¹⁷. Contrário a esta falácia, o historiador italiano muito insistiu no rigor da pesquisa documental como fonte de legitimidade primeira da cientificidade da história.

Nesta perspectiva, para compreender as ambivalências dos atores históricos em interação com os holandeses durante as guerras pernambucanas do século XVII, não se pode assumir construções generalizantes que pouco dizem a respeito do contexto histórico em estudo, nem mesmo insistir num debate surdo entre resistência e colaboração que não possui relevância final. Entendendo a história como uma ciência do particular, a proposta, ao partir das “zonas privilegiadas”¹¹⁸, isto é, do decifrar os sinais e os indícios, é perceber as singularidades das relações entre os flamengos e os colonos. Por isso, para cada grupo, quiçá para cada indivíduo, vestígios diferentes devem ser farejados.

¹¹⁵ Segundo a análise de Ginzburg, a forma de saber própria da história encontra suas raízes no paradigma indiciário baseado na semiótica. Nestes termos, o historiador, longe de partir de regras e generalizações frívolas, deve seguir pistas do passado para captar uma realidade histórica de maneira mais profunda. Cf. GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário.” In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 157.

¹¹⁶ *Ibidem*. p. 177.

¹¹⁷ VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 152-153.

¹¹⁸ GINZBURG, Carlo. *Op. cit.* p. 177.

Uma vez que a historiografia tradicional corroborou na construção de uma memória nacional como vimos, utilizar o paradigma indiciário pode ser útil também, segundo Ginzburg, “para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem uma estrutura social”, percebendo o contexto histórico livre das máculas nacionalistas outrora imputadas sobre ele.

No sentido de questionar o grande modelo proposto por Varnhagen, ícone daquela historiografia tradicional, muitos historiadores trabalharam no decurso do século XX, entre eles os próprios Hermann Wätjen e Charles Boxer. É necessário perceber a mudança da perspectiva na interpretação desses historiadores estrangeiros que, ao enredarem o episódio da ocupação flamenga ao contexto europeu, acabam por não endossarem a conotação negativa da “invasão” construída por Varnhagen.

Na narrativa da ocupação holandesa, Hermann Wätjen focaliza os aspectos políticos e militares ao considerar as estratégias de ambos os lados do conflito. Entretanto, é possível perceber um destaque na abordagem do ponto de vista da organização interna da Companhia das Índias Ocidentais, isto é, contando a história pelo lado dos flamengos. O motivo principal está relacionado às fontes selecionadas pelo historiador, em sua maioria, documentos administrativos do governo holandês no Brasil.

Deste modo, Wätjen desloca a ênfase da narrativa das situações coloniais para apresentar “teatro da guerra europeia”, inserindo o período de dominação flamenga no Brasil na história moderna europeia, como: “um capítulo da história colonial do século XVII”, subtítulo da obra. Por isso, o primeiro capítulo é intitulado “História externa da empresa holandesa no Brasil”, no qual o historiador discute o aparecimento das expedições neerlandesas, relacionando-as à “luta pela independência dos Países Baixos contra Felipe II”¹¹⁹.

Nesse sentido é que a resistência não é objeto de investigação de Wätjen, e sim a ação dos holandeses no Brasil, um episódio inédito convertido numa experiência colonizadora absolutamente singular. Neste ponto de vista, o protagonismo de Domingos Fernandes Calabar deixa de ser tão realçado, pois o personagem não é visto como o grande traidor da Pátria, mas apenas como um valioso aliado dos flamengos.

De modo muito particular, podemos perceber que o episódio da própria queda do Arraial do Bom Jesus em 1635, posto principal da defesa luso-brasileira, que significaria a derrota da resistência e a vitória inicial dos holandeses, fato muito lamentado pela

¹¹⁹ WÄTJEN, Hermann. *Op. Cit.* p. p. 66.

historiografia tradicional, sobre o qual Varnhagen procurara culpados, ganhou uma nova interpretação em *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*.

Na narrativa de Wätjen, atingir o Arraial significaria desbaratar o próprio sistema de defesa, adquirindo um sentido libertador em relação aos moradores, ao pôr um termo as batalhas. Segundo o historiador: “este feito de armas dos Holandeses libertou Recife e Antônio Vaz do perigo de ataques de surpresa da parte do Interior e tornou a Companhia senhora do centro de produção açucareira, a já mencionada ‘Várzea’”¹²⁰. Nestes termos, os holandeses são retratados como libertadores de Pernambuco, uma completa inversão da interpretação historiográfica tradicional.

A visão de Wätjen sobre Nassau era a de um comandante muito responsável, tendo sido exaltado, especialmente, por ter organizado a dominação holandesa de modo a fazer as capitanias do Norte voltarem a florescer. O historiador engrandece a capacidade centralizadora do governador dos holandeses, lamentando a curta duração do “período de esplendor” da colônia.

Em contrapartida, Wätjen lastima a eclosão da revolta em 1645. A insurreição pernambucana aparece, assim, como a derradeira e infeliz página final da ocupação holandesa, a qual terminou com a expulsão dos holandeses das terras brasileiras. No que concerne à questão militar também, é perceptível que os “inimigos”, na narrativa de Wätjen, são os portugueses, referência inversa da narrativa de Varnhagen, para que os inimigos foram sempre os holandeses.

Quanto à motivação do conflito, as dívidas dos coloniais teriam pouco valor na argumentação de Wätjen. Com base em documento de época, o historiador emite parecer dos holandeses quando da vitória da revolta: “culpados são somente a Companhia e aqueles funcionários seus a quem foi confiado na metrópole o abastecimento da Nova Holanda”¹²¹. Assim, o historiador não reconheceria o mérito dos insurretos, mas atribuiria a perda da colônia no Brasil à própria incapacidade administrativa, entre outros motivos endógenos da Companhia das Índias Ocidentais.

Portanto, o historiador Hermann Wätjen trabalha a dominação holandesa no Brasil através da binômio contextual externo e interno, discutindo os fatores militares, políticos e diplomáticos relacionados ao conflito e os acontecimentos pela perspectiva dos holandeses. Embora não desista de pretensões generalizadoras em sua narração, o

¹²⁰ Ibidem. p. 129.

¹²¹ Ibidem. p. 271.

historiador particulariza o episódio da experiência flamenga e rompe, como se procurou demonstrar, com o modelo lusófilo varnhageniano em muitos aspectos.

Neste sentido, Charles Boxer também teria contribuído. Assim como Wätjen, Boxer conta uma história linear, na ordem cronológica dos acontecimentos, iniciando sua obra em 1621, ano de criação da *West-Indische Compagnie* (WIC) ou Companhia das Índias Ocidentais, uma das empresas comerciais organizadas com capitais holandeses e flamengos voltadas para a expansão mercantil. Em relação à escolha do Brasil por parte desta companhia acionária, de uma perspectiva externa, Boxer considera ter sido mesmo estratégica.

Ao historicizar o ataque holandês ao Brasil, Boxer segue a linha de Wätjen, para quem a dominação flamenga teria sido um capítulo da história europeia. No entanto, o historiador consegue realizar um exame mais minucioso das condições internas e externas que subsidiaram a experiência holandesa no Brasil. Do ponto de vista das relações diplomáticas, Boxer aponta que a perda do Brasil, ainda que ocupando uma posição subalterna no conjunto dos domínios hispânicos, terminaria por enfraquecer a Coroa espanhola, no conjunto¹²².

Desta forma, Boxer recupera a dimensão conflitiva da ocupação dos holandeses no Brasil e transforma a invasão em luta pela posse de Pernambuco. De fato, parece que o termo “invasão” caiu mesmo em desuso, como podemos verificar pelos historiadores do novecentos. Em *Os Holandeses no Brasil*, o autor utilizou as palavras ataque, captura, cerco, expedição, tomada, conquista, posse, colonização e agressão todas as vezes que abordou as investidas flamengas no território. Por outro lado, Boxer se referiu aos holandeses como “invasores” em mais de uma ocasião.

Na interpretação do historiador, a história desse período deve ser contada a partir da iniciativa e do esforço holandês de tomar posse do Brasil enquanto colônia sua, em contrapartida à resistência dos atores coloniais e da metrópole afetada. Neste sentido, Boxer não rompe tanto com a tradição historiográfica. No entanto, há uma ênfase na descrição das estratégias de ataque e de defesa de ambos os lados, sobressaindo aspectos de ordem política, econômica, diplomática e militar.

Se, por um lado, Calabar é personagem central no exame das forças da guerra e sua atuação teria sido, de fato, decisiva no livro de Boxer; por outro, o historiador não o execra o mulato como Varnhagen fez no século anterior. Do inverso, a narrativa de Boxer

¹²² BOXER, Charles R. *Op. Cit.* p. 21.

é recheada de desertores e de informantes de ambos os lados do conflito, demonstrando que a mudança de lado era uma prática comum à época.

Deste modo, Calabar não teria sido o primeiro a desertar, porque os holandeses já contavam, àquela altura, com os serviços de escravos fugitivos, no exame do historiador. Através destes trãnsfugas, a informação circulava no contexto da guerra no plano interno, chegando inclusive ao âmbito externo, matéria apontada por Boxer de maneira inovadora.

Apesar desta abordagem moderna, Boxer continua trabalhando com a questão da resistência de modo a narrar a “valentia” com a qual as forças luso-brasileiras lutaram contra os avanços holandeses, tendo feito tudo o que estava ao seu alcance. O peso de Calabar aparece como determinante em: “tendo o Calabar como guia, os holandeses iam-se tornando agora melhores guerrilheiros”¹²³. Assim, a tomada do nordeste da capitania portuguesa aparece, segundo o historiador, como um fato irremediável.

Assim como Wätjen, Boxer exaltou a figura de Nassau. Segundo o historiador, com base em documentos da época, o governador dos holandeses foi um legítimo “príncipe humanista”, afinal, fora “o homem mais notável de quantos já se envolveram na indústria do açúcar”¹²⁴. Tal fama deveu-se, sobretudo, à sua capacidade conciliadora ao se envolver com os moradores de Pernambuco. Até mesmo a respeito da “Babel religiosa”¹²⁵ que se formou em Recife, Nassau desenvolveu uma verdadeira “política esclarecida”¹²⁶, nas palavras de Boxer, no que tange à tolerância étnica e religiosa.

A despeito da insurreição pernambucana, Boxer narrou o episódio com minúcia, desde os primeiros planos do movimento, conforme seu interesse já denotado pela questão bélica. O historiador discute a autoria, o vazamento e o início da revolta. Avaliando a circulação das notícias, Boxer expõe que as informações teriam sido veiculadas por cristãos-novos, por judeus ortodoxos e pelos próprios senhores locais¹²⁷.

Em conformidade com a abordagem do conflito inicial pela posse de Pernambuco, também ao narrar o derradeiro embate entre holandeses *versus* colonos e portugueses, Boxer analisa a dualidade das relações internacionais envolvidas e do contexto interno. Por um lado, o historiador tratou amplamente das questões diplomáticas, demonstrando,

¹²³ Ibidem. p. 74.

¹²⁴ Ibidem. p. 157.

¹²⁵ Babel religiosa é forma como o historiador Ronaldo Vainfas chama o Brasil holandês em referência à convivência de pessoas de credos bastante distintos no mesmo território. Ver. VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial. Op. cit.*

¹²⁶ BOXER, Charles R. *Op. Cit.* p. 165, 159.

¹²⁷ Ibidem. p. 230.

principalmente, as hesitações de D. João IV em apoiar o movimento, o que significaria um rompimento declarado com a Holanda, como explica na passagem:

“D. João IV estava antes de tudo ansioso por ver-se incluído nas negociações tendo em vista uma paz geral, as quais se achavam na fase preparatória do Congresso de Münster, pois o apoio das Províncias Unidas era para ele essencial, tanto neste como noutros assuntos”¹²⁸.

Do ponto de vista interno, o historiador se preocupou em apresentar a organização do movimento, que possuiu várias lideranças, inclusive a indígena e a negra para os contingentes auxiliares, representadas nas pessoas, respectivamente, de Antônio Felipe Camarão e de Henrique Dias, cujas forças estariam subordinadas a um comando geral partilhado entre João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros.

Apesar de verticalizar a abordagem da guerra durante o período de ocupação holandesa, seja a resistência inicial, seja a revolta final, ambas tratadas com riqueza de detalhes, é notável a ênfase de Boxer no que tange ao ponto de vista flamengo. Tal como em *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, a obra de Boxer, *Os Holandeses no Brasil*, realçou a dimensão política e diplomática desta permanência, cadenciando as ambivalências externas e internas referentes ao contexto do período.

Ao destacarem o desempenho dos holandeses em solo colonial, Wätjen e Boxer, acabaram por construir narrativas muito diferentes das tradicionais abordagens da “invasão holandesa”. Desta forma, ambos os historiadores estrangeiros, cujas obras datam de meados do século XX, romperam, em certa medida, com o grande modelo de interpretação do período histórico construído por Varnhagen, segundo o qual o Brasil é, indiscutivelmente, herdeiro português, sob qualquer ponto de vista.

No entanto, é preciso considerar que, Hermann Wätjen e Charles Boxer, o primeiro alemão, o segundo britânico, partiram de uma perspectiva europeia, nunca brasileira, muito menos nacionalista. A nação brasileira definitivamente não foi uma questão a ser esboçada nas narrativas de Wätjen e Boxer tal como preocupara claramente Varnhagen no século anterior, cujo discurso sobre a História Pátria muitas vezes exprime certa confusão contextual.

Desta maneira, Wätjen e Boxer limitaram-se a avaliar as circunstâncias específicas do século XVII, contando uma história na qual o Brasil é realocado na categoria colonial, uma vez que seus objetos de estudo foram, fundamentalmente, a atuação holandesa nesta colônia e, em menor escala, sua interação com a sociedade.

¹²⁸ Ibidem. p. 249.

Nestes termos, foram preocupações de Wätjen e Boxer abordar o projeto, os investimentos, a ocupação, a dominação, a permanência, as estratégias militares, o desenvolvimento econômico, as relações diplomáticas, a política dos holandeses – mas não a invasão –, de modo a destacar o ineditismo deste episódio histórico.

A partir do tratamento de tais matérias particulares, pode-se pensar que Wätjen e Boxer, ainda que não sigam o modelo geral da historiografia nacionalista, terminaram por construir histórias de um ponto de vista generalizante, recortando, metodologicamente, o período em estudo em assuntos menores, sobretudo pela ordem cronológica, tratados nos capítulos, para alcançar uma abordagem completa da dominação holandesa no Brasil.

Obviamente, a lista de autores estrangeiros da segunda metade do século XX até hoje, tratando do tema da ocupação neerlandesa no Brasil, é bastante extensa. De fato, os estudos de Benjamin Teensma e sua coletânea de fontes sobre o período do Brasil Holandês; de Ernst van den Boogaart sobre as correntes migratórias para a Nova Holanda; de Yosef Kaplan sobre os judeus novos em Amsterdã; e de Jonathan Israel sobre a guerra da independência e formação das Províncias Unidas dos Países Baixos, forneceram valiosas contribuições às pesquisas sobre o período histórico¹²⁹.

Contudo, a análise esmiuçada de tais obras não consta nos objetivos deste capítulo, circunscritos ao exame historiográfico sobre o Brasil holandês no que se refere, sobretudo, à produção nacional a fim de verificar a construção/desconstrução da memória, como procurou-se demonstrar até aqui.

Antes, porém, de encerrar o tópico, é válido mencionar duas coletâneas sobre o período. A primeira, organizada por Paulo Herkenhoff, composta por autores brasileiros e estrangeiros sobre a história da dominação neerlandesa. Intitulada *O Brasil e os Holandeses* e publicada em 1999, a obra é resultado de uma parceria da Fundação Biblioteca Nacional com a editora Sextante Artes.

Publicada em celebração da restauração da crônica de Gaspar Barleus, intitulada, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau*, a coletânea reúne textos

¹²⁹ TEENSMA, B. N. (org.). *Brasil Holandês*, 3 v. Rio de Janeiro: Index, 1999.; BOOGAART, Ernst van den; EMMER, P. C. “Colonialism and migration: an overview”. In: *Indentured Labour Before and After Slavery. Comparative Studies in Overseas History*, 7, Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986.; BOOGAART, Ernst van den. “The servant migration to New Netherland, 1624-1664”. In: EMMER, P. C. *Indentured Labour Before and After Slavery. Comparative Studies in Overseas History*, 7, Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986.; KAPLAN, Yosef. *Judíos Nuevos en Amsterdã. Estudio sobre la historia social y intelectual del judaísmo sefardí em siglo XVII*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996.; ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic. Its Rise, Gratness and Fall, 1477-1806*. Oxford: Clarendon University Press, 1995. p. 169-230.

que investigam o campo cultural da história da ocupação holandesa¹³⁰. Como pode-se perceber, recentemente, tem se desenvolvido uma espécie de colaboração, notavelmente profícua, entre historiadores holandeses e brasileiros no estudo da matéria em voga.

Fazem parte da coletânea, os estudos de Evaldo Cabral de Mello sobre a presença holandesa no Brasil; de José Antônio Gonsalves de Mello a respeito da Companhia das Índias Ocidentais; de Max Justo Guedes sobre a cartografia holandesa do Brasil; de José Luis Mota Menezes sobre a arquitetura e o urbanismo nos tempos flamengos; de Ronald Raminelli a respeito do *habitus* canibal; de David Freedberg sobre a ciência, o comércio e a arte no período; de Nachman Falbel investigando as relações entre a Menasseh ben Israel e o Brasil; de Luis Perez Oramas trabalhando com Frans Post e a invenção e “aura” da paisagem; de Leonardo Dantas Silva estudando a Zur Israel; de Beatriz e Pedro Corrêa do Lago particularizando os quadros de Post exclusivamente pintados no Brasil; e do próprio organizador, Paulo Herkenhoff, que pesquisou as representações do negro nas Índias Ocidentais.

Ademais, há uma coletânea organizada pelo historiador pernambucano Marcos Galindo, publicada em 2005 com o título *Viver e Morrer no Brasil holandês*¹³¹. O historiador, organizador de um supracitado guia de fontes do período, trata-se de um pesquisador da temática do Brasil Holandês e bastante conhecedor dos arquivos holandeses. A obra *Viver e Morrer no Brasil Holandês* conta com uma miscelânea de textos inéditos produzidos, mormente, por historiadores holandeses e, com menor participação, por historiadores brasileiros, reunindo artigos de Ernst van den Boogaart, B. N. Teensma, Frans Leonard Schalkwijk, Lodewijk Hulsan e José Luis Mota Menezes, entre outros.

Embora as coletâneas partam de uma perspectiva mais geral do ponto de vista da abordagem da história da dominação holandesa no Brasil, convém ressaltar que ambos os trabalhos, organizados por Herkenhoff e por Galindo, apresentaram contribuições bastante originais sobre temáticas específicas da área através de pesquisas desenvolvidas por historiadores brasileiros e estrangeiros.

Adiante, será especificada a produção da historiografia brasileira, investigando os recortes de autores apresentados por Paulo Herkenhoff e outros pesquisadores que vêm

¹³⁰ HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional / Sextante Artes, 1999. p. 13-14.

¹³¹ GALINDO, Marcos (org.). *Viver e Morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2005.

desconstruindo a memória nacional assentada no problema da dicotomia resistência vs colaboração. Tais trabalhos datam do final do século XX e sua virada para o século XXI e procedem, metodologicamente, ao fatiamento do objeto, recusando as histórias generalizantes em prol de recortes em temáticas dentro do período, realizando verdadeiras microanálises atentas às particularidades históricas da ocupação holandesa seiscentista do Brasil.

2.4 – Historiografia brasileira atenta às particularidades

Um grande destaque no fatiamento da história do Brasil Holandês, dentre os historiadores brasileiros, foi Evaldo Cabral de Mello, cuja vasta produção nos séculos XX e XXI testemunha os recortes precisos aos assuntos envolvidos no momento da ocupação flamenga seiscentista. Desde a primeira publicação, datada de 1975 e intitulada *Olinda Restaurada*, o historiador recorta a temática da guerra para abordar o período em estudo.

Na obra, Evaldo Cabral fugiu da clássica abordagem cronológica que periodiza o episódio em fases do estabelecimento dos holandeses no Brasil e preferiu fatiar a abordagem da história do período. Guiado pela problemática do conflito entre os portugueses e os holandeses, mormente na perspectiva da colaboração luso-brasileira, o historiador retratou, ao longo da obra, de matérias como: o impacto da guerra sobre a sociedade colonial; as finanças das lutas; a gente de guerra; os recursos utilizados; a produção, o comércio e a navegação durante os confrontos; a adaptação da arte militar europeia às condições do Nordeste; a querela dos engenhos; a mobilização dos recursos locais; as estratégias luso-brasileiras; a perspectiva da “guerra volante” ou “guerrilhas”; e muitos outros assuntos.

A justificativa do historiador para eleger tal temática de abordagem do período deveu-se, sobretudo, à perspectiva de que os anos da dominação batava no Brasil foram marcados pela presença ou pelos impactos da guerra. Nas palavras do historiador:

“Estes vinte e quatro anos de domínio estrangeiro comportaram na realidade mais de dezesseis de guerra, pois da chegada de Nassau em 1637 à trégua luso-holandesa de 1641, o Brasil holandês conheceu apenas uma paz precária, regularmente interrompida pelas excursões de contingentes campanhistas procedentes da Bahia, que atacavam os engenhos, saqueavam as povoações e incendiavam os canaviais, para não mencionar a irrupção da armada do conde da Torre, que em começos de 1640 tentou sem êxito a reconquista. De verdadeira paz, o Brasil holandês só conheceu o período 1641-1645, que foram mesmo assim tempos difíceis em vista da crise do preço do açúcar.”¹³²

¹³² MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. *Op. cit.* p. 13.

De acordo com Evaldo Cabral de Mello, o período da dominação holandesa não pode ser estudado pela perspectiva de uma colonização flamenga, isto é, “pela tentativa de implantação de instituições e valores da Europa mais avançada”, como queria a historiografia que chama de nativista, porque qualquer investida nesse sentido resultou num grande fracasso. Também não estaria correto, sob o ponto de vista do historiador, explorar, neste período, os “processos de choque e acomodação de cultura entre protestante do norte da Europa e católicos portugueses”, enfatizando a tolerância religiosa, assunto em pauta recentemente, entre outros motivos porque a convivência religiosa interna no Brasil desta época não se esgota entre calvinistas e católicos.

Desta feita, foi a guerra que marcou o período de dominação holandesa no Brasil, sobretudo uma “guerra de açúcar”, conforme esclareceu Cabral de Mello, uma vez que o açúcar foi não apenas o objetivo da conquista, mas também financiou a maior parte deste conflito ocorrido no século XVII em território colonial. Desta forma, a guerra particularizada pelo historiador refere-se não somente a uma guerra feita pelo controle da produção açucareira com o fim de exportar ao mercado europeu, mas principalmente pelo fato de ter sido uma guerra sustentada pelo sistema açucareiro brasileiro.

Portanto, marcado por um cariz bélico, o objeto em análise em *Olinda Restaurada* é explicado pelo autor:

“As páginas que se seguem buscam precisamente explorar as relações entre guerra e açúcar [...]. Trata-se basicamente de descrever o processo pelo qual os custos do conflito recaíram em grande parte sobre a sociedade colonial e de reconstruir a maneira pela qual ela mobilizou os recursos escassos da sua ordem monocultora, latifundiária e escravocrata.”¹³³

Se, em *Olinda Restaurada*, Evaldo Cabral interpretou a dominação holandesa no Brasil a partir do recorte da guerra, reconstruindo as relações econômicas e sociais estabelecidas na colônia, em *Rubro Veio*, obra de 1986, o mote do autor foi investigar o imaginário construído sobre a restauração pernambucana. Novamente particularizando uma temática específica do período que chamou de Brasil holandês, como um desdobramento da obra anterior, em *Rubro Veio* o objeto de estudo do historiador foram as conexões entre a ocupação holandesa do século XVII e as representações nativistas oriundas a partir da mesma.

O ponto de partida de Evaldo foi o nativismo pernambucano, considerado herdeiro da restauração. Tratou-se da percepção regional construída a partir da participação ativa

¹³³ Ibidem. p. 12.

e efetiva da gente da terra, combatendo e sustentando a guerra de expulsão dos holandeses, como tópico fundador de um sentimento local proveniente da libertação de Pernambuco. Nas palavras do historiador: “da experiência da ocupação estrangeira, derivara, por conseguinte, a singularidade da história pernambucana no conjunto da história brasileira, inclusive o mal-entendido entre Pernambuco e o Império”¹³⁴.

Desta forma é que as guerras holandesas foram consideradas a matriz ideológica do nativismo pernambucano, a partir da qual Evaldo Cabral investigou as manifestações nativistas desde meados do século XVII até meados do século XIX. Para tanto, o autor examinou as mutações no imaginário, ao longo de quase duzentos anos, engendradas através das transformações econômicas, políticas e ideológicas.

Neste sentido, o historiador identificou três fases do nativismo pernambucano, a saber: a primeira de radicalização anti-lusitana, predominantemente um nativismo nobiliárquico do Seiscentos, o qual segue da capitulação holandesa em 1654 até a derrota da nobreza na guerra dos mascates por volta de 1715; a segunda fase de um nativismo moderado do Setecentos, um período que se estende até inícios do século XIX, marcado pelos sintomas das revoluções libertárias; e a última fase de um nativismo um pouco mais democrático do Oitocentos, prolongada até 1850 pelas revoltas que começam com a revolução de 1817 indo até a rebelião praieira (1848-1849)¹³⁵.

Segundo Cabral de Mello, o esgotamento do nativismo pernambucano como força política datou de meados do século XIX, quando a província se sentiu integrada à ordem imperial e o imaginário construído reduzido a seu significado histórico, sobretudo a partir da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano, datada de 1862. Portanto, tratou-se de uma obra que ultrapassou os limites cronológicos da ocupação holandesa no Brasil para apreender os significados deixados por essa experiência em termos de representações mentais na capitania, depois província de Pernambuco.

Por isso, foram temáticas que perpassaram *Rubro Veio*: o inventário da memória; a cultura histórica do nativismo; a metamorfose da açucarocracia¹³⁶, bem como as mutações do vocabulário; o panteão restaurador; a nostalgia nassoviana; e a empresa

¹³⁴ MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3 ed. rev. (Original de 1986). São Paulo: Alameda, 2008. p. 15.

¹³⁵ *Ibidem*. p. 16-18.

¹³⁶ Conceito criado pelo próprio historiador para designar o protagonismo da nobreza da terra. De acordo do Evaldo, esta açucarocracia postulou a descendência dos colonos que lutaram contra os holandeses como argumento legítimo para metamorfosear-se em fidalguia local, atribuindo ao nativismo da primeira fase um aspecto altamente nobiliárquico. Trata-se, nas palavras do historiador, de uma “importante faceta ideológica do antagonismo entre senhores de engenho e mercadores do Recife”. Ver. MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro veio*. *Op. cit.* p. 125 e 155.

restauradora. Entre as fontes, Evaldo Cabral examinou uma grande gama de testemunhos históricos, desde as crônicas luso-brasileiras escritas ao calor da guerra até as representações construídas *a posteriori* sobre a história local, alcançando, inclusive, a produção historiográfica do Oitocentos e do Novecentos.

Para lidar com as fontes do imaginário e da cultura histórica nativista da restauração, Evaldo Cabral precisou trabalhar com, pelo menos, dois conceitos centrais em sua obra. Dentre eles, a noção de “circularidade cultural” de Carlo Ginzburg parece ter sido fundamental para pensar na “reciprocidade de perspectivas entre as concepções do cronista ou do historiador e as representações coletivas”¹³⁷.

Ademais, para explorar a temática específica do nativismo em *Rubro Veio*, o historiador baseou-se no conceito de “imaginário social” de C. Castoriadis, segundo o qual o imaginário é compreendido como uma “dimensão constitutiva e reprodutiva das próprias relações sociais”¹³⁸. De modo mais profundo, estudar o imaginário social, conforme a obra de Evaldo Cabral o fez, significa entender o processo pelo qual os grupos sociais se instituem como tais.

É desta maneira que o historiador particularizou o objeto das representações da restauração pernambucana dentro do universo do Brasil Holandês para investigar o imaginário nativista em *Rubro Veio*. Nas palavras de Evaldo Cabral de Mello:

“As representações mentais surgidas outrora em Pernambuco em torno da guerra holandesa são indispensáveis para entender a contestação do poder colonial que ali teve lugar até às revoluções liberais do século XIX, mas deixaram de ser a partir de então socialmente atuantes”¹³⁹.

A vasta produção de Evaldo Cabral de Mello atesta o fatiamento do objeto na feitura de determinadas investigações sobre temáticas específicas. Nova publicação relacionada ao período de ocupação holandesa no Brasil foi o livro intitulado *O negócio do Brasil*, publicado em 1998. Nesta obra, o historiador investigou as relações diplomáticas entre Portugal e os Países Baixos do início da década de 1640 até o final da década de 1660 acerca das tratativas do controle do Nordeste açucareiro, designação espacial do próprio autor.

Neste sentido, a justificativa para a pesquisa dirigida por Evaldo Cabral de Mello sobre as relações internacionais contemporâneas ao final do período da permanência holandesa no Brasil colonial, a qual resultou nesta obra, foi expressa na seguinte

¹³⁷ MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro veio*. *Op. cit.* p. 14.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ *Ibidem*. p. 19.

passagem: “seria, em todo caso, raciocínio demasiado simplista supor que uma guerra de tantos anos, envolvendo duas potências europeias pela posse de uma colônia lucrativa, pudesse concluir sem o arremate de uma negociação entre os beligerantes”¹⁴⁰.

De acordo com o historiador, havia uma verdadeira lacuna nos trabalhos historiográficos sobre o Brasil holandês quanto ao contexto externo do período de ocupação flamenga seiscentista. Era necessário pensar, portanto, as negociações luso-holandesas desenvolvidas a partir da década de 1640, envolvidas numa série de tratativas internacionais que possibilitaram não somente a constatação da restauração do Nordeste, como também o reconhecimento oficial da própria autonomia portuguesa, restaurada a partir da aclamação de D. João IV em dezembro de 1640. É por isso que o historiador garante que:

“A história diplomática de Portugal entre a restauração em 1640 e a paz com a Espanha 28 anos depois é a história da sua reinserção como país soberano no sistema de poder europeu de que fora eliminado em 1580 pela união dinástica com os Habsburgo de Madri”¹⁴¹.

Entretanto, reconhecer a dimensão diplomática que o conflito envolveu, não significa pressupor que as tratativas suplantaram a questão militar, uma vez que “sem a vitória bélica em Pernambuco, a negociação não teria sido factível”¹⁴², como alertou Evaldo Cabral. Nestes termos, o historiador trabalhou com a dupla perspectiva: a reconstituição do contexto militar e político interno que resultaram na capitulação da Taborda em 1654, bem como as transformações no equilíbrio europeu, no âmbito internacional, as quais propiciaram o reconhecimento da restauração da dominação portuguesa no Nordeste da colônia.

Assim, *O negócio do Brasil* explorou os significados dos eventos pontuados pelo autor como: a guerra de Pernambuco (1645-1654), a guerra da independência de Portugal contra a Espanha (1641-1668), a paz de Munster (1648), a ruptura anglo-portuguesa de 1649, o eclipse da Casa de Orange em 1650, as guerras anglo-neerlandesas e o conflito luso-neerlandês de 1657-1661.

Para averiguar o imbróglcio econômico e diplomático relacionado ao Brasil holandês, objeto em análise da obra *O negócio do Brasil*, Evaldo Cabral abordou temáticas como o contexto de Portugal e das Províncias Unidas dos Países Baixos, o

¹⁴⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. (Original de 1998). 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 16.

¹⁴¹ Ibidem. p. 10.

¹⁴² Ibidem. p. 15.

projeto da compra, a entrega do Nordeste, o triunfo dos “valentões”, a fuga em frente, o interesse da Inglaterra, as negociações em Haia e a paz de Holanda.

Assim, o historiador fragmentou o período do Brasil Holandês não meramente pelo aspecto cronológico, mas, seguindo os rastros das fontes históricas, guiado pelas temáticas que objetivou estudar. Longe de esgotar a enorme produção de Evaldo Cabral de Mello sobre o período, destacamos as obras supracitadas em termos da significativa contribuição historiográfica fornecida.

Ademais, é possível lembrar outros temas investigados pelo autor que resultaram em obras absolutamente inovadoras, como o trabalho sobre a elite colonial brasileira, narrando interessante caso de manipulação genealógica das raízes judaicas de uma importante família local, intitulado *O nome e o sangue*, publicado originalmente em 1989¹⁴³; o estudo de cariz biográfico sobre o governador do Brasil holandês, João Maurício de Nassau, publicado na Coleção Perfis Brasileiros da Companhia das Letras em 2006, intitulado *Nassau*¹⁴⁴; e a compilação de fontes intitulada *O bagaço da cana*, publicada em 2012, recortada a partir da ênfase nos engenhos de açúcar no Nordeste, mapeando a atividade produtiva açucareira durante o Brasil holandês, como um subproduto da vasta pesquisa do historiador sobre o período¹⁴⁵.

Há uma obra de Evaldo Cabral que subjaz um intuito generalista diferente das demais monográficas. Trata-se do livro intitulado *O Brasil holandês (1630-1654)* publicado em 2010¹⁴⁶. Dividido em três unidades conforme a periodização da ocupação holandesa, o livro apresenta três capítulos sobre “a guerra de resistência”, “o interregno nassoviano” e “a guerra de restauração”. Apesar da abordagem totalizante, esta obra é, na verdade, uma coletânea de fontes sobre o período reconhecida pelo próprio autor que se colocou como organizador do trabalho, dedicado à historiografia precedente responsável pela tradução de uma considerável quantidade de textos holandeses.

Contudo, Evaldo Cabral de Mello não foi o único historiador brasileiro a se dedicar ao período de ocupação holandesa no Brasil a partir do recorte a temáticas menores, construindo histórias atentas as particularidades. Pedro Puntoni, historiador aplicado no estudo do escravismo colonial, publicou, em 1999, uma obra que examinou

¹⁴³ MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. (Original de 1989). 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁴⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil Holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹⁴⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

¹⁴⁶ MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

as relações das guerras do tráfico no Atlântico Sul com a experiência holandesa na história colonial.

Em *A Mísera Sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*, Puntoni investigou, com base nas fontes históricas sobre o período de ocupação neerlandesa no Brasil, a forma como os holandeses lidaram com a dinâmica do tráfico de escravos, principal sustentáculo do império açucareiro. Partindo da ambição dos holandeses em relação ao comércio açucareiro desenvolvido nas capitânicas da América portuguesa, o historiador percebeu que os holandeses precisaram empreender uma guerra para os dois lados do atlântico, uma vez que a conquista das regiões produtoras não garantia o monopólio do rendável negócio.

Desta maneira, a pesquisa de Puntoni partia de uma temática central na historiografia colonial, isto é, a escravidão, mas recortava especificamente o período da dominação holandesa, a fim de averiguar como a Companhia das Índias Ocidentais, ao se assenorear das capitânicas açucareiras do Brasil, precisou dirigir seus esforços para a região reprodutora da força de trabalho fundamental nos engenhos: o continente africano.

A perspectiva do historiador é, portanto, original por reconectar a história dos dois lados do Atlântico numa guerra que não foi meramente regional. Deste modo, Pedro Puntoni extrapolou a compreensão espacial do domínio flamengo centrada apenas nas capitânicas ao Norte da colônia e trabalhou com a participação efetiva dos holandeses nas guerras do tráfico no Atlântico Sul, cuja experiência colonizadora neerlandesa dependia fortemente.

Fruto de uma pesquisa de mestrado defendida em 1992 na Universidade de São Paulo¹⁴⁷, *A mísera sorte* começa analisando a escravidão no Brasil anterior ao período de ocupação neerlandesa. Então, o livro aborda a participação holandesa no comércio colonial que originou a conquista do território, graças ao ataque empreendido pela Companhia das Índias Ocidentais, criada em 1621.

Na sequência, Puntoni centrou-se nos esforços dirigidos pela administração nassoviana no sentido de reconstruir a economia açucareira devastada pela guerra de conquista. Para tanto, foi necessário, por parte dos holandeses, o abandono de escrúpulos morais ligados à prática do tráfico, para inserir a região colonial produtora no circuito mercantil africano, admitindo a indispensabilidade da figura do escravo para conseguirem os objetivos planejados.

¹⁴⁷ PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte. A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 12.

Desta forma, o historiador deslocou sua ênfase para o exame das guerras de conquista dos entrepostos africanos por parte dos holandeses, analisando, de uma maneira geral, o próprio movimento do tráfico por meio de navios da Companhia das Índias. Enfim, Puntoni explorou a particularidade da escravidão africana praticada durante o domínio holandês, objeto primordial de sua pesquisa, num período, é preciso lembrar, de significativo crescimento dos quilombos na região. A publicação do historiador trata-se, pois, de mais um recorte solidamente estudado dentro da vasta história do Brasil holandês.

O historiador Ronald Raminelli também pesquisou algumas temáticas ligadas ao tempo de ocupação holandesa no Brasil. Para começar, sua tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo em 1994 e intitulada *Imagens da Colonização*, publicada em 1996, versava com área em análise. Ao investigar a polissemia da representação do elemento indígena no imaginário europeu¹⁴⁸, Raminelli acabou por examinar algumas obras de pintores holandeses que estiveram na colônia no tempo da dominação flamenga, a exemplo dos casais tupi e tapuia de Albert Eckhout, pintados entre 1641 e 1643.

Na verdade, a temática do Brasil holandês foi tocada apenas tangencialmente na tese do historiador, mas mereceu um estudo aprofundado no capítulo que Raminelli escreveu para a coletânea organizada por Paulo Herkenhoff. No texto, intitulado *Habitus Canibal: os índios de Albert Eckhout*, publicado em 1999, verticalizou sua análise nas telas do pintor holandês. Na consideração do historiador, as pinturas sobre os tupis e os tapuias constituíram-se como verdadeiras “alegorias da guerra, da antropofagia e, sobretudo, da domesticação”¹⁴⁹.

Através das telas, são atribuídas uma série de características aos vários grupos indígenas que habitam a colônia no Seiscentos, dividindo-os e classificando-os conforme os olhares europeus. Desta maneira, Raminelli demonstrou como o pintor holandês, por meio de seu trabalho, participou na construção de imagens dicotômicas, especialmente nas representações do tapuia como canibal e do tupi como domesticado.

Embora a questão da ocupação neerlandesa do Brasil não fosse seu objeto de pesquisa *a priori*, Ronald Raminelli muito visitou o assunto em diversas obras. Um trabalho de grande fôlego do historiador, no qual o mesmo voltou a tratar do Brasil holandês pelas margens foi a obra publicada em 2015 com o título: *Nobrezas do Novo*

¹⁴⁸ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Edusp/Fapesp, Jorge Zahar, 1996.

¹⁴⁹ RAMINELLI, Ronald. “*Habitus canibal: os índios de Albert Eckhout*”. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional / Sextante Artes, 1999. p. 106.

Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Enfatizando os nobres radicados ou nascidos na América, Raminelli chegou à época da permanência neerlandesa através de suas pesquisas sobre as tentativas malogradas de nobilitação por parte de índios, mulatos e negros.

No caso dos índios, o historiador atentou para a prática da monarquia lusa de conceder hábitos das Ordens Militares aos chefes indígenas que defendessem suas possessões ultramarinas, o que originou, em grande medida, uma metamorfose dos tupis em cavaleiros, com foro especial na justiça e outros privilégios¹⁵⁰. Tal foi o caso de Antônio Felipe Camarão, valente chefe que lutou pelos portugueses nas guerras neerlandesas.

Em se tratando de guerra, o benefício foi estendido também aos casos específicos de bravos soldados negros, fossem escravos, forros ou libertos, como aconteceu com Henrique Dias que liderou o Terço dos negros durante a ocupação holandesa do Brasil¹⁵¹. Neste sentido, o historiador investigou trajetórias individuais de cavaleiros indígenas, a gênese da elite preta e o discurso racial pautado na exclusão social e religiosa. Ademais, a distinção conferida pelas mercês régias, os significados de tais ascensões, as formas de inserção e as barreiras no seio da sociedade colonial e o processo de reconhecimento por parte dos descendentes foram brilhantemente explorados por Ronald Raminelli na obra.

A respeito da dimensão religiosa, o historiador Marco Antônio Nunes da Silva defendeu, em 2003, a tese intitulada *O Brasil holandês nos cadernos do Promotor: Inquisição de Lisboa, século XVII*, na Universidade de São Paulo. Na pesquisa desenvolvida por Marco Silva, o enfoque foi na questão judaica e o envolvimento dos cristãos-novos dentro e fora do Recife holandês. Através do exame dos Cadernos do Promotor, o historiador investigou o funcionamento do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa nos territórios dominados pelos holandeses.

O recorte escolhido por Marco Silva partiu de uma discussão sobre o Humanismo e a Reforma e de uma análise a respeito do fenômeno do (cripto)judaísmo em Portugal. Em seguida, o historiador examinou as rotas de fuga da “gente da nação” e a formação da comunidade judaica de Amsterdã. Por conseguinte, Silva chegou até o território ocupado

¹⁵⁰ RAMINELLI, Ronald. “Malogros da nobreza indígena”. In: *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 135-174.

¹⁵¹ RAMINELLI, Ronald. “Militares pretos na Inquisição”. In: *Nobrezas do Novo Mundo. Op. cit.* p. 175-206.

pelos holandeses no Brasil, pensando a resistência judaica e as transgressões, sobretudo praticadas pelo clero católico na colônia.

De acordo com o historiador, apesar da apertada vigilância mantida pela Inquisição, uma espécie de criptojudaísmo foi praticado em abundância na colônia. Analisar a intensidade dessa prática na região dominada pelos neerlandeses, através das muitas denúncias encontradas na documentação desse período, foi um dos objetivos da tese. Ademais, Marco Antônio tratou da relação entre economia e religião, pensando a mobilidade judaica pelo território.

O trabalho, de qualidade impecável, descortinou uma série de fólios pertencentes a documentação inquisitorial ainda pouco estudados. Aprofundando o exame desta fonte, a pesquisa alargou a compreensão do papel da Inquisição no Brasil e seu funcionamento em tempos de dominação holandesa. Nas palavras do historiador:

“A Colônia mostrou-se desde cedo ser mais tolerante, e as adversidade impostas pela natureza acabaram por impor uma espécie de solidariedade invisível entre a população. Ferramenta fundamental para a Inquisição, a denúncia não teve aqui a mesma força que na metrópole, dificultando assim o trabalho dos representantes inquisitoriais designados para cuidar das almas destas terras de cá.”¹⁵²

Do geral para o particular, a tese de Marco Antônio Nunes da Silva é, também, recheada de casos individuais. Tratou-se da verticalização da atenção sobre trajetórias de judeus e cristãos-novos denunciados, interessando-se, mormente, pelos casos que não foram processados graças à riqueza de detalhes descritos. Desta forma, o trabalho de Silva iluminou a complexidade da sociedade colonial durante o período de dominação neerlandesa, a partir dos registros nos Cadernos do Promotor do século XVII.

Leonardo Dantas Silva, jornalista de ofício, historiador por vocação, com vasta produção sobre a história de Recife, também se dedicou a história da ocupação holandesa. A respeito da passagem dos flamengos no nordeste seiscentista, Dantas Silva publicou *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654*, em 2005. Uma obra que, embora tivesse pretensão de análise global, acabou por esmiuçar os acontecimentos do período histórico com riqueza de detalhes. Neste sentido, é esboçado um panorama amplo e, ao mesmo tempo, minucioso, apoiado em forte pesquisa documental do período, investigando a fundo a presença dos holandeses na capitania.

¹⁵² SILVA, Marco Antônio Nunes da. *O Brasil holandês nos Cadernos do Promotor: inquisição de Lisboa, século XVII*. 2003. 393p. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2003. p. 328.

A temática explorada por Dantas Silva enfatizou, especialmente, a dimensão da conquista, por parte dos holandeses, o incêndio de Olinda e o crescimento de Recife; a honrosa governança de Maurício de Nassau, retratando o Conde como um “renascentista no Brasil” e exaltando suas construções, palácios, jardins, a Cidade Maurícia, os pintores e os cronistas; a partida de Nassau e o início da derrocada, pensando na força dos insurretos e na restauração de Pernambuco como símbolo da derrota dos holandeses.

Examinando *Holandeses em Pernambuco*, escrito como uma espécie de coletânea de fascículos contando a história da capitania em capítulos menores, percebe-se que não há uma única perspectiva em relevo, pois o autor analisa tanto a dimensão política e religiosa, quanto à econômica e social, havendo espaço inclusive para a vida cultural e aspectos de natureza privada do cotidiano da população pernambucana seiscentista. Portanto, cada capítulo pode ser pensado como uma incursão cirúrgica do autor em temas monográficos.

Neste sentido, sobressaíram assuntos da mais absoluta relevância para uma história do período histórico em voga, como o açúcar e a civilização que o mesmo promoveu; a comunidade judaica e o estabelecimento da primeira sinagoga no continente americano; a vida difícil dos negros no Brasil holandês; a formação mestiça da sociedade; a multiplicidade de credos; as relações entre a Igreja e o Estado; o mito da tolerância; a vida privada e a promiscuidade do Recife; a primeira Assembleia; o Príncipe como um brasileiro e as amantes de Nassau; as primeiras imagens do Novo Mundo e as cores do Brasil; o manifesto dos insurretos; as batalhas desenvolvidas naquele tempo; o Pernambuco restaurado e os holandeses derrotados.

Enfim, muitas outras questões foram tocadas por Dantas Silva em sua obra gigantesca, mas uma análise, em particular, salta aos olhos. Trata-se da abordagem de Domingos Fernandes Calabar, cujo posicionamento seguiu a perspectiva inaugurada por Evaldo Cabral de Mello ao imaginar a condenação do mulato como uma queima de arquivo. Contudo, o interessante e, até certo ponto, original, é que a história de Calabar é contada juntamente a de outros desertores do período. Na consideração de Dantas Silva:

“Durante toda a guerra, segundo se depreende dos cronistas que escreviam no dia a dia, eram comuns as deserções de ambos os lados litigantes. A religião, a fome, as privações do corpo, a promessa de ganhos e a ausência de sentimento de pátria fizeram com que a mudança de lado se tornasse rotina, sendo praticada pelos mais diferentes indivíduos pertencentes às mais diferentes etnias e nacionalidades.”¹⁵³

¹⁵³ SILVA, Leonardo Dantas. “1635: Calabar e outros desertores”. In: *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654*. (Original de 2005) 2. ed. rev. e ampl. Recife: Caleidoscópio, 2011. p. 86.

No capítulo intitulado *1635: Calabar e outros desertores*, Dantas Silva abordou a trajetória de alguns trãsfugas que passaram tanto do lado dos portugueses para o dos holandeses, quanto aqueles que fizeram o caminho inverso nos tempos de dominação flamenga. Apoiado nas obras de Evaldo Cabral de Mello, quem listou, pela primeira vez, o rol dos culpados conforme procurou-se demonstrar, Dantas Silva elencou, entre os desertores, três figuras: a adesão de Calabar, o espião Verdonck e a dupla deserção do padre Manoel de Moraes¹⁵⁴.

Outro historiador bastante versado na temática do Brasil holandês é Ronaldo Vainfas que, em 2008, fez seu primeiro mergulho propriamente dedicado a tal período histórico. Guiado pelos estudos sobre a Inquisição Portuguesa, sobre os quais o historiador é especialista, Vainfas chegou ao intrigante caso do padre Manoel de Moraes nos processos do Tribunal do Santo Ofício. Tratava-se de um mameluco natural de São Paulo do final do século XVI que se tornou jesuíta por formação e por profissão de fé. Por ocasião da entrada das tropas holandesas em Pernambuco em 1630, Moraes servia como missionário na região.

Na história da conquista dos holandeses, o padre lutou ao lado da resistência portuguesa como capitão de emboscada, liderando guerreiros indígenas, até o ano de 1634, quando se tornou capitão das forças holandesas. Sem muito tardar, o ex-inaciano retirou-se da colônia e mudou-se para a Holanda, abandonando inclusive sua confissão religiosa em prol do calvinismo. Após oito anos entre os holandeses, tempo em que se casou e teve filhos, Manoel de Moraes fora acometido por uma crise de consciência que o levou de volta a Pernambuco, dedicando-se, a princípio, à exploração do pau-brasil. Na insurreição pernambucana, participou como capelão ao lado dos luso-brasileiros.

Apesar de processado e condenado pela Inquisição à revelia no ano de 1642, Moraes decidiu enfrentar o Tribunal do Santo Ofício com a esperança de ser perdoado por sua traição. O personagem foi preso em 1645, levado para Lisboa, novamente julgado e condenado, embora tenha conseguido penas consideravelmente mais leves que no seu primeiro processo. Respondendo aos interrogatórios, o mameluco ex-inaciano chegou a confessar a adesão ao calvinismo, mas omitiu a traição aos portugueses.

O personagem, escolhido a dedo pelo historiador, foi mesmo um homem ambíguo, que traiu, se converteu para o catolicismo e, ao que tudo indica, se arrependeu e voltou

¹⁵⁴ Foi a partir desde primeiro elenco enumerado por Leonardo Dantas Silva sobre os desertores do Brasil holandês, ainda que muito lacunoso, é preciso reconhecer, que a presente pesquisa partiu.

ao catolicismo. Capturado por Vainfas em seu contexto histórico à custa de uma exaustiva pesquisa documental que teve por eixo norteador as fontes inquisitoriais, a singularidade do personagem foi justificada pelo historiador em:

“Manoel de Moraes foi um grande personagem das guerras pernambucas, disso não tenho dúvida, e um protagonista especial dos dramas que flagelaram diversos homens na Época Moderna. Tempo em que a religião era decisiva para a construção de identidades coletivas e individuais.”¹⁵⁵

Desta maneira, a obra de Vainfas, intitulada *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*, representa um ícone da historiografia atual interessada no fatiamento do objeto do Brasil holandês. Entre a biografia e a micro-história, o historiador reconstruiu a trajetória do ex-inaciano em suas relações com a Companhia das Índias Ocidentais, a partir da qual é possível perceber a própria história das guerras pernambucas do açúcar como pano de fundo eminente. Assim, a trajetória do personagem é o centro da narrativa micro-analítica do período em que viveu.

Ao iluminar um personagem quase anônimo na historiografia sobre o período colonial, Ronaldo Vainfas acabou por trazer à tona aspectos pouco conhecidos a respeito da conjuntura histórica da ocupação holandesa no Brasil, desde questões políticas e administrativas, como a própria jurisdição da Inquisição em tempo de dominação holandesa, até características próprias da vida cotidiana no Recife holandês. Por isso, a obra possui capítulos inteiramente dedicados à história da ocupação flamenga, ampliando a escala de análise do personagem para o contexto.

De toda forma, a redução na escala que deu origem ao *Traição* talvez tenha se iniciado no interesse despertado pelos personagens desertores / colaboradores, uma lista encabeçada pelo próprio Calabar. Na comparação entre Manoel de Moraes e Domingos Fernandes Calabar, Vainfas considerou exagero pensar, como Frei Calado, que o primeiro fora mais traidor que o segundo, este tido como o “patriarca dos traidores”. Nas palavras do historiador: “na verdade, cada um traiu a seu modo e a seu tempo”¹⁵⁶.

A análise de tais personagens, tal como para Leonardo Dantas Silva, valeu um capítulo em particular na obra de Ronaldo Vainfas. No entanto, a lista elaborada por Vainfas é bem maior, uma vez que o historiador se moveu na perspectiva da traição para considerar os vários níveis de adesão, entre os âmbitos da deserção e da colaboração, como fora demonstrado páginas atrás.

¹⁵⁵ VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 333.

¹⁵⁶ *Ibidem.* p. 102.

Continuando a estudar o Brasil holandês pelas margens, Ronaldo Vainfas publicou sua segunda obra sobre o período em exame. Intitulada *Jerusalém Colonial*, o recorte, desta vez, enfatizou a participação dos judeus portugueses no contexto da ocupação holandesa do Recife. Nesta obra, publicada em 2012, o historiador analisou a diáspora pernambucana seiscentista como um capítulo da diáspora sefardita para a Holanda.

Deste modo, a história contada em *Jerusalém Colonial* iluminou a formação da comunidade judaica na América desde as primeiras levas migratórias que chegaram por volta de 1635 a 1637 até a procura por novas praças de comércio, movida, sobretudo, pelo início da insurreição pernambucana em 1645, episódio que terminou com a retomada do poderio português e, portanto, católico na região.

No tempo em que se estabeleceram no Brasil, os judeus portugueses da Holanda participaram ativamente das atividades comerciais da colônia, se inseriram nas redes administrativas do governo holandês, contaram com a complacência ambígua dos católicos e com as reclamações constantes dos calvinistas, ao mesmo tempo em que tentaram fundar as bases religiosas da prática judaica em território americano, através do que viria a ser primeira sinagoga.

Na obra, Vainfas construiu uma verdadeira história antropológica do judaísmo em Pernambuco, esmiuçando as relações estabelecidas no interior da comunidade judaica do Recife, as tensões e as disputas no espaço da sinagoga, o desenvolvimento socioeconômico dessa comunidade, as perseguições aos judaizantes após a restauração portuguesa de 1640 e as questões políticas relacionadas, sobretudo, com a administração nassoviana.

Ademais, é digno de atenção a temática das identidades fragmentadas, mais uma vez desenvolvida pelo historiador, agora pensando os judeus novos como homens divididos e o próprio drama de consciência oriundo da convivência com católicos e do medo de caírem nas malhas da Inquisição. É verdade que, segundo Ronaldo Vainfas, “Nenhum judeu ilustre do Brasil holandês foi processado pelo Santo Ofício, que não tinha como alcança-los”¹⁵⁷, uma vez que sua jurisdição era, em tese, relativamente restrita no território holandês.

No entanto, houve aqueles que chegaram a ser processados *in absentia* e mortos, simbolicamente, na fogueira, como demonstrou o historiador. Os principais casos de

¹⁵⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial*. *Op. cit.* p. 221.

judeus condenados pelo Santo Ofício e queimados em efígie ou em estátua dataram do início da insurreição pernambucana, ou de durante a guerra, denunciados por vizinhos que relataram o comportamento judaico nos tempos de liberdade holandesa.

Na construção de sua narrativa, novamente, o historiador intercalou a escala micro-histórica das trajetórias individuais e dilemas de fé à escala macro de uma história geral da presença judaica no Brasil nos tempos de dominação holandesa, uma abordagem plenamente inovadora entre os estudos do período. É preciso lembrar que a temática da presença de cristãos-novos e judeus portugueses em Pernambuco havia sido, com grande maestria, investigada pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello em *Gente de Nação*¹⁵⁸, considerado “livro seminal” para Vainfas.

Da obra de Gonsalves de Mello, publicada originalmente em 1989, sobressai a riqueza documental a partir da qual o historiador construiu uma história econômica e social e um dicionário biográfico dos judeus residentes em Pernambuco sob a dominação neerlandesa que foram publicados conjuntamente. A produção do historiador pernambucano foi, sem dúvida, uma grande fonte de inspiração para o trabalho de Vainfas, quem explorou, sob um ponto de vista histórico-antropológico, a questão da tolerância religiosa holandesa em relação aos judeus portugueses, partindo da obra de *Gente de Nação*¹⁵⁹.

“Uma história simultaneamente geral e antropológica”¹⁶⁰ ao articular as dinâmicas das redes comerciais sefarditas e as metamorfoses identitárias de cristãos-novos portugueses, eis o propósito de Ronaldo Vainfas em *Jerusalém Colonial*. É também por isso mesmo que a obra pode ser elencada na listagem da produção historiográfica atual, dedicada ao Brasil holandês que, a partir de recortes absolutamente originais, vem trabalhando com uma metodologia histórica atenta às particularidades do período, representando a proposta de fatiamento do objeto acima explicada.

A respeito do período histórico em análise, embora com a ênfase voltada para o espaço da Bahia, Pablo Antônio Iglesias Magalhães defendeu em 2010 na Universidade Federal da Bahia sua grande tese, em três volumes, intitulada *Equus Rusus: a Igreja Católica e as guerras neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. No primeiro volume, o

¹⁵⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. (Original de 1989) 2. ed. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1996.

¹⁵⁹ O próprio historiador registrou sua admiração pela obra de José Antônio Gonsalves de Mello na introdução de *Jerusalém Colonial*. Sobre *Gente de Nação*, Ronaldo confessou: “devorei a segunda edição, publicada em 1996 (a primeira se esgotou num piscar de olhos), e comecei meu namoro com o tema dos judeus na Nova Holanda”. VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial*. *Op. cit.* p. 10.

¹⁶⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial*. *Op. cit.* p. 11.

historiador dissertou a respeito de sua tese e nos demais volumes, constam anexos, a saber: um catálogo dos eclesiásticos que atuaram na Bahia durante as guerras neerlandesas elaborado pelo historiador e uma série de documentos da época compilados, além de cartas geográficas e imagens.

No trabalho, Pablo Magalhães investigou a atuação da Igreja Católica desde a chegada dos primeiros navios da Companhia das Índias Ocidentais. Analisando as narrativas produzidas no período, o historiador percebeu que a “invasão estrangeira” foi interpretada, à época, como punição divina. Em resposta, todas as instituições que representavam a Igreja no Recôncavo Baiano assumiram o papel de resistência às forças invasoras. Nas palavras de Magalhães: “A reação eclesiástica contra a expansão neerlandesa assumiu uma direção política, econômica e religiosa, que norteou as etapas da guerra no Atlântico Sul”¹⁶¹.

Em defesa do protagonismo das forças da Diocese da Baía de Todos os Santos na ofensiva contra o estabelecimento e a expansão das instituições holandesas em tempos de governo filipino, Pablo Magalhães revisitou episódios como o da Jornada dos Vassalos e extrapolou o exame da ocupação de Salvador pelos holandeses para analisar todo o período de permanência da WIC no Brasil. Neste sentido, as guerras neerlandesas foram divididas em duas fases: a guerra brasílica, desenvolvida de 1624 a 1625, efetivamente, na região da Bahia; e a identificada como guerra defensiva, que se estendeu no território das capitanias do Norte, de 1625 a 1654.

Guiado pela investigação das relações entre a guerra, o poder e a fé, Pablo Magalhães pesquisou nos arquivos ibéricos e do Vaticano a fim de verificar o papel da Igreja Católica enquanto uma importante unidade espiritual e uma decisiva unidade institucional no propósito de assegurar o domínio luso-católico no Atlântico Sul. Na colônia, fora a Igreja Católica, neste contexto, capaz de equilibrar suas tensões internas e direcionar seu poder contra os hereges holandeses, inimigos externos cuja intenção incluía, claramente, além da tomada do território e dos bens eclesiásticos, a profissão da religião reformada no Brasil.

A tese do historiador, que passou, também, pela análise dos sermões de Antônio Vieira, abriu espaço para a redução de escala ao nível individual, ao biografar o sétimo bispo do Brasil, D. Pedro da Silva e Sampaio. Figura muito ativa nos tempos das guerras

¹⁶¹ MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. *Equus Rusus: a Igreja Católica e as guerras neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. 2010. 3v. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, 2010. v. 1. p. 17.

neerlandesas, Silva e Sampaio chegou a ocupar os cargos de Inquisidor apostólico e de chefe da Diocese da Baía de Todos os Santos. Segundo Pablo Magalhães, deve-se à este bispo a infiltração do clero católico no terreno do Brasil holandês, eis o grande interesse na análise das suas facetas religiosa, política, estrategista e beligerante.

De toda forma, trata-se de um trabalho basilar pelo recorte do período em voga, ao sistematizar as ideias providencialistas e as atitudes anticalvinistas, apresentando a oposição do clero católico à dominação neerlandesa do Brasil, bem como as transformações pelas quais passaram as próprias instituições eclesiásticas na Bahia, marcadas pelo fortalecimento de suas economias e pela expansão de suas propriedades. De acordo com Magalhães, a consequência direta das guerras neerlandesas foi a ampliação do poder e da influência da Igreja Católica na colônia.

De fundamental importância é a produção de historiadores pernambucanos sobre a temática, desde a virada do século XXI. Muitos destes trabalhos são originários de pesquisas de doutoramento realizadas em Programas de Pós-Graduação do Brasil e da Holanda. É o caso de Rômulo Xavier Nascimento, cujas pesquisas sobre a administração do governador Maurício de Nassau (1637-1644) vêm chamando especial atenção da historiografia especializada.

A tese de Rômulo Nascimento, intitulada *O desconforto da governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês*, defendida em 2008 na Universidade Federal Fluminense, procurou demonstrar o caráter primordialmente administrativo preeminente na ocupação holandesa antes mesmo da vinda de Nassau. Deste modo, o trabalho desconstruiu a imagem da *pax nassoviana* tão consolidada pela historiografia clássica, revelando o perene clima de guerra e as crises constantes no período que foi tradicionalmente considerado como o apogeu da presença neerlandesa no Brasil, como demonstrado.

Para tanto, o historiador partiu da inserção dos neerlandeses no espaço atlântico ibérico e seguiu investigando a época que chamou de “Pernambuco Pré-nassoviano”, isto é, os aspectos do nascente governo holandês no Recife durante os anos de 1630-1636, quando a dominação flamenga começava a se organizar e a se estabelecer em meio à guerra, destacando o surgimento de um comércio incipiente entre portugueses e a Companhia e o papel da navegação. Por fim, Rômulo Nascimento analisou o tempo nassoviano revelando os problemas enfrentados pela administração do Conde, sobretudo, aqueles relacionados com as dificuldades de abastecimento dos holandeses devido à falta

de farinha para seus efetivos e aos conflitos ocasionados pelos poderes locais, mormente as câmaras dos escabinos¹⁶² em funcionamento em diferentes regiões da capitania.

Deste modo, o historiador descortinou um tema ainda pouco pesquisado: as relações entre as práticas administrativas da WIC e a conquista militar no Brasil, ou seja, os limites entre o governo e a guerrilha, não separando o tempo do Brasil holandês, estritamente, em momentos de paz e de guerra, uma vez que o historiador entendeu que ambas as realidades coexistiram.

Neste interim, é necessário perceber que a pesquisa que originou *O desconforto da governabilidade* apoiou-se em documentação neerlandesa, como a pertencente a Coleção José Higinio e em fontes luso-brasileiras, como as selecionadas do Arquivo Histórico Ultramarino. Pensar que nem tudo era guerra nos primeiros anos da ocupação flamenga e que não só de paz se fez a administração nassoviava trata-se, portanto, de uma perspectiva inovadora que confere grande contribuição à historiografia que estuda o período histórico.

Dentre essa nova geração de historiadores pernambucanos interessados na história da dominação holandesa seiscentista, identifica-se a contribuição de Bruno Romero Ferreira Miranda ao analisar os soldados da Companhia das Índias Ocidentais em seu *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*.

A obra, publicada em 2014, é resultado das pesquisas do historiador para sua tese, defendida em 2011 na Universidade de Leiden. Embasado em um grande corpus documental, cujo maior destaque são, sobretudo, as fontes administrativas da Companhia das Índias Ocidentais pesquisadas, principalmente, em arquivos holandeses, Bruno Miranda estudou a soldadesca que servia em armas à WIC.

Desta maneira, o historiador analisou a origem geográfica e social das tropas; delineou o perfil social dos recrutados e suas opções religiosas; examinou os motivos para o engajamento na Companhia, bem como as informações disponíveis a respeito do local de destino; investigou as condições da vida cotidiana dos militares no Brasil, pensando em suas obrigações, seus pagamentos, seus hábitos alimentares, suas carreiras e a possibilidade de ascensão e as doenças que os afligiam; e explorou as formas de

¹⁶² Rômulo Nascimento define as câmaras dos escabinos como uma “espécie de tribunais de justiça locais”. NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O “desconforto da governabilidade”: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. 2008. 319p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008. p. v.

resistência dos soldados aos seus superiores, esmiuçando as regras de conduta, a ordem, a indisciplina, as desordens, as deserções e os motins.

Neste interim, *Gente de Guerra* evidenciou a composição diversa e o cotidiano dos militares da Companhia no Brasil durante a dominação holandesa, uma temática que jazia uma grande lacuna na historiografia especializada neste período histórico. Ao enfatizar a participação do soldado-funcionário da WIC, Bruno Miranda acabou por desmontar uma série de construções historiográficas a respeito da questão militar e reinterpretar algumas das mais importantes batalhas travadas em solo colonial entre os luso-brasileiros e aqueles tradicionalmente considerados holandeses. Nas palavras de Bruno Miranda:

“Essa ‘Gente de Guerra’ foi enviada da Europa ao Brasil e de lá para as outras possessões da Companhia na África Ocidental. Também foi utilizada para muitas expedições militares e navais ocorridas no decorrer dos quase vinte e cinco anos de ocupação. Sem esses efetivos europeus – além dos indígenas hostis aos portugueses e escravos incorporados às forças auxiliares –, teria sido impossível a WIC ter se mantido por tanto tempo em um território achacado por uma guerra quase contínua, com exceção de um interlúdio igualmente violento durante o governo de Johan Maurits van Nassau-Siegen (1637-1644).”¹⁶³

Por isso, a obra do historiador pernambucano, seja pela qualidade de sua pesquisa, ou pela urgência na discussão do assunto recortado, tornou-se necessariamente obrigatória para todos os pesquisadores da história da ocupação holandesa no Brasil. Embora se constitua como um estudo completo da temática a que se propõe explorar, trata-se, pois, de mais um exemplo muito bem executado de investigação de uma porção substancial da história do Brasil holandês: a soldadesca da Companhia das Índias Ocidentais composta por quase 26 mil pessoas oriundas de uma multiplicidade de regiões da Europa.

Nesta mesma vertente de estudos com temáticas cirúrgicas dentro da grande história da ocupação holandesa do Brasil, evidencia-se o historiador pernambucano Daniel de Souza Leão Vieira, cujas pesquisas sobre as obras de Frans Post lhe renderam a tese intitulada *Topografias Imaginárias: a paisagem política do Brasil holandês em Frans Post, 1637-1669*, defendida em 2010 na Universidade de Leiden.

O trabalho do historiador partiu do argumento de que a paisagem é culturalmente construída por relações sociais e de poder para analisar as telas encomendadas por

¹⁶³ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 30.

Maurício de Nassau e pintadas por Frans Post. As pinturas da natureza brasileira seiscentista, segundo a pesquisa de Daniel Vieira, representavam o Brasil como uma Nova Holanda nos trópicos, parte de um projeto claramente colonial do governador dos holandeses, o Conde João Maurício de Nassau.

Particularizando os perfis topográficos do Brasil sob o olhar de Post, a tese do historiador pôs em diálogo a história do período propriamente em estudo, a geografia política, a corografia e a história da Arte, de modo que as imagens produzidas pelo pintor passaram a ser analisadas como cópias de uma paisagem pensada como realidade empírica. Para isso, Daniel Vieira procedeu a um exame iconográfico seguido de interpretação histórica, na qual as obras de Post foram interpretadas, também, à luz do nascimento de uma cultura visual de Pernambuco, investigando as relações entre a identidade nacional e as tensões regionais típicas dos anos de 1925 e 1937.

Como resultados, a pesquisa de Daniel Vieira revelou, com base no exame das pinturas de Frans Post, a existência de duas atitudes distintas, por parte dos holandeses, em relação ao Brasil¹⁶⁴: a relacionada aos interesses profundamente econômicos – presentes na maior parte das imagens – dirigidos, sobretudo, à produção de açúcar e ao comércio de escravos; e a atitude política ligada às expectativas de colonização do território sob posse da WIC e à representação do fracasso colonial – visível em algumas imagens produzidas no contexto pós-nassoviano – através de paisagens que marcaram as localidades brasileiras sob o signo da ruína.

Neste sentido, o historiador trabalhou com os conceitos de paisagem, espaço, lugar, arte, cultura visual, imaginário social e com a questão do outro em sua tese. Ao recortar o objeto das imagens produzidas pelo ponto de vista holandês durante a dominação neerlandesa seiscentista, a ênfase de Vieira centrou-se na história cultural, examinando figuras humanas, brasões e mapas para pensar as hierarquizações étnicas e os estágios de civilização, as equivalências geográficas, a exotização do outro, as liturgias de poder e a simbologia nassoviana.

Dentre os historiadores pernambucanos, recentemente, Kléber Clementino da Silva defendeu a tese intitulada *Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas*

¹⁶⁴ VIEIRA, Daniel de Souza Leão. *Topografias Imaginárias: a paisagem política do Brasil holandês em Frans Post, 1637-1669*. 2010. 365p. Tese (Doutorado em Humanidades) Universidade de Leiden, Faculdade de Humanidades, 2010. p. 328.

*seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul*¹⁶⁵. A pesquisa de Kléber investigou o discurso historiográfico ibérico a respeito da guerra travada contra os holandeses na América e na África Ocidental entre os anos de 1624 e 1654.

Centrada no aspecto discursivo, a tese de Kléber da Silva discutiu a recepção nos séculos XVIII, XIX e XX das “relações de sucessos” produzidas pelos luso-castelhanos sobre o conflito desenvolvido com os holandeses no Seiscentos enquanto gênero de escrita da história, chamado de “relação historial” pelo historiador. Deste modo, o objeto de estudo foram as narrativas sobre a guerra holandesa cujo alcance acabou por extrapolar o período propriamente de dominação neerlandesa.

A respeito dos recortes temáticos dentro da história da dominação holandesa no Brasil, podemos elencar ainda o historiador pernambucano Daniel Oliveira Breda. Estudando a participação judaica na história da ocupação flamenga, o mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Daniel Breda defendeu, em 2007, a dissertação intitulada *Vicus Judearum: os judeus e o espaço urbano do Recife neerlandês (1630-1654)*.

Partindo da relação entre as ligações econômico-sociais e a produção do espaço, o historiador investigou a contribuição da comunidade judaica à expansão urbana do Recife na época identificada como período neerlandês, compreendendo todo o momento de ocupação holandesa. Na verdade, o trabalho começou tratando do Recife antes da dominação flamenga e pensou a elevação do estatuto jurídico do local, reconhecido como cidade, capital do Brasil Neerlandês, sede do governo, centro econômico da Nova Holanda e base naval atlântica.

De acordo com as pesquisas de Breda, a cidade do Recife passou por muitas modificações, como explicita em: “Do espaço físico ao social, houve um esforço para o estabelecimento de padrões culturais neerlandeses no ambiente urbano”¹⁶⁶. No processo de produção deste espaço, é notório o engajamento da comunidade judaica Zur Israel, formada por civis particulares. Segundo o historiador, apesar desta inserção da comunidade judaica ter se dado através do perfilamento dos padrões de sociabilidade

¹⁶⁵ SILVA, Kléber Clementino. *Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul*. 2016. 277p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

¹⁶⁶ BREDA, Daniel Oliveira. *Vicus Judearum: os judeus e o espaço urbano do Recife neerlandês (1630-1654)*. 2007. 250p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, 2007. p. 9.

neerlandês, significou, ao mesmo tempo, um passo fundamental na emancipação dos judeus no âmbito da sociedade ocidental.

Deste modo, foram temáticas que atravessaram as pesquisas de Daniel Breda, circunscritas aos estudos sobre Recife: a cultura urbanística, a relação entre o público e o privado, a geografia moral, a diáspora sefardita no Atlântico, os judeus e o cotidiano, os judeus como agentes transnacionais, a identidade dos sefarditas atlânticos, o cemitério judaico, o judaísmo e a cultura escrita e a auto-regulamentação judaica.

No final do trabalho, o historiador defendeu o fato de terem sido os israelitas, fossem como comerciantes, senhores de engenho ou cobradores de impostos, fossem como tradutores ou espões, atores importantíssimos na construção da cidade, física, simbólica e politicamente. Foi, sobretudo, na condição de súditos neerlandeses que os judeus conseguiram dialogar com o governo da WIC e ser reconhecidos como cidadãos plenos de maneira absolutamente inovadora na história da comunidade judaica.

Após esboçar esta espécie de estado da arte da produção brasileira sobre o Brasil holandês, é preciso perceber que a historiografia da virada do século XX para o XXI, em comum, vem desenvolvendo pesquisas voltadas ao fatiamento do objeto maior em recortes micro-temáticos dentro da história da permanência neerlandesa no Brasil. É possível que esta escolha metodológica tenha impactos na ruptura das interpretações dicotômicas entre resistência e colaboração.

No entanto, salienta-se a significativa ausência de uma pesquisa que contribua decisivamente nestes termos, ultrapassando o velho contraste entre a resistência e a colaboração, especificamente, luso-brasileira, luso-espanhola ou mesmo mazomba¹⁶⁷, aos holandeses no século XVII. No sentido de tentar resolver esta lacuna historiográfica é que a presente pesquisa se insere, analisando as ambivalências dos índios, dos negros, dos religiosos, dos judeus portugueses, dos cristãos-novos e da açucarocracia em interação com os holandeses na sociedade colonial, conforme os capítulos que se seguem.

¹⁶⁷ A referência ao termo “mazombo” deve a obra de Evaldo Cabral de Mello intitulada *A fronda dos mazombos*, livro que examina o episódio conhecido na historiografia como Revolta dos Mascates. No trabalho, o historiador designa os filhos da terra como mazombos. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

Capítulo 3 – A infantaria natural da terra: índios e negros nas guerras pernambucanas

Tratar da complexidade social da História do Brasil Holandês não se constitui tarefa fácil. No entanto, é preciso partir de algum grupo social para analisar sua interação com os holandeses durante os anos de governo flamengo na capitania de Pernambuco. Pois bem, iniciar-se-á escolhendo os indígenas e os africanos, para questionar a tradição nativista¹ que interpreta a aliança das raças como causa do sucesso português na expulsão definitiva dos holandeses em 1654.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, negros, índios e mulatos formaram a chamada “infantaria natural” no Brasil Holandês, que chegou a totalizar 650 homens em 1648 e 700 em 1651². Devido ao seu grande número durante a fase da insurreição, o historiador considerou que a Restauração pernambucana foi feita, predominantemente, com colonos e naturais, portanto, a chamada “gente de guerra”.

Decerto, houve uma espécie de construção de um panteão restaurador, no qual elementos das várias etnias que lutaram contra os holandeses viram-se representados através de suas lideranças na guerra como parte de um projeto integrador dos vários grupos atuantes na Insurreição Pernambucana (1645-1654). No final:

“Alcançada à custa do sangue, vidas e fazendas dos colonos, a restauração forjou-se sobre a aliança dos grupos étnicos que compunham a população, não evidentemente em pé de igualdade, mas sob a direção da nobreza da terra e dos reinóis radicados na capitania.”³

A base do argumento nativista expõe o predomínio de gente da terra lutando na “Guerra da liberdade divina”, estandarte pelo qual ficou conhecido o período da insurreição pernambucana. De fato, os insurretos que compuseram os exércitos luso-brasileiros superaram, em número, às tropas de estrangeiros no evento.

¹ A tradição nativista refere-se, no caso pernambucano, ao movimento de autoafirmação, mormente setecentista, iniciado em meio ao conflito político ideológico da tentativa de Independência de Pernambuco, mas cuja gestação prolongou-se mesmo séculos depois da guerra dos mascates (1710-1711), baseado sobretudo na ética senhorial, ligada à terra, em oposição ao comportamento lusitano. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. “No Panteão Restaurador.” In: *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*. 3. Ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 183-215.

² MELLO, Evaldo Cabral de. “Gente de Guerra.” In: *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p. 177-220.

³ No imaginário construído sobre a Insurreição Pernambucana, gravita o mito de união racial segundo o qual a restauração de Pernambuco deve-se à aliança dos grupos étnicos distintos. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*. *Op. cit.* p. 183.

Apesar do historiador José Antônio Gonsalves de Mello afirmar que: “Muito negro, muito mulato e muito índio havia brigando, mas no exército pernambucano”⁴, o propósito do capítulo é vasculhar as fontes do período para demonstrar a existência de índios, negros e mulatos lutando ao lado dos holandeses, percebendo ainda que não foi apenas na fase restauradora que os nativos foram importantes.

Na verdade, índios, mamelucos, mulatos, negros constituíram uma gama de personagens centrais durante todo o Brasil Holandês. Disputados por cada lado da guerra, devido à posse de conhecimentos das táticas, dos caminhos da terra e do poder de diálogo, foram homens que souberam jogar no contexto conflitivo da capitania de Pernambuco seiscentista. Por isso, resta-nos investigar a relação dos holandeses com os índios e os negros e a atuação de alguns homens que ofereceram sua colaboração segundo seus interesses particulares, motivos os quais levaram às mudanças de lado.

Neste sentido, perceber que índios e negros compuseram o cenário do Brasil Holandês não apenas como partícipes, mas também como protagonistas dos eventos que se sucederam desde a primeira tentativa dos holandeses de conquista da Bahia, em 1624, significa perceber que a aliança com os portugueses não era óbvia, nem foi predominante o tempo todo. Do contrário, esses homens escolheram seus aliados, alguns preferindo unir-se aos holandeses, ligação fundamental para o domínio flamengo no Brasil ter se expandido por vinte e quatro anos no século XVII.

3.1 – A aliança entre indígenas e neerlandeses no Brasil Holandês

Desde o início, a atitude holandesa em relação aos índios do Brasil colonial embasou-se em uma política de alianças com as tribos, através da qual os novos dominadores conseguiam informações sobre os caminhos e as riquezas minerais daquelas terras, como contou José Antônio Gonsalves de Mello⁵. Segundo recentes pesquisas de Mark Meuwese⁶, as relações entre os neerlandeses e os ameríndios durante os anos do Brasil Holandês se caracterizaram por um amplo processo de trocas.

⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. “A situação do negro sob o domínio holandês”. In: FREYRE, Gilberto. *Novos Estudos Afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. p. 201-221. p. 206.

⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

⁶ MEUWESE, Mark. *For the Peace and Well Being of the Country : intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Netherlands and Dutch Brazil, 1600-1664*. Tese PhD., University of Notre Dame, EUA, 2003.

O contato inicial entre os potiguaras e os holandeses em Salvador foi de tal modo profícuo que a esquadra neerlandesa do burgomestre de Edam, Boudewijn Hendrickzoon regressou em 1625 levando seis índios a bordo, cujos nomes são conhecidos graças aos escritos do importante geógrafo e diretor da WIC, o flamengo Joannes de Laet⁷, quem mencionou a constância dos encontros entre os viajantes holandeses e os índios da costa colonial. Eis os potiguaras que embarcaram rumo as Províncias Unidas: Gaspar Paraopaba, André Francisco, Pedro Poti, Antônio Guiravassauai, Antônio Francisco e Luís Gaspar.

Em represália ao acolhimento indígena aos holandeses em Acajutibiró ou Tibiracaiatuba, também conhecida como Baía da Traição, um grande número de potiguaras foram massacrados pelos portugueses⁸. Quanto aos refugiados transportados da Paraíba para Amsterdã em 1625, passariam uma temporada de cinco anos na Holanda, período no qual aprenderam a língua holandesa e se converteram ao calvinismo.

Embora o interesse holandês nesses ameríndios estivesse relacionado às motivações do romantismo naturalista da época⁹, o fato é que tais indígenas desempenharam um papel muito mais importante, tanto em terras flamengas, onde receberam educação e instrução religiosa, chegando a transitarem nos meios universitários em Leiden e no mundo dos negócios; quanto em território colonial, onde prestaram serviços à WIC de tradutores e de poderosas lideranças locais¹⁰.

Antes mesmo da entrada em Pernambuco, os holandeses já haviam proclamado o direito dos índios à liberdade, fossem aculturados ou não, deixando-os livre de qualquer sujeição. Tal princípio encontra-se na constituição do Brasil Holandês, reafirmado nos seus regulamentos de 1629, 1636 e 1645¹¹. A recomendação geral do Conselho dos XIX em todas as missivas enviadas era bastante clara nesse sentido:

“Resolvemos e temos por decidido que brasiliano algum que anteriormente tenha sido escravizado pelos portugueses (por ódio pela guerra que lhes

⁷ DE LAET, Joannes. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636* (original de 1664). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916-25.

⁸ Informações segundo VAINFAS, Ronaldo. “O Plano para Bom Governo dos Índios: um jesuíta a serviço da evangelização calvinista no Brasil Holandês.” *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica* – n. 27-2, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. Cit.* p. 208.

¹⁰ Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de Amsterdã, 30 de outubro de 1631, na qual os Diretores consideravam que os índios “receberam de nós muitas finezas e ficaram conhecendo o nosso governo, a vida civil e a nação”, assim sendo “devem ser empregados a serviço da Companhia.” Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. Cit.* p. 209.

¹¹ “Regimento do governo das praças conquistadas ou que foram conquistadas nas Índias Ocidentais”, tradução de José Higino, in *RIAP* n. 31, Recife, 1886, p. 292, item 10.

movemos ou porque tenham os brasileiros nos favorecido) deverá permanecer em escravidão, mas onde um for encontrado em tal situação deverá ser posto em liberdade.”¹²

Portanto, apesar de terem perdido Salvador, os holandeses conseguiram estabelecer uma boa relação com os índios locais da tribo Potiguara. Segundo Frans Leonard Schalkwijk¹³, foram mesmo estes brasileiros¹⁴ que escolheram o lado holandês como libertador da submissão portuguesa. De acordo com o historiador predicante, ao viverem entre os holandeses, os indígenas podiam gozar de todos os direitos humanos conhecidos à época, apesar da elevada taxa mortalidade que pode ser explicada pelas doenças e pelos conflitos com os portugueses, que dizimaram os nativos.

Tendo iniciada a guerra de conquista em 1630, foi um tapuia do Rio Grande apresentar-se ao governo de Recife, em outubro de 1631, oferecendo a colaboração de dois chefes da sua tribo, Nhanduí e Oquenou. Segundo a crônica do humanista holandês Gaspar Barleus, os tapuias tornaram-se valiosos aliados dos holandeses e tradicionais inimigos dos portugueses: “É célebre no Brasil Holandês o nome dos tapuias, por causa do seu ódio aos portugueses, das guerras com os seus vizinhos e dos auxílios mais de uma vez prestados a nós. Habitam o sertão brasileiro, bastante longe do litoral.”¹⁵

Nessas comunicações entre os tapuias e os flamengos, serviram como línguas, isto é, intérpretes, aqueles brasileiros educados na Holanda, os quais regressaram ao Brasil Colônia em 1631. Entre tais índios, destacaram-se Pedro Poti, primo de Felipe Camarão, e Antônio Paraopaba, ao desempenharem relevante papel como lideranças indígenas dos holandeses, sobretudo após 1645, como será visto.

Como política adotada pela WIC, pode-se perceber que a aliança com as tribos nativas se fazia fundamental para a conquista e a manutenção do território pelos

¹² Carta do Conselho dos XIX ao conde e Supremo Conselho datada de 18 de abril de 1642. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. Cit.* p. 216.

¹³ SCHALKWIJK, Frans Leonard. “Índios protestantes no Brasil Holandês.” *História Viva*. Nº 04. Ed. Duetto. São Paulo, 2004.

¹⁴ O termo “brasilianos” designa-se a denominação dada pelos holandeses às tribos aculturadas. Em contrapartida, o designativo “Tapuias” refere-se aos moradores autóctones do Brasil resistentes ao jugo colonial. Vide SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Op. Cit.* Para uma análise da distinção entre tapuias e tupis, bem como de suas representações enquanto selvagens e domesticados, respectivamente, pelos registros iconográficos batavos contemporâneos ver CHINCANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. “Os tupis e os tapuias de Eckhout: o declínio da imagem renascentista do índio.” *Revista Varia História*, vol. 24, n. 40, p. 591-612, Belo Horizonte, jul.-dez. 2008.

¹⁵ BARLEUS, Gaspar. *História dos Feitos Recentemente Praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974. p. 206.

neerlandeses, cujo valor militar dos indígenas fora percebido pelo coronel Jonckheer Dierick van Waerdenburgh desde o início, ao considerá-los valentes soldados.¹⁶

Por isso, uma das preocupações constantes da WIC era a atração e a conservação da amizade com os brasileiros e com os tapuias. O próprio governador Maurício de Nassau reconheceu em um de seus relatórios:

“[...] da amizade dos índios depende em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil e que se tendo isto em vista deve-se-lhes permitir conservar a sua natural liberdade, mesmo aos que no tempo do rei da Espanha caíram ou por qualquer meio foram constringidos à escravidão, como eu próprio fiz, libertando alguns. [...] Se agirmos de modo contrário, mantendo-os como escravos, é de esperar que seguirão o exemplo dos do Ceará e das Salinas; atacam os moradores do interior, tornarão os caminhos inseguros, sem que se possa impedi-los nisso.”¹⁷

No entanto, se em relação aos brasileiros a política da WIC era bastante clara, como demonstrou as palavras de Nassau; havia certo impasse do modo de relacionar-se com os tapuias, como expõe Gonsalves de Mello ao analisar os relatos dos *commandeurs*¹⁸ que fizeram consultas ao Conselho Político a respeito do tratamento a ser dado a este grupo. A resposta das autoridades neerlandesas recomendava expressamente que fossem presenteados os tapuias, a fim de agradá-los e conquistar sua confiança. Assim, a Companhia das Índias se empenhou como pode para manter a amizade tanto dos tupis quanto dos tapuias.

Para o exercício desta política de aproximação especialmente das lideranças indígenas, a WIC procurou levar homens de várias partes da Europa para se embrenharem nas matas e se misturarem aos índios, como os exemplos: Jacob Rabe, Roelof Baro, Pieter Persijn, Jacob de Groot e Johan Listry¹⁹. Ao compartilharem suas vidas com os nativos, alguns europeus casaram-se com índias, casos de Jacob Rabe e Doncker²⁰; embora esta forma de união não tenha sido muito bem aceita por alguns predicantes calvinistas que desenvolveram trabalho missionário junto aos brasileiros do Brasil Holandês.

Segundo Schalkwijk, a empatia dos holandeses pelos indígenas não pode ser avaliada apenas pela necessidade de apoio militar nas guerras, mas por partilharem de um

¹⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 209-210.

¹⁷ Relatório do Conde de Nassau aos Estados Gerais, sem lugar nem data, apresentado em sessão de 27 de setembro de 1644. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 210.

¹⁸ Os *commandeurs* eram os encarregados de contratar o serviço dos índios para a WIC nas aldeias. Conforme. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 211.

¹⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 211.

²⁰ SOUTO MAIOR, Pedro. “Fastos Pernambucanos”. *RIHGB*, tomo LXXV, Parte I, Rio de Janeiro, 1913, p. 399.

sentimento de opressão em relação aos ibéricos²¹. De todo modo, pode-se perceber a presença de forte caráter religioso nas alianças estabelecidas, sobretudo porque a religião serviu como meio pelo qual os holandeses consolidaram seu domínio e sua união com os indígenas.

Neste terreno, pode-se afirmar que os protestantes se dirigiram aos indígenas, principalmente em relação aos brasileiros, com duplo objetivo: o de combater a cultura tradicional e o de reorientar a cristianização dos índios. Mediante tais propósitos, a Igreja Reformada acabou por utilizar um sistema de aldeamento muito próximo ao católico, sendo paradoxo observar, que a catequese dos brasileiros visava desconstruir a missão jesuítica enquanto operava sobre bases inacianas²². De modo que a evangelização calvinista funcionou como um instrumento de aliança política com fins militares²³.

Portanto, a decisão de iniciar os trabalhos missionários calvinistas foi assumida na reunião do conselho eclesiástico da Igreja Reformada do Recife, que dirigiu uma carta ao Presbitério de Amsterdã. De acordo com Schalkwijk, o “Consistório de Fernambuco” solicitava oito “proponentes” aptos para o pastorado e para a aprendizagem da língua brasileira, além de professores primários. Em resposta à missiva, os Dezenove Senhores aceitaram apoiar o trabalho missionário, rejeitando apenas a sugestão de embarque de jovens brasileiros para a Holanda.

No trabalho missionário, destacaram-se os predicantes reformados Joahanes Eduardous, Thomas Kemp, Dionisio Biscareto, Gilbertus de Vau e Vicente Soler. Tratavam-se de ministros do calvinismo que se ocuparam da pregação diária aos soldados da WIC. Portanto, pode-se perceber que a Companhia das Índias estimulou e financiou uma verdadeira política de catequese dos índios, compartilhando certos interesses com as autoridades eclesiais da Igreja Reformada, embora nem sempre concordassem sobre alguns aspectos relativos à sua condução.

Nos aldeamentos indígenas, foram 160 predicantes empregados nas funções de pastores, professores e consoladores entre 1630 e 1654²⁴. Com base em seus estudos,

²¹ SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Op. Cit.*

²² A análise da tradução do jesuitismo ao calvinismo foi objeto de estudo da tese de Maria Aparecida Barreto Ribas. Ver: RIBAS, Maria Aparecida Barreto. *O leme espiritual do navio mercante: a missão calvinista no Brasil Holandês*. Tese de doutorado em História defendida pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

²³ VAINFAS, Ronaldo. O Plano para Bom Governo dos Índios. *Op. Cit.* p. 151-152.

²⁴ *Ibidem*.

Schalkwijk considerou que a evangelização dos indígenas não era uma preocupação apenas da igreja reformada, como também do próprio governo holandês, o qual apoiou o trabalho missionário por considerar necessária a colaboração indígena na luta contra os portugueses. Ao lidar com índios já cristianizados, a missionação calvinista precisou realizar uma nova conversão que se baseava no duplo objetivo de combater os resíduos da cultura tradicional destes nativos e de reorientar sua cristianização segundo os valores do Catecismo de Heidelberg²⁵.

Nesta matéria, o padre Manoel de Moraes foi um dos que forneceu um valioso auxílio aos holandeses²⁶. A partir de sua rendição na Paraíba em 1634, o padre passou a atuar como consultor da WIC a respeito das estratégias evangelizadoras dos brasileiros. Por ter uma formação jesuítica, Moraes proveu informações relevantes sobre a população indígena e o mapeamento completo das aldeias do Brasil Holandês²⁷, chegando a propor um *Plano para o Bom Governo dos Índios* em 1635.

De acordo com o Plano criado por Manuel de Moraes, foram recomendadas diferentes formas de tratamento aos indígenas e aos negros; enfatizando a liberdade indígena e a estratégia de preparação de índios para os ofícios de tradutores e regedores; e indicando a política de aproximação com as lideranças indígenas, o aprendizado da língua tupi, a prioridade da evangelização dirigida às crianças e a total exclusão dos jesuítas. A proposta funcionava como um legítimo projeto evangelizador neerlandês.

O Plano foi preparado pelo padre Manoel durante sua estadia na Holanda e chegou a ter a sua utilização recomendada por um dos diretores da WIC, o Joannes de Laet. Apesar de alguns impasses acerca da adoção do projeto elaborado pelo ex-jesuíta, Vainfas reconheceu que seu plano parece ter sido seguido em muitos aspectos, sobretudo quanto à preservação da liberdade dos índios e ao provimento de lideranças²⁸. A recomendação da preparação de tradutores e de regedores nativos também atesta o êxito do projeto, como se verá no episódio da assembleia dos capitães indígenas organizada em 1645.

A partir da queda do Arraial do Bom Jesus, em junho de 1635, o exército luso-hispano-brasileiro não conseguiu manter por muito tempo a resistência aos holandeses,

²⁵ SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Op. Cit.*

²⁶ A ênfase na atuação do personagem e de sua passagem para o lado holandês, colaborando com a WIC, será dada no quinto capítulo deste trabalho.

²⁷ Informações registradas pelo cronista Joannes de Laet. Ver: LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636* (original de 1644). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916-25.

²⁸ VAINFAS, Ronaldo. O Plano para Bom Governo dos Índios. *Op. Cit.* p. 158-160.

passando o domínio sobre o centro de produção açucareira às mãos da WIC. Assim, terminava a “guerra de resistência”²⁹ marcada pelo avanço da conquista flamenga e pela fragilidade da defesa portuguesa entre 1630 e 1636.

A partir de 1637, o Brasil Holandês foi governado pelo Conde João Maurício de Nassau-Siegen. Nesse período nassoviano, os calvinistas Vicente Soler, chefe dos predicantes franceses do Recife, e David à Doreslaer, jovem pastor na Paraíba, desenvolveram atividades ligadas ao presbitério, reunindo-se para a purificação do corpo e para a convenção missionária.

Na reunião de 1638, os índios da Paraíba pleitearam seu próprio predicante, pedido atendido pelo presbitério que indicou Doreslaer. Neste sentido, a Igreja Reformada decidiu, também, inserir professores falantes da língua espanhola para ensinar velhos e jovens a ler e a escrever e para dar instrução sobre a religião cristã³⁰.

O governador Nassau procurou seguir as recomendações da WIC quanto à manutenção da amizade com índios, atraindo os “quereris” que habitavam próximo ao rio São Francisco e seduzindo os cariris e os goianases para a defesa da fronteira Sul, além de conservar o apoio dos tapuias de Nhanduí no Rio Grande. Ademais, o conde entregou a missão de aproximar-se das tribos situadas a oeste da colônia a um holandês de Amsterdã chamado Roelof Baro. Desta maneira, Baro seguiu em direção ao sertão em 1643 incumbido de descobrir e envolver-se com os waipebas e os caripatous, nações das quais recrutou alguns índios para levá-los ao Recife³¹.

Preocupado com os abusos cometidos pelos *commandeurs* aos indígenas, Nassau nomeou um chefe geral para os brasileiros. O primeiro a ocupar o cargo foi Wilhelem Doncker, casado com uma índia, designado em 1639 para dirigir os índios e o governo das aldeias. A Doncker, deve-se um precioso recenseamento dos índios aliados aos holandeses, exceto os tapuias³².

Além de Doncker, outros holandeses casaram-se com indígenas, são os casos de Gerard Barbier, Rabe e Jacob Kint³³. Entretanto, Gonsalves de Mello adverte que tais uniões, mormente conduzidas por *commandeurs*, chefes de aldeias, mestres-escolas e aventureiros, foram causa de deportação, como no exemplo de Gaspar Beem. Portanto,

²⁹ Denominação segundo MELLO, Evaldo Cabral de. Olinda Restaurada. *Op. cit.* p. 13.

³⁰ Informações segundo SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Op. Cit.*

³¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 212-3.

³² O documento foi publicado no relatório de Adriaen van der Dussen, datado de 10 de dezembro de 1639.

³³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 220.

pode-se pensar que o enlaçamento de tais povos nunca foi completamente tolerado tanto pelo Supremo Conselho quanto pelo Conselho Eclesiástico, restringindo as relações apenas ao nível da aliança militar, ao menos em termos de autorização formal.

Os serviços missionários calvinistas, que incluíam a pregação, a educação, a produção de literatura e o ministério diaconal³⁴, obtiveram grande êxito, como testemunhou Nassau sobre o trabalho do pastor Doreslaer no sul da capitania da Paraíba, onde os índios enxotaram os padres por não mais tolerá-los em suas aldeias. O relato é extremamente significativo por mencionar uma expulsão de religiosos motivada pelos próprios indígenas, mesmo tendo os párocos católicos autorização formal dos holandeses para permanecerem no território, cujo direito de liberdade religiosa fora afirmado no Acordo da Paraíba.

Entretanto, deve-se destacar que o documento exclui os jesuítas, os quais, expulsos do território em 1636, foram deportados para as Índias de Castela, Portugal, Espanha ou transportados como prisioneiros para a Holanda. Além da grande resistência apresentada por parte destes religiosos à presença holandesa desde o tempo das investidas de 1625 contra a Bahia, a expulsão dos jesuítas pode ser explicada pelo perigo real que tais religiosos representavam à estabilidade do domínio batavo, uma vez que possuíam elevado grau de influência sobre os indígenas, obtido graças aos trabalhos de missionação inaciana. Por isso, Vainfas afirmou que “Companhia das Índias e Companhia de Jesus eram instituições rivais que não poderiam ocupar o mesmo espaço.”³⁵

No Presbitério de 1637, os questionamentos a respeito dos batismos de brasileiros e africanos foram resolvidos a partir da aceitação, por parte da Igreja Cristã Reformada, dos batismos realizados pela Igreja Católica Romana. O problema residia quando se tratavam de crianças brasileiras, pois o sinal da graça somente era concedido àquelas cujos pais professassem publicamente a sua fé em Jesus Cristo³⁶.

No relatório de 1638, o predicante Doreslaer informou que os brasileiros frequentavam os cultos de oração, cânticos e pregação e atendiam às admoestações³⁷. Ao

³⁴ O ministério diaconal ou de assistência social esboçava a preocupação dos predicantes com a saúde dos indígenas. Neste interim, destacam-se a questão do envio de brasileiros em expedições, o que foi proibido pelo governo holandês do Recife após insistência do Presbitério; e a situação matrimonial caótica, que resultou em projetos de reconciliação ou divórcio legal e até na lei do ventre-livre de 1645 para os casos de filhos de uma união entre escravos africanos e indígenas. Cf. SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Op. Cit.*

³⁵ VAINFAS, Ronaldo. O Plano para Bom Governo dos Índios. *Op. Cit.* p. 153.

³⁶ Talvez por esse motivo, Schalkwijk encontra pequena quantidade de registros de batismos de filhos de índios nos livros da Igreja Reformada. Cf. SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Op. cit.*

³⁷ SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Op. cit.*

comunicar ao presbitério sua dificuldade em atender a região, o pastor passou a contar com os serviços do inglês Johannes Eduardus, pastor transferido de Serinhaém que ficou responsável por um trabalho semelhante ao desenvolvido por Doreslaer, nas aldeias de Itamaracá, ministrando aulas de preparação para a pública profissão de fé.

Assim, o projeto de missionação calvinista, trabalhando particularmente com tabajaras e potiguaras, empenhou-se, primeiramente, na preparação de tradutores, tarefa iniciada já na Holanda em 1625, com a conversão do grupo de Potiguara. Ao perceberem a necessidade de um catecismo, os predicantes do Brasil concluíram as “Instrução Simples e breve da palavra de Deus nas línguas brasiliana, holandesa e portuguesa, confeccionada e editada por ordem e em nome da Convenção Eclesial e Presbiterial no Brasil” em 1640³⁸.

O “Catecismo Tupi” – como o texto ficou conhecido – parecia se tratar de uma adaptação simplificada do Catecismo de Heidelberg na sua versão castelhana de 1628³⁹. A iniciativa de elaboração de um catecismo voltado à missionação calvinista na Nova Holanda deveu-se a um enorme esforço da Igreja Cristã Reformada para entregar aos índios a mensagem bíblica, em sua própria língua. Apesar das divergências entre a aprovação da WIC e a reprovação pelo Presbitério de Amsterdã, o texto foi impresso em 1641 e enviado ao Brasil para ser utilizado na catequese de brasileiros.

A respeito da polêmica aceitação do “catecismo tupi”, pode-se perceber a tensão entre a Igreja Reformada e o Estado, representado pelos interesses da Companhia das Índias, acerca da responsabilidade missionária pelas colônias. As divergências revelam, assim, o temor dos possíveis desvios relativos à doutrina cristã reformada⁴⁰ mediante a concessão de um catecismo trilingue.

O primeiro professor evangélico entre os índios foi o espanhol Dionísio Biscareto, nomeado para Itapecerica, maior aldeia da região de Goiana; seguido pela indicação do inglês Thomas Kemp para as aldeias paraibanas, com ênfase sobre a de Massurepe. A política da WIC incluiu o envio de professores evangélicos acompanhados de suas famílias para misturarem-se aos brasileiros no cotidiano das aldeias e ensiná-los, assim,

³⁸ Ibidem.

³⁹ Infelizmente não restou sequer um exemplar do documento nos arquivos de Amsterdã, Haia, Leiden e do Recife para que possa ser examinado. Cf. VAINFAS, Ronaldo. O Plano para Bom Governo dos Índios. *Op. Cit.* p. 151-2.

⁴⁰ A doutrina cristã reformada da República das Províncias dos Países Baixos estabelecida no Sínodo Nacional de Dordt em 1619 ancorava-se nas três “fórmulas da união” da Confissão Neerlandesa, do Catecismo de Heidelberg e dos Cânones de Dordt. SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Op. Cit.*

a língua holandesa e os “costumes civis”⁴¹. Contudo, o historiador Schalkwijk observou que provavelmente os holandeses aprenderam o tupi antes de os brasileiros aprenderem o flamengo.

No ano de 1640 ainda, ocorreu a primeira Ceia do Senhor na Paraíba, reunindo índios de várias aldeias. Neste momento, foi iniciado o trabalho que Schalkwijk chamou de “brasilianização”, idealizado pelo predicante Soler, e que concerne na nomeação de alguns brasileiros capazes de instruir os índios como professores da aldeia, mediante o pagamento de um soldo equivalente a um cabo do exército. Desta forma, no início de 1641, dois professores indígenas já estavam trabalhando na igreja evangélica da América do Sul: José Gonsalves e Melchior Francisco.

A partir de então, muitas aldeias pediram à Igreja Reformada os seus próprios obreiros, mas a dificuldade para achar pessoas instruídas predominava nas mãos dos predicantes. Antes mesmo do início da revolta de 1645, ocorreu a primeira grande assembleia indígena em Itapecerica, na capitania de Itamaracá, reunindo cerca de 120 chefias, entre capitães de aldeia, tenentes, alferes, adjuntos e regedores, de acordo com Schalkwijk.

Contudo, as atas da assembleia, registradas nas *Notulen van Brasilië*, demonstram a confirmação de importantes privilégios ou direitos dos índios do partido holandês, sancionados pelos Dezenove Senhores, entre eles: a liberdade dos índios; a manutenção de mestres-escolas e pastores para a doutrina da religião reformada; a organização de três câmaras nas aldeias de Itapecerica e o provimento de lideranças indígenas no seu respectivo governo. Para a função de regedor⁴², três índios foram designados, a saber: Pedro Poti para a câmara da Paraíba, Antônio Paraopaba para a câmara do Rio Grande e Domingos Carapeba para a câmara de Itamaracá. Ao servirem à WIC, os índios potiguaras tornaram-se, então, legítimos funcionários do Estado Holandês.

O relatório do alto conselheiro da Companhia, Adriaen van der Dussen, datado de 1640, traz uma lista completa das aldeias indígenas submetidas à dominação holandesa, através da qual é possível conhecer o nome de seus capitães colaboradores. No documento são citados: Antônio Pirababa, provavelmente, Paraopaba, da Aldeia de Aabaú, localizada

⁴¹ Em alguns casos, procedeu-se o ensino de trabalhos manuais e de artes úteis, o que, segundo Gonsalves de Mello, teria sido a melhor política educacional adotada pelos holandeses e oferecida aos indígenas. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. Cit.* p. 224.

⁴² O cargo de regedor tratava-se de um capitão-mor ou governador dos índios, com honras de general, cujas forças ao seu comando corresponderiam a um regimento, denominado “terço” entre os portugueses. Definição segundo SOUTO MAIOR, Pedro. “Fastos Pernambucanos”. p. 402.

em Goiana; Pedro Poty da Aldeia de Masurepe, localizada na Paraíba; Francisco Arandoya da Aldeia Jargau, também na Paraíba; e Francisco Palety da Aldeia Pontal, ainda na Paraíba⁴³.

O relatório revela ainda que, além dos índios, muitos foram os neerlandeses que se ocuparam pessoalmente do comando militar de indígenas, como foi o caso: de uma aldeia em Alagoas que possuía Heindrick Taffel como capitão; de outra em Una, onde Pieter Michielsz ocupou tal função; da Aldeia São Miguel dirigida pelo Capitão Duynckercker; da Aldeia Tapisserama, cujo Capitão Herman Herdrincksz respondia sobre; da Aldeia Tapisserica, sob responsabilidade do Capitão Reynier Meins; da Aldeia Cassare, que contava com o Capitão Florins Simonsz; da Aldeia Butagui com o Capitão Henrich de Vries; da Aldeia Tapuia com o Capitão Jan Gerritz; das Aldeias Jaocque e Pindaúna com o Capitão Tonis Claensz; da Aldeia Goiana com o Capitão Jacob Pietersz; da Aldeia Parari com o Capitão Willem Jansz; da Aldeia Monpabu com o Capitão Davidt Loeman; da Aldeia Tapupe com o Capitão Dirckmulder; e da Aldeia Tapiop com o Capitão Jan Alders.

No plano político, a sucessão de Nassau em 1644 por uma junta composta por três membros do Alto Conselho Holandês, como vimos, levou a conspiração luso-brasileira a tomar vulto, sobretudo pela cobrança das numerosas dívidas por parte da WIC. Contudo, o plano de rebelião vazou graças aos contatos de um dos conspiradores, Sebastião de Carvalho, com o senhor de engenho cristão-novo Fernão do Vale, aliado flamengo que enviou carta anônima relatando um plano de golpe ao governo holandês através do médico e comerciante judeu Abraão de Mercado. Fracassando a conspiração, os rebeldes passaram ao plano de insurreição em junho de 1645.

O período da insurreição pernambucana autoproclamou-se “a guerra da liberdade divina”, uma guerra voltada à expulsão dos holandeses com o estandarte católico, mas que foi antes de tudo, “uma rebelião de devedores insolventes”⁴⁴, nas palavras de Vainfas, cujo saldo foi a vitória portuguesa e reabilitação das capitanias açucareiras do Norte da América Portuguesa. De qualquer forma, a Restauração Pernambucana ficou marcada pelo uso crescente de recursos da terra, como uma empresa predominantemente local,

⁴³ “Documento 6: Relatório sobre o Estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). Fontes para a história do Brasil holandês: *a economia açucareira*. v. 1. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes / Companhia Editora de Pernambuco, 1981. p. 185.

⁴⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 332-3 e 340-1.

incluso no efetivo militar com a experiência colonial dos chefes⁴⁵, cujas tropas luso-brasileiras contavam majoritariamente com homens livres, índios e africanos residentes nas capitanias açucareiras do Norte.

Deste modo, pode-se considerar que a restauração serviu mesmo como teste final à política governamental e à missão reformada do Brasil holandês, bem como à fidelidade dos indígenas do partido holandês⁴⁶. Durante o embate, percebe-se que os potiguaras não se reconheciam dentro do espaço caracterizado como “região étnica portuguesa”⁴⁷ e, por se considerarem súditos das Províncias Unidas e da Igreja Reformada, procuraram amparo na República Holandesa.

Neste momento, a missão da Igreja Reformada passou por um período de paciência perseverante para colher os frutos que plantou, segundo Schalkwijk. De fato, a lealdade dos tabajaras aos holandeses foi atestada até mesmo pelo padre Antônio Vieira, ao defrontar-se com tais indígenas que se encontravam refugiados na serra de Ibiapaba, no Ceará. Segundo o jesuíta, mesmo depois da expulsão dos neerlandeses, os brasileiros conservavam os preceitos calvinistas apreendidos com a Igreja Reformada e consideravam a Igreja Romana falsa. Por isso, o padre denominou o local de “Genebra dos Sertões”⁴⁸, comparando a forte adesão religiosa destes indígenas aos próprios calvinistas e luteranos nascidos na Inglaterra ou na Alemanha.

No relato de Vieira, é possível perceber claramente a convivência de dois tipos de índios que vieram de Pernambuco, a saber, os potiguaras, identificados pela sua conversão ao calvinismo, e os tapuias, cujas alianças nunca extrapolaram o terreno militar:

“Com a chegada destes novos hospedes ficou Ibiapaba verdadeiramente a Genebra de todos os sertões do Brazil, por que muitos dos Índios de Pernambuco forão nascidos e creados entre os Hollandezes, sem outro exemplo nem conhecimento da verdadeira religião. Os outros militavão debaixo de suas bandeiras com disciplina de seus regimentos que pela maior parte são formados da gente mais corrupta de todas as nações da Europa.”⁴⁹

⁴⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Op. Cit.* p. 13-14.

⁴⁶ SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Op. Cit.*

⁴⁷ A autora Francisca Jaqueline de Souza Viração entende que o Nordeste do século XVII estava dividido em duas regiões étnicas: o Nordeste Holandês e o Nordeste Português, compreendendo o espaço segundo Michel de Certeau, numa acepção mais ampla que considera as práticas e as posturas corporais, políticas e estéticas. Ver: VIRAÇÃO, Francisca Jaqueline de Souza. “A Igreja Potiguara: a saga dos índios protestantes no Brasil Holandês”. *Revista Historiar*, ano II, n. 1, 2010.

⁴⁸ VAINFAS, Ronaldo. *O Plano para Bom Governo dos Índios. Op. Cit.* p. 160.

⁴⁹ VIEIRA, Padre Antônio. “Relação da missão da Serra da Ibiapaba”. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1904: 86-138. p. 93.

Em meio à insurreição, o trabalho missionário continuou, sobretudo a partir de 1647, quando a brasilianização dos pregadores começou a dar seus resultados mais proveitosos. Neste serviço, destacou-se o professor índio João Gonsalves, o qual foi promovido a “consolador dos enfermos”, recebendo salário maior por ter se tornado evangelista. O Presbitério chegou a nomear mais dois professores índios, chamados Álvaro Jacó e Bento da Costa.

Neste tempo, a população indígena passava por uma grande miséria e o Presbitério recorreu à ajuda das igrejas na Holanda⁵⁰. Os donativos foram transportados gratuitamente pela WIC e distribuídos no Brasil pelos pastores Kemp, Biscareto e Apricius, o que despertou a gratidão das igrejas indígenas.

De acordo com Schalkwijk, a guerra de restauração parece ter aproximado ainda mais os indígenas dos holandeses, aliança a qual explicaria a resistência neerlandesa por nove anos, mesmo encurralados em muitas posições. Quando findou o domínio flamengo nas capitanias açucareiras do Norte, findou forçosamente a missão cristã reformada⁵¹. Os índios fieis à Igreja Reformada e súditos das Províncias Unidas, especialmente os tapuias, foram incluídos no perdão geral da capitulação de Taborda de 1654, mas a maioria, rebeldes à coroa de Portugal, fugiu pelo interior do sertão da Serra de Ibiapaba, onde uniram-se aos índios tabajaras.

De qualquer maneira, é importante salientar que os índios considerados “rebeldes”, isto é, os que colaboraram com os holandeses, foram incluídos nos dois primeiros artigos da rendição da Taborda em 1654. Em especial, a esses índios foi concedido um perdão geral divulgado por Francisco Barreto:

“Hei por bem conceder, como pelo presente concedo, me nome de Sua Majestade perdão geral a todos os Índios, de qualquer nação que sejam, de todos os erros e rebeldias passados, os quais dou por esquecidos como se nunca fossem cometidos, pelo que podem todos os ditos Índios vir sujeitar-se à obediência de Sua Majestade diante dos Capitães-mores e Governadores que estiverem governando as capitanias onde tais Índios residirem [...]”⁵².

A este respeito, a décima cláusula esclareceu claramente a quem se dirige tal perdão, especificando os índios, mamelucos, mulatos e negros que após terem vivido sob a administração portuguesas por tantos anos, desertaram para a tropa holandesa.

⁵⁰ Schalkwijk ressaltou que o próprio Nassau fez questão de ajudar os índios holandeses, enviando de Amsterdã grande quantidade de linho, entre outras coisas. Ver: SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Op. cit.*

⁵¹ SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Op. Cit.*

⁵² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A rendição dos holandeses no Recife* (Original de 1654). Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1979. p. 25.

Trataram-se dos “rebeldes à Coroa de Portugal”⁵³. Contudo, Gonsalves de Mello comentou que, não obstante todas as garantias que os portugueses procuraram fornecer aos índios aliados dos holandeses, os próprios não confiaram nas promessas portuguesas, o que explicaria grande parte deles ter encontrado refúgio no interior do território, como descrito por Antônio Vieira.

3.2 – Cisão potiguar em documentos indígenas

Desta forma, o momento da insurreição pernambucana parece ter sido bastante profícuo quanto à produção de documentação pelos próprios indígenas, através da qual é possível observar o protagonismo de Pedro Poti e Antônio Paraopaba, cuja atuação exemplificou o colaboracionismo dos brasileiros no tempo dos flamengos. A respeito das fontes, serão analisados o conjunto de cartas trocadas entre 1645 e 1646 por Pedro Poti e Felipe Camarão, conhecido como “Cartas Tupi”; e as duas representações enviadas por Antônio Paraopaba entre 1654 e 1656 ao Conselho dos XIX solicitando auxílio aos índios protestantes que permaneceram no Brasil Colonial.

De início, ressalta-se que a adesão de certos indígenas à causa holandesa foi tamanha que provocou uma fissura na própria família Camarão. As Cartas Tupi constituem-se no testemunho dessa ruptura, referindo-se ao conjunto de cartas trocadas entre Felipe Camarão e Pedro Poti, talvez os primeiros documentos redigidos por lideranças indígenas do Brasil Colônia⁵⁴.

A primeira carta, datada de 1628, foi escrita por Poti no tempo em que estava na Holanda com o objetivo de exortar a Camarão para não aderir aos portugueses⁵⁵. No entanto, o maior volume de cartas foi trocado no ano de 1645, com a finalidade de persuadir um ao outro para passar para o lado em que lutavam, no caso Camarão tentou convencer Poti e este tentou dissuadir aquele.

⁵³ Ibidem. p. 26.

⁵⁴ A versão das cartas que será analisada refere-se a uma publicação realizada por Pedro Souto Maior na RIHGB, datada de 1912, com o título “Fastos Pernambucanos” e considera as cartas trocadas entre 1645 e 1646. Originalmente, tais documentos foram traduzidos para o holandês pelo predicante Johannes Edwards e encontram-se na Coleção Brieven en Papieren (1645) na Biblioteca de Haia. Cf. SOUTO MAIOR, Pedro. “Dois índios notáveis e parentes próximos – Pedro Poty e Philippe Camarão.” *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. XXVI, 1912. p. 65.

⁵⁵ A primeira carta de Poti para Camarão de 1628 não será apreciada por constar-se de um documento raríssimo incluído nos primeiros registros etno-históricos dos índios das capitanias do Norte, publicado nos Anais da Biblioteca Nacional em 1907. Cf. VAINFAS, Ronaldo. “Pedro Poti”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 477.

Uma breve sinopse da vida destes guerreiros faz-se necessária por atestar a complexidade das reações e das alianças indígenas frente ao colonialismo, principalmente por personificarem a divisão radical em que se encontravam os índios potiguaras durante as guerras pernambucanas, entre uma facção pró-lusitana, liderada por Felipe Camarão e outra pró-holandeses, chefiada por Pedro Poti.

Antônio Felipe Camarão foi um índio potiguar nascido no Rio Grande em 1601, aliado dos portugueses desde o início das guerras pernambucanas do século XVII, serviu ao general Matias de Albuquerque nas tropas da resistência. O nativo estudou com os jesuítas, aprendeu o latim e afirma-se que aprendeu o holandês⁵⁶. Foi mesmo uma das principais lideranças Potiguara contra os neerlandeses, cuja luta na batalha de Porto Calvo de 1637 ao lado de Henrique Dias contra as tropas de Nassau lhe valeu o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, reconhecimento à sua lealdade ao rei Filipe III de Portugal (Filipe VI de Espanha). Nesta ocasião, o índio recebeu ainda o título de dom, o brasão de armas e o soldo de capitão-mor equivalente a 40 mil réis.

Contudo, foi na Insurreição Pernambucana que a atuação de Camarão ganhou maior relevo, desempenho pelo qual foi considerado “herói nacional” pelo historiador oitocentista Francisco Adolfo de Varnhagen, inserido no panteão restaurador⁵⁷. Nesta fase da luta, Camarão prestou grande auxílio a André Vidal de Negreiros na primeira batalha dos Guararapes de 1648, cuja vitória portuguesa destroçou as tropas do general Von Skoppe. Entretanto, Camarão não viveu para ver o fim das guerras pernambucanas e a vitória final lusitana em 1654, pois faleceu no Arraial Novo, em Pernambuco em 1648, após sofrer de febre maligna.

Pedro Poti também foi um guerreiro potiguar, parente próximo de Camarão⁵⁸, embora tenha seguido o caminho oposto ao do primo, pois embarcou para a Holanda juntamente com o grupo de seis indígenas no episódio inicial de tentativa de tomada da Bahia pela WIC ainda em 1624. Em Amsterdã, Poti aprendeu a língua flamenga e foi instruído na religião cristã reformada, convertendo-se ao calvinismo; por outro lado, o

⁵⁶ VAINFAS, Ronaldo. “Felipe Camarão.” In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial*. *Op. Cit.* p. 224-225.

⁵⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. (Original de 1854.) 9. ed. São Paulo; Brasília: Melhoramentos; INL, 1975. v. 2. p. 263.

⁵⁸ Na língua tupi, Poti significa Camarão, portanto, Pedro Poti e Felipe Camarão eram primos. Cf. VAINFAS, Ronaldo. “Felipe Camarão.” *Op. Cit.* p. 224.

índio forneceu valiosas informações sobre o território e as tribos do Brasil aos holandeses⁵⁹.

Com a entrada dos holandeses em Pernambuco em 1630, Poti retornou ao Brasil na esquadra de Loncq para atuar como aliado na conquista do território. Em pouco tempo, o índio tornou-se regedor dos potiguaras da Paraíba, sendo mobilizado em campanhas militares contra os portugueses durante as guerras de resistência. Poti escreveu inúmeras cartas na língua holandesa, como a datada de 1631 destinada ao governo do Recife recomendando a aliança com várias tribos indígenas, a começar pela de Janduí, cujos emissários já haviam feito contato⁶⁰.

O regedor atuou ao lado dos holandeses, principalmente na insurreição pernambucana, até ser aprisionado na segunda batalha dos Guararapes em 1649, quando foi posto a ferros numa enxovia perto do Cabo de Santo Agostinho, onde permaneceu a pão e água⁶¹. Em relação à prisão de Poti, os holandeses enviaram uma carta aos portugueses contestando o tratamento dado ao índio⁶². Em resposta, o chefe Francisco Barreto declarou que Poti era mantido preso por seus parentes indígenas que o tratavam “de modo merecido”. Apesar das torturas dos portugueses para fazê-lo mudar de lado e para abjurar ao calvinismo, Poti resistiu e faleceu como fiel súdito do Estado Holandês e da Igreja Reformada a bordo de um navio que o conduzia preso para Lisboa em 1652.

De acordo com Francisca Viração, Poti era uma espécie de diplomata, líder político, religioso e militar⁶³. Se assim pode ser interpretado, deve-se pontuar que Poti ocupava entre os holandeses papel correspondente ao que seu primo, Camarão, ocupava entre os portugueses, isto é, eram lideranças potiguaras, fortes guerreiros, fiéis até o final de suas vidas às causas pelas quais lutaram, religiosos e defensores da igreja na qual acreditaram e, portanto, peças fundamentais na guerra luso-holandesa no Brasil do século XVII.

Neste interim, parece correto afirmar que as guerras coloniais eram conduzidas a partir das alianças estabelecidas com os nativos e que muitas vezes os europeus

⁵⁹ VAINFAS, Ronaldo. “Pedro Poti.” *Op. Cit.* p. 476-477.

⁶⁰ SOUTO MAIOR, Pedro. “Dois índios notáveis e parentes próximos...” *Op. Cit.* p. 62.

⁶¹ VAINFAS, Ronaldo. “Pedro Poti.” *Op. Cit.* p. 477.

⁶² Cf. HULSMAN, Lodewijk. “Índios do Brasil na República dos Países Baixos: As representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656.” *Revista de História*, USP, n. 154, 1º - 2006: 37-69. p. 59.

⁶³ Segundo a autora, Poti pode ser considerado diplomata por ter desempenhado, junto aos neerlandeses, as funções de intermediário e tradutor, arrebanhando muitas tribos para o partido holandês. VIRACÃO, Francisca Jaqueline de Souza. *Op. Cit.* p. 16.

aproveitavam-se das rivalidades existentes entre os diferentes grupos indígenas⁶⁴. Contudo, não se deve minimizar as mudanças provocadas pelo contato com o jogo identitário entre portugueses e holandeses, nem deixar de perceber que, muitas vezes, a iniciativa de estabelecer aliança com os europeus partia dos próprios indígenas, variando de acordo com os interesses e as prioridades dos envolvidos.

Deste modo, parece coerente a tentativa de ambas as partes de dissuadir ao outro a respeito da causa pela qual lutavam e de convidar para fazerem parte da tropa que lideravam, tópicos tais que formavam o cerne das cartas trocadas entre os dois indígenas em 1645. Dentre os principais argumentos das cartas, constam o exame do tratamento dispensado aos índios e às suas respectivas posturas religiosas.

A primeira da série de seis cartas foi escrita, supostamente, por Felipe Camarão e dirigida a Pedro Poti⁶⁵ e data de 22 de outubro de 1645. Nesta carta, Camarão iniciou saudando o primo pela saúde e logo o questionou quanto às hostilidades realizadas contra os portugueses. Na sequência, o índio apelou para o parentesco do primo para adverti-lo sobre o caminho errado que escolhera. Camarão questionou a conversão de Poti, alertando-o para a possibilidade de se perder no caminho a salvação.

Na sequência, Camarão explicou o êxito português nas primeiras batalhas da insurreição pela vontade divina e passou a convidar o primo para lutar ao seu lado, afirmando toda a segurança possível para a mudança de Poti. O índio capitão avisou a Poti que escreveu outra carta, dirigida a Paraopaba, com o mesmo objetivo: advertir do erro e convidar para a mudança de lado. Por fim, Camarão cumprimentou e se despediu de seu primo. A mensagem teria sido entregue através de duas mulheres enviadas para informar sobre sua situação a Poti.

Na segunda carta⁶⁶, Camarão se dirigiu a Poti destacando que esta não é a primeira vez que o fez. O índio questionou a atuação do primo contra os portugueses, sobretudo em relação às mortes provocadas em batalhas e, logo a seguir, o justificou, acreditando

⁶⁴ GARCIA, Elisa Frúhauf. "Troca, guerras e alianças na formação da sociedade colonial." In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v.1, p. 317-355. p. 332-333.

⁶⁵ A análise do corpus documental se dará respeitando a ordem das cartas na publicação realizada por Pedro Souto Maior. Cf. SOUTO MAIOR, Pedro. "Fastos Pernambucanos". *Op. Cit.* p. 403-414. Entretanto, admite-se que o historiador fez algumas confusões nesta matéria, por não as ter publicado seguindo a ordem cronológica provável de envio, a exemplo da carta que designa como "primeira" apesar de datada de 22 de outubro, enquanto a terceira está datada de cinco dias antes.

⁶⁶ Esta carta não está datada. Cf. publicação de SOUTO MAIOR, Pedro. "Fastos Pernambucanos". *Op. Cit.* p. 404.

que o primo estivesse sob o poder do inimigo. Assim, Camarão parecia não confiar que tenha sido uma escolha de Poti e sim que o primo estivesse coagido a agir de tal maneira.

A carta foi enviada por intermédio do capitão mais velho dos potiguaras, Diogo da Costa. Na mensagem, Camarão advertiu Poti, novamente, do perigo que corria de “perder o corpo ou a alma”, numa menção tanto ao lado físico quanto ao lado espiritual, isto é, o erro do primo seria tanto o militar quanto o religioso. Após esta advertência, fez o convite para a transferência do lado na guerra, garantindo-lhe toda a segurança necessária. No final, Camarão exortou o primo a separar-se dos holandeses, qualificados como “esta gente perversa”, e solicitou a Poti que sirva ao rei português, indicado como o caminho certo no meio do conflito.

A terceira carta escrita por Camarão a Poti foi datada de 17 de novembro de 1645 e, nesta, o índio líder dos potiguaras aliados dos portugueses mencionou sua insistência em escrever ao primo como argumento para questionar a demora, embora não tenha esclarecido ao certo se a lentidão estava relacionada ao tempo para a resposta ou para a mudança de atitude. De qualquer forma, Camarão parecia estar indignado por Poti tê-lo deixado esperando, colocando em questão inclusive os laços afetivos entre os primos.

Nesta carta, Camarão explicou a segurança que garantia a Poti nas anteriores, esclarecendo que o primo era aguardado pelo chefe dos portugueses. O índio chegou a combinar, mesmo sem ter recebido qualquer resposta até aquele momento, os procedimentos para a mudança de lado. No fim, Camarão apelou novamente para a proximidade parental entre ambos, questionando desta vez a amizade devotada pelo primo em relação a ele, oportunidade a qual aproveitou para informar a morte de sua mãe e de um irmão.

A quarta carta transcrita no rol das Cartas Tupi data de dez dias depois, portanto, 27 de novembro de 1645, e iniciou com a fórmula cristã de saudação: “O Senhor Deus seja convosco e que gozeis de boa saúde”. Diferentemente das anteriores, esta mensagem apareceu assinada por D. Pinheiro Camarão e mencionava Felipe Camarão na terceira pessoa, podendo-se pensar que não foi o capitão quem a escreveu. Tratava-se de outro primo de Felipe, D. Diogo Pinheiro Camarão, ocupante do posto de Sargento-mor dos índios aliados dos portugueses naquela guerra.

De qualquer forma, o autor, parente tanto de Felipe quanto de Pedro, tentava armar com Poti o lugar para acontecer a sua transferência. O emissor questionou a atuação de Poti, bem como as hostilidades engendradas dentro da família e exigiu a resposta do líder

dos índios holandeses, sendo esta positiva ou negativa. Por fim, justificou a preocupação com Poti alegando responsabilidade sobre este índio cristão.

Na quinta carta, Camarão mais uma vez questionou o lado escolhido pelo primo e indicou o caminho que ele julgava ser o correto a ser seguido, tanto em termos militares quanto religiosos. Poti era interrogado a respeito de sua entrada na guerra e relembrado das derrotas holandesas anteriores. A mensagem terminou sem as tradicionais palavras de cumprimento⁶⁷.

Na sexta carta, Camarão não se dirigiu a Poti, mas a Antônio Paraopaba, outro importante guerreiro que ocupava posição de liderança entre os índios protestantes⁶⁸. Nesta missiva, Camarão apresentou-se como um pai da nação Potiguara, trazendo para si a responsabilidade pela fé do destinatário. O capitão dos índios portugueses questionou a Paraopaba qual seria vantagem que possuía de estar ao lado holandês e o advertiu, como o fez em relação a Poti, para o perigo de “perder corpo e alma”, repreendendo-o pelo caminho equivocada tanto em matéria militar quanto religiosa.

A resposta de Poti veio da Paraíba e datava de 31 de outubro de 1645. Em primeiro lugar, o regedor afirmou sentir vergonha da família por incitá-lo a traição e a deslealdade e declarou que as cartas recebidas não o iludiam a respeito dos cuidados e dos favores prometidos pelo primo, amigo dos portugueses. Desta forma, Poti reafirmou a fidelidade aos chefes holandeses e informou sua condição de vida naquele momento, gozando de liberdade e com abundância.

Na sequência, Poti advertiu expressamente a Camarão para não o visitar e recuperou os argumentos em defesa das vantagens de estar ao lado holandês, sobretudo pela ausência de escravidão indígena. O índio alegava ser muito bem tratado entre os neerlandeses, “quase como um irmão”; e comparava com o tratamento recebido pelos portugueses: escravidão, massacres. Tal referência deveu-se às informações sobre o recente massacre perpetrado pelos portugueses, por vingança, contra os indígenas em

⁶⁷ É provável que Souto Maior não tenha coligido o que chamou de “quinta carta” por completo, pois a transcrição termina de forma inesperada. Não há data, nem assinatura, nem as fórmulas utilizadas para se despedir. O historiador esclarece que no restante da mensagem, Camarão objetivava persuadir os índios a mudarem de lado, segundo a tradução para o holandês realizada pelo predicante Johannes Edwards, e coloca-se na posição de libertador: “eu vim [...] para vos livrar do mal.” Apesar do historiador não explicar o motivo pelo qual não publicou a carta inteira, pode-se supor que talvez devesse ao fato de se dirigir a todos os índios aliados dos holandeses, e não apenas a Poti, o que se percebe pelo uso do plural.

⁶⁸ É possível que esta mensagem, identificada como “sexta carta” por Souto Maior, seja uma das primeiras enviadas, talvez aquela a qual Camarão mencionou no corpo da “primeira carta” a Poti que estaria enviando uma missiva a Paraopaba.

Serinhaém, acontecimento do qual Poti tomara conhecimento, confessando ter liderado os índios aliados flamengos na desforra realizada no Rio Grande.

Mediante a tais argumentos, Poti advertiu ao primo que o engano quanto ao lado correto pelo qual lutar era dele, por estar iludido. Segundo o regedor, o plano dos portugueses seria simplesmente o de se “apossarem do país [...] e assassinem ou escravizarem os índios”. Neste momento, era Poti quem convidava Camarão a mudar de lado, alegando harmonia familiar e assegurando os benefícios que possuía entre os holandeses também para o primo. Na missiva, o regedor claramente apostava na vitória holandesa na guerra, sobretudo na afirmação: “os Portugueses terão de se escapulir”. Toda a certeza de Poti estava amparada em argumentos religiosos, pois afirmou ter fé só em Cristo e criticou a idolatria na qual o primo vive, em referência ao catolicismo.

Por conseguinte, Poti declarou ter aprendido verdadeiramente a religião cristã e acusou aos potiguaras aliados dos portugueses de desconhecimento, considerando-os católicos perdidos e perjuros. O regedor assegurou a vinda do castigo divino para os lusitanos, quando renovou o convite a Camarão, revelando os planos futuros dos holandeses de expulsar os inimigos à força de todo o território, incluindo da Bahia.

Então, Poti abriu espaço para justificar a dificuldade de conquistar aquela importante praça – sede do governo colonial português – devido à traição de alguns da sua nação. É surpreendente a confiança de Poti no poderio flamengo, esperando inclusive a tomada a Bahia, uma vez que essas cartas foram trocadas já na altura do início da insurreição, momento no qual a dominação holandesa não se encontrava mais tão segura quanto estivera sob o governo de Nassau.

Na continuação da descrição dos planos dos holandeses, Poti informou a vinda de socorro da Holanda, quando o índio talvez estivesse dissimulando a capacidade holandesa ao se considerar o momento decisivo em que estavam: insurreição estourada há pouco e início da reação luso-brasileira contra os holandeses. Como em um jogo, Poti afirmava em sua carta conhecer a situação em que se encontra o rei de Portugal, isto é, sem recursos. Neste sentido, negava a fraqueza holandesa e atestava a sua superioridade tendo por base sua experiência pessoal na própria Holanda “Estive e me eduquei no seu país”.

A respeito dos assuntos internacionais, Poti expôs, ainda, sua opinião sobre D. João IV, acusado de ter sido ingrato, segundo o regedor, por ter se sustentado no trono pela ajuda das tropas e dos navios dos Estados Gerais. Nestes termos, reafirmava a superioridade holandesa ao pensar nas conquistas, consideradas “limpas”, efetuadas pelas Companhias das Índias Ocidentais e Orientais.

Desta maneira, Poti exortou, mais uma vez, a Camarão a abandonar os portugueses, cujas vitórias seriam injustas por basearem-se em trapaças e o convidou a formar uma poderosa aliança para expulsá-los. Mediante a tais argumentos, Poti parecia reconhecer a relevância do papel desempenhado por sua nação na guerra luso-holandesa. A partir de então, Poti passou a analisar a carta enviada pelo primo e desconfiava da ausência de informações a respeito do tratamento dispensado pelos portugueses aos índios amigos.

Além disso, o regedor suspeitava existir uma intenção do seu primo de o capturar por meio das insistentes combinações para mudança de lado. Por fim, Poti declarou o fracasso das cartas recebidas e protestou pelo não envio de novas mensagens. Antes de concluir, o regedor demonstrou compreender a posição de Camarão ao ter enviado aquelas missivas, pois estaria o primo, grande capitão entre os índios, iludido, seduzido e oprimido pelos portugueses.

Após esta carta, temendo a deserção em massa, Camarão enviou um manifesto a todos os índios do acampamento inimigo, excluindo Poti e Paraopaba, datado de 28 de março de 1646⁶⁹. Neste documento, Camarão demonstrava que sabia lidar tanto com a pena quanto com o mosquete⁷⁰, pois tanto ofereceu proteção quanto lançou ameaças. Assim, prometeu vantagens aos índios que desertassem do lado holandês e passassem a colaborar com os portugueses; do contrário, ameaçou deixar sem quartel aqueles que insistirem em permanecer com os neerlandeses, declarando, ainda, que procuraria intrigá-los com os flamengos.

Primeiramente, Camarão apresentou-se como guardião e protetor dos índios e afirmou ser seu objetivo livrá-los das “garras do inimigo”. O capitão declarou conter forças presumivelmente superiores contra os holandeses em respeito aos indígenas, que se encontravam enganados lutando ao lado de hereges. Desta feita, prometeu dar provas de seu amor paterno a toda a nação através de seu esforço pessoal na conversão dos potiguaras.

Na missiva, o capitão declarou que a sua mais sincera missão naquela guerra era zelar pela “boa consolação e auxílio” dos seus, mas queixou-se do silêncio dos potiguaras aliados dos holandeses em relação às suas obstinadas tentativas de salvá-los. Deste modo,

⁶⁹ O documento foi traduzido do tupi para o holandês e encontra-se na Coleção Brieven en Papieren (1646) em Haia. Contudo, esta análise baseia-se na tradução para o português, publicada por Pedro Souto Maior em “Fastos Pernambucanos”.

⁷⁰ Afirmação de SOUTO MAIOR, Pedro. “Fastos Pernambucanos”. *Op. Cit.* p. 411.

Camarão tentava combinar a mudança de lado e, para convencê-los, simulava conhecer uma proposta da Holanda de restituir a terra aos portugueses por não poderem mais se sustentar naquelas terras, advertindo que os holandeses iriam abandoná-los.

Deste modo, Camarão prevenia os índios a respeito do perigo que corriam caso a “corda arrebente para o lado mais fraco”, que seria o deles. Com isso, acenava para a possibilidade, inclusive, de os holandeses terminarem como vassallos dos portugueses após a guerra. Portanto, o capitão alertou-os de estarem do lado errado por engano e os exortou a aceitarem o perdão oferecido pelos portugueses.

Em vista disso, Camarão os advertiu a não acreditarem nos holandeses, chamados de “hereges” e os convidou a salvarem-se, seguindo-o. Caso contrário, o capitão ameaçou abandonar os índios de vez, não os concedendo nem perdão, nem quartel e prometendo agir na direção de sua destruição completa. Ainda mais uma vez, Camarão os questionava sobre a insistência em permanecer com os holandeses e os exortava a não acreditarem, definitivamente, em Paraopaba ou em Poti, por considerá-los “novos hereges”.

Nesta missiva, Camarão usou o mesmo discurso da Igreja Católica quanto à conversão dos índios nos aldeamentos, ao considerá-los neófitos, isto é, iniciados e inocentes, sem a completa responsabilidade pelo que fazem, o que justificaria a sua concessão de quartel e perdão. Por conseguinte, o capitão tentou atraí-los ao assinalar a suposta riqueza existente entre os portugueses, em contrapartida à pobreza dos holandeses. Por isso, os clamava a abandonarem os neerlandeses, combinando, para tanto, uma rendição direta. Enfim, Camarão apelou para a responsabilidade de todo cristão com seu corpo e alma e lembrou sua fidelidade primeira ao rei católico de Portugal.

Assim, pode-se perceber que as cartas tupis apresentam, como cenário, o jogo político no qual os indígenas estavam inseridos e representam a via de participação Potiguara neste jogo. Como um documento produzido entre 1645 e 1646, o mesmo pode ser contextualizado dentro de um período bastante turbulento no qual a guerra luso-holandesa recomeçava após um período de relativa “trégua” nas incursões militares que significou o governo de Nassau.

Através da insurreição, os movimentos antes praticados por tais atores (holandeses e portugueses) na fase da conquista/resistência inverteram-se, pois, os holandeses passavam à posição defensiva, enquanto os portugueses tomavam a ofensiva na tentativa

de recuperação do território. Entretanto, foi crucial para o desenvolvimento desta guerra as alianças consolidadas desde o início com os índios⁷¹.

A existência das Cartas tupis, documento produzido pelos próprios indígenas, é a prova cabal que os potiguaras conheciam sua relevância naquele terreno bélico e participavam daquele jogo político, atestando, inclusive, o conhecimento das relações diplomáticas entre Portugal e Holanda. Assim, as tentativas de persuasão e os reiterados convites à mudança de lado entre as lideranças indígenas dos lados português e holandês certamente direcionavam-se a todos os índios que os seguiam.

No fundo, pelo próprio tom panfletário das cartas trocadas em língua geral entre os líderes, depreende-se que Camarão e Poti conheciam o valor que tinham e a posição que ocupavam, agindo como intérpretes, chefiando os índios aliados em batalhas ou atraindo contingente à causa que representavam, eram líderes sagazes, o que pode ser percebido pelos argumentos utilizados na carta. Por isso, a preocupação com o tratamento dispensado aos índios, pois lutariam os potiguaras onde melhor se sentissem, procurando maiores liberdades e regalias. Nestes termos, caberia aos líderes Poti e Camarão o papel de atrair os contrários, conquistando a fidelidade dos indígenas através da apresentação de garantias supostamente melhores.

Na altura em que as “Cartas Tupi” começaram a ser trocadas entre Felipe Camarão e Pedro Poti, continham conselhos e tentativas de persuadir ao lado contrário para mudança na guerra. Outros assuntos encontrados nas cartas foram: o tratamento dispensado pelos portugueses e pelos holandeses aos indígenas, as obrigações religiosas e as questões das relações entre as metrópoles.

Apesar de protagonizarem ambos os lados do conflito, a autoria e a destinação de todas as cartas nem protagonizava Felipe Camarão e Pedro Poti. Nestes termos, há uma carta escrita por Diogo Pinheiro Camarão, Sargento-mor dos índios aliados portugueses, como também há uma carta dirigida por Antônio Paraopaba, regedor dos indígenas aliados dos holandeses. Na sequência, Felipe Camarão escreveu um manifesto a todos os indígenas do lado holandês, datado de março de 1646. Nesta proclamação, Camarão convidou a todos a voltarem para o lado dos portugueses, abaixando a guarda e entregando-se, caso contrário, advertiu que não terá piedade em caso de captura em campo de batalha.

⁷¹ Foram importantes e disputadas as alianças que portugueses e holandeses estabeleceram com os indígenas, mas não somente com este e sim com toda a sorte de atores coloniais, como negros, cristãos-novos, judeus, mulatos, mamelucos, cuja colaboração se tornou crucial para definir os contornos da guerra.

Tal manifesto tratava-se de um aviso de que a guerra estava acontecendo e que suas responsabilidades estariam acima da piedade familiar. Desta maneira, exortou Camarão aos índios: “Se não estais cegos, aceitai o meu perdão, enquanto é tempo e não acrediteis nos holandeses, que ainda poderão ficar sendo vassalos do nosso poderoso rei, pois bem sabeis que eles mesmos estão incertos sobre o resultado da guerra.”⁷²

De fato, o Capitão-mor não teve misericórdia dos indígenas aliados dos flamengos derrotados em batalhas, como na Batalha da Casa Forte, onde foram degolados 200 índios. Contudo, o mesmo princípio parecia valer para o outro lado do conflito, haja vista o massacre de Cunhaú, ocorrido em julho de 1645, numa capela localizada no Rio Grande. O massacre foi orquestrado pelo alemão Jacob Rabe, quem comandou índios tapuias na matança de portugueses. A este massacre, outra matança foi seguida, em localidade próxima, trata-se do massacre de Uruaçu, ocorrido em outubro do mesmo ano com os rendidos de Cunhaú.

A respeito da cisão no grupo potiguar entre os portugueses e os holandeses, é notório observar que a mesma provocou a divisão no interior da própria família Camarão. A separação dos potiguaras no conflito luso-holandês está relacionada com o massacre executado pelos portugueses na baía da Traição diante da primeira tentativa flamenga de conquista da sede do governo colonial em 1625⁷³. A partir deste episódio, alguns índios seguiram para a Holanda e constituíram-se importantes lideranças indígenas ao lado holandês, enquanto outros lutaram aguerridamente desde o início da guerra pela resistência portuguesa.

Por conseguinte, deve-se pontuar ainda a adesão indígena às religiões do catolicismo, no caso dos aliados dos portugueses, e do calvinismo, pelos partidários dos holandeses. No contexto, não apenas o uso de fórmulas cristãs no início e no final das cartas, mas a preocupação com a salvação e a afirmação de seguirem a “verdadeira” religião cristã, testemunham a união das matérias religiosa, política e militar naquele tempo.

Todavia, pode-se destacar a adesão, sobretudo, dos potiguaras à religião reformada, especialmente pelo curto prazo da missionação calvinista, se comparada, por exemplo, aos aldeamentos jesuíticos praticados há mais de um século; e pelo alto grau de

⁷² Manifesto de D. Antônio Felipe Camarão, datado de 28 de março de 1646, na transcrição de Pedro Souto Maior. Cf. SOUTO MAIOR, Pedro. “Fastos Pernambucanos”. *Op. Cit.* p. 157-160.

⁷³ Posição de acordo com VAINFAS, Ronaldo. “Antônio Paraupaba.” In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial. Op. Cit.* p. 51.

conversão dos chamados brasileiros a julgar pelos documentos analisados, como no episódio em que Antônio Vieira encontrou grupos indígenas conservando os preceitos calvinistas no sertão do Ceará mesmo após a expulsão dos holandeses.

Enfim, deve ser enfatizado ainda que num contexto de guerra, onde as deserções eram muito comuns, os índios da nação Potiguara mantiveram-se fiéis às causas pelas quais escolheram, tendo se tornado autênticos colaboradores, independentemente do lado que escolheram. Através da análise da documentação, percebe-se que nunca houve um grande movimento de deserção por parte destes índios⁷⁴.

Outro testemunho da fidelidade de parte dos brasileiros aos holandeses pode ser encontrado em Antônio Paraopaba. O índio foi um dos grandes guerreiros Potiguara que lutou ao lado dos holandeses, especialmente durante a insurreição pernambucana entre 1645 e 1654. Os primeiros contatos com os neerlandeses foram feitos ainda na Paraíba em 1625, quando o indígena seguiu para a Holanda, junto de seu pai, Gaspar Paraopaba, e de Pedro Poti. Tal como Poti, Paraopaba passou cinco anos em Amsterdã, aprendendo a língua holandesa e a doutrina da religião cristã reformada.

O índio retornou ao Brasil ainda no início da guerra de resistência e ocupou postos de liderança no Rio Grande entre os potiguaras aliados dos holandeses, comandando, como regedor dos indígenas, campanhas militares contra os portugueses. O regedor liderou, ainda, missões ao interior do território para recrutar os potiguaras do Ceará e os janduís à causa flamenga. A partir de 1631, é possível observar a atuação de Paraopaba na guerra luso-holandesa. Em 1633, foi Paraopaba um dos intérpretes nas negociações com os tapuias, que enviou uma expedição para oferecerem seus serviços aos comandantes dos holandeses Artichewsky e Stachouwer⁷⁵.

Em 1644, Paraopaba realizou uma segunda viagem a Holanda, integrando uma comissão brasileira que acompanhou o regresso de Maurício de Nassau⁷⁶. Em outubro desse ano, os brasileiros conseguiram uma audiência na reunião dos XIX Senhores em Amsterdã, na qual conseguiram uma carta patente, o envio de mais professores, a instrução de juízes entre eles, a libertação dos escravos indígenas e sua equiparação aos neerlandeses na condição de súditos dos Estados Gerais.

⁷⁴ Cf. SOUTO MAIOR, Pedro. “Dois índios notáveis e parentes próximos...”. *Op. Cit.* p. 69.

⁷⁵ SOUTO MAIOR, Pedro. “A missão de Antônio Paraopaba ante o governo holandês”. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. XXVI: 72-82, 1912. p. 73.

⁷⁶ Ver: HULSMAN, Lodewijk. *Op. Cit.* p. 44.

Em 1645, o regedor estava de volta ao Brasil, quando organizou, juntamente com os brasileiros que regressaram da Holanda, a assembleia indígena de Itapecerica, na qual apresentaram a proposta dos conselhos de vereadores. Ainda nesse ano, Paraopaba chefiou o grande massacre de Uruaçu no Rio Grande ao lado do judeu alemão Jacob Rabi, representante dos tapuias aliados dos holandeses⁷⁷. Durante toda a insurreição holandesa, Paraopaba manteve-se fiel aos flamengos, comandando os potiguaras na defesa do território neerlandês, em missões no Rio Grande e, a partir de 1648, no Ceará.

Com a capitulação dos holandeses em Tabora em 1654, Paraopaba conduziu os indígenas aliados dos flamengos para um abrigo localizado na serra de Ibiapaba, no Ceará numa marcha na qual participaram aproximadamente 4000 índios, entre potiguaras e tapuias⁷⁸. Após o derradeiro movimento, o regedor seguiu para a Holanda num navio corsário, onde redigiu suas duas *Remonstratien* em holandês, datadas de 1654 e 1656⁷⁹. Os documentos, espécie de memórias, funcionaram como representações escritas pelo regedor⁸⁰ pedindo o auxílio dos Estados Gerais para os índios refugiados nos sertões do Ceará, alegando serem súditos fiéis à Igreja Reformada e às Províncias Unidas.

Contudo, é provável que Paraopaba tenha falecido logo depois de ter escrito a segunda memória, antes mesmo de sua publicação em 1657, o que é sugerido no pedido de auxílio de sua viúva, Paulina, datado de 1656⁸¹. À súplica de Paulina, os diretores da WIC atenderam, concedendo 50 florins para seu alimento.

Quanto à análise de tais documentos, a primeira exposição crítica de Paraopaba datou de 6 de agosto de 1654 e começou com a afirmação da fidelidade dos índios, “súditos bons e firmes”, ao Estado e à Igreja Reformada⁸². De início, o regedor informou a situação em que se encontrava a nação no Brasil, mencionando estarem refugiados no sertão do Ceará, procurando subsistência e esperando auxílio e socorro.

⁷⁷ VAINFAS, Ronaldo. “Antônio Paraupaba.” *Op. Cit.* p. 51.

⁷⁸ VIRACÃO, Francisca Jaqueline de Souza. *Op. Cit.* p. 19.

⁷⁹ VAINFAS, Ronaldo. “Antônio Paraupaba.” *Op. Cit.* p. 52.

⁸⁰ De acordo com Hulsman, a palavra holandesa “remonstrantie” é proveniente do francês “remontrance” e indica uma “cultura parlamentar”. Portanto, trata-se de exposição crítica ou um requerimento solicitando uma deliberação propícia. Para o autor, o melhor sinônimo seria “tradução”. Ver. HULSMAN, Lodewijk. *Op. Cit.* p. 49.

⁸¹ Cf. HULSMAN, Lodewijk. *Op. Cit.* p. 48.

⁸² A análise das exposições de Paraopaba se baseou na versão traduzida para o português, publicada pelo historiador Pedro Souto Maior em 1912, na RIHGB, no interior do artigo intitulado “Fastos Pernambucanos”. Originalmente, os documentos foram escritos em holandês e encontram-se na Coleção Brieven en Papieren na Biblioteca de Haia. Ver. SOUTO MAIOR, Pedro. “Fastos Pernambucanos”. *Op. Cit.* p. 428-432.

Na sequência, o regedor explicou os riscos que corria sua nação, que se encontrava abandonada pelos holandeses, caso caísse nas mãos dos portugueses, considerados “cruéis e sanguinários”. Assim, invocou a responsabilidade dos neerlandeses para com tais índios mediante o uso de argumentos religiosos, isto é, Paraopaba lembrou aos holandeses a ameaça ao castigo divino a todo aquele que pratica a usura.

De modo contrário, Paraopaba declarou, logo depois de qualificar a atitude holandesa como usura, que possuía firme confiança no envio de socorro por parte dos destinatários aos índios protestantes, tendo em vista o objetivo maior, que seria a subsistência e a conservação da própria Igreja Reformada na pessoa daqueles súditos abandonados no Brasil.

Os apelos de Paraopaba, nesta primeira remonstrância, se justificaram, sobretudo, por ter deixado sua família no sertão do Ceará, como o próprio faz questão de informar aos holandeses, suplicando por auxílio ao seu pai, à sua mãe, aos seus filhos e aos seus parentes que se encontrariam em desesperadora situação. Por isso, o tom desta representação escrita pelo regedor aos Estados Gerais é, mormente, o de súplica humilde.

Por fim, Paraopaba voltou o enfoque para si e para dois filhos que foram consigo, e solicitou, objetivamente, roupas e uma pensão necessária para conseguir sobreviver na Holanda, enquanto mantém-se próximos aos Estados Gerais intercedendo por sua nação. Apesar disso, não parecia que o regedor tivesse pretensão de regressar ao Brasil até que todos os requerimentos precisos aos índios fossem despachados das Províncias Unidas.

A segunda memória é um pouco mais longa que a primeira e foi apresentada em 6 de abril de 1656 aos Estados Gerais. Neste documento, Paraopaba se propôs a realizar um breve histórico dos serviços prestados pelos índios aos holandeses como prova da lealdade incorruptível dos brasileiros, destacando a atuação de Pedro Poti quando tentado pelos portugueses para abjurar sua fé na religião reformada durante o cativo.

Para dar maior credibilidade a tais argumentos, o índio invocou o testemunho dos companheiros de prisão de Poti. O regedor lembrou aos holandeses o tratamento, avaliado como cruel e desumano, dispensado pelos lusitanos ao Potiguara que foi de grande valia aos holandeses em vida, visando argumentar a favor da responsabilidade flamenga sobre os índios aliados do Brasil. Da mesma forma, Paraopaba explicitava toda a tentação diária suportada pelos índios protestantes aos convites portugueses e mesmo potiguaras, de parentes pertencentes à facção pró-lusitana, mediante as promessas e garantias realizadas pelos holandeses.

Na sequência, Paraopaba invocou a explicação divina para justificar a forte fidelidade daquele “frágil povo” e trouxe à luz, novamente, o exemplo de Poti. Na descrição quase messiânica do regedor, Poti reconheceu tão verdadeiramente “a única religião aprazível a Deus” que foi capaz de suportar firme a todos os martírios, pois estaria pronto para enfrentar e morrer por suas convicções políticas e religiosas. Após todas as agonias sofridas por Poti, Paraopaba revelou o que acreditava ser o verdadeiro plano dos portugueses com relação ao importante líder: apesar do “pretexto de mandá-lo a Bahia”, os portugueses almejavam “matá-lo cruelmente”, o que conseguiram algum tempo depois.

O regedor relacionou a tirania portuguesa ao extermínio dos brasileiros, utilizando um argumento quase de genocídio para caracterizar a atitude lusitana em relação à nação Potiguara⁸³. Assim, Paraopaba encerrou entregando o recado de Poti ao Supremo Conselho, encenado quase como último pedido do índio, que constava de informar às autoridades neerlandesas a respeito de sua morte como súdito fiel e de exortar aos potiguaras de sua nação a permanecerem fiéis a Deus e aos Estados Gerais durante toda as suas vidas.

Deste modo, em tom panfletário, Parapaba apelava para a compaixão cristã das autoridades neerlandesas através da utilização de fórmulas de humildade e de referências bíblicas para justificação de seus pedidos. Segundo Hulsman, Paraopaba adotou a fala europeia ao definir a identidade Potiguara como um discurso histórico, ou seja, em relação às interações estabelecidas com o português e o holandês⁸⁴. Em ambas as representações, destacaram-se dois argumentos utilizados pelo regedor, a saber: a exaltação do serviço leal dos brasileiros como base de sustentação para a reivindicação aos Estados Gerais sobre seus direitos de súdito e a convocação à responsabilidade deste órgão pela propagação da religião reformada e pelo alimento de seus fiéis.

Em seu discurso, o índio provou conhecer o documento religioso oficial da Igreja Reformada Holandesa, o Catecismo de Heildelberg, no qual os membros desta igreja eram equiparados juridicamente a qualquer holandês⁸⁵; bem como o documento produzido em reunião dos XIX Senhores com a delegação brasileira, durante sua curta passagem na Holanda em 1644. Com base em tais registros, o hábil Paraopaba

⁸³ HULSMAN, Lodewijk. *Op. Cit.* p. 62.

⁸⁴ *Ibidem.* p. 55, 53.

⁸⁵ VIRAÇÃO, Francisca Jaqueline de Souza. *Op. Cit.* p. 19.

demonstrou saber dos seus direitos e utilizá-los como aporte na reivindicação da responsabilidade dos Estados Gerais para com os índios súditos no Brasil.

Deste modo, pode-se perceber que os indígenas conheciam as regras do jogo político e sabiam jogá-las, sobretudo a partir das representações escritas por Paraopaba aos Estados Gerais. É necessário entender que os indígenas não eram tolos, quanto menos viviam apáticos aos acontecimentos ao seu redor. Ao contrário, convém-se pontuar a impressionante habilidade potiguar em adotar discursos diferentes, manifesta até mesmo nos processos de evangelização-tradução, como demonstrou Cristina Pompa⁸⁶.

De modo inverso, no processo de estabelecimento dos contatos, os indígenas souberam aproveitar-se de práticas culturais não-indígenas conforme os seus planos políticos, a exemplo da própria escrita, na qual tanto Paraopaba, quando Poti e Camarão a utilizaram para fins específicos. Neste sentido, concorda-se com Maria Regina Celestino de Almeida que considera que ao utilizarem destas práticas, os indígenas não apenas operaram com códigos alheios como os reinventaram, na medida em que foram incorporados e promoveram novas construções identitárias e novas fronteiras étnicas⁸⁷.

O fato de Paraopaba, enquanto importante liderança indígena, dirigir-se às autoridades neerlandesas para realizar suas petições de acordo com a retórica administrativa flamenga demonstra que os índios protestantes se apropriaram do código holandês para defender seus interesses, agindo no mundo neerlandês na medida em que este também configurava o seu próprio mundo.

Assim, tal atitude de Paraopaba pode ser identificada como intervencionismo indígena⁸⁸ e representa não apenas a colaboração, mas principalmente a integração destes potiguaras enquanto atores participativos da construção do mundo colonial. Deste modo, era como súditos dos Estados Gerais e fiéis protestantes que os brasileiros ao mesmo tempo em que ajudavam a construir o Brasil Holandês, garantiam a sua sobrevivência como nação.

⁸⁶ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 209-210.

⁸⁷ Sobre a relação entre as construções identitárias e as fronteiras étnicas, ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. "Identidades étnicas e culturais. Novas perspectivas para a história indígena." In: ABREU, Marta; & SOIHET, Rachel. (orgs). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 29.

⁸⁸ A respeito do intervencionismo indígena, ver: GRUZINSKI, Serge. "Os 'Títulos primordiais' ou a paixão pela escrita." In: *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

3.3 – A posição dos negros durante a dominação holandesa

Na sequência, cabe analisar a participação dos negros durante a dominação holandesa, matéria na qual o papel de Henrique Dias, importante liderança do período, foi imortalizado como herói da restauração pela sua firme postura de resistência aos flamengos, simbolizando a profunda colaboração dos negros para com os portugueses. No entanto, também neste grupo, foi possível encontrar lealdade aos neerlandeses.

A relação dos holandeses com os negros diferiu bastante da estabelecida entre aqueles e os índios. A princípio, os flamengos hesitaram em perpetuar a escravidão de negros africanos, como era costume português naquelas terras. Porém, com o tempo, os neerlandeses cederam diante da necessidade desse comércio que abastecia a produção canavieira⁸⁹. De acordo com Alencastro, com o tempo: “Asserções ideológicas, econômicas e culturais legitimavam o trato de africanos”⁹⁰.

Aceitada a prática escravagista, os holandeses se tornaram um dos maiores participantes do rentável negócio do tráfico transatlântico de escravos vindos da África. De qualquer modo, Gonsalves de Mello recordou que alguns holandeses ainda sonhavam com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre na colônia após a conquista⁹¹.

A este respeito, o Supremo Conselho emitiu a seguinte opinião em 1637: “[...] achamos que seria melhor que os engenhos deveriam ser cultivados por brancos, mas, que não é de se esperar, assim como de Portugal que trabalhadores venham da Holanda. Por isso deveremos usar a mão de obra negra [...]”⁹² Depois desse direcionamento, os escrúpulos foram postos de lado e nem mesmo a Igreja Reformada se opôs a escravidão. Em 1638, a questão estaria resolvida: a escravidão dos negros passou a ser a melhor alternativa usada para alimentar a indústria canavieira.

É preciso lembrar que durante a entrada dos holandeses em Pernambuco, ou seja, durante toda a guerra de conquista, a vida da colônia foi totalmente desorganizada, afetando principalmente o trabalho nos engenhos, o qual praticamente parou de funcionar. Eram campanhistas devastando o interior, tropas preparando emboscadas, batalhas sendo travadas, engenhos queimados e cidades destruídas, que muitos negros aproveitaram a

⁸⁹ COSTA E SILVA, Alberto da. “A disputa pelo comércio transatlântico”. In: *A manilha e o libambo. A África e a Escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 462.

⁹⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 211.

⁹¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 184-186.

⁹² WIC. *DN de 25 de maio de 1637*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 10 out. 2017.

confusão para fugir. De forma que: “O estado anárquico em que viveu durante os cinco primeiros anos da conquista o interior do país explica o rápido desenvolvimento de vários quilombos, além dos bandos de negros que assolavam toda a colônia.”⁹³. Na altura do ano de 1638, o mais famoso quilombo, Palmares, já estava estabelecido e era temido.

Durante o período de dominação holandesa em Pernambuco, vários quilombos⁹⁴ e aldeamentos negros surgiram. De acordo com Hebe Mattos: “[...] a situação de guerra provocada pela ocupação holandesa em Pernambuco fez crescer as fugas de escravos na região, aumentando as populações dos Palmares na serra da Barriga, ao sul da capitania”⁹⁵. Para capturar os escravos fugitivos, os holandeses empregavam capitães do mato, pagos com altas quantias e, às vezes, premiados pelas capturas.

O oferecimento de prêmios pelo governo holandês tratava-se de prática bastante comum não apenas em relação aos escravos que fugiam, mas também em relação aqueles homens que eram considerados valiosas peças na guerra, como por exemplo Felipe Camarão e o morador Sebastião do Souto, espião duplo, mas sobretudo, um grande colaborador dos portugueses. Pelas cabeças de qualquer um desses dois, Gaspar Dias Ferreira, colono muito próximo de Nassau⁹⁶, sugeria ao Conselho Supremo que fosse pago o prêmio de 1.800 florins⁹⁷, enorme quantia à época.

Ademais, alguns capitães do mato responsáveis pela captura de escravos fugitivos, chegavam a receber soldo equivalente aos soldados holandeses. Quando, de fato, conseguiam pôr as mãos nos fugidios, as instruções do governo holandês eram claras: deveria ser aplicado castigo exemplar, ou seja, os escravos fugitivos deviam ser enforcados ou queimados vivos⁹⁸.

Desta forma ocorreu com todos os negros que chefiaram a tentativa de sublevação ocorrida no ano de 1652 em Fernando de Noronha. De acordo com Gonsalves de Mello,

⁹³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 186.

⁹⁴ A palavra “quilombo” remete aos acampamentos militarizados “imbangalas”, africanos, constituídos pela aliança de jovens guerreiros que negavam as estruturas tradicionais de parentesco e a superioridade dos anciãos. Cf. MATTOS, Hebe. “Guerra Preta”: Culturas Políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *Na trama das redes: política e negócios no Império Português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v.1, p. 433-457. p. 441.

⁹⁵ MATTOS, Hebe Guerra Preta. *Op. Cit.* p. 439.

⁹⁶ A atuação de Gaspar Dias Ferreira no “tempo dos flamengos” será analisada do quarto capítulo deste trabalho.

⁹⁷ WIC. *DN de 30 de dezembro de 1637*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 15 out. 2017.

⁹⁸ Carta do Conselho de Justiça do Brasil ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 1º de outubro de 1644 e outras. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 195.

o levante foi motivado pela fome que assolava os negros daquela localidade, a qual era destino dos escravos vindos da África, nos navios holandeses, após o ano de 1645. Assim que notícias chegaram ao governo holandês, houve forte repressão: os responsáveis foram aprisionados e esquartejados vivos em três vilas diferentes – a saber: Recife, Itamaracá e Fernando de Noronha – para que servissem de exemplo⁹⁹.

Quanto ao tráfico de escravos, os holandeses começaram negociando os negros na própria costa africana. Por isso, as primeiras importações originaram-se da Guiné. Contudo, para garantir a volta da estabilidade nos engenhos, tornou-se fundamental conquistar o outro lado do Atlântico. Era, pois, preciso aos holandeses que estivessem de posse dos territórios açucareiros da América, ter praças fixas na África e montar o circuito transatlântico de compra, transporte e venda dos africanos¹⁰⁰.

Contudo, montar este aparato para o tráfico não era tarefa fácil. Como abordou Alencastro, o envolvimento da WIC com as atividades negreiras retardaram pelo simples motivo de que os holandeses não sabiam negociar escravos na África. Tiveram, portanto, de aprender as malícias do tráfico, necessitaram da posse de navios adequados, portos e mercadorias suficientes, contatos acertados e conhecimento da língua portuguesa. Por isso, os holandeses acabaram levando agentes brasílicos e luso-africanos, como destacou o historiador.

Assim, “Armado o trato dos viventes, os holandeses guiam-se pela prática negreira luso-brasílica”¹⁰¹, após conquistar São Jorge da Mina em 1637 e tomar São Paulo de Luanda, em Angola, em 1641¹⁰². Neste mesmo ano, além de Luanda, Benguela e os portos satélites de São Tomé e Ano Bom caíram nas mãos dos holandeses¹⁰³. Desta maneira, os flamengos traficavam em larga escala e com precárias condições, tudo em prol da resolução do grande problema da falta de escravos na Nova Holanda.

Nassau fora mesmo um “príncipe humanista e negreiro”¹⁰⁴, como comentou Alencastro, pois, neste tempo, eram feitos enormes carregamentos de negros em navios de pequeno porte, com baixíssima quantidade de víveres e de água disponível. O resultado: uma altíssima taxa de mortalidade que variava entre 20% a 30% dos

⁹⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 205.

¹⁰⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.* p. 212.

¹⁰¹ *Ibidem.* p. 213.

¹⁰² Apesar do “conflito entre portugueses e holandeses desdobrarem-se dos dois lados do Atlântico”, o domínio holandês em território africano não consta como objeto de análise do presente trabalho. Ver: MATTOS, Hebe. Guerra Preta. *Op. Cit.* p. 440.

¹⁰³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.* p. 214.

¹⁰⁴ *Ibidem.* p. 210.

transportados¹⁰⁵. Em documento do governo holandês datado de 1644, é explicitada a condição da travessia dos negros da África para a América, através da reclamação dos preços de venda dos escravos:

“[...] os negros da costa da Guiné não alcançam maiores preços porque, em consequência da longa viagem, chegam mais doentes e mais magros do que os de Angola e muitas vezes por falta de pipas d’água a bordo são obrigados a usar e beber água do mar, em consequência do que muitos são vendidos como são e sem achaques vêm a morrer depois, o que é causa de não serem procurados.”¹⁰⁶

É, por isso, que Gonsalves de Mello afirmou que os navios flamengos usados no tráfico de escravos eram “verdadeiros túmulos de pobres negros”. Em vista disso, precisaram ser tomadas providências no sentido de tentar reduzir essa alta mortalidade dos navios negreiros, como sugere o diretor da Companhia das Índias em Angola, Pieter Morthamer, em 1643 admitindo a experiência dos portugueses no assunto¹⁰⁷.

A sugestão do diretor era, então, que os holandeses imitassem a prática portuguesa de transporte transatlântico de escravos. Porém, trata-se de uma recomendação, cujo acatamento se desconhece. Ao que parece, a porcentagem de mortalidade de negros a bordo dos navios holandeses, de fato, diminuiu a partir do ano de 1645. A verdade é que se tratava de um comércio muito rentável, no qual nenhuma peça humana deveria ser perdida.

Na época nassoviana, para evitar que os compradores não pagassem pelas mercadorias ou aumentassem suas dívidas, a Companhia das Índias passou a proibir a venda a prazo, determinando que a compra de escravos só poderia ser feita à vista. Tal decisão acabou se constituindo em um grave empecilho para o avanço da economia açucareira, uma vez que os lavradores e os senhores de engenho estavam acostumados a pagar as prestações com suas safras.

Quanto às relações dos senhores de engenho com os escravos, o governo flamengo regulamentava que: era permitido certos castigos corporais, como surras com chicote, vara e correia de couro, por a ferros ou no tronco, acorrentar pelos pés e pelo pescoço; mas jamais podiam decretar morte, mutilar quaisquer de seus membros ou marcar a fogo,

¹⁰⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 188.

¹⁰⁶ *Gen. Missive* ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 1º de outubro de 1644. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 189.

¹⁰⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 189-191.

atribuições que caberiam à justiça holandesa julgar¹⁰⁸. As condições de trabalho dos escravos eram bastante pesadas, sendo obrigados a trabalhar todos os dias da semana, inclusive aos domingos, do que eram desobrigados caso trabalhassem para os portugueses ou para os judeus, devido aos seus dias santos¹⁰⁹.

A recusa no cumprimento da ordem do Conselho dos Dezenove, datada de 1635, quanto à liberação dos negros nos dias de domingo por razões religiosas, talvez se deva ao fato de que a própria Igreja Reformada nunca se preocupou muito com a instrução religiosa dos negros, conforme Gonsalves de Mello. Apesar da missão religiosa a ser realizada com os negros, que previa faze-los aceitar com boa vontade a escravidão¹¹⁰, os ministros protestantes não se empenharam na catequização dos negros.

Neste sentido, o grande propósito dos pregadores reformados esteve direcionado para a moralização da colônia, o que justifica a atenção para a questão das uniões e do contato sexual, sempre proibidos entre os holandeses e qualquer população de cor, fossem negros, fossem índios. Por isso, as atas dos sínodos e das classes eclesiais são ricas em informação sobre a vida dos escravos africanos, trazendo a existência de famílias escravas constituídas sob o domínio holandês e de matrimônios reconhecidos pela Igreja Reformada, como pesquisou Pedro Puntoni¹¹¹.

A respeito desse assunto, Boxer admite que:

“[...] os holandeses não fizeram tentativas muito pertinazes para converter os escravos ao protestantismo. Esse assunto foi discutido muitas vezes no Consistório Calvinista do Brasil, com a sanção dos Heeren XIX da Europa, mas nada se resolveu de concreto, em parte pela falta de pregadores competentes em português.”¹¹²

De qualquer forma, a instrução religiosa dos negros foi um projeto do Conselho dos Dezenove dirigido pela Igreja Reformada, embora o Conselho Eclesiástico não tenha respeitado as ordens do governo holandês de modo prático. Além da justificativa mais imediata, isto é, não desviar os negros do trabalho na lavoura, Gonsalves de Mello

¹⁰⁸ WIC. *DN de 25 de maio de 1637*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 10 out. 2017.

¹⁰⁹ Havia uma proibição formal do governo holandês no sentido de proibir o trabalho escravo aos domingos. Contudo, a regra não era respeitada nem mesmo pelos flamengos, quanto mais pelos senhores de engenho sob seu domínio. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. Cit.* p. 197.

¹¹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. Cit.* p. 198.

¹¹¹ PUNTONI, Pedro. *A Miserável Sorte: a escravidão africana no Brasil Holandês*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 164-165.

¹¹² BOXER, Charles. *Op. Cit.* p. 196.

desmente a alegação da dificuldade da língua como empecilho para a instrução dos negros, porque tais dificuldades foram superadas em matéria de catequização indígena.

Ademais, a questão era controversa e gerava um grande conflito entre o Conselho dos Dezenoves e o Conselho Eclesiástico. Decidida a Igreja a cuidar da instrução religiosa dos negros, os protestantes pediram que fosse divulgado um edital para liberação dos escravos para frequentar a igreja aos domingos, documento que nunca foi publicado. Por outro lado, o governo holandês admitia a necessidade de levar a palavra de Deus aos negros, mas não aceitava as formas sugeridas pelos pregadores¹¹³.

Em um documento holandês de 1645, aparece o motivo da inércia da Igreja quanto à instrução religiosa dos escravos, a partir do qual é possível perceber a visão neerlandesa sobre os negros naquele momento:

“[...] para instruir os negros não achamos ainda alguém que se revelasse capaz disto ou que espere obter algum resultado com a instrução, uma vez que os escravos são todos pessoas de pouca inteligência e sendo empregados em serviços domésticos têm pouco tempo para aprender a ler e a educar-se para, com esse princípio, iniciarem-se na religião cristã [...]”¹¹⁴

Entretanto, em 1645, os projetos foram praticamente abandonados com a eclosão da insurreição. Ainda assim, apesar da ausência de uma diretiva formal, pode-se conhecer iniciativas particulares de catequização dos negros durante o Brasil Holandês, como a desenvolvida pelo predicante Vicent Joachim Soler, quem procurava ensinar e batizar as crianças negras¹¹⁵.

De todo modo, Puntoni indica a fundação, nesta época, da Igreja Reformada na África, sob a responsabilidade de um predicante do Recife, chamado Nicolau Ketel. A liberação do predicante não tarefa fácil e deveria obedecer a certas condições, quais sejam: a de permanecer pelo prazo máximo de um ano na África e a de que sua ida estaria condicionada a vinda de substituto¹¹⁶. De fato, as circunstâncias esperadas por Ketel foram conseguidas, sobretudo com a indicação de Batilier para assumir seu posto, obtendo a autorização e instruções para servir “a Igreja de Deus em Luanda”¹¹⁷.

¹¹³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 201.

¹¹⁴ *Gen. Missive* ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 13 de fevereiro de 1645. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 201.

¹¹⁵ A atuação dos predicantes calvinistas durante a dominação flamenga no Brasil Colônia, com ênfase nas cartas de Vicent Soler, será assunto do próximo capítulo.

¹¹⁶ PUNTONI, Pedro. *Op. Cit.* p. 167.

¹¹⁷ Não se conhece mais detalhes sobre a experiência de Ketel em Luanda, mencionada por Puntoni.

Se a catequização não tivera dado certo em Pernambuco, parece que houve tentativa, por parte dos artífices neerlandeses empregados da WIC de ensinar aos negros seus ofícios, segundo determinação do governo holandês. Tal ensino, ao contrário da instrução religiosa, logrou êxito, uma vez que alguns negros conseguiram a alforria a partir do trabalho no ofício aprendido com os flamengos¹¹⁸.

Assim, ressalta-se a proeminência da análise da relação dos holandeses com os negros partindo da instituição da escravidão a qual estes estavam subjugados. Isto significa que a historiografia abordada tenderia a ver que eram como escravos que os negros interagiam com os flamengos. Entretanto, olhar apenas esse prisma é enxergar a superficialidade das complexas relações sociais.

É quase unânime, neste sentido, dentre os autores pesquisados, a insistência no trato humano que os neerlandeses dariam aos escravos. Boxer expõe que os portugueses admitiam que os holandeses tratavam os negros “com mais brandura e compreensão do que eles”¹¹⁹, referindo-se a Angola. No tempo de Nassau especialmente, seria a atitude dos holandeses “mais humana, mais sensível e mais profícua”. Nestes termos, Mello endossa: “[...] os holandeses, em geral, trataram os escravos com humanidade [...]”¹²⁰. Entretanto, o que interpretações deste gênero revelam é uma benevolência piedosa do lado holandês contrastada com a extrema passividade do lado dos negros.

Por isso, é preciso questionar tais fórmulas que encerram a discussão histórica imobilizando as relações que, naturalmente, são conflitivas, ou seja, faz-se necessário perceber que não se tratavam de relações de um só tipo, muito menos que as mesmas fossem vias de único sentido. Assim, convém perceber que os negros, como participantes da história do Brasil holandês também escolheram colaborar e/ou resistir a essa dominação, observando atuações particulares que tradicionalmente foram silenciadas.

Desta feita, o que muitas das fontes omitem e que a historiografia acabou por muito tempo não questionando era o verdadeiro grau de interação entre esses atores. O próprio historiador Gonsalves de Mello admite a ocorrência de amizades entre holandeses e negros. Isto significa que, apesar de todo o distanciamento que o Conselho dos Dezenove pregava entre senhores e escravos; apesar da delimitação do grau de relacionamento estar na afirmação, feita pela própria historiográfica, de que os holandeses

¹¹⁸ Carta do Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de maio de 1644. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. Cit.* p. 202.

¹¹⁹ BOXER, Charles. *Op. cit.* p. 162.

¹²⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. cit.* p. 203-204.

tratavam os negros com humanidade; apesar de todo o esforço das fontes de silenciarem os nomes dos negros que pegaram em armas para lutarem pelos flamengos, efetivamente houve negros que colaboraram com a dominação holandesa no século XVII.

Pensar que os holandeses somente se dirigiam aos escravos em termos de números e como mercadorias é negar toda tradição historiográfica inaugurada com Gilberto Freyre na clássica obra *Casa Grande e Senzala*¹²¹, de perceber as relações horizontais que atravessam o processo histórico. Por outro lado, se lançarmos luz sobre a os negros enquanto sujeitos, sem negar a violência das relações escravistas, há uma chance de alcançarmos a dimensão a qual esse trabalho se propõe, qual seja, a de visualizar os atores coloniais escolhendo suas alianças, nesse sentido colaborando, ou, de modo inverso, resistindo à dominação holandesa. Contudo, admite-se que se trata de um grande esforço interpretativo, nesse caso específico, uma vez que as fontes também não contribuem para iluminar nominalmente os negros que aderiram à causa flamenga.

Em primeiro lugar, é possível localizar casos de casamentos de holandeses com negros, ainda que raros ou silenciados, como o de um soldado da WIC, de nome Jan Hellingh, sob o comando do major Craey, que pediu licença ao Alto Conselho para casar-se com uma escrava da Companhia em 1641¹²². A permissão fora conseguida graças ao pagamento, por parte do soldado, da alforria de sua futura esposa. Apesar da autorização, casos como este eram mesmo excepcionais, uma vez que, os pastores reformados exerciam uma “vigilância quase policial”¹²³ no que tange aos casamentos.

Outra questão diz respeito ao relacionamento doméstico entre negros e flamengos. Muitos negros desempenhavam serviços mais próximos aos senhores, possuindo intimidade com os holandeses. Alguns negros serviam aos mais variados favores, de onde nasceram grandes amizades, ao ponto de os próprios flamengos darem seus nomes aos negros, como foi o caso de Jan Claessen e Joahan Harde, que receberam nomes holandeses.¹²⁴

Neste ínterim, variados são os exemplos: o conselheiro supremo Johan Ghijsselin, que carregou consigo um mulequinho negro de nome Jacques Guillardt que havia sido vítima de um grave acidente a bordo de um navio holandês e teve suas pernas amputadas. Eis que o conselheiro dá profundas provas de amizade responsabilizando-se pelo

¹²¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. (Original de 1933.) 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

¹²² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. cit.* p. 203.

¹²³ *Ibidem*. p. 199.

¹²⁴ *Ibidem*. p. 204.

menino¹²⁵. Elias Herckmans, presidente do Conselho Político, também demonstrou interesse por crianças negras aprisionadas nas Alagoas dentro de um navio holandês, decidindo pegar um menino e uma menina de idades de, respectivamente, cinco e seis anos, para cuidar em sua casa, apadrinhando-as¹²⁶.

O conselheiro supremo Hendrick Haecxs envolveu-se com uma negra de nome Juliana, que o serviu pessoalmente por oito anos, apesar de propriedade da WIC. Por isso, o neerlandês resolveu compra-la, juntamente com sua filha chamada Domingas, pela quantia de 200 florins para libertá-las da escravidão¹²⁷. O documento que descreve a alforria destas negras registra ainda da liberdade concedida a Simão Gonçalves, negro que o serviu por dezoito anos no estaleiro da WIC, por parte do governo holandês.

Como pode-se perceber, era comum que os holandeses se afeioassem a certos negros, os levassem as Províncias Unidas e chegassem a lhes conceder a alforria pelo grau de amizade desenvolvida. Um desses casos consta de uma senhora holandesa, esposa de Ottho Etmijer, que carregou uma negra que pertencia à WIC de volta à Holanda para cuidar de seu filho, sob condição de “[...] devolver a negra mencionada à Companhia ou a mandar de volta para o Brasil a bordo de um navio de carga ou de um navio da Companhia, arcando com os custos do mesmo [...]”¹²⁸.

Entre os negros colaboradores que receberam nomes neerlandeses, a Rendição de holandeses em Pernambuco¹²⁹, uma publicação realizada por Gonsalves de Mello do documento assinado entre portugueses e holandeses em 1654 durante a capitulação da Taborda, há o caso de Claes Matthÿsen. O documento não deixa claro se Matthÿsen era escravo ou não, mas é provável que o negro não o fosse tendo servido aos holandeses como capitão dos negros na ilha de Fernando de Noronha sob posse da WIC.

De acordo com o documento, Matthÿsen possuía um procurador em Pernambuco que atendia pelo nome de Mathias Nosemans e representava seus interesses perante o

¹²⁵ Carta de Johan Ghijselin ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 20 de março de 1637. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 196.

¹²⁶ De acordo com o documento “[...] o Presidente adotou uma negrinha e um negrinho, crianças entre 5 à 6 anos para educa-los.” WIC. *DN de 27 de abril de 1636*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 13 out. 2017.

¹²⁷ WIC. *DN de 9 de fevereiro de 1654*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 18 out. 2017.

¹²⁸ WIC. *DN de 24 de janeiro de 1636*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 13 out. 2017.

¹²⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. A rendição dos holandeses no Recife. *Op. cit.* p. 19.

Alto Conselho, enquanto ele mantinha a ordem na ilha. A respeito daquela localidade, Gonsalves de Mello informou que Fernando de Noronha funcionava, para os holandeses, como um local de repouso e tratamento de soldados doentes e que grande parte dos seus moradores permanentes era mesmo negros escravos, população a qual acabou por organizar um levante em 1652.

Efetivamente na guerra que estava em curso, é possível visualizar a colaboração de negros com os flamengos não apenas na condição de escravos, mas como soldados, pegando em armas para lutar pela permanência dos holandeses no território¹³⁰. Assim que foi iniciada a insurreição, foram os neerlandeses Gijsbert de With e Jacob Hammel em Maurícia e o almirante Lichthardt e Bartolomeu van Ceulen no Recife, tratar de arregimentar negros que quisessem engrossar as fileiras holandesas¹³¹.

Neste ponto, pode-se destacar o protagonismo negro como soldado nas guerras pernambucanas do século XVII, perspectiva pela qual é possível capturar a resistência ou a colaboração em relação à dominação holandesa. Assim, notável foi a figura do mulato João de Andrade que acabou por se tornar, já na altura do ano de 1648, chefe das forças negras que lutavam pelos flamengos¹³².

De acordo com Puntoni, naquele tempo, os holandeses “[...] andavam de casa em casa em Recife procurando negros aptos a ajudarem na defesa”¹³³. Constam nos documentos da época que fora iniciativa do próprio mulato João de Andrade procurar ao Conselho Supremo para oferecer seus serviços sob a condição de que se tornasse capitão de uma companhia de negros e de mulatos¹³⁴. Imediatamente, a Companhia aceitou seus serviços e o acolheu em 1648. Andrade conseguiu recrutar negros e mulatos para seu regimento.

Assim, a companhia de negros e mulatos entrou em combate contra as forças luso-brasileiras. João de Andrade chegou a ser ferido em batalha ocorrida no Forte de Altena em 21 de maio de 1648, vindo a requerer indenização da Companhia. A WIC lhe concedeu 120 florins pagos com um escravo que valia 200 florins, logo, tornou-se

¹³⁰ De acordo com Gonsalves de Mello: “Várias foram as nações importadas durante o domínio hollandez. Ardrenses, Minas, Angolas, Calabrenses, Sombrenses, Guinés; negros do Cabo, Congo, São Thomé, Serra Leôa, Cabo Verde. Sudanezes e Bantus.”. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. Cit.* p. 215. Destas nações, Hebe Mattos aponta que a maior parte dos escravos que pegaram em armas nas guerras de Pernambuco eram de origem africana, chamados de “Angolas, Minas e Ardras”. MATTOS, Hebe. *Guerra Preta*. *Op. cit.* p. 439.

¹³¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. Cit.* p. 204.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ PUNTONI, Pedro. *Op. Cit.* p. 167.

¹³⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A rendição dos holandeses em Recife*. *Op. Cit.* p. 86.

devedor de 80 florins para a empresa¹³⁵. Apesar de todos os percalços, o regimento comandado por João de Andrade só parou de lutar com a rendição dos holandeses, datada de 1654.

Colaborou ainda com os flamengos, um capitão por nome Antônio Mendes, que chefiava uma companhia de índios, mulatos e negros. O regimento de Antônio Mendes, por ter servido aos flamengos, foi perdoado nos termos da rendição dos holandeses de 1654, podendo sair do território outrora ocupado, sem, contudo, levar suas armas¹³⁶. De acordo com o documento, Mendes serviu aos holandeses na tropa auxiliar por alguns anos e, como Alferes, a partir de 1652.

Neste ano, teria Antônio Mendes representado perante ao Alto Governo os serviços que prestara com “os índios de sua nação”, do que contabilizou a realização de três assaltos contra os portugueses e o assassinato de “nove soldados portugueses e um negro”¹³⁷. Contudo, o governo holandês alegou a inexistência de provas concretas das mortes perpetradas pelo índio, ainda assim, o designou uma certa quantidade de florins como retribuição, “a título de encorajamento”.

Apesar de ter sido incluído nos termos da rendição, Mendes teria sido alvo de suspeitas de lealdade por volta do ano de 1658, tendo, por isso, sido preso e encaminhado para Lisboa juntamente a mais três de sua tribo, para provar sua inocência. Na ocasião, Mendes negociou sua liberdade pela missão de trazer de volta à obediência portuguesa os índios refugiados após a expulsão dos holandeses¹³⁸.

Assim sendo, ambos os casos de capitães supracitados vão de encontro com a tradição historiográfica que afirma que os negros só se encontravam nas fileiras holandesas na condição de escravos, servindo apenas como “carregadores dos mantimentos, ou munições, dos despojos dos saques”, isto é, ficando encarregados dos “serviços mais pesados”, porque “os pretos não se acostumaram com as armas de fogo dos flamengos”¹³⁹. De fato, tais interpretações não são completamente despropositadas, pois apoiam-se nas crônicas de guerra do período, sobretudo aquelas de autoria de Frei

¹³⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. Cit.* p. 204.

¹³⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. A rendição dos holandeses em Recife. *Op. Cit.* p. 85.

¹³⁷ *Ibidem.* p. 86.

¹³⁸ Infelizmente, não há muita informação sobre o caso de Antônio Mendes na documentação que se apresenta lacunosa sobretudo ao tratá-lo ora como índio, ora como negro, em determinados momentos.

¹³⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. A situação do negro sob o domínio holandês. *Op. Cit.* p. 206.

Raphael de Jesus¹⁴⁰ e de Ambrósio Richshoffer¹⁴¹. Entretanto, é preciso matizar esse olhar sobre os negros, o qual escamoteia sua verdadeira participação no conflito luso-holandês.

Desta forma, casos como o de João de Andrade e o de Antônio Mendes exemplificam a colaboração explícita dos negros para com a dominação flamenga, não sendo difícil encontrar tropas de negros e mulatos que lutaram pelos holandeses. Conforme Hebe Mattos, o conflito inerente da sociedade, bem como os confrontos armados daquele tempo, levaram escravos a serem incorporados nos dois exércitos em disputa¹⁴².

Por fim, a rendição dos holandeses em Recife conta, também, o caso de Francisco de Angola¹⁴³, quem teria sido Alferes de uma companhia de negros no tempo de dominação holandesa. Tal negro parece ter sido mesmo bastante estimado ente os flamengos, uma vez que foi um dos soldados negros selecionados pelos dominadores para seguirem o rumo da viagem de volta dos holandeses até os Países Baixos, o que teria feito Francisco de Angola, conforme o documento.

Se a historiografia da área comumente constrói uma imagem de resistência dos negros em relação ao governo neerlandês, ou os silencia transformando-os apenas em escravos, ou resolve a questão apelando para o discurso da humanização dos holandeses para com os negros, é observando as trajetórias individuais, iluminando casos de atuação que se pode alcançar a dimensão do binômio resistência/colaboração também para a participação dos negros na construção do complexo Brasil Holandês.

De maneira concreta, pode-se admitir que houve negros que colaboraram com a permanência flamenga na colônia, não somente no papel de escravos, mas como soldados e chefes militares, como foram os casos dos capitães João de Andrade e Antônio Mendes. De uma forma geral, não é possível definir a posição dos negros em relação à dominação holandesa de uma única maneira. Por isso, vale recordar que alguns resistiram, mas muitos outros negros colaboraram efetivamente com permanência flamenga, o que admitiram os próprios holandeses em documentação oficial:

“Quanto aos escravos que antes do período de paz passaram para nosso lado, estes não poderão ser restituídos sem cometer o maior ato de ingratidão do qual já se teve notícia, porque dos negros que fugiram de seus mestres, alguns nos serviram durante 4, 5, 6, 7 anos e mostrara que são fiéis para com nosso estado,

¹⁴⁰ JESUS, Raphael. Castrioto Lusitano. *Op. Cit.*

¹⁴¹ RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*. (original de 1677). Recife: 1897.

¹⁴² MATTOS, Hebe. *Op. Cit.* p. 439.

¹⁴³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. A rendição dos holandeses em Recife. *Op. Cit.* p. 86.

muitos eram soldados, alguns outros nos mostraram os caminhos desconhecidos no país, e deste modo, por causa deles, conseguimos entrar país a dentro e podemos conquista-lo.”¹⁴⁴

3.4 – Guerra e etnogênese

Entre os indígenas, estreitas relações foram estabelecidas não somente com os portugueses, mas também com os neerlandeses. De acordo com Gonsalves de Mello, os principais aliados dos flamengos parecem ter sido os tapuias, embora sua ferocidade assustasse até mesmo os amigos. Os tapuias nunca foram submetidos por não aceitarem a disciplina, nem a rotina de uma aldeia, do contrário, aparecem enviando sugestões e planos para os holandeses vencerem os portugueses. Ainda assim, foram importantes aliados, atuando em expedições militares que levaram ao domínio da capitania de Rio Grande, a tomada do Forte de Santos Reis em 1633, entre outras conquistas¹⁴⁵.

Os tapuias foram mesmo, como chamou Ernst van den Boogaart, os “aliados infernais” dos holandeses¹⁴⁶. Vistos como selvagens perigosos, os tarairius¹⁴⁷ eram temidos, cuja ferocidade conferia até aspecto de inimigos. O soldado dinamarquês Peter Hansen confessou, em seu diário, que se sentia amedrontado com a proximidade aos tapuias. A este respeito, o soldado narrou um encontro bastante tenso que tivera com Nhanduí, quando levou-lhe uma carta contendo proibição expressa emitida por parte do Alto Conselho aos tarairius de causar danos aos brasileiros.

Segundo Hansen, “[...] ele [Nhanduí] ficou muito irritado. Até tive a impressão de que queria me matar e devorar [...]”¹⁴⁸. Por isso mesmo, a relação desenvolveu-se com o máximo de cautela, mantendo-os afastados das áreas habitadas a fim de evitar prejuízos,

¹⁴⁴ WIC. *DN de 25 de maio de 1637*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 18 out. 2017.

¹⁴⁵ Particularmente, foram os tarairius os tapuias que mais lutaram pelos holandeses nas guerras pernambucanas. Por sua aparência feroz, arredia, indisciplinada, eram os tapuias os mais temidos. A colaboração deste grupo se acentuou, sobretudo, no momento da insurreição pernambucana, quando atuaram nos massacres de Cunhaú e Uruaçu. Ver. BOOGAART, Ernst van den. “Infernal Allies: the Dutch West India Company and the Tarairiu, 1631-1654”. In: J. M. Siegen et. al. (Org). *A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague: The Government Publishing Office, 1979. p. 519-538.

¹⁴⁶ Ernst van den Boogaart analisou os dados sobre o chefe Janduí e Roloux Baro, pesquisados por Gonsalves de Mello, e acrescentou novas informações sobre os contatos entre os tarairius e a WIC. BOOGAART, Ernst van den. *Op. cit.*

¹⁴⁷ Tarairius eram os tapuias habitantes do interior do Rio Grande.

¹⁴⁸ HAJSTRUP, Peter Hansen. *Viagem ao Brasil, 1644-1654*. Organização de Benjamin Nicolaas Teensma, Bruno Romero Ferreira Miranda e Lucia Furquim Werneck Xavier. Recife: Cepe, 2016. p. 71.

principalmente após o episódio de 1639, quando Nhanduí aproximou-se com 2 mil homens do povoado do Rio Grande e provocou grandes danos aos moradores¹⁴⁹.

Por outro lado, o procedimento para com os tupis se diferenciava por terem sido aldeados e submetidos ao governo do Conselho Supremo. É devido à missionação calvinista e ao aproveitamento de seus serviços militares que se deve a convivência mais estreita entre tupis e holandeses. Apesar do direito à liberdade dos brasileiros reafirmado em mais de um regimento, houve um momento no qual se permitiu a escravização dos índios inimigos dos aliados dos holandeses:

“[...] Entretanto, no que concerne aos que em guerras no interior, entre brasileiros e tapuias, por uns ou por outros, tenham sido feitos prisioneiros e oferecidos à venda aos nossos, ou ainda no caso de correrem perigo de serem sacrificados, é decisão nossa que esses tais sejam comprados pela Companhia pelo menor preço possível e que fiquem obrigados a trabalhar, para recuperar a liberdade, por sete anos, seja em serviços da Companhia ou alugados a terceiros, com a condição de, decorridos os ditos sete anos, serem libertados.”¹⁵⁰

No entanto, a permissão foi revogada pelo Conselho dos XIX, que recomendou que os brasileiros devessem todos serem considerados livres¹⁵¹. Contudo, Gonsalves de Mello aborda que alguns índios foram mantidos em um regime de quase escravidão pelos holandeses, o que significa que foram explorados, maltratados e mal pagos, embora o próprio Nassau tenha se ocupado de reprimir os abusos aos indígenas¹⁵².

Assim, tendo em vista que os documentos analisados no presente capítulo foram produzidos pelos brasileiros, a análise foi centrada na fidelidade dos potiguaras aliados aos holandeses. A colaboração de tais índios parece ter sido fundamental para a resistência holandesa durante o período da insurreição pernambucana. Tal adesão desenvolveu-se tanto no terreno militar, quanto no político, como no religioso, de tal forma que os próprios cronistas da época registraram tal fato.

Do lado holandês, ninguém menos que Joannes de Laet, um dos diretores da WIC, testemunha os serviços brasileiros a WIC, como no episódio da acolhida, na qual travou-se os primeiros contatos entre os potiguaras e os neerlandeses na baía da Traição: “Os

¹⁴⁹ WIC. *DN de 26 de novembro de 1639*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 20 out. 2017.

¹⁵⁰ *Gen. Missive* ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. cit.* p. 216-7.

¹⁵¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. cit.* p. 217.

¹⁵² *Ibidem*. p. 217-8.

Brasilianos que moravam nas terras adjacentes, vieram ter com os nossos, e lhes ofereceram seus serviços contra os Portugueses”¹⁵³.

Também testemunha a atuação dos brasileiros como soldados fiéis aos holandeses até os últimos suspiros da ocupação neerlandesa no Brasil o soldado Peter Hansen, quem apontou a presença de dez brasileiros num grupo de trinta militares a serviço da WIC na aldeia de São Lourenço. Embora não tenha revelado o nome de tais indígenas, o dinamarquês indicara sua lealdade ao resistir aos ataques luso-brasileiros iniciados em 1645. No episódio mencionado por Hansen, “não voltaram mais do que quatro brasileiros para relatar o acontecido”¹⁵⁴.

Aos olhos do Frei Manoel Calado, que escreveu em 1648 pela perspectiva portuguesa: “os índios foram traidores, à lei de Deus e à Pátria amada”¹⁵⁵. Segundo o religioso, a colaboração destes índios protestantes os transformava em duplamente criminosos, pois tanto configuravam-se como traidores, por serem inimigos do Estado Português; quanto em verdadeiros hereges, por serem contrários à Igreja Católica. Neste sentido, parece correta a afirmação de Viração, que considera a religião protestante como responsável por firmar a aliança entre os índios e os holandeses¹⁵⁶.

Se é certo considerar que a aliança com os brasileiros fez parte das estratégias militares holandesas de conquista do território, convém-se destacar a bilateralidade desta relação, isto é, a indubitável participação destes indígenas em tais uniões, avaliando sua colaboração ativa à governabilidade holandesa. Assim, ao ponderar o grau de relação entre os potiguaras e os holandeses, pode-se constatar, como o fez Meuwese¹⁵⁷, que tais índios se inseriram nos espaços militar, político, social e religioso das capitanias açucareiras do Norte.

No Brasil holandês, a WIC vinculou-se aos potiguaras e tapuias como aliados militares. O programa holandês proveu a educação de brasileiros ativos com o objetivo de constituí-los intérpretes, o que ocorreu com a partida de seis indígenas da Paraíba em 1625. Quando estes “potiguaras diplomatas” retornaram, tornaram-se proeminentes mediadores entre os holandeses e os indígenas, como Pedro Poti e Antônio Paraopaba, recompensados com prestígio material e posições políticas pelo governo holandês.

¹⁵³ LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais*. *Op. cit.* p. 95-8.

¹⁵⁴ HAJSTRUP, Peter Hansen. *Op. cit.* p. 53.

¹⁵⁵ CALADO, Manoel. *Op. cit.* p. 230.

¹⁵⁶ VIRAÇÃO, Francisca Jaqueline de Souza. *Op. cit.* p. 19-20.

¹⁵⁷ MEUWESE, Mark. *Op. cit.* p. 461-470.

Contudo, Poti e Paraopaba nunca abandonaram suas identidades potiguaras, utilizando, sempre que possível, suas influências entre as autoridades neerlandesas para conseguirem mais autonomia para sua nação. Assim, ambos intermediários, atuando como porta-vozes potiguaras, protegeram os brasileiros da exploração colonial dos portugueses e de seus próprios aliados e acabaram desenvolvendo novas identidades, como explicou Meuwese¹⁵⁸. Embora não tenham conseguido unir toda a nação brasileira sob sua liderança, é paradoxo observar que propagaram a autonomia a partir da dependência holandesa, segundo as regras coloniais holandeses.

Mediante a derrota dos holandeses em 1654, despontou-se a decepção dos potiguaras ao sentirem-se traídos e abandonados. Ainda que os intermediários Paraopaba e Carapeba tentassem persuadir as autoridades neerlandesas a fornecerem ajuda militar e material aos brasileiros para sobreviverem aos portugueses no Brasil, como apareceu nas representações examinadas, os Estados-Gerais não se sentiram na obrigação de ajudá-los, concedendo abrigo apenas àqueles mediadores. Por isso, não se pode afirmar que as relações estabelecidas entre brasileiros e holandeses, mesmo tendo sido acordos bilaterais, tenham sido desenvolvidas de forma simétrica entre si¹⁵⁹.

Neste interim, houve uma “etnificação”¹⁶⁰ do grupo brasileiro no contato com os holandeses, a partir do momento em que os colonizadores realizaram uma operação colonial de classificar os subordinados. Mais que instrumentos de dominação integrados às políticas coloniais de formação de alianças, a definição de grupos étnicos orientou a criação de uma nova identidade indígena, enquanto os próprios nativos fizeram uso deste etnônimo como forma de sobrevivência étnica do grupo. De fato, a categoria “brasileiro”, conhecida na Holanda após a publicação do panfleto de Paraopaba em 1657, surgiu como parte de uma etnogênese, a partir das relações estabelecidas entre os potiguaras e os holandeses, desde o encontro de 1624 que levou seis índios a Amsterdã, originando uma divisão na nação e fazendo nascer um tipo novo de Potiguara¹⁶¹.

De acordo com John Monteiro, o conceito de etnogênese segundo Jonathan Hill refere-se a origem histórica de um povo que se constituiu segundo estratégias culturais e

¹⁵⁸ Ibidem. p. 465-466.

¹⁵⁹ Ibidem. p. 469-470.

¹⁶⁰ O exame da etnificação e da etnogênese para o caso dos brasileiros baseia-se nas definições de John Monteiro em sua tese. Ver: MONTEIRO, John. “Entre o Etnocídio e a Etnogênese. Identidades Indígenas Coloniais.” In: *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Departamento de Antropologia. IFCH-UNICAMP, 2001. p. 53-78.

¹⁶¹ HULSMAN, Lodewijk. *Op. cit.* p. 67.

políticas de seus atores nativos em conflitos internos e externos e se auto-definem a partir de seu patrimônio sociocultural e linguístico¹⁶². Desta maneira, a identidade étnica dos brasileiros foi forjada através da ação consciente e criativa dos nativos, que incorporaram elementos de outros grupos, reinventaram práticas e tecnologias dos europeus, sobretudo em termos políticos e militares, e reorientaram suas próprias hierarquias sociais na consolidação de poder¹⁶³, especialmente num mundo colonial, onde a aliança, a vassalagem e o privilégio foram considerados na projeção de lideranças indígenas.

A respeito do papel das lideranças indígenas¹⁶⁴, é nítido observar sua capacidade de esboçar respostas variadas ao mundo colonial, utilizando-se, se fosse preciso, de instrumentos introduzidos pelos colonizadores, como nos casos de Felipe Camarão, Pedro Poti e Antônio Paraopaba. Dentre os documentos produzidos por tais líderes, cabe destacar a resistência de Camarão simultânea à colaboração de Poti e de Paraopaba aos holandeses mediante a apropriação de símbolos e discursos europeus para buscar espaço próprio no interior do Brasil Holandês.

Nestes termos, pode-se perceber a escolha dos aliados por estes brasileiros como parte de um projeto político de fortalecimento, de preservação de sua autonomia e de busca de maiores vantagens¹⁶⁵. Portanto, as alianças seladas entre os brasileiros e os holandeses, evidentemente desiguais, correspondiam a interesses de ambas as partes que negociavam segundo as perspectivas de futuro apreensíveis no momento histórico de convivência entre seus líderes e representantes.

Por isso, é preciso sublinhar a complexidade da identidade Potiguara, cujas práticas políticas incluíam as opções pela colaboração, pela acomodação e pela aliança como estratégias de sobrevivência¹⁶⁶. Nos casos examinados, determinados índios envolveram-se numa guerra que era, em última instância, luso-holandesa e colaboraram com os atores europeus negociando a tessitura de alianças numa estratégia para resguardar sua autonomia enquanto grupo étnico, no fenômeno descrito como “ethnic soldiering”

¹⁶² MONTEIRO, John. *Op. cit.* p. 56.

¹⁶³ HILL, Jonathan (org). *History, Power and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996. Apud. MONTEIRO, John. *Op. cit.* p. 57.

¹⁶⁴ *Ibidem.* p. 75.

¹⁶⁵ A respeito da escolha indígena dos seus aliados ver GARCIA, Elisa Frúhauf. “Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de ‘amizade’ entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c. 1750-1800)”. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 24, nº 40: p. 613-632, jul-dez 2008.

¹⁶⁶ MONTEIRO, John. “Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios”. In: NOVAES, Adauto (org.) *A Outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 238.

por Monteiro, com base no conceito de Neil Whitehead¹⁶⁷. Assim, emergiram os brasileiros como uma unidade sociopolítica distinta.

De modo semelhante, a adesão ao calvinismo também representou uma escolha consciente por parte dos brasileiros, sobretudo pelos processos de apropriação e de ressocialização desenvolvidos no interior das aldeias missionárias. Ao pensar na religião como elemento constitutivo e construtor do mundo colonial, conforme Maria Regina Celestino de Almeida¹⁶⁸, faz-se necessário ressaltar o papel dos predicantes reformados e das aldeias calvinistas, elaboradas aos moldes inacianos, que proporcionaram um relevante espaço para a reconfiguração da identidade étnica dos brasileiros.

Assim, seja pela espada – algo bastante familiar a estes indígenas guerreiros – seja pela escrita – o que testemunham as cartas e as memórias produzidas por tais lideranças – Poti e Paraopaba colaboraram abertamente com os holandeses, processo no qual foi evidenciado sua inserção no mundo colonial das guerras pernambucanas do século XVII. A adesão à causa flamenga significou a reinvenção da identidade étnica dos brasileiros, que se demonstravam, ao manipularem a linguagem escrita e conhecerem os estatutos neerlandeses, cada vez mais fiéis protestantes e leais súditos dos Estados Gerais.

Em relação aos negros, Evaldo Cabral de Mello adverte que sua participação na restauração não se deu apenas dentro do regimento de Henrique Dias. Mesmo do lado português, escravos e negros totalizavam 900 homens em 1654 na contagem de Francisco Barreto, disseminados por vários terços por motivos de segurança¹⁶⁹.

Como pode-se observar, obstinada foi a resistência que Henrique Dias fez aos holandeses, sendo ferido inúmeras vezes em batalhas contra os dominadores e utilizando dos códigos escritos para requerer o devido reconhecimento aos serviços prestados por parte da Coroa portuguesa, tendo se tornado uma forte liderança nos tempos de guerra. Contudo, não somente o governador dos negros, como especificamente todo o terço da gente preta, fora de suma importância para a recuperação portuguesa do território, como denota a historiografia especializada no período histórico.

¹⁶⁷ De acordo com Neil Whitehead, “ethnic soldiering” refere-se a “especialização bélica de alguns grupos étnicos” mediante a “incorporação de determinadas etnias nas tropas coloniais”. Cf. WHITEHEAD, Neil. “Carib Ethnic Soldiering in Venezuela, the Guianas, and the America, 1492-1820”, *Ethnohistory*, 1990, 37, nº 4, pp. 357-385. Apud. MONTEIRO, John. *Entre o Etnocídio e a Etnogênese*. *Op. Cit.* p. 63.

¹⁶⁸ Noção de aldeamento como espaço possível de recriação de identidades indígenas conforme ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

¹⁶⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. *Op. Cit.* p. 193.

No todo, a guerra que se desenrolou no território de Pernambuco não chegou a afetar a instituição da escravidão em relação à obediência a propriedade servil, nem em relação ao quantitativo de escravos para o trabalho. No que diz respeito aos holandeses, “a conquista do Brasil não significou o controle imediato do sistema produtivo açucareiro”¹⁷⁰. Apesar de toda a relutância inicial, uma vez conquistado o território, os neerlandeses não demoraram a perceber a mão-de-obra escrava africana como a grande necessidade para alimentar o sistema.

Do ponto de vista da produção do açúcar, também não houve grande alteração durante o tempo de dominação flamenga, visto que a mão-de-obra empregada nos engenhos permaneceu sendo a de escravos africanos, passando o próprio tráfico a ser realizado pelos holandeses, na medida em que conquistavam feitorias na África, como as de São Jorge da Mina, na Guiné, em 1637 e as de São Paulo de Luanda, em Angola, em 1641.

De acordo com Alencastro, um erro grave dos holandeses foi a falta de equilíbrio adequado ao binômio reprodução de escravos (tráfico) e produção escravista (engenhos). Em comparação com os portugueses, segundo o historiador, “dogmáticos em matéria de religião, mas pouco ortodoxos em matéria econômica”, os holandeses eram “relativamente tolerantes nos assuntos religiosos”, mas “se mostravam duros com os senhores de engenho endividados”¹⁷¹. Desta forma, carecia a WIC de manejo na gestão escravista.

De qualquer modo, a guerra também afetou em cheio, ao permitir a organização de uma das formas de resistência mais fortes ao sistema da escravidão: os quilombos. Nas palavras de Puntoni:

“Os escravos, fugidos ou obrigados pelas circunstâncias a se ausentarem de suas tarefas produtivas, optavam ou não, por diversas alternativas apresentadas pelo quadro do conflito. A mais radical delas era a formação de comunidades nos interiores da colônia.”¹⁷²

Neste sentido, o que mais atrapalhava a produção açucareira no Brasil Holandês, por parte dos quilombos, eram as entradas, os saques e as destruições que tais negros provocavam desde, pelo menos, o ano de 1638, nos engenhos e nas plantações. De acordo com Puntoni, é possível suspeitar que, nestes primeiros anos, o acampamento não fosse

¹⁷⁰ PUNTONI, Pedro. *Op. Cit.* p. 131-135.

¹⁷¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.* p. 214-215.

¹⁷² PUNTONI, Pedro. *Op. cit.* p. 171-172.

ocupado apenas por escravos fugitivos, mas também por negros libertos, mulatos, índios, brancos criminosos e toda a sorte de desertores que lá encontravam refúgio.

Para tentar conter a agressividade dos escravos rebeldes, o governo holandês lançou várias expedições. Embora algumas não tenham tido grande êxito neste propósito, outras conseguiram atacar e queimar Palmares, como a de 1644. Entretanto, o quilombo resistiu e sobreviveu inclusive ao domínio holandês, passando a ser preocupação dos portugueses por muito tempo ainda após a Restauração de Pernambuco.

De acordo com Puntoni: “Com a guerra, alguns dos escravos passaram a cumprir funções militares, chegando mesmo a destacarem-se em cargos de comando.”¹⁷³ Um clássico exemplo fora a liderança de Henrique Dias que colaborou ativamente com os luso-brasileiros. Contudo, não se pode generalizar a atuação negra pela chave da resistência aos lusitanos apenas. Isto porque muitos negros lutaram ao lado dos holandeses, embora a grande parte de seus nomes não esteja disponível na documentação. No entanto, é preciso relativizar o emprego de escravos na linha de frente das batalhas, uma vez que eram peças caras na produtiva capitania de Pernambuco.

Além disso, a maioria dos escravos evacuou da região logo após a conquista do território pelos holandeses, acompanhando seus senhores na retirada para a Bahia em 1636. Por fim, armar os escravos para lutar em companhias de negros era perigoso, mesmo que a sua atuação fosse controlada pela obediência a lideranças nativas. Por isso, Evaldo Cabral advertiu que “não se deve idealizar assim a participação das companhias de escravos nas guerras holandesas nem associá-las a um sentimento autêntico de confraternização racial”¹⁷⁴.

Por outra via, também não se pode negar que haviam escravos ao lado dos holandeses, até porque estes efetivamente conquistaram feitorias na África, repovoando o Pernambuco de escravos quando da fuga de alguns com seus senhores em 1636. Outro fator a ser levado em conta é a existência da escravidão urbana como uma das facetas da instituição sob o domínio holandês no Brasil, como bem explicou Gonsalves de Mello¹⁷⁵. Nestes termos, para alcançar a participação de negros servindo aos holandeses, percebeu-se que a melhor opção não é pensa-los na condição de escravos, mas principalmente como soldados da Companhia das Índias Ocidentais, recuperando o seu protagonismo.

¹⁷³ Ibidem. p. 167-169.

¹⁷⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. Olinda Restaurada. *Op. Cit.* p. 176.

¹⁷⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos flamengos. *Op. Cit.* p. 194.

Assim, foram como capitães que Antônio Mendes e João de Andrade prestaram serviços aos holandeses, desempenhando a função em relação aos holandeses semelhante àquela que Henrique Dias em relação aos portugueses. Apesar de não aparecerem claramente na documentação, não é impossível pressupor a existência de negros convertidos à religião reformada, uma vez admitido o registro de matrimônios negros pela Igreja Reformada. Portanto, tratam-se de homens que, na guerra entre portugueses e holandeses, seguiram abertamente suas preferências.

Desta forma, os dados analisados permitem refutar a hipótese de que entre os holandeses e os negros haveria mais inimizade que entre os portugueses e os negros, uma vez que os flamengos não possuíam um pinga de “sangue negro nas veias”¹⁷⁶. Tal interpretação segue a linha da mestiçagem para explicar a tradicional resistência dos negros aos holandeses. Como foi percebido, grande foi a proximidade entre negros e holandeses, embora não tão bem documentada como a dos índios com os flamengos.

No contexto da guerra, foi possível identificar negros, senão pelo nome, talvez pela origem, lutando pelos neerlandeses não apenas porque eram obrigados como escravos, mas porque se tornaram capitães – posto muitas vezes requisitado pelos mesmos como condição para a colaboração –, e lideraram terços de negros, índios e mulatos.

Assim, afirma-se que é preciso colorir a História com pessoas reais, sejam protagonistas, sejam figuras de menos destaque, para entender os seus processos. Neste sentido, o esforço de perceber a participação de Felipe Camarão, Henrique Dias, Pedro Poti, Antônio Paraopaba, Antônio Mendes, João de Andrade e tantos outros índios, negros e mulatos na dominação flamenga de Pernambuco levou em consideração a importância decisiva de suas escolhas para o rumo dos acontecimentos no Brasil holandês.

Portanto, foram homens que escolheram o lado pelo qual lutaram e, através de sua colaboração e/ou de sua resistência aos holandeses – estas nem sempre entendidas como facetas opostas, mas principalmente como dimensões da atuação de um mesmo sujeito em momentos distintos, uma vez admitida a própria ambivalência humana –, construíram com os holandeses e com outros atores coloniais, o período de ocupação neerlandesa nas capitâncias açucareiras do Norte do Brasil Colonial.

¹⁷⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. A situação do negro. *Op. Cit.* p. 201.

Capítulo 4 – Disjuntivas judaicas entre a fé e o interesse

Considerados tradicionais culpados pelo ataque holandesa às capitâneas açucareiras pelos autores do próprio século XVII¹, a atuação dos judeus no contexto da dominação holandesa do Brasil merece um exame particular. Primeiramente, é preciso salientar que dentro do grupo genericamente identificado como judeu existia uma infinidade de categorias profundamente distintas entre si. A quase totalidade dos judeus que residia nas capitâneas açucareiras era proveniente da diáspora sefardita².

A história da dispersão da comunidade judaica estabelecida na Península Ibérica durante a Época Moderna remonta às perseguições sofridas no final do século XIV, quando os judeus foram obrigados a se converter ao cristianismo, primeiramente nos reinos de Castela, Aragão e Catalunha, dando origem à comunidade espanhola de *conversos*. Com a determinação dos Reis Católicos, a maioria dos judeus rejeitou a conversão e migrou para Portugal, onde os sefarditas vinham desempenhando importante papel nas navegações. Neste sentido, a determinação espanhola de 1492 ficou conhecida como decreto de expulsão dos judeus.

Contudo, em 1496, Dom Manuel, pressionado pelos Reis Católicos e desejoso de esposar a infanta espanhola Isabel, promulgou uma ordem similar à espanhola chamada de decreto de conversão forçada. Neste caso, o rei português estimulou a promoção de batismos em massa, pois, economicamente, não estava interessado que os sefarditas abandonassem seu reino. Por isso, a maioria dos judeus de Portugal se transformou na comunidade dos cristãos-novos portugueses.

Graças a um processo de entrelaçamento dos cristãos-novos portugueses e dos conversos espanhóis, sobretudo por alianças familiares, econômicas, religiosas e

¹ Como exemplo, há a acusação do capitão português Estevam de Ares da Fonseca, convertido ao judaísmo em Amsterdã e, posteriormente, regresso ao cristianismo, realizada em depoimento a Inquisição espanhola, na qual afirma que: “[...] the Jews of Amsterdam were responsible for the capture of the Pernambuco and the principal one Antonio Vaez Henriquez, aliás Moses Cohen, who went with the said Hollanders and instructed them and gave them plans showing how to take said place [...]”. Depoimento de Estevam de Ares da Fonseca a Inquisição de Toledo, datado de Madrid, 15 de março de 1634. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. p. 211-212.

² A diáspora sefardita não é a primeira diáspora judaica, a que ocorreu no século VI a. C., quando os hebreus migraram do reino de Judá para a Babilônia devido à destruição do templo de Jerusalém por Nabucodonosor. O resultado dessa grande diáspora foi o estabelecimento de um grupo de judeus no norte e centro da Europa (nos atuais territórios da Alemanha, França, Inglaterra, Países Baixos, Suíça e norte da Itália), conhecidos como *ashkenazim*, falantes do iídiche; e de outro grupo concentrado na Península Ibérica, chamados *sefardim*, falantes do ladino ou *judeísmo*. É a respeito da saída desse grupo de sefardim da região da Ibéria que a diáspora sefardita se refere. Dados conforme VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 26-27.

culturais, fortaleceu-se uma espécie de família sefardi. Então, esses cristãos-novos hispano-portugueses, ao menos em Portugal, passaram a possuir certas liberdades, o que os possibilitou a permanecer com algumas práticas judaicas na esfera doméstica de suas casas ou em esnogas improvisadas.

Entretanto, a instituição da Inquisição em Portugal no ano de 1536, no reinado de Dom João III, modificaria radicalmente a situação dos judeus estabelecidos no reino. Seguindo a linha da Inquisição espanhola, fundada em 1478, o Tribunal do Santo Ofício português também perseguiria cristãos-novos suspeitos de judaizarem em segredo, ou seja, os batizados que estariam cometendo a heresia judaica como erro de fé³. Assim, o recrudescimento da perseguição aos cristãos-novos portugueses provocou a diáspora sefardita rumo a outros destinos europeus.

Então, as levas migratórias da comunidade sefardi hispano-portuguesa dirigiram-se, ao longo do século XV e XVI, para o Marrocos; a Península Itálica, sobretudo Nápoles, Roma e Veneza; o Império Otomano; e a região da Flandres, principalmente a Antuérpia. De modo que a comunidade sefardi se difundiu integrada às poderosas redes comerciais judaicas europeias. A partir da primeira metade do século XVII, como a Holanda recebeu grande parte do fluxo de capitais flamengos, substituindo a Antuérpia como centro do capitalismo comercial, é possível considerar, conforme Vainfas, que “Amsterdã estava preparada para se tornar a ‘Jerusalém do Norte’.”⁴

Nesta segunda diáspora sefardita, os cristãos-novos portugueses chegaram à Amsterdã no século XVII com a pretensão de, sob a tolerância holandesa, assumirem de vez o judaísmo de seus ancestrais, no entanto, possuíam uma identidade religiosa criptojudaica. Na verdade, tratavam-se de católicos batizados, de formação cristã, que viviam como judeus, conservando costumes judaicos, os quais, pela distância com o passado judeu e pelos anos de prática restrita aos círculos privados, não possuíam mais que a lembrança da fé, como definiu Nathan Wachtel⁵.

De acordo com o historiador, os criptojudes viviam em uma dicotomia interna entre a fé judaica e a fé católica que se expressava numa dualidade de comportamentos muito comum: entre o passado de uma fé lembrada pela tradição oral e uma religiosidade

³ Para mais informações sobre o funcionamento das Inquisições portuguesa e espanhola ver BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (século XV-XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 35.

⁵ WACHTEL, Nathan. *A lembrança da fé: labirintos marranos*. Lisboa: Caminho, 2002.

cristã vivida visivelmente de modo barroco⁶. A respeito desta ambivalência, Wachtel tratou ainda do surgimento da figura marrana, ligada ao dever de lembrança de ritos praticamente esquecidos pela recusa de uma fé imposta, inevitavelmente assimilada. O marranismo, portanto, caracterizou grande parte das identidades dos judeus novos, híbridas entre a escolha consciente pelo judaísmo, fazendo até bastante esforço para seguir os preceitos desta religião e os traços inegavelmente cristãos de sua formação.

Como tais cristãos-novos estavam a gerações de distância da Lei de Moisés, acabaram passando por um processo de reconstrução do judaísmo em Amsterdã, que envolveu a organização institucional da comunidade e deu origem a um judeu novo. Segundo Yosef Kaplan, o criptojudeu recém-convertido em Amsterdã era, acima de tudo, um judeu em formação, em busca de uma identidade religiosa que desconhecia, mas carregando uma marca de origem, de sua formação cristã, por mais frágil que fosse.

Assim, “a primeira comunidade judia que conheceram foi a que eles mesmos haviam criado”⁷. Viveram estes judeus novos imersos em verdadeiros dilemas pessoais e crises de consciência repletas de dualidades, inseguranças, radicalismos e hesitações⁸. Sobre este terreno de difícil definição identitária, Vainfas resumiu: “o fato é que muitos filhos dos judeus novos continuariam católicos por toda a vida, embora nascidos em meio judeu, marcados pela cultura ibérica, pela língua portuguesa, pela formação cristã”⁹.

Neste interim, reconhecemos o livro *Jerusalém Colonial* como um importante referencial teórico para este trabalho. Desta maneira, convém ressaltar que percebemos que Ronaldo Vainfas se baseou na obra de Yosef Kaplan sobre a história social da comunidade sefardi no século XVII, para operar com o conceito de “judeu novo”, referindo-se ao grupo de cristãos-novos portugueses que assumiram o judaísmo em Amsterdã e emigraram para o Brasil já como judeus; bem como para propor o conceito de “judeus novíssimos”, relacionado aos cristãos-novos da terra que se converteram ao judaísmo no Brasil, no tempo da administração holandesa, sobretudo pelo contato com os judeus portugueses vindos de Amsterdã¹⁰.

De qualquer modo, a transformação de judeus novos em “judeus velhos” poderia demorar gerações. Neste sentido, é preciso atentar para não se pense que houve uma

⁶ Ibidem. p. 354.

⁷ KAPLAN, Yosef. *Judíos nuevos en Amsterdam: estudio sobre la historia social e intelectual del judaísmo sefardí en el siglo XVII*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996. p. 26.

⁸ Ibidem. p. 51.

⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 48.

¹⁰ A partir da distinção de tais categorias, seguiremos na análise dos casos particulares de judeus novos e de judeus novíssimos, além dos cristãos-novos.

transição natural e harmoniosa dos cristãos-novos portugueses em judeus novos de Amsterdã como um processo imediato, absoluto e definitivo, conforme salientou Miriam Bodin¹¹. Trata-se de uma “ilusão de continuidade” que escamoteia as porosas fronteiras entre o mundo judeu e católico que garantia o vaivém dos judeus em termos identitários¹².

Ademais, convém demarcar que os próprios judeus portugueses de Amsterdã se reconheciam mesmo como “gente de nação”¹³. Trata-se de um conceito de época criado para gerar uma distinção do cristão-novo, neófito ou impuro, em relação ao cristão-velho. Todavia, com a instalação da Inquisição, a expressão agregou a suspeita da heresia judaica, ou seja, de que “a gente da nação” judaizava às escondidas. Na Holanda, os próprios judeus, sobretudo portugueses, recuperaram esta nomenclatura para exprimir sua identidade fragmentada, simultaneamente judaica e ibérica. Portanto, a gente de nação era a gente da nação hebreia, de origem; portuguesa ou espanhola.

O problema de grande parte dos estudos que se dedicaram aos judeus novos do Brasil holandês foi se basearem na existência de uma “essência judaica” como núcleo ideológico da comunidade, desconsiderando as metamorfoses identitárias dos cristãos-novos que fugiram para Holanda. Os sefarditas de Amsterdã eram muito heterogêneos, havendo casos de cristãos-novos que se recusaram a regressar ao judaísmo e de judeus novos com propensão para recaídas ao catolicismo.

Enfim, toda uma sorte de sujeitos com identidades distintas e sempre a meio caminho entre o que seria percebido rigidamente como católico ou categoricamente como judaico, mas que só é percebido na análise particular de cada sujeito histórico. Estabelecidas assim as balizas vocabulares que serão operadas, isto é, a compreensão do significado das categorias de “conversos espanhóis”, “judeus portugueses”, “cristãos-novos”, “criptojudeus”, “judeus novíssimos”, “marranos” e “gente de nação”, deve-se esclarecer que o cerne da problemática deste capítulo.

Convém ressaltar, ainda, que a migração de muitos judeus novos de Amsterdã para o Brasil ocorreu no esteio das atividades desenvolvidas pela Companhia das Índias Ocidentais na colônia. Entre as décadas de 1630 e 1650, a presença de judeus portugueses em território tão próximo ao da ação inquisitorial deveu-se às garantias concedidas pelo governo holandês estabelecido na colônia. Contudo, às vezes, nem a proteção de uma

¹¹ BODIN, Miriam. *Hebrews of Portuguese 'Nation: Conversos and Community in Early Modern Amsterdam*. Indianapolis: Indiana University Press, 1999. p. 24.

¹² *Ibidem*. p. 77.

¹³ VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 59.

figura tão importante quanto o Conde Maurício de Nassau era capaz de evitar que denúncias fossem feitas sobre o comportamento destes cristãos-novos e judeus.

A partir das denúncias registradas nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa, nosso objetivo é investigar as disjuntivas entre os judeus portugueses de Amsterdã agarrados à Companhia das Índias Ocidentais (WIC), mormente ao Conde Maurício de Nassau, e os cristãos-novos da terra, discriminados por aqueles em vários graus; entre os cristãos-novos da terra aderentes à sinagoga e os cristãos-novos da terra leais ao catolicismo; e entre os judeus novos portugueses que lutavam pelos holandeses e os judeus novíssimos que abjuravam do judaísmo e regressavam ao catolicismo.

Em todo caso, ao examinar as oposições, grosso modo, entre os judeus e os cristãos-novos, sobretudo quanto às relações estabelecidas com os holandeses, o intuito do presente capítulo não é esboçar uma concorrência sobre qual grupo colaborou mais com os neerlandeses, mas sim de explorar os diversos casos na esfera micro-analítica da interação dos sujeitos que coabitaram a “Babel religiosa”, conforme a expressão de Ronaldo Vainfas¹⁴, que se formou no Recife holandês.

4.1 – Judeus portugueses de Amsterdã *versus* Cristãos-novos da terra

Os judeus portugueses de Amsterdã e os cristãos-novos da terra eram grupos bastante distintos, embora muitas vezes fossem encontrados unidos por laços familiares. A existência de uma “conspiração judaica” formada a partir da união desses dois grupos não passou de um grande equívoco porque ambas as comunidades jamais conseguiram formar uma organização comunitária integrada, quiçá a terem qualquer pretensão política conjunta¹⁵.

A diferença entre os grupos já existia do ponto de vista religioso, uma vez que os judeus de Amsterdã eram judeus assumidos, enquanto que os cristãos-novos residentes no Brasil declaravam-se cristãos, ainda que muitos pudessem ser considerados criptojudéus, embora não todos. Do ponto de vista institucional, também não há qualquer semelhança. Os judeus de Amsterdã se organizavam, a princípio, em três congregações, a *Bet Iacob*, a *Neveh Shalom* e a *Bet Israel*, que foram unificadas em 1639 na *Kahal*

¹⁴ Ibidem. p. 15.

¹⁵ A diferença entre ambos os grupos pode ser percebida nos próprios processos inquisitoriais, nos quais era investigado o criptojudéus dos “cristãos-novos residentes em terras de idolatria”, através de informações a respeito de circuncisões; enquanto os “judeus novos em terra de liberdade” recebiam interdições e ameaças pela prática do judaísmo publicamente. VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 91, 166-167.

*Kadosh Talmud Torá*¹⁶. Ao passo que os cristãos-novos, para todos os efeitos, estavam integrados como cristãos e, aqueles que judaizavam, o faziam em segredo.

Em todo modo, considerar que judeus novos e cristãos-novos foram grupos distintos não significa dizer que foram irreconciliáveis. No todo, a relação estabelecida entre tais grupos pode ser caracterizada por momentos de tensões, de afinidades e de rejeições. O contato com os judeus portugueses trazidos de Amsterdã levou a alguns cristãos-novos a se converterem para o judaísmo, apesar das interdições das sinagogas quanto à presença de cristãos-novos. De qualquer maneira, houve um relativo entrelaçamento entre tais grupos, sobretudo através do casamento, capaz de unir filhas de judeus a cristãos-novos aderentes ao judaísmo e judeus novos a esposas cristãs-novas¹⁷.

Se os laços existiram entre judeus de Amsterdã e cristãos-novos da terra, estes foram movidos primordialmente por interesses comerciais, embora muitas dessas relações fossem clandestinas. Contudo, se havia algo comum a ambos os grupos, era uma espécie de ambivalência religiosa, oriunda das metamorfoses identitárias pelas quais passaram nas últimas décadas. Os judeus de Amsterdã tiveram sua origem em Portugal, emigraram como cristãos-novos, possuíam formação cristã e, na Holanda, aprenderam alguns princípios e ritos judaicos.

Por isso, ao menos primeiras gerações de judeus novos também eram em parte católicas, em parte judeus, assim como a grande maioria dos cristãos-novos residentes no Brasil que mantinha práticas judaicas, mormente na dimensão doméstica para não levantar suspeitas do Tribunal do Santo Ofício. Neste sentido, é possível considerar que tanto os judeus de Amsterdã como os cristãos-novos da terra possuíam suas ambivalências, dualidades culturais que faziam parte de suas construções identitárias.

A despeito das relações com os holandeses, é preciso esclarecer que os judeus portugueses de Amsterdã atravessaram o Atlântico para se estabelecerem no Brasil no bojo da ação exploratória dirigida pela WIC, de modo que judeus e holandeses eram sócios na aventura ultramarina comercial.

A “diáspora pernambucana”, como chamou Vainfas, tratou de uma via dupla de interesses: os holandeses estavam desejosos que as redes sefarditas favorecessem os seus negócios, por isso, concederam proteção aos judeus portugueses em Amsterdã¹⁸;

¹⁶ Para mais informações a este respeito ver “Rumo à unificação institucional”. In: VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 51-53.

¹⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 169-170.

¹⁸ Havia muitas aproximações religiosas e políticas entre os judeus portugueses e os holandeses de Amsterdã, entre elas, o anticatolicismo e o sentimento de ódio coletivo contra a Espanha. Entretanto, nada

enquanto que aos judeus, a experiência nas colônias açucareiras, além de possibilitar a expansão comercial, significou uma enorme liberdade religiosa, a qual há muito não possuíam na Europa. Nas palavras de Gonsalves de Mello: “no Brasil gozavam eles [judeus] de direitos que em Amsterdã não lhes eram concedidos, como manter lojas ou ter solicitadores seus no foro”¹⁹.

De modo que se tratava de um acordo tácito bilateral, pois os judeus portugueses ofereciam contatos promissores em troca da garantia de suas vidas, segurança e proteção, seja em Amsterdã, seja no Brasil, da sanha inquisitorial. Por isso, José Antônio Gonsalves de Mello mencionou que “Os interesses dos homens de negócio dos Países Baixo e dos judeus portugueses de Amsterdã coincidem”²⁰. Apesar disso, o historiador observou que a injeção direta de capital dos judeus de Amsterdã na WIC teria sido insignificante, o que os impossibilitava, inclusive, de influir ou orientar as decisões dos diretores da Companhia²¹.

Neste sentido, a colaboração dos judeus teria sido primordial mesmo para inserção dos holandeses nos negócios atlânticos, sobretudo pelos contatos das redes sefarditas. Na realidade, os flamengos precisavam de duas peças interligadas para infiltrarem-se no Atlântico: tanto dos judeus portugueses de Amsterdã, quanto dos cristãos-novos, ambos unidos por laços comerciais e familiares.

A relação dos cristãos-novos residentes na Bahia com os holandeses começara muito antes da entrada do território. A correspondência entre o Conselho Geral do Santo Ofício com o governador-geral Diogo Botelho, estabelecida no início do século XVII, comprova a existência de um intenso contrabando entre os mercadores cristãos-novos do Brasil com os holandeses, o que ameaçava diretamente o monopólio ibérico, controlado pelos espanhóis desde 1580, com a virtual anexação de Portugal pela Coroa de Castela. Em 1602, o Conselho Geral recomendou ao governador que redobrasse a vigilância sobre os cristãos-novos, vistos desde já com muita suspeição²².

pesaria mais para o desenvolvimento de uma política holandesa de tolerância religiosa que os interesses em alianças comerciais vindouras. VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 79-80, 333.

¹⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. p. 271.

²⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 209.

²¹ Hermann Wätjen já havia apontado que o investimento judeu na WIC entre 1623 e 1626 não ultrapassou 1% do capital total de ações da Companhia. Ver. WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil. Um capítulo da história colonial do século XVII*. (Original de 1938). 3ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004. p. 83.

²² VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 90.

Os primeiros vestígios da colaboração de cristãos-novos com os holandeses para o estabelecimento de uma dominação no Brasil foram encontrados na época do primeiro ataque à Bahia, em 1624. De acordo com o Francisco de Brito Freire, um grupo de cristãos-novos degredado de Portugal para o Brasil, “[...] metendo-se com os inimigos[...]”²³ ajudaram os flamengos a entrar na cidade. Segundo a narração, “[...] pondo corpos de guarda e abocando peças de artilharia nos lugares de que conceberam maior receio”, os cristãos-novos teriam participado do cerco feito a casa do Governador Diogo de Mendonça em Salvador em 1624.

No confronto, os holandeses surpreenderam as autoridades da Bahia com tiros de mosquete e golpes de espada. Apesar da tenaz resistência do governador, já ferido, acompanhado de dezessete homens, como conta Freire, a cidade de Salvador capitulou, ao que parece, com a contribuição de um grupo de cristãos-novos. Sobre o episódio, o cronista comentou a aposta que fizeram os cristãos-novos, os quais acabaram inclinándose a “súbitas novidades”, embora estivessem realmente “duvidosos nos favores da fortuna”. Apesar de narrar o caso, Freire não revelou o nome dos colaboradores.

No momento da chegada das forças holandesas em Olinda, Frei Manoel Calado registrou a euforia com a qual a esquadra era aguardada pelos cristãos-novos, anunciando a existência de contratos entre ambos que precediam a entrada efetiva dos flamengos no Brasil em 1630. Nas palavras do cronista, ao aproximarem-se os neerlandeses, “[...] se alegraram muito os cristãos-novos, porque vinham nela interessados muitos deles [...]”²⁴.

Na ocasião, de acordo com o relato de Duarte de Albuquerque Coelho, serviu de guia principal o antigo cristão-novo residente “[...] Antônio Dias Paparobalos de nação hebreia, que havia estado anos comerciando em Pernambuco e particularmente na vila [de Olinda] e depois fugido para Holanda”²⁵, onde teria se assumido judeu publicamente. A este respeito, Gonsalves de Mello endossou a crônica ao afirmar a presença não apenas de Paparobalos na armada holandesa, mas também de antigos moradores de Pernambuco, dentre eles os cristãos-novos, que conheciam a topografia do litoral onde os flamengos desembarcaram²⁶.

²³ FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica* (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. N.129. p. 63-64.

²⁴ CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade* (Original de 1648). 5ª ed. Recife: Cepe, 2004, v. 1. p. 42.

²⁵ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630* (manuscrito de 1644). 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 49-50.

²⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação. Op. cit.* p. 210.

Contudo, se muitos judeus foram trazidos de Amsterdã e participaram da conquista de Pernambuco, a exemplo do judeu Moisés Cohen que era capitão em um dos navios da Armada holandesa enviada em 1634, além de seus alferes Joshua Cohen e Jacob Serra²⁷, muito menos foram os cristãos-novos da terra que auxiliaram de início. A adesão dos cristãos-novos do Brasil aos holandeses ocorreu a partir da consolidação do domínio neerlandês, em 1635, e sobretudo durante o período nassoviano.

Durante os primeiros anos da guerra de resistência, poucos judeus portugueses efetivamente migraram para lutar pelos holandeses. O período em que os judeus portugueses mais colaboraram com os holandeses, no entanto, começou no ano de 1635 e se estendeu durante todo o governo do Conde Maurício de Nassau. A data, além de marcar a posse dos flamengos no território a partir da significativa queda do Arraial do Bom Jesus, indica o momento em que a imigração judaica para Pernambuco ganhou maior impulso.

Em território holandês, estariam os judeus seguros para explorar as potencialidades econômicas da colônia, sem a ameaça do Santo Ofício. Neste sentido, beneficiaram-se também da proteção do governo holandês os cristãos-novos residentes no Brasil, muitos dos quais aproveitaram a oportunidade para se converterem ao judaísmo e assumi-lo publicamente. Porém, os cristãos-novos foram mais reticentes às novas autoridades, de modo que alguns colaboraram com os holandeses, mas outros colaboraram com os portugueses.

Embora escassos sejam os casos dos judeus que colaboraram com os portugueses, houve quem resistisse aos holandeses, como foi o caso de Vaz Pimentel. Convertido ao judaísmo na Holanda, para onde fugiu em 1611, Pimentel passou a se chamar Elias Israel assim que ingressou na comunidade judaica de Roterdã, após ter feito a circuncisão quando alcançou a idade de vinte e um anos. Contudo, Pimentel regressou a Lisboa, confessou sua apostasia e foi processado pela Inquisição²⁸. É possível que a morte de seu pai, condenado pela Inquisição e queimado na fogueira, tenha influenciado bastante na decisão de Pimentel de regressar ao catolicismo.

Em todo caso, o que importa é que a figura acabou servindo como espião espanhol, pois tão logo se reconciliou com a Igreja em um auto de fé saído em 1614, recorreu às autoridades espanholas para contar os detalhes das redes comerciais que envolviam os holandeses e os sefarditas. Entre os assuntos delatados por Pimentel, encontram-se a

²⁷ Ibidem. p. 211-212.

²⁸ ANTT, IL, Processo 2305.

existência do contrabando do açúcar brasileiro com a convivência dos cristãos-novos da terra. Portanto, é um caso de judeu que colaborou com os espanhóis e não com os holandeses.

Um judeu colaborador dos portugueses que servia como informante do Tribunal do Santo Ofício foi Miguel Francês. Na verdade, este judeu novo acabou caindo nas malhas da Inquisição, e muito colaborou com o tribunal, delatando nominalmente cerca de 130 judeus, dos quais 57 eram moradores de Hamburgo, 33 eram residentes em Amsterdã e 33 nas capitanias açucareiras dominadas pelos holandeses²⁹. Com as acusações, o judeu tentava dar provas aos inquisidores de sua escolha pelo catolicismo.

Deste modo, é possível suspeitar de sua colaboração, feita no limite extremo em que era alvo da investigação inquisitorial. O resultado da confissão foi uma pena não muito rigorosa, pois praticamente não teve seus bens confiscados. Miguel Francês saiu em auto público em 15 de dezembro de 1647 e após dois meses obteve licença para voltar ao Brasil com a condição de que morasse em capitania católica. Por isso, o ex-judeu preferiu terminar seus dias mercadejando em paz na Bahia.

Outro caso curioso é o de Manuel da Costa, judeu novo que havia arrematado uma das propriedades das mãos dos holandeses, conforme o supracitado relatório de van der Dussen de 1638, mas não ficou apenas como senhor de engenho. Durante o período de dominação holandesa, Manuel da Costa enriqueceu muito, praticando atividades não tão lícitas, mas mudou de lado quando percebeu que a vitória portuguesa era imperativa. Trata-se de um dos casos dos judeus reduzidos ao catolicismo por Frei Manoel Calado. O ex-judeu chegou a atuar junto a João Fernandes Vieira até ser levado a Lisboa em 1649³⁰.

Todavia, os judeus portugueses foram mesmo aliados da WIC, muitos dos quais arremataram, em 1637, parte dos engenhos leiloados pela Companhia pertencentes aos portugueses refugiados na Bahia. Entre os judeus que compraram engenhos das mãos da WIC, conforme a análise efetuada no primeiro relatório geral acerca do estado da conquista no governo de Nassau, datado de 1638³¹, apresentado pelo alto conselheiro Adriaen van der Dussen, encontraram-se oito nomes:

²⁹VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 91-92, 171, 261-262.

³⁰ *Ibidem.* p. 350.

³¹ Trata-se do *Breve Discurso sobre o Estado das Quatro Capitanias Conquistadas no Brasil*, a partir do qual é possível ter uma noção da dimensão do território conquistado pela WIC em 1638, no qual constava a Capitania de Pernambuco, dividida em quatro jurisdições: câmara da cidade de Olinda, câmara de Igarassu, câmara da Vila Formosa de Serinhaém e a quarta área que nunca teve uma forma regular de governo, formada pelas povoações do Penedo, Alagoa do Sul, Alagoa do Norte e Porto Calvo; a Capitania

- Duarte Saraiva, judeu português sob o nome de David Senior Coronel, que adquiriu o engenho Bom Jesus, chamado Trapiche, na freguesia do Ipojuca, em Serinhaém; o engenho Novo, invocação de São Miguel, no Cabo de Santo Agostinho;
- Manuel da Costa, judeu de nome Valencim, que arrematou o engenho São João Salgado, na freguesia do Ipojuca, em Serinhaém, cujo antigo dono, Cosme Dias, ficou entre os portugueses, tendo a WIC confiscado a propriedade;
- Diogo Dias Brandrão, judeu que comprou o engenho de Pirapama, sob a invocação de Santa Apolônia, localizado no Cabo de Santo Agostinho;
- Moisés Navarro, judeu português que adquiriu o engenho Jurissaca, invocação São João, no Cabo de Santo Agostinho;
- Antônio Nunes Ximenes que, segundo Gonsalves de Mello, “parece ser judeu”, tinha por posse um engenho na freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, o qual passou a servir a WIC;
- Vicente Rodrigues Vila Real, judeu novíssimo que comprou o engenho Guararapes, sob a invocação de São Simão, localizado na freguesia de Muribeca;
- Baltasar Rodrigues Mendes, judeu proprietário dos engenhos Embiapacu, sob a invocação de Santo Amaro, localizado no Tejucupapo, em Goiana; e Nossa Senhora da Penha de França, na freguesia de Abiaí e Taquara, em Goiana, com os quais sua viúva, Isabel Cabral, continuou servindo a WIC;
- Pero Lopes de Veras, cristão-novo proprietário do Engenho de Serinhaém sob invocação de Nossa Senhora do Rosário; Engenho da invocação de São Braz, também localizado em Serinhaém; Engenho Bom Jesus, localizado no Cabo Santo Agostinho.

O documento informou ainda a situação em que os judeus viviam nas capitâneas conquistadas, informando que “portam-se com uma certa audácia, assim no discorrer e disputar obre as suas superstições”³². O comportamento seguro tanto dos judeus que vieram da Holanda, como daqueles que viviam na colônia – embora ocultassem suas

de Itamaracá, que possuía quatro freguesias: Goiana, Abiaí e Taquara, São Lourenço de Tejucupapo, e Araripe e Ilha de Itamaracá; a Capitania da Paraíba, formada apenas por uma cidade, “que outrora se chamava Filipéia e agora se chama Frederica”, como informou van der Dussen; e a Capitania do Rio Grande, dividida em quatro freguesias: Cunhaú, Guajana, Potigi e Mopebu. “Documento 5: Breve Discurso sobre o Estado das Quatro Capitâneas Conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638.” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. v. 1. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes / Companhia Editora de Pernambuco, 1981. p. 73-129.

³² “Documento 5: Breve Discurso sobre o Estado das Quatro Capitâneas Conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638.” *Op. cit.* p. 100.

crenças antes do domínio holandês - reflete a tolerância concedida pelos novos dominadores.

De acordo com o relatório, os judeus se uniram na prática de seus ritos e demandavam do governo holandês terem mais liberdade que os “papistas”, porque seriam mais fiéis às novas autoridades. A fundamentação da argumentação dos judeus para reivindicar mais autonomia estaria na certeza apresentada pelo autor do relatório de que a comunidade sefardita havia de “[...] envidar esforços para manter e defender este Estado, ao passo que os portugueses papistas têm mostrado que nos são inteiramente infiéis, e na primeira mudança, nos abandonariam”³³.

Em todo caso, o documento confessa ter freado a euforia judaica neste início do governo nassoviano para manter a ordem, sobretudo porque a comunidade reformada constituída por ministros calvinistas estaria incomodada com ousadia dos judeus. Por isso, o autor do relatório expõe o procedimento holandês: “[...] ordenando-lhes nós rigorosamente que observassem as suas cerimônias dentro de suas casas fechadas, tão secretamente que não fossem ouvidos, e não dessem escândalo”³⁴.

É preciso lembrar que o documento data do início de 1638, tempo em que a imigração de judeus portugueses para Pernambuco já era sistemática e regular. A reestruturação da economia açucareira e do tráfico africano, com a tomada de São Jorge da Mina, em 1637, foram fatos atrativos para as redes comerciais sefarditas, das quais Amsterdã era, então, a principal sede operacional.

Por isso, as primeiras levas acabaram se concentrando no Recife, que era o centro do político e econômico do Brasil holandês. Tal chamariz da Companhia parece ter funcionado na atração dos judeus de Amsterdã, pois no relatório datado de 1640³⁵, de autoria do mesmo alto conselheiro da Companhia, Adriaen van der Dussen, podem-se notar nomes de dois que adquiriram engenhos ou dois que aumentaram suas posses além dos judeus apontados no relatório anterior:

- Duarte Saraiva, judeu que cresceu seu patrimônio adquirindo o Engenho São Salgado, localizado na freguesia do Ipojuca; o Engenho Camassarim, na Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão; o Engenho São Salvador, na Paraíba;

³³ Ibidem. p. 101.

³⁴ Ibidem. p. 100.

³⁵ “Documento 6: Relatório sobre o Estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). Fontes para a história do Brasil holandês. *Op. cit.* p. 131-232.

- Fernão do Vale, cristão-novo que se declarou judeu, adquiriu o Engenho de São Bartolomeu, na freguesia da Muribeca;
- Domingos da Costa Brandão, judeu português que arrematou o Engenho Garasutinga ou Araripe de Riba, localizado na jurisdição de Igarassu;
- Pero Lopes de Veras, que também aumentou seu patrimônio com a compra do Engenho São João localizado em Santo Antônio do Cabo.

A fonte revela ainda o nome de outros judeus que ocupavam o cargo de lavradores de cana em engenhos da Capitania da Paraíba, sendo eles Francisco de Vaz, no Engenho Tiberi-Santiago de posse de Jorge Homem Pinto; Manuel Rodrigues da Costa, no Engenho Santo André, também pertencente a Jorge Homem Pinto; e Ambrósio Vieira e Luís Mendes, no Engenho Três Rios de propriedade de Francisco Camelo de Valcácer.

Neste momento, percebe-se que o território dominado pela Companhia das Índias havia aumentado significativamente, agregando mais duas capitanias, do Ceará e Sergipe Del Rei, resultado da política expansionista desenvolvida por Nassau. De acordo com o conselheiro autor do documento, tratam-se de capitanias ainda não povoadas ou devastadas pela guerra, nas quais foram estabelecidos brasileiros que se ofereceram para residir naqueles terrenos.

Decerto, a prosperidade das conquistas holandesas ultramarinas refletia em oportunidade de investimento para os aliados sefarditas. De modo que os judeus não se limitaram a explorar a riqueza da terra e muitos apostaram no rentável negócio do tráfico como mercadores de escravos africanos. De acordo com Frei Manoel Calado, os judeus portugueses dominaram o comércio realizado em Pernambuco³⁶.

Exageros do cronista à parte, o próprio conselheiro Van der Dussen confirmou no relatório supracitado que: “os judeus que emigraram e que se ocupam com a agricultura ou compram engenhos são poucos; os demais dão-se ao comércio e a maioria deles mora no Recife e souberam dominar todo o movimento de negócios”³⁷. De acordo com Gonsalves de Mello, os judeus portugueses participaram de variadas atividades comerciais em Pernambuco, desde a exportação de açúcar e o tráfico de escravos negros, até a cobrança de impostos e empréstimos de dinheiro³⁸.

³⁶ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* p. 113.

³⁷ “Documento 6: Relatório sobre o Estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640”. *Op. cit.* p. 181.

³⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação. Op. cit.* p. 238.

A propósito, teria sido esta a atividade que os judeus novos se destacaram em demasia. Conforme Gonsalves de Mello, a presença da gente da nação na arrematação dos impostos teria sido mesmo avassaladora. O mesmo autor, aliás, destacou também a participação judaica no comércio a retalhos, que incluía a mascateação.

Ademais, os judeus portugueses também desenvolveram atividades judiciárias, como foram os casos de Jacob Dorta, nomeado como solicitador perante o Conselho Político e perante os Escabinos de Maurícia, em novembro de 1641; Miguel Cardoso, que conseguiu licença, do Conselho dos XIX, para exercer funções de advogado junto ao Conselho de Justiça do Recife, em abril de 1645; e Manuel Abendana, nomeado, pelos Estados Gerais, procurador junto ao Conselho de Justiça³⁹.

Outras atividades desempenhadas por judeus portugueses no território dominado pelos holandeses foram: no ramo da engenharia, a contratação da construção de uma ponte entre o Recife e a Ilha de Antônio Vaz, por Baltasar da Fonseca, tendo como fiadores Gaspar Francisco da Costa e Fernão do Vale; no campo industrial de pequeno porte, a fabricação de potassa a partir de cinza vegetais de responsabilidade dos judeus Isaac e Jacob Henriques, além da fabricação de roupas para as tropas holandesas executada por vários judeus do Recife entre 1649 e 1651⁴⁰.

Alguns judeus portugueses foram também corretores durante o tempo de ocupação flamenga. Graças a seus conhecimentos das línguas portuguesa e holandesa, eram os intermediários ideais entre os dominadores holandeses e os naturais luso-brasileiros. Para desempenharem esta função, foram indicados sobretudo os mais abastados como Duarte Saraiva e Moisés Navarro, além de Isaac de Lafaia, Jerônimo Haro, Manoel de Campos, David Lopes, Simão Vaz da Fonseca, Daniel de Crasto, Isaac Nahamias, Simão Drago, Jacob Henriques, Abraão de Tovar, Abraão Aboab, Abraão Cohen, Daniel Dormido, Elias Burgos e Jacob Nunes⁴¹.

Portanto, os judeus se empenharam em uma grande diversidade de atividades, chegando a dominar alguns ramos de negócios, dentro do território dominado pela Companhia das Índias. De modo que a importância da colaboração da comunidade judaica com os holandeses foi maior a partir de 1635, ano que se iniciou efetivamente a imigração judaica para Pernambuco. A WIC encorajou, com empenho, as imigrações coletivas de judeus ao Brasil, arcando, inclusive, com os custos das passagens conforme

³⁹ Ibidem. p. 242.

⁴⁰ Ibidem. p. 243.

⁴¹ Lista conforme MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. cit.* p. 274.

acordado na *Ordem e Regulamento dos Estados Gerais, promulgadas em 1634 para estimular o povoamento do Brasil*.⁴²

Assim, entre 1º de janeiro de 1635 e 31 de dezembro de 1636, a Companhia recebeu cerca de trinta e cinco pedidos de permissão por parte de judeus para viajarem às capitâneas açucareiras do Brasil, de acordo com a lista publicada por Gonsalves de Mello⁴³. O historiador esclarece que os judeus emigravam em grupo ou individualmente, solicitavam licença para embarcar como “particular”, “burguês” ou “comerciante” e, em geral, conseguiam a concessão da passagem, mas não das despesas com alimentação durante o período da viagem.

Desta leva, foram prontamente deferidos os pedidos de: Jacobus Abenacar, Jacob Moreno, Pedro de Lafaia, Moisés Neto, Isaac Navarro, Matatias Cohen, Abraão Gabib, Benjamim de Pina, Abraão Cardoso, Daniel Gabilho, Jacques Rodrigues, Moisés Rodrigues, Jacob Rodrigues e Manuel Henriques. Outros pedidos foram encaminhados aos comissários ou ao Conselho dos XIX ou ao tesoureiro, casos de: Arão Navarro, Miguel Rodrigues Mendes, João Carvalho, David Ferdinandus, Simão Gomes Dias, Jacob Serra, Rodrigo da Costa, Abraão Serra, David Levy Bon Dio, Jacob Fundão, Abraão Gabai, Manuel Franc, Moisés Alves, Salvador de Andrade, David Gabai, Isaac da Costa e Simão Gomes Dias.

Pela quantidade de solicitações realizadas considerando apenas dois anos de imigração, é possível imaginar que os judeus que se arriscavam a atravessar o Atlântico para aportar na colônia eram, possivelmente, gente com poucos recursos⁴⁴. Como salientou Gonsalves de Mello, a WIC recebeu muitos pedidos de judeus para obterem o transporte gratuitamente, mas nem todas as solicitações foram atendidas e, mesmo quando deferidos, nem todos realizaram efetivamente a viagem.

Data deste tempo também, isto é, durante o governo de Nassau, a organização e estruturação da comunidade judaica no Brasil Holandês. A *Kahal Kadosh Zur Israel* (Santa Congregação do Rochedo ou Recife de Israel) foi a primeira congregação judaica em Pernambuco. Criada em 1636, foi instalada em casa alugada por David Senior Coronel

⁴² VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 99.

⁴³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação. Op. cit.* p. 218-221.

⁴⁴ Um quantitativo de 86% dos judeus dedicava-se a negócios menores envolvendo mercadorias com quantias inferiores a 20 mil florins, enquanto apenas 14% dos judeus portugueses do Brasil holandês eram grandes negociantes, os quais lidavam com comércio exterior e tráfico de escravos. VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 112.

(Duarte Saraiva), mercador de grosso trato, até 1641, quando a construção da nova sinagoga foi concluída.

A mudança nas instalações da sinagoga marcou a organização institucional da *Zur Israel*, que possuía um rabino (*haham*) e um oficiante (*hazan*) com a responsabilidade religiosa e um conselho (*Mahamad*) formado por quadro administradores (*parnassim*) e um tesoureiro (*gabay*) com a responsabilidade administrativa⁴⁵. A *Zur Israel* funcionou até o fim da dominação holandesa como filial da *Talmud Torá* holandesa, nas palavras de Gonsalves de Mello: “a comunidade judaica do Recife manteve estreita ligação com a de Amsterdã, que era uma espécie de parente mais velho e mais forte; a do Recife recorria a ela quando surgiam momentos mais penosos para os marranos de Pernambuco”⁴⁶.

Dentre os rabinos que passaram pela *Zur Israel*, podem ser identificados Isaac Aboab, Samuel Frazão, Isaac Nehemias e Abraão Azubi⁴⁷. Haviam, ainda, os “homens práticos no judaísmo”, que eram os judeus peritos na Lei de Moisés, cujo grande conhecimento os capacitou para a redação dos *Haskamot* em 1648. Foram eles: Arão Serfati (Arão de Pina), o Rabino Isaac Aboab, Isaac Atias, Abraão Israel Dias, Jacob Valverde e Benjamin de Pina⁴⁸. Além da *Zur Israel*, convém lembrar que a *Kahal Kadosh Magen Abraham* (Santa Congregação do Escudo de Abraão), outra congregação judaica, foi fundada na ilha de Antônio Vaz, em 1637.

Como a organização de sinagogas sugere, a população judaica de Pernambuco não cessou de aumentar durante o governo holandês⁴⁹. O fluxo maior de entrada de judeus portugueses vindos de Amsterdã para o Brasil voltou a crescer a partir dos anos 1640 e 1641. Neste momento, os sefarditas foram atraídos pelo crescimento das exportações de açúcar, aumento das importações de mercadorias europeias e incremento da economia colonial⁵⁰. A partir de 1642, a participação judaica no tráfico africano aumentou muito,

⁴⁵ VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 145.

⁴⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. cit.* p. 265.

⁴⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação. Op. cit.* p. 280.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ São muito controversos os números apresentados sobre a população judaica do Recife, variando de um quantitativo de 5.000 judeus, conforme um recenseamento holandês realizado entre outubro de 1645 e janeiro de 1646, até a estimativa de mais de 600 pessoas em 1654, difundida pelo Rabino Saul Levi Mortera. Ao expor tais documentos, José Antônio Gonsalves de Mello considerou que os números superestimavam a Nação judaica que habitou o território dominado pelos holandeses, calculando uma média de 344 judeus residentes no Recife entre as décadas de 1640 e 1650. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação. Op. cit.* p. 282.

⁵⁰ De acordo com Gonsalves de Mello, a participação dos judeus na exportação do açúcar vai aumentando graças aos empréstimos que faziam para os senhores de engenho, o que lhes garantiam progressivo enriquecimento. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação. Op. cit.* p. 232.

chegando os judeus a, em 1643, comprarem mais escravos que os demais comerciantes ou senhores de engenho católicos ou protestantes do Recife.

Contudo, é preciso atentar para o fato de que a presença judaica, cada vez maior nos terrenos dominados pelos neerlandeses, causava certo desconforto aos ministros predicantes da Igreja Reformada, incomodados com a liberdade de culto concedida nos regulamentos holandeses, sobretudo de 1629 e 1634⁵¹. Por isso, a comunidade reformada não cessava de pressionar ao governo de Pernambuco para a adoção de medidas capazes de cercear as liberdades dos judeus no Brasil holandês.

Então, o Conselho dos XIX acabou preparando, em abril de 1642, um “regulamento para judeus e papista em matéria de religião”, do qual Gaspar Barleus sumariza as questões tocantes às religiões católica e judaica⁵². Em relação aos judeus, foram proibidas: a edificação de novas sinagogas, o casamento ou o concubinato com cristãs, a conversão de cristãos à Lei de Moisés, o ultraje do nome de Cristo, exceder a terça parte no recenseamento dos corretores e fraudar no comércio. Além disso, o documento impunha, expressamente, aos pais judeus e cristãos que, em caso de morte, teriam seus filhos educados por parentes cristãos.

Em todo caso, houve pouca utilidade prática deste regulamento, que acabou não atendendo a finalidade da qual é resultado, isto é, atenuar as divergências entre judeus e cristãos. Como observou Gonsalves de Mello, a principal razão para a baixa contribuição do documento está na natureza econômica que explica as cizânias entre judeus e cristãos, e não na religiosa⁵³. Neste campo, não havia como cercear as atividades dos judeus, uma vez que quase todos os negócios que se desenvolviam no território dominado pela WIC passavam por suas mãos⁵⁴.

Por isso, havia uma certa proteção por parte da WIC em relação aos judeus portugueses, preferidos em relação aos cristãos-velhos e aos cristãos-novos, porque as autoridades coloniais consideravam os judeus novos mais confiáveis, fato que explica o forte incentivo a sua imigração. O motivo real dessa preferência foi exposto por Frei

⁵¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 257.

⁵² BARLEUS, Gaspar. *História dos Feitos Recentemente Praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974. p. 327.

⁵³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 261.

⁵⁴ Referência a passagem de Calado sobre os judeus: “[...] e por esta via não havia coisa de proveito que lhes não passasse por as mãos, e assim eles tomavam para si o de que haviam de ter a ganância certa, [...]” CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* p. 53-54.

Manoel Calado quando revelou que os judeus portugueses “[...] serviam de língua entre os holandeses e os portugueses, e por esta via granjearam dinheiro [...]”⁵⁵.

Como intermediários, os judeus acharam rentável negócio ao comprar mercadorias por baixo preço e revende-las aos holandeses com ganho certo, executando uma operação quase sem risco. Devido à grande circulação dos judeus portugueses nas capitâneas açucareiras, muitas vezes desempenhavam papel de espião holandês. Neste sentido, Moisés Rafael d’Aguillar é um importante exemplo, pois colaborou com os holandeses ao decifrar cartas portuguesas criptografadas de grande valor militar. Como homem erudito e rabino da sinagoga de Maguen Abraham, localizada na Ilha de Antônio Vaz, aos poucos, a aliança entre judeus e holandeses se fortalecia.

Por outro lado, teriam sido os cristãos-novos mais engajados no sistema de tráfico de escravos para o Atlântico, assessorando os holandeses em São Jorge da Mina e em Luanda. De uma maneira geral, a relação dos traficantes cristãos-novos estabelecidos no continente africano com os holandeses foi bastante amigável, como exemplo há o caso de Lopo da Fonseca Henriques, traficante cristão-novo fixado a leste de Angola após a conquista de Luanda pelos holandeses, datada de 1641. O cristão-novo em questão exportava escravos angolanos não apenas para Pernambuco, como também para a Bahia e o Rio de Janeiro⁵⁶.

Obviamente, é preciso considerar que universalizar a atitude dos cristãos-novos não é um procedimento adequado, uma vez que este grupo é extremamente heterogêneo, ao contrário dos judeus portugueses que, organizados institucionalmente, possuíam diretivas de condutas mais claras, estabelecidas pelas congregações. Contudo, em ambos os casos, a generalização não se faz recomendável, sendo sempre preferível a análise de caso a caso. Por isso, seguiremos as pistas fornecidas nos Cadernos dos Promotor sobre determinados elementos judeus novos e cristãos-novos.

Em primeiro lugar, devemos considerar que ambos, cristãos-novos e judeus novos, eram vistos com muita desconfiança no seio da sociedade colonial sob o domínio holandês, ainda que fossem protegidos pelas autoridades. No momento da insurreição pernambucana, esse clima de suspeita aumentou ainda mais, quando qualquer judeu passou a ser visto como potencial espião dos holandeses, devido à aliança entre os flamengos e a gente da nação. Data possivelmente deste período as acusações contra os cristãos-novos e os judeus que chegavam aos ouvidos católicos.

⁵⁵ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* p. 113.

⁵⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 121.

A princípio, podemos destacar Frei Manoel Calado como um dos que mais se empenhou em convencer vários “judeus novíssimos”, recém convertidos, a regressarem ao catolicismo. Neste sentido, o religioso se evidenciou como um verdadeiro bastião na defesa da fé católica, travando uma batalha discreta contra o judaísmo abertamente praticado nos anos de dominação holandesa, motivo pelo qual pode se suspeitar que tenha levado a Inquisição a arquivar as difamatórias denúncias recebidas contra o próprio frei⁵⁷.

Ao contrário de Calado, o bispo da Bahia neste tempo, D. Pedro da Silva e Sampaio, possuía uma ação mais incisiva contra os cristãos-novos habitantes do território dominado pelos holandeses⁵⁸. Trata-se de um ex-inquisidor do Tribunal de Lisboa que parece ter sido escolhido a dedo em 1632 para o bispado do Brasil para vigiar os cristãos-novos, numa época em que o Conselho Geral do Santo Ofício estava particularmente preocupado com a situação colonial, chegando a recomendar a instalação de um tribunal na Bahia.

Desta forma, a nomeação de bispos inquisidores foi mesmo uma recomendação do Santo Ofício de Lisboa⁵⁹. Assim, mesmo de longe, fora da zona de ocupação flamenga, D. Pedro da Silva e Sampaio reuniu denúncias contra diversos cristãos-novos que se tornaram judeus públicos neste tempo, principalmente no Recife e na Paraíba, grande parte das quais acabaram por engrossar processos inquisitoriais algum tempo depois⁶⁰.

Dentre os denunciados, Duarte Saraiva é um caso bastante emblemático. Natural de Amarante, Portugal, mudou-se para Amsterdã, onde assumiu o judaísmo com o nome de David Senior Coronel provavelmente na década de 1590. De acordo com Gonsalves de Mello, a família de Duarte Saraiva possuía bens em Pernambuco, tendo o judeu novo aproveitado a entrada holandesa para mudar-se para a colônia a fim de reivindicar as propriedades de sua família⁶¹.

⁵⁷ As denúncias contra Frei Manoel Calado serão analisadas no quinto capítulo deste trabalho.

⁵⁸ Apesar do frei e do bispo atuarem na defesa do catolicismo e no combate ao judaísmo no Brasil, eles não se relacionavam muito bem um com o outro. O procedimento de ambos também fora distinto: enquanto Calado “sabotava o proselitismo da *Zur Israel*, reconvertendo judeus ao catolicismo”, D. Pedro da Silva e Sampaio “agia como inquisidor, mais preocupado em prender e castigar os apóstatas do que em reduzi-los à fé católica”. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 194.

⁵⁹ D. Pedro da Silva e Sampaio não foi o único bispo do Brasil oriundo dos quadros do Santo Ofício, seus antecessores, D. Marcos Teixeira e D. Miguel Pereira, também tinham boa experiência como inquisidores. PAIVA, José Pedro. *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. p. 414-416.

⁶⁰ Grande parte do período de dominação flamenga nas capitanias açucareiras foi compartilhado com a presença de D. Pedro da Silva e Sampaio no território de jurisdição portuguesa. O bispo governou a diocese da Bahia de 1632 a 1649. PAIVA, José Pedro. *Op. cit.* p. 414.

⁶¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação. Op. cit.* p. 417.

Por volta de 1635, Duarte Saraiva já se encontrava no Brasil e teria pago a sua própria passagem, prescindindo da ajuda da WIC⁶². Foi Gonçalo de Almeida um dos primeiros a acusar Duarte Saraiva de fazer sinagoga em sua casa. De acordo com a testemunha, os judeus portugueses entravam, trancavam as portas e “se dizia publicamente que estavam a fazer sua sinagoga”⁶³.

Em agosto de 1636, o depoente fez uma lista de todos os judeus que frequentavam a casa de Duarte Saraiva acreditando que “ali estaria o caminho da salvação”, cujos nomes constavam: “Simão Correia mercador, Rodrigo Álvares da Fonseca, Miguel Rodrigues Mendes, e Simão Rodrigues irmão de Vicente Rodrigues Vila Real, Gaspar Francisco irmão de Rodrigo Álvares, e João de Mendonça sobrinho do dito Duarte Saraiva, e seu irmão Gaspar de Mendonça, Baltasar da Fonseca.”⁶⁴

Além de Gonçalo de Almeida, outro depoente foi Manuel Martins da Costa que, em 3 de dezembro de 1636⁶⁵, confirmou que Duarte Saraiva fazia sinagoga em sua casa, isto no período anterior ao estabelecimento das instalações próprias da *Zur Israel*. É interessante perceber que o depoente descreveu Duarte Saraiva tanto como “cristão novo que se veio de Flandres para Pernambuco no princípio das guerras”, quanto “judeu público que mora no Recife”⁶⁶.

Outra denúncia sobre Duarte Saraiva foi feita por Antônio Muniz da Fonseca. Em depoimento de janeiro de 1650⁶⁷, a testemunha declarou ter ouvido do senhor de engenho Antônio de Mendoça que seu irmão Duarte Saraiva era “profitente público da Lei de Moisés, o qual viera de Holanda com os holandeses”⁶⁸. O depoente ressaltou, entretanto, que teria ouvido que o irmão de Duarte Saraiva, Antônio de Mendoça, “era tido em reputação de muito bom cristão”, motivo pelo qual a relação de ambos andaria abalada.

Além das propriedades de sua família, o judeu novo, vindo para o Brasil com a WIC, tratou de arrematar alguns engenhos leiloados pela Companhia, segundo o relatório do alto conselheiro da WIC Adriaen van der Dussen. Duarte Saraiva enriqueceu de tal forma que na altura do ano de 1636, o judeu novo emprestou dinheiro ao Conselho Político de Pernambuco a juros de 12% a serem pagos na Holanda⁶⁹. De acordo com

⁶² Ibidem. p. 222.

⁶³ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 411v-412.

⁶⁴ Ibidem. Fól. 412.

⁶⁵ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 403-404.

⁶⁶ Ibidem. fól. 403v.

⁶⁷ ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fól. 256-260.

⁶⁸ Ibidem. Fól. 259.

⁶⁹ Duarte Saraiva teria emprestado a quantia de 4.480 florins ao Conselho Político de Pernambuco. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação. Op. cit.* p. 418.

Vainfas, Duarte Saraiva integrava o grupo dos “três principais magnatas dentre os judeus”⁷⁰.

A prosperidade financeira do judeu se exprimiu na diversificação de seus investimentos, desde terras a negros. Foi Duarte Saraiva um dos judeus novos que arrematou a cobrança dos dízimos do açúcar de Pernambuco, em 1639⁷¹, aprofundando sua parceria com a Companhia na exploração econômica do Brasil. Na década de 1640, o judeu novo era um dos anciões da nação judaica do Recife e se dispôs a declarar os serviços do Conde de Nassau em 1641⁷².

Segundo Gonsalves de Mello, a vida do judeu novo teria terminado em 1650, mas deixara alguns herdeiros para receber os créditos que a Coroa portuguesa lhe devia. Os registros, portanto, testemunham a vitalidade dos negócios de Duarte Saraiva e a vasta participação, sobretudo econômica, que o judeu novo tivera na manutenção financeira da exploração holandesa das capitanias açucareiras do Brasil.

Outro judeu novo possuidor de grandes cabedais foi Moisés Navarro. Judeu português natural do Porto, Navarro teria chegado no Brasil, já como judeu, assim que a conquista holandesa foi assentada, solicitando dispensa do serviço militar para atuar como particular do Recife⁷³. O interesse de Moisés Navarro era operar como comerciante, agenciando os negócios do açúcar e do tabaco, “no que era versado”, como comentou Gonsalves de Mello. Então, a Companhia forneceu parecer favorável⁷⁴ e o judeu novo se tornou grande parceiro comercial durante a dominação das capitanias açucareiras.

Além das atividades relacionadas à economia canavieira e ao tráfico de escravos, o judeu novo passou a atuar também como contratador da cobrança de impostos sobre vinho e outras bebidas, carregador de navios, exportador de pau-brasil, arrematador dos dízimos dos senhores de engenho e representante comercial. Moisés Navarro ainda adquiriu um engenho no Cabo em 1637, investindo 45.000 florins na propriedade rural⁷⁵.

⁷⁰ Os outros dois judeus “magnatas” do Brasil holandês, segundo o historiador, seriam Moisés Navarro e Benjamin de Pina. Ver. VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 110.

⁷¹ WIC. *DN de 11 de agosto de 1639*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 21 dez. 2017.

⁷² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 418-419.

⁷³ WIC. *DN de 24 de maio de 1635*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 10 dez. 2017.

⁷⁴ WIC. *DN de 31 de março de 1636*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 2 dez. 2017.

⁷⁵ “Documento 5: Breve Discurso sobre o Estado das Quatro Capitanias Conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638.” *Op. cit.*

A diversidade dos negócios de Navarro demonstra o grande poder econômico que o judeu novo possuía em territórios holandeses, o que, por sua vez, reflete sua capacidade política. Como um judeu bem influente, Moisés Navarro foi um dos que protestou contra a pretensão de Fernandes Vieira de batizar um jovem judeu de 15 anos, em 1642⁷⁶. O episódio demonstra que o judeu novo era bastante respeitado em seu meio, sendo capaz de agir politicamente, interferindo no rumo dos acontecimentos no espaço de atuação holandês.

Da colaboração com os holandeses, Moisés Navarro fornece provas quando ofertou, juntamente com outro judeu novo bem abastado do Brasil Holandês denominado Benjamin de Pina, cerca de 60 bois de carro para serem abatidos em prol da alimentação da população do Recife. Muitos foram os gestos de Navarro em auxílio ao governo holandês⁷⁷.

Moisés Navarro participou ainda da comissão holandesa que negociou com os militares luso-brasileiros o direito de enterrar os mortos após a Segunda Batalha dos Guararapes, ocorrida em 1649. Novamente, a atuação política do judeu novo dá testemunho da capacidade econômica que alcançou trabalhando nos negócios ligados à Companhia das Índias na exploração do Brasil.

Fechando a tríade de judeus novos magnatas do Brasil holandês, resta-nos conhecer a participação de Benjamin de Pina no tempo dos flamengos. De acordo com Gonsalves de Mello, trata-se de um judeu que ora assina como Benjamin de Pina, ora como Benjamin Safarti⁷⁸. De qualquer modo, o judeu novo teria vindo de Amsterdã para o Brasil em 1636 e logo começara a desenvolver com grande vitalidade atividades comerciais.

Assim, durante o tempo de dominação holandesa nas capitanias açucareiras do Brasil, Benjamin de Pina atuou como carregador de navios, traficante de escravos, arrematador da cobrança de dízimos do açúcar no Cabo, Ipojuca e Serinhaém e algumas regiões de Pernambuco⁷⁹, além de ter comprado fazendas remetidas pela Câmara da Zelândia.

⁷⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 495-496.

⁷⁷ WIC. *DN de 21 de junho de 1641*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 5 dez. 2017.

⁷⁸ Livro de Atas das Congregações Judaicas Zur Israel e Magen-Abraham, p. 232. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 394.

⁷⁹ WIC. *DN de 11 de agosto de 1639*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 5 dez. 2017.

Benjamin de Pina também é um exemplo de que a vitalidade econômica no tempo dos flamengos se traduzia em poder político, como pode-se perceber no supracitado episódio de doação de bois, com Moisés Navarro, para aplacar a fome do Recife. Ademais, Pina foi um dos judeus novos, juntamente com outros representantes da congregação judaica do Recife, que escreveram um requerimento solicitando a permanência do Conde de Nassau no governo, em 1641⁸⁰.

De fato, o judeu novo era bastante afortunado, chegando, inclusive, a se tornar credor de Duarte Saraiva em 1648. De acordo com Gonsalves de Mello, Benjamin de Pina parecia praticar o judaísmo com grande afinco, tendo sido um dos senhores responsáveis pela elaboração de documentos importantes da comunidade judaica do Recife naquele ano⁸¹. O judeu novo foi membro do Mahamad do Recife e era um dos anciões da nação judaica do Recife que, em 1654, possuía muitas propriedades quando teve que deixar o Brasil holandês.

De fato, os holandeses contaram com muita colaboração em meio aos judeus novos e aos cristãos-novos, seus pilares de sustentação na extração de riquezas das capitanias açucareiras, verdadeiros parceiros comerciais. Num tempo de lealdades incertas, o auxílio destes intermediários facilitou, senão definiu, muitos destinos da dominação neerlandesa, seja dentro do campo de batalha na guerra, seja fora dele, isto é, propiciando o apoio necessário ao governo flamengo no Recife e à manutenção da ação exploratória da economia açucareira dirigida pela Companhia das Índias.

4.2 – Cristãos-novos aderentes à sinagoga *versus* Cristãos-novos leais ao catolicismo

Como já foi salientado, o grupo de cristãos-novos esteve longe de ser homogêneo. De acordo com Anita Novinsky, os cristãos-novos, na verdade, eram homem divididos: “[...] considerado judeu pelos cristãos e cristão para os judeus”⁸². Tal ambivalência manifesta-se sobretudo no interior do grupo, uma vez que haviam cristãos-novos residentes no Brasil holandês que aderiram à sinagoga e passaram a colaborar diretamente com os holandeses, principalmente devido ao contato com os judeus novos vindos de

⁸⁰ Além de Benjamin de Pina, assinaram a proposta dos povos das Atas da Assembleia Geral convocada por Nassau e pelo Alto Conselho em agosto de 1640, os cristãos-novos Gaspar Dias Ferreira e Fernão do Vale. Ver. “Documento 6: Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau de Alto Conselho (1640)” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês: a administração da conquista*. v. II. 2. ed. Recife: CEPE, 2004. p. 342-344.

⁸¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 394.

⁸² NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 162.

Amsterdã; bem como haviam cristãos-novos que se tornaram ainda mais fiéis aos portugueses, graças à lealdade ao catolicismo.

Foi o próprio Frei Manoel Calado quem observou esta divisão entre os cristãos-novos, enumerando os que aproveitaram das garantias fornecidas pelos holandeses para se circuncidarem, declarando-se judeus⁸³: “[...] com grande escândalo do povo cristão, pois se haviam criado aos peitos da Santa Madre Igreja Romana, foram Gaspar Francisco da Costa, Baltasar da Fonseca e seu filho, Vasco Fernandes [Brandão] e seus filhos, Miguel Rodrigues Mendes, Simão Vale [Fonseca] e muitos outros”⁸⁴. Posteriormente, o cronista acrescentou o nome de Simão Drago a lista.

Por outro lado, o religioso apontou que alguns cristãos-novos perseveraram na religião, mantendo-se fiéis ao catolicismo porque “[...] estes tais são verdadeiros cristãos e qualificados e por tais se pode ter e estimar em muito”⁸⁵. Apesar disso, Calado não forneceu uma lista dos cristãos-novos fiéis a Santa Madre Igreja como fizera com os convertidos ao judaísmo. É possível ressaltar que variados foram os casos, não sendo difícil encontrar cristãos-novos que, mesmo permanecendo católicos, colaboraram, em alguma medida, com o estabelecimento e dominação holandesa no Brasil.

Entre estes, Pero Lopes de Veras é um caso à parte. Isto porque fora cristão-novo que, ao que indica o testemunho de Antônio Caldeira da Mata, fornecido em junho de 1636⁸⁶, permaneceu fiel ao catolicismo, embora tenha aderido à causa holandesa. Caldeira da Mata contou que Lopes de Veras já havia sido preso por ordem de Matias de Albuquerque, comandante geral da resistência, no Cabo de Serinhaém por suspeitar “que tratava com inimigo”⁸⁷.

Entretanto, sua estadia na prisão teria sido curta, uma vez que foram os próprios holandeses que libertaram a Pero Lopes de Veras quando tomaram o Cabo, em 1635. A partir de então, o cristão-novo ficou amigo dos holandeses e, conforme apontou Caldeira da Mata, “se preza disso e o não nega nem ter-lhes jurado obediência”⁸⁸. Desta maneira, Lopes de Vera teria feito o juramento de fidelidade ao Príncipe de Orange e aos Senhores da Companhia, do que Caldeira da Mata duvida se fora “por força ou por vontade”, embora seja possível presumir a segunda opção.

⁸³ Por se tratarem de casos que chamamos de judeus novíssimos, os sujeitos listados por Calado serão tratados na sequência, ainda neste capítulo.

⁸⁴ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* p. 54.

⁸⁵ *Ibidem.* p. 170.

⁸⁶ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 399v-400.

⁸⁷ *Ibidem.* Fól. 399v.

⁸⁸ *Ibidem.* Fól. 400.

De acordo com a denúncia de Caldeira da Mata, Lopes de Veras, de fato, teria colaborado com os holandeses ainda no tempo da guerra de resistência, uma vez que precaveu a um sargento-mor francês que estava no Cabo, através de seu filho, João de Veras, a respeito do ataque dos portugueses. No relato, fica clara a atuação de Lopes de Veras como informante dos holandeses, falando: “em segredo com o dito sargento-mor que depois lhe disse que trazia aviso de seu pai Pero Lopes que a nossa gente vinha marchando pelo sertão para dar sobre eles, e o inimigo fez sua prevenção”⁸⁹.

Ademais, Pero Lopes teria contribuído mandando seus escravos e mulatos para auxiliar aos holandeses, através do fornecimento de informações acerca do deslocamento das tropas. Em outro episódio denunciado por Caldeira da Mata, o próprio Lopes de Vera teria se dirigido aos flamengos para avisar da aproximação dos portugueses em Ipojuca. Ao que tudo indica, o aviso teria sido fundamental, pois puderam os holandeses reforçar seus efetivos na localidade, de modo que quando os portugueses chegaram a Serinhaém, não conseguiram passar por onde as tropas holandesas haviam armado campanha.

O depoimento de Caldeira da Mata, portanto, acusa Lopes de Veras de colaboração aos holandeses, sobretudo através da espionagem, ficando evidente a circulação de informações no contexto da guerra. Contudo, não fica claro se Lopes de Vera permaneceu cristão-novo ou aderiu à sinagoga, porque a testemunha afirma ter ouvido dos holandeses que Veras era judeu, embora o próprio considere que se tratava de um cristão-novo. Neste sentido, o relato é confuso, ao mencionar uma segunda vez que os holandeses disseram que era judeu.

Ainda que em matéria religiosa seja difícil precisar se Lopes de Veras que iniciou seus contatos com os holandeses como cristão-novo tenha permanecido como tal ou tenha se convertido ao judaísmo, é certo afirmar que foi um grande colaborador dos flamengos, principalmente no tempo da guerra, quando forneceu-lhes informações preciosas. Ao findar a primeira fase do conflito com a conquista neerlandesa, Pero Lopes de Veras continuou contribuindo com os flamengos, como senhor de engenho da região do Cabo, ocupação que já possuía no tempo da guerra. No período nassoviano, Lopes de Veras aumentou seu patrimônio ao arrematar outras propriedades, conforme os relatórios supracitados, de autoria de Van der Dussen.

Outro caso de cristão-novo que permaneceu fiel ao catolicismo, como indicam as fontes, é o de Mateus da Costa. Judeu português que veio para o Brasil e se tornou

⁸⁹ Ibidem.

lavrador de canas em Ipojuca, Pernambuco. O cristão-novo possuía filhos que, de fato, aderiram à sinagoga, como José da Costa e Isabel de Mesquita, mas quanto à sua conversão ao judaísmo, permaneceu incomprovada.

Entre os depoimentos, houve quem alegasse ter sido testemunha de que Mateus da Costa judaizava e aqueles que não comprovaram seu desvio. No caso dos primeiros, consta um certo Salvador das Neves que, em denúncia de outubro de 1637⁹⁰, afirmou ter visto Mateus da Costa na casa de Matias Cohen ouvindo instruções acerca da prática do judaísmo: “[...] que fizesse guardar em sua casa o jejum de Quipur, o dito Mateus da Costa respondeu que assim o faria”. Ademais, teria o cristão-novo prometido comparecer à sinagoga.

O cristão-novo foi denunciado também por Francisco Vaz, quem “sempre o [Mateus da Costa] teve por cristão-novo e judeu [...]”. De acordo com o depoente, Mateus da Costa “[...] se prezava de judeu e dizia assim eu seja bom judeu [...]”. Outra denúncia veio por parte de Manuel Marques, que disse ter conhecido o cristão-novo, morador há muitos anos em Ipojuca, cujos filhos haviam se convertido. Foi este denunciante quem mencionou que haviam muitas suspeitas na localidade do cristão-novo ser espião. A justificativa, segundo o depoimento, estaria na riqueza do mercador.

O caso de Mateus da Costa chamou a atenção do bispo da Bahia, que se aproveitou da ida do cristão-novo para comprar farinha na localidade para prendê-lo, em 1646. No entanto, algumas pessoas que conheciam o cristão-novo de Pernambuco duvidavam da adesão que o cristão-novo teria feito ao judaísmo, como João Lopes que, em seu relato, expôs: “[...] geralmente diziam que o dito Mateus da Costa era judeu, querendo dizer que vivia na lei de Moisés, ou que era desses ou como eles, porquanto logo acrescentavam que tinha duas filhas casadas com dois judeus, [...]”. De acordo com o depoente, pareceu-lhes que o cristão-novo respondia pelos erros de seus filhos.

Desta forma, Mateus da Costa acabou tendo que enfrentar um longo processo em Portugal, tendo que responder pelo casamento e pela religião de seus filhos⁹¹. Durante a averiguação do Santo Ofício, os testemunhos dos cristãos-velhos como João Carveiro de Mariz, Paulo de Carvalho Mesquita, Francisco Dias Delgado, Domingos Mendes de Carvalho, Manuel Sepúlveda, Fernando Álvares e Antônio Pires de Oliveira, os quais

⁹⁰ ANTT, IL, CP 16, Livro 217, fóls. 518-525.

⁹¹ ANTT, IL, Processo 306.

afirmaram que o cristão-novo permaneceu católico no tempo de ocupação holandesa, parecem terem sido ignorados.

Após cinco anos sem nada confessar, tendo inclusive sido passado por tormentos, foi condenado pela Inquisição por suspeito na fé e levado a auto-de-fé em novembro de 1652, aos setenta e um anos de idade⁹². O caso ilustra bem a ambivalência dos cristãos-novos que habitavam o território dominado pelos holandeses, muitos dos quais ficaram entre a fé católica e o contato com os holandeses. De acordo com Gonsalves de Mello, o que mais contribuiu para a condenação de Mateus da Costa foi a declaração incontornável que o acusado fizera, ainda em Ipojuca, de que sua família era judia, para livrar sua filha de um pretendente holandês⁹³.

Entre os casos de cristãos-novos que ficaram a meio caminho, entre a fé católica e a proximidade com os neerlandeses, uma figura de vulto é Gaspar Dias Ferreira, cuja adesão é bastante controversa. Trata-se de um senhor de engenho que muito enriqueceu no tempo dos flamengos. Algumas denúncias encontradas nos Cadernos do Promotor atestam sua colaboração aos holandeses.

Uma das denúncias contra Gaspar Dias Ferreira veio do Frei Manoel Calado⁹⁴. É fato que o religioso detestava o cristão-novo, o que fica patente na leitura de sua própria crônica, mas podemos destacar algumas acusações feitas pelo frei, como aquela de ter sido Dias Ferreira “o primeiro homem que se passou aos holandeses quando tomaram Pernambuco”⁹⁵. De acordo com o Frei, o cristão-novo era tido por muita estima entre as autoridades neerlandesas, especialmente pelo governador dos flamengos.

O religioso salienta que Dias Ferreira dava “muitos alvitres contra os portugueses”, garantindo que o cristão-novo fora comissário do Conde de Nassau durante a tentativa de ataque à Bahia, em 1638. Em contrapartida, Calado denunciou que Dias Ferreira se aproveitou da amizade dos flamengos, tendo pedido para os holandeses tomarem as casas de Jerônimo Coelho, onde “foram ouvidos muitos assuntos”.

Em outubro de 1649, Frei Manuel Calado afirmava que Dias Ferreira teria dito que “em sua casa não dava esmola a Nossa Senhora”, anunciando erro de fé do cristão-novo. Além disso, o religioso reclama que o cristão-novo “era conselheiro dos hereges

⁹² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 324-328.

⁹³ *Ibidem.* p. 327.

⁹⁴ ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fols. 250-252.

⁹⁵ *Ibidem.* Fól. 250v.

contra os cristãos”⁹⁶, tendo o visto participar, algumas vezes, de reuniões com os holandeses.

De acordo com Calado, a crueldade de Ferreira não teria limites, tendo mandado enforcar alguns portugueses “por darem gasalhado a alguns soldados portugueses” e isto fez Dias Ferreira “em ódio dos cristãos portugueses e em serviço dos hereges”⁹⁷. O frei levantou suspeitou que o cristão-novo andava se relacionando particularmente com seus parentes judeus declarados, ainda que continuasse a ouvir missas e fazendo imagem de Cristo em sua casa.

Para confirmar a veracidade das informações fornecidas, Calado indicou a pessoa de Antônio Muniz da Fonseca, ouvido em janeiro de 1650. Assim, Muniz da Fonseca informa ser o cristão-novo “mercador de panos, casado” que foi para Holanda juntamente com o Conde de Nassau, aonde ainda estaria no tempo da denúncia⁹⁸. O depoente declarou não saber se Dias Ferreira tivera alguma “ocupação ou ofício” na organização do ataque à Bahia, mas é possível suspeitar que o dito cristão-novo tivesse dela participado em companhia a Nassau.

Acerca da grande amizade com o Nassau, Muniz da Fonseca dá testemunho que Dias Ferreira “era muito valido do Conde”⁹⁹. De toda forma, o depoente não garante que Dias Ferreira teria dado conselho aos holandeses contra os portugueses, e nem aos portugueses contra aos holandeses, mesmo sendo o cristão-novo muito próximo do Conde de Nassau.

Outra testemunha foi Jerônimo de Oliveira Cardoso¹⁰⁰, que reiterou a amizade de Gaspar Dias Ferreira com o Conde de Nassau, quem o cristão-novo teria acompanhado tanto na ida à Bahia, quanto no regresso à Holanda¹⁰¹. O depoimento data de fevereiro de 1650 e atesta que Dias Ferreira fornecia conselhos e informações para os holandeses conseguirem extrair dinheiro dos portugueses. Porém, segundo a denúncia, Dias Ferreira também não era muito bem visto entre os holandeses, principalmente porque “buscava meios de fazer dinheiro” a qualquer custo¹⁰².

Portanto, Gaspar Dias Ferreira foi um importante colaborador dos holandeses, cristão-novo que não assumiu o judaísmo, possivelmente teria se mantido fiel ao

⁹⁶ Ibidem. Fól. 251.

⁹⁷ Ibidem. Fól. 251v.

⁹⁸ ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fóls. 256-260.

⁹⁹ Ibidem. Fól. 257v.

¹⁰⁰ ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fóls. 261-264v.

¹⁰¹ Ibidem. Fól. 262v.

¹⁰² Ibidem. Fól. 263.

catolicismo, já que não frequentara sinagogas, o que não o impediu de aderir ao governo holandês, econômica e politicamente como atestaram as fontes. Quanto à sua adesão ao judaísmo, que o transformaria em um judeu novíssimo, é deveras contestada, uma vez que não há denúncias de frequentar as sinagogas do Brasil holandês.

Em matéria de ambivalências cristãs-novas não poderia ficar de fora Manuel Gomes Chacão, mercador natural de Trancoso que chegou a viver em Madrid, passou por Lisboa e pelo México, retornando ao Brasil antes de 1630. De acordo com Gonsalves de Mello, antes da entrada dos holandeses, o cristão-novo era mercador, mas depois se tornou lavrador de canas e de mandioca em um Engenho na Taquara, embora não tenha cessado com suas atividades comerciais¹⁰³.

Foi no ano de 1642 que Gomes Chacão passou a ter contato mais de perto com a comunidade judaica, ao mudar-se para o Recife, sendo circuncidado em março do ano seguinte e assumindo o nome judeu Isaac Habib. Pela decisão, Gomes Chacão perdeu sua esposa e seus dois filhos, inconformados com a conversão do pai. O abandono da família talvez tenha feito pesar a consciência de Chacão que em 1644 resolveu regressar a Igreja Católica.

No caminho de volta ao catolicismo, o cristão-novo começou confessando suas culpas na paróquia de São Lourenço de Tejucupapo, cujo vigário padre João Batista de Oliveira o absolveu da apostasia. Contudo, dois anos depois, Gomes Chacão foi preso e remetido à Bahia para, de lá, seguir para acertar contas com a Inquisição de Lisboa, onde deu entrada em janeiro de 1647. Como parecia, de fato, consternado, o cristão-novo não procurou omitir seu feito e confessou suas culpas, as quais lhe valeram a punição do auto-de-fé de 15 de dezembro daquele mesmo ano¹⁰⁴.

Por outro lado, muitos “cristãos-novos revelaram-se, com o livre exercício da religião, marranos: circuncidaram-se e mudaram os nomes, passando a usar outros mais caracteristicamente israelitas”¹⁰⁵, como sublinhou Gonsalves de Mello. Um caso de lealdade cristã-nova aos flamengos que não se redimiou nem se arrependeu foi o de Manuel de Castro. O cristão-novo foi contemporâneo a Domingos Fernandes Calabar, famoso desertor que fora justicado ao final da guerra de resistência/conquista, por isso, Chacão é aparece nas crônicas portuguesas do período.

¹⁰³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 479-480.

¹⁰⁴ ANTT, IL, Processo 1770.

¹⁰⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. cit.* p. 259.

Assim, conjuntamente à captura de Calabar em Porto Calvo por volta de julho de 1635 foi preso o sefardita Manuel de Castro que, ao que parece, prestava serviço de contador aos holandeses. Tratava-se de um cristão-novo que se bandeou para Amsterdã e, de lá, regressara ao Brasil. Castro também foi condenado à morte por traição e enforcado em um cajueiro, segundo contou Frei Calado¹⁰⁶.

Outra inegável colaboração aos holandeses foi fornecida por Fernão do Vale, cristão-novo, arrematador do engenho de São Bartolomeu que teria participado da delação da conspiração organizada por luso-brasileiros contra os holandeses na altura do ano de 1645. Na verdade, Salvador das Neves, em depoimento de outubro de 1637¹⁰⁷, afirma que Fernão do Vale havia se convertido ao judaísmo, frequentando a botica de Moisés Navarro para práticas judaicas. A testemunha informa ainda que Fernão do Vale declarou que “cria e viva na lei de Moisés”¹⁰⁸.

Assim, Fernão do Vale era um cristão-novo que, de acordo com a testemunha, judaizava. Durante todo o período de Nassau, foi um dos senhores de engenho que contribuiu para manter a economia açucareira a pleno vapor. Em 1637, reuniu-se em Recife com outros senhores de engenho para escrever um requerimento ao Conde de Nassau pedindo a liberdade de comércio¹⁰⁹.

Deste modo, Fernão do Vale aparece como figura bastante influente politicamente, sobretudo próxima às autoridades holandesas. Como vários senhores de engenho das capitanias açucareiras, acabou por acumular dívidas que passaram a ser mais incisivamente cobradas após o retorno de Nassau para Holanda, até que por volta de 1645, devia a quantia de 11.634 florins¹¹⁰.

É creditado a Fernão do Vale a participação no vazamento da rebelião preparada pelos luso-brasileiros, através do envio de uma carta anônima a Abraão de Mercado, com o intuito de informar aos holandeses os planos de João Fernandes Vieira. Porém, se tal prova de fidelidade fora realmente fornecida por parte deste cristão-novo, não servira para

¹⁰⁶ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* p. 42

¹⁰⁷ ANTT, IL, CP 16, Livro 217, fóls. 518-525.

¹⁰⁸ Ibidem. Fól. 520v.

¹⁰⁹ Além de Fernão do Vale, assinaram o requerimento de 7 de maio de 1637 os seguintes senhores: Gaspar da Silva, Bernardim de Carvalho, Pedro da Cunha Pereira, Antônio Paes d’Azevedo, Baltasar da Fonseca, Simão do Vale, Baltasar Gonsalves Moreno, Miguel Rodrigues Mendes, Manuel Rodrigues Tavares, Antônio Rodrigues Tavares, Luís Nunes, João de Barros Correia, Tomás Luís, Gaspar Francisco da Costa, Manuel Rodrigues Cardoso, Manuel Gonçalves Diniz, João Torres de Ávila, Gabriel Soares, João Fernandes Vieira, Luís Braz Bezerra e Pedro da Cunha Andrade. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves. *Tempo dos Flamengos. Op. cit.* p. 260.

¹¹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação. Op. cit.* p. 423.

aumentar sua credibilidade com os holandeses, uma vez que Fernão do Vale fora pelo governo preso em 1646, devido ao não pagamento de suas dívidas¹¹¹.

Outro cristão-novo que se passou para o lado holandês com a conquista flamenga foi Simão Correia. Mencionado no depoimento de Gonçalo de Almeida, datado de agosto de 1636¹¹², Simão Correia era mercador em Olinda que passou a frequentar a casa de Duarte Saraiva para fazer sinagoga. Segundo os testemunhos, o cristão-novo aderiu mesmo ao judaísmo, tendo inclusive se mudado para Amsterdã.

De acordo com o depoimento de Duarte Guterres, fornecido em novembro de 1639 acerca dos anos que passou em Amsterdã, Simão Correia era português de nascimento que viera de Pernambuco e frequentava a sinagoga¹¹³. Entretanto, o depoente não informou o nome de judeu de Simão Correia. Outra testemunha de que o cristão-novo andava por terras hereges foi Roque Ferreira, que afirmou, em novembro de 1639, que “viu a Simão Correia, cristão-novo, o qual conheceu muito bem em Pernambuco antes de se tomar pelos holandeses [...]”¹¹⁴.

A respeito da passagem de Simão Correia do catolicismo para o judaísmo, Matias de Albuquerque, antigo general da resistência luso-brasileira, em depoimento de maio de 1645, também confirmou que este cristão-novo, juntamente com sua mulher e seus filhos “estavam públicos professores da lei de Moisés”¹¹⁵. Ao que tudo indica, Simão Correia não regressou de Amsterdã, tratando-se mesmo de um caso de cristão-novo aderente à sinagoga e fiel aos holandeses, haja vista sua completa mudança de vida.

Caso bem interessante é de Francisco de Faria, cristão-velho que servira no exército de Pernambuco e se passou para o lado dos holandeses “por desgosto que teve”, segundo o depoimento de Antônio Dourado de agosto de 1639¹¹⁶. De acordo com a testemunha, Faria teria ainda se casado com uma judia em Amsterdã, onde passou a professar publicamente a Lei de Moisés, fazendo cerimônias na sinagoga¹¹⁷.

Quem explicou melhor esse caso foi o tenente André Vidal de Negreiros¹¹⁸, que duvidou se Francisco de Faria era cristão-novo ou cristão-velho, mas confirmou que este

¹¹¹ Ibidem. p. 297, 424.

¹¹² ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 411v-412.

¹¹³ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 24-27.

¹¹⁴ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 73-77v.

¹¹⁵ ANTT, IL, CP 26, Livro 225, fól. 376-378.

¹¹⁶ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 9v-14.

¹¹⁷ Ibidem. Fól. 11v-12.

¹¹⁸ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 107-107v.

sujeito foi “soldado nas guerras de Pernambuco e fugiu com os inimigos”¹¹⁹. No depoimento de novembro de 1644, Vidal de Negreiros contou que Francisco de Faria se tornara judeu público pouco tempo depois de ter se passado para o lado dos holandeses, mas não reiterou a história do novo judeu ter se mudado para Amsterdã. Além deste, o tenente Negreiros mencionou outros casos de cristãos-velhos que se passaram para o lado dos holandeses e se fizeram judeus públicos.

Quanto à mudança de Faria para Amsterdã, dá testemunho Feliciano Dourado em agosto de 1639¹²⁰, declarando que o viu frequentando sinagoga quando ele, depoente, foi levado preso para Amsterdã, logo após a tomada da Paraíba, em 1634. De acordo com Dourado, Faria havia lutado como soldado no Brasil, mas se passara para o lado dos holandeses. Na Holanda, Francisco de Faria teria se casado com uma judia, se circuncidara e passara a chamar David de Faria.

No entanto, o depoente desconfiava da adesão do ex-cristão-velho à nova religião, considerando que Faria “não cria na lei de Moisés, nem em outra alguma, nem tratava mais que de passar a vida”¹²¹. Em outro depoimento, de novembro de 1639, fornecido por Duarte Guterres¹²², Francisco Faria teria se casado ainda uma segunda vez na Holanda, agora com uma cristã-nova, ainda estando a primeira esposa viva¹²³. Acerca dos dois casamentos de Francisco de Faria, com uma mulher em Pernambuco e outra em Holanda, atestou Bento Jorge Borges em testemunho de março de 1645¹²⁴.

Em todo caso, percebemos que o cristão-velho Francisco de Faria se passou aos holandeses em Pernambuco, mas pouco serviu aos novos dominadores no Brasil, uma vez que sua partida para Holanda teria ocorrido logo no ano seguinte, em 1635. Uma carta do Conselho Político dirigida ao Conselho dos XIX reclamou ter sido Faria de pouca serventia para os neerlandeses, ainda em 1634:

“Francisco de Faria, renegado, para cá enviado com sua mulher e a esposa de seu pai, com 60 florins por mês, acerca de quem, antes da sua primeira partida daqui, se cogitou que serviços poderia prestar e como nenhum foi encontrado, decidimos que ele devia aprestar-se para regressar no primeiro navio; entretanto, não querendo ele concordar e como requeresse para se tornar particular e aqui permanecer, consentimos nisso e cancelamos o seu salário.”¹²⁵

¹¹⁹ Ibidem. Fól. 107.

¹²⁰ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 1-9.

¹²¹ Ibidem. Fól. 5v.

¹²² ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 24-27.

¹²³ Ibidem. Fól. 25v-26.

¹²⁴ ANTT, IL, CP 28, Livro 227, fól. 15-18.

¹²⁵ Carta do Conselho Político do Recife ao Conselho dos XIX, Recife, 2 de setembro de 1634. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação. Op. cit.* p. 425-426.

De acordo com o documento holandês publicado por Gonsalves de Mello, o ex-cristão-velho teria, de fato, se tornado funcionário da WIC, chegando a receber uma quantia mensal por isto. Apesar de ter sido recebido na Holanda, não tardaram os neerlandeses a perceberem que a utilidade de pessoas como Francisco de Faria era fundamentalmente maior na colônia, por ter mais condições de influir, negociar e auxiliar, graças aos seus conhecimentos do terreno e aos seus contatos com os moradores das capitanias dominadas.

Contudo, ao preferir residir na Holanda, do que testemunharam os depoimentos retratados, teria a Companhia cancelado seu salário e Faria passaria a viver como particular, o que o judeu novo teria encontrado problema. De modo que Francisco de Faria teria requerido ajuda após ter completado três anos de estadia na Holanda, por estar doente e necessitado¹²⁶. Conforme o parecer mencionado por Gonsalves de Mello, a resposta ao pedido de Faria foi negada. É possível pensar que o novo judeu possa ter encontrado alguma dificuldade para se inserir nas redes comerciais judaicas, haja visto seu passado como cristão-velho, mas esta é apenas uma suposição.

Como pode-se perceber, muitos foram os cristãos-novos que colaboraram com os holandeses, tendo aderido à sinagoga ou tendo permanecido leais ao catolicismo, mas há casos de cristãos-novos que permaneceram leais aos lusitanos. A nobilitação de dezenas de cristãos-novos moradores do Brasil que se destacaram na luta contra os holandeses atesta uma faceta bastante interessante, qual seja, a do colaboracionismo cristão-novo junto aos portugueses. Desta maneira, receberam a mercê de hábito por participarem das guerras pernambucas ao lado dos luso-brasileiros vários cristãos-novos, como exemplo: Antônio Lopes Ulhoa, Antônio de Couros Carneiro, Antônio Coelho de Góes, Diogo Lopes Ulhoa, João Mendonça de Pernambuco e Luís Antunes Faria¹²⁷.

Por resistirem à dominação holandesa nas capitanias açucareiras, tais cavaleiros de origem judaica parecem ter sido dispensados da limpeza de sangue para serem premiados pelos reis portugueses por seus serviços militares no Brasil. De acordo com Raminelli, a prática não teria se baseado em falsificações ou fraudes a documentos para escamotear a origem, mas sim no recebimento do perdão real ou papal, conforme

¹²⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 426.

¹²⁷ Receberam habilitação da Ordem de Cristo Antônio Coelho Góes e Diogo Lopes Ulhoa, habilitação da Ordem de Santiago João de Mendonça e habilitação da Ordem de Avis Antônio Lopes Ulhoa. Ver. RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 54.

determinavam os estatutos das ordens, para alcançarem a mercê régia¹²⁸. Desta maneira, os documentos atestam a colaboração, de fato, de cristãos-novos aos portugueses e luso-brasileiros.

O caso de Diogo Lopes Ulhoa, em particular, é interessante. Como mercador, arrematante de impostos e senhor de engenho na Bahia, o cristão-novo teria atuado decisivamente na defesa da capitania contra o ataque holandês em 1624, auxiliando na construção de trincheiras e fortificações no litoral. Além de Ulhoa, Mateus Lopes Franco, também cristão-novo, participou pessoalmente desta resistência. Estimativa interessante nos fornece a historiadora Anita Novinsky, que calculou que cerca de 25% das forças que defenderam a Bahia eram de cristãos-novos¹²⁹, o que corrobora para a perspectiva de que haviam muitos cristãos-novos leais ao catolicismo e/ou a El-rei espanhol.

Na segunda tentativa holandesa de conquista da sede da colônia portuguesa, já comandada por Nassau em 1638, o mesmo Diogo Lopes Ulhoa, ao lado de Mateus Lopes Franco, socorreu novamente a capitania, integrando uma comissão de cinco homens responsáveis por conseguir recursos para a defesa da Bahia. Outro cristão-novo destacado pela historiadora foi Diogo Muniz Teles, quem teria sido um dos grandes esteios da resistência da capitania¹³⁰. É bom lembrar que a própria armada do Conde da Torre foi enviada graças ao financiamento dos cristãos-novos.

A lealdade dos cristãos-novos na resistência da Bahia estaria relacionada à política desenvolvida pelo Conde-Duque de Olivares, Gaspar de Guzmán, o ministro de Felipe III de Portugal. O político tentava atrair os cristãos-novos como súditos da Coroa espanhola através de contratos vantajosos e de facilidades no tráfico africano, de modo a neutralizar a aliança que vinha sendo estabelecida entre os judeus e os holandeses à época¹³¹.

4.3 – Judeus novos portugueses *versus* Judeus novíssimos

Apesar da organização institucional da comunidade, é preciso lembrar que entre o grupo dos judeus também havia diferenças, destacamos aqueles vindos de Amsterdã já convertidos, os judeus novos que buscaram a Lei de Moisés em terras de liberdade, e

¹²⁸ RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.* p. 55.

¹²⁹ NOVINSKY, Anita. *Op. cit.* p. 125-127.

¹³⁰ *Ibidem.*

¹³¹ VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 93.

aqueles que se converteram na colônia, “tragados pelo judaísmo no Recife” nas palavras de Vainfas¹³², chamados de “judeus novíssimos”.

Como pudemos perceber, muitos foram os judeus novos que vieram de Holanda se estabelecer em Pernambuco nos anos em que a ocupação holandesa se assentou, isto é, a partir de 1635. Neste sentido, tais judeus novos acabavam vindo para o Brasil em busca de maior liberdade religiosa e terminavam colaborando em alguma medida com a dominação neerlandesa, muitas vezes firmando uma espécie de parceria com a WIC, sobretudo para a movimentação da economia açucareira.

Um exemplo de judeu é encontrado em depoimento perante a Inquisição realizado por Bento Jorge Borges em março de 1645¹³³. Trata-se do caso de Daniel Gabilho, acusado por Borges de ser judeu público em Pernambuco. Segundo a denúncia, Daniel Gabilho veio de Holanda com seu tio, Bento Henriques Osório, mercadejar e carregava a “Bíblia Sagrada falsificada”¹³⁴, chamando outras pessoas para apresentar a Lei de Moisés. Como esta denúncia é muito lacunosa, não foi possível identificar se era judeu novo ou novíssimo, isto é, se sua conversão ao judaísmo ocorrera em Amsterdã ou no Brasil, sendo apenas informado que fora cristão-novo na Holanda.

O caso de Daniel Gabilho é digno de nota pois fora corretor judeu e, após acumular muitas dívidas, fugiu do Recife em 1641¹³⁵. O fato chegou ao conhecimento do Alto Conselho que alertou aos capitães de navios para não deixarem embarcar este judeu às escondidas. Os holandeses conseguiram capturar Gabilho em pouco tempo que, tendo blasfemado, foi condenado à morte.

Para conseguir a clemência de Nassau, a comunidade judaica se mobilizou e apelou, oferecendo ao Conde 11.000 florins, quantia que representava o valor das dívidas de Gabilho, mas o governador não aceitou. Então, Nassau convocou todos os credores do condenado e sugeriu o pagamento de 15.000 florins pela vida do devedor. Desta forma, o perdão do judeu “fora pago” pelos credores, incluindo altos juros das dívidas, dos quais se beneficiaram os holandeses. A nova sentença salvava a vida de Gabilho, mas incluía seu banimento para a Ilha de São Tomé por um período de dez anos.

¹³² *Ibidem*. p. 263.

¹³³ ANTT, IL, CP 28, Livro 227, fól. 15-18. No depoimento de Bento Jorge Borges são delatados vários nomes de cristãos batizados que se tornaram judeus públicos, os quais pregavam a Lei de Moisés e iam à sinagoga, dentre eles: Gaspar Francisco da Costa, Baltasar da Fonseca, Miguel Rodrigues Mendes, Vasco Fernandes [Brandão], Luis Nunes, Francisco de Faria, Simão do Vale.

¹³⁴ *Ibidem*. Fól. 15v.

¹³⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 267-268.

Desventuras judaicas à parte, o primeiro judeu novíssimo mencionado como cristão-novo que se valeu das garantias holandesas para se converter ao judaísmo no Brasil, listado por Frei Manoel Calado, foi Gaspar Francisco da Costa. Trata-se de um cristão-novo morador de Pernambuco antes da entrada dos holandeses no Brasil. No depoimento de Rodrigo de Barros Pimentel datado de 1640¹³⁶, o depoente afirma que teria transcorrido dois anos, portanto, desde 1638, que o católico Gaspar Francisco se declarou “judeu público indo às sinagogas”, onde fazia as cerimônias judaicas.

Gaspar Francisco foi citado no depoimento de Gonçalo de Almeida, datado de agosto de 1636¹³⁷, como judeu português frequentador da casa de Duarte Saraiva para fazer sinagoga, o que fornece pistas de que, talvez, o cristão-novo já tivesse se assumido publicamente o judaísmo bem antes do ano indicado pelo testemunho de Rodrigo de Barros Pimentel.

Outra testemunha foi Manuel Fernandes Caminha, que informou, em março de 1642, que Gaspar Francisco da Costa era um cristão-novo natural da Beira, que havia se mudado para Pernambuco ainda solteiro, como mercador de sedas e outras fazendas¹³⁸. Tal depoimento confirma que Gaspar Francisco teria vindo de Portugal ainda na condição de cristão-novo e, com a chegada dos holandeses às capitâneas açucareiras do Brasil, se declarou judeu.

Neste sentido, o depoimento de André Vidal de Negreiros¹³⁹ reitera, em novembro de 1644, que Gaspar Francisco, cristão-novo, havia se tornado judeu público: “[...] mercador tido e havido por Cristão há poucos anos e agora o viu ir à sinagoga e argumentar contra nossa Santa fé”¹⁴⁰. Segundo as fontes holandesas, Gaspar Francisco da Costa foi circuncidado mesmo em Pernambuco¹⁴¹, onde passou a atuar como judeu público.

A serviço aos holandeses, Gaspar Francisco da Costa foi carregador de navios, traficante de escravos, fiador de obras públicas (neste caso foi fiador de Baltasar da

¹³⁶ ANTT, IL, CP 28, Livro 227, fól. 411v.

¹³⁷ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 411v-412.

¹³⁸ ANTT, IL, CP 25, fól. 30-36.

¹³⁹ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 107-107v.

¹⁴⁰ *Ibidem*. Fól. 107.

¹⁴¹ WIC. *DN de 22 de fevereiro de 1641*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 14 dez. 2017.

Fonseca no contrato de construção da ponte¹⁴²) e contratador da Companhia. O judeu novíssimo, que passara a assinar como Joseph Athias, em 1648, teria feito fortuna no tempo de dominação holandesa, possuindo a propriedade de um sobrado na Rua dos Judeus em Recife¹⁴³ e a quantia de 250.000 libras de pau-brasil¹⁴⁴.

O segundo judeu novíssimo da lista dos convertidos na colônia, segundo Frei Manoel Calado, é Baltasar da Fonseca. A informação é confirmada pelo depoimento de André Vidal de Negreiros, fornecido em novembro de 1644¹⁴⁵. Segundo o tenente Negreiros, Baltasar era cristão-novo mercador na Vila de Olinda e se fez judeu público, chegando a “mandar a circuncidar um menino seu”.

Em relação ao início da adesão ao judaísmo, foi o depoente Gonçalo de Almeida¹⁴⁶ quem declarou em agosto de 1636 que Baltasar da Fonseca frequentava a casa de Duarte Saraiva para praticar os ritos judaicos, portanto, antes das novas instalações da sinagoga. O testemunho de Bento Jorge Borges, fornecido em março de 1645¹⁴⁷, confirma que Baltasar da Fonseca era cristão batizado antes de se tornar um dos judeus públicos que andavam professando a lei de Moisés em Pernambuco.

De acordo com Diogo Coelho de Albuquerque, em depoimento de junho de 1644¹⁴⁸, Baltasar da Fonseca era “cristão-novo, mercador, de 45 anos” que “não fazia ato algum de católico, antes era tido e havido por proficiente da Lei de Moisés”. A testemunha declara ter visto o cristão-novo frequentar sinagoga durante o período de dois anos em que foi prisioneiro no Recife.

O depoente Francisco Vieira, em setembro de 1644, afirmou que Baltasar da Fonseca era “o mais rico mercador da dita Capitania de Pernambuco”¹⁴⁹. Nestes termos, podemos depreender que o judeu novíssimo se afortunou no Brasil holandês, sobretudo servindo aos governantes como carregador de navios; contratador da construção de uma

¹⁴² WIC. *DN de 8 de fevereiro de 1641*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 14 dez. 2017.

¹⁴³ Além de Gaspar Francisco da Costa, vários serfadins possuíam sobrados na Rua dos Judeus, conforme listados em *A rendição dos holandeses no Recife*, a saber: Moisés Neto, Jacó Jacuto, João de Lafaia, Jacó Fundão, Jacó Mocata, Gabriel Castanha, Moisés Navarro, Abraão de Azevedo, Fernão Martins, Duarte Saraiva, Davi Atias, Benjamin de Pina, Davi Brandão, entre outros. Das cláusulas da rendição, os bens imóveis foram excluídos, sendo concedidos apenas os bens móveis aos judeus. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A rendição dos holandeses no Recife* (Original de 1654). Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1979. p. 31.

¹⁴⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 430.

¹⁴⁵ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 107-107v.

¹⁴⁶ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 411v-412.

¹⁴⁷ ANTT, IL, CP 28, Livro 227, fól. 15-18.

¹⁴⁸ ANTT, IL, CP 26, Livro 225, fól. 213-227.

¹⁴⁹ ANTT, IL, CP 26, Livro 225, fól. 337-343v.

ponte entre o Recife e a cidade Maurícia em 1641¹⁵⁰; traficante de negros¹⁵¹; e arrematador da cobrança de dízimos de açúcar da Capitania de Pernambuco. Deste modo, a diversidade de negócios de Baltasar da Fonseca atesta a vitalidade de sua riqueza.

Outro cristão-novo mencionado por Calado que encaixaríamos nos quadros dos judeus novíssimos do Brasil foi Vasco Fernandes Brandão. De acordo com o cronista, Vasco Fernandes era um cristão-novo que residia em Pernambuco antes da entrada dos holandeses, mas aproveitou-se da ocupação “dos inimigos” para circuncidar-se e assumir a prática do judaísmo¹⁵². O judeu novíssimo beneficiou-se também para aumentar seus negócios no espaço dominado pelos flamengos.

Trata-se de um mercador natural do Brasil que, segundo o depoimento de Manuel Fernandes Caminha, fornecido em março de 1642¹⁵³, passou a ser chamado de Isaac Brandão entre a comunidade judaica. De acordo com o depoente, o Vasco Fernandes era viúvo de Joana Soeira e uma de suas filhas casou-se com Luís Nunes, primo seu, também antigo cristão-novo da terra que se tornara judeu público naqueles tempos. O caso demonstra o entrelaçamento da congregação judaica do Recife e como a circuncisão garantia ao cristão-novo judaizante ser reconhecido como judeu, abrindo as portas para a possibilidade de participação na comunidade.

Miguel Rodrigues Mendes foi outro judeu novíssimo, convertido no tempo da ocupação holandesa. Segundo depoimento do comandante general da resistência, Matias de Albuquerque, datado de maio de 1645¹⁵⁴, Miguel Rodrigues era um dos que “dogmatizava os cristãos-novos” para se fazerem judeus, sendo responsável pela conversão de muitos ao judaísmo.

De nome judeu Abraão Levi, Miguel Rodrigues era um dos que frequentava a casa de Duarte Saraiva para a realização de ritos judaicos. A respeito do entrelaçamento da comunidade, parece que Miguel Rodrigues Mendes foi casado com a irmã de outro judeu novíssimo, chamado Vicente Rodrigues Vila Real, como contou Bento Jorge Borges, em depoimento de março de 1645¹⁵⁵. Como mercador, o judeu novíssimo também conseguiu

¹⁵⁰ WIC. *DN de 8 de fevereiro de 1641*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 14 dez. 2017.

¹⁵¹ WIC. *DN de 12 de março de 1641*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 10 dez. 2017.

¹⁵² CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* p. 54.

¹⁵³ ANTT, IL, CP 25, fól. 30-36.

¹⁵⁴ ANTT, IL, CP 26, Livro 225, fól. 376-378.

¹⁵⁵ ANTT, IL, CP 28, Livro 227, fól. 15-18.

retirar proveito da dominação holandesa, atuando como carregador de navio e traficante de escravos, tendo sido um dos credores da Coroa portuguesa, segundo Gonsalves de Mello¹⁵⁶.

Conforme aumentava o patrimônio de Miguel Mendes, acrescia também seu poder de influência no seio do Brasil holandês. O judeu pediu uma carta de recomendação para os Conselheiros Políticos do Brasil em 1635; assinou a petição que solicitava a liberdade de comércio para o Brasil em 1637; e subscreveu a carta de testemunha dos feitos do Conde de Nassau em 1641¹⁵⁷. Desta maneira, podemos afirmar que Miguel Mendes se destacava entre os judeus novíssimos pela importante participação política no contexto de dominação holandesa.

Também foi judeu novíssimo casado com uma prima, como denunciou Bento Jorge Borges em março de 1645¹⁵⁸, Simão do Vale Fonseca, o qual também integrou a lista de Calado. Trata-se de um cristão-novo português que foi circuncidado no Brasil, durante o governo holandês, e casado com a irmã de Simão Rodrigues Vila Real, também judia.

De menor cabedal que os judeus novíssimos enumerados, Simão do Vale começou como lavrador de 60 tarefas de cana no Engenho São Bartolomeu, de propriedade de Fernão do Vale, de acordo com o relatório de van der Dussen. Contudo, Simão do Vale parece ter aproveitado a dominação holandesa para diversificar suas atividades, tendo se empenhado como mercador de loja, comprador de negros, carregador de navios e arrematador de dívidas¹⁵⁹.

Outro caso de judeus novíssimos já mencionado é o do Vicente Rodrigues Vila Real, cristão-novo que se declarou judeu na colônia, como atestam as testemunhas. De acordo com denúncia de Rodrigo de Barros Pimentel, realizada em setembro de 1640¹⁶⁰, Vicente Rodrigues teria adquirido alguns engenhos e mandou derrubar as cruzes e as igrejas existentes na propriedade porque “era tido e havido por judeu declarado”¹⁶¹.

Outra testemunha que mencionou Vicente Rodrigues Vila Real em seu depoimento de junho de 1644 foi Diogo Coelho de Albuquerque. Embora o depoente não seja muito preciso, informou que Vila Real foi mercador na capitania de Pernambuco,

¹⁵⁶ De acordo com o historiador, Miguel Rodrigues Mendes tinha a receber a quantia de 31.494 forins. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 488.

¹⁵⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 488.

¹⁵⁸ ANTT, IL, CP 28, Livro 227, fól. 15-18.

¹⁵⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 519.

¹⁶⁰ ANTT, IL, CP 28, Livro 227, fól. 411-412v.

¹⁶¹ *Ibidem*. Fól. 412.

ainda que não se trate dos mais afortunados. Interessante é a causa da morte de Vila Real segundo Coelho de Albuquerque, para quem o judeu teria falecido em 1642 “de um fluxo de sangue que lhe sobreviera por se circuncidar”¹⁶², de modo que, possivelmente, o cristão-novo não tivesse resistido ao se tornar judeu.

O depoente Antônio Muniz da Fonseca¹⁶³ foi um dos que afirmou que Vila Real, “mercador e depois senhor de engenho, casado com a filha de Mateus da Costa”, ficou com os holandeses quando Olinda foi tomada¹⁶⁴. Na época do testemunho de Fonseca, em janeiro de 1650, Vicente Rodrigues Vila Real já havia falecido, mas o depoente não deixou de denunciar que o ex-cristão-novo era “público proficiente da lei de Moisés e quando se declarara dissera que sempre fora judeu”¹⁶⁵.

Em relação aos judeus novos, um caso clássico de colaboracionismo foi de o de Antônio Vaz Henriques, de nome judeu Moisés Cohen. Trata-se de um judeu mercador, cuja atuação teria se destacado na conquista de Pernambuco. Segundo Gonsalves de Mello, é creditado a Vaz Henriques a instrução dos holandeses quanto ao local, apontando as entradas e as saídas das frotas para os flamengos as tomarem por assalto¹⁶⁶. Deste modo, teria o judeu novo atuado como um importante informante dos holandeses.

Outro exemplo de colaboração judaica é Isaac Carvalho que atuou como intérprete na capitulação da guarnição holandesa de Porto Calvo em setembro de 1645, como mencionou Calado¹⁶⁷. O serviço de intérprete era apenas um dos executados por judeus, exatamente por conhecerem a língua portuguesa, graças ao seu passado cristão-novo, além da holandesa, uma vez que grande parte vinha de Amsterdã. Assim, tanto judeus novíssimos, como judeus novos, tiveram papel de destaque no Brasil Holandês.

No entanto, uma das maiores provas da fidelidade dos judeus aos holandeses foi mesmo fornecida pela delação da rebelião que vinha sendo preparada pelos luso-brasileiros. Isto porque o Conselho Político do Recife foi informado da existência de uma conspiração no interior do território dominado por meio dos *parnassim* da *Zur Israel* em outubro de 1644. Em princípio, um dos delatores foi Moisés da Cunha, que afirmou ter visto João Fernandes Vieira vendendo seus bens e enviando recursos à Bahia.

¹⁶² ANTT, IL, CP 26, Livro 225, fól. 213-227.

¹⁶³ ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fól. 256-260.

¹⁶⁴ Ibidem. fól. 258v.

¹⁶⁵ ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fól. 259.

¹⁶⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação. Op. cit.* p. 386.

¹⁶⁷ CALADO, Frei Manoel de. *Op. cit.* p. 257.

No episódio, pequenos mascates judeus que circulavam no território denunciaram também a compra de armas enviadas para a Bahia de forma clandestina. O governo holandês negligenciou as advertências feitas pelos judeus ainda na fase de preparação para o levante. De qualquer maneira, as informações acerca de um dos planos de João Fernandes Vieira vazaram e o que seria um golpe no governo holandês do Recife se transformou em insurreição, debelada em 13 de junho de 1645.

O vazamento teria ocorrido quando um dos conspiradores, o lavrador Sebastião de Carvalho contou a um senhor de engenho cristão-novo aliado dos holandeses, chamado Fernão do Vale, a respeito da conspiração. Por sua vez, Fernão do Vale fez chegar uma carta, em tese anônima, conhecida como *A verdade plus ultra*, delatando todo o levante planejado. Por meio do médico e comerciante judeu Abraão de Mercado, a carta chegou às mãos holandesas.

Abraão de Mercado era um judeu novo formado em Medicina, mas que também atuava como mercador e carregador de navios no Brasil holandês, vendendo sobretudo medicamentos ao governo holandês. Gonsalves de Mello conta a versão de que o judeu novo teria recebido a denúncia da organização da insurreição diretamente do senhor de engenho Sebastião de Carvalho, sem a participação do cristão-novo Fernão do Vale na ocasião¹⁶⁸. Seja como for, o fato é que o judeu novo teria tido uma atuação de destaque no episódio, pois fora mesmo Abraão de Mercado quem levara a notícia aos holandeses.

Ainda assim podemos suspeitar dos contatos entre este judeu novo e aquele cristão-novo, visto que Abraão de Mercado foi o fiador das dívidas do prisioneiro Fernão do Vale. Assim que o cristão-novo foi solto pelos holandeses de Recife, logo tratou de saldar suas dívidas, agora com Abraão de Mercado, através de caixas de açúcar¹⁶⁹. Contudo, Fernão do Vale não foi o único que teve suas dívidas pagas pelo judeu novo, podendo-se suspeitar que tal conduta talvez fizesse parte do procedimento da comunidade judaica, para ajudar os membros menos abastados. Desta maneira, pode-se pensar que o gesto de Abraão de Mercado estivera tão somente relacionado aos interesses comerciais¹⁷⁰.

¹⁶⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 378.

¹⁶⁹ *Ibidem*. *Op. cit.* p. 379.

¹⁷⁰ Não foram poucos os judeus que arremataram as dívidas de senhores de engenho, se tornando contratadores, atividade que, em tese, seria bastante lucrativa pelos juros a serem cobrados. Contudo, grande parte dos senhores das capitanias açucareiras deram mesmo um grande calote em seus credores, haja vista a própria declaração de João Fernandes Vieira que tornaram nulas as dívidas logo após o estouro da insurreição. Tais credores, em grande parte judeus, reclamaram uma indenização da Coroa portuguesa após a restauração pernambucana.

De qualquer forma, o negociante judeu novo, membro do *Mahamad* da congregação da *Zur Israel*, foi forte parceiro da WIC e não encerrou suas atividades quando foi rendido o Recife em 1654. No ano seguinte, Abraão de Mercado recebeu permissão por parte de Cromwell para se instalar em Barbados com um de seus filhos, chamado David Rafael, para continuar movimentando seus negócios¹⁷¹. O caso de Abraão de Mercado é um bom exemplo para demonstrar a força das redes sefarditas no século XVII, espalhadas em diversos pontos do ultramar.

No Brasil holandês, a denúncia do levante por parte dos judeus pode ser explicada não apenas pela colaboração prestada a seus parceiros comerciais, como também por interesses particulares, uma vez que se sentiam particularmente ameaçados caso os portugueses restaurassem o domínio sobre a região. E o medo não era infundado, visto que os ataques aos bens ou às vidas sefarditas começaram já no início da rebelião, quando João Fernandes Vieira declarou nulas as dívidas dos insurretos junto aos judeus.

A este respeito, Calado narrou que passados quatro dias do início da insurreição, dois judeus já haviam sido mortos em Ipojuca¹⁷². Entre agosto e setembro daquele ano, o memorial da *Talmud Torá*, registrou a execução de treze judeus pelos rebeldes de Pernambuco. Em 1648, os judeus Davi Barassar e David Henriques foram enforcados na praia Maria Farinha, no Recife.

Assustados com a quantidade de mortos pelos insurretos, muitos judeus resolveram regressar à Amsterdã. Outros, porém, adotaram procedimento diferente, por serem judeus recém-convertidos na colônia, apostaram no retorno ao catolicismo para salvarem sua pele. Houve, ainda, aqueles que foram a campo lutarem contra os lusobrasileiros, como percebeu Joan Nieuhoff: “os judeus, mais do que os outros, estavam em situação desesperadora e, por isso, optaram por morrer de espada na mão, ao invés de enfrentar seu destino sob o jugo português: a fogueira.”¹⁷³

Assim, uma milícia de judeus com cerca de 17 ou 18 sujeitos foi organizada para defender o ismo do Recife. Neste sentido, também uma companhia formada por 40 voluntários, dirigida por um capitão judeu, partiu de Recife em direção à Itamaracá, em novembro de 1645, visando reunir-se com tropas indígenas e holandesas para retomar a posse da região para os neerlandeses¹⁷⁴. Embora o plano que uniria esforços para tentar

¹⁷¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 379.

¹⁷² CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* v. 2 p. 92-93.

¹⁷³ NIEUHOFF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* (original de 1682). Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 225-226.

¹⁷⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 344.

impedir a vitória portuguesa tivesse fracassado, é preciso denotar o grande engajamento dos judeus ao ingressarem nas fileiras neerlandesas da guerra.

Não apenas como soldados e agentes de abastecimento, mas os judeus atuaram especialmente como espiões, chegando a integrar numa espécie de “serviço de inteligência” dos holandeses. Deste modo, os judeus colaboravam diretamente com os holandeses ao participarem de expedições militares para servirem como intérpretes e intermediários. Devido aos seus conhecimentos das línguas portuguesa e holandesa, os judeus eram os mais habilitados para negociar rendições, interrogar prisioneiros e descobrir os planos dos adversários.

Entre os judeus que exerceram tal função, podemos citar Isaac da Serra, quem participou da Armada do almirante Witte de With como interprete, em 1649. Desta maneira, Serra tornou-se diretamente funcionário da WIC, passando a receber o soldo de 40 florins por seu trabalho como intermediário¹⁷⁵. Neste interim, outra atividade a qual os judeus eram valiosos ajudantes era a decifração de mensagens do inimigo, como teria feito Aarão de Pina, convocado para decodificar as cartas trazidas junto aos portugueses João Vieira de Alagoas e Francisco Ribeiro, presos, em maio de 1646, por suspeita de espionagem.

Neste episódio, Aarão de Pina, também conhecido como Abraão Safarti, que era o primeiro rabino informal da *Zur Israel*, identificou que o conteúdo das cartas tratava de informações preciosas que seriam levadas aos portugueses, sobretudo da situação em que se encontravam os holandeses em Recife, contando que os soldados estavam atormentados pela fome, além de fornecer indícios sobre os melhores meios para a conquista da cidade. Confirmada a suspeita dos neerlandeses, o espião João Vieira de Alagoas foi sumariamente decapitado e esquartejado em 29 de maio de 1649 por traição. Pelo trabalho como tradutor, Aarão de Pina havia pedido oito negros como pagamento, mas recebeu apenas dois negros e duas negras, ainda assim pagos às próprias custas.

Semelhante serviço foi desempenhado pelo ex-rabino da extinta *Maghen Abraham*, a segunda sinagoga do Recife unificada a *Zur Israel* por ordens expressas da *Talmud Torá*. De modo que o judeu Moisés Rafael de Aguilar decifrou o conteúdo de algumas cartas interceptadas em dezembro de 1649. O material vinha de Angola tendo como destinatário o governador da Bahia e informava como havia ficado Luanda após a

¹⁷⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p. 445.

reconquista pelos portugueses, sobretudo quanto às alianças e ao tráfico de escravos. Pelo serviço, Moisés Aguilar recebeu 30 florins.

Com o fim da insurreição com resultado favorável aos portugueses, os judeus foram incluídos, em igualdade de condições aos holandeses, nas cláusulas da rendição dirigida pelo mestre de campo Francisco Barreto de Menezes. De acordo com o comentário de Gonsalves de Mello a respeito dos termos da rendição: “não fosse este artigo 2º, os judeus que haviam nascido em países católicos ou predominantemente católicos estariam de imediato sob a jurisdição da Santa Inquisição, que tinha em Pernambuco representante seu [...]”¹⁷⁶.

Como bem lembrou o historiador, os cárceres do Santo Ofício aguardavam todos os judeus novíssimos que haviam se rendido com os holandeses em 1654, para serem julgados como apóstatas da fé, uma vez que eram cristãos-novos e haviam recebido o batismo católico, mas foram incluídos na segunda cláusula da rendição, que determinava que também fossem compreendidas “todas as nações de qualquer qualidade ou religião que sejam, que a todas perdoa, posto que hajam sido rebeldes à Coroa de Portugal, concedendo aos Judeus a mesma graça”¹⁷⁷.

A inclusão dos judeus parece ter sido uma condição negociada ente portugueses e holandeses, uma vez que de Amsterdã chegavam ordens dos burgomestres desde meados da década de 1640, determinando, em caso de queda do poderio neerlandês no Brasil, fossem os judeus considerados como súditos do Príncipe de Orange¹⁷⁸. Assim, tiveram holandeses e judeus três meses para encerrar seus negócios, recolher seus bens e deixar o Brasil em segurança. Nas palavras de Vainfas: “com a derrota holandesa, os judeus saíram de cena e a Inquisição voltou ao palco”¹⁷⁹.

No entanto, a situação não era das mais favoráveis e grande parte dos judeus não conseguiu vender seus bens, tendo que deixar tudo para trás. De acordo com o tratado celebrado entre Portugal e as Províncias Unidas em 1661, além da indenização que Portugal deveria pagar pelas perdas dos holandeses, foi responsabilizado por arcar com

¹⁷⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. A rendição dos holandeses no Recife. *Op. cit.* p. 27.

¹⁷⁷ *Ibidem.* p. 26.

¹⁷⁸ Trata-se da “patente honrosa” que menciona Gonsalves de Mello nos comentários da publicação da rendição. O documento enviado pelos burgomestres de Amsterdã dirigiu-se ao Alto Governo holandês no Brasil destacando a situação dos judeus. Na avaliação do historiador, os judeus do Brasil holandês alcançaram mais favores do governo holandês que os judeus de Amsterdã. Ver. MELLO, José Antônio Gonsalves de. A rendição dos holandeses no Recife. *Op. cit.* p. 28.

¹⁷⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 362.

as dívidas dos credores holandeses e judeus, as quais acabaram sendo esquecidas com o passar do tempo.

Desta forma, foram credores judeus que, à época da rendição, terminaram o período de dominação neerlandesa detentores de grandes cabedais, mas tiveram que abandonar tudo e voltar para Amsterdã: Abraão Cohen, Abraão de Azevedo, Baltazar da Fonseca, Isaac da Costa, os herdeiros de Vicente Rodrigues Vila Real (genro de Mateus da Costa), Isaac Coronel e Duarte Saraiva¹⁸⁰. Uma exceção mencionada na rendição foi o caso do judeu José Francês, quem conseguiu vender seus bens e deixar a colônia graças aos favorecimentos concedidos por parte de Francisco Barreto¹⁸¹.

A respeito das vantagens que os judeus conseguiram extrair da experiência de ocupação holandesa no Brasil, Ronaldo Vainfas discorda de Gonsalves de Mello, para quem os judeus teriam saído do Brasil com um enorme prejuízo¹⁸². De modo inverso, aquele historiador demonstrou que a parceria entre a WIC e os judeus nos negócios açucareiros continuou em outros territórios, a exemplo da ilha de Barbados, nas Antilhas.

O procedimento de ambas as categorias de judeus trabalhadas após a rendição dos holandeses no ano de 1654 também foi diferenciado: em linhas gerais, enquanto os judeus novos vindos de Amsterdã regressaram para a Holanda, os judeus novíssimos resolveram regressar ao catolicismo. Ainda assim, através da documentação inquisitorial, é possível perceber que houve casos de judeus que resolveram permanecer na colônia.

Caso curioso é de Antônio Henriques, um judeu novo decidiu permanecer no Brasil após a expulsão dos holandeses, cujo processo data da década de 1660. Antônio Henriques era um cristão-novo espanhol, cujos pais eram criptojudeus praticantes, motivo pelo qual a família foi parar em Amsterdã, após curta passagem pela França. Na Holanda, Antônio Henriques foi circuncidado e passou a se chamar Isaac Israel Henriques.

Antônio fez parte da primeira leva de judeus estabelecidos em Pernambuco no tempo holandês, imigrando em 1637. Em Recife, o judeu novo não passou de um pequeno mercador e se manteve fiel ao judaísmo até o fim da presença holandesa no Brasil. Com

¹⁸⁰ Ibidem. p. 356.

¹⁸¹ De acordo com Gonsalves de Mello, exportadores holandeses e judeus protestaram contra os favorecimentos de Barreto em relação a José Francês. Ainda assim, não foi possível descobrir os motivos que levaram ao general português a proteger este judeu. MELLO, José Antônio Gonsalves de. A rendição dos holandeses no Recife. *Op. cit.* p. 35.

¹⁸² VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 357.

a derrota holandesa, Antônio resolveu permanecer no Brasil¹⁸³, precisando, para isso, se converter ao catolicismo.

O caso é intrigante porque em virtude de seu grande distanciamento com o mundo católico, o judeu novo, regresso a condição de cristão-novo, necessitou passar por um acerto de contas com a Inquisição a respeito de uma religião que praticamente desconhecia. Antônio Henriques foi condenado em 1662 a sair em auto público, abjurar em forma, usar hábito penitencial e permanecer encarcerado em Lisboa para juízo dos inquisidores¹⁸⁴.

Outro caso de judeu novíssimo que se preferiu permanecer no Brasil a acompanhar os holandeses no regresso a Holanda foi de José da Silva, chamado Moisés da Silva. Na verdade, José da Silva fora cristão-novo da terra, filho de Mateus da Costa, lavrador de cana nas imediações de Ipojuca, que passou a frequentar a sinagoga do Recife durante a dominação holandesa do Brasil¹⁸⁵. Convertido ao judaísmo, José da Silva não procurou seguir com os holandeses, como também não buscou reconciliar-se com a Igreja católica: passou a viver como judeu refugiado, fora de Pernambuco, após a entrega do território aos portugueses.

De acordo com a rendição, o judeu novíssimo conservou o judaísmo mesmo sem a proteção dos neerlandeses, tendo que se esconder em Sergipe e na própria Bahia para fugir da Inquisição. Nesta aventura, até que José da Silva conseguiu algum êxito, porque permaneceu no território quase dez anos após a expulsão dos holandeses sem ter sido descoberto, de modo que seu mandado de prisão só foi expedido pelo Santo Ofício em janeiro de 1664. Apesar de não sabermos o destino ao certo de José da Silva, reconhecemos que os Cadernos do Promotor conservam várias denúncias contra este judeu que datam dos anos 1671 a 1673¹⁸⁶.

De modo geral, é possível suspeitar da vantagem da experiência americana para os judeus portugueses vindos de Amsterdã. De acordo com a lista de devedores da WIC de dezembro de 1645, inúmeros foram os casos de devedores judeus. Entre as grandes somas devidas, encontravam-se a quantia de 219.508 florins por Baltasar da Fonseca,

¹⁸³ Não há informação sobre as razões que levaram Antônio Henriques a permanecer no Brasil após a rendição dos holandeses de 1654 no processo. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 285.

¹⁸⁴ *Ibidem.* p. 284-285.

¹⁸⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. A rendição dos holandeses no Recife. *Op. cit.* p. 49.

¹⁸⁶ As denúncias contra José da Silva podem ser encontradas no Caderno 55, fols. 348,354, 354v., 373, 378v., 380 e 380v. As mesmas não foram analisadas no presente trabalho por questões de recorte temático, uma vez que grande parte dos depoimentos foram prestados na década de 1670, portanto, depois do período de dominação holandesa no Brasil.

125.973 florins por Moisés e Arão Navarro, 112.127 florins por Duarte Saraiva, 65.183 por Simão Rodrigues Vila Real e 60.957 por Salomão Dormido¹⁸⁷.

A lista de judeus devedores não cessou de aumentar e, na relação de 1649, três nomes foram incluídos, a saber: os irmãos Isaac e José Abenaca e Moisés Zacuto. Por isso mesmo, Gonsalves de Mello, embasado em outros estudos, reiterou que: “parece certo, porém, que a experiência dos judeus portugueses no Nordeste não foi, com poucas exceções, economicamente vantajosa para eles”¹⁸⁸.

De todo modo, se grandes foram os débitos dos judeus, sobretudo nos anos finais da experiência neerlandesa no Brasil, não podemos deixar de destacar que altos foram seus lucros, principalmente em termos de comércio realizado por particulares. Infelizmente, não dispomos de dados quantitativos que nos permitam avaliar o investimento dos judeus novos em relação ao seu ganho, mas é provável que não fossem tão pequenos, haja vista a integração da gente da Nação em várias atividades desenvolvidas sob os auspícios do governo holandês em Pernambuco.

4.4 – Parceria entre a Companhia das Índias e a gente da Nação

Como pudemos perceber através dos personagens acusados por cometerem a “heresia judaica” ou por colaboracionismo com os holandeses, judeus e cristãos-novos em nenhum momento foram vítimas do processo histórico de dominação neerlandesa que se desenvolveu nas capitanias açucareiras, nem mesmo durante a insurreição luso-brasileira.

Ao contrário, foram protagonistas muito importantes na ocupação holandesa e não apenas pelo potencial econômico que as redes sefarditas propiciaram à exploração do Brasil, mas porque judeus e cristãos-novos atuaram como soldados, intermediários, espiões, intérpretes, agentes responsáveis pelo abastecimento, colaboradores, contratadores, mercadores, entre outros papéis.

Embora não se possa generalizar a atuação de tais sujeitos, uma vez que não foi incomum encontrar cristãos-novos leais ao catolicismo, colaborando com os portugueses, como se procurou demonstrar, é possível extrair das fontes uma participação ativa de judeus novos e cristãos-novos ao lado dos conquistadores, o que se justifica pela própria liberdade que gozavam no Brasil dominado pelos holandeses. A proteção a eles dispensada, entretanto, jamais garantiu sua fidelidade em um tempo de lealdades incertas,

¹⁸⁷ Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. *Op. cit.* p 349.

¹⁸⁸ *Ibidem*.

o que talvez tenha mais lhes aproximado fossem as vantagens comerciais que conseguiam com o governo holandês, e Nassau reconhecia o valor desta aliança.

Convém lembrar, no entanto, que a atitude do Conde Maurício de Nassau em relação aos judeus foi sempre cautelosa: por um lado, fornecia o suporte necessário para que desenvolvessem suas atividades dentro do território dominado pelos holandeses, protegendo das perseguições dos ministros predicantes e das hostilidades dos católicos; por outro, jamais lhes creditou total confiança, preferindo mantê-los sempre por perto, embora a vigilância sobre a gente da Nação, que a cada dia aumentava mais, circulando todo o tempo por exigência de seus negócios, fosse praticamente impossível.

Ainda assim, é possível pensar que judeus e holandeses fossem, em alguma medida, parceiros na exploração econômica das capitâneas açucareiras. Neste sentido, variados foram os papéis desempenhados pela gente da Nação, como se procurou demonstrar. A aliança fora tamanha que quando se findou a experiência neerlandesa nas capitâneas do Norte, se desfez a comunidade judaica do Brasil.

Assim, grande parte dos membros da Nação judaica regressou à Holanda, onde, algum tempo depois, foram se estabelecer em outras regiões dos trópicos americanos, com destaque para as Antilhas a partir da década de 1660, símbolo de que a sociedade estabelecida entre judeus e holandeses não se findou no Brasil holandês. A emergência de uma nova zona produtora de açúcar financiada pelos capitais neerlandeses, contaria, mais uma vez, com a participação maciça de particulares judeus.

Se a colaboração efetivamente militar dos judeus fosse diminuta, apesar das experiências isoladas de atuação em tropas auxiliares, é possível que a WIC não tivesse prescindido do auxílio dos judeus portugueses e dos cristãos-novos da terra para a conquista do território açucareiro. Ainda que titubeantes, mesmo os cristãos-novos divididos entre suas convicções religiosas de momento e a situação da dominação holandesa, colaboraram com os flamengos.

Neste sentido, houve casos cuja adesão cristã-nova à nova realidade das capitâneas açucareiras foi tão grande que acabou implicando em uma conversão ou “regressão” à crença de seus antepassados, sobretudo motivada pelo contato com os judeus portugueses vindos de Amsterdã. Por outro lado, mesmo os cristãos-novos que se mantiveram católicos, tiveram de se submeter politicamente aos holandeses, negociando ou produzindo em seu território. Em ambos os casos, os necessários contatos dos cristãos-novos com os judeus e os holandeses deixaram alarmados os bastiões inquisitoriais.

De uma maneira geral, pode-se pensar que judeus portugueses e cristãos-novos se tornaram aliados preciosos, peças fundamentais no xadrez colonial pois abriram o ultramar para os holandeses através dos contatos das redes sefarditas; abasteceram Pernambuco com escravos e investiram capitais diretamente no negócio da cana; forneceram informações cruciais, circularam por quase todo o território e ainda se comunicaram com diversas pessoas, uma vez que manipulavam as línguas de ambos os lados do conflito.

Embora a instabilidade dos comportamentos individuais não permita generalizações absolutas a respeito, motivo pelo qual valorizamos o estudo de casos, isto é, a exposição de algumas relações particulares estabelecidas com os holandeses no Brasil holandês, é possível afirmar que a imensa maioria dos judeus novos vindos de Amsterdã esteve efetivamente ligada aos negócios da WIC. Estes mesmos judeus novos que apoiaram a dominação holandesa nas capitâneas conquistadas, souberam requerer proteção aos Estados Gerais quando se viram ameaçados pela insurreição pernambucana.

Por outro lado, a maioria dos cristãos-novos que haviam se passado ao judaísmo na colônia, tenderam a voltar ao catolicismo após 1645, sobretudo quando começaram a ver ruir as estruturas da dominação holandesa no Brasil. Apesar da atitude dos cristãos-novos ter sido oscilante até mesmo dentro de suas famílias, como nos casos narrados em que membros aderiram à sinagoga e outros discordaram, é possível observar que boa parte dos cristãos-novos permaneceu cristã.

Neste interim, é preciso reconhecer que muitas das conversões dos cristãos-novos foi, também, impulsionada pela possibilidade de estabelecer transações comerciais, embora a WIC claramente preferisse negociar com judeus a negociar com cristãos-novos católicos. Assim, a instalação da comunidade judaico-portuguesa nos domínios holandeses da WIC estimulou, entre os cristãos-novos, uma espécie de etnogênese ao “descobrirem-se” judeus, processo parecido com o ocorrido com os índios em relação à identidade potiguar tratado no capítulo anterior.

Contudo, no caso dos cristãos-novos que “regressaram” ao judaísmo, tratou-se de uma etnogênese notadamente frágil, sobretudo associada aos interesses mercantis, uma vez que ser judeu nos domínios da Companhia das Índias Ocidentais conferia uma certa dose de prestígio, além da garantia de proteção e de favores. De sorte que, quando o poder holandês foi posto em xeque, os judeus novíssimos se apressaram para transformarem-se em católicos tradicionais, fazendo confissões e se reconvertendo.

Ainda assim, é preciso apontar que esta imagem de católicos fervorosos que grande parte dos cristãos-novos tentaram construir mais para o final da dominação holandesa não surtiu muito efeito, tendo em vista que muitos acabaram sendo saqueados e/ou mortos pelos insurretos desde 1645 ou foram pegos pela Inquisição para prestarem esclarecimentos após 1654.

Capítulo 5 – Entre dois *Manoéis*: clero católico em terras calvinistas

Pensar na Igreja Católica durante a Época Moderna pressupõe um empenho na formação de um clero militante, responsável pela evangelização das almas e pela vigilância e punição dos pecados, em busca de um esteio seguro das pessoas frente ao clima de mal-estar e medo instaurado no Ocidente desde o final da Época Medieval¹. Portanto, tratar-se-ia de um clero, seja secular², seja regular³, formado por sacerdotes que apresentavam uma conduta religiosa supostamente correta e condizente com a moral cristã sustentada pela Igreja Católica no período.

Contudo, os procedimentos engendrados pela Igreja na missão de salvação das almas levantaram insatisfação crescente. Os descontentamentos contra a Igreja católica encontraram eco através da voz do monge Lutero e de outros reformadores, que defendiam, principalmente, três doutrinas que respondem às necessidades religiosas da época, quais sejam: a justificação pela fé, o sacerdócio universal e a infalibilidade apenas da Bíblia⁴. Desta forma, foi iniciado um processo de Reforma Protestante no alvorecer da Época Moderna⁵, no qual grande parte dos sacramentos validados pela Igreja foram abolidos, assim como a própria autoridade apostólica do Papa foi questionada.

De acordo com Jean Delumeau, a Reforma foi “uma resposta religiosa a uma grande angústia coletiva”⁶, o que explicaria sua grande adesão de pessoas, de níveis culturais e econômicos diferentes, ao protestantismo na Europa do século XVI. De fato,

¹ A Cristandade ocidental na Época Moderna nasceu sob o signo do medo que assolava o Ocidente. Como bem mostrou Jean Delumeau, os judeus, os mouros e as mulheres – vistos como agentes do demônio – foram as figuras que expiaram o temor coletivo do Ocidente angustiado com o problema da salvação da alma. Cf. DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 23-51.

² Quanto ao clero secular, compreende os sacerdotes formados nos seminários diocesanos constituídos a partir do Concílio de Trento e coordenados pelos bispos. Clero regular refere-se aos sacerdotes que seguem a uma regra de uma ordem religiosa, como exemplos os dominicanos, os beneditinos e os franciscanos, as quais a criação remonta desde a Idade Média. Distinção conforme: NEVES, Guilherme Pereira das. *O Seminário de Olinda: educação, cultura e política nos tempos modernos*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1984. (Dissertação de Mestrado) p. 35.

³ Do clero regular, habitavam Pernambuco os jesuítas desde o ano de 1551, os franciscanos desde 1585, os carmelitas desde 1588 e os beneditinos desde 1592. Cf. BRANCO, Mário Fernandes Correia. *‘Para a maior glória de Deus e serviço do Reino’: as cartas jesuítas no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil do século XVII*. 2010. 283p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010. p. 116.

⁴ Jean Delumeau atenta para o fato do advento da Reforma não poder ser explicado apenas pelas “devassidões e impurezas” presentes na Igreja romana, mas sim por causas mais profundas que a má conduta do clero. Cf. DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. Trad. João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1999. p. 59.

⁵ Por questões de limitação e recorte temático, o fenômeno da Reforma e a historiografia a respeito deste assunto não serão profundamente analisados neste trabalho.

⁶ DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. *Op. cit.* p. 60.

a Reforma Protestante, pôs a Igreja de Roma na defensiva. As “heresias protestantes” se difundiram rapidamente⁷ e a reforma se irradiou no século XVI, rompendo com a unidade da cristandade ocidental ao gerar uma série de correntes cristãs protestantes, como exemplos do luteranismo e do calvinismo⁸.

A reação da Igreja, movida por um forte “antiprotetantismo”⁹, nas palavras de Delumeau, originou uma série de conflitos entre católicos e protestantes, dos quais a Guerra dos Trinta Anos é o maior exemplo, irrompida por motivações religiosas e logo mesclada a projetos políticos e razões econômicas. Contudo, é preciso salientar que também houve guerras religiosas na Europa Moderna entre os próprios protestantes, a exemplo do embate entre os arminianos e os gomaristas acerca da definição do calvinismo neerlandês¹⁰.

Os conflitos religiosos da cristandade europeia repercutiram, em vários graus, nas sociedades coloniais, de modo que a própria presença holandesa nas capitânicas açucareiras do Norte pode ser pensada como um desdobramento da Guerra dos Oitenta Anos¹¹ que resultou na independência das Províncias Unidas do Norte¹². Neste sentido, a ocupação holandesa do Brasil esteve claramente envolvida no conflito hispano-neerlandês de fundamento político-religioso.

No cenário de ocupação holandesa do Brasil, muitos foram os sacerdotes que resistiram à dominação flamenga, pegando em armas e morrendo em campo de batalha pela causa dos portugueses. Inúmeros religiosos menos conhecidos deram provas de tal

⁷ Em relação às ideias luteranas, particularmente, as primeiras a ganharem relevo no cenário religioso da Europa Moderna, Delumeau explica sua rápida difusão sobretudo pelo apoio de determinador humanistas alemães. Ver. DELUMEAU, Jean. Nascimento e afirmação da Reforma. *Op. cit.* p. 94.

⁸ As correntes protestantes divergiam em alguns aspectos, como exemplo a questão da justiça divina que distanciava luteranismo e calvinismo. Muitas foram as denominações religiosas criadas no bojo do movimento da Reforma.

⁹ DELUMEAU, Jean. Nascimento e afirmação da Reforma. *Op. cit.* p. 162.

¹⁰ ZUMTHOR, Paul. “A Religião” In: *A vida quotidiana na Holanda no tempo de Rembrandt*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d. p. 110-111.

¹¹ A Guerra dos Oitenta Anos, segundo Méchoulan, teria sido a “primeira revolução moderna”, quando províncias diversas em matéria de religião, língua e cultura rebelaram-se contra seu suserano hereditário, numa contestação que mesclou não somente questões militares e econômicas, bem como religiosas e políticas, visto serem a liberdade política e a opção religiosa assuntos indissociáveis naquele tempo. Ver. MÉCHOULAN, Henry. Referências e conjunturas: o nascimento de uma nação. In: *Dinheiro e Liberdade. Amsterdã no Tempo de Spinoza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. p. 16.

¹² As sete províncias do Norte formaram a União de Utrecht, em 1579, como república confederada sob a Casa de Orange-Nassau. Tratava-se, antes, nas palavras de Simon Schama, de “um tratado de defesa comum assinado entre as províncias signatárias, que permaneciam soberanas dentro da federação (*bondgenootschap*) assim formada”. Finalmente, em 1588, as províncias debeladas, a saber Holanda, Zelândia, Frísia, Utrecht, Gueldria, Groninga e Over-Yssel integraram a República das Províncias Unidas dos Países Baixos em 1588. Cf. SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 73.

fideliidade, exaltada pelos cronistas das guerras pernambucanas. A título de exemplo, Duarte de Albuquerque Coelho menciona o padre Antônio de Belavia, jesuíta natural do reino da Sicília, modelo de conduta e virtude, morto em 1633; e o frei Mateus de São Francisco, capelão-mor do terço de Portugal, tão valente que andava “com uma espada na mão que qualquer soldado podia invejá-lo”¹³.

No entanto, os casos mais famosos da atuação dos religiosos durante o domínio flamengo referem-se mesmo às transgressões praticadas pelo clero, seja em termos de desvios em matéria religiosa, seja a colaboração com os holandeses, interpretada como uma traição política a causa portuguesa naquele contexto.

A historiografia que se debruça sobre o Tribunal do Santo Ofício, há algumas décadas, tem percebido que alguns membros do clero católico desviavam suas condutas da integridade moral defendida pela instituição, principalmente em matéria religiosa. Dentre os pecados praticados pelos agentes da Igreja, a solicitação *ad turpia*¹⁴, sobretudo, engrossou centenas de páginas de processos inquisitoriais na colônia, conforme as pesquisas da historiadora Lana Lage da Gama Lima.

No propósito da presente pesquisa, seguiu-se exatamente esta pista de um clero transgressor na colônia, mas não pela solicitação, e sim por uma possível heresia, especialmente para o calvinismo no momento de dominação holandês no nordeste colonial. Ao trabalhar com este contexto, imagina-se a “babel religiosa”¹⁵, para usar a expressão de Ronaldo Vainfas, em que as capitâneas ao Norte da América Portuguesa se transformaram, não surpreendendo o contato dos religiosos que aí permaneceram com os predicantes do Sínodo calvinista.

Portanto, a investigação trata dos sacerdotes católicos que permaneceram atuando no terreno dominado pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC), desde o momento da entrada holandesa, alguns lutando na guerra de resistência pelo lado português, até o momento derradeiro da insurreição, quando se findou o governo flamengo. Permanência

¹³ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630* (manuscrito de 1644). 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 176.

¹⁴ A solicitação refere-se ao pecado cometido pelos padres que, no momento da confissão, solicitavam às confitentes a prática de relações sexuais. Cf. LIMA, Lana Lage da Gama. *A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil Colonial*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990. (Tese de doutorado)

¹⁵ Em *Jerusalém Colonial*, Ronaldo Vainfas utiliza a expressão “babel religiosa” para qualificar a sociedade na qual se relacionavam judeus, cristãos-novos, católicos e protestantes, através da convivência, no Recife da década de 1640, das igrejas católicas, do presbitério calvinista e da sinagoga judaica. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 15.

esta proibida pelo próprio bispo do Brasil, D. Pedro da Silva e Sampaio, cujas ordens expressas dirigiam-se aos padres no intento que deixassem o território mediante a conquista holandesa ter se efetivado com o fim da guerra de resistência e a vinda do governador Conde Maurício de Nassau¹⁶.

Ainda assim, não foram poucos os religiosos que resolveram ficar nos territórios governados por Nassau, sob alegação de serem responsáveis pelas almas dos católicos que passaram a ser dominadas pelos hereges. Trabalho este que, para muitos, ficou somente no nível do discurso, pois foram movidos mesmo por interesses particulares, como salientou Marco Antônio Nunes da Silva¹⁷.

Sob o ponto de vista flamengo, a permanência de católicos nos territórios dominados pela WIC era vista sem grandes problemas, graças à grande tradição de tolerância religiosa já praticada na Holanda, mas devido, sobretudo, aos interesses da empresa na produção dos engenhos de cana-de-açúcar, o que só se conseguiria mediante a permanência de braços para a lavoura. No fim, o que mais interessava a Companhia, passada a guerra de conquista, era que os ânimos fossem reestruturados e que os donos e funcionários dos engenhos voltassem aos seus trabalhos.

Por isso, desde o Acordo da Paraíba, datado de fins de 1634 / janeiro de 1635, os holandeses foram tolerantes com outras denominações religiosas, vedando apenas à realização de grandes alardes para seu culto. Ainda assim, Frei Manoel Calado chegou a conseguir autorização de Nassau para a realização de algumas procissões. De fato, as chamadas “Capitulações da Paraíba” deixam nítido a preocupação com a questão religiosa, abordada na primeira cláusula:

“Em primeiro lugar, vos deixamos livres o exercício da consciência do mesmo modo como tendes usado antes, frequentando as igrejas e praticando os sacrifícios divinos, conforme os seus ritos e preceitos. Não roubaremos vossas igrejas nem deixaremos roubar, nem ofenderemos as imagens e os padres nos atos religiosos ou fora deles.”¹⁸

Como se pode observar pelo teor do documento, suas cláusulas garantiam a paz e a justiça, a segurança da propriedade e a proteção aos negócios, além da liberdade de

¹⁶ A proibição do bispo D. Pedro da Silva e Sampaio foi melhor explorada no íterim do primeiro capítulo deste trabalho.

¹⁷ SILVA, Marco Antônio Nunes da. *O Brasil holandês nos Cadernos do Promotor: inquisição de Lisboa, século XVII*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Tese de Doutorado) p. 175.

¹⁸ LAET, Johannes de. *História ou Anais dos feitos da Companhia privilegiada das Índias Ocidentais*. Tradução de José Higino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916-1925. p. 517-518.

culto¹⁹. No caso dos sacerdotes católicos, foi-lhes garantido o alimento espiritual, podendo-lhes permanecer no território desde que não perseguissem nem praticassem a conversão forçada.

A respeito desse imbróglio que foi a autorização da permanência dos religiosos – futuramente reiterada pela forte política de tolerância praticada no governo de Nassau (1637-1644), de fundamental importância para a garantia de estabilidade na área – em contrapartida à proibição do bispo D. Pedro da Silva, que acabou por condenar o acordo da Paraíba, a Mesa da Consciência e Ordens, em Lisboa, se pronunciou. Em despacho datado de setembro de 1635, o órgão desautorizou o bispo, decisão que a Coroa confirmou no mês seguinte.

Assim, o clero católico obteve autorização formal para permanecer nos territórios flamengos, a exceção dos jesuítas, vedados pela própria Companhia das Índias. Conforme os inacianos eram feitos prisioneiros, eram sistematicamente deportados para Bahia, Portugal, Espanha ou Índias de Castela, com passagem pela Holanda, dependendo do caso. Mário Fernandes Correia Branco destacou que os jesuítas que residiram na região ocupada pelos holandeses enfrentaram toda espécie de perigo²⁰.

Neste interim, o historiador mencionou o padre Antônio de Belavia, citado por Albuquerque Coelho, como exemplo dos horrores pelos quais os inacianos tiveram de passar no tempo dos flamengos. O caso comprova a intolerância calvinista aos jesuítas, pois o padre se encontrou a ferros nos porões de um navio holandeses para ser deportado. Não suportando as condições desumanas, Belavia acabou falecendo na longa travessia do oceano, em 1633.

Conforme Vainfas: “a Companhia das Índias e a Companhia de Jesus não poderiam ocupar o mesmo espaço, no entender dos diretores comerciais e espirituais da empresa flamenga”²¹. No entanto, muitos inacianos permaneceram e decidiram enfrentar os holandeses. Segundo Mário Branco, as aldeias jesuíticas situadas na capitania de Pernambuco tiveram importante papel neste cenário, pois “além de centros de catequese dirigidos pelos inacianos passaram a exercer a função de postos avançados da resistência [...]”²². Assim, membros do clero católico, não apenas jesuítas, mas alguns religiosos de outras ordens e sacerdotes seculares decidiram ficar na região sob o domínio flamengo.

¹⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Traição: Um jesuíta a serviço do Brasil Holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 69.

²⁰ BRANCO, Mário Fernandes Correia. *Op. cit.* p. 118.

²¹ VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. *Op. cit.* p. 70.

²² BRANCO, Mário Fernandes Correia. *Op. cit.* p. 117.

De uma maneira geral, entre os maiores inimigos dos holandeses no tempo de sua dominação na colônia, além dos portugueses e luso-brasileiros de uma forma geral, José Antônio Gonsalves de Mello aponta para os católicos. De fato, a afirmativa do historiador encontra-se muito bem embasada nos documentos da época que acusam os papistas de serem os opositores que mais causavam infortúnio ao estabelecimento do governo holandês, desde os primeiros momentos da conquista²³.

Entretanto, um estudo mais apurado das diversas fontes que informam sobre o Brasil Holandês sugere que é complexa a participação dos sacerdotes católicos no “tempo dos flamengos”²⁴. Por conseguinte, as pesquisas realizadas sobre o período vêm revelando que é preciso analisar muitos elementos dentro do grupo formado pelo clero católico neste contexto.

Entre os eclesiásticos colaboradores, começemos com Frei Antônio Caldeira, um agostiniano denunciado por manter amizade com holandeses, que chegou a ser preso por ordens do bispo da Bahia, mas não foi processado pela Inquisição. Também colaborou com os holandeses o padre Belchior Manoel Garrido, cujo comportamento levantou suspeitas e denúncias que levaram a João Fernandes Vieira pedir sua prisão no início da insurreição, mas a Inquisição não considerou suas culpas dignas de um processo. As denúncias do Caderno do Promotor da Inquisição de Lisboa nos contam outros nomes de clérigos que colaboraram com os flamengos e, em alguma medida, foram acusados por flertar com o calvinismo.

Um caso de colaboração aberta e notória foi o do jesuíta Manoel de Moraes. Entre os flamengos, o ex-inaciano chegou a mudar-se para a Holanda, onde se casou por duas vezes e teve filhos. Tão famosa sua conversão que o Tribunal do Santo Ofício não perdeu tempo e o perseguiu. Manoel de Moraes foi condenado duas vezes, mas conseguiu pegar uma pena até leve pelas faltas que cometera. Isto porque arrependeu-se de seus erros e voltou para os portugueses antes mesmo de seu segundo julgamento.

Outra história que merece relevo é a do Frei Manoel Calado, cronista das guerras pernambucanas, mas que foi, o próprio, denunciado por suspeita de heresia. As denúncias deveram-se ao comportamento do religioso durante o período nassoviano. A relação muito próxima de Calado com o governador dos holandeses nunca foi segredo e despertou

²³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. p. 251.

²⁴ Expressão de José Antônio Gonsalves de Mello. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit.

a suspeita do bispo da Bahia, D. Pedro da Silva e Sampaio, o que o levou a instaurar uma devassa para investigar as atitudes do frei em relação ao catolicismo²⁵.

Entre amizades e inimizades, este capítulo visa apurar a atuação do clero católico em terras calvinistas. Para tanto, é preciso considerar que os comportamentos dos cristãos católicos variaram conforme os indivíduos, não convindo qualquer forma de generalização, uma vez que foi possível resgatar tantos casos concretos de colaboração explícita com os holandeses, quanto religiosos que apenas flertaram com a religião flamenga. De toda forma, é possível perceber que as mudanças de lado eram bastantes comuns naquele contexto belicoso, inclusive entre o clero.

5.1 – Traição política e desvio religioso

De toda forma, seja resistindo à entrada holandesa, exatamente enquanto lutavam ao lado dos portugueses, seja colaborando com a conquista dos flamengos, principalmente no período do governo de Nassau, chamado pelo historiador Evaldo Cabral de Mello como “pax nassoviana”²⁶, o clero católico desempenhou papel de destaque durante o tempo dos flamengos.

Quando às transgressões, é preciso salientar que, no caso de religiosos, podem ser consideradas sob diferentes perspectivas: a traição política, isto é, a mudança de posição, aderindo à causa holandesa velada ou abertamente; e a heresia apostasia²⁷, o que significava o abandono do catolicismo em favor ao calvinismo. Devido aos desvios praticados, tais clérigos foram denunciados à Inquisição – denúncias as quais constam nos Cadernos do Promotor –, conforme a gravidade do caso, a investigação era levada à frente e virava processo. O caso mais exemplar de traição e de apostasia é o do personagem Manoel de Moraes.

²⁵ A devassa instaurada por D. Pedro da Silva e Sampaio, bispo do Brasil, entre 1635 e 1637 tratou-se de uma investigação episcopal portuguesa a respeito das denúncias de cerca de oitenta pessoas no total, sendo oito padres, vinte e quatro cristãos-novos e quarenta e oito cristãos-velhos. Cf. SCHWARTZ, Stuart. “Brasil: salvação numa sociedade escravocrata”. In: *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 1999. p. 187-312. p. 295.

²⁶ Segundo Evaldo Cabral de Mello, a permissividade do governador em assuntos religiosos foi a grande responsável pela pacificação religiosa da região durante seu governo. MELLO, Evaldo Cabral de. “Paz Nassoviana”. In: *Nassau: governador do Brasil Holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 130-58.

²⁷ À guisa de esclarecimento, a heresia era praticada pelo cristão quando este se desviava do catolicismo, já a apostasia era cometida quando o cristão decidia renegar o cristianismo e abraçar outra religião. Deste modo, todo apóstata era um herege, mas nem todo herege chagava a ser um apóstata. Assim, os casos de sacerdotes acusados da prática de heresia calvinista neste capítulo só podem ser considerados apóstatas caso o religioso tivesse entrado, de fato, para a Igreja Reformada.

A trajetória percorrida pelo padre Manoel de Moraes é bem singular em termos dos desvios e das inquietudes de um clérigo católico que viveu em terras dominadas por calvinistas. Manoel de Moraes era um mameluco natural de São Paulo que nasceu em 1596, filho do mameluco Francisco Velho e de Ana de Moraes. O mameluco estudou no Colégio da Bahia, onde aprimorou sua formação religiosa baseada nos preceitos de Inácio de Loyola, fazendo três votos na Companhia de Jesus: o de pobreza, o de castidade e o de obediência. Segundo Vainfas, Manoel havia se tornado jesuíta por formação e por profissão de fé²⁸.

Antes mesmo da entrada dos holandeses na colônia, Manoel já havia sido promovido a superior da Companhia de Jesus no aldeamento de São Miguel de Muçuí, onde coabitavam índios tabajaras e potiguaras. Quando do início da guerra de resistência, mediante a convocação feita pelo comandante Matias de Albuquerque a todos os jesuítas, Moraes foi recrutado para liderar uma das linhas de defesa portuguesa, comandando indígenas em combate.

Ao lado da resistência, pode-se afirmar que, de fevereiro de 1630 a dezembro de 1634, o sacerdote resistiu aos holandeses, atuando na guerra como capitão de emboscada, liderando guerreiros indígenas. No entanto, a mudança de lado do padre data do episódio da rendição da Paraíba, cuja aproximação aos holandeses é relatada por Joannes de Laet, geógrafo e diretor da WIC. Segundo o cronista, Manoel de Moraes “exercia a maior autoridade sobre todos os selvagens daquela região e passou voluntariamente para os nossos”²⁹.

Desta maneira, a deserção do ex-jesuíta ocorreu quando a Paraíba foi rendida, em dezembro de 1634, quando o sacerdote caiu prisioneiro e passou a colaborar abertamente com os novos dominadores. A suposta participação de Moraes nessa rendição, colaborando com os holandeses e capitulando conjuntamente com as forças locais portuguesas e luso-brasileiras, como sugere Joannes de Laet, dificulta a própria precisão narrativa dos fatos³⁰.

De qualquer modo, Manoel de Moraes colaborou com os flamengos desde a época da guerra de resistência, atuação muito válida para a WIC, pois o padre transmitiu preciosas informações sobre os aldeamentos indígenas existentes no território. Em 1635, o religioso foi expulso da Companhia de Jesus e embarcou para a Holanda a convite dos

²⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 28.

²⁹ DE LAET, Joannes. *Op. cit.*

³⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 65.

flamengos, os próprios diretores da WIC teriam preferido transferí-lo por desconfiarem de sua lealdade caso continuasse atuando como capitão do gentio.

É interessante perceber que a origem de Manoel de Moraes foi utilizada como discurso para a consideração dos mamelucos enquanto inimigos dos sacerdotes, pois seu exemplo repercutiu na política da Companhia de Jesus em relação à admissão de mestiços. Distante de toda essa discussão, segundo Vainfas: “o ‘maior apóstata e herege da Igreja de Deus’, como disseram os conterrâneos paulistas, estava, porém, longe desse imbróglio, saboreando na Holanda o gosto da própria traição.”³¹ Em Amsterdã, o ex-jesuíta retomou sua função de letrado, desta vez a serviço da Companhia das Índias, para quem passou a atuar como consultor.

Em 1636, Manoel de Moraes se mudou, por motivos de saúde, de Amsterdã para Haerderwijk, na Gueldria, local onde o ex-jesuíta passou a seguir o calvinismo. Manoel se casou com uma holandesa chamada Margarida van Dehait, construiu uma família e se passou a viver como um verdadeiro calvinista. De acordo com Vainfas, Manoel de Moraes foi atraído pelo calvinismo, não em relação à fé interior, e sim em relação à doutrina que lhe permitiria mudar sua vida pessoal³², como esclarece:

“Condição sine qua non para ascender socialmente na Holanda era aderir ao calvinismo, o que Manoel percebeu ainda em Pernambuco, enturmado-se nos cultos da soldadesca. Na Holanda, foi como calvinista que ele passou a receber seus ordenados; foi nos ritos calvinistas que contraiu seus matrimônios; foi como calvinista que manteve relações pessoais com autoridades holandesas e diretores da WIC, a exemplo de Joannes de Laet, seu padrinho em Leiden.”⁶⁸

Desta maneira, na decisão de abandonar a causa portuguesa, filiar-se aos holandeses e aderir ao calvinismo, pesou muito os interesses de ordem econômica-social por parte do sacerdote. Ainda na Gueldria, Manoel escreveu um Glossário da língua tupi e a *História Brasiliensis* a serviço da WIC.

Ao enviuvar de Margarida, com quem teve seu primeiro filho, Manoel voltou a Amsterdã e, no ano seguinte, seguiu para Leiden, onde ingressou na Universidade e obteve o título de Licenciado em Teologia. No mesmo ano, Manoel casou-se novamente com outra holandesa chamada Adriana Smetz, com quem tem duas filhas.

Apesar da peculiar trajetória do padre, que seguiu sua nova confissão religiosa na Holanda, nosso interesse maior concentra-se no rastro que Manoel de Moraes deixou em

³¹ Ibidem. p. 109.

³² Ibidem. p. 162.

⁶⁸ Ibidem. p. 159.

Pernambuco. De modo que, mesmo estando na Holanda, de 1635 a 1636, começaram a ser apresentadas ao bispo da Bahia, D. Pedro da Silva, denúncias contra Manoel de Moraes, acusando-o de ter se passado aos holandeses no Brasil, de ter se casado na Holanda e de ter se convertido ao calvinismo. Foi neste momento que o bispo levantou devassa para investigar os frades e clérigos que apoiavam os holandeses em Pernambuco.

As acusações contra Manoel de Moraes e os demais religiosos denunciados estão registradas nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa, fundo sob custódia do Arquivo da Torre do Tombo. A primeira testemunha contra Manoel de Moraes foi o padre Belchior dos Reis, capelão da Armada Real, que prestou seu depoimento em 18 de junho de 1635. A denúncia de Belchior dos Reis acusava Manoel de Moraes de ter se metido com os holandeses depois que estes tomaram a Paraíba.

De acordo com o depoente, Manoel de Moraes dava “mostras de herege”³³ exatamente por andar em público em traje de leigo empunhando a espada contra os católicos, como faziam os holandeses. Outra queixa de padre Belchior era que o Manoel de Moraes passou a confessar-se como vassalo do Príncipe de Orange, sendo este sinal notório de sua escandalosa deserção dos portugueses.

Para comprovar a veracidade de seu testemunho, Belchior dos Reis indicou ao bispo da Bahia o nome de dois portugueses, o sargento-mor Francisco Serrano e D. Pedro Saveira Souto Mayor, ambos haviam sido prisioneiros dos holandeses na “alagoa do Norte”, mas, naquela altura, encontravam-se em Portugal. Desta feita, Moraes era acusado de traição não apenas à sua religião, mas também aos portugueses, uma vez que passara a lutar na guerra ao lado dos holandeses.

Em 25 de agosto do mesmo ano, o padre Manoel de Passos prestou seu testemunho contra Manoel de Moraes. Segundo o depoente, conforme os holandeses foram ganhando campanha a partir da Paraíba, muitas pessoas iam fugindo do território. Contudo, o depoente testemunhou que muitos clérigos e frades preferiram permanecer nas terras onde estavam suas igrejas, alguns dos quais receberam passaporte entre os holandeses, como foi o caso de Manoel de Moraes.

De acordo com Passos, Moraes, por sua habilidade de pregador e conhecedor da língua dos índios, resolvera ficar entre os holandeses, “tomando hábito secular” e “animando o gentio contra nós”. Desta forma, é público e notório que Manoel de Moraes não ficou no território que passou a ser dominado pelos holandeses para cuidar dos

³³ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fóls. 398.

católicos que foram submetidos à dominação flamenga, senão ele próprio passou a colaborar abertamente com os batavos.

A traição política de Manoel de Moraes imiscuía a sua apostasia, como denunciou Manoel dos Passos que testemunhou o religioso negando a adoração da Santa Cruz, das imagens e de tudo o que dizia respeito a doutrina católica. O denunciante confessou ter ouvido ainda que Moraes dizia que “o Nosso Senhor não o desamparava”, mas que não havia de ficar cristão no Brasil porque “a todos havia de matar”³⁴.

A denúncia se encerra com o depoente informando ao bispo da Bahia o paradeiro do padre herege e apóstata. Assim, Manoel dos Passos menciona que Manoel de Moraes, naquele tempo, não se encontrava mais nas regiões dominadas pelos holandeses no Brasil, porque havia partido para a Holanda “a pedir mercês do Príncipe de Orange e o ofício de governador-geral das aldeias de Pernambuco”.

Após cinco dias da denúncia de Passos, Manoel de Moraes foi alvo de novas acusações. O padre Frutuoso de Miranda revelou ao bispo da Bahia que a deserção do sacerdote Manoel de Moraes era evidente e inegável, uma vez que o religioso “que andara por Capitão dos Índios se passara voluntariamente ao inimigo”³⁵. Neste sentido, Miranda informou ainda que Moraes andava em culto entre os holandeses e passava a atuar contra os portugueses.

Além dos irmãos de credo, as acusações contra Moraes partiram também da soldadesca. Em 25 de novembro de 1636, o Capitão D. José de Sotto, ex-companheiro de Manoel de Moraes nas guerras pernambucanas, denunciou o sacerdote, confirmando o que já havia sido dito sobre o religioso até então. A testemunha assevera, sobretudo, a traição política de Moraes, quem “se metera com os holandeses e assistia na guerra contra nós”³⁶. O capitão informa inclusive o paradeiro de Manoel de Moraes: naqueles tempos, estaria o ex-jesuíta na Holanda.

Assim, muitas das denúncias foram apensadas ao processo de Manoel de Moraes. Neste sentido, cabe destacar as acusações dos próprios jesuítas, religiosos que conheciam Moraes de longa data, alguns inclusive que fizeram parte, de alguma forma, de sua formação inaciana, como o provincial Domingos Coelho, o ex-procurador da Companhia de Jesus, padre Rafael Cardoso, e o ex-reitor do Colégio de Pernambuco, padre Francisco

³⁴ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 398v-399.

³⁵ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 399-399v.

³⁶ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 402-402v.

Ferreira. Foram mesmo tais jesuítas os que mais lastimaram a deserção de Manoel de Moraes³⁷.

A respeito dos testemunhos sobre as transgressões religiosas de Manoel de Moraes, há, também, duas denúncias, de Lisboa, que o mencionam estar na Holanda, casado. Tratavam-se das acusações de Domingos Velho e Domingos Vicente, da época de outubro de 1635. Precisamente em 22 de outubro de 1635, Domingos Velho contou que Manoel de Moraes, quem servia muito ao comandante Mathias de Albuquerque nas funções de capitão e intérprete dos índios nas guerras pernambucanas, andava se bandeando para os lados dos inimigos. Desta forma, o depoente expôs algumas situações que presenciou, nas quais Manoel de Moraes não teve uma conduta “decente ao seu ofício”³⁸.

Por fim, podem ser destacados três testemunhos, o de Duarte Guterres e o do carmelita Frei Tomás de Alagro, datados de novembro de 1639, e o do jesuíta supracitado, o padre Rafael Cardoso, de novembro do ano seguinte, as quais afirmam terem visto Moraes em Amsterdã, fornecendo provas de sua deserção. Tais acusações, que fecharam a primeira leva de denúncias dos erros cometidos pelo sacerdote em 1640, podem ser caracterizadas pela acusação mais veemente de sua mudança de lado na guerra. Tratam-se de testemunhos recolhidos ao calor da guerra, de pessoas que se escandalizaram com a deserção de Manoel de Moraes, e não tanto de possíveis inimigos ancestrais do religioso.

As denúncias contra Moraes, neste primeiro processo, totalizaram doze testemunhos, de origem leiga ou religiosa, alguns apresentados ao bispo da Bahia, D. Pedro da Silva, no Brasil e outros que chegavam de Portugal. Apesar da maioria das denúncias datarem fundamentalmente dos anos 1635 e 1636, o processo contra Manoel de Moraes ficou um tempo parado e só foi efetivamente iniciado em 1640, quando o Santo Ofício no Brasil considerou as culpas do réu evidentemente suficientes para a acusação de ter cometido heresia calvinista.

No libelo da promotoria do Santo Ofício apresentado contra Manoel de Moraes em agosto de 1641, pesam os erros de: ter abandonado o hábito religioso, passando a fazer uso do traje secular na guerra; ter fornecido ajuda abertamente aos holandeses, em prejuízo dos católicos; ter escrito livro em benefício dos holandeses; receber sustento dos hereges; ter casado com mulher calvinista; ter se comportado e, portanto, ter adquirido

³⁷ Segundo VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 103-104.

³⁸ ANTT, IL, CP 14, Livro 215, fols. 212-213.

fama pública de calvinista; ter comido carne em dias proibidos; não ter confessado suas culpas quando convocado pela instituição³⁹.

Desta maneira, o processo misturava a traição política com a apostasia cometida por Manoel, uma vez que a heresia do ex-padre resultava diretamente da deserção no Brasil. Quanto às culpas de Manoel de Moraes, a princípio, era estreita a relação entre deserção e heresia construída, o que o ex-jesuíta tentou desmembrar por ocasião de seu segundo processo, fazendo todo esforço possível para se livrar, especialmente, da traição política contra os portugueses, cometida ao tempo das guerras pernambucanas.

Neste primeiro momento, o Tribunal publicou três editais de convocação com o nome de Manoel, mas o mesmo não teria ficado sabendo de nenhum. Somente no ano de 1643, quando já havia sido sentenciado, que teria chegado ao conhecimento de Manoel de Moraes sua condenação à morte simbólica em ato público, representado por um boneco.

Portanto, Manoel de Moraes foi processado à revelia por não atender ao apelo inquisitorial e foi condenado por “herege e apóstata da Santa é Católica, negativo, revel e contumaz, condenando-o às penas indicadas pelo promotor, inclusive a que relaxava à justiça secular[...]”⁴⁰. A sentença foi lida em um auto-de-fé, e se baseava em sua excomunhão, no confisco de seus bens e sendo queimado em estátua. Ausente, o boneco de Moraes foi queimado no Terreiro do Paço em 6 de abril de 1642.

No ano seguinte, muito provavelmente por ter sido informado de sua condenação pela Inquisição, Manoel de Moraes resolveu abandonar sua família holandesa e regressar ao Brasil, tendo se estabelecido em Pernambuco como explorador de pau-brasil, ainda a serviço da WIC. É o historiador Ronaldo Vainfas quem explica que o ex-jesuíta passava, na verdade, por uma grande crise de consciência na Holanda.

Desde que teve notícias de sua execração no mundo católico, através de seu processo à revelia, Manoel de Moraes teria começado a frequentar capelas católicas em terras holandesas e procurou regressar ao Brasil justamente para acertar as contas com o Santo Ofício. Ao chegar a Pernambuco, o ex-jesuíta parecia empenhado a retornar ao catolicismo, ou, pelo menos, a transmitir esta imagem, pois tratou de ascender vela para

³⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 185.

⁴⁰ Em *Traição*, Vainfas explica que a fórmula “relaxar ao braço secular” era tradicionalmente usada pelos inquisidores quando condenavam o réu à fogueira. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 185, 188.

santos, ministrar a doutrina, promover matrimônios, batizar seus escravos na Igreja Católica e frequentar missas⁴¹.

No entanto, é importante frisar que o arrependimento de Moraes, além de um comportamento fidelíssimo ao catolicismo, veio acompanhado de umas certidões por garantia, tamanho medo da condenação que fora anteriormente lançada através de um boneco, viesse a ser reiterada e executada em sua pele. Por isso, o trãnsfuga carregava um baú contendo certificados assinados por pessoas conhecidas.

Era a vez de Manoel de Moraes de reunir os testemunhos que consideraria suficientes para, se não fosse possível abonar suas faltas, ao menos aliviar sua pena. O conteúdo do baú visava, portanto, comprovar a permanência de Manoel de Moraes como católico fervoroso na Holanda, almejando um possível entendimento com a Inquisição. Dentre as certidões abonatórias, Moraes carregava, por escrito, a autoridade de João Fernandes Vieira e de André Vidal de Negreiros, dois estimados comandantes que haviam levantado a insurreição pernambucana contra as forças holandesas.

O empenho do religioso na “guerra da liberdade divina” foi despertado a convite de João Fernandes Vieira, assim que estourou o movimento. Na verdade, não fora exatamente um convite que o mestre-de-campo fizera a Moraes. A participação do religioso no conflito veio a reboque de sua prisão em julho de 1645, por ordens de Vieira, quem negociou a atuação de Moraes no conflito. No entanto, na versão contada ao Santo Ofício, prevaleceu a adesão voluntária do sacerdote à luta contra os holandeses.

De qualquer forma, Manoel de Moraes regressava ao campo de batalha em Pernambuco. Se em 1630, havia atuado na resistência portuguesa na posição de capitão do gentio, em 1645 era na função de capelão da tropa, isto é, como padre, que já não o era⁴², que Moraes volta a colaborar com os luso-brasileiros durante os tempos de ocupação flamenga.

Na empresa restauradora, Manoel de Moraes, capelão de guerra instituído por Vieira, chegou a atuar, efetivamente, na batalha do Monte das Tabocas, ocorrida em 3 de agosto de 1645, e na batalha da Casa Forte, em 17 de agosto do mesmo ano. Foi exatamente pelo seu espírito combatente pelos portugueses em tais batalhas, que Vieira e

⁴¹ VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 239.

⁴² Manoel de Moraes estaria formalmente impedido de exercer suas funções sacerdotais desde, pelo menos, o ano de 1636, quando foi expulso da Companhia de Jesus. Além disso, endossando essa proibição, sua sentença inquisitorial de 1642 também o depunha das ordens sacras. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 253.

Negreiros forneceram as tais certidões relatando o grande zelo e a persistente dedicação de Manoel de Moraes à causa da insurreição.

Assim, a hora do acerto de contas chegou em 1647, quando Manoel foi preso e levado para Lisboa para responder à Inquisição, permanecendo em cárcere de custódia, onde foi submetido aos interrogatórios do Tribunal. Nesse seu segundo processo, Manoel tentou usar seus certificados e a Inquisição chegou a investigar muitas dos depoentes apontados pelo réu. No total, Vainfas contabilizou o incrível número de 2654 testemunhas indicadas por Moraes em sua defesa⁴³.

Na verdade, a principal estratégia de defesa de Manoel de Moraes era omitir até onde pudesse a traição política aos portugueses nos anos de 1634 e 1635, revestindo sua fuga para a Holanda do sentido de um desterro por parte dos holandeses, de quem seria prisioneiro desde o episódio da rendição da Paraíba. Na sequência, Manoel de Moraes tentava minimizar suas relações com os flamengos a interesses puramente econômicos e desqualificar os matrimônios contraídos com as holandesas, reduzidos a meros concubinatos. Na versão de Moraes, os casamentos não teriam validade por não terem sido realizados dentro do rito tridentino.

Desta maneira, o discurso de Manoel de Moraes tentava desvincular a deserção da heresia, artifício que logrou êxito porque, afinal, não caberia ao Tribunal do Santo Ofício julgar aqueles casos. Quanto à heresia relativa à adesão à doutrina calvinista, o padre a encobria e a manipulava até quando fosse viável, como se houvesse sido forçado a prática de alguns dos atos que seriam mais graves, enquanto outros eram confessados como seus pecados, apresentando-se profundamente arrependido.

Das testemunhas apontadas pelo réu, o Santo Ofício ouviu por volta de vinte e quatro depoimentos, entre o final de 1646 e meados de 1647⁴⁴. Dentre eles, as ilustres figuras de João Fernandes Vieira e de Felipe Camarão depuseram a favor do réu. Apesar de toda a defesa mobilizada, Manoel de Moraes não conseguiria escapar tão facilmente das teias da Inquisição, principalmente pelas faltas que havia cometido. Assim, o promotor do Santo Ofício, Domingos Esteves, não aliviou e o acusou:

“Como herege, apóstata, fito, falso e simulado, confitente diminuto e impenitente, seja degradado atualmente de suas ordens, conforme as disposições dos sagrados cânones e cerimonial romano, e relaxado à justiça secular com a protestação do diretor, e feito em tudo inteiro o cumprimeiro da justiça, omni meliori modo, via et forma juris. Com custas.”⁴⁵

⁴³ VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 277.

⁴⁴ Quantitativo segundo VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 291.

⁴⁵ ANTT, IL, Processo 4847, fól. 113 v.

Naquele mesmo ano, após entrar na sala do tormento, mas antes de iniciarem sua tortura, Manoel confessou a adesão ao calvinismo, omitindo apenas a deserção das fileiras portuguesas de 1634. Desta vez, Manoel foi condenado no auto-de-fé de 15 de dezembro de 1647 a usar o hábito penitencial perpétuo, ao confinamento em Lisboa por cinco anos e à abjuração pública de seus erros.

Na acusação, pode-se perceber que muitas das táticas articuladas pelo réu obtiveram êxito, como por exemplo a invalidação dos matrimônios contraídos na Holanda, pelo argumento de ter sido casado no rito herético. Caso a Inquisição julgasse seu casamento, sua pena seria bem maior, haja vista que a punição prevista para os clérigos que se casavam segundo o Concílio de Trento era o degredo para as galés, além da privação das ordens sacras e seus benefícios⁴⁶.

Outro discurso habilmente dirigido por Manoel em sua defesa, do qual a Inquisição considerou, foi o desmembramento da traição política em relação à heresia em matéria religiosa. Ao fim e ao cabo, o réu foi julgado mormente por seus erros no tocante a apostasia ao catolicismo. Foi o Manoel herético, traidor religioso, quem fora condenado e não o Manoel político, traidor dos portugueses⁴⁷.

Desta maneira, percebe-se que Manoel de Moraes recebeu uma pena até bastante atenuada se considerada a gravidade de suas transgressões. Ademais, o castigo foi aliviado com o tempo e, após três meses em Lisboa, obteve a permissão para transitar em qualquer parte do reino católico. Depois de muitas súplicas, foi liberado ainda de usar o hábito penitencial em local público.

Portanto, Manoel de Moraes cometeu o duplo crime de trair politicamente os portugueses e de apostasiar do catolicismo, caminho ao qual oito anos depois arrependera-se e tentara regressar. Foi, nas palavras de Vainfas, um “traidor perfeito”⁴⁸, porque entre idas e vindas, traía a todos os lados do conflito – portugueses e holandeses –; a ambas as religiões em jogo – catolicismo e calvinismo –; à empresa na qual trabalhava – WIC –; e à sua esposa Adriana Smetz – ao abandoná-la em Leiden com três filhos. Ambivalente, o Moraes traía até mesmo à si próprio e à suas convicções.

O caráter hesitante deste sacerdote, sua movimentação bem orquestrada e seu discurso embasado em documentações, ainda que nem todas autênticas, demonstram que

⁴⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 305.

⁴⁷ *Ibidem.* p. 307.

⁴⁸ *Ibidem.* p. 230.

o réu reconhecia as linguagens da época e as instituições com as quais dialogava. Deste modo, trata-se de um caso do clero desviante que respondia de forma muito particular à demanda social, movido muito mais por seus interesses particulares que a partir de seu ofício espiritual ou do comportamento esperado do clero.

Embora tenha sido o mais flagrante caso de traição política e religiosa durante os tempos de ocupação holandesa no Brasil, Manoel de Moraes não fora o primeiro religioso a trair em Pernambuco colonial. Logo nos primeiros anos da entrada flamenga no território, o religioso Jerônimo de Paiva, havia se convertido em favor dos holandeses, renegando o catolicismo.

Jesuíta por formação, o contato com os holandeses não foi responsável por sua primeira deserção. O padre Jerônimo de Paiva já havia se bandeado para o lado dos ingleses nas Índias. Em relação aos holandeses, o ex-inaciano se vendeu por algumas terras em Itamaracá prometida pela Companhia das Índias Ocidentais. Paiva chegou a casar-se com uma portuguesa⁴⁹, o que assevera sua dupla deserção: a política e a religiosa.

De acordo com informação procedente dos Cadernos do Promotor, Jerônimo de Paiva era mesmo luterano, lutava contra os portugueses e havia chegado as guerras pernambucanas com os holandeses. O caso do padre Paiva é bastante curioso, uma vez que foi localizado a partir do rol das denúncias contra Manoel de Moraes.

Assim, mesmo sendo ele próprio herege, Jerônimo de Paiva fora contar ao reitor do colégio de Pernambuco, padre Francisco Ferreira, os passos de Manoel de Moraes ao lado dos holandeses. A denúncia de Jerônimo de Paiva foi arrolada nos testemunhos da devassa levantada pelo bispo do Brasil, D. Pedro da Silva, contra o Manoel de Moraes, registrado nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa.

Ao que tudo indica, Jerônimo de Paiva não teve tempo sequer de ser processado, pois a curta carreira do desertor encontrou um ponto final logo nos primeiros momentos da guerra, quando foi morto em batalha contra o terço de Felipe Camarão. Contudo, não deixa de ser intrigante o atrevimento do ex-padre de denunciar os crimes de um irmão de credo que cometera, afinal, faltas muito próximas às suas.

Houve ainda o caso do padre Antônio Carvalho, capelão da Universidade de Coimbra, mencionado por Gonsalves de Mello⁵⁰. No entanto, este sacerdote não teria

⁴⁹ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 401-401v.

⁵⁰ De acordo com José Antônio Gonsalves de Mello, a passagem de Antônio Carvalho pela Inquisição consta do processo de número 4.733 dos anos de 1625-1626, no Tribunal de Coimbra. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. (Original de

cometido a heresia calvinista, mas sim a judaica. Deste modo, Antônio Carvalho havia abandonado o catolicismo para se tornar judeu público de nome Isaac Nunes. As denúncias contra o sacerdote narram como Carvalho, após sair em um auto de Coimbra, havia se mudado para Castela e, depois, para a França, chegando à Amsterdã.

De acordo com a denúncia de Feliciano Dourado, realizada em agosto de 1639, Carvalho havia presenciado a conquista da Paraíba pelos holandeses, mas andava naquele terreno em hábito de secular, mas sem espada, muito pobre e de péssima aparência. A testemunha contou que fora o próprio sacerdote quem lhe confessou que “[...] havia sido sacerdote e homem honrado deixara a nossa Santa Fé Católica e se fizera Judeu, o dito Antônio Carvalho começou a derramar algumas lágrimas [...]”⁵¹. Dourado confirmou que o padre “professava publicamente a lei de Moisés” em Amsterdã, onde havia se casado.

O padre foi denunciado também pelo Frei Tomás Falagre em novembro daquele mesmo ano⁵². O depoente reiterou que Antônio Carvalho havia estado na Paraíba, professando a Lei de Moisés e se apresentando como Isaac Nunes, apesar de ser sacerdote e ter sido capelão em Coimbra muitos anos antes. Segundo Falagre, Carvalho já havia sido preso pela Inquisição e se reconciliado com o catolicismo em Coimbra, antes de ter se passado para Amsterdã onde casara com uma judia. Embora tenha sido um caso notório de heresia e apostasia, um padre que se tornou judeu novo, é importante lembrar que Antônio Carvalho viera de Amsterdã para o Brasil já convertido.

5.2 - Clero sob suspeita

Afora os casos mais conhecidos de declarada traição política e desvio religioso dos padres Manoel de Moraes e Jerônimo de Paiva, os Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa são recheados de denúncias de clérigos transgressores. Algumas dessas acusações eram infundadas, outras nem chegaram a ser averiguadas, não tendo virado processo, embora tenham sido registradas dos ditos cadernos. Contudo, é interessante perceber que o clero católico em terras calvinistas vivia sob o olhar de suspeita das autoridades eclesiásticas, devido principalmente ao contato mais próximo de alguns religiosos com os holandeses.

1989) 2. ed. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1996. p. 383-384. Por não fugir ao escopo deste trabalho, que trata especificamente do tempo e do espaço do Brasil holandês, tal processo não será trabalhado.

⁵¹ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 1-9.

⁵² ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 65-72.

Um caso menos conhecido, mas que merece destaque, é o do Antônio Caldeira, o frade agostiniano que residia em Serinhaém⁵³, denunciado ao Santo Ofício por manter cumplicidades com os holandeses. Logo na primeira da série de culpas que recaíam sobre Caldeira nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa, o frei é acusado por outro frade, de nome Belchior dos Reis – este professo da terceira ordem de São Francisco – de defender publicamente o calvinismo holandês através da leitura da Bíblia herética⁵⁴. A denúncia, datada de 18 de junho de 1635, acusa Caldeira também de pregar a adoração a um só Deus, chamando de idolatria a adoração aos Santos, numa menção implícita aos católicos.

Na denúncia de 28 de agosto do mesmo ano, feita pelo Padre Manoel dos Passos – Capelão curado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Penedo –, Caldeira foi acusado de “ter passaporte dos holandeses”, que seria uma espécie de licença dos governadores para pregar em casas de católicos que permaneceram sobre o domínio flamengo⁵⁵. De acordo com o denunciante, Caldeira exortava aos seus paroquianos a aceitarem aos novos conquistadores, pois “o nosso Rei se descuidara tanto em não [nos] acudir”, utilizando, portanto, o argumento da incapacidade espanhola em resistir à ocupação flamenga. No final da denúncia, o depoente suspeitou que os holandeses estivessem mantendo Caldeira preso por aqueles tempos.

Muitas são as denúncias na sequencia nas quais Caldeira é acusado de “ter tomado passaporte com os holandeses” e de estar servindo, há bastante tempo, aos flamengos em diversas regiões da capitania de Pernambuco, como nos casos de Manoel da Silva, que disse ser familiar do Santo Ofício, e do padre Francisco Monis da Silva, os quais indicaram a localização do frei em Porto Calvo⁵⁶.

A respeito de sua passagem por esta povoação é o morador Sebastião do Souto, identificado como soldado na guerra, quem testemunha que Frei Caldeira “fora muitas vezes a Povoação tratar com os holandeses”, comendo e bebendo com os mesmos ao ponto de ter sido pego “descomposto de vinho”⁵⁷. Souto acusa Caldeira de ter “passaporte para muitos seculares”, caso quisessem ficar no território agora holandês.

⁵³ Por ausência de material biográfico para o caso deste personagem, não é possível identificar a localização exata do sacerdote em cada fase da dominação holandesa no nordeste colonial. Portanto, os dados aparecem de forma esparsa na bibliografia.

⁵⁴ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 370-370v.

⁵⁵ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 371-371v.

⁵⁶ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 371v.-372.

⁵⁷ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 374v.-375.

A curiosa denúncia de Souto revela uma história que Caldeira teria contado aos moradores, advertindo-os que vinha Mathias de Albuquerque de Serinhaém acompanhado de muitos cruéis capitães que “desonraram mulheres” e destruíam a terra por onde passaram. Por isso, avisava Caldeira, segundo a narrativa de Souto, aos moradores para seguirem com ele para a Barra Grande, onde o inimigo estaria fortificado. A partir dessa “falsa” promessa de segurança, teria conseguido o frei arrebanhar alguns moradores consigo, como Antônio de Abreu e João Velho, mencionados na denúncia, “do que resultou muito dano”.

Na denúncia de 30 de agosto de 1635, Domingos Cabral Vassalar⁵⁸ acusou Antônio Caldeira de ter permanecido com os holandeses após a conquista do terreno, marcada pela rendição do Arraial do Bom Jesus – bastião da resistência portuguesa –, datada de junho, e da capitulação do Cabo de Santo Agostinho, em julho do mesmo ano. Novamente, Caldeira é acusado de ter recolhido pessoas para o lado holandês, persuadindo a “pessoas grandes” e confrades para que passassem para o lado vencedor, uma vez assentada a dominação flamenga sobre Pernambuco, a que “El-Rei [...] os não podia restaurar”.

Também o padre Pedro Borges de Andrade – Vigário da Freguesia de São Gonçalo – testemunha que soube que Caldeira estava na Freguesia de Porto Calvo e lá frequentava as naus holandesas, para “comer e beber com eles, e trazer e comprar, e vender cousas suas, e diziam que ia lá buscar passaportes para terceiros”⁵⁹. O vigário acusa Caldeira de, neste tempo, andar pelas casas de paroquianos “dizendo missa e desobrigando da obrigação da quaresma [...] sem dispensa dos Parochos, nem do Ordinário”.

Portanto, trata-se de uma grave denúncia ao culpar Caldeira de desertar dos portugueses e de renegar a sua fé, ou melhor, de tentar convencer aos fiéis a abandonarem os preceitos pregados pelo catolicismo, a exemplo do ritual a ser seguido no tempo da quaresma, explicitamente apontado pelo padre Pedro Borges. Se essa denúncia não for suficiente para incriminar Caldeira por heresia apostasia, ao menos pode-se desconfiar que o frei flertou com a religião dos flamengos.

Segundo a denúncia de 18 de setembro de 1635, o Padre João Dourado afirma ter ouvido dizer que Caldeira andava afirmando que não se podia considerar os holandeses como “hereges”, nem lhes dirigir outras ofensas acerca de religião⁶⁰. Embora não tenha

⁵⁸ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fóls. 372v.-373.

⁵⁹ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fóls. 375-375v.

⁶⁰ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 375v.

fornecido maiores informações do motivo, Dourado afirmava que a conduta de Caldeira estava voltada para a proteção dos “inimigos”, pois “é notório estar o dito entre eles”.

Na denúncia de Francisco Pedrozo Correia, a testemunha indica que o Frei mantinha contato com os holandeses, no tempo do domínio da Povoação de Porto Calvo⁶¹. As comunicações se dariam através do famoso traidor dos portugueses, nomeado no depoimento por Calabar⁶². Ainda de acordo com Correia, no momento da entrada de Mathias de Albuquerque, Caldeira teria fugido para os navios holandeses, carregando alguns moradores consigo.

Ao analisar o testemunho, percebe-se um indicativo que justificaria o porquê de o Frei ter sido alvo da devassa instaurada pelo bispo do Brasil, com duração de junho de 1635 a julho de 1637⁶³, a qual apurou volumosas denúncias: Antônio Caldeira, de fato, havia se passado para o lado holandês, cujo marco foi o episódio da retomada de Porto Calvo em julho de 1635, no qual foi justificado Calabar. Entretanto, a riqueza das fontes está em nos apontar que muito antes dessa passagem, Caldeira já se comunicava com os holandeses, seja diretamente quando confraternizava regado a comida e a bebida, seja indiretamente, através da mediação de outros sujeitos, como Calabar. De qualquer forma, fica evidente a circulação de informações no imbróglio das guerras pernambucanas.

Nos Cadernos do Promotor, as “Culpas do Padre Antônio Caldeira, religioso do Santo Agostinho, Sacerdote e Pregador”, as quais constam das denúncias datadas, em sua maioria, do ano de 1635, são seguidas pelo “Auto que mandou fazer o Provisor Geral Padre Manoel de Azevedo para por ele perguntar testemunhas e saber a causa da prisão do padre frei Antônio Caldeira”⁶⁴, a partir do qual as testemunhas são do ano de 1636, suspeitando-se que esse tenha sido o ano de sua prisão.

No Auto, a primeira testemunha é André Ferreira, preso no corpo da Guarda Maior na Povoação da Lagoa do Norte, ouvido em 9 de dezembro de 1636⁶⁵. De acordo com o

⁶¹ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 377.

⁶² A atuação de Domingos Fernandes Calabar, mulato que traiu a resistência em 1632, será melhor analisada no interm do sexto capítulo deste trabalho.

⁶³ O objetivo das devassas iniciadas por D. Pedro da Silva e Sampaio, bispo do Brasil, era, nas palavras de Silva: “apurar quem, entre os portugueses, havia optado por ficar do outro lado da linha, servindo ao inimigo.” Assim, percebe-se que se tratava de uma prática voltada não apenas para os religiosos mas para qualquer caso de suspeito de mudança de lado. Apesar disso, “O grande problema era quando religiosos cruzavam esta linha, defendendo tanto a invasão quanto a doutrina do inimigo.” Quando o faziam, os religiosos além de cometerem o erro de desertar dos portugueses, provavelmente este vinha acompanhado da prática herética. Ver. SILVA, Marco Antônio Nunes da. *Op. cit.* p. 183.

⁶⁴ O auto mencionado consta a partir do fólho 377v., do Livro 220, do Caderno do Promotor nº 19 da Inquisição de Lisboa, localizado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁶⁵ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 378-378v.

depoimento de Ferreira, Caldeira se encontrava preso “por ordem de Manoel Dias de Andrade que está na Povoação de Porto Calvo governando a guerra”, cuja prisão deveu-se ao Capitão Pedro Botelho. Então, Frei teria sido entregue ao Conde de Bagnuolo, quem o remeteu ao provisor Vigário Geral. A causa da prisão teria sido “por ele ir ao Recife vender suas caixas de açúcar dos holandeses”, ou seja, devido às relações comerciais que estabelecera com os flamengos.

Com efeito, nenhum testemunho contra o Frei Antônio é tão longo quanto o apresentado pelo fidalgo Pedro Correia da Gama em 12 de junho de 1636⁶⁶. A testemunha contou, com largueza de detalhes, como Caldeira acompanhou os holandeses até chegar a Porto Calvo, “onde vive a gente de mais larga consciência, e se dizia que trazia pessoas e negros”, vivendo “com muita má fama e má opinião de seu modo de vida” entre eles. Nesta freguesia, teria sido Caldeira responsável pela passagem de um português amigo seu, procurado pelas forças da resistência, para o lado dos holandeses. Embora não tenha revelado o nome do desertor, o Frei conseguiu salvá-lo ao leva-lo às naus holandesas.

Deste modo, o fidalgo contou que era público que Caldeira “tomava passaporte dos holandeses para ele, e para os que lhe aparecia, e lhes vendia por dez patacas”, indicando outra feição que as relações comerciais que o frei estabelecia com os flamengos, já apontadas no testemunho supracitado de André Ferreira, poderiam tomar. Pedro Gama indica também que Caldeira carregava uma carta de uma dama consigo, composta com “palavras de amores”, as quais foram amostradas a Afonso de Albuquerque.

A testemunha revela ainda que Caldeira teria sido chamado, juntamente com um sujeito denominado Pedro Lopes, para fazer um juramento de fidelidade aos holandeses, reconhecendo a autoridade dos “Ilustres Senhores da Companhia das Índias Ocidentais” e prometendo não mais obedecer ao Rei da Espanha.

De acordo com o depoimento de Pedro Correia da Gama, Caldeira teria hesitado proferir o dito voto aos holandeses por receio de sua situação com os portugueses, momento em que o tal Pedro Lopes teria lhe respondido que tais palavras não ofenderiam a sua fé, simplesmente o livrariam de quaisquer acusações. Dessa forma, “foi público naquelas partes que o dito Frei Antônio foi o primeiro sacerdote que fizera aquele juramento”⁶⁷

⁶⁶ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fóls. 378v.-380.

⁶⁷ Ibidem.

A partir da promessa de lealdade feita aos holandeses, consta na denúncia que Caldeira “ficou correndo com os holandeses e entre eles estava em Serinhaém para onde se tornou e Mathias de Albuquerque tratou de o prender, e não pode”⁶⁸. Como pode-se perceber, a ordem primeira de sua prisão teria sido dada pelo comandante geral da resistência portuguesa, mas, pelo que se tem analisado, não fora Albuquerque quem pôs as mãos no religioso transgressor. De todo modo, o frei passou a ser procurado pelos portugueses, naquele território, devido às infrações que vinha cometendo.

Uma última informação importante sobre o comportamento de Antônio Caldeira, extraída do testemunho do fidalgo Pedro Gama, pode ser indício de que sobre o religioso recaiam outras culpas além da deserção. Isto porque a testemunha relatou que “o dito Fr. Antônio estava pousado e metido em sua barraca de três mulheres públicas”, indo embora na manhã seguinte. Segundo a denúncia, teria o frei sucumbido ao pecado da carne ao passar a noite com mulheres.

Acerca do envolvimento do sacerdote com mulheres, um depoimento é surpreendente. Trata-se da denúncia proferida por Duarte Dias de que “ele testemunha a hum mancebo [...] que esta no Arraial que o dito Frei Antônio na sua terra emprenhara huma de suas primas”⁶⁹. O que indica a testemunha é que Caldeira engravidou uma mulher cujo nome não foi revelado, nem fora dito se seu possível filho nasceu. Além disso, Dias menciona que o religioso manteve relações com mulheres casadas, o que não é difícil de acreditar se formos olhar todo o histórico deste frei.

Em 16 de junho de 1636, foi chamado o alfaiate João Soares para dar seu depoimento sobre a conduta do Frei Antônio. De acordo com a denúncia, o alfaiate não acusa o religioso de todas as faltas contadas por Pedro Correia da Gama, limitando-se a confirmar a deserção aos portugueses e a realização de práticas heréticas por longo período: “nos ditos nove meses viu e ouviu que era publica voz e fama na lagoa do Norte que Antônio Caldeira frade Agostiniano estava com os holandeses e pregava heresias contra nossa Santa Fe, de que a gente se mostrava e escandalizava, e espantada”⁷⁰.

Apesar de não entrar em detalhes, por alegar desconhecimento do conteúdo da pregação de Caldeira, João Soares denuncia que o comportamento indecoroso do frei causava certo espanto entre os moradores locais. Tal conduta fora mesmo confirmada também pelo depoimento de Manoel de Meza, soldado da Companhia do Capitão Manoel

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 385v.

⁷⁰ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 380-380v.

Mendes, afirmando “que ele testemunha viu que não havia impedimento para quem se queria vir”⁷¹.

Portanto, as atitudes que Caldeira andava tendo não o eram discretas, tampouco eram sigilosas. Ao contrário, o religioso era reiteradamente acusado de andar publicamente com os holandeses e de pregar abertamente contra o catolicismo, o que escandalizava a população local.

As inumeráveis histórias que comprovavam a má conduta de Antônio Caldeira não paravam de chegar à cidade da Bahia nos depoimentos de testemunhas anexadas à devassa instaurada pelo Bispo do Brasil D. Pedro da Silva e Sampaio contra o frei desviante. Neste sentido, a longa denúncia de Diogo Gonçalves Lasso, feita ainda em junho de 1636, nos fornece material para pensar como o frade via a sua própria conduta, uma vez que a testemunha era bastante próxima de Caldeira⁷².

Fora, talvez, por isso que o depoente fez uma extensa introdução ao seu testemunho, para afirmar que Caldeira costumava cumprir com todas as suas obrigações sacerdotais, pelo menos antes de se bandear para o lado dos flamengos: “o tinha por frade de Santo Agostinho, e por sacerdote, e pregador de cinco anos a esta parte pouco mais ou menos”⁷³.

Contudo, teria o frei mudado de atitude, pois testemunha Lasso ter visto Caldeira exigindo que os fiéis trouxessem galinhas ou dinheiro em troca do atendimento em confissão “de maneira que o dito frade confessava por prêmio, e [se] lhe não dava, não confessava”. Além de cobrar para confessar⁷⁴, o depoente afirma ter visto que o frade o fazia sempre com muita pressa, algo que o deixou profundamente intrigado, levando-o a interrogar Caldeira sobre sua prática. Em resposta, Frei Antônio teria dito: “os vilões ruins querem-se eles meter com minhas letras, não sou eu letrado, não sei eu o que estes me podem dizer?”⁷⁵ Ademais, o religioso justificou a brevidade pela frequência em que as confissões eram feitas com aquela gente.

⁷¹ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 380v.-381.

⁷² Diogo Gonçalves Lasso confessa, no testemunho, ter sido hóspede do frei três anos antes, durante a quaresma, pelo tempo de seis a sete semanas. Cf. ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 381-382v.

⁷³ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 381-382v.

⁷⁴ Como se pode apurar, nos negócios de Caldeira, o passaporte para o lado holandês costumava valer em torno de “dez patacas”, conforme a denúncia de Pedro Correa da Gama (ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 378v.-380.); já a confissão com o religioso, custava duas galinhas ou “uma pataca”, segundo a acusação de Diogo Gonçalves Lasso (ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 381-382v.).

⁷⁵ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 381-382v.

Ainda assim, um comportamento em particular deixava Gonçalves Lasso perplexo: o fato do sacerdote não cumprir com os jejuns quaresmais, se fartando de comida num tempo tão precioso para a Santa Igreja. No relato do depoente, Caldeira “comia de ordinário carne, galinha ao jantar, e frango a noite andando são, gordo, valente”. A indignação foi tamanha que o levou a perguntar ao frei sobre o escândalo que estava causando nos moradores por comer carne em dias proibidos. Novamente, a resposta enigmática apresentava alguma dose de ironia: “os vilões ruins em isso se metem, sabem eles a decepção que tenho: e não como carne aquela semana”⁷⁶.

Na opinião de Gonçalves Lasso, Caldeira estaria mais para soldado que para frade, a julgar sobretudo a sua atuação ao lado dos holandeses. Por este ângulo, a testemunha fornece inúmeras provas, dentre as quais devem-se enumerar: a de que o religioso teria mandado desafiar um homem, a de que o mesmo tivera diferenças com alguns sujeitos, a de que ameaçava a outras pessoas e, principalmente, a de que pegou em armas em algumas ocasiões. O depoimento de Gonçalves Lasso, apesar de rico em detalhes, não traz os nomes dos desafetos de Antônio Caldeira.

A respeito da história da fidelidade aos holandeses, um novo testemunho a confirma. Dessa vez, trata-se do depoimento de Antônio Caldeira da Mata, descrito como “alferes na guerra de Pernambuco”. De acordo com o relato, o depoente “tem por sem dúvida que ele fez o dito juramento de obediência ao Príncipe de Orange e de negação contra sua majestade porque isso logo foi notório e falado ele por sua vontade”⁷⁷.

Após ter proferido a promessa de fidelidade aos holandeses, segundo a denúncia de Mata: “o dito Frei Antônio se foi agasalhar a casa destas publicas rameiras expostas para pecarem com quem lhes dava dinheiro duas delas brancas e huma mulata portuguesa”. Portanto, Antônio Caldeira da Mata confirma o envolvimento do religioso com mulheres, fornecendo a preciosa pista que, dentre elas, estava uma portuguesa servindo aos flamengos.

O depoimento do alferes aponta exatamente Pedro Correia da Gama, que já havia deposto nesta devassa, como uma testemunha ocular do dito juramento de Antônio Caldeira, fato que o mesmo confessara em tempo oportuno. A hospedagem teria sido ofertada a Pedro da Gama no dia seguinte ao juramento proferido pelo frade, em Porto Calvo, uma vez que o território já havia sido conquistado pelos holandeses.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 383-384.

O convite teria sido, segundo o relato de Antônio Caldeira da Mata, para o fidalgo Gama passar a noite junto ao sacerdote em companhia das mulheres, o qual foi imediatamente recusado. De qualquer modo, o alferes não menciona o nome de Pedro Lopes, homem que Pedro Gama acusou de acompanhar Caldeira tanto no juramento, quanto na noite com as mulheres.

Também a denúncia de Antônio Caldeira da Mata aponta para a feição soldadesca de Frei Caldeira, outrora indicada por Pedro Correia da Gama, em depoimento. De acordo com Mata, posteriormente à jura de fidelidade, foi o frade para a guerra para lutar contra os portugueses e a favor dos holandeses, afirmando na passagem digna de nota:

“E era pública voz e fama entre os portugueses que estavam naquelas partes que o dito Frei Antônio avisava ao inimigo contra nós e que da vez que fora ao Recife, fora avisar que a nossa gente vinha abrindo caminho pelo sertão e era tido em conta o dito Frei Antônio de traidor a sua majestade e a nós e amigo dos inimigos.”⁷⁸

A grave acusação a Frei Antônio de deserção não fora feita pelo alferes, quase seu homônimo, Antônio Caldeira da Mata, levemente. O longo depoimento prestado aponta várias provas da mudança de lado do religioso, embasadas, em sua maioria, em denúncias de terceiros. Mais uma vez, neste caso pela passagem reproduzida acima é possível visualizar como as informações corriam no contexto das guerras pernambucas do açúcar, pois tanto Frei Caldeira fornecia as notícias dos movimentos portugueses, quanto à denúncia aponta para a existência de pessoas avisando aos portugueses sobre os acontecimentos do lado oposto.

Nestes termos, deve-se lembrar que Antônio Caldeira da Mata não fora o único a qualificar o frei agostiniano pela palavra traidor, constando o mesmo nome em outros depoimentos, como o do Manoel Dias de Andrade tenente general da guerra e, ao que tudo indica, de quem partiu a ordem para prender Caldeira. O testemunho do tenente, realizado em julho de 1637, conta a respeito do alvoroço em que se deu a prisão do Frei Antônio, revelando que a ordem de sua prisão, na verdade, já havia sido emitida por D. Luís de Rojas e Borja, quando em vida.

Nas palavras que constam na denúncia, Caldeira seria “o maior inimigo que tínhamos com o inimigo”, claramente o era um grande “traidor”⁷⁹. Muito interessante é a narração de sua captura pelo tenente:

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 404-404v.

“[...] o buscava com cuidado ao dito frei Antônio por quase um dia; meio despido foi com muita pressa descendo a escada a tempo que ele testemunha a subia, e dizendo-lhe donde vai Vossa Senhoria assim, respondeu o frei Antônio Caldeira [...] enganou-se por que o frade que vira não era aquele senão outro [...]”.⁸⁰

Portanto, tentara Caldeira despistar o tenente Andrade, quando finalmente ouviu a ordem de prisão, “então se levantou aquele reboliço”, pois parecia haver secretários dos holandeses no local, além da própria resistência do frei, sendo necessário o sargento-mor do terço dos portugueses, Martim Ferreira, levantar a espada “dizendo que o ia matar”, para recolher o frade. Assim, Caldeira teria sido “comandado honestamente” até o Conde de Bagnuolo nas Alagoas, quem mandou entregá-lo ao Vigário Geral que ali estava, Manoel de Azevedo.

De repente, uma outra denúncia aparece em meio às acusações contra Antônio Caldeira, quando o tenente Manoel Dias de Andrade aponta, no depoimento, que “o dito sargento-mor dizia que era espia dos holandeses”⁸¹, confessando que “vinha donde estavam os holandeses, e que notava tudo das suas forças e que vinha dar aviso ao dito Dom Luís, mas porque era morto, o dava a ele testemunha”.

A passagem testemunhada pelo tenente geral indica que a prática da espionagem pode ter sido mais comum do que se supõe, principalmente em meio a contextos de guerra como o tal. E, como comprovam as fontes, haviam “espias” nos dois lados do conflito, portanto, o que Martim Ferreira fazia, nada mais era que resistir aos holandeses e colaborar com os portugueses, ao transmitir todas as informações das forças flamengas que conseguisse ter acesso com a proximidade destes.

Novamente, ressalta-se a importância da figura do espião, através da persistência de uma atividade regular de fornecimento de informações sobre o outro lado do conflito, embora esta não seja uma prática oficial de Estado por este tempo. Portanto, era através de tais sujeitos que atuavam como verdadeiros espiões que as notícias circulavam, cujo vazamento de certas mensagens podia determinar a vitória ou a derrota em algumas batalhas e investidas.

De fato, Caldeira esteve preso no Recife no tempo que o jesuíta Manoel de Moraes esteve na mesma cadeia, “vestido como militar”⁸². Nesta ocasião, é possível pensar que teria Moraes tentado convencer o frei a abandonar o catolicismo e aderir ao calvinismo,

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibidem.

⁸² VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 76.

conforme mesmo acusou Caldeira a Manoel de Moraes por volta de 1640. Nas pregações de Moraes, a fé católica é concebida como um erro ou uma “cegueira”, em contrapartida da “seita de Calvino”, admitidamente superior, de acordo com o jesuíta⁸³.

A passagem de Silva elucidada o perigo que representava este tipo de pregação:

“Numa sociedade onde a religião não era contestada, a ação de palavras como estas devia causar algum dano, e é provável que muitos tenham optado por permanecer na região dominada pelo holandês também por influência de exemplos como estes.”⁸⁴.

Nestes termos, o depoimento de João Correa de Almeida é elucidativo do medo que sentiam os moradores como ele (o depoente), desse tipo de trãnsfuga: o religioso. De acordo com a testemunha, questionavam-se os moradores: “quando os religiosos ficam com os inimigos que faremos nos”⁸⁵. A respeito de Caldeira, o depoente confirmava que o frade andava entre os holandeses e que levava notícias dos portugueses. Nas pregações, João Correia afirmou que Caldeira tentava persuadir aos fiéis de abandonarem a causa do El-Rei e passarem para o lado flamengo, porque, em suas palavras, “os holandeses serão boa gente que davam boa passagem”.

Deste modo, ao menos para os holandeses, o colaboracionismo de Frei Caldeira acabou sendo valioso, pois sua persuasão à população para não abandonarem as suas terras garantiu a Companhia das Índias Ocidentais a reestruturação dos ânimos da guerra, seguida de produção açucareira nas terras recém-conquistadas.

Se formos crer nesta hipótese, seremos levados a pensar que as denúncias de Caldeira sugerem que até o contato com Manoel de Moraes, o frade vinha desenvolvendo seu trabalho dentro do catolicismo, possivelmente até mesmo lutando na guerra de resistência nas fileiras portuguesas. Ademais, é possível que Caldeira tenha seguido os conselhos de Manoel de Moraes.

Contudo, isto não significa que Manoel de Moraes tenha sido responsável pelos desvios praticados ou pregador por Antônio Caldeira. De fato, a força do exemplo como a deste conhecido traidor e apóstata, e mesmo do que pregava, é inegável. Porém, o fato de Caldeira ter feito um juramento de fidelidade aos holandeses, provavelmente entre finais de 1634 e início de 1635, aponta para a possibilidade de o frei já ter flertado com os holandeses ou com seu calvinismo muito antes.

⁸³ Ibidem. p. 100, 77.

⁸⁴ SILVA, Marco Antônio Nunes da. *Op. cit.* p. 184.

⁸⁵ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 391.

Embora não se possa afirmar que Caldeira e Manoel de Moraes não tenham se cruzados pelos caminhos pernambucanos antes da prisão, nem se possa descartar de todo a hipótese da influência do inaciano sobre o agostiniano, não se pode dizer que foi na prisão que teria ocorrido a conversão do frei, mesmo porque, como sugerem as denúncias, Caldeira justificou o calvinismo ao não qualificá-lo como heresia, nem como idolatria bem antes de sua estadia na prisão.

Na devassa movida contra Antônio Caldeira, vimos acusações de que ele só realizava a confissão mediante seu devido pagamento, deixando sem sacramento aqueles sem recursos. Como considerou Silva: “Numa região onde o holandês é ao senhor, e os padres escassos em número, muitos deveriam ser os desassistidos em matéria de religião.”⁸⁶. Portanto, é provável que restasse à população católica do Recife holandês cair na conversa de religiosos que comercializavam os sacramentos, como Antônio Caldeira.

Da prisão, Caldeira mandou matar o homem que o havia prendido, chamado “Francisco de Azevedo, tido por boa pessoa, e o havia trazido preso, natural lá da Beira”⁸⁷, como constam nas denúncias. Apesar da ordem dada, não se sabe se a mesma fora cumprida, uma vez que não se conseguiu apurar o que teria acontecido.

De qualquer forma, o religioso logrou escapar da prisão, fugindo com ajuda dos flamengos, como consta nos autos levantados pelo bispo da Bahia: “tomada a Embarcação dos holandeses, tomou logo habito de secular, e armas contra nós, e se foi com eles, e os mais que com ele iam ficarão em terra”⁸⁸.

Marco Antônio da Silva sugere que o frei tenha conseguido escapar da prisão devido à ausência de processos em seu nome na Inquisição de Lisboa, constando apenas no livro que registrou de denúncias⁸⁹. Outra hipótese do historiador é a de que Caldeira tenha seguido para Portugal, já que seu nome consta na lista dos denunciadores de Manoel de Moraes em 1640.

De qualquer forma, acreditamos, baseados na devassa, que Antônio Caldeira deva ter começado a guerra de resistência ao lado português e contra os holandeses, e passado a colaborar com os flamengos abertamente, traindo aos portugueses, ainda nos tempos da

⁸⁶ SILVA, Marco Antônio Nunes da. *Op. cit.* p. 184.

⁸⁷ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 388.

⁸⁸ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 388v.

⁸⁹ SILVA, Marco Antônio Nunes da. *Op. cit.* p. 186.

primeira fase do conflito, quando as forças de resistência portuguesas enfrentavam o exército flamengo.

A permanência ao lado dos flamengos chegou a incluir, em muitos casos, um juramento de fidelidade e obediência, chamado pelo historiador Marco Antônio da Silva como “ato de sujeição”, que, conforme constam nas denúncias, Caldeira teria sido o primeiro que o fez. Segundo Silva: “As testemunhas acreditavam realmente que este religioso havia se bandeado para o lado do inimigo, aliás, segundo alguns, o primeiro sacerdote a cruzar a linha, tendo feito por vontade própria, [...]”⁹⁰ Apesar de não se poder confirmar tal pioneirismo, pode-se imaginar que Caldeira tenha no mínimo flertado com a causa flamenga, embora não se possa afirmar que tenha se convertido ao calvinismo.

Apesar das infundáveis culpas que recaiam sobre o frei, das quais pode-se tomar nota das mais graves encontradas entre as denúncias presentes nos Cadernos do Promotor, o fato é que Antônio Caldeira chegou a ser preso por ordens do bispo da Bahia, mas não respondeu a nenhum processo inquisitorial. No direcionamento do auto, D. Pedro da Silva foi bem claro quanto ao encaminhamento ao Tribunal do Santo Ofício, pois “temo este frade hum milhão de culpas, que são do ordinário”⁹¹. Contudo, o caso de heresia parece não ter sido levado à frente, não tendo sido Caldeira julgado pela Inquisição.

Outra informação que não pode passar despercebido quando são analisadas esse tipo de fonte é que, vinculadas às provas da deserção e da heresia praticadas por Antônio Caldeira, são encontrados indícios da deserção de outros personagens do Brasil holandês, como é o caso de Pedro Lopes, apontado na denúncia de Pedro Correia da Gama. Embora não tenha sido apontado por outras testemunhas, pareceu um caso de grande repercussão pelo fato do dito sujeito ter feito o ato de sujeição juntamente com Caldeira.

Enfim, destacamos ainda a motivação do sacerdote em manter tão forte a amizade com os holandeses tenha relação com os seus interesses pessoais. De fato, Caldeira tinha passaporte livre também entre os holandeses, o que lhe permitia a circulação entre os dois mundos, não somente de si enquanto pessoa, mas também das informações que possuía. Como não podia deixar de ganhar com essa vantagem, Caldeira ainda se aproveitou dessa situação para vender os passaportes àqueles que queriam permanecer em seus territórios.

A colaboração do padre Belchior Manoel Garrido para com os holandeses fora outra notória. Apesar de escassas as informações coletadas acerca do religioso, sabemos

⁹⁰ Ibidem. p. 184-185.

⁹¹ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 388.’

que Garrido também foi alvo de uma devassa no século XVII⁹², devido às graves acusações que foram feitas contra ele, as quais suspeitavam tanto da sua lealdade aos portugueses quanto da sua fidelidade ao catolicismo.

Exatamente por isso, Manoel Garrido foi preso em Serinhaém juntamente com dois soldados da guerra, pelo mandado do governador João Fernandes Vieira e do Coronel Pedro Marinho Falcão, seu assistente. No auto da prisão⁹³, datado de 17 de agosto de 1645, constam sete culpas que recaem sobre o religioso, apresentadas por João Pereira do Valle, meirinho do eclesiástico e promotor da justiça ao padre Manoel Rabelo, provisor e vigário geral.

Entre as acusações contra Garrido, foram listadas pelo documento a de “comumente se embebedava com eles, assim nesta freguesia de Santo Antônio do Cabo, como no Recife, tanto que os mesmos holandeses e judeus faziam zombaria dele, vindo andar assim bêbedo, e descomposto, cá vindo pelas Ruas públicas”⁹⁴ (1^a); a de que estava na freguesia de intruso, não possuindo licença para administrar os sacramentos (2^a); a de que o fazia a “pessoas leigas” e em “lugares indecentes” (3^a); a de que “fazia muitos casamentos sem guardada forma do Concílio Tridentino”, isto é, casava pessoas nem sempre livres para contraírem o sacramento do matrimônio (4^a); a de ter provocado a prisão de Manoel Rabelo, por parte dos holandeses, uma vez que este teria sido provido, pelo bispo do Brasil, vigário geral da freguesia de Serinhaém (5^a); a de ter impedido também a posse de Mateus de Souza no cargo de Vigário na freguesia de Santo Antônio do Cabo, com ajuda dos holandeses (6^a); e a de ter ocupado o cargo de coadjutor, sustentado pelos holandeses, pelo período de dois anos, sem possuir licença nem jurisdição nesta freguesia (7^a).

Assim como a prisão, a denúncia contra Garrido data do ano de 1645. Entre as testemunhas, foram chamados alguns moradores de Santo Antônio do Cabo, dentre os quais se encontra Antônio de Amorim Pereira, para apurar a respeito das sete acusações que recaíam sobre o sacerdote. O depoente confirmou quase todas as denúncias, apresentando detalhes sobre algumas delas, como no caso que confessou ter visto que “o dito Padre dizia muitas vezes missa palas Casas dos leigos e dava sagrada comunhão e

⁹² A despeito da pouca informação disponível sobre Belchior Manoel Garrido, salienta-se não ter sido possível identificar, até o momento, a qual clero pertencia, nem qual era a sua formação teológica.

⁹³ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fols. 219-220v.

⁹⁴ *Ibidem*.

entre algumas pessoas doentes começaram outras sãs que podiam vir a Igreja matriz desobrigar-se da quaresma”⁹⁵.

Ademais, Pereira afirmou que Garrido casara “clandestinamente huns noivos estando ele dizendo missas”. No todo, Manoel Garrido era acusado de ministrar os sacramentos da Igreja de Roma levianamente, isto é, levando a comunhão a pessoas que poderiam ir recebê-las no templo e casando pessoas nem sempre desimpedidas, além de desobrigar os fiéis de participarem das missas.

Outro morador daquela mesma freguesia também compareceu para o prestar o seu testemunho, chamado Ignácio Fernandez. Então, a testemunha confirmou quase todas as acusações que pesavam sobre Garrido, com exceção da quarta – relacionada aos casamentos irregulares –, a qual o depoente afirmou total desconhecimento.

Em relação às outras denúncias confirmadas por Fernandez, o depoente admitiu que o padre se embebedava com os flamengos, dando, por isso, “mau exemplo”⁹⁶. Por sua conduta vexaminosa, testemunhou Fernandez ter visto Manoel Garrido ser objeto de zombarias entre os flamengos e os judeus residentes naquele território, os quais imitavam o comportamento do religioso e faziam-se passar pelo mesmo.

De fato, Fernandez reconheceu “que o dito Padre estava nesta Igreja de Santo Antônio sem nenhum provimento e dizia em vozes altas que o Senhor Bispo não hera seu Juiz, que esta terra hera conquista dos flamengos”. Tratava-se, pois, de uma grave acusação cujas provas começavam a aparecer em formato de testemunhos, através dos quais se assegurava que Garrido estava em situação irregular naquela freguesia, visto que não possuía a licença devida.

Além disso, a denúncia demonstra claramente a deserção cometida pelo religioso, tanto em relação à Igreja, uma vez que não reconhecia as autoridades clericais, quanto em relação aos portugueses, posto que admitia a conquista flamenga. Sobre a administração do sacramento da comunhão, Fernandez repetira a mesma história contada por Pereira, a qual Garrido ia celebrar missas nas casas dos fiéis e distribuía a eucaristia a pessoas que possuiriam restrições para recebê-la.

A respeito das mudanças que estaria causando na jurisdição católica da redondeza, Fernandez confirma que Garrido, valendo-se dos holandeses, ocupou o cargo de provisor que havia sido designado a Manoel Rabelo, quem Belchior Manoel Garrido recusou

⁹⁵ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fols. 220v.-221.

⁹⁶ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fols. 221-222.

obedecer relutantemente. Por este motivo, chegaram os flamengos a prender o padre Rabelo por algum tempo. Caso parecido ocorrera com o padre Mateus de Souza, provido vigário geral nesta freguesia, cargo do qual Garrido o impediu de assumir.

Graças ao seu grau de influência, Garrido “pediu aos flamengos [que] mandassem vir o padre Gaspar Ferreira da Paraíba para que tomasse conhecimento de sua causa”⁹⁷, o que fora feito. No final, a carta que concedia a Manoel Garrido o poder de coadjutor naquela freguesia, estaria assinada por este sacerdote que o mesmo mandara chamar da Paraíba, o Gaspar Ferreira, como revelou o testemunho de Ignácio Fernandez.

O testemunho de Baltazar Fernandez também confirma todo o conteúdo da denúncia contra Manoel Garrido. Em relação às minudências deste depoimento, encontra-se a história de que, no Recife, certa noite, o padre bebera tanto com os holandeses “que huma flamenga lhe dera algumas porradas e se descompuseram com ele e ele testemunha o vira inchado do rosto com nodos”⁹⁸. Novamente, o relato traz a confirmação da fraqueza de Garrido para a bebida, de sua relação com os holandeses e de seu envolvimento com mulheres.

Acerca do desempenho de Garrido no exercício de suas funções, Balthazar Fernandez não hesita em declarar que ele dá “a sagrada comunhão pela obrigação da quaresma a muitas pessoas sãs que podiam vir a Igreja”, além de “dizer missa” em muitos lugares considerados indecentes para servirem como templo divino. Certa vez, segundo a denúncia, o Garrido “casara em Pirapama hum flamengo com huma portuguesa sem licença do ordinário”⁹⁹. Histórias tais que repercutiam sua prática um tanto descuidada em relação ao sacramento do matrimônio e totalmente desleixada para com a execução de seu serviço na Igreja como um todo.

O depoente afirma, ainda, ter conhecimento de que foram presos alguns sacerdotes no Recife devido às acusações que Manoel Garrido fizera dos mesmos, o que comprova a sua forte ligação com os holandeses, bem como demonstra o que a sua posição no meio deles, uma vez que sua voz era tida como confiável pelos novos governadores, a tal ponto de deliberar sobre prisões e provimento de cargos naquela terra.

O testemunho de Pedro Ferreira, também morador de Santo Antônio do Cabo, fora um tanto mais breve que os demais, embora não deixasse de atestar as faltas cometidas por Belchior Manoel Garrido. Segundo a denúncia, Garrido era constantemente visto

⁹⁷ Ibidem.

⁹⁸ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fóls. 222v.-223v.

⁹⁹ Ibidem.

bêbado entre os holandeses, conduta esta que denegria a imagem do clero. Nas palavras de Ferreira: “com seu mau exemplo tinham [imposto] assim desonra os sacerdotes dessa nossa Religião”¹⁰⁰.

Sobre o provimento dos padres designados para a região, Ferreira demonstra a nítida interferência de Garrido junto aos holandeses, o que “era público e notório”, tanto no caso da prisão de Manoel Rabelo, quanto no episódio em que impediu a posse de Mateus de Souza. Porém, Ferreira denuncia, nesse sentido, que também “os flamengos os não queriam que ele tomasse posse”¹⁰¹, passagem pela qual pode-se suspeitar que os governadores, apesar dos editos publicados anteriormente, não estariam tão satisfeitos com os desmandos da Igreja no território que dominavam.

Nestes termos, Pedro Ferreira anuncia que foi o padre João de Arruda que tomou posse do cargo para o qual havia sido indicado o padre Mateus de Souza, isto pela indicação do Vigário geral da Paraíba, padre Gaspar Ferreira, a quem Garrido já havia recorrido e conseguido a carta de coadjutor naquela freguesia. Assim, aparece mesmo Garrido tentava articular essas trocas entre as autoridades católicas, valendo-se da amizade com os holandeses, conforme lhe fosse benéfico.

As histórias das bebedeiras de Belchior Manoel Garrido com os holandeses são sempre as mais surpreendentes, como a contada pelo depoente Antônio Garcia Cotrin, na qual testemunha ter visto o padre sendo “arrastado da praça para o mato por estar nesta caído bêbado”¹⁰², na manhã seguinte. De acordo com o depoente, era no momento em que bebia desmedidamente que Belchior Garrido “dava alvitres contra os portugueses aos flamengos”, fornecendo informações sobre os lusitanos aos seus inimigos na guerra, os holandeses.

Dentre as culpas sobre a má administração dos sacramentos, além do matrimônio – pois casava pessoas clandestinamente – e da comunhão – a qual ofertava à pessoas impedidas de a receberem –, Garcia Cotrin inseria o batismo, o qual Garrido realizava nas casas, tidas como “indecentes” dos fiéis, com a completa falta do preparo necessário.

De toda forma, a testemunha confirma a indicação do nome do padre João de Arruda como substituto do padre Mateus de Souza para o cargo de vigário na freguesia de Santo Antônio do Cabo. A princípio, a missão seria designada pelo Vigário Geral da

¹⁰⁰ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fols. 223v.-224.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fols. 224-225.

Paraíba. Porém, a confusão se deu quando Belchior Manoel Garrido alterou os nomes no serviço, utilizando a autoridade dos holandeses.

Então, o próprio Manoel Rabelo, provido vigário geral em Serinhaém pelo bispo do Brasil, D. Pedro da Silva e Sampaio, foi impedido de assumir, além de ter sido preso. De acordo com Garcia Cotrin, “o dito Padre [Garrido] nunca quisera conhecer ao Padre Manoel Rebelo por Provizor e Vigário Geral nem obedecer-lhe em nada e queixando-se os fregueses do dito padre”¹⁰³. Talvez seja essa a pista que indique tanto interesse na prisão de Belchior Manoel Garrido por parte do Manoel de Rabelo, o qual se empenhou pessoalmente para organizar as denúncias sobre a atuação de Garrido.

O testemunho do morador Simão Couseiro confirma que Garrido estava servindo como vigário na freguesia de Santo Antônio do Cabo, cujo provimento seria comprovado por um papel que o religioso guardava. O tal documento foi visto pelo depoente e se encontrava assinado por muitas pessoas. Entretanto, o conteúdo do papel não foi explorado por Couseiro. A testemunha certifica ainda que Garrido possuía cartas de coadjutor passadas pelo vigário geral da Paraíba, Gaspar Ferreira.

A respeito da manipulação dos sacramentos, Simão Couseiro afirma que Garrido “ia muitas vezes dizer fora missa e fazer batismos, e confissões mas que não sabia em que lugar”¹⁰⁴. Quanto aos casamentos clandestinos, a testemunha cita o nome de Alberto Ferreira, quem Garrido teria casado com uma mulher, dando-lhes as bênçãos sem ter verificado a situação de vida dos noivos contrair o matrimônio.

Em relação à prisão de Manoel Rabelo, orquestrada por Garrido, a denúncia indica que o padre não fora o único caso. Do contrário, os holandeses teriam prendido, juntamente com Rabelo, outros clérigos para que não gozassem de seus cargos, no tempo da anexação do Recife. Como as fontes vêm indicando, havia, de fato, algum tipo de preferência dos holandeses em relação à determinados membros do clero, uma vez que o próprio Garrido, além de João de Arruda – novamente citado por esta testemunha – assumiram cargos no tempo do Brasil Holandês.

Embora muitas vezes não seja possível alcançar a realidade do acordo existente entre os religiosos que permaneceram em Pernambuco e os holandeses, ao menos pode-se prescindir que os flamengos contavam com a colaboração de determinados sacerdotes

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fóls 225-225v.

para executarem o serviço que prestavam à Igreja Católica naquele território, cuidando do rebanho católico que passava a ser governado pela Companhia das Índias Ocidentais.

A proteção dos holandeses a Belchior Manoel Garrido existia formalmente registrada no formato de uma Ordem, cuja data consta de 14 de abril de 1638, anexada aos autos da devassa. Em seu conteúdo, pode-se ler claramente que:

“O padre Belchior Manoel Garrido está com a nossa ordem na igreja de Santo Amaro freguesia de Santo Antônio servindo de seu ofício. Ninguém se atreveu molestar ou impedir em seu serviço, antes lhe deixem gozar livremente de todo que esta Igreja depende.”¹⁰⁵

Portanto, o apadrinhamento de Manoel Garrido junto aos holandeses vinha desde o ano de 1638. Entretanto, a devassa data exatamente do ano em que a insurreição começou a tomar forma e o domínio holandês, na região, passou a ser ameaçado. Assim, em 7 de setembro de 1645, o promotor da Justiça Eclesiástica, João Pereira do Valle, apresentou uma petição, escrita por Thomé Vaz de Araújo, escrivão eclesiástico, contra Belchior Manoel Garrido.

A petição em voga anexa, por ordem do provisor e Vigário Geral, o padre Manoel Rabelo, a Ordem dos Holandeses supracitada, constando um despacho do governador dos flamengos, Conde de Nassau, reconhecendo o padre Garrido sob sua jurisdição. A petição apresentada neste ano em que Nassau não se encontra mais em terras brasileiras, dirige-se aos senhores da Companhia das Índias, explicando que:

“Diz o Padre Manoel Garrido, que ele está provido na Igreja de Santo Antônio do Cabo, por data de Vossas Senhorias, e porque é vindo um padre da Bahia com provisão do senhor Bispo para a dita Igreja, e para Vigário Geral, e por quer entender com ele suplicante por ser amigo dos senhores holandeses, e ficar debaixo de sua obediência, pelo que Pede a Vossas Senhorias mandem por seu despacho que o dito Vigário Geral não entenda com ele suplicante em nada nem na Igreja nem em outra cousa, por quanto lhe é suspeito, mas antes lhe dêem todos os papéis necessários que lhe pedir ele suplicante, para bem das almas com pena de ser gravemente castigado [...]”¹⁰⁶

Desta maneira, o documento esclarece que Garrido estava servindo na freguesia mais pela autoridade flamenga que pelo provimento eclesiástico, o qual havia indicado o nome do Manoel Rabelo, não citado no papel. No final, apresenta um pedido para a entrega do padre para os portugueses para que possa ser investigado sobre as acusações que lhe são dirigidas, dada sua condição de “suspeito”, com vistas a ser castigado. Na verdade, foi sobretudo o seu comportamento escandaloso com os flamengos que levantou

¹⁰⁵ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 226v.

¹⁰⁶ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 226.

suspeitas contra Garrido, levando a João Fernandes Vieira a pedir sua prisão em 1645. As denúncias que geraram sua prisão, como podemos observar, acusam-no de muitas faltas relacionadas, sobretudo, à sua conduta moral como representante da Igreja.

Ademais, consta nos Cadernos do Promotor que o padre era acusado de servir de maneira irresponsável à Santa Madre Igreja, exercendo o seu ofício imprudentemente. Por fim, recai sobre o religioso a acusação de tentar gerenciar o provimento de autoridades eclesiásticas naquele território, durante a dominação neerlandesa.

Frequentemente, Belchior Garrido valia-se dos holandeses, ou seja, da autoridade dos governadores do território e da amizade que mantinha com eles como forma de superioridade, para organizar o clero na região, destituindo padres de seus cargos e se mantendo em seus postos, a tal ponto que o religioso chegou a apresentar uma petição a Nassau para tanto, como sugere a justificação da petição acima mencionada¹⁰⁷.

A respeito dessa disputa burocrática, após terem sido ouvidas as testemunhas, determina o despacho, assinado por Manoel Rabelo, datado de 13 de setembro de 1645, a transferência de Manoel Garrido de Serinhaém para Bahia, acompanhado de todos os documentos que cercam o caso, deixando a resolução do caso sob responsabilidade do bispo do Brasil. No encaminhamento, pode-se ler:

“Vistos estes autos com o da prisão, denunciação da Justiça contra o Padre Belchior Manoel Garrido a prova dada, papeis vindos, e a [qualidade] de suas culpas, mando que esteja prezo na primeira embarcação a bem recado e se entregue ao Ilustríssimo Senhor Bispo da cidade da Bahia para que o sentencie como lhe parecer Justiça.”¹⁰⁸

Todavia, o procedimento de transferência de Garrido acabou sendo adiado devido à chegada de uma certidão enviada por João Fernandes Vieira ao Vigário Geral Manoel Rabelo. Datado de 31 de outubro de 1645, trata-se de um documento de grande importância para o andamento do caso, motivo pelo qual foi apensada à devassa. Em relação à autoria, João Fernandes Vieira descreve-se, a essa altura dos acontecimentos, como, “mestre de campo, Capitão-Mor e governador desta Guerra da Liberdade Divina que nesta capitania de Pernambuco se levantou pelos agravos e insolências que os do Supremo Conselho Governadores no Recife faziam aos moradores desta capitania”¹⁰⁹.

¹⁰⁷ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 226v.

¹⁰⁸ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 227.

¹⁰⁹ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 227v.-228. Devido à extensão da certidão, o documento será analisado em partes.

Na primeira parte da certidão, Vieira confirma conhecer Belchior Manoel Garrido e reconhece o seu comportamento como inaceitável para um membro do clero, descrevendo, inclusive, situações que o padre esteve envolvido que nem mesmo seus amigos holandeses aprovaram sua permissividade. Nas suas palavras:

“Certifico que conheço há muitos anos o Padre Belchior Manoel Garrido, Vigário da freguesia de Santo Antônio do Cabo, e sei que não observa bem e diretamente seu cargo como devia o Bom Pastor das almas dos fieis Cristãos, antes, lhe ouve dizer publicamente em casa e presença de ministros flamengos como foi dado Jacob Estafert e outros que com eles estavam, que bem podiam coabitar os pais com as filhas, e os irmãos com as irmãs, e todos uns com outros que assim convinha para que houvesse muita multiplicação, de que até os mesmos flamengos lhe reprovaram, e lhe disseram que não falasse aquelas cousas.”¹¹⁰

Na sequência, o documento parecia apresentar uma espécie de denúncia da conduta de Garrido nos moldes dos testemunhos acima mencionados, ratificando, sobretudo, sua queda para a bebida, bem como a sua desobediência em relação às autoridades eclesiásticas, da qual valia-se sempre da proteção dos holandeses:

“E outrossim sei mais que se valeu e patrocinou da Justiça, e poder dos flamengos para assistir na sua Igreja e Vigairaria, não querendo aceitar, nem obedecer aos mandamentos de seu Prelado, o Senhor Bispo da Bahia que lhe mandava, e pelas ruas do Recife o vi muitas vezes com o juízo perdido com muito que haviam bebido, por cuja causa caía e deitava pelo chão.”¹¹¹

A lista do comportamento vexaminoso de Manoel Garrido no tempo do governo neerlandês não parava de crescer. Assim, o governador Vieira acrescentou que o religioso cansou de realizar missas estando bêbado, além de ter enterrado corpos de holandeses, apontados como “hereges”, dentro da Igreja Católica, exclusivamente para “dar gosto a amizade que tinham com os mesmos Flamengos”.

Por fim, Vieira revela que, por recomendação de alguns moradores da localidade, Manoel Garrido chegou a procurar outro religioso muito respeitado, chamado de Frei Cipriano, para aconselhar-se. A inusitada resposta de Garrido a Cipriano a respeito de sua salvação também fora descrita na certidão apresentada por Vieira, como podemos perceber:

“E outrossim sei que tanto se perturbou um dia de vinho, que ao meio-dia saiu publicamente às ruas com muitos flamengos que o untavam toda a cara e coroa de [...] fazendo-lhe outros desacatos; e vendo alguns moradores o desaforo, e o modo do dito padre, o persuadiram a que fosse ter com Frei Cipriano, grande teólogo da Ordem de São Bento, o qual lhe disse o que lhe convinha por sua salvação, e lhe respondeu que se havia de morrer excomungado não sendo

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem.

Vigário, que antes queria morrer sendo Vigário, e conforme a estas, outras muitas cousas com que dava grande escândalo, e mau exemplo ao mundo, o que tudo sei de vista e ouvida, e assim o juro aos Santos Evangelhos passar tudo sua verdade, para certeza do que mandei passar a presente por me ser perdida, assinada de minha mão, e selada com o selo de minhas armas.”¹¹²

Se podemos suspeitar que o motivo que levou Garrido a procurar o renomado Frei fora qualquer tipo de crise de consciência; sua ambição quanto ao cargo de vigário, afirmada em uma espécie de confissão feita ao religioso, pode-se afastar qualquer sinal de arrependimento por parte deste sacerdote pelo comportamento que vinha tendo. Na verdade, é a esta ambição que se pode creditar a tamanha afinidade com os flamengos, amizade que lhe parecia muito oportuna, uma vez que lhe rendia bastante liberdade no exercício de sua função.

De qualquer modo, não podemos nos esquecer que se trata, novamente, de mais um testemunho, este, graças ao emissor, deveras eloquente na acusação de Garrido. Por isso, no final da certidão, Vieira insiste no mau exemplo que Belchior Manoel Garrido dava e termina repetindo a fórmula do juramento aos Santos Evangelhos, a qual apareceu em quase todos os depoimentos analisados até então.

De fato, a chegada desta certidão, além de atrasar o envio de Manoel Garrido para Bahia, serviu para dar tempo à devassa para acumular novas acusações contra o religioso. Conforme considerou Silva: “entre o ir e vir das correspondências, e uma certa indecisão sobre o que fazer com este religioso, novas testemunhas foram ouvidas, e outras ainda vieram denunciá-lo por uma segunda vez.”¹¹³

A partir de então, abriu-se uma segunda fase nas denúncias, na qual novos delitos foram relatados, o que comprometeu ainda mais o religioso. Neste momento, marcado entre finais de 1645 e início de 1646, a preocupação não era mais confirmar as sete acusações que recaíam sobre aquele sacerdote, mas deixar as testemunhas mais livres para declararem o que sabiam acerca do caso de Belchior Garrido.

Então, foi ouvido Domingos de Souza¹¹⁴, morador de Santo Antônio do Cabo, que contou que Manoel Garrido se recusou a confessar duas filhas de um vizinho seu, denominado Domingos Roiz, que estavam à beira da morte. Assim, tendo sido chamado, o religioso não compareceu, tendo deixado ambas passarem dessa vida sem o devido sacramento.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ SILVA, Marco Antônio Nunes da. *Op. cit.* p. 190.

¹¹⁴ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fols. 229v.-230.

Ademais, também Garrido declinou do pedido para enterrar uma das defuntas, mesmo após ter aceitado o pagamento de “huma pataca” para o enterro¹¹⁵. A situação somente fora resolvida porque um outro homem, de nome Domingos Fernandes, na sacristia ofereceu maior quantia a Garrido, para que não deixasse o corpo da menina sem encomendar. Portanto, Belchior Garrido era, agora, acusado de negligência perante as suas obrigações de ofício, por deixar de confessar doentes e se recusar a encomendar a alma de católicos, a não ser mediante pagamento dos familiares.

Em abril de 1646, Jacome de Perogallo declarou, em depoimento, claramente que Garrido “era desonra de nossa Religião Sagrada”¹¹⁶. O motivo para a afirmação do depoente se encontrava descrito na sequência de culpas que Perogallo acusava a Garrido, entre elas a de levar os holandeses para sua própria casa para passarem a noite comendo e bebendo. No dia seguinte, logo pela manhã, ia Garrido “dizer missa”, provavelmente ainda sob o efeito da longa noite de diversão junto aos flamengos, comportamento este que escandalizava a todos os moradores, como confessa o depoente.

A testemunha sugeriu também que o religioso tenha realizado o casamento de duas pessoas “desposadas”, a quem não revelou os nomes, mas confirmou que seu impedimento para receberem tal sacramento eram conhecidos publicamente. Para isso, bastou a Garrido receber uma quantia de “seis patacas”. Novamente, o padre era acusado de comercializar os sacramentos.

Ainda mais infame parece ter sido o enterro que Garrido realizou de uma mulher de um escolteto holandês, na sacristia de sua igreja, rezando, inclusive, uma missa pela encomenda da alma da “herege”, o que parece ter apavorado a todas as pessoas “honestas e religiosas” que a tudo “viram e ouviram”¹¹⁷, segundo o depoente.

Dentre as testemunhas que assinaram ter visto o ultraje relatado por Perogallo, é curioso encontrar o nome do padre Mateus de Souza, o mesmo que havia sido apontado, na primeira fase de denúncias, como tendo sido provido para o cargo de vigário da freguesia de Santo Antônio do Cabo, mas fora impedido de assumir devido às manipulações supostamente orquestradas por Garrido.

Não apenas uma mulher flamenga, mas outras testemunhas afirmam que o padre Garrido enterrou mais holandeses no terreno de sua Igreja. De acordo com a denúncia do

¹¹⁵ Ibidem. No total, Manoel Garrido parece ter recebido três patacas para enterrar o corpo de uma das filhas de Domingos Roiz.

¹¹⁶ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fols. 236v.-237.

¹¹⁷ Ibidem.

morador Antônio de Amorim Pereira, Manoel Garrido enterrou um holandês na sacristia e outro dentro da Igreja junto à porta, chegando a rezar missas para encomenda de almas hereges, fato que indignou os fiéis da paróquia. A testemunha relata também o desrespeito de Garrido em relação às tradições da fé católica, uma vez que era visto constantemente se fartando de carne às sextas-feiras¹¹⁸.

As acusações contra Manoel Garrido de comer carne em dias proibidos e de enterrar hereges dentro da Igreja foram confirmadas por outra testemunha, o morador Pedro Monteiro. Em depoimento, Monteiro afirma também que o religioso recebeu uma mulata com um flamengo em sua casa, “sem fazer diligências costumadas”¹¹⁹. Entretanto, o depoente não revelou os nomes, nem a finalidade do encontro denunciado.

De toda forma, Monteiro acusa a Garrido, ainda, de dizer “a alguns das armas flamengas que fosse pelear que ele o recomendaria a Deus lhe desse a vitória contra os portugueses”. Com este testemunho, além de todos os crimes que o padre praticou contra a Igreja católica, ficaria comprovada a sua deserção dos portugueses, uma vez que rezava pela vitória holandesa nas pelejas.

Neste interim, o morador Manoel Couseiro, em seu testemunho, confirmou a traição de Garrido, assegurando que o sacerdote dizia aos soldados holandeses, antes das batalhas com os portugueses, para que fossem tranquilos – “ide embora filho [...]”¹²⁰– que ele se responsabilizaria pelas orações que garantiriam a vitória flamenga.

O depoente relatou também que o religioso recebeu, em um engenho, uma portuguesa, de nome Andreza Vaz, com um holandês, dos quais suspeita que Garrido tenha realizado casamento. Ademais, Couseiro confirma a prática do clérigo de realizar enterros de holandeses e de holandesas dentro da Igreja, o que escandalizava a todos os moradores da cercania.

Por fim, após serem ouvidas muitas outras testemunhas, o desfecho dos autos contra Belchior Manoel Garrido revela que as autoridades de Lisboa decidiram pela soltura do padre, por alegar insuficiência de culpas para processá-lo. Assim, o caso não foi levado à frente, o investigado não foi enviado a Bahia para ser deliberado pelo bispo do Brasil, nem o Tribunal do Santo Ofício considerou válido que se instaurasse um processo sobre os erros de Garrido. Como consta no despacho:

¹¹⁸ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fols. 237-237v.

¹¹⁹ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 238.

¹²⁰ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fols. 238-238v.

“Foram vistos em Mesa do Santo Ofício 3ª vez a 11 de outubro de 1647, estes autos e culpas contra o Padre Belchior Manoel Garrido, conteúdo no requerimento do promotor. E pareceu a todos os votos que com o que acresceu depois do assento da Mesa de 29 de agosto de 1645, estavam os ditos autos em termos de se pronunciar sem se esperar outra diligência, e que as culpas não eram bastantes para o delato ser preso, e se avisasse ao Bispo do Brasil que pelo que toca ao Santo Ofício, não há causa para deter na prisão em que está ao dito Padre Belchior Manoel com declaração que pela culpa de sepultar hereges em sepultura eclesiástica e fazer por eles os sufrágios da Igreja não proceda contra o delato, e que esta culpa se reporte, e a de comer carne em dias proibidos, pela qual se avisará também ao bispo que não proceda contra ele.”¹²¹

A respeito da recusa da Inquisição de processar Belchior Manoel Garrido, mesmo depois de volumosas denúncias, Silva cogita uma possível justificativa: “só podemos ver nesta decisão que os inquisidores levaram em conta o fato deste padre ser ‘amigo do vinho’, fraqueza que desculpava muitos deslizes, como temos visto na documentação.”¹²² De todo modo, o maior incômodo revelado pelo historiador é o fato de não aparecer nenhum tipo de confissão ou depoimento do próprio acusado, conhecido apenas por meio de acusações de terceiros. Provavelmente, uma oportunidade como esta teria se aberto caso as denúncias tivessem conseguido gerar um processo, momento em que certamente o acusado seria chamado a depor.

Por hora, permanecem as dúvidas a respeito da atuação de Belchior Garrido: teria o padre traído aos portugueses ou estaria apenas usando os holandeses? Teria o sacerdote se convertido ao calvinismo ou estaria apenas usando dessa aparente conversão para se aproximar dos holandeses? Nas denúncias analisadas até então, não há qualquer menção de que o religioso realmente tivesse aderido em definitivo à causa flamenga ou mesmo ao calvinismo, apesar de ficar evidente sua afinidade junto aos holandeses.

Em todo caso, foi mais comum perceber, entre as fontes, o sacerdote exercendo suas funções dentro da doutrina católica, ainda que erroneamente, do que sendo apontado por prática cristã protestante, prática da qual não foi averiguada sequer um delito. No quesito colaboração aos holandeses, por outro lado, é possível arriscar que tenha se empenhado, cujas bebedeiras e orações pela vitória holandesa tendem a confirmar.

Apesar das evidências, o fato é que Garrido foi solto e não bastaram todos as histórias testemunhadas, nem todos as denúncias apontadas para condená-lo, seja por heresia, seja por deserção. Devido ao encerramento da devassa, seria mais fácil apostar que se trataria de um caso de oportunismo, nesse caso vindo de um padre, que viu no calor da dominação flamenga, em guerra com os portugueses, oportunidades para

¹²¹ ANTT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 248.

¹²² SILVA, Marco Antônio Nunes da. *Op. cit.* p. 190-191.

conseguir proveitos e obter vantagens, inclusive no que tange à sua ambição de ocupar cargo de maior destaque no ordenamento eclesiástico.

De qualquer forma, percebemos, através da conduta dos sacerdotes, que o Tribunal do Santo Ofício procurava manter um certo grau de tolerância com tais desvios do clero nesse período, hesitando bastante a processar algum deles, a menos que o caso tenha sido declaradamente de apostasia e/ou deserção com as repercussões de um Manoel de Moraes. De maneira geral, era preciso mesmo um grande volume de denúncias bem fundamentadas para levar os inquisidores a considerarem um membro do clero realmente culpado.

Por fim, resta-nos mais um pequeno caso, revelado pela documentação em voga¹²³, de curiosa atuação de sacerdotes católicos que colaboraram com os holandeses. Trata-se do padre João Gomes de Aguiar que, ao que tudo indica, ocupava o cargo de capelão da Capela de São João. Apesar de menos conhecido, o caso levantou suspeitas, o que levou a uma pequena devassa ser instaurada, quando Manoel de Azevedo, provisor e Vigário Geral da capitania de Pernambuco chamou algumas testemunhas para prestarem depoimento sobre a conduta de Aguiar.

Obviamente, não se trata de um caso muito conhecido pela historiografia do período, mas as denúncias encontradas na documentação analisada contra este sacerdote o permitem sair de um anonimato pela via da colaboração com os holandeses. Entretanto, o conhecimento de sua atuação encontra-se bastante esparso nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa, predominando a grande ausência de informação a seu respeito.

De acordo com o testemunho de Julião de Lima – morador de um povoado localizado na Ribeira do Camaragibe – prestado em 20 de julho de 1635, João Gomes de Aguiar, referenciado como “Ilustríssimo”, foi várias vezes ao Porto Calvo para encontrar-se com os flamengos. A testemunha explicou que, a princípio, o objetivo do encontro era “aquietar os moradores” da localidade. Porém, com o tempo e o contato com os holandeses, o padre fora visto bebendo e comendo com os “inimigos”.

Assim como Belchior Manoel Garrido, parece mesmo que o capelão João Gomes passou a estabelecer um forte vínculo com os neerlandeses, sobretudo ligado a mesa. Tamanho o “trato de amizade”¹²⁴ que João Gomes e os holandeses travaram, conforme

¹²³ A análise de casos de sacerdotes católicos que tenham colaborado com os holandeses baseia-se na documentação referente às denúncias presentes nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa.

¹²⁴ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 409.

denuncia Lima, que o padre chegou a ser visto mesmo assinando alguns papéis na presença de flamengos, embora a testemunha desconheça seu conteúdo.

No depoimento de Francisco Correa, outro morador do Camaragibe, realizado pela mesma época que o de Julião, a ida de João Gomes de Aguiar à povoação de Porto Calvo também aparece com grande destaque. Isto porque parece ter sido a ocasião do primeiro contato do padre com os “hereges”. O depoente afirmou que Gomes de Aguiar os gabava em público ao comer e beber com os holandeses, e em secreto os admirava “de serem homens verdadeiros e que guardavam a palavra dizendo oxalá cumpríssemos nós as nossas obrigações da nossa lei Católica como eles cumprem a sua”¹²⁵.

Deste modo, Correa declarou que Aguiar não ficou apenas nos elogios aos flamengos, mas que os laços entre eles foram se estreitando, fazendo surgir outros encontros, nos quais confraternizavam juntos comendo e bebendo, além de negociações sobre o preço de caixas de açúcar, mediadas por Domingos Fernandes Calabar. Tais relações de Gomes de Aguiar com os flamengos também foram confirmadas pelo depoimento de Pedro de Abreu¹²⁶, o qual não será exposto devido à ausência de novidades no caso.

De acordo com os documentos pesquisados, o auto que o vigário geral de Pernambuco, Manoel de Azevedo fez em relação ao caso do capelão João Gomes de Aguiar não alcança a proporção, nem em volume de testemunhas, nem na gravidade das acusações, das devassas contra os outros religiosos investigados neste trabalho, como os já analisados Antônio Caldeira e Belchior Manoel Garrido¹²⁷.

No entanto, não fora difícil achar o nome de João Gomes de Aguiar sendo citado nos autos de devassas contra outros religiosos¹²⁸, isto porque, em geral as testemunhas eram questionadas sobre o mau comportamento dos clérigos da localidade, possuindo certa liberdade para acusar mais de um religioso.

No caso da devassa contra o Frei Manoel Calado do Salvador, o nome de João Gomes de Aguiar foi citado no testemunho de Amaro Nunes, morador da freguesia de

¹²⁵ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 408v.

¹²⁶ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 408v.

¹²⁷ Para a análise da colaboração dos religiosos tratados neste capítulo, sobretudo no caso dos mais afamados, fora feita uma seleção prévia dentre os testemunhos que constam nos Cadernos do Promotor, considerando-se impossível, e até mesmo enfadonho, visto a repetição de muitas de suas culpas, abranger todas as acusações. Para isso, o critério estabelecido contou com a gravidade da acusação, sobretudo no que tange à afinidade com os holandeses e à proximidade ao calvinismo.

¹²⁸ É exatamente por isso que se considera que as informações sobre João Gomes de Aguiar se encontram dispersas nos Cadernos do Promotor, mesmo com o auto da pequena devassa que fora realizada contra a sua conduta.

Porto Calvo. O depoimento de Nunes confirma a ida de Aguiar ao encontro dos holandeses para ajudar os moradores a selar uma espécie de acordo com o “inimigo”, confirmando a versão de Julião de Lima, a qual teria visto o padre assinando uns papéis com os holandeses.

De acordo com a fonte, “como letrado fosse”¹²⁹, a presença de Aguiar foi requerida em razão de sua importância. Desta maneira, pode-se presumir que João Gomes de Aguiar ocupava uma posição de destaque como membro do clero, mas não apenas, pois parecia que contava com a estima dos moradores da localidade. Por isso, fez a testemunha questão de explicar que sua “ida foi em prol dos moradores”, até para que não surgisse margem de dúvida quanto às intenções do sacerdote.

Quanto aos fins do capelão João Gomes de Aguiar talvez não tenha surgido dúvida, o mesmo não se pode dizer quanto às ações. O nome do clérigo aparece no testemunho de Sebastião do Souto, datado de setembro de 1635, outro famoso morador de Porto Calvo. A denúncia de Souto sobre a ida de Aguiar a Porto Calvo é um pouco mais grave que a de seu vizinho de freguesia, Amaro Nunes, uma vez que Souto afirma tacitamente que o padre, na ocasião, “tomou passaporte dos holandeses”¹³⁰.

Assim como o caso de Caldeira acima analisado, embora um pouco menos grave, visto não haver evidência de que o Aguiar comercializasse tais passaportes, parecia que João Gomes resolvera juntar-se aos holandeses, como fora visto por Souto, comendo e bebendo. De fato, o testemunho deste morador leva à desconfiança do propósito do acordo assinado pelo padre com os flamengos.

Embora o testemunho tenha sido breve, Souto afirmou que Gomes de Aguiar assinou em um livro dos holandeses e passou-se a obedecer aos dominadores. De acordo com o contexto, pode-se pensar que o acordo que o padre João Gomes foi chamado a assistir e assinar tenha sido as Capitulações da Paraíba, estabelecido em 1634, documento considerado da maior relevância ao conceder aos moradores que se decidissem por prestar obediência aos holandeses, vantagens tanto na prática da religião católica quanto na posse de seus engenhos.

Se assim for, o papel do capelão João Gomes de Aguiar na assinatura deste acordo deve ter sido mesmo o de dar crédito às concessões prometidas pelos flamengos. De todo modo, a versão da mudança de lado do padre para a causa holandesa aparece confirmada

¹²⁹ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 408.

¹³⁰ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 409v.

em mais um testemunho, desta vez de Domingos Cabral Baçalar, cuja denúncia é provável que tenha sido feito entre 1635 e 1636.

Então, quando inquirida se conhecia “alguns clérigos ou frades que andem fora do seu mosteiro, ficassem com os holandeses”¹³¹, Domingos não hesitou em citar o caso do capelão João Gomes de Aguiar, quem “é notório que se ficou com os holandeses”, além de ter aliciado aos moradores da região de Porto Calvo para escolherem o lado flamengo. Ademais, Domingos afirmou ter ouvido que o padre Aguiar realizou missa na “Igreja Nova”, logo após aos holandeses tomarem a posse da terra.

Desta forma, nomes de religiosos do clero católico começaram a serem somados nos Cadernos do Promotor. Neste imbróglio, as denúncias misturavam a suspeita de apostasia ao catolicismo com a traição política da causa portuguesa, crimes que poderiam acabar com a reputação de tais religiosos. Conforme pudermos perceber, as denúncias contra Antônio Caldeira, Belchior Manoel Garrido e João Gomes de Aguiar não eram completamente infundadas.

Na realidade, a proximidade com os holandeses, sobretudo a amizade com Nassau durante o período de seu governo, de fato, foi o grande motor que levou tais religiosos a se relacionarem com os chamados hereges, fazendo negócios com os mesmos, e até a flertando com o calvinismo.

5.3 – Contatos comprometedores

Por fim, foi levantada suspeita sobre um nome bastante conhecido do período holandês. Trata-se do próprio cronista, autor do *Valeroso Lucideno*, o frei Manoel Calado do Salvador, cujas andanças em terras calvinistas gerou desconfianças, principalmente, de seus pares que quase mancharam sua reputação incólume¹³². Entretanto, as acusações não foram suficientes para ser movido um processo contra Calado. Resta-nos, pois,

¹³¹ ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 399v.

¹³² Manoel Calado parecia ser mesmo uma figura muito conhecida no contexto da ocupação neerlandesa. Enquanto cronista do *Valeroso Lucideno*, o religioso foi capaz de descrever sua relação com os flamengos e os moradores de uma forma geral. Calado acreditava que os próprios holandeses nutriam por si um grande respeito e veneração e que eles faziam distinção de sua pessoa em relação a outros padres e frades católicos. Em suas palavras: “[...] tão respeitado era este Padre de todos os holandeses, grandes e pequenos, que quando ele passava pela cidade Maurícia e Recife, as mulheres lhe faziam mesura, os homens se desbarretavam e os meninos de pequena idade lhe vinham beijar a mão; [...] sendo que, se por as ruas passavam alguns religiosos ou clérigos nossos, os mesmos meninos lhes dirigiam palavras injuriosas [...]”. CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (manuscrito de 1648). 5ª ed. 1º v. Recife: CEPE, 2004. p. 399.

analisar a curiosa atuação do Frei Manoel dos Óculos, como era conhecido segundo os testemunhos da época.

Português natural de Vila Viçosa, no Alentejo, religioso da Ordem de São Paulo dos eremitas da Serra d'Ossa (localizada em Évora) desde 1607 – quando se tornou Frei Manoel Calado do Salvador –, ele participou da guerra de resistência desempenhando muitos papéis, que incluem o de pregador, de guerrilheiro, de poeta e de cronista. A partir de 1624, o frei se embrenhou pelos matos de Pernambuco para exercer seu ofício espiritual, rezando missas, consolando os enfermos e pregando o catolicismo¹³³.

Durante a fase da guerra de resistências, Calado lutou ao lado dos luso-brasileiros, resistindo bravamente à entrada dos holandeses enquanto acompanhava as guerrilhas travadas em solo colonial, inclusive pegando em armas de fogo, se fosse necessário. Bravo combatente, o religioso chegou a chefiar setenta e cinco homens, dentro os quais, dez eram mulatos e seis eram negros crioulos³².

Desde o início, manteve-se próximo ao comandante Matias de Albuquerque, iniciando a redação de um diário, mais tarde publicado com o título *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*, que relatava a bravura dos soldados portugueses em contrapartida dos infortúnios causados pelos hereges¹³⁴.

Durante o período nassoviano, o religioso entrou em contato mais estreito com os holandeses, período ao qual acumulou fortuna, tornando-se abastado senhor de terras, escravos e gado¹³⁵. Neste contexto, destaca-se, em particular, a amizade que o governador Nassau cultivou com Calado¹³⁶, apesar da tensão, em alguns momentos, para com os jesuítas, a quem chegou a ser recomendado que saísse da colônia após a consolidação do domínio holandês.

¹³³ RAMINELLI, Ronald. “Frei Manoel Calado.” In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 248-9

³² VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. *Op. cit.* p. 98.

¹³⁴ Testemunha ocular das guerras pernambucanas do século XVII, Calado relatou os primeiros anos de dominação holandesa no nordeste. A redação final do diário foi realizada entre 1645 e 1646, contando com suas anotações pessoais e manuscritos, transcrevendo vários documentos de época. O relato foi finalmente publicado em 1648 por Paulo Craesbeeck “Impressor & Livreiro das Ordens Militares”, mas teve a venda proibida pela Sagrada Congregação *ad Indicem librorum*, por decreto de Roma de 1655. A suspensão da proibição e autorização para nova publicação ocorreu somente vinte anos depois da primeira edição, aparecendo a segunda em 1668. A obra é dedicada a D. Teodósio, Príncipe do Reino e da Monarquia de Portugal, embora seja um panegírico em louvor ao líder da insurreição de 1644, João Fernandes Vieira, quem seria o “Valeroso Lucideno” é considerada a mais importante crônica do período. Cf. SILVA, Leonardo Dantas. “As Memórias do Frei Manoel Calado”. In: CALADO, Manoel. *Op. cit.* p. XII-XIII.

¹³⁵ RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.* p. 248.

¹³⁶ MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010. p. 229.

De qualquer forma, Calado parece ter sido mesmo um “autêntico colaborador”¹³⁷ dos holandeses, como escreveu Vainfas, a julgar pela sua relação com Nassau, a qual lhe rendeu denúncias de heresia e apostasia, tendo sido investigado pelo bispo do Brasil em 1640. Portanto, foi devido à conduta duvidosa que o bispo D. Pedro da Silva mandou prender Calado sob alegação de defender os inimigos, após a tentativa de fuga para a Holanda com Manoel de Moraes¹³⁸.

Da prisão, Calado fugiu para Recife e aconselhou a população local à obediência à lei holandesa. Neste momento, o frei chegou a ser proibido de atuar como religioso e a ser excomungado. A devassa, que pôs em xeque inclusive sua ordenação sacerdotal, data de 1641, e tem por objetivo investigar sua conduta, como consta nos Cadernos do Promotor:

“[...] em Pernambuco anda um homem por nome frei Manoel do Salvador, debaixo de capa de pregador e confessor, procede muito diferentemente do que se pode esperar de um homem religioso, quando ele o fora, e porque não nos consta que ele seja religioso, nem sacerdote, nem tem licença nossa para confessar e pregar [...]”¹³⁹

Desta forma, era movido um inquérito sobre a conduta de Manoel Calado devido às suspeitas de desobediência. Como testemunhas, apresentaram-se algumas pessoas, entre religiosos e leigos, para denunciarem o comportamento pouco decoroso do frade. Uma das primeiras denúncias registradas nos Cadernos do Promotor é a do padre João Dias, capelão na Capela Madre de Deus¹⁴⁰. O depoente indica pequenas faltas que Manoel Calado cometeu publicamente nos tempos do governo holandês naquelas terras.

Segundo o padre Dias, Manoel Calado confessava e sacramentava a todas as pessoas sem distinção. Isto é, o religioso andava a distribuir os sacramentos católicos até mesmo entre os hereges. Além disso, Calado teria “dito missa” em sua própria casa e erigido um altar portátil na cidade de Mauricéia, aonde residia. De modo que João Dias acusava o Frei, sobretudo, de pregar entre os inimigos, embora não tenha revelado sobre o conteúdo de suas pregações.

Na acusação de Manoel Ribeiro, Manoel Calado é novamente acusado de rezar missas em sua casa e confessar e sacramentar a todas as pessoas, incluindo holandeses. De acordo com o depoente, Calado andava vestido com hábito de frade, porém, “não se

¹³⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 99.

¹³⁸ RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.*

¹³⁹ ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 382-382 v.

¹⁴⁰ ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 383 v.

sabia se o era, por lhe não ver patente [...]”¹⁴¹. Assim, este testemunho põe em xeque, fundamentalmente, a formação do religioso para o exercício de tais ofícios espirituais.

Também o padre Antônio Bezerra, vigário da Igreja Matriz de São Pedro, duvida da habilitação sacerdotal de Manoel Calado. A este respeito, disse o denunciante que o frei pregava, dizia missa e confessava publicamente naquelas terras, fazendo-se sacerdote pelo hábito que vestia, mas, principalmente, por uma carta em pergaminho que trazia junto a si¹⁴². A testemunha suspeita que a origem daquele documento que Calado portava, reporte-se diretamente à Roma, presumindo que a mesma fosse responsável por lhe delegar amplos poderes.

Até então, os delitos aos quais Calado é acusado não se referem, sistematicamente, à deserção dos portugueses, a não ser por andar pregando entre os holandeses, o que, no entanto, era seu serviço, uma vez que o frade assistia as almas católicas em Pernambuco que haviam permanecido sob o jugo holandês. Tratam-se, as primeiras denúncias, de pequenos desvios em matéria religiosa, tão leves que não seriam suficientes para uma acusação formal de traição. A própria suspeição sobre sua formação ou sua licença religiosa são, nesses primeiros testemunhos, completamente infundadas.

Contudo, duas outras testemunhas depõem, respectivamente, em julho e setembro de 1640 e imputam faltas um pouco mais pesadas às culpas de Manoel Calado. Segundo Antônio Pinto, cristão velho e soldado da companhia de João de Albuquerque, “era público o procedimento ruim do padre Frei Manoel do Salvador que chamam dos Óculos, frade de São Paulo, que está com o inimigo”¹⁴³. Deste modo, Antônio Pinto acusa frontalmente Calado de ser colaborador dos holandeses, ao menos no tempo do governo nassoviano.

A denúncia de Pinto afirma ainda ser pública a fama de que Calado andava pregando que a lei dos holandeses era melhor que a “nossa santa fé”. A acusação é grave por supor que Calado se transformara em um apóstata, renegando o catolicismo, o qual era seu dever pregar. Por fim, a testemunha sugere que Calado tenha atuado tão eficazmente entre os holandeses que seja o responsável por manter os “inimigos” unidos.

A outra denúncia vem do Capitão Rodrigo de Barros. Entre as culpas mais graves lançadas pelo militar sobre Manoel Calado, estava a de que andava entre os quartéis holandeses, “exortando-os e animando-os para que tomassem armas e que fossem tomar

¹⁴¹ ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 384-384v.

¹⁴² ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 384v-385.

¹⁴³ ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 386-386v.

a fragata”¹⁴⁴. Tratar-se-ia de uma acusação um pouco mais grave, que poderia sugerir um caminho de traição política por parte de Calado exatamente na medida em que o frei excedia suas funções religiosas naquele terreno, relacionando-se mais estreitamente com os holandeses a ponto de os aconselhar na manutenção do território, em prejuízo dos portugueses.

O motivo para esse deslize no procedimento de Calado é fornecido pela própria testemunha, Rodrigo de Barros, quem sugere que o religioso tinha o interesse de se tornar vigário geral entre os católicos nos territórios ocupados pelos flamengos, com a devida autorização de Nassau. Confiando na autoridade nassoviana, a quem Calado depositava maior crédito que a do Bispo, o frei contava com a estratégia de conquistar a amizade do Conde, para ser posteriormente indicado para o cargo.

Na denúncia, consta, inclusive, a resposta que Nassau teria dado ao pedido do Calado, recusando-se, de maneira cortês, a proceder de tal forma, porque ele não se “metia com cousas do Papa”. Apesar de destacar o respeito de Nassau às instituições do mundo português, o depoente, Rodrigo de Barros, não deixa de observar que tal conduta de Calado escandalizou a todos os católicos residentes naquelas partes.

Em relação à ambas as denúncias supracitadas, é interessante perceber a razão do comportamento que Calado andava adotando em relação aos holandeses naquele tempo de maior estabilidade política nas conquistas. Os testemunhos permitem supor uma ambição por reconhecimento por parte do frei. O interesse não poderia ser explicado apenas por questões econômicas, pois parece que, antes mesmo da ocupação flamenga, o religioso já possuía algumas posses¹⁴⁵, embora ele mesmo alegasse pobreza, além de ter quem dependa de si¹⁴⁶, mas Calado estaria sendo atraído por uma sede de poder entre os católicos, o que talvez explicaria a aproximação interessada ao Conde Nassau.

De fato, algumas testemunhas afirmavam que as relações mantidas entre o frei e os holandeses tenham ficado muito mais no plano comercial¹⁴⁷. Depois, parece inegável que a quantidade de bens de Calado tenha crescido após a sua aproximação de Nassau. Por isso, corroboramos com a hipótese levantada por Marco Antônio da Silva:

¹⁴⁴ ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 386v.-387.

¹⁴⁵ Calado parecia possuir uma pequena propriedade e 25 escravos. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 99.

¹⁴⁶ Calado alegava ter um pai velho e uma irmã donzela para sustentar. Vide. ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 392.

¹⁴⁷ Sebastião do Souto, que atuou como espião duplo na guerra de resistência, conta que Calado “comprava e vendia com eles, vendendo-lhes vacas, fumo e algodão.” Sabia também que “no Porto Calvo tem roças, escravos, escravas e currais de vacas”. ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 409v., 398.

“Acreditamos trata-se muito mais de um homem que agia em benefício próprio, tentando transitar entre dois mundos, do que propriamente um traidor. Era-lhe muito mais vantajoso manter relações tanto com portugueses quanto com holandeses, do que se declarar abertamente partidário do invasor.”¹⁴⁸

De fato, Calado tivesse se mantido próximo a Nassau, a quem chamava de “Santo Antônio dos da terra”¹⁴⁹, amizade explicitada pelo próprio depoente Barros. No entanto, para tentar alçar um cargo de maior responsabilidade entre o clero católico em terras calvinistas, o religioso foi audaz o suficiente para fazer a petição à autoridade eclesiástica. Para ser provisor, vigário geral e administrador em Pernambuco, Calado alega ter perdido tudo o quanto possuía na ocasião da conquista holandesa, tendo sido impedido de retornar para sua região.

Nessa lógica, a obediência a Nassau aparece, na petição de Calado, perfeitamente justificada pela necessidade de permanecer no território ocupado pelos holandeses. No discurso, subjaz um tom de admiração pela pontual autoridade do príncipe holandês, como podemos perceber no trecho em destaque:

“[...] como o Príncipe Holandês e os mais senadores de sua nação que governam a terra mandaram deitar bando a todos os moradores daquele estado que se quisessem ficar na terra debaixo de sua obediência, o podiam fazer livremente sem moléstia, nem impedimento algum e se lhes dariam suas casas e fazendas e escravos e gado e finalmente os deixarão viver na pureza de sua fé católica romana, o que tem cumprido agora [...]”¹⁵⁰.

Desta maneira, Calado assegura estar desempenhando suas funções naquelas terras, quais sejam, a de administrador de sacramentos e de pregador, exortando os moradores da terra a viverem e a perseverarem “na pureza e na inteireza da fé católica romana em tempo de tão extrema necessidade”. Aproveitando a oportunidade, Calado solicita à Santidade Católica a prorrogação das licenças por um prazo igual ao de três anos ou até que o terreno tenha sido restaurado.

Na petição, Calado engrandece sua obra através da elevação da quantidade de cristãos católicos por ele assistidos, argumento que utiliza, especialmente, para suplicar pela jurisdição desejada. Assim, o religioso sugere que a autoridade católica atribua ao príncipe Nassau o poder de nomear vigários gerais e provisores naquele Estado, para que

¹⁴⁸ SILVA, Marco Antônio Nunes da. *Op. cit.* p. 180.

¹⁴⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manoel Calado do Salvador. Religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua Santidade, cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954. p. 65.

¹⁵⁰ ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 392-393.

governem os outros sacerdotes e administrem os sacramentos, primordialmente o do matrimônio.

Neste interim, o frei fornece detalhes da confusão em que se encontrava a vida privada dos portugueses naquele território, porque há muitos casamentos clandestinos, realizados diante sacerdotes que não são propriamente seus párocos católicos. Deste modo, a ambição de Calado de subir na hierarquia eclesiástica era transformada, em seu discurso, em necessidade da comunidade de possuir tal liderança católica entre eles.

Apesar de sua petição atestar boa conduta, as denúncias contra o comportamento de Manoel Calado não paravam de chegar. Assim, o depoente Antônio Pacheco relatou uma situação na qual presenciou Calado exibindo um breve feito por um judeu¹⁵¹. De acordo com a testemunha, o religioso afirmava que o documento, que lhe fornecia amplos poderes, havia sido concedido pelo Papa, por isso os portugueses davam muito crédito, porém era de autoria judaica. É possível que este documento seja a carta que o supracitado padre Antônio Bezerra se refere em seu depoimento.

Na realidade, o documento que Manoel Calado portava, datava de 4 de junho de 1641 e tratava-se de um breve fornecido pelo Papa Urbano VIII, concedendo autorização ao frei para permanecer em Pernambuco por um período de mais seis anos. Digno de nota é que a defesa que o documento apresenta do religioso, absolvendo-o de suas culpas, como pode-se observar no seguinte trecho em destaque:

“[...] primeiramente, absolvemos e queremos que sejas absolvido, tu Frei Manoel do Salvador, Religioso e Pregador da Ordem de São Paulo, da Província de Portugal, de quaisquer excomunhões, suspensões, interditos e outras censuras eclesiásticas contraídas *a jure vel ab homine* por falta de licença, ou por algum título, se nelas tens incorrido; e em virtude das presentes letras, te concedemos licença pelos seis anos subsequentes, para que possas demorar-te na região do Brasil, nas Índias da Capitania ocupada pelos belgas, não cessando tu de pregar a palavra de Deus, mas trabalhando na propagação da fé católica e cuidando das almas, como tens feito por amor do mesmo Deus; [...]”¹⁵²

Se foi mesmo produzido por Roma, o documento apresenta um choque de jurisdição, pois parece responder diretamente à administração central da Igreja no Brasil, isto é, ao Bispado da Bahia, advogando pela integridade do frade em contrapartida à devassa instaurada pelo bispo do Brasil, D. Pedro da Silva.

¹⁵¹ ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 393-393v.

¹⁵² O documento mencionado encontra-se publicado na biografia do personagem escrita por José Antônio Gonsalves de Mello. Ver. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manoel Calado do Salvador. Op. cit.* p. 51-52.

Contudo, pesam nas fontes inquisitoriais, os testemunhos que desconfiam da autenticidade do documento, a exemplo da denúncia do padre vigário Francisco da Costa Falcão, que confirma a versão judaica, portanto, forjada, da origem do documento de Calado, fornecida pelo depoente Antônio Pacheco. No depoimento de Falcão, há uma indicação para o judeu Simão Dassa como a fonte desta informação¹⁵³. Segundo a testemunha, o breve que Manoel do Salvador possuía não teria vindo de Roma, mas teria sido escrito, na verdade, por um judeu.

Também frei Belchior do Reis, capelão da Armada Real que havia testemunhado contra outros religiosos, como Manoel de Moraes e Antônio Caldeira, forneceu informações a respeito da conduta de Manoel Calado. O depoimento é confuso, pois o denunciante mistura as denúncias contra Manoel de Moraes com as contra Manoel Calado. Contudo, é possível perceber que Reis confirma o mau procedimento do “frei dos Óculos”.

Deste modo, padre Reis indica que Calado vinha tendo regalias em Pernambuco, fruto do contato com os flamengos. Além de regalias, seria Calado acusado de possuir “escravos, escravas e currais de vacas”¹⁵⁴. Segundo o depoente, é público que o frei dos Óculos tinha passaporte entre os holandeses. Na sequência, a testemunha indica faltas graves em matéria de religião que teriam sido cometidas por Calado e/ou por Moraes¹⁵⁵.

Outro depoente que denunciou mais de um religioso foi Domingos Cabral Baçalar. Tendo havido acusado o padre João Gomes de Aguiar, Baçalar voltou a prestar testemunho, desta vez contra Manoel Calado. De modo que, indagado das faltas do clero católico, Baçalar apontou o procedimento do “Frei Manoel do Salvador Beguino, chamado dos Óculos”, que teria permanecido ao lado dos holandeses no momento em que a conquista fora assentada, persuadindo a “pessoas grandes”, qualificadas, a ficarem com ele, uma vez que “El Rei nosso senhor não os podia restaurar”¹⁵⁶.

Embora Baçalar não revele o nome das pessoas cooptadas por Calado para permanecerem ao lado dos holandeses durante o tempo de sua dominação naquele território, a testemunha induz que tenha havido uma colaboração em massa por parte dos habitantes, fossem os moradores produtores da cana, fossem os religiosos daquela

¹⁵³ ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fól. 393v.

¹⁵⁴ ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fól. 398.

¹⁵⁵ Devido à esta confusão na denúncia de Belchior dos Reis, que atribui os mesmos erros sem especificar quais deles se referem a Calado e quais a Manoel de Moraes, não há uma precisão em relação à tais acusações.

¹⁵⁶ ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fól. 399v.

localidade. De toda forma, Calado é acusado por Baçalar de traição política explícita, crime que, sobretudo do ponto de vista do depoente, talvez pesasse mais que suas leves faltas religiosas enumeradas até aqui, haja vista a maior ênfase na denúncia.

Outro testemunho que apareceu na devassa contra Manoel Calado foi o do morador Amaro Nunes, quem outrora havia aproveitado para acusar João Gomes de Aguiar pelos seus delitos. Em denúncia ao comportamento do frei dos Óculos, Nunes acusa o religioso de transitar em Pernambuco com os holandeses, mantendo negócios e comunicação frequente com os mesmos, a ponto de precisar ser “buscado por alguns nossos”¹⁵⁷.

Contudo, Nunes alivia as culpas do religioso ao afirmar que Calado intercedia junto aos holandeses em favor “dos nossos”, quando era para serem castigados ou para serem tomadas suas propriedades. Desta feita, Calado aparece como um grande intermediário, quiçá protetor dos luso-brasileiros frente aos dominadores holandeses, no depoimento de Nunes.

A respeito do conteúdo das negociadas entre os holandeses e Calado, é o soldado Sebastião do Souto quem trata em seu depoimento. De acordo com a testemunha, o sacerdote trocava “vaca, fumo e algodão” com os flamengos. Ademais, Souto acusa Calado de se misturar com os predicantes calvinistas em Pernambuco, comportamento que “dava a todos os cristãos muito escândalo”¹⁵⁸.

A testemunha foi ainda mais acurada nos detalhes sobre a relação que Calado mantinha com os holandeses, em especial com os predicantes, mencionando que o frei levava predicantes em sua casa, dava banquetes, do qual participavam mulheres. Nestas ocasiões, Souto expõe que “na dita sua casa, dizia o dito padre missa sem resguardo, nem cautela” em presença de calvinistas, fato público que chocava a população local.

Para adensar as culpas de Calado, Souto acusa o religioso de comer e beber na companhia dos holandeses, com quem bridava e se embebedava no território. Trata-se de uma denúncia muito parecida com as já remetidas a outros sacerdotes em Pernambuco, como o caso de Belchior Manoel Garrido. Tal delito reincidente permite supor que, em tempos de administração nassoviana, alguns religiosos sentiam-se mais à vontade para confraternizar com os holandeses, o que talvez produza o clima de suspeição permanente

¹⁵⁷ ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fól. 409.

¹⁵⁸ ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fól. 409v.

sobre o clero católico em terras calvinistas, principalmente a partir do olhar do bispo da Bahia.

No que tange ao Manoel Calado, especificamente, as acusações de Souto são deveras graves, sobretudo porque indicam a má conduta em termos religiosos motivada pela proximidade aos hereges. De modo que, as denúncias incriminam o religioso de traição política e religiosa. De toda forma, é preciso relativizar o testemunho de Souto, abertamente espião duplo e, por isso, com muitos inimigos naquelas terras.

Das denúncias localizadas nos Cadernos do Promotor contra Manoel Calado, o testemunho de Sebastião do Souto é o mais delicado, pois atribui ao frei um comportamento herético e desertor. Se o Tribunal do Santo Ofício não considerou as culpas de Calado suficientes para mover um processo contra o religioso, ao menos as denúncias sugerem que as transgressões de membros do clero católico durante o tempo de ocupação holandesa.

O desvio do clero neste estado era, sobretudo, motivado pela proximidade aos flamengos. Em relação ao Manoel Calado, podem ser sopesadas nessa relação sua amizade pessoal com o governador Nassau, origem de tanta inveja e maledicências a seu respeito. Por isso, o religioso contava, ao menos no tempo nassoviano, com a inimizade de muitas pessoas daquele território, desde leigos até irmãos de credo.

A partir desta perspectiva, pode-se tentar explicar o volume de acusações que recaem sobre Calado pelas hostilidades de seus desafetos. Caso suas faltas fossem realmente comprovadas, mormente no tocante à prática da heresia calvinista, a Santa Inquisição não o deixaria ileso. Portanto, o alarme a respeito de sua conduta fora mesmo despertado pelos contatos comprometedores com os flamengos.

Por outro lado, é inegável que se ao menos o Manoel Calado não apostasiou ao catolicismo e não traiu efetivamente os portugueses, aproveitou-se, em grande parte do tempo, das vantagens que ser amigo de Nassau lhe proporcionava. A amizade com o Príncipe começou mesmo pelo próprio convite feito ao religioso para permanecer em território holandês¹⁵⁹. Neste contexto, Nassau ofereceu ao frei inclusive que residisse em seu palácio, o que Calado prontamente recusou.

Ademais, parece que Calado pôs-se mesmo sob o amparo e a proteção do governador Nassau, de quem obteve exclusiva licença para realizar missa a portas fechadas para católicos amigos seus, algo que havia sido proibido desde os primeiros

¹⁵⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manoel Calado do Salvador. Op. cit.* p. 89.

momentos da conquista flamenga. Neste sentido, é válido imaginar que o religioso manteve relações que muitas vezes excediam o interesse comercial, ligações perigosas que ameaçam sua reputação moral e forneciam material para as denúncias contra sua conduta.

Desta forma, fora Calado um verdadeiro colaboracionista sem, no entanto, ter traído explicitamente a religião católica, uma vez que, durante o governo nassoviano, permaneceu desempenhando suas funções sacerdotais. Naquele momento, Calado chegou mesmo a confessar judeus, convertendo-os ao catolicismo, e a batizar crianças, filhos de pais calvinistas, na religião católica¹⁶⁰. Portanto, o religioso apresentava-se vulnerável no limite dos mundos políticos, embora sua posição em matéria religiosa nunca fora abalada: jamais deixara de ser católico e, quando se relacionava com os holandeses ou com os judeus, era em nome dos interesses da Santa Madre Igreja que o fazia.

No tempo da administração de Nassau, o clero católico apresentava-se sob rigorosa vigilância dos seus pares religiosos e dos próprios moradores, os quais prestavam denúncias nas devassas movidas pelo bispado do Brasil, mas também gozavam de uma maior circularidade, transitando e estabelecendo relações em um ambiente extremamente heterogêneo. Obviamente, essa mistura cultural e religiosa impactava no comportamento de frades e de padres e no exercício de seu ministério em terras calvinistas.

No caso de Calado, em desobediência direta às ordens de D. Pedro da Silva, o frei resolveu permanecer no território dominado pelos holandeses. As testemunhas ouvidas na devassa contaram que o religioso continuou pregando o catolicismo em Recife e na cidade Maurícia, através da missa, da confissão e da pregação. De modo paralelo, Calado pouca importância deu à provisão do bispo do Brasil, assim como a relevância recebida pela devassa movida por D. Pedro da Silva sobre o comportamento deste sacerdote parou na denúncia.

O frei não foi processado pelo Tribunal do Santo Ofício e aparece de forma efêmera, ainda que tenha desempenhado um papel relevante, durante a Insurreição Pernambucana. Calado se pôs à redação final de seu *Valeroso Lucideno* em meio à luta travada no conflito. Portanto, apesar das dúvidas e das denúncias registradas nos Cadernos do Promotor, acredita-se em uma fidelidade ao catolicismo e uma permanência ao lado dos portugueses, por parte de Manoel Calado, embora não tenha deixado de se relacionar com os holandeses entrementes o domínio batavo.

¹⁶⁰ Ibidem. p. 47.

Em 1646, o religioso retornou a Portugal com o objetivo de divulgar a sua obra. Três anos depois Manoel Calado apresentou-se aos Estaus, em Lisboa, para denunciar o cristão-novo Gaspar Dias Ferreira. A respeito das acusações contra si, feitas na década de 1630 e no início da década de 1640, é possível imaginar que tenham sido completamente ignoradas pois nada foi movido contra o próprio.

Nesta época, segundo Marco Antônio da Silva: “a atenção dos inquisidores estava voltada para aquele que ‘foi o primeiro homem que se passou aos holandeses quando tomaram Pernambuco’, ou seja, o referido Gaspar Dias Ferreira.”¹⁶¹ Desta forma, Calado alertou ao Santo Ofício a respeito do ódio que o referido cristão-novo parecia nutrir dos portugueses, pois além de tê-los traído e virado conselheiro de Nassau, Dias Ferreira ainda enforcava alguns soldados lusitanos. No todo, o caso trata-se de mais uma das inimizades cultivadas na colônia ao sabor da ocupação holandesa.

A hipótese de José Antônio Gonsalves de Mello parece bastante razoável ao explicar a postura inerte da Inquisição frente à devassa movida pelo bispo do Brasil contra Calado. De acordo com o historiador, as acusações feitas por D. Pedro da Silva contra o frei seriam tributárias de uma perseguição pessoal, com a qual um Tribunal sério como o era o do Santo Ofício, não poderia perder tempo¹⁶². Para Ronaldo Vainfas, faltaram evidências à Inquisição dos desvios, em matéria de religião, de Calado, embora abundassem as de colaboração política com os flamengos.

Além disso, se a amizade de Calado com Nassau e seus contatos com os holandeses pareçam terem sido inegáveis – causas de uma possível traição política aos portugueses – ao menos a gravidade do suposto crime do qual o religioso era acusado pode ser questionado, pois o religioso nunca cometeu heresia, muito menos apostasia. Em defesa da fidelidade de Calado ao catolicismo, Vainfas sugere que:

“[...] Manoel Calado era dos que mais zelavam, no plano espiritual, pela sobrevivência do catolicismo sob o domínio holandês, além de convencer muitos cristãos-novos portugueses que haviam apostasiado a regressarem à lei de Cristo. Encontrei vários casos desse tipo nos papéis do Santo Ofício, onde a atuação de frei Manoel Calado foi decisiva na reconversão dos apóstatas. Mas que frei Manoel andava mesmo com os calvinistas, disso não resta dúvida.”¹⁶³

Assim, Manoel Calado, apesar de colaborador dos flamengos no período nassoviano, ao menos em matéria de religião, era um verdadeiro “guardião do catolicismo

¹⁶¹ SILVA, Marco Antônio Nunes da. *Op. cit.* p. 179.

¹⁶² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manoel Calado do Salvador. Op. cit.*

¹⁶³ VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 99-100.

em Pernambuco”¹⁶⁴. Tal postura do religioso já era observada à época, como demonstra a petição apresentada por Francisco Gomes de Abreu, procurador geral do povo de Pernambuco, na qual considera “ser frei Manoel a principal coluna que sustentou a fé católica naquela capitania, no tempo dos holandeses, e converteu a muitos deles com suas pregações com grandiosíssimo risco de sua vida.”¹⁶⁵

Neste sentido, é possível imaginar que as missas que rezava em sua casa, as pregações realizadas e a difusão dos sacramentos, com a presença e a participação dos ditos “hereges”, fizessem parte do empenho de Manoel Calado em converter pessoas para o catolicismo naquelas circunstâncias. Ademais, havia mesmo muitos católicos que viviam no território dominado pelos flamengos, inclusive dentro da própria soldadesca da WIC, aos quais o frei não deixava de prestar assistência como sacerdote que era.

Deste modo, talvez Calado se conservasse mesmo como um dos bastiões do catolicismo no Brasil holandês, cumprindo com seus ofícios sacerdotais onde e como fosse possível, o que incluía o atendimento aos fiéis em sua residência naquele tempo em que o culto público ao catolicismo era restrito. Nessa matéria, é bom lembrar que tais restrições já ocorriam na própria Holanda, o que levava aos fiéis à prática de um quase criptocaticismo, como acontecia na Igreja do Cordeiro que Manoel de Moraes frequentava.

5.4 – Um catolicismo barroco em terras calvinistas

De toda forma, a atuação de tais religiosos em terras calvinistas foge completamente a uma moral cristã eclesiástica e barroca. Considerando a existência desta moral enquanto um tipo ideal¹⁶⁶, conforme Max Weber, de conduta do clero, pode-se vislumbrar exatamente a quais normas esses homens violavam, questionando a punição que lhes era devida, caso a mesma chegasse a ser aplicada e, assim, compreender a relevância de tais infrações.

Para entender a missão do clero romano nessa época, é preciso retornar à Reforma Católica, que introduziu uma série de medidas que visavam, por um lado, recuperar a fé das “*ovelhas*” que haviam se perdido após a propagação do discurso protestante e, por outro, consolidar a adesão católica daqueles que permaneceram fiéis à Roma. Assim, as

¹⁶⁴ Ibidem. p. 242.

¹⁶⁵ Conselho Ultramarino, Brasil, Pernambuco. AHU-ACL-CU-015, Cx. 5, D. 422.

¹⁶⁶ COHN, Gabriel. (org.) *Sociologia Max Weber – Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 2003. p. 9. Sobre a análise sociológica das religiões por Weber ver: WEBER, Max. “Sociologia da Religião”. In: *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. v.I. São Paulo: Editora UNB, 2004.

novas práticas da Igreja incluíam um arsenal de instrumentos que estimulassem à vontade e satisfizessem o sentimento religioso popular.

Por isso mesmo, segundo Morán e Andrés-Gallego, o fenômeno da Reforma Católica utilizou, acentuadamente, a arte do seu tempo¹⁶⁷. Trata-se, pois, do estilo barroco que ardia no espírito religioso católico¹⁶⁸. De acordo com os autores: “o Barroco tem de ser considerado como uma forma de entender o mundo, como expressão vital de uma época, tanto ou mais do que algo respeitante à esfera intelectual e estética ou como uma emanção da Contra-Reforma”¹⁶⁹.

Em termos normativos, pode-se considerar que o Concílio de Trento (1545-1563), através de decretos disciplinares, além de definir os aspectos essenciais da doutrina católica-romana, a exemplo dos sacramentos, elaborou um vasto programa de divulgação da própria doutrina¹⁷⁰. Neste trabalho, a preocupação da Igreja centrava-se na formação dos sacerdotes, na pregação e no ensino do catecismo.

No mundo católico barroco, a responsabilidade do clero debruçava-se sobre a salvação das almas, compreendendo a sua missão, sobretudo a dos regulares, basicamente na pregação em toda a extensão de territórios ocupados pela cristandade. Isto significava que: “era indispensável que os pastores de almas ensinassem o que todos devem saber para alcançar a salvação eterna, expondo com brevidade e clareza os vícios que devem evitar e as verdades que devem praticar [...]”¹⁷¹

Ao considerar a figura do “pregador” enquanto modelo ideal do comportamento do clero tridentino, percebe-se a importância de sua retórica no mundo pós-reforma. A fala do pregador deveria comover mais pela emoção que pelo apelo à razão, por isso seu

¹⁶⁷ No movimento da Reforma Católica predominou, segundo Morán e Andrés-Gallego, a exuberância decorativa, a tendência para a hipérbole, o movimento centrífugo, a ruptura do equilíbrio formal do Renascimento entre outros elementos para gerar fervor e admiração na contemplação das coisas divinas. MORÁN, Manuel; ANDRÉS-GALLEGO, José. “O Pregador” *In*: VILLARI, Rosário. (org.). *O Homem Barroco*, tradução Maria Jorge Villar de Figueiredo. São Paulo: Editorial presença, 1995. p. 120.

¹⁶⁸ O estilo barroco se manifestava no espírito católico através da necessidade de impressionar as pessoas com uma fé vivida na sua intensidade, de recursos como a música e a arquitetura, em especial o culto a grandiosidade que se faz refletir nos templos religiosos; do uso da retórica em pregações sensacionalistas com destaque para as metáforas capazes de comover o público; de elementos espetaculares como o caráter dramático-teatral presente em procissões penitenciais, por exemplo; do apelo à sensibilidade em manifestações coletivas cotidianas, como nos sermões.

¹⁶⁹ MORÁN, Manuel; ANDRÉS-GALLEGO, José. *Op. cit.* p. 121.

¹⁷⁰ Da mesma forma, o Concílio de Trento recordou aos bispos o seu compromisso com a pregação nas igrejas aos domingos e nos dias festivos, de modo que a transmissão ortodoxa da palavra divina fosse assegurada sem o prejuízo de faltarem bons pregadores. Na verdade, a pregação pessoal dos bispos era em diminuta se considerada a extensão do programa pastoral da Reforma Católica. Por isso, sua função principal era zelar pela idoneidade ministerial dos eclesiásticos. MORÁN, Manuel; ANDRÉS-GALLEGO, José. *Op. cit.* p. 125-126.

¹⁷¹ MORÁN, Manuel; ANDRÉS-GALLEGO, José. *Op. cit.* p. 118.

gesto devia tornar-se convincente¹⁷². Quanto ao conteúdo de tais pregações, as questões da Trindade e da Encarnação faziam-se prioritárias para a reafirmação do caráter misterioso de um Deus uno e trino na crença católica e da superação da morte pela divindade. Fora na Contra-Reforma ainda, que a Igreja afirmou o culto aos santos, cuja devoção o barroco revitalizou através de diferenciadas relações com os fiéis, seja como padrinhos divinos ou, seja como meio para alcançar a ajuda de Deus.

Em termos de conduta do clero, a função de missionário foi também regulamentada por Trento. De acordo com Adriano Prosperi: “de início, na Europa, a ‘missio’ caracterizou-se pelo envio, por parte de quem possuía essa autoridade, de pregadores que tinham por objetivo restaurar (ou instaurar) o modelo ortodoxo da vida religiosa.”¹⁷³ Por conseguinte, a “missio”, enquanto tarefa confiada aos religiosos por autoridades superiores, como o papa, o bispo e o vigário episcopais, passou a incluir, com o tempo, ida a locais mais afastados do centro da cristandade¹⁷⁴.

De modo que, entre o final do século XVI e o início do século XVII, a “missio” já havia se convertido em uma verdadeira instituição. O clero regular, principais envolvidos nessa empresa, fazia uso da pregação barroca, especialmente dos artifícios da oratória sagrada e dos recursos teatrais, uma vez que “[...] o território estava unificado pelas redes organizativas das grandes ordens religiosas e era através de suas malhas que circulavam os mesmos homens e as mesmas iniciativas.”¹⁷⁵

Por sua vez, a Inquisição também foi um elemento produtor do sentido barroco da fé, de salvação coletiva em que controlar o grupo é a maneira de fazer com que a pureza não seja contaminada pela sagacidade satânica expressa em forma de heresia; foi também uma maneira de manter as múltiplas experiências religiosas que surgiam à época sob os cânones tridentinos, fazendo com que todos eles tivessem reverentes à ortodoxia católica do Santo Padre de Roma.

Por outro lado, pode-se mesmo considerar que a religiosidade popular, as interpretações teológicas e os êxtases religiosos foram, em grande medida, devassados

¹⁷² De fato, o pregador deveria conhecer a doutrina e dominar o latim, o grego, o hebraico e o italiano. Entretanto, o seu saber devia estender-se mesmo sobre a realidade cotidiana que estava atuando, de modo que conhecesse os fiéis para cumprir suas funções primordiais: a condenação dos vícios, a correção dos comportamentos e o ensino da virtude. MORÁN, Manuel; ANDRÉS-GALLEGO, José. *Op. cit.* p. 121, 131.

¹⁷³ PROSPERI, Adriano. “O Missionário”. In: VILLARI, Rosário. (org.). *O Homem Barroco*, tradução Maria Jorge Villar de Figueiredo. São Paulo: Editorial presença, 1995. p. 162.

¹⁷⁴ A viagem, a princípio, encarada de forma aventureira, tinha uma importância fundamental para a propagação e, mais tarde, a manutenção da fé católica em súditos coloniais das monarquias europeias.

¹⁷⁵ PROSPERI, Adriano. *Op. cit.* p. 165-166.

pelo Tribunal do Santo Ofício, desejoso de descobrir heresias em atos blasfemos ou em (des)sacralizações ao seu ver inapropriadas. O princípio que primava pela pureza da ortodoxia católica, presentificados na própria existência do Santo Ofício, colocou freio à espontaneidade da fé barroca.

Deste modo, se, por um lado, as pessoas denunciavam ou confessavam por medo de serem presas e condenadas, por outro o faziam por acreditarem que aquilo era necessário para a salvação de sua alma. Essa ambivalência sustentou a coexistência dos dois sentimentos, como gostavam de dizer os inquisidores, “confessavam para a salvação da alma e bom despacho do processo”.

A própria violência na Época Moderna, percebida, sobretudo, desde as devassas e ao longo dos processos inquisitoriais até o julgamento final e punição dos culpados, pode ser interpretada, conforme Natalie Davis no célebre *Ritos de violência*¹⁷⁶, não como símbolo de uma comunidade bruta e rude e sim como um ritual de purificação do grupo repleto de significados.

Sendo o tipo ideal um conceito básico para a análise histórico-social¹⁷⁷, pode-se, à primeira vista, pensar no “pregador” ou no “missionário” como o modelo de conduta do clero na época moderna baseando-se nas regularidades de suas obrigações para com a comunidade. Trata-se por de uma generalização baseada no caráter coletivo da função que os sacerdotes deveriam desempenhar.

Entretanto, os personagens abordados nesse trabalho demonstram que nem sempre a norma era cumprida. Como pode-se perceber, Antônio Caldeira, Belchior Manoel Garrido e João Gomes de Aguiar, para exemplificar os casos menos conhecidos, eram sacerdotes, independente da ordem que seguiam, conheciam muito bem as suas obrigações e os seus compromissos.

Ademais, segundo os relatos das fontes, exerciam o seu sacerdócio exatamente nas relações que mantinham com a sociedade em que viviam: pregavam, rezavam missas, realizam confissões, encomendavam almas. A despeito de seu papel evangelizador, cumpriam até mais do que era previsto, ao participarem efetivamente da guerra como soldados, chegando a exercer, em alguns casos, as funções de capelão ou capitão de gentio, lutando pelo catolicismo nas guerrilhas.

¹⁷⁶ DAVIS, Natalie. “Ritos de Violência.” In: *Culturas do Povo – Sociedade e Cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 129 - 56.

¹⁷⁷ COHN, Gabriel. Op. cit. p. 29.

Contudo, apesar de exercido seus papéis como pregadores e, alguns deles, missionários, ficou evidente que Caldeira, Garrido e Aguiar transgrediram às normas ao passarem-se para o lado dos holandeses e ao flertarem com o calvinismo, como o foram analisados caso a caso. Foram religiosos que se moviam no contexto bélico em que atuavam guiados muito mais por seus interesses particulares do que pelas questões de fé, não obstante terem sido denunciados ao Tribunal do Santo Ofício.

Desta feita, percebemos que os desvios eram ordinários e caminhavam na ordem de suas obrigações enquanto religiosos. Então, mesmo que um sacerdote não tenha apostasiado de fato ou pelo menos não o tenha sido processado, como os exemplos de Caldeira, Garrido e Aguiar, decerto cometiam pequenas faltas corriqueiras, delitos denunciados pela população local e, em grande medida, por outros religiosos.

No caso das transgressões cometidas pelo clero, vimos a vigilância exercida pelos bispos sobre seus desvios, o que talvez explique as denúncias realizadas pelo bispo do Bahia, D. Pedro da Silva e Sampaio, ao Tribunal do Santo Ofício. Desta forma, percebeu-se a colaboração do Bispado com o “*monstro sagrado*”¹⁷⁸ na perseguição aos delitos morais do clero.

Nesta circunstância, a cautela dos inquisidores ao tratar de assuntos clericais, ou melhor, quando os réus eram exatamente aqueles que deveriam zelar pela salvação das almas atuando em parceria com a Inquisição na dupla missão da Igreja na Contrarreforma¹⁷⁹, ou seja os religiosos, expõe a dúvida dos inquisidores no século XVII, para os quais “a verdade não parecia ser tão evidente como para os seus antecessores da época do duro confronto com a Reforma Protestante”¹⁸⁰.

De forma que, ao analisar o contexto, é possível perceber porque tais religiosos não se constituíram como autênticos pregadores ou missionários, conforme a tipologia elaborada pelos autores. É preciso, pois, pensar nas especificidades de cada contexto de atuação e nas particularidades de cada religioso para entender melhor suas opções em meio ao conflito luso-holandês pela posse das capitanias produtoras do açúcar.

¹⁷⁸ Expressão usada por Luiz Mott para referir-se ao Santo Ofício. Vide. MOTT, Luiz. “Sodomia não é heresia: dissidência moral e contra-cultura”. in: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno e LAGE, Lana (orgs.). *Inquisição em Xeque*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

¹⁷⁹ A dupla necessidade evangelizadora da Igreja Católica na Época Moderna diz respeito a consolidação da fé dos fiéis, por meio da atuação do clero regular ou secular, e a recuperação dos errantes, através da Inquisição, cujo lema do Tribunal era “Justiça e Misericórdia”. Vide. Cf. BOSSY, John. *A Cristandade no Ocidente (1400-1700)*. Lisboa: Edições 70, 1990.

¹⁸⁰ PROSPERI, Adriano. *Op. cit.* p. 146.

O clero vivia, então, em terras calvinistas no Brasil, e exatamente por causa das ligações perigosas que estabeleciam, eram denunciados. Apesar da constante vigilância, tais sacerdotes não deixaram de manter estreitas relações com os holandeses. No território dominado pela WIC, os religiosos travaram grandes amizades com o governador dos holandeses, como foi o caso de Manoel Calado; flertaram com a causa flamenga e calvinista, como Antônio Caldeira; e até se converteram de fato ao calvinismo, sendo processado pela Inquisição, como a famosa história de Manoel de Moraes.

No meio do fogo cruzado, se ao menos Caldeira, Garrido e Aguiar não foram condenados pela Inquisição de Lisboa, com as denúncias constante nos Cadernos do Promotor, cujo volume impossibilita a exposição de sua totalidade neste trabalho, provas não faltaram de que tais sacerdotes ultrapassaram os limites de suas pregações e, de fato, traíram aos portugueses ao se passarem para o lado holandês.

Dos dois Manoéis mais famosos, Manoel de Moraes não hesitou em viver ao modo calvinista, chegando a viajar a Amsterdã e assumir nova vida, embora tenha, posteriormente, oscilado e procurado a volta às suas origens, tentando fazer as pazes com o catolicismo. Enquanto isso, Calado viu seu nome atrelado às denúncias que ameaçavam sua reputação. As acusações chegaram a prender o frei dos Óculos, mas o religioso conseguiu se desvencilhar do Tribunal do Santo Ofício e se livrar da querela antes de ser processado.

De toda forma, o capítulo procurou mostrar que o contato com os flamengos podia complicar a vida dos religiosos nos tempos da ocupação holandesa. É verdade que muitos deles se aproveitaram dos laços com os neerlandeses para interesses pessoais. Em terras calvinistas, os representantes da Igreja Católica foram acusados de terem sido apóstatas e traidores. No entanto, não foram os padres e os frades os únicos que o fizeram, como se pretende mostrar neste trabalho, uma vez que tais mudanças de lado foram deveras corriqueiras naquele contexto.

Capítulo 6 – Inconstância das lealdades

A superação do tradicional dilema na abordagem da história da ocupação holandesa seiscentista no Brasil não é tarefa das mais fáceis, como vimos demonstrando. A recente historiografia brasileira vem conseguindo algum êxito no propósito de desconstruir uma memória nacional apoiada no binômio traição *versus* patriotismo ou na sua versão atualizada, resistência *vs* colaboração, através do fatiamento do objeto. Por meio de pesquisa histórica atenta às particularidades do contexto, os historiadores vêm recortando temáticas menores para investigação verticalizada, embora nem sempre se consiga evadir das chaves interpretativas tradicionais.

Nosso propósito é superar tal dilema apostando nas “zonas cinzentas”¹, para usar um conceito de Pierre Laborie, entre os dois pólos da resistência e da colaboração, a fim de interpretar as atitudes das populações das capitanias do Norte sob o domínio holandês. Neste capítulo, será particularizada a interação da açucarocracia e da soldadesca da terra com os batavos durante todo o período de seu estabelecimento na colônia.

Através desta opção metodológica, até aqui, vimos o caso dos índios e dos negros, tratados no terceiro capítulo, cuja grande dificuldade para construir uma verdadeira etnografia é exatamente a característica de maior relevo no período de ocupação holandesa, isto é, a divisão dessas populações. No caso dos índios, a fratura dos potiguaras significou mesmo lideranças pró-portugueses contra aliados dos neerlandeses. No caso dos negros, a separação entre africanos e/ou crioulos, escravizados ou forros, também deu origem a uma parte a favor dos portugueses, liderados pelo Terço dos Henriques; parte a favor dos holandeses, cujos casos coletados se encontraram dispersos na documentação; e parte a favor de seus próprios interesses, lembremo-nos dos palmarinos quilombolas.

Neste raciocínio, também avaliamos a disjuntiva sefardita no quarto capítulo, que opôs cristãos-novos da terra aderentes à primeira sinagoga aos cristãos-novos da terra leais ao catolicismo. Ademais, judeus portugueses de Amsterdã agarrados à Companhia das Índias Ocidentais (WIC), especialmente ao conde João Maurício de Nassau se

¹ Na concepção de Pierre Laborie, “as zonas cinzentas do pensar duplo” referem-se às ambivalências nas quais os atores sociais se encontravam, apesar de produzirem respostas racionais e conscientes. No caso deste trabalho, utilizou-se deste conceito para pensar as dúvidas, as incertezas e as hesitações que dominaram os personagens coloniais entre apoiar os holandeses ou resistir a sua ocupação ou escolher ambas as opções conforme a conveniência da situação. Ver. LABORIE, Pierre. “1940-1944. Os franceses do pensar-duplo.” In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. v.1 Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 3v. p. 31-44. p. 40-41.

opuseram aos cristãos-novos da terra, discriminados em vários graus (menos na Zur Israel e mais na Magen Abraham). Por fim, identificamos também judeus novos portugueses lutando pelos holandeses contra judeus novíssimos abjurando do judaísmo e regressando ao catolicismo.

Tal fenômeno que ocorreu ainda entre o clero católico, como fora visto no quinto capítulo. Nos tempos de dominação flamenga, os jesuítas foram expulsos, mas outras denominações religiosas foram autorizadas a permanecerem, embora nem por isso deixaram de ser perseguidas, como no episódio da Armada do Conde da Torre. Em todo caso, não foi difícil encontrar padres seculares ajustados, por vezes irmanados com o ocupante holandês, colaborando em seus mais diversos graus.

Desta maneira, este capítulo segue a tônica de todo o trabalho de seguir demonstrando que entre os extremos da resistência obstinada e da colaboração declarada, há muitas nuances, cuja análise individualizada demonstra-se muito mais rica que a tradicional condenação de traição para os casos mais aparentes. Por isso mesmo, nosso propósito é examinar tanto os casos de senhores de engenho e lavradores de cana que colaboraram com os holandeses simplesmente por ter acordado viver sob seu domínio, produzindo conforme os propósitos da WIC, quanto aqueles que se recusaram e preferiram migrar de território, abandonando, inclusive, suas propriedades.

Assim, serão avaliadas circunstâncias, ambições individuais, projetos coletivos, ainda que flutuantes, que pesaram nas escolhas políticas e religiosas da gente da colônia, escolhas, não raro, mutantes, haja vista a inconstância das lealdades predominantes naqueles tempos.

6.1 – Açucarcracia e negócios

Antes de prosseguirmos, é importante atentar que por açucarcracia, seguimos a designação dada por Evaldo Cabral de Mello, fazendo referência à nobreza da terra, isto é, ao grupo formado por senhores de engenho e lavradores de cana responsáveis, imediatamente, pela produção açucareira nas capitanias do Norte do Brasil colonial². Desta maneira, devemos considerar que não é possível entender este período histórico sem perceber a relevância da economia canavieira naquele contexto.

As guerras que se desenvolveram no tempo da chegada e do estabelecimento dos holandeses foram mesmo, segundo Cabral de Mello, “guerras do açúcar”. Foi o açúcar o

² Veja capítulo 2, tópico 2.4. Historiografia brasileira atenta às particularidades.

propósito que motivou a ocupação flamenga, a partir da cobiça da WIC pelo controle de sua produção. O açúcar foi também a própria fonte de financiamento dos conflitos que se desenrolaram a partir da entrada dos holandeses até a sua expulsão. Nas palavras do historiador:

“As guerras holandesas foram inegavelmente guerras do açúcar, não apenas no sentido, que é o geralmente posto em relevo, de guerras pelo açúcar, isto é, pelo controle de suas fontes brasileiras de produção, mas também no sentido [...] de guerras sustentadas pelo açúcar, ou antes, pelo sistema sócio-econômico que se desenvolveu no Nordeste com o fim de produzi-lo e exportá-lo para o mercado europeu.”³

O vulto da produção açucareira do Nordeste⁴ seiscentista era mesmo impressionante, apesar da alegada instabilidade no período *ante bellum*⁵. De acordo com a *Lista do que o Brasil pode produzir anualmente*⁶, folheto anônimo impresso nos Países Baixos relativo ao ano de 1623, mas atribuído ao ano de 1635 por José Antônio Gonsalves de Mello, quem editou este e outros documentos holandeses traduzidos por José Honório Rodrigues. Conforme o documento, as capitanias do Norte possuíam 137 engenhos moentes, o que totalizavam, àquele ano, uma produção de 700.000 arrobas de açúcar distribuídas em 35.000 caixas. No folheto, foi destacado mesmo que: “o principal negócio de todo o Brasil consiste na cultura da terra e no estabelecimento dos engenhos”.

De acordo com o memorial de José Israel da Costa, intitulado *Uma relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em 1623*⁷, embora atribuído aos anos seguintes⁸, guardado no cartório dos Estados Gerais, cuja tradução também fora publicada por Gonsalves de Mello, apenas na capitania de Pernambuco, à época, eram produzidas aproximadamente 25.965 caixas de açúcar, contendo, 20 arrobas por caixa. Com base no

³ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p. 12.

⁴ Longe de expressar uma região geopolítica do Brasil atual, a utilização da nomenclatura Nordeste refere-se, no século XVII, às capitanias do Norte que correspondiam, demograficamente, a “franja litorânea de disposição latitudinal”, desde a cidade hoje conhecida por Natal no Rio Grande do Norte até Penedo, às margens do Rio São Francisco. Trata-se de uma designação autorizada pelos historiadores que tratam da temática, a exemplo de Evaldo Cabral de Mello. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. *Op. cit.* p. 72.

⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. *Op. cit.* p. 76-77.

⁶ “Documento 1: Lista do que o Brasil pode produzir anualmente.” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. v. 1. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes / Companhia Editora de Pernambuco, 1981. p. 19-20.

⁷ “Documento 2: Uma relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em 1623” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). *Fontes para a história do Brasil holandês*. v. 1. *Op. cit.* p. 28-32.

⁸ Apesar de precisar o ano de 1623, José Antônio Gonsalves de Mello sugere que o memorial tenha sido escrito em 1636 e informa que E. van den Boogaart prefere atribuí-lo aos anos mais prováveis de 1637-1638. Ver. MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). *Fontes para a história do Brasil holandês*. v. 1. *Op. cit.* p. 26.

memorial, Cabral de Mello calculou que a quantidade de açúcar produzido em Pernambuco equivalesse a 78,8% do total, enquanto Paraíba, com suas 4.250 caixas era responsável por 12,9% e Itamaracá, com 2.738 caixas, representava ao percentual de 8,3% da produção açucareira das capitanias do Norte⁹.

Segundo o historiador, também a composição da açucarocracia nesse tempo era irregular, uma vez que não se tratava meramente de um grupo restrito, estabelecido desde o primeiro donatário, e que havia monopolizado as oportunidades econômicas e sociais propiciadas pelo açúcar. Na realidade, nem todos os colonizadores que habitavam a capitania de Pernambuco ao tempo de Duarte Coelho, conseguiram controlar a propriedade açucareira.

A formação dessa açucarocracia pernambucana está intrinsecamente relacionada ao século XVII, pelo processo de transferência da propriedade causado pelas crises açucareiras, de onde emergiu, verdadeiramente, uma “nobreza da terra”¹⁰. No tempo da ocupação holandesa, tais senhores de engenhos se adequaram ou se ajustaram aos negócios açucareiros nas escolhas políticas que fizeram em Pernambuco e nas capitanias adjacentes.

Através do relatório do tenente-coronel Balthazar Bijama, apresentado em Amsterdã em 1634, é possível conhecer o nome de alguns “principais da terra”, entre senhores de engenho e lavradores de cana que foram pedir salvaguarda para si e para os moradores de suas propriedades tão logo os flamengos foram se apoderando do território. Foram os casos de Francisco de Brito, Luís Brás Bezerra, Gonçalo Novo de Lira, Manoel Jácome Bezerra, Filipe Soares, Luciano Brandão e Geraldo do Prado¹¹.

Tratam-se de homens que, no decurso da guerra pela posse do território, holandeses ocupando e luso-brasileiros defendendo, ainda sem qualquer resultado concreto a respeito da vitória, apostaram no lado flamengo, e com este passaram a colaborar. É importante frisar que o relatório de Bijama menciona que tais proprietários “mantinham dia e noite boa correspondência conosco”, o que permite imaginar que esses senhores e lavradores serviam aos holandeses como verdadeiros informantes sobre a movimentação dos portugueses.

⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. *Op. cit.* p. 76-77.

¹⁰ *Ibidem.* p. 83.

¹¹ Relatório datado de Amsterdã, de 13 de Outubro de 1634. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço da Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 42.

Contudo, nem todos os produtores aceitaram permanecer sob domínio flamengo. Uma das formas de resistência mais facilmente encontradas na documentação do período é a realizada por homens que se mudaram com tudo o que possuíam para a Bahia tão logo instalado o governo holandês. Tratam-se de homens que deixaram terras e engenhos para trás, levando seus escravos, para não terem que se submeter aos neerlandeses. A grande questão é pensar o que teria motivado esses emigrados.

A este respeito, o cronista Duarte de Albuquerque menciona os nomes dos moradores mais abastados que, assim que a notícia que a queda do Arraial do Bom Jesus, principal posto de resistência portuguesa na guerra, ocorrida em junho de 1635 se espalhou, “havia já se retirado de suas casas, em que muitos nasceram, abandonando suas fazendas, das quais alguns possuíam muitas [...]”¹². A conquista do Arraial pelos holandeses significou, efetivamente, uma mudança nas posições da guerra: os luso-brasileiros que estavam na defensiva passaram ao ataque e os flamengos passaram a se defender das emboscadas dos inimigos.

Dentre os emigrados, portanto, os que não concordaram em viver sob o domínio flamengo recém-instaurado, destacou o autor de *Memórias diárias da guerra do Brasil*, Duarte de Albuquerque Coelho, os seguintes nomes: Jerônimo Cavalcanti, que deixou três engenhos em Itamaracá; Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, que abandonou dois engenhos e muito gado na mesma região; João Paes Barreto, “um dos mais ricos proprietários do Brasil”, nas palavras de Coelho, que largou dois engenhos, muito gado e outras fazendas em Pernambuco; seus irmãos, Estevão, Cristóvão, Miguel, Diogo, Antônio e Felipe Paes, que seguiram o mesmo destino, isto é, abandonaram suas propriedades em Pernambuco.

Ademais, abandonaram bens e engenhos em Pernambuco algumas viúvas que perderam seus maridos na guerra contra os holandeses, como foi o caso de D. Catarina Barreto, viúva de D. Luiz de Souza e de D. Isabel de Moura, viúva de Antônio Ribeiro de Lacerda. Nesta lista, também podem ser incluídos proprietários como Francisco do Rego; Ambrósio Machado de Carvalho; Manuel de Navalhas; Luiz Lopes Tenório; Luiz Ramiro; Antônio Gonçalves da Paz; Luiz Marreiro; Antônio de Sá Mátia; Julião Paes Daltro; André de Couto; Gaspar de Méri e Gaspar Caminha; Braz Barbalho, arcabuçado em Moribeca; e D. Mência de Moura, mulher de Cosme Dias da Fonseca.

¹² COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630* (manuscrito de 1644). 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. [p. 315-316.]

A lista de Albuquerque Coelho menciona também, dentre os particulares, os nomes de Gabriel Corrêa de Bulhões e Pedro de Couto, mas deixa de enumerar muitos homens de menor cabedal. O cronista explica, ainda, que alguns donos de engenhos preferiram ficar em meio as dificuldades e aos sofrimentos da retirada, mas muitos outros se convenceram que cumpriram seus deveres e não havia mais o que fazer quando os holandeses conseguiram se apoderar do território, abandonando tudo para não se submeterem ao novo domínio.

De acordo com o cronista, a marcha arrebanhou proprietários desde Vila Formosa até o Norte. Os emigrados se recolheram perto das Alagoas e logo passaram a Bahia de Todos os Santos. No entanto, a caminhada não fora fácil, segundo Coelho:

“Iam nascendo uns, morrendo outros por aqueles bosques, privados das comodidades de suas casas, substituídas pela lembrança de que padeciam por seu Deus e por seu rei, por não misturarem-se com hereges, inimigos de uma e outra majestade.”¹³

Segundo Albuquerque Coelho, a motivação principal para a retirada se encontra na fidelidade ao catolicismo e na lealdade política ao rei castelhano, mas é possível matizar outras explicações como o receio da ruína econômica e o próprio medo da morte, esta última pode ser pensada especialmente para o caso das viúvas que perderam seus esposos no conflito.

A razão econômica não deixa de ter seu peso, principalmente ao considerar que, apesar da ênfase do cronista no fato dos emigrados terem abandonado todas as suas propriedades, sobressai a informação de que teriam levado seus escravos. Conforme o cronista, foram contados por volta de trezentos e cinquenta escravos na retirada, os quais acompanhavam seus donos.

De modo que o medo da ruína econômica não foi infundado, uma vez que ao tempo das primeiras entradas dos holandeses, muita destruição foi provocada. Neste interim, deve ser lembrado que Olinda mesma foi destroçada, muitos canaviais foram incendiados, várias igrejas foram saqueadas, suas imagens de santos católicos arrasadas. No desenrolar do conflito até pelo menos 1634, predominou um clima caótico de grande insegurança e violência total nos territórios que foram palco da guerra.

O estado em foram deixados os engenhos pelos emigrados pode ser conhecido através do inventário escrito em 1636 pelo conselheiro político Willem Schott. A versão em língua portuguesa publicada por José Antônio Gonsalves de Mello com o título de

¹³ Ibidem. [p. 317.]

*Inventário, na medida do possível, de todos os engenhos situados ao Sul do rio da Jangada até o rio Una, feito pelo Conselheiro Schott*¹⁴ consta de um valioso documento por meio do qual é possível conhecer o nome dos emigrados por localidade, os lavradores que fizeram acordo com novos dominadores, os engenhos abandonados e o que foi encontrado pelos holandeses em cada um deles.

De acordo com o documento, mais de trinta engenhos foram abandonados na localidade entre o Rio Jangadas e o Rio Una, em Pernambuco. Tratam-se das seguintes propriedades:

- localizadas no Cabo: o Engenho Velho, o Engenho da Guerra, o Engenho Novo, o Engenho São João, o Engenho Pirapama, o Engenho de Três Paus, o Engenho de Marapatigipi, o Engenho São José, o Engenho Utinga, o Engenho Nossa Senhora da Paz, o Engenho Jurisac, o Engenho Espírito Santo ou Garapu e o Engenho Algodais;
- localizadas em Ipojuca: o Engenho de Tabatinga, o Engenho dos Salgados, o Engenho Bom Jesus, o Engenho Bertioga, o Engenho Maranhão, o Engenho Santo Cosme e o Engenho Sibiró de Riba;
- localizadas na freguesia de Serinhaém: o Engenho Taperosu, o Engenho Cocaú, o Engenho Juangua, o Engenho do Rio Formoso, o Engenho Nossa Senhora da Palma e o Engenho São Jerônimo;
- localizadas na freguesia de Una: o Engenho Nossa Senhora de França e o Engenho São Gonçalo de Uma.

Obviamente, a lista total das propriedades confiscadas pela Companhia das Índias Ocidentais dentro do espaço geográfico demarcado pelo autor do inventário excede a quantidade de engenhos acima apontados, uma vez que procurou-se listar apenas os engenhos dos senhores emigrados. Conforme o inventário, tais proprietários seguiram a Matias de Albuquerque, comandante da resistência portuguesa, na retirada em direção a Bahia após a perda do Arraial do Bom Jesus, bastião da defesa.

Contrastando a listagem de senhores de engenho fornecida por Albuquerque Coelho com o inventário do Willem Schott, podemos perceber que o conselheiro foi muito mais detalhista, revelando nomes de muitos outros emigrados, além dos(as) conhecidos(as) João Paes Barreto, Cristóvão Paes, João Paes de Castro, Gaspar de Mere,

¹⁴ “Documento 4: Inventário, na medida do possível, de todos os engenhos situados ao Sul do rio da Jangada até o rio Una, feito pelo Conselheiro Schott” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). Fontes para a história do Brasil holandês. v. 1. *Op. cit.* p. 51-71.

Julião Paes de Altro, Felipe Paes, Miguel Paes, Dona Catarina viúva de Dom Luís de Sousa, Luís Lopes Tenório, Antônio Gonçalves da Paz, Manuel de Navalhas, Cosmo Dias da Fonseca, Diogo Paes, Estevão Paes.

Deste modo, é possível acrescentar a esta lista os nomes dos(as) senhores(as) de engenho: Domingos da Costa, João Rodrigues Caminha, Dona Isabela de Moura, João Tenório, Pedro Frago de Albuquerque, Dom Francisco de Moura, Manuel Pinto, Dona Catarina de Fontes, Dona Madalena viúva de Felipe de Albuquerque e Dona Catarina Camela.

Se todos esses homens se recusaram a prestar obediência aos flamengos, o inventário de Schott nos permite conhecer o inverso, ou seja, o nome de moradores que verdadeiramente cooptaram com os dominadores, uma vez que foram nominalmente apresentados àqueles que tomaram passaporte dos holandeses, como aparece na documentação.

Dentre eles, é digno de nota: Dona Adriana viúva de Manuel Gomes de Melo, proprietários do Engenho Trapiche ou Nossa Senhora da Conceição; Pedro Lopes de Veras, dono dos Engenho Bom Jesus no Cabo, Engenho Nossa Senhora do Rosário e Engenho Sembras, ambos em Serinhaém; Fernando Gomes, senhor do Engenho Cajubusu; Antônio d’Ahilda, dono do Engenho São Braz; Antônio Nunes Ximenes, proprietário do Engenho Santo Agostinho; Pedro de Gand, um dos donos do Engenho São Paulo; João Carneiro de Mariz, arrendatário do Engenho de Nossa Senhora da Conceição, este localizado na região de Ipojuca; Manuel Vaz Viseu, proprietário do Engenho de Três Reis; o filho mais velho de Gaspar da Fonseca, dono do Engenho Pindoba; Francisco Soares Cunha, proprietário do Engenho Sibiró de Baixo; Álvaro Frago de Toscano, senhor do Engenho Jaguaré; Franco Rodrigues do Porto, proprietário do Engenho Camaragipe; Dona Catarina Jaguara, proprietária de um engenho na freguesia de Serinhaém; Catarina viúva de Jaques Peres, dona de um engenho nesta mesma freguesia; e Francisco Fernandes Anjo, proprietário do Engenho Veajier Dios.

O inventário de Schott é bastante claro quando se refere a tais proprietários que permaneceram sob o domínio holandês, na maioria das vezes com a posse de seus engenhos, cujo acordo com os neerlandeses previa a continuidade da produção para fornecimento à WIC. Nos casos de abandono da propriedade por seu dono, a WIC avaliava a existência de responsáveis pelo engenho, geralmente um dos principais lavradores era transformado em administrador através de contrato firmado com a Companhia.

Como exemplo, há Manuel Velho, a quem foi permitido novamente moer no Engenho Juangua, propriedade anteriormente de Manuel Pinto, que teria seguido Albuquerque. O acordo do lavrador com os holandeses é possível conhecer graças ao inventário que Schott: “por isso lhe será dada uma boa remuneração, após honestamente ter feito contas, fora todas as despesas e sua parte do açúcar”¹⁵.

Para a Companhia, era importante contar com os serviços oferecidos por esses senhores e lavradores para administrar e fazer com que os engenhos voltassem às suas atividades de produção, a fim de obterem os tão almejados lucros do açúcar. Para os homens que resolveram ficar, foram estabelecidos acordos diretos com a WIC. Algumas vezes era o feitor-mor quem tratava com a WIC e assumia o comando do engenho, como foi o caso de Paulo Carvalho, quem passou a administrar o Engenho Cocaú, localizado na freguesia de Serinhaém e pertencente a Dom Francisco de Moura.

Segundo o inventário de Shott, tratava-se de um engenho que contava com muito pessoal, uma vez que grande parte dos lavradores desta propriedade não teriam seguido a Matias de Albuquerque, e com canaviais bastante maduros. O acordo com o novo administrador do engenho foi descrito nos seguintes termos, conforme o conselheiro político: “[...] foi permitido ao feitor-mor Paulo Carvalho que o fizesse novamente moer e fielmente administrar este engenho, [...] em proveito da Companhia e para comodidade dos lavradores.”¹⁶ No contrato, a WIC se responsabiliza pelo pagamento de um determinado salário para todas as contas prestadas pelo feitor-mor.

Deste modo, podemos pensar que se tratavam de senhores de engenho, lavradores de cana, feitores, entre outros homens que assumiram o controle dos engenhos durante a jurisdição holandesa. Tendo servido a WIC como administradores e produtores de açúcar, tais sujeitos efetivamente colaboraram com o estabelecimento e a permanência do governo holandês nas capitanias do Norte.

Entretanto, é preciso sublinhar que nem todos os engenhos conseguiram um responsável imediatamente. O estado de destruição e abandono em que permaneceram os engenhos foi mencionado por Schott, mas foi Duarte de Albuquerque Coelho quem forneceu o quadro caótico em que se encontravam as propriedades nas capitanias do Norte. Em relação à tomada de posse por parte dos holandeses, o cronista descreveu:

“Logo se viu bem o acerto desta providência; porque entrando ele não achou quem lhe desse um carro, farinha ou qualquer outra coisa. O que mais o

¹⁵ Ibidem. p. 67.

¹⁶ Ibidem.

exasperava era ver os engenhos e fazendas ao desamparo; porque além de ficarem sem braços para o trabalho, deixaram-nos em estado que muito lhe custou a pô-los moentes e correntes; de sorte que desde o começo ao fim desta guerra não lhe faz menor o general com a espada do que com o discurso; [...]”¹⁷

Devido à grande destruição deixada até, pelo menos, meados de 1635, quando o Arraial do Bom Jesus sucumbiu, a WIC não tardava a negociar as propriedades abandonadas e apreendidas com homens da terra, comerciantes judeus, soldados holandeses e toda a sorte de gente disposta a colaborar. Uma das decisões da WIC no intuito de fazer funcionar, novamente, a economia açucareira, bastante combalida pela guerra, foi a venda dos engenhos por meio do compromisso do pagamento por meio do produto das safras. Portanto, os moradores começaram uma dívida com a WIC que só fez aumentar com o tempo, um dos motivos pelo qual se atribui o advento da insurreição pernambucana como um levante de devedores¹⁸.

Ademais, foi indispensável facilitar o crédito, mormente oriundo de negociantes holandeses particulares, para que os novos senhores de engenho pudessem reconstruir os engenhos e adquirir escravos. Desta maneira, acabaram por se tornar senhores de engenho muitos chefes militares, funcionários civis e conselheiros políticos, comerciantes holandeses e alguns judeus. O próprio autor do inventário analisado, o conselheiro Willem Schott, foi um dos que adquiriu propriedades confiscadas pela Companhia. Além de Schott, adquiriram engenhos Jacob Stachouwer, Jacques Hack, Sigismund von Schkoppe, Nicolaes de Ridder, Servaes Carpentier, entre outros¹⁹.

Em relação aos esforços empreendidos por Matias de Albuquerque, não somente para ajudar nessa retirada dramática em direção à sede da colônia, durante a qual Coelho relatou que “[...] o nosso general procurou muito fazer que estes fossem os de mais consideração[...]”²⁰, mas principalmente pelo comando das forças da resistência. A respeito do valor do comandante geral, é o cronista Francisco de Brito Freire que disserta: “dispunha com madureza as coisas em que tinha lugar a consideração. [...] Inclinado a

¹⁷ Ibidem.[p. 322.]

¹⁸ Encabeçam a lista dos maiores devedores da Companhia das Índias Ocidentais, em primeiro lugar, Jorge Homem Pinto, com uma dívida estimada em 1.245.160 florins, seguido de João Fernandes Vieira, com 321.756 florins, e por Jerônimo Cadena de Vilhasante, que devia 215.692 florins. “Lista dos devedores portugueses da Companhia das Índias Ocidentais”, 1661, apenso a DUSSEN, Adriaen van der. “Documento 6: Relatório sobre o estado das Capitânicas conquistadas no Brasil, datado de 10 de dezembro de 1639.” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). Fontes para a história do Brasil holandês. v. 1. *Op. cit.* p. 137-232.

¹⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 43.

²⁰ “Documento 4: Inventário, na medida do possível, de todos os engenhos situados ao Sul do rio da Jangada até o rio Una, feito pelo Conselheiro Schott”. *Op. cit.* [p. 322.]

pelejar antes com a indústria que com a força. Eminente na sagacidade. Fácil no trabalho; e em trazer à sua graça os que mais murmuravam do seu governo.”²¹

Matias de Albuquerque era irmão do donatário Duarte de Albuquerque Coelho²², conde de Pernambuco e autor da obra intitulada *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630*, cujo manuscrito data de 1644. No comando da resistência, entre os portugueses, o general Albuquerque foi bastante agraciado por seus talentos e virtudes, o que não o poupou de cair em desgraça após a queda do Arraial do Bom Jesus. Entregando o governo a D. Luís de Rojas e Borgia, Matias de Albuquerque seguiu para a Bahia e, na sequência, para Portugal, onde fora preso para responder pela perda de Pernambuco.

O destino de Albuquerque fora profundamente lamentado por Freire, um dos cronistas que considerou que as ações do comandante na empresa da guerra foram mal avaliadas pelas autoridades competentes, como reclamou na seguinte passagem:

“Na Corte de Espanha, achou Matias de Albuquerque suas ações antes censuradas que bem aceitas; porque como perdeu e foi adiante, ficou exposto à primeira indignação dos ministros. Aos quais as empresas, vistas de longe, parecem fáceis: e quando são depois mal cedidas, descarregam-se os que a El-Rei as aconselharam com os generais que as dispuseram. Alguns lhe achavam faltas na resolução, outros na providência, e geralmente lhe faziam culpas do que eram desgraças. Pelo que saiu desta guerra, onde governou seis anos com imenso trabalho e mereceu mais louvores que calúnias, sendo elas muito maiores que eles.”²³

Na verdade, a experiência militar de Matias de Albuquerque data de muito tempo antes do comando das forças de resistência contra os holandeses no Brasil. De acordo com o documento *Notas biográficas de Matias de Albuquerque* depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa, a carreira militar de Albuquerque teria começado através de sua participação nas lutas no Norte da África²⁴ ou, possivelmente, nas guerras da Flandres, para onde geralmente corria a mocidade portuguesa²⁵.

Após o comando da guerra contra os holandeses no Brasil, onde liderou por aproximadamente seis anos, a atuação de Matias de Albuquerque foi investigada em Lisboa, período ao qual o ex-comandante permaneceu preso no Castelo de São Jorge.

²¹ FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica* (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. N.315. p. 116.

²² Ibidem. N.316. p. 116.

²³ Ibidem. N.685. p. 220.

²⁴ “Notas biográficas de Matias de Albuquerque”. BNL, Fundo Geral, Doc. do Ms. Nº 1555, fls. 326.

²⁵ PIMENTA, Belisário. *Matias de Albuquerque: notas para uma biografia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944. p. 8-9.

Anos mais tarde, a figura de Matias de Albuquerque foi reabilitada por ocasião da Restauração Portuguesa de 1640²⁶.

Uma vez que seu irmão, Duarte de Albuquerque Coelho, havia permanecido em Madri na querela diplomática que envolveu a restauração do trono português, o próprio Matias de Albuquerque foi detido novamente no ano de 1641, desta vez por suspeita de participação em um complô pró-espanhol. Comprovada sua fidelidade a D. João IV, Matias de Albuquerque foi inocentado e, posteriormente, nomeado para o Conselho de Estado do rei português, posição que ocupou com grande empenho, sendo requerido pelo rei para opinar, sobretudo, nos assuntos relacionados ao Brasil, haja vista sua larga experiência na matéria.

Na restauração de Portugal em particular, Albuquerque foi designado governador das armas para o Alentejo, comandando a defesa da Praça-forte de Olivença, da praça de Elvas e da praça de Campo Maior. Ademais, o comandante liderou as forças portuguesas em importantes batalhas contra os espanhóis, das quais se sobressai a Batalha do Montijo²⁷, minuciosamente narrada pelo Conde de Ericeira, D. Luís de Meneses. A vitória obtida nesta batalha, ocorrida em 26 de maio de em 1644, rendeu a Matias de Albuquerque o título de Conde de Alegrete²⁸.

No que concerne à ocupação holandesa do Brasil, se Matias Albuquerque fora mesmo um grande opositor, defendendo até onde pôde a posse lusitana da colônia e, quando não foi mais possível fazer resistência, tendo se retirado do território, muitos foram os grandes senhores que permaneceram sob o domínio holandês, não acompanhando a marcha dos emigrados, cujos nomes foram apontados por Willem Schott em seu inventário.

Tentativas de convivência pacífica com os moradores haviam sido cogitadas, por parte dos holandeses, desde os primeiros anos da guerra. A primeira delas teria sido um manifesto divulgado aos proprietários de plantações e residentes de Pernambuco, por ocasião da tomada da Vila de Igarassu, em 1632. Apesar das promessas no tocante à liberdade de consciência, respeito à propriedade e redução dos impostos, parece que o anúncio não surtiu grande efeito²⁹.

²⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 287-288.

²⁷ MENESES, Luís de. “Batalha de Montijo”. In: *História de Portugal Restaurado*, vol. II. (Coleção Biblioteca Histórica - Série Régia). Porto: Livraria Civilização, 1945. p. 56-70.

²⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil*. *Op. cit.*

²⁹ Por ocasião da tomada de Igarassu pelos holandeses, os cronistas, em geral, narram o abandono da região por grande parte dos moradores, e os consequentes saque e incêndio, cuja vila fora submetida, razão pela

Em todo caso, Albuquerque Coelho pontua que, na ocasião, enquanto alguns moradores abandonaram Igarassu “para se internarem nas mais espessas florestas, por fugir à tirania do inimigo [...]”, houve os que, expostos ao perigo, asseguraram-se em pedir “salvaguardas e passaportes aos inimigos para com eles comerciarem, coisa que tanto procurou sempre evitar o general Matias de Albuquerque [...]”³⁰.

Apesar do cronista não revelar os nomes nem apontar a quantidade exata de moradores que se passaram para o lado dos holandeses neste ano de 1632, é possível supor que este tenha sido um dos primeiros movimentos de deserção significativo. No comando do episódio, convém não esquecer a reiterada ênfase que as fontes portuguesas fizeram na atuação de Domingos Fernandes Calabar, uma vez que a tomada de Igarassu foi sua primeira oportunidade de demonstrar lealdade aos novos aliados, os holandeses.

No entanto, o primeiro ajuste formalizado entre os flamengos e os moradores das capitâneas açucareiras parece mesmo datar do Acordo da Paraíba, estabelecido em meados de dezembro de 1634. A partir de tal documento, pode-se pensar que uma relativa quantidade de colonos desta capitania real havia, de fato, se acomodado à ocupação holandesa.

O acordo foi estabelecido após as rendições do Forte de Cabedelo e do Fortim de Santo Antônio, depois de grandes perdas do lado da defesa. Mediante à constatada presença holandesa, os moradores passaram a negociar salvos-condutos. Uma figura de destaque nessas negociações foi o morador Bento do Rego Bezerra³¹, inicialmente preso por sua resistência, acabou cedendo e relacionando-se mais estreitamente com os flamengos, servindo de intermediário nos ajustes que antecederam ao Acordo. Nas palavras de Ronaldo Vainfas, Bento do Rego Bezerra “foi o primeiro que de prisioneiro passou a traidor na batalha da Paraíba”³².

Na verdade, Bezerra apresentou-se aos flamengos, trocando valiosas informações sobre o sistema de defesa português pela garantia de que suas fazendas não seriam saqueadas, tendo sido este seu ato considerado uma traição, mas não fora o único. Neste sentido é que o Duarte Gomes da Silveira, um dos principais senhores da Paraíba, ao ter

qual pode ser explicada a falta de informações a respeito da existência deste manifesto nas fontes pesquisadas.

³⁰ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Op. cit.* [p. 130-131].

³¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. (original de 1871). 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002. p. 112.

³² VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 62-63.

recebido o coronel polonês Crestofle d'Artischau Artichewsky em suas propriedades, teria sido o “segundo grande desertor da resistência pernambucana”³³.

Após a queda da capital, o engenho de Silveira, possuidor de uma fazenda de gado na localidade da Paraíba e quem costumara prestar serviços no interior, foi cogitado, pelas forças da resistência, como um ponto onde poderia ser armada uma linha de defesa. Entretanto, o que era para ter se tornado um forte de resistência acabou por se tornar um ponto de negociação, pois o proprietário recebeu ninguém menos que o coronel Artichewsky para tratar uma rendição honrosa para o lado dos holandeses.

Assim que os holandeses se apoderaram do território, perceberam que conquistar os moradores seria fundamental para o funcionamento da economia canavieira. A partir de então, os moradores da Paraíba trataram de negociar sua permanência. Muito mais que combinar um salvo-conduto, houve quem aproveitasse do episódio para se passar deliberadamente para o lado dos holandeses, como foi o caso da grave deserção acompanhada de apostasia do padre Manoel de Moraes, outrora esmiuçada neste trabalho.

De todo modo, vale analisar os termos do acordo celebrado entre os moradores da localidade e os holandeses, cuja transcrição, em português, realizada por Francisco Adolfo de Varnhagen, torna possível³⁴. Segundo o historiador, o pacto, estabelecido em nome do Príncipe de Orange, dos Estados Gerais e da Companhia das Índias Ocidentais com os senhores de engenho, lavradores de cana e demais moradores da Paraíba, foi lavrado em certidão originalmente na data de 13 de janeiro de 1635.

Desta feita, nove artigos compõe o Acordo da Paraíba, dos quais os quatro primeiros estão diretamente preocupados em conceder algum tipo de proteção aos moradores, visando, principalmente, a sensação de segurança propícia para estabilizar a produção de açúcar naquela produtiva região. De forma que os flamengos ofereciam segurança nos domínios da religião, da justiça, da propriedade e da economia.

Assim, a primeira cláusula tratou da liberdade de consciência e de culto, resguardando as imagens e os sacerdotes de proteção contra qualquer prática de intolerância; a segunda garantiu a paz e a justiça aos súditos do Príncipe de Orange, protegendo, desta vez, contra inimigos externos; a terceira assegurou a propriedade dos

³³ Ibidem.

³⁴ De acordo com Varnhagen, a certidão foi encontrada apenas a um requerimento feito por Duarte Gomes da Silveira dois anos após a sua data original, tendo sido usada para demandar seu cumprimento, sobretudo, no tocante a matéria da religião. A linguagem “estrangeirada”, segundo o historiador, indica que o documento do Acordo da Paraíba fora mal traduzido do holandês. Ver. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Op. cit.* p. 113.

moradores, desde que os tributos que eram pagos aos portugueses fossem transferidos aos holandeses, sem prejuízo de acréscimo de novas taxas; e a quarta concedeu proteção ao comércio e aos negócios tratados naquela localidade.

Enquanto isso, os artigos do quinto ao novo estavam voltados a fornecer liberdades e direitos aos moradores da Paraíba, como pode se perceber no quinto que prometeu a franquia de passaporte; no sexto que isentou da obrigação militar; do sétimo que garantiu o direito a recorrer aos tribunais para contestar ordens dos governantes; no oitavo que asseverou o direito a ter juiz que defira segundo as ordenações portuguesas, legislação que é de costume da região; e no nono que assegurou o porte de armas para defesa contra os salteadores.

Ao interpretar o Acordo da Paraíba, percebemos que vigora a preocupação dos flamengos em deixar os moradores à vontade com seus costumes locais, uma vez que não há imposição de novas leis, normas, regras ou impostos. Ao contrário, rege a tradição da tolerância e do respeito às liberdades. Nesse sentido, é possível desconfiar da pretensa colonização holandesa, que, de forma pessimista, Sérgio Buarque de Holanda analisou em *Raízes do Brasil*, outrora explorada neste trabalho³⁵.

Caso concordássemos com o historiador no sentido de que a experiência holandesa no Brasil não deixara raízes profundas para a constituição do que viria a se tornar a nação brasileira, ao menos devêssemos pontuar que o objetivo dos neerlandeses talvez não fosse a colonização de fato³⁶, da forma como se processava a colonização portuguesa. Deste modo, os interesses da WIC talvez estivessem estrategicamente apontados para questões econômicas, como sinalizou Evaldo Cabral de Mello ao afirmar que se tratavam de “guerras do açúcar”, diminuindo assim quaisquer aspectos de ordem cultural que pudessem explicar o evento.

Em todo caso, não podemos confirmar uma hipótese de tal monta apenas a partir dos indícios examinados no Acordo da Paraíba, visto que não são objetivos deste trabalho analisar exclusivamente a aplicabilidade deste documento, nem explorar a questão da

³⁵ A análise da comparação que Sérgio Buarque de Holanda fez sobre as colonizações portuguesa e holandesa no capítulo “Trabalho e Aventura” da obra *Raízes do Brasil* encontra-se no segundo capítulo deste trabalho.

³⁶ O grande historiador José Antônio Gonsalves de Mello bem esclareceu que nunca houve qualquer iniciativa séria em favor da colonização rural ou da introdução de “gente miúda” nos ofícios mecânicos da produção do açúcar. O interesse da maior parte dos holandeses, escoceses, franceses, ingleses e israelitas que passaram pelo Brasil no tempo da experiência flamenga parecia estar mesmo centrado no comércio e nas “profissões burguesas”, o que explicaria, principalmente, a completa dependência dos holandeses em relação à colaboração luso-brasileira, especialmente no trato do engenho. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 47.

tolerância holandesa, historiograficamente reiterada, e nem mesmo do tópico mais geral da colonização holandesa, até porque a experiência pode ser considerada como curta para as ambições que alguns historiadores depositaram sobre a mesma.

Ao fim e ao cabo, pode-se mesmo questionar o cumprimento do Acordo da Paraíba, como apontou Varnhagen ao relatar que houve quem reivindicasse sua execução dois anos após o acerto. Se as cláusulas do contrato com os moradores parecem bastante condescendentes, exigindo basicamente submissão política, e não a religiosa, para efetivar a exploração econômica, pode-se mesmo suspeitar se o Acordo teria, de fato, sido produto de uma negociação.

Nestes termos, trabalha o historiador Evaldo Cabral de Mello, para quem “as chamadas ‘Capitulações da Paraíba’ não resultaram de negociação, mas de uma outorga unilateral das autoridades holandesas, [...]”³⁷, ao analisar a implementação do documento como uma imposição por parte do domínio neerlandês no território conquistado.

Nos meandros da pretensa negociação, o protagonismo de Duarte Gomes da Silveira vale ser visto mais de perto, posto que, após a conversa com o coronel polonês, foi Silveira comunicar ao governador da capitania, Antônio de Albuquerque os ajustes que estavam em jogo. De representante da resistência que julgou ser ao receber uma figura do alto escalão neerlandês, Silveira passou a ser suspeito de traição, tendo, por isso, sido preso e mandado para que o general Matias de Albuquerque deferisse sobre o caso. Foi o flamengo Joannes de Laet, um dos diretores da Companhia e autor de *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636*, quem assinalou que havia uma disputa muito clara entre o governador da Paraíba com este poderoso habitante daquela capitania³⁸.

Neste momento, o próprio governador da Paraíba, que estava também no comando da resistência paraibana, encontrava-se desacreditado da defesa da localidade³⁹, mediante a tantas perdas, fugas e deserções, optando por apresentar-se ao general Matias de Albuquerque, levando pessoalmente Duarte Gomes da Silveira como prisioneiro. A respeito deste episódio, é bom lembrar que a resistência da Paraíba contou com quatro

³⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. (org.) *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010. p. 126-128.

³⁸ DE LAET, Joannes. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636* (original de 1664). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916-25. [p. 611].

³⁹ Neste sentido é que Ronaldo Vainfas considera a batalha da Paraíba como um marco na conquista holandesa, sobretudo pelo sentimento derrotista que se espalhou pelas forças da resistência luso-brasileira, o que, de certa forma, explicaria um movimento desertor significativo, haja vista o acordo que os moradores passaram a fazer com a WIC. Ver. VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 62.

companhias castelhanas, comandadas por D. João de Xeredas, D. João de Orelhana, Sebastião de Palácios e D. Fernando de la Riba Agüero⁴⁰. Contudo, o socorro espanhol se mostrou pouco eficaz e a rendição do forte de Cabedelo foi mesmo inevitável, uma vez que os soldados estavam famintos, feridos e exaustos.

O transporte de Silveira na condição de prisioneiro da resistência, conduzido por Antônio de Albuquerque, gerou uma situação humilhante para o proprietário de terras. O estado ao qual o governador da Paraíba o expôs, levou Silveira a se comunicar com Artichewsky no caminho, provavelmente através de informantes. Assim, o proprietário de terras tratou de comunicar ao coronel polonês os recentes acontecimentos, pedindo ajuda aos flamengos para sua situação.

Ao fornecer todas as informações necessárias para que fosse interceptada a marcha conduzida por Antônio de Albuquerque, Duarte Gomes da Silveira foi resgatado pelos holandeses a mando do coronel polonês, passando a colaborar ainda mais fortemente com a ocupação flamenga. No ataque, a situação se inverteu para o governador da Paraíba, que acabou sendo preso pelos flamengos, mas conseguiu fugir para o Cabo de Santo Agostinho, escapando da ira de Silveira que, a essa altura havia se tornado figura de grande confiança dos holandeses.

A traição de Duarte Gomes da Silveira é alvo de grande lamúria de Francisco de Brito Freire, ao considerar que o proprietário: “era respeitado e de grande séquito na província, em cuja guerra havia despendido considerável fazenda; e lhe mataram um único filho”⁴¹. Segundo o cronista, a mudança de lado de Silveira era esperada, desde suas negociações com o coronel alemão Sigismund von Schkoppe, quem verdadeiramente lhe deu passaporte para os holandeses. A partir do resgate movido por Artichewsky, Silveira “não deixou de fazer tudo o que nos podia causar maior dano”, como reclamou Freire.

A situação que culminou com a libertação de Silveira das garras portuguesas é bastante ilustrativa para pensar na força dos informantes que circulavam de ambos os lados da guerra, garantindo que as informações chegassem a seu destino. Muitos foram os que serviram de espiões nas guerras pernambucanas do açúcar, os “protagonistas anônimos”⁴² que as fontes do período muitas vezes deixam de nomear. E, embora não

⁴⁰ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 433. p. 150.

⁴¹ *Ibidem.* N. 604. p. 195.

⁴² Termo empregado conforme VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

possamos falar da espionagem como prática de Estado para o Brasil Colônia, sua existência no contexto das guerras pernambucanas se comprova todas as vezes que percebemos o trânsito das informações de um lado para o outro do conflito através da ação de intermediários.

Grande parte do trânsito dessas informações era feito pelos próprios desertores, homens que tinham transporte dos dois lados do conflito e cujo contato acabava sendo valioso para antecipar-se às ações do inimigo. O cronista Duarte de Albuquerque Coelho, ao encerrar sua narração da queda da Paraíba, foi um dos primeiros a apontar para a deserção como prática corriqueira naquelas terras, o que teria explicado a duração arrastada da guerra: “estes e outros efeitos [as deserções] que referimos foram causados pela dilação com que se socorria o Brasil, obrigando-nos a uma guerra longa”⁴³.

O contato que levou a informação da prisão de Silveira a Artichewsky foi revelado por um dos Senhores da Companhia, o flamengo Joannes de Laet. Nos Anais da WIC que redigiu, acerca do episódio, o cronista mencionou:

“E como o governador da Paraíba, Antônio de Albuquerque estivesse acampado na casa e engenho de Valadares, e dali ameaçasse prender os moradores, no caso de se sujeitarem aos nossos, e já houvesse prendido um português importante chamado Duarte Gomes, os nossos foram avisados por Bento do Rego, e também por um outro português importante (que, havendo-se casado com a filha de Valadares, morava na mesma casa), do procedimento e desígnios de Antônio de Albuquerque, aconselhando-lhes que expulsassem dali o Albuquerque antes que ele pudesse causar mal.”⁴⁴

A passagem digna de reprodução, portanto, demonstra a circulação da informação ao apontar para o nome de Bento do Rego Bezerra, conhecido desertor da resistência paraibana, cujo pioneirismo já fora destacado neste trabalho, e para a deserção de outro português que parece ser genro de Antônio de Valadares, proprietário que hospedava Antônio de Albuquerque, cujo nome o cronista não relata. Desta maneira, Joannes de Laet revelou a localização do governador da Paraíba quando fizera Duarte Gomes da Silveira de prisioneiro, evidenciando a importante participação dos moradores e dos proprietários, que ao escolherem entre colaborar com a resistência luso-brasileira ou aderirem ao novo domínio flamengo que vinha se impondo, acabavam definindo os destinos da guerra.

A colaboração da açucarocracia era de tal modo preciosa que o cronista mencionou, inclusive, a ameaça de prisão feita pelo governador da Paraíba a todos os moradores que se sujeitassem aos neerlandeses. Por esse motivo, teriam os informantes

⁴³ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Op. cit.* [p. 278].

⁴⁴ DE LAET, Joannes. *Op. cit.* [p. 762].

aconselhado aos holandeses a expulsão imediata de Antônio de Albuquerque. De acordo com narrativa do cronista flamengo, Antônio de Albuquerque temia a cooperação dos da terra porque reconhecia que o desânimo da resistência não estava relacionado com uma simples desistência da luta por parte dos habitantes, mas sim com uma opção política clara por novos dominadores que pareciam lhes fornecer conjuntura adequada para continuarem a tocar seus negócios açucareiros, os quais há muito haviam sido bagunçados pela guerra.

De modo inverso, era necessária a adesão dos moradores do ponto de vista neerlandês. No caso de Duarte Gomes da Silveira, que passou de traidor dos luso-brasileiros a colaborador declarado dos holandeses, pode-se creditar o pronto socorro de Artichewsky ao interesse do coronel em preservar a fidelidade do proprietário, e não a sua bondade. Do contrário, o oficial polonês era famoso entre os portugueses por sua truculência. Nesse sentido, vale contrapor tais opiniões com a do mercenário inglês a serviço da WIC, Cuthbert Pudsey, em cujo *Diário de uma Estada no Brasil* apresenta importantes apreciações do caráter de Artichewsky.

Segundo Pudsey, o oficial polonês era “um homem de experiência tanto em anos quanto como pessoa própria em todas as ocasiões”⁴⁵. Como um grande político, “muito temperado e estrito na execução das ordens”⁴⁶, Artichewsky saberia dar valor à aproximação com os homens da terra, por isso, ajudou Silveira a livrar-se das garras dos Albuquerque, Antônio e Matias, fato decisivo para que o proprietário passasse de vez a colaborar com a ocupação holandesa da Paraíba. O cronista ressalta, ainda, o temperamento religioso do oficial, ao fazer suas orações antes de cada batalha.

6.2 – Entre a dissimulação e a deserção

De toda forma, num contexto bélico colonial em que as lealdades eram inconstantes, o exemplo da deserção e a influência dos trãnsfugas, muitas vezes, se faziam definitivos. De acordo com a investigação de Ronaldo Vainfas sobre o caso de traição de Manoel de Moraes, é quase certo pensar que fora o próprio Duarte Gomes da Silveira, gozando de grande amizade entre os holandeses, quem servira de intermediário na passagem do padre para o lado neerlandês. Apesar disso, a versão que o ex-jesuíta

⁴⁵ PUDSEY, Cuthbert. *Diário de uma Estada no Brasil* (Original de 1640). Petrópolis: Index, 2001. p. 73.

⁴⁶ *Ibidem*.

confessou aos inquisidores parece ter sido distorcida, alegando abandono em campo de batalha por Antônio de Valadares e Martim Soares Moreno⁴⁷.

Em todo caso, a deserção não era praticada sempre da mesma maneira, mas certamente ocorria com muito mais frequência do que era registrada ou punida. Sobre esta matéria, reclamou o capitão Luís de Magalhães a Antônio de Albuquerque, alegando a impossibilidade de defender o Forte de Cabedelo do ataque holandês em fins de 1634. No pano de fundo, Francisco de Brito Freire comentou: “como postas as coisas no estado presente havia mais soltura para a desobediência que autoridade para o castigo [...]”⁴⁸. O “mal tão contagioso” ao qual o cronista faz referência trata-se exatamente das “culpas sem penas” nas palavras do testemunho, isto é, uma alusão à confusa arena das colaborações e das mudanças de lado da guerra.

O próprio Magalhães, acusado de ser entreguista, foi obrigado a entregar o posto a D. Gaspar de Valcaçar. O episódio denota, assim, que entre o abandono da resistência, passando pela comunicação primária até chegar a traição notória, há mesmo variados graus de adesão ao inimigo. Muitas vezes, essa adesão ocorreu apenas em alguns momentos, geralmente quando a situação do lado pelo qual se luta se torna mais crítica, podendo prever, assim, um movimento contrário. Nestes casos, ocorria uma nova deserção, como aconteceu com muitos dos grandes senhores da terra que resistiram à ocupação flamenga, na sequência, foram atraídos pela amizade com Nassau e terminaram por lutar aguerridamente no exército restaurador.

Ademais, pode-se perceber que as mudanças de lado eram comuns tanto dos portugueses para os holandeses, como no caminho oposto, uma vez que a adesão nem sempre era definitiva. Por isso mesmo as autoridades mantinham-se, como fosse possível, em alerta. A respeito dos senhores de engenho e lavradores, muitos foram presos pelos holandeses em 1638 em Pernambuco e na Paraíba por suspeita de colaboração com os luso-brasileiros.

Dentre as acusações, podem ser listadas o estabelecimento de correspondência com o lado português e a de acolhida aos campanhistas. Então, levantaram desconfiança dos flamengos e, por isso, foram mandados para a prisão, os seguintes nomes: Pedro da Cunha de Andrade, João Carneiro de Mariz, Filipe Pais Barreto, Arnau de Holanda, Rodrigo de Barros Pimentel, Bernardim de Carvalho, Francisco Berenguer de Andrada,

⁴⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Op. cit.* p. 66-67.

⁴⁸ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 599. p. 194.

Belchior Álvares, Duarte Gomes da Silveira e João do Souto⁴⁹. De acordo com Gonsalves de Mello, os holandeses só demonstraram severidade com os mais modestos, relegando aos senhores de engenho penas mais leves⁵⁰.

Decerto, entre os desertores, o nome do capitão-mor da Paraíba, Antônio de Albuquerque, não consta. As crônicas enfatizam a peleja do então governador da Paraíba em diversas ocasiões na defesa da capitania. Francisco de Brito Freire menciona o nome dos “poucos que ficaram com Antônio de Albuquerque” por ocasião da defesa do Forte de Cabedelo. Entre a soldadesca, o cronista aponta para a atuação dos capitães Lourenço Cavalcanti, D. Gaspar de Valçaçar, Domingos de Arriaga, Domingos de Almeida, Miguel de Padilha, Francisco de Bitencourt de Sá, e Jorge da Fonseca Coutinho. Da açucarocracia, permaneceram fiéis aos portugueses os irmãos Jorge Lopes Brandão e Luiz Brandão, Francisco Camelo, Manoel de Almeida, Manoel Coresma Carneiro e João Rodrigues Machado⁵¹.

Assim, o capitão da resistência paraibana, Antônio de Albuquerque é narrado nas fontes portuguesas com grande brio pelas estratégias comandadas no sentido de defender os fortes luso-brasileiros. Nas *Memórias Diárias*, Coelho narrou a resistência comandada pelo governador desde as primeiras investidas holandesas contra a capitania, pelos idos de dezembro de 1631. Segundo o cronista: “o governador da Paraíba, Antônio de Albuquerque, e os mais capitães cumpriram tão eminentemente os seus deveres nesta ocasião, como bem se viu no sucesso e no valor com o que alcançaram.”⁵²

Na época em que os holandeses efetivamente conseguiram conquistar a Paraíba, isto é, no ano de 1634, Francisco de Brito Freire apontou todas as ações comandadas pelo governador, já como capitão-mor no comando da resistência paraibana, no sentido de defender o território até a extinção das forças luso-brasileiras. Assim, Antônio de Albuquerque socorreu o Forte de Cabedelo, procurou conservar o de Santo Antônio até onde fosse possível, prendeu Duarte Gomes da Silveira, foi preso pelo mesmo, conseguiu escapar com ajuda do Capitão Martim Soares Moreno e retirou-se para Pernambuco.

⁴⁹ WIC. *DN de 4 de dezembro de 1638*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 10 jan. 2018.

⁵⁰ Entre os mais modestos, apenas João Batista foi decapitado para servir de lição. Quanto aos senhores de engenho, foram punidos Duarte Gomes, Filipe Pais e Rodrigo de Barros. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 51.

⁵¹ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 580. p. 189.

⁵² COELHO, Duarte de Albuquerque. *Op. cit.* [p. 117].

Nesta marcha, o cronista enumerou os senhores de engenho sobreviventes que seguiram Antônio de Albuquerque: Jorge Lopes Brandão, Manuel Perez Corrêa e Manuel Coresma Carneiro. Da mesma forma, o cronista aponta os nomes dos proprietários que, solicitados pelos holandeses, ousaram viver sob sua obediência, ao findar das forças de resistência luso-brasileira na Paraíba: João Rodrigues Machado, Francisco Gomes Moniz, Francisco Camelo, João do Souto, João Tavares e João Camelo⁵³. Tratam-se de grandes senhores que se acomodaram, em maior ou menor medida, à ocupação flamenga.

De acordo com Freire, a “prudente sagacidade” do general da resistência Matias de Albuquerque acusou a um Duarte Gomes da Silveira as culpas que seriam de vários, no tocante à perda da capitania. Com este feito, Albuquerque parecia ignorar os acordos travados entre os senhores de engenho da Paraíba e os holandeses, mas não deixava de levantar suspeita, entre os flamengos, da fidelidade do desertor, como explicou o cronista:

E assim pelos mesmos talentos do seu préstimo, como por faltar fidelidade onde era maior a obrigação, os holandeses, receosos da inconstância deste homem, o detiveram em apertadas prisões por muitos anos; suspeitando voltaria para os nossos, com a própria facilidade que se passou para eles.⁵⁴

Nesta direção, agiu “a demasiada dissimulação” de Matias de Albuquerque ao receber os fiéis egressos da Paraíba. Com a queda da Paraíba, contando com a colaboração dos moradores e dos índios que, na extensão de território até o Rio Grande, haviam, os holandeses almejavam conquistar também os de Goiana, que eram do distrito da Ilha de Itamaracá, e os de Pernambuco, que ainda não haviam se rendido. Neste intento, sob o comando de Artichewsky, os neerlandeses deslocaram cerca de três mil homens da Paraíba para Goiana e Pernambuco no início de 1635.

Nesta marcha, os flamengos arrebanharam todos os moradores das localidades pelas quais passavam, além das aldeias dos índios, conforme Coelho. O cronista explica esse movimento de adesão em massa dos residentes pela convivência da situação, uma vez que tais senhores não tinham meios para resistir e não queriam abandonar suas propriedades. De modo que, os moradores e os índios “[...] aceitaram seus passaportes que lhes dava os inimigos de bom grado, por ganhar com isto amigos que, esquecidos de seu dever, se entregavam ao estrangeiro”⁵⁵.

No entanto, a resistência não se findou com a tomada da Paraíba e o próprio governador, Antônio de Albuquerque, aparece nas crônicas atuando ao lado do Conde de

⁵³ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 607. P. 196.

⁵⁴ *Ibidem.* N. 606. p. 196.

⁵⁵ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Op. cit.* [p. 282].

Bagnuolo, por volta de 1635, na tentativa de arrebanhar moradores para a defesa do território. Entretanto, as forças de resistência andavam muito combalidas por este tempo, dispersando-se no território que a WIC conquistava. De acordo com Duarte de Albuquerque Coelho: “tantas divisões em tão pouca força mais parecia que se fazia para irem a ser testemunhas do que se perdia do que para defende-lo.”⁵⁶

Em outra passagem, o cronista aponta que toda a força da resistência consistia no seu ânimo de continuar tentando defender o terreno. Desta maneira foi que o Conde de Bagnuolo ordenou o ataque à Vila Formosa, localizada em Serinhaém. Na desastrosa batalha que durou aproximadamente dez horas, segundo Coelho, o próprio Antônio de Albuquerque saiu ferido. A última aparição do governador da Paraíba em *Memórias Diárias* é registro de sua partida para o Maranhão em setembro de 1635, passando pelas Índias, com destino na Espanha, em licença concedida pelo próprio general Matias de Albuquerque.

A versão portuguesa a respeito dos esforços de Antônio de Albuquerque na resistência luso-brasileira mesmo após a queda da Paraíba em 1634 parece ser comprovada por fonte do lado holandês. O geógrafo e diretor da WIC, Joannes de Laet, registrou ter o governador se retirado para Goiana acompanhado de duas companhias de soldados, uma de italianos e outra de espanhóis, quando já não havia mais meios para defender a capitania⁵⁷. No caminho, no entanto, o grupo de guerrilheiros comandado pelo capitão-mor Antônio de Albuquerque provocou a destruição de três navios neerlandeses e o incêndio de uma quantia estimada entre 1500 a 2000 caixas de açúcar produzidas na localidade⁵⁸.

Desta maneira, percebemos que Antônio de Albuquerque em nenhum momento esboçou sinais de adesão à causa flamenga, ao contrário, lutou ao lado da resistência, mesmo após a queda da Paraíba, integrando, até quando pode, os grupos guerrilheiros que, sob o comando do Conde de Bagnuolo, provocavam destruições no território dominado pelos holandeses, atacando as plantações de cana, incendiando e saqueando as propriedades dos senhores que optaram por permanecer sob o jugo flamengo⁵⁹.

⁵⁶ Ibidem. [p. 284].

⁵⁷ Um grupo de guerrilheiros luso-brasileiros foi instruído para continuarem a guerra através da destruição do território dominado pela WIC. Assim, os campanhistas foram orientados a queimar todos os canaviais, com o intuito de causar prejuízo à WIC, retardando os possíveis lucros da economia canavieira, e devastando o território, uma vez que a sua recuperação parecia improvável.

⁵⁸ DE LAET, Joannes. *Op. cit.* [p. 761].

⁵⁹ A atuação dos guerrilheiros se intensificou, sobretudo, a partir da queda do Arraial do Bom Jesus, bastião da resistência luso-brasileira, em 1635, demonstrando inconformismo com a perda do território, e se estendeu mesmo após a chegada do Conde Maurício de Nassau. Ver: BOXER, Charles R. *Os Holandeses*

Na lista dos proprietários de terra que passaram a endossar a dominação holandesa⁶⁰ no tempo do governo de Maurício de Nassau, ou seja, a partir de 1637, encontra-se o de João Fernandes Vieira, cuja curiosa atuação merece um destaque mais de perto. A trajetória de Fernandes Vieira compreende, basicamente, um período de luta contra os holandeses, seguido por uma colaboração por meio da grande amizade travada com o Conde, e o conseqüente papel na liderança da insurreição pernambucana.

Natural de Funchal, na ilha da Madeira⁶¹, João Fernandes Vieira parece ter se mudado para Pernambuco no ano de 1624, segundo Frei Rafael de Jesus⁶². De acordo com José Antônio Gonsalves de Mello, há fortes motivos para suspeitar da ascendência de Fernandes Vieira oriunda de pai português e mãe negra ou mulata, o que o configuraria como um mulato, conforme aparece em alguns documentos holandeses e portugueses. Na biografia do personagem, o historiador atribui uma origem humilde a Vieira, como filho ilegítimo de Francisco de Ornelas Muniz, que, segundo Mello, teria chegado ao Brasil em 1620⁶³.

De toda forma, no início da guerra, João Fernandes Vieira apresentou-se como voluntário, tendo se destacado na defesa do Forte de São Jorge ou de Terra. Entre os vinte e cinco homens que lutaram até o final na defesa do posto, Vieira teria permanecido até a rendição do terreno, segundo Diogo Lopes de Santiago⁶⁴. De acordo com Frei Manoel Calado, durante grande parte da guerra de resistência, Vieira lutou ao lado dos portugueses e nas batalhas “[...] acabava com os holandeses por muitas coisas, por árduas e dificultosas que fosse”⁶⁵.

no Brasil: 1624-1654. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. (Original de 1957). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p. 89-93.

⁶⁰ O nome dos senhores de engenho que concordaram em permanecer sob território holandês pode ser conhecido por meio do requerimento assinado pelos mesmos no Recife em 7 de março de 1637, expressando sua adesão aos novos dominadores. Além de João Fernandes Vieira, assinaram o documento: Gaspar da Silva, Bernardim de Carvalho, Pedro da Cunha Pereira, Fernão do Vale, Antônio Pais de Azevedo, Baltazar da Fonseca, Simão do Vale, Baltazar Gonçalves Moreno, Miguel Roiz Mendes, Manuel Roiz Tavares, Antônio Roiz Tavares, João de Barros Corrêa, Tomás Luís, Gaspar Francisco da Costa, Manuel Rodrigues Cardoso, Manuel Gonçalves Dinis, João da Torre de Ávila, Gabriel Soares, Luís Brás Bezerra e Pedro da Cunha de Andrade. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 48.

⁶¹ CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (manuscrito de 1648). 5ª ed. 1º v. Recife: CEPE, 2004. p. 122.

⁶² JESUS, Frei Rafael de. *Castrioto Lusitano; ou, História da Guerra entre o Brasil e a Holanda, durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela valorosa restauração de Pernambuco e das capitânicas confinantes* (manuscrito de 1675). Paris: J. P. Aillaud, 1844. p. 3-4.

⁶³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 26; 30-31.

⁶⁴ SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira* (Original de 1655). Recife: Imprensa Oficial, 1943. p. 37.

⁶⁵ CALADO, Frei Manoel Calado. *Op. cit.* [p. 137.]

Apesar do desafio de se desvencilhar de toda a produção panegírica construída em torno do nome de João Fernandes Vieira, nosso intuito ao examinar as fontes é distinguir os momentos em que sua fidelidade permaneceu junto aos portugueses, como nos tempos de guerra, dos outros em que colaborou abertamente com os holandeses, principalmente através da grande amizade devotada à figura de Nassau.

Nas fontes do início da guerra, Vieira aparece empenhado na causa da defesa do território contra a entrada dos neerlandeses. Os serviços prestados pelo mulato iam desde a atuação de sentinela no campo de batalha até a responsabilidade na distribuição de víveres. Durante este primeiro período da guerra, o português foi capturado atuando pessoalmente na defesa do Arraial do Bom Jesus, principal posto de resistência luso-brasileira, aos ataques empreendidos pelos neerlandeses.

Nesta época, até mesmo os folhetos holandeses atestam a baixa condição em que Vieira vivia entre os portugueses antes do período nassoviano, como pode-se perceber pelo documento *De Brasilsche Breede-Byl*, datado de 1647, traduzido por Pedro Souto Maior, conforme transcrição de Gonsalves de Mello, no qual constava que Vieira: “no Arraial não era mais do que empregado de talhador.”⁶⁶

O folheto assinalado por Gonsalves de Mello trata-se do documento publicado na Revista do IAHGP em 1908 com o título de “O machadão do Brasil”⁶⁷. A fonte registra um diálogo entre Kees J. Schott e Jan Maet sobre a decadência da colônia, fazendo referências explícitas às propinas recebidas pelas autoridades holandesas para encobrir as dívidas dos senhores de engenho no tempo da dominação neerlandesa das capitanias açucareiras. Na fala de Jan: “[...] muitos diretores cuidam mais dos seus próprios interesses, do que da comunhão dos acionistas [...]”⁶⁸.

As queixas dirigiam-se, sobretudo, aos senhores do Alto Conselho que substituíram Nassau, Henrick Hamel e Adriaen van Bullestraten⁶⁹, mas apontavam claramente para a existência de relações escusas entre o novo governo do Brasil Holandês, após a volta de Nassau, e os comerciantes particulares, proprietários de terra e moradores do território. Neste sentido, Kees descreve a situação: “depois que aquele Senhor retirou-

⁶⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 38.

⁶⁷ “O Machadão do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil, entre Kees Jansx Schott, recém-chegado daquele país, e Jan Maet, caixeiro de negociante, que também ali esteve com aquele”, 1947. (Traduzido do holandês por Pedro Souto Maior e corrigido por Alfredo de Carvalho), *RIAP*, Recife, vol. xiii, n. 71, mar. 1908, p. 125-170.

⁶⁸ *Ibidem.* p. 133.

⁶⁹ Além de Hendrik Hamel e de Adriaan van Bullestrate, a junta do Alto Conselho que substituiu Nassau no governo do Brasil holandês a partir de 1645 constava também de Dirck Codde van Waerdenburgh que, por motivo de morte, foi substituído por Pieter Jansen Bas naquele mesmo ano.

se de lá, nada andou bem. A Política definha, as finanças estão arrebitadas e o comércio agonizante; tudo desmantelou-se e caiu em desordem[...]"⁷⁰.

O documento ainda menciona os nomes dos proprietários que estabeleceram contratos com os conselheiros políticos neste tempo, entre os quais encontram-se: Jorge Homem Pinto, João Fernandes Vieira, Lourenço Petit, Amaro Lopes, Diogo Fonseca Lemos, Abraham Tapper, Daniel de Haen, Paulo d'Almeida de Souza, Gaspar Leg, Manuel Fernandes Cruz, Bartolomeu Lins d'Albuquerque, Antônio Barbalho Bezerra, Joan Lourenço Francer, Francisco Fernandes Anjo, Francisco Camello Valcasser, Jeronymo Caldeira, João Tavares de Mattos, Manuel Cavalcanti e Jan Cornelissen Jongeneel⁷¹. Em alguma medida, foram estes senhores de engenho que colaboraram economicamente com os holandeses, ao sujeitarem sua produção à dominação da WIC.

Os quase vinte nomes apontados pelo "Machadão do Brasil" tratam-se de homens que, em maior ou menor grau, fizeram fortuna nos tempos nassovianos com a produção açucareira. De fato, a política da Companhia para com esses senhores mudou desde o retorno de Nassau. Além da grande inadimplência dos produtores açucareiros, a WIC devia lidar com uma significativa queda nas exportações brasileiras do produto, começando a fazer cada vez maior pressão sobre os senhores luso-brasileiros⁷² a fim de que pagassem suas dívidas, fato que contribuiu altamente para o estouro da revolta.

Portanto, tais contratos constavam de acordos selados entre os governadores neerlandeses e os comerciantes e devedores com a finalidade de esconder as dívidas da comunidade luso-brasileira. Visto como uma prática corrupta exercida pelas autoridades holandesas, não faltaram documentos denunciando o desvio, como foi o caso também de "A bolsa do Brasil, onde claramente se mostra a aplicação que teve o dinheiro dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais", panfleto anônimo que traz uma acusação frontal:

"[...] os senhores governadores foram levados e induzidos a celebrar importantes contratos com João Fernandes Vieira, Jorge Homem Pinto e muitos outros, causando enormes prejuízos à Companhia e a todos os interessados. Como esses portugueses metiam tudo em si, não pagando quantia

⁷⁰ "O Machadão do Brasil [...]". *Op cit.* p. 132.

⁷¹ *Ibidem.* p. 155.

⁷² Vainfas esclarece que a Companhia das Índias Ocidentais ameaçava aos senhores de engenho de "executar as hipotecas e confiscar seus bens, caso não saldassem os débitos ou amortizassem as dívidas". Cf. VAINFAS, Ronaldo. "Antônio Vieira e o 'negócio do Brasil': derrotismo pragmático e estratégia política." In: AZEVEDO, Silva Maria; RIBEIRO, Vanessa Costa. (org.) *Vieira: vida e palavra*. 1. ed. São Paulo: Pateo do Collegio – Edições Loyola, 2008. p. 6.

alguma aos seus credores ou ainda à Companhia, habilitaram-se a empunhar o cutelo para cortar-nos o pescoço, como agora fazem.”⁷³

Como pode-se perceber, o nome de João Fernandes Vieira aparece com grande proeminência neste tempo. Ex-integrante da resistência pernambucana, suas ambições à ascensão social e à riqueza o levaram a colaborar fortemente com o governo nassoviano, como atestam depoimentos de holandeses a respeito de Vieira: “tem prestado notáveis serviços ao progresso da conquista da Companhia, em que todas as oportunidades têm merecido muito dele”⁷⁴. Simultaneamente à amizade travada com o próprio Conde, Vieira deixava as condições mais baixas em que vivia entre os portugueses, para se tornar um dos grandes proprietários e produtores de açúcar na época do governo de Nassau.

Assim, “O Machadão do Brasil” é o documento que melhor demonstra essa ascensão de Vieira, uma vez que Kees reclamou que o mulato:

“[...] não passava de um caixeiro de açougueiro no Arraial, podia-se então no nosso acampamento obter dele tudo por uma sopa ou um pouco de fumo, o que se queria ele fazia imediatamente; depois que passou a caixeiro de Stadt-hourver subiu tanto em crédito que o Supremo Conselho forneceu-lhe à crédito meio milhão dos bens da Companhia”⁷⁵.

Talhador ou caixeiro de açougueiro, conforme as diferentes versões traduzidas do folheto holandês, pode-se depreender uma origem menos abastada de João Fernandes Vieira, pelo menos no início da guerra. Entretanto, fontes da administração portuguesas salientam que por volta de 1635, o português já havia melhorado um pouco sua situação econômica, possuindo dois criados a seu serviço⁷⁶.

A hipótese inaugurada por José Antônio Gonsalves de Mello acerca de Vieira lança as origens de sua ascensão econômica e social não diretamente nas relações que o mulato estabeleceu com Nassau, mas antes mesmo, sugerindo que o português tenha estreitado laços com os holandeses através da figura do conselheiro político Jacob Stachouwer. De acordo com o historiador, o conselheiro foi um dos responsáveis pelo cerco ao Arraial que culminou com a queda da resistência em julho de 1635⁷⁷.

⁷³ “A bolsa do Brasil, onde claramente se mostra a aplicação que teve o dinheiro dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais” (tradução de José Higinio Duarte Pereira), *RIAP*, Recife, vol. xxviii, 1883, p. 128-132.

⁷⁴ *Gen. Missive*, Recife, 28 de Fevereiro de 1642. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 63.

⁷⁵ “O Machadão do Brasil [...]”. *Op. cit.* p. 160.

⁷⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de setembro de 1649, AHU, códice 81, fls. 298/300v.

⁷⁷ Os holandeses terminaram o ano de 1635 dominando uma extensão territorial que compreendia quatro capitânicas açucareiras: Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande.

Ao se envolver com as tratativas da rendição do posto, Vieira teria conhecido e estabelecido fortes ligações com Stachouwer. Segundo o historiador, após a queda do Arraial, Vieira teria sido convidado para trabalhar como feitor do engenho de Stachouwer, tendo se tornado, em seguida, seu sócio e procurador⁷⁸. Uma acusação grave a esse respeito sugere que Fernandes Vieira teria, de fato, se passado para o lado holandês antes mesmo do período nassoviano, ao servir como informante da quantia possuída pelos moradores rendidos da localidade⁷⁹.

Quem confirma as suspeitas de colaboração da parte de Vieira com os holandeses no final da guerra de resistência é Frei Manoel Calado, que descreveu a grande confiança que Stachouwer tinha no português. De acordo com o cronista, o flamengo deixou todos os seus bens para Vieira gerir, “com plenário poder de dispor, dar, doar, comprar e vender”, com a única condição de que o português enviasse regularmente suas rendas nas frotas que partissem de Pernambuco para Holanda. Ademais, Calado confirma a versão de que Vieira teria autorização para usufruir do crédito em nome de Stachouwer, caso fosse necessário, deixando tudo registrado para que “morrendo ele nenhum herdeiro poderia tomar conta ao dito João Fernandes Vieira”⁸⁰.

Em 1646, um conjunto de denúncias de moradores contra Vieira, reunidas por um Capelão não identificado e enviadas ao governador geral do Brasil – Antônio Teles da Silva⁸¹ –, lança suspeitas a respeito da rápida ascensão social Vieira e do envolvimento do português com Stachouwer antes de findar a guerra de resistência. O historiador José Antônio Gonsalves de Mello duvida da credibilidade deste testemunho, uma vez que o Capelão anônimo seria um “informante tão suspeito” quanto qualquer outro e o próprio Vieira cultivava bastante inimizade na localidade, sobretudo às custas de sua grande proximidade aos flamengos.

Em todo caso, a fonte citada por Gonsalves de Mello foi localizada na publicação de 1912 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) coligida por Alberto Lamego. Apesar de bastante lacunosa, é preciso analisar o que Lamego reuniu e chamou de “Papéis inéditos de João Fernandes Vieira”, os quais, sob aval de Oliveira Lima, foram publicados no tomo setenta e cinco da RIHGB⁸². A documentação trata das

⁷⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 47.

⁷⁹ Denúncia do ‘Capelão’ ao governador Antônio Teles da Silva, Pernambuco, 5 de Abril de 1636, AHU, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3-A.

⁸⁰ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 138.]

⁸¹ Antônio Teles da Silva foi governador-geral do Brasil de 1642 até dezembro de 1647.

⁸² LAMEGO, Alberto. “Papéis inéditos sobre João Fernandes Vieira”, *RIHGB*, Rio de Janeiro. t. lxxv, 2ª parte, 1912. p. 22-50.

denúncias, dos pareceres do Conselho Ultramarino e do despacho real a respeito do comportamento de João Fernandes Vieira antes do período nassoviano.

De início, as cartas recebidas por Antônio Teles da Silva contendo as acusações contra João Fernandes Vieira foram encaminhadas ao Conselho Ultramarino. Para deliberar sobre o caso, se reuniram na sessão de 17 de fevereiro de 1647 Salvador Correia de Sá e Benevides, Jorge Albuquerque, Jorge Castilho e Jorge de Mascarenhas, o Marquês de Montalvão. Na delicada situação, visto que Vieira estaria, no calor daqueles acontecimentos, organizando a rebelião, cada membro emitiu sua opinião.

Dentre os pareceres proferidos, Salvador Correia atribuiu as denúncias à inveja dos demais “principais da terra”, recomendando prudência; Jorge de Albuquerque, pelo contrário, recomendou “exemplar castigo” após “mandar devassar da matéria”; e Jorge de Castilho aconselhou “todo o resguardo possível” considerando suas culpas. De fato, o caso requeria prudência, como ponderou Jorge de Albuquerque ao sugerir que Vieira fosse chamado, se levantasse devassa contra ele e que o caso fosse acompanhado por um auditor capaz de apurar e castigar suas culpas.

Deste modo, tanto o povo sairia satisfeito por terem suas queixas ouvidas, quanto o caso serviria de exemplo para os holandeses, demonstrando que o Rei não compactuava com o movimento insurrecional, grande preocupação na imbricada questão diplomática desenvolvida entre Portugal e Holanda, conhecida como “A paz de Holanda”⁸³. Nas palavras do conselheiro:

“[...] haverá mais conformidade e justiça, segundo a geral queixa que há dos seus maus comportamentos, e poderá também servir de demonstração para com os holandeses, poder-se dar a entender em Holanda que Vossa Majestade manda vir, por haver sido causa e cabeça daquele alevantamento.”⁸⁴

Apesar desta orientação, o presidente do Conselho Ultramarino, Marquês de Montalvão, encerra a reunião se conformando com o voto de Salvador Correia de Sá, no sentido de que o caso fosse arquivado. Três dias depois, o Rei seguiu as instruções de Montalvão e, também deferiu a favor do parecer de Salvador Correia, ordenando que se

⁸³ Termo pelo qual ficou conhecida a série de tratativas entre os enviados diplomáticos portugueses e as autoridades holandesas em Haia a partir da década de 1640. Ver: MELLO, Evaldo Cabral de. “A paz de Holanda”. In: O negócio do Brasil. *Op. cit.* p. 259-283.

⁸⁴ LAMEGO, Alberto. *Op. cit.* p. 48-49.

omitissem os papéis e se esquecesse do caso, livrando o nome de João Fernandes Vieira de qualquer suspeita⁸⁵.

Sobre a decisão do rei, Alberto Lamego atribuiu o silêncio de suas culpa a uma origem nobre do madeirense, provável descendente dos Munizes e Ornellas⁸⁶. No entanto, é possível pensar que D. João VI teria agido de acordo com a conveniência da situação, uma vez que, a esta altura (ano de 1647), o mulato já estava completamente envolvido com o desenrolar da insurreição, não sendo oportuno levantar suspeitas sobre uma das principais lideranças do movimento.

De fato, pode-se supor que o motivo alegado por Salvador Correia de Sá acerca da inveja, uma vez que os denunciante eram, fundamentalmente, moradores locais, ao considerar as queixas que eram proferidas contra Vieira. Neste sentido, o conteúdo das cartas expõe os maus tratos sofridos pelos senhores, a truculência da ação no serviço dos holandeses e a própria traição que Vieira teria cometido aos portugueses.

A primeira denúncia elencada acusa Vieira de subornar e intimidar o povo de Pernambuco e das capitânicas do Norte, fazendo-os “assinar tantos papéis, tantas mentiras e tantos juramentos falsos como ao feito e em corrido contra si e seus próximos amigos, irmãos e parentes [...]”⁸⁷. Todo o suborno e a intimidação praticado por Vieira no trato aos demais moradores estariam relacionados, segundo a acusação, a ferocidade nos serviços aos flamengos.

No rol das culpas de Vieira, recaia a de compactuar com os flamengos e os judeus no roubo dos escravos, como explica o denunciante: “[...] foram tomados e tirados aos pobres com todo o rigor não sendo bastante mostrarem como os tinham comprado e muitos já pagos [...]”. Neste sentido, tamanha injustiça praticada é reclamada na primeira carta, que nota que os escravos eram tomados, inclusive, de viúvas e de pessoas que estavam presas pelos holandeses, como era o caso de Rodrigo de Barros Pimentel.

Além de escravos, Vieira é acusado de tomar as casas dos moradores sob alegação de execução da dívida que tais pessoas possuíam com os holandeses, “[...] tudo causado e ordenado pelo dito João Fernandes Vieira [...]”, como consta no documento. A denúncia acusa Vieira também de atacar “a homens muito nobres, tomando por ocasião, não darem

⁸⁵ O despacho real dispunha: “Como parece a Salvador Corrêa de Sá, acrescentando, que estes papéis se recolham em parte onde não possam ser vistos. Lisboa, 20 de março de 1647”. Cf. LAMEGO, Alberto. *Op. cit.* p. 50.

⁸⁶ LAMEGO, Alberto. *Op. cit.* p. 33.

⁸⁷ *Ibidem.* p. 34.

porventura o que lhe pediam e não tinham nem deviam, usando com estes e os mais tão más palavras que me coro eu de as dizer”⁸⁸.

Desta feita, estaria Vieira trabalhando a mando dos holandeses na execução das dívidas dos senhores de engenho. Para tanto, o mulato, segundo a denúncia, se valia das mais terríveis crueldades, incluindo por tais homens a tronco até que entregasse tudo o que possuíam: “prata lavrada, cadeia de ouro, joias, dinheiro em ouro e prata, gado, açúcar, [...]”⁸⁹. João Fernandes teria deixado “degolar os moradores do Rio Grande” que não acudiram as forças flamengas com seu armamento. Por isso, o português teria cultivado “ódios e afrontas” naquelas partes.

A publicação realmente é muito lacunosa, a começar pela omissão dos nomes dos denunciantes ou autores das cartas. Em todo caso, a carta compara a truculência do comportamento de João Fernandes Vieira com a de Henrique Dias, quem estaria verdadeiramente comprometido com o levante que, pelo tempo da denúncia (ano de 1646), já começara a se movimentar. Portanto, não podem ser descartadas suspeitas quanto ao interesse de Vieira no fomento da insurreição.

Segundo a denúncia, Dias também mandou “[...] tomar todos os mulatos, crioulos e escravos aos moradores de seu serviço e guarda que os mandou buscar por as casas de seus senhores [...]” no intuito de reunir esforços para a guerra. Contudo, pelo “zelo de liberdade”, o denunciante garante que os moradores estavam dispostos a colaborar com a causa lutada por Dias. Assim, “além de darem o que tem de mantimentos, carnes e farinha e o mais que lhes pedem com boa vontade por se verem livres dos soldados [...]”⁹⁰.

Na carta que trata das “partes e qualidade de João Fernandes Vieira”, o denunciante acusa o português de claramente servir de olheiro dos holandeses no episódio da rendição do Arraial. Esta é a fonte mencionada por Gonsalves de Mello, segundo a qual as relações de Vieira com os flamengos teriam iniciado por meio de seu contato com Stachouwer, antes mesmo da vinda de Nassau. Se levarmos fé no testemunho, podemos mesmo suspeitar da colaboração do mulato com os neerlandeses no tempo da guerra de resistência, cometendo uma espécie de traição aos portugueses que defendiam o Arraial do Bom Jesus em 1635 e, por outro lado, garantindo a vitória das forças que se apoderavam do território.

⁸⁸ Ibidem. p. 35.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem. p. 36-37.

A carta específica ainda, os laços entre Vieira e Stachouwer, ao explicar que o governador dos holandeses possuía tanta confiança no mulato “que o fez seu tesoureiro de todos seus haveres”, de modo que ao se retirar do Brasil, Stachouwer “[...] só a ele [Vieira] elegeu e deixou, indo-se para a Holanda, com 3 engenhos mais de quatrocentas peças de escravos furtados, muita fazenda em uma [logea] morada de casas no Recife e de tudo o fez senhor [...]”⁹¹. A respeito da cumplicidade entre este conselheiro e o mulato já em 1635, Boxer expõe que: “impressionado com a habilidade e falta de escrúpulos desse homem, Stachouwer fez dele o seu confidente”⁹².

Neste momento, Vieira passaria a se destacar como colaborador dos flamengos e, ao mudar de lado, teria, efetivamente, traído aos portugueses. Ademais, a denúncia expõe a origem da fortuna do mulato que aparece, ao tempo da insurreição, como um dos grandes senhores de engenho do território dominado pelos holandeses. Além de assumir o controle de todo o cabedal deixado por Stachouwer ao seu encargo⁹³, Vieira ainda “[...] se meteu a comprar outros dois engenhos, boas fazendas que mais têm e comércios e mercânsias, tomando os dízimos e pensões [de] alguns [...]”⁹⁴.

De fato, na “Relação verdadeira do levantamento de Pernambuco e do governo dele”⁹⁵, documento publicado nos *Papéis inéditos*, João Fernandes Vieira aparece como senhor de cinco engenhos comprados das mãos dos flamengos⁹⁶, além de muitos outros bens, totalizando uma dívida de mais de trezentos mil cruzados com os holandeses. Tamanho cabedal acumulado, principalmente, nos tempos nassovianos demonstram o grau de influência que o português teria com os holandeses, de quem “tudo comprava fiado”. Por outro lado, pela quantia da dívida, o documento justifica seu interesse imediato na organização do levante para expulsão dos seus credores⁹⁷.

⁹¹ Ibidem. p. 38.

⁹² BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 84. Segundo o historiador, pode-se suspeitar que a grande confiança que Vieira teria conseguido junto a Stachouwer teria advindo da entrega da indicação da localização das riquezas de Pantaleão Monteiro ao conselheiro. BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 391.

⁹³ Os Engenhos que Vieira permaneceu como procurador após o retorno dos neerlandeses foram o Engenho do Meio, de propriedade de Stachouwer; e os Engenho Ilhetas e Engenho Sant’Ana, posses de Stachouwer em sociedade com Nacolaes de Ridder. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 49.

⁹⁴ LAMEGO, Alberto. *Op. cit.* p. 38.

⁹⁵ “Relação verdadeira do levantamento de Pernambuco e do governo dele”. In: LAMEGO, Alberto. *Op. cit.* p. 41.

⁹⁶ Além dos engenhos do Meio, Sant’Ana e Ilhetas, adquiridos ao tempo de suas relações com Stachouwer, Vieira comprou também, de Charles de Tournal, o Engenho Santo Antônio e, de Jacques Hack, o Engenho São João. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 59.

⁹⁷ A *Relação verdadeira* lista o nome dos senhores de engenho que deviam grande quantia a WIC e que foram arrebanhados por Vieira para a causa da insurreição, a saber: “Francisco Berenguer, Cosmo de Castro Paços, João Lourenço Francês, Antônio e Manuel Cavalcanti, João Cordeiro de Mendonha, Antônio da Silva, Amaro Lopes Madeyra, Luís da Costa Sepúlveda e outros mais do capitão Antônio Carneyro e

O autor da carta enviada a Teles da Silva, a quem se supõe ter sido figura próxima ao português, exatamente por saber dos detalhes de sua riqueza, conta que Vieira veio a decair do cabedal deixado por Stachouwer, recebendo orientação do mesmo holandês para pagar a quantidade de mil cruzados e permanecer abrigado sob a Companhia. Nas palavras do depoente, “[...] como este cão tinha estabelecido reputação entre os holandeses”, Vieira teria conseguido ainda um empréstimo junto aos flamengos, escolhendo como fiadores Bernadim de Carvalho e Francisco de Berengel. Assim, o mulato que o denunciante chama de “cão traidor a Deus e ao el-Rei” teria juntado “grande soma de dinheiro”. Eis a origem da ascensão de João Fernandes Vieira⁹⁸, segundo a carta.

A carta explica também como o mulato se tornou uma das principais lideranças da insurreição, ao abordar as tratativas desenvolvidas entre Vieira e Jorge de Mascarenhas, o Marquês de Montalvão, no tempo de seu vice-reinado, no sentido de “[...] se levantar com o povo, fazendo-se cabeça para o que buscou os de sua parcialidade homens levianos e mal nascidos, prometendo-lhes honras, hábitos, mercês e toda a fazenda que descobrissem fosse de judeus e flamengos [...]”⁹⁹. Além destes, a denúncia relata que foram convocados também “alguns homens nobres e ambiciosos”.

É interessante perceber, como adverte o autor da carta, que do mesmo modo que os conjurados levaram a notícia do levante para o Rei português, solicitando gente, armas e munições, “os flamengos foram avisados por pessoas da mesma [facção] do levantamento”. Desta maneira, mais uma vez podemos perceber a ação de informantes tanto do lado português como do lado holandês, como relata a testemunha acerca do vazamento da insurreição¹⁰⁰.

O autor desta carta enviada a Teles da Silva, ao escrever em 1646, suspeitava que a informação do levante vazada para os holandeses poderia ter partido da ação de algum senhor de engenho, embora não tenha acusado a ninguém especificamente. Em relação à

Bernadim de Carvalho”. De acordo com Alberto Lamego que publicou a fonte, ao reunir estes homens, que se tornaram traidores dos holandeses de quem tanto se serviram para enriquecer, Vieira “dispôs dos empregos entre seus amigos, os quais dava as ordens e era cegamente obedecido.” LAMEGO, Alberto. *Op. cit.* p. 41, 30.

⁹⁸ A estratégia de ascensão social seguida por Vieira incluiu a entrada na nobreza da terra por meio do casamento, adquirido em 1643, com a filha do lavrador de canas Francisco Berenguer, D. Maria César. Assim, o mulato português ligava seu prestígio econômico ascendente ao brilho nobiliárquico e ainda conseguia o apoio da “nobreza rural” ao se inserir neste grupo. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 64.

⁹⁹ LAMEGO, Alberto. *Op. cit.* p. 38-39.

¹⁰⁰ De acordo com Boxer, as informações teriam sido veiculadas por cristãos-novos, por judeus ortodoxos e pelos próprios senhores locais, o que testemunha a carta enviada a Antônio Teles da Silva ora analisada. Ver. BOXER, Charles R. *Op. Cit.* p. 230. O episódio do vazamento das informações do levante será analisado a frente, ainda neste capítulo.

ação de João Fernandes, o denunciante expõe o procedimento do português, considerando-o traidor da nobreza da terra, “obrigando-os fazer e assinar papéis mentirosos e falsos para acrescentar seu domínio[...]”¹⁰¹. Através desses papéis e outros documentos que teria conseguido com ministros e religiosos, Vieira era declarado “Governador absoluto” daquela guerra¹⁰².

A carta acusava Vieira de abuso de autoridade no comando da insurreição: “[...] fez roubar por vezes o povo, tirar-lhe as armas, matar, enforcar, estropiar a muitos assim soldados da campanha como moradores e outros foi pessoalmente buscar e prender como fez a cinco que fez enforcar nos apepucos juntos e outros queimar vivos [...]”¹⁰³. Ademais, o português é acusado de desonrar mulheres e assassinar seus maridos. Ao mesmo tempo, a missiva explica o mau procedimento do mulato pela sua companhia, pois Vieira teria resolvido acompanhar seu sogro, Francisco de Berenguer, homem “fraco e arrogante, grande traidor, grande ladrão, bêbado”.

A reclamação, portanto, dirigia-se à liderança do movimento, que em vez de assaltar os engenhos e retirá-los da posse de holandeses e judeus, “tiranizava” o povo e os moradores também, assaltando os bens dos senhores, vendendo para si e espalhando miséria por toda a parte, conforme o documento. Assim, acusado de ser tirano, as denúncias duvidaram das prioridades de João Fernandes Vieira no comando da insurreição pernambucana.

No relatório expedido pelo Conselho Ultramarino, os conselheiros se valeram do discurso expresso nas cartas quanto à atuação de Vieira ao lado dos holandeses durante a dominação flamenga: “[...] sendo homem de baixíssima sorte e que só tratou neste particular de tyrannizar aquela gente do que servir a Vossa Majestade [...]”¹⁰⁴. Desta forma, é plausível atestar a fidelidade do português aos neerlandeses no tempo nassoviano, momento em que colaborou especialmente nos negócios, ao articular-se com “os holandeses e os judeus que haviam e existiam no Recife e mais praças”, como reporta os conselheiros.

¹⁰¹ LAMEGO, Alberto. *Op. cit.* p. 40.

¹⁰² É também Frei Manoel Calado quem considera a posição ocupada por João Fernandes Vieira superior a de André Vidal de Negreiros. Em sua crônica, Vieira é chamado de governador da liberdade, cabendo a Negreiros o papel de coadjuvante de “antigo camarada” de Vieira. Negreiros é somente um mestre-de-campo como Martim Soares Moreno em *Valeroso Lucideno*, embora seja reconhecido como “mestre de valor” pelo “espírito generoso”. CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 760.]

¹⁰³ LAMEGO, Alberto. *Op. cit.* p. 40.

¹⁰⁴ *Ibidem.* p. 50.

Em todo caso, no tempo em que as denúncias chegaram ao governador geral do Brasil, Antônio Teles da Silva, João Fernandes Vieira já andara aquartelado na região da Bahia, portanto, fora de seus engenhos, recolhendo fundos, entre os moradores, para o levante. Foram dos abusos impetrados pelo português neste momento que surgiram as cartas denunciando o comportamento de Vieira, antes e durante a dominação holandesa. Nas palavras de Gonsalves de Mello:

“O que de início não passou de prestação de serviços a um particular – depois seu associado nos negócios – veio a ser, mais tarde, verdadeira colaboração com os dominadores, o que explica a animosidade que contra ele manifestaram muitos dos que, ao seu lado, se empenharam na campanha da Restauração.”¹⁰⁵

Efetivamente, Vieira colaborou com a instalação e funcionamento do governo neerlandês na colônia, chegando a ocupar o cargo de conselheiro municipal da cidade Maurícia de 1641 a 1643 e a desenvolver as funções de contratador dos dízimos sobre o açúcar e o pau-brasil, de encarregado do governo na captura de escravos fugidos e de capitão do corpo formado pelos mais prósperos fazendeiros locais, muitos deles, holandeses¹⁰⁶.

6.3 – Da conveniência da conspiração

Neste tempo de preparação da rebelião, Vieira promoveu uma representação ao rei português relatando os serviços que estava prestando à Coroa e solicitando o envio de ajuda para recuperação das capitanias do Norte. Como as informações circulavam, não tardou que chegassem aos ouvidos holandeses a conjuração dos devedores em rebelião chefiada por João Fernandes Vieira. Embora oficialmente, em 1642, em assembleia com Nassau, Vieira tenha alegado sua sinceridade e jurado sua fidelidade aos neerlandeses, contra as acusações que chegavam ao governo holandês¹⁰⁷.

Contudo, Vieira não conseguia convencer as autoridades neerlandesas de sua inocência, sobretudo após a partida de Nassau. Por isso, os holandeses mandaram prender o senhor de engenho, para investigar a traição que estaria cometendo, mas Vieira não foi encontrado em suas propriedades. Apesar disso, os flamengos saquearam suas propriedades, “arrastando as mulheres e filhas dos ausentes e entregando-as ao gentio

¹⁰⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 43.

¹⁰⁶ BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 391.

¹⁰⁷ *Ibidem.* p. 227.

para as desonrar, como fizeram a muitas casadas e donzelas e matando a muitas”¹⁰⁸, como contam os *Papéis inéditos*.

Atuava, portanto, Vieira infiltrado entre os moradores e os principais da terra, levantando o movimento, o que foi muito facilitado pelos contatos que o português manteve com os naturais, mesmo durante o período em que colaborava mais diretamente com o governo holandês. De acordo com Gonsalves de Mello, Vieira foi mesmo muito habilidoso por conseguir retirar das relações com os neerlandeses a maior quantidade de benefícios pessoais, sem se desvincular dos homens mais prestigiosos e da oposição aos novos dominadores.

Nestes termos, o cronista Frei Manoel Calado compara as relações que Vieira e, o também senhor de engenho, Gaspar Dias Ferreira¹⁰⁹ desenvolveram com os holandeses especialmente nos tempos nassovianos:

“Havia em Pernambuco dois homens que privavam muito com o Príncipe João Maurício Conde de Nassau e com os do supremo e político Conselho dos holandeses; e ambos mui encontrados na vida e costumes. Um se chamava João Fernandes Vieira, e outro Gaspar Dias Ferreira; um tratava de granjear sua vida e também a amizade dos holandeses com dispêndio de sua fazenda; e o outro tratava de seu próprio interesse, e de fazer ricos aos holandeses à custa da fazenda e sangue dos moradores.”¹¹⁰

Afora a conhecida inimizade declarada de Calado por Ferreira, a diferença, segundo depreende-se da fonte, estaria no grau de adesão aos flamengos: Vieira teria colaborado com a economia e a administração no momento do governo de Nassau, sem se misturar tanto aos holandeses; enquanto Ferreira teria efetivamente se passado para o lado dos dominadores.

Por isso, Vieira jamais passou de colaborador a colaboracionista, posição esta ocupada por Gaspar Dias Ferreira, quem se desligou de tal forma dos laços com a terra em prol da proximidade com os holandeses, sobretudo na pessoa de Nassau, que no retorno do Conde à Holanda, teve que abandonar o Recife também. A este respeito, o historiador Gonsalves de Mello explicou a superficial adesão de Vieira aos holandeses pelo enorme peso que sua fidelidade religiosa ao catolicismo exercia, a “firmeza de fé

¹⁰⁸ LAMEGO, Alberto. *Op. cit.* p. 30.

¹⁰⁹ Não confundir Gaspar Dias Ferreira, senhor de engenho e homem de negócio que trataremos neste capítulo, com o Padre Gaspar Ferreira, ouvidor da vara eclesiástica, vigário encomendado na Paraíba. Ver. CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 547].

¹¹⁰ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 132.]

que faltava em Gaspar Dias, ao usurpar bens dos Beneditinos e naturalizar-se holandês”¹¹¹.

De qualquer jeito, é preciso considerar que Calado tinha grande admiração por Vieira na sua crônica, cuja redação final é tributada aos anos de 1645 e 1646, portanto, antes de findar a insurreição pernambucana. A crônica foi dedicada a D. Teodósio, Príncipe do Reino e da Monarquia de Portugal, mas foi escrita mesmo em louvor ao líder da rebelião de 1644, João Fernandes Vieira, quem seria o verdadeiro “Valeroso Lucideno”. Conforme adverte o cronista: “muitas coisas dignas de sua pessoa e zelo cristão fez João Fernandes Vieira [...]; e todas estas remeto a uma atestação ou certidão, que sem ele a pedir nem procurar lhes passaram as câmaras e mais pessoas de Pernambuco [...]”¹¹².

Além da participação na insurreição pernambucana no papel de uma das lideranças a partir de 1645, uma carta dirigida pelo próprio e assinada também por Francisco Berenguer de Andrada, Bernardim de Carvalho e Antônio Cavalcanti a D. João IV atesta a fidelidade de Vieira aos portugueses desde o início da década de 1640¹¹³. No conteúdo da carta, os senhores felicitam o rei português pelas negociações de paz ora em curso entre os Estados de Portugal e da Holanda e manifestam o interesse em continuar a servi-lo. A manifestação dos senhores deixa claro que os autores da carta não se sentiam súditos holandeses, ainda que vivessem em território conquistado pela Companhia.

Se não pode ser interpretado como um ato de insubmissão, o documento ao menos abala a imagem da fidelidade de Vieira aos holandeses mesmo em tempos nassovianos, confirmando a incerteza que rege o terreno das lealdades no contexto das guerras pernambucanas do século XIX. Ainda que mantivesse seus acordos bem firmados com a WIC e a sua aparente colaboração aos flamengos, entre os anos de 1641 e 1642, Vieira parecia já começar a articular uma reação contra os holandeses¹¹⁴, segundo Gonsalves de Mello, ao preservar seus contatos com os senhores de engenho e lavradores da Várzea do Capibaribe, incluindo seu sogro, Berenguer. Segundo o historiador, Vieira era:

“Homem ambicioso de prestígio e de poder, vaidoso de ter alcançado situação de preeminência; ufano de ver-se cortejado por um grupo de seguidores civis e eclesiásticos, dependentes de seus favores; orgulhoso de ver-se alvo de atenções régias e de depender da sua iniciativa e da sua direção o movimento

¹¹¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 65.

¹¹² CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 143.]

¹¹³ A carta possivelmente data de 1641. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 69.

¹¹⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 71.

libertador contra os hereges, tudo isto, cremos, contribuiu para a decisão de Vieira de participar e dela fazer-se chefe.”¹¹⁵

Como um senhor de engenho, devedor da WIC e insatisfeito com as recentes mudanças político-administrativas do Brasil holandês, Vieira encarnou mesmo o plano insurrecional, o qual muitas fontes o atribuem como autor. Trata-se do discurso panegírico trazido por grande parte das crônicas portuguesa ao enfatizar o protagonismo de Vieira, a exemplo de Frei Rafael de Jesus que descreve a movimentação do mulato para pôr o plano em prática: “estimulado João Fernandes Vieira do desejo de ver livres aqueles povos do império holandês, e conhecendo que era necessário comunicar o segredo a alguns confidentes para começar a empresa, mandou chamar [...]”¹¹⁶.

Com base em fontes lusitanas como o *Castrioto Lusitano* e o *Valeroso Lucideno*, o historiador Evaldo Cabral de Mello emitiu parecer sobre a autoria do plano: “a Vieira, e só a ele, devera-se o projeto e sua feliz realização; a ele, pois, e exclusivamente a ele, devia a Coroa a restituição do Nordeste”¹¹⁷. Entretanto, Gonsalves de Mello alertou, anos antes, que Vieira, na verdade, fazia parte de algo maior¹¹⁸, indicando uma carta escrita pelo próprio para comprovar. O documento foi encontrado com o título “Notícia dada ao prudente Sr. Dr. Feliciano Dourado”, no qual, Vieira admitiu que:

“A Majestade que está em glória, por secretos avisos que me mandou, me ordenou que fizesse a guerra aos holandeses, para com ocasião de eu a fazer obrigar os Flamengos a alguma conveniência ou por via das armas serem restauradas estas capitâneas de Pernambuco [...]”¹¹⁹

A fonte atesta que Vieira foi convocado a participar do movimento pelo próprio D. João IV, através de um frade beneditino chamado Frei Ignácio. Além do frade, o mulato afirma que recebeu a notícia da preparação do levante também por outras pessoas, a saber: através do mestre de campo e soldados Martim Ferreira e Simão Álvares de Lapenha que entraram em Recife disfarçados de embaixadores; e através do Governador André Vidal de Negreiros que acompanhou o supracitado frei beneditino até a hora de sua morte, ocorrida poucos dias antes da carta escrita por Vieira. De acordo com o português, todos os mensageiros que chegaram até ele, levaram o convite para juntar-se ao movimento por escrito, encaminhado pelo governador geral Antônio Teles da Silva.

¹¹⁵ Ibidem. p. 115.

¹¹⁶ JESUS, Frei Rafael de. *Op. cit.* p. 202.

¹¹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 187.

¹¹⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 121.

¹¹⁹ BNL, Secção de Reservados, Fundo Geral, caixa nº 27, doc. 76.

Neste sentido é que há uma vertente historiográfica, baseada no imbróglio diplomático desenvolvido a partir da década de 1640, que atribui a autoria do plano da insurreição pernambucana ao próprio Teles da Silva¹²⁰ que, além de convocar os capitães para reunir suas tropas, também agitava os ânimos entre os moradores. Na verdade, tratam-se de planos distintos, dos quais D. João IV dissimulou desconhecer evitando acirrar a questão diplomática com as Províncias Unidas¹²¹.

Assim, Teles da Silva pensou em uma revolta geral dos moradores que contaria com a chegada de soldados da Bahia para estourar uma grande rebelião. As tropas de Henrique Dias e de Felipe Camarão penetrariam o território simulando uma deserção e atravessariam o rio São Francisco para se unirem as forças recrutadas por Vieira¹²². Com a desculpa de repreender os desertores, os veteranos luso-brasileiros asilados na Bahia pediriam permissão para adentrar em Pernambuco, e se somariam às forças da rebelião.

Enquanto isso, Fernandes Vieira, segundo Calado, dissimularia o casamento, em um de seus engenhos, de um filho(a) de seu sogro, Francisco Berenguer, com o filho(a) de “um homem da terra”, provavelmente, Antônio Cavalcanti¹²³. Na cerimônia, que contaria com a presença do alto escalão holandês, governadores, oficiais e capitães neerlandeses seriam aprisionados ou mortos, deixando o caminho livre para os revoltosos tomar o Recife e dominar a soldadesca. Nesta hipótese, as tropas de Dias e Camarão ficariam de prontidão para uma eventual reação.

Apesar das versões divergentes¹²⁴, uma rebelião vinha sendo preparada há alguns anos e Vieira parecia ter conhecimento desde o início. De acordo com Boxer, foi o êxito

¹²⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. O negócio do Brasil. *Op. Cit.* p. 63-64.

¹²¹ No plano diplomático, o embaixador português Francisco de Sousa Coutinho teve que lidar com as desconcertantes notícias sobre esta rebelião que chegavam a Haia a partir de 1645. Por isso, tentou utilizar a versão do governador geral do Brasil, Antônio Teles da Silva, justificando a intervenção do exército em Pernambuco para subjugar os amotinados de Camarão e Dias. Quando questionado acerca dos primeiros passos do levante do Brasil, Coutinho respondia que D. João IV não governava os revoltosos, acusando as tropas da Bahia de insubordinação ao se recusarem a obedecer à ordem real de se recolherem em seus quartéis. Porém, as autoridades holandesas não acreditavam que o plano e a direção militar cabiam apenas a Teles da Silva e interpretavam que a insurreição teria sido ordenada por Portugal, como resposta pela perda de Angola, do Maranhão e do Sergipe. Por isso, a irrupção da revolta pernambucana acirrou os ânimos em Haia e contribuiu para que as “pazes com a Holanda” chegassem a um ponto máximo de tensão, uma vez que os Estados Gerais se fecharam a qualquer tratativa com o embaixador, em 1647, enquanto não lhes fossem restituídas as praças tomadas no Brasil. Ver. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 179, 182; MELLO, Evaldo Cabral de. “A paz de Holanda”. In: O negócio do Brasil. *Op. cit.* p. 259-283.

¹²² MELLO, Evaldo Cabral de. O negócio do Brasil. *Op. Cit.* p. 63-64.

¹²³ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* p. 356.

¹²⁴ O historiador Gonsalves de Mello presume que a variedade de versões do plano insurrecional fosse uma estratégia dos próprios conjurados que constava na divulgação de informações desencontradas para confundir os holandeses. Ver. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 126.

da revolta no Maranhão e a partida do Conde Nassau que “alimentaram os ressentimentos contra os hereges”, isto é, motivaram os portugueses de Pernambuco a prepararem um plano contra os holandeses¹²⁵. Para tanto, Vieira participou de vários encontros secretos com André Vidal de Negreiros e outros senhores destacados.

A partir de 1645, o mulato senhor de engenho começou a enviar circulares secretas aos moradores para prepararem a revolta “em nome da liberdade divina”¹²⁶. De acordo com Calado, o nome da guerra teria se originado nos próprios encontros entre Vieira e Vidal, ocasiões em que eram avaliadas as fortificações dos holandeses e as possibilidades de rompimento, apelidando o conflito por vir de “liberdade da pátria”¹²⁷. Dentre os motivos do levante, manifestados pelos insurretos por escrito a Teles da Silva, estaria as “calamidades e aflições” que os moradores daquelas capitâneas passavam sob jugo holandês, que não cessavam de praticar “traições, aleivosias, afrontas, roubos, tiranias e crueldades”¹²⁸.

Desta maneira, Vieira passou a ser reconhecido como um dos líderes do movimento, segundo Gonsalves de Mello, “pelo seu prestígio econômico, pela sua participação constante na vida social e religiosa da comunidade portuguesa, pela sua inteligência”¹²⁹. Apesar da escolha de Vieira para governador de Pernambuco, em outubro de 1645, pelo povo, sobretudo a nobreza e o clero, na Câmara de Olinda que acabara de ser restabelecida, a decisão jamais foi homologada pela Coroa, não lhe concedendo os privilégios formais do cargo.

Em todo caso, organizado o levante, a data para o início estaria marcada: dia de São João de 1645. Contudo, desde outubro de 1644, corriam boatos desacreditados de uma suposta rebelião que estaria se formando, mas que a mesma não teria chance de ter resultado positivo. Assim, as informações a respeito do evento vazaram em 30 de maio, graças à deserção de alguns conspiradores, os quais denunciaram ao Conselho Supremo do Recife¹³⁰ os planos dos insurretos.

¹²⁵ BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 228.

¹²⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio. Op. Cit.* p. 232-233. A nomenclatura invocava, sobretudo, em maio de 1645, um motivo religioso para a rebelião de moradores e nativos contra a dominação holandesa naquele território. O estandarte levantado por Vieira foi incorporado pela historiografia que trabalha com o período para designar esta fase final da História do Brasil Holandês. Ver BOXER, Charles R. *Op. Cit.* p. 230.

¹²⁷ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 348.]

¹²⁸ *Ibidem.* [p. 351.]

¹²⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 127.

¹³⁰ Administrativamente, o Brasil holandês foi governado pelo Conselho Político de 1630 a 1636, pelo Alto e Secreto Conselho de 1637 a 1646 e pelo Governo Supremo ou Conselho Supremo de 1647 a 1654. É importante salientar que o Conselho Político, enquanto uma espécie de governo civil da colônia,

A respeito dessa delação, Evaldo Cabral de Mello explicou que as informações sobre a rebelião chegaram ao conhecimento do governo do Recife através de uma carta anônima, sob a assinatura de “A Verdade Plus Ultra”, a qual denunciava detalhadamente o plano de revolta e recomendava sigilo e repressão¹³¹. Esta carta enviada ao Conselho do Recife delatando a rebelião foi publicada em anexo à crônica de Joan Nieuhoff.

O delator dava, por meio desta missiva, uma série de conselhos sobre como deveria o governo holandês agir, além de apontar nominalmente os líderes da revolta, aos quais se recomendava prisão sem demora. Nas palavras do autor: “[...] julgamos, pois, absolutamente necessário agir sem demora e sob o máximo sigilo, pois se os rebeldes se sentirem descobertos, iniciarão o movimento imediatamente”¹³².

A autoria desta carta recaía sobre o lavrador de cana Sebastião de Carvalho, visto pertencer a um grupo de senhores de engenho contrários ao movimento, que chegaram a solicitar, inclusive, que as autoridades da Bahia negassem apoio à insurreição¹³³. Entretanto, uma leitura apurada da crônica de Nieuhoff permite perceber que se tratava de uma dupla autoria, de Sebastião de Carvalho e de Fernão do Vale, cuja carta chegara às mãos holandesas por meio do médico sefardim Abraão Mercado, conforme confessaram os delatores¹³⁴. Além de Carvalho e Vale, um terceiro delator chamado Antônio de Oliveira, proprietário de terras, também teria enviado informações sobre a rebelião aos flamengos por meio de Matthijs Beck¹³⁵.

Tais delatores, portanto, traíram os conjurados e aproveitaram-se dos conhecimentos da rebelião para demonstrar fidelidade aos holandeses. Apesar dos três fazerem parte, em alguma medida, do grupo analisado nesta parte do trabalho, é preciso, no entanto, particularizar cada caso para entender os motivos que os levaram a delação. Primeiramente, Sebastião de Carvalho, português, natural do Alentejo, havia se tornado lavrador de canas no Engenho São Paulo na Várzea¹³⁶, mas possuía um longo histórico, tendo sido preso em 1639 e embarcado para Holanda por suspeitas de traição.

permaneceu apenas com funções judiciárias após 1637, mas ainda assim constituía-se em uma instância superior a Câmara dos Escabinos, por exemplo. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. p. 28.

¹³¹ MELLO, Evaldo Cabral de. O Brasil Holandês. *Op. Cit.* p. 348-349.

¹³² NIEUHOFF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* (original de 1682). Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 108-110.

¹³³ MELLO, Evaldo Cabral de. O Brasil Holandês. *Op. Cit.* p. 350.

¹³⁴ As confissões foram resumidas por Nieuhoff em sua crônica. Ver. NIEUHOFF, Joan. *Op. cit.* p. 122-123; 128-129.

¹³⁵ NIEUHOFF, Joan. *Op. cit.* p. 126-127.

¹³⁶ Informações conforme MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 133.

O soldado dinamarquês da WIC Peter Hansen parecia muito grato a Sebastião de Carvalho por delatar os planos de Vieira. Em seu diário, o militar registrou: “A partir desse dia [13 de junho de 1645], estourou a guerra entre nós e os portugueses; e, se os portugueses pudessem realizar seu projeto de nos matar em todo o país numa só noite, teriam êxito, se Deus não tivesse criado um português que o relatara”¹³⁷. A referência, portanto, a Sebastião de Carvalho como colaborador dos holandeses é clara e explícita na fonte.

O segundo delator era amigo de Carvalho. Tratava-se do senhor do Engenho São Bartolomeu em Jaboatão, Fernão do Vale, tido também por cristão-novo, embora demonstrasse prática católica durante o período de dominação holandesa. A redação da carta de denúncia teria sido de Vale, uma vez que conhecia o idioma holandês.

Quanto a Antônio de Oliveira, proprietário de um partido de 35 tarefas no Engenho São Sebastião¹³⁸, mesmo não tendo assinado a missiva enviada aos holandeses, se recusava a assinar também qualquer tipo de compromisso com os conjurados. Na dúvida, preferiu Oliveira prestar depoimento aos holandeses contando tudo que sabia a respeito da conjuração.

Assim, percebe-se que no calor dos acontecimentos, não acreditando muito que o levante dos conjurados fosse ter resultado positivo, optaram os delatores por uma atitude de convivência com os dominadores. Ao contar ao Alto Conselho as informações da rebelião que vinha sendo preparada, os delatores claramente apostavam em um lado do conflito, demonstrando fidelidade aos neerlandeses, de modo a garantir a segurança de suas propriedades, caso o movimento fracassasse.

De toda forma, é importante frisar que, nas delações, João Fernandes Vieira era apontado como o principal conspirador. O mulato português tentava evadir-se das acusações, como dissimulou em uma carta enviada ao Alto Conselho em junho de 1645, demonstrando conhecer as denúncias que eram feitas a sua pessoa, mas negando todas as acusações, justificando-se: “não consigo livrar-me dos meus inimigos senão dificilmente [...]”¹³⁹.

Assim, Vieira se antecipava a todas as acusações a ele dirigidas, declarando inocência e alegando calúnia por parte de seus inimigos. Porém, o mulato fez ainda mais:

¹³⁷ HAJSTRUP, Peter Hansen. *Viagem ao Brasil, 1644-1654*. Organização de Benjamin Nicolaas Teensma, Bruno Romero Ferreira Miranda e Lucia Furquim Werneck Xavier. Recife: Cepe, 2016. p. 52-53.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ Carta de João Fernandes Vieira ao Alto Conselho, Várzea, 6 de Junho de 1645. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 134-135.

pedia garantia dos holandeses que não seria importunado em decorrência dessas questões. Ao se reportar diretamente às autoridades neerlandesas, Vieira jogava com a confiança que possuía, pois seria a sua palavra contra a das acusações. Com isso, o conspirador conseguia ganhar tempo para o levante.

Contudo, a jogada perigosa do mulato terminou com o mandado de prisão dos holandeses. Em resposta, os conselheiros solicitaram o comparecimento de Vieira para esclarecimento das denúncias pessoalmente, o que foi prontamente recusado pelo português, alegando desculpas diversas (ausência de seu sogro, doença de sua mulher, reparação de seu engenho)¹⁴⁰.

Por isso, os flamengos enviaram uma tropa à Várzea sob o comando do tenente Jochem Denninger para prender Vieira e os demais acusados¹⁴¹. No entanto, o mulato não fora encontrado em suas propriedades, estaria em esconderijos organizando o movimento. No grupo de insurretos, Frei Manoel Calado indica a participação dos seguintes senhores de engenho: Antônio Cavalcanti, Manuel Cavalcanti, João Pessoa Bezerra, Antônio Borges Uchoa, Francisco Berenguer de Andrade, Cristóvão Berenguer, Cosmo de Castro Paços, Antônio Carneiro Falcato, Antônio Bezerra, Miguel Bezerra Monteiro, Luís da Costa Sepúlveda, Francisco de Faria, Álvaro Teixeira de Mesquita, entre outros¹⁴². Contando com aproximadamente 50 pessoas, a rebelião começava a se concretizar.

Apesar do vazamento do plano insurrecional, os debelados se recusaram a recuar e decidiram prosseguir a guerra, desobedecendo ordens régias contrárias. Assim, conseguiram as vitórias iniciais no Monte das Tabocas e na Casa Forte e da rendição do Forte de Nazaré. Contudo, a condição dos amotinados não era das melhores: sem o envio de socorro por parte de Portugal¹⁴³, naquele ano de 1646, faltava tudo aos insurretos, desde homens e munições até víveres necessários.

As graves condições da insurreição levaram alguns debelados a desertar, um deles, inclusive, negociar a cabeça de João Fernandes Vieira com o Supremo Conselho de Recife. Trata-se do caso de Antônio Cavalcanti, um dos companheiros de Vieira inicialmente, que enviou um mulato seu para tratar com os holandeses. A oferta de

¹⁴⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 136.

¹⁴¹ Francisco Berenguer, Bernardim de Carvalho, Antônio Cavalcanti, Manuel de Sousa e outros.

¹⁴² CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 383.]

¹⁴³ A decisão temerosa de D. João IV a partir das primeiras vitórias da insurreição foi de agir com cautela. Deste modo, o rei adotava dupla estratégia: em público, não aprovava a rebelião, para não arriscar um rompimento das relações com a Holanda; e, às escondidas, enviava auxílio aos insurretos conforme fosse possível, através da Bahia ou diretamente aos territórios ocupados pelos holandeses. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 230.

Cavalcanti propunha uma troca: “[...] se lhes dessem gente de guerra bastante, ele lhes entregaria nas mãos João Fernandes Vieira”¹⁴⁴.

Portanto, Cavalcanti representa aquela facção dos senhores de engenho que, mesmo tendo bancado a insurreição no início, recuaram diante as dificuldades e com medo da resposta holandesa. Contudo, Cavalcanti aparece em outros momentos da crônica de Calado lutando ao lado de Vieira, o que permite pensar que ou a negociação com os holandeses fora uma estratégia para dispersar as atenções dos inimigos, ou teria sido um momento de fraqueza, de dúvida mediante os destinos da insurreição, que tão logo foram resolvidos, Cavalcanti voltou para a resistir aos flamengos.

Durante este tempo, as notícias das ameaças flamengas aos chefes da rebelião corriam rapidamente. Sebastião de Carvalho, conhecido desertor, tratou logo de avisar a seu irmão insurreto, Bernardino de Carvalho, por meio de carta mencionada por Calado, “[...] que não seguisse a João Fernandes Vieira, nem se fiasse nele, porque a empresa que ele acometia era uma parvoíce que não havia nem podia conseguir bom fim [...]”¹⁴⁵. O receio de Sebastião de Carvalho era o medo da grande maioria de senhores que seguiam a Vieira: caso a insurreição não tivesse o efeito esperado, “[...] haviam de padecer os moradores muitos males, principalmente os que com ele se mancomunassem [...]”.

A situação de Fernandes Vieira neste tempo era ainda mais delicada, completamente descreditado, representava um grande perigo a todos que ousassem acompanhá-lo. O português foi responsabilizado pelos contemporâneos pela precariedade dos revoltosos e pelas dificuldades da insurreição, como pode-se perceber pelas supracitadas denúncias organizadas pelo Capelão.

Entretanto, mesmo sendo procurado pelos holandeses e por alguns traidores da causa, Vieira contava ainda com alguns amigos, como o Frei Manoel Calado e Lourenço Guterres que mandaram aviso para que “vigiasse e atentasse por sua vida”¹⁴⁶, porque haviam muitos ao seu encaço, a exemplo do Capitão-mor João Blar, contratado pelos holandeses para trazer Vieira, vivo ou morto.

O governador da liberdade andava mesmo sem prestígio até dentro do grupo de insurretos, como se perceber a partir da memória escrita por Francisco Gomes de Abreu na qual são pontuadas as necessidades do povo de Pernambuco, dentre as quais sobressai

¹⁴⁴ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 392.]

¹⁴⁵ *Ibidem*. A fonte conta que Bernardino de Carvalho não cedeu à persuasão de seu irmão e permaneceu firme na causa da restauração ao lado de João Fernandes Vieira.

¹⁴⁶ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 410.]

o pedido expresso de: “uma pessoa de importância e experiência de guerra para o governar e juntamente a todo o povo de que carece muito e importa ao remédio daquelas Capitanias que seja pessoa de respeito e autoridade”¹⁴⁷.

De qualquer forma, era Vieira quem liderava a rebelião e, mediante a chegada de esquadras de socorro aos holandeses, trazendo, inclusive, o experimento coronel Von Schkoppe, os insurretos se adiantaram nos planos do “governador da liberdade”¹⁴⁸: devastar a área produtiva canavieira, de modo que Itamaracá e Paraíba ficaram completamente destruídas. É importante considerar que os luso-brasileiros, ao moverem uma guerra contra os holandeses, contaram com a conveniência do momento propício no qual a mesma foi movida. A Companhia das Índias Ocidentais, em meados da década de 1640, também vivia tempos difíceis economicamente, sendo incapaz de acudir eficazmente as capitanias do Norte do Brasil sob seu domínio.

O protagonismo de Fernandes Vieira nesta fase final da ocupação flamenga é mesmo incontestado. Segundo Hermann Wätjen, Vieira encarnou a “alma da campanha libertadora”¹⁴⁹. O mulato, tornado mestre-de-campo em 1645¹⁵⁰, liderou com afinco as decisões dos insurretos, ao lado do também mestre-de-campo André Vidal de Negreiros, até ser obrigado a passar o comando militar e o governo civil da Capitania ao novo mestre-de-campo-general Francisco Barreto e seu tenente Filipe Bandeira de Melo em abril de 1648.

É importante salientar que, mesmo após entregar a liderança do movimento, Vieira, assim como Vidal, continuaram servindo fielmente à causa da restauração de Pernambuco¹⁵¹. Assim, como insurreto e colaborador dos portugueses, Vieira venceu a batalha das Tabocas, juntou-se a Vidal de Negreiros para recuperar os territórios do interior, abandonou a Paraíba, Goiana e Itamaracá para concentrar seus esforços na

¹⁴⁷ “Memória do que se necessita a Capitania de Pernambuco” in AHU, papéis avulsos, caixa 3-A.

¹⁴⁸ Designação de Calado em referência a Vieira. CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 389.].

¹⁴⁹ WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil. Um capítulo da história colonial do século XVII.* (Original de 1938). 3ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004. p. 231.

¹⁵⁰ A patente de mestre-de-campo foi concedida a João Fernandes Vieira pelo governador-geral Antônio Teles da Silva, em outubro de 1645, e chancelada pelo rei D. João IV, para comandar um terço formado por todas as Companhias de infantaria portuguesas em Pernambuco constituídas para a Guerra de Restauração, cujo cargo de sargento-mor foi ocupado por Antônio Dias Cardoso. AHU, códice 114, fls. 238/239.

¹⁵¹ João Fernandes Vieira continuou servindo com seus homens nas batalhas e contribuindo para com as despesas da guerra, conforme aval real de D. João IV, o qual solicitava, aconselhado pelo Conselho Ultramarino, que continuassem, Vieira e Vidal, “[...] naquela campanha e guerra tão importante à defesa e conservação do Estado do Brasil”. O parecer do Conselho era contrário ao afastamento das antigas lideranças exatamente pela valiosa experiência e prática que daquela guerra possuíam. AHU, códice 278, fls. 180.

Várzea, atuou na primeira e na segunda batalhas de Guararapes e participou da tomada de Recife.

O prestígio de Vieira cresceu, sobretudo, após as batalhas de Guararapes, em 1648 e 1649. Além disso, cresceu também as pretensões do português no serviço real. De acordo com Gonsalves de Mello: “o homem de interesses mesquinamente pessoais, dos quais aliás não se desprende, olha agora mais longe, para ver também os interesses globais do Portugal metropolitano e ultramarino”¹⁵². Pela grande colaboração prestada a D. João IV na restituição dos territórios ultramarinos¹⁵³, Vieira recebeu alguns favores reais e mercês¹⁵⁴, como exemplo a de Freire Cavaleiro da Ordem de Cristo.

O homem designado para comandar a insurreição, o mestre-de-campo-general Francisco Barreto de Menezes também merece uma atenção particular nesta nossa análise. O militar já estivera em terras brasileiras anos antes, quando integrou a frota do Conde da Torre, datada de 1640. Durante sua curta passagem pelo Brasil, Barreto de Menezes participou junto à tropa de Luís Barbalho Bezerra da defesa da Bahia contra os ataques orquestrados pelo Conde de Nassau. Ademais, os documentos atestam a presença do militar integrando a expedição que partiu de Salvador para enfrentar os holandeses que haviam desembarcado no Rio Real, em Sergipe¹⁵⁵.

No final daquele ano, porém, Barreto regressara à metrópole para lutar pela independência portuguesa. Já como militar experimentado e de grande confiança da Coroa, Barreto de Menezes foi designado a voltar ao Brasil para recuperar o território ultramarino. Na época de sua convocação, o militar ocupava o posto de comandante de regimento de cavalaria no Alentejo¹⁵⁶. O retorno à luta contra os holandeses, desta vez como general, tratava-se, pois, de decisão muito consciente por parte do Conselho

¹⁵² MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 294.

¹⁵³ Vieira foi feito membro ausente do Conselho de Guerra de Lisboa, recebendo duas comendas da ordem de Cristo. Graças a confiança conquistada junto a D. João IV, Vieira ocupou ainda os cargos de governador da capitania da Paraíba, entre 1655 e 1657 e governador do reino de Angola, entre 1658 e 1661, terminando a vida como grande proprietário e superintendente das fortificações do Nordeste entre 1661 e 1681. BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 394; MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.*

¹⁵⁴ Vieira morreu em 1681 deixando um testamento, mencionado por Gonçalves de Mello, contando dezesseis engenhos de sua propriedade; dez léguas de terras no “Sertão de Santo Antão” em Pernambuco, dez mais no litoral do Rio Grande e outras de extensão não indicada na ribeira do Açú da mesma capitania; fazendas em Pernambuco (Maranguape, Maria Farinha, Jaguaribe, Tejipió, Muribara e Ararobá); inúmeras casas no Recife, em Olinda e na Paraíba; além de grande cabedal oriundo do comércio, enorme escravaria, uma nau, uma fragata e um patacho. MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Testamento de João Fernandes Vieira.” In: *Testamento do general Francisco Barreto de Menezes*. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes / IPHAN, 1976. p. 24.

¹⁵⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Testamento do general Francisco Barreto de Menezes. *Op. cit.* p. 10-11.

¹⁵⁶ BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 257.

Ultramarino, afiançada pelo rei, que confiava na experiência e na influência de Barreto de Menezes.

Por isso, Francisco Barreto de Menezes foi nomeado por D. João IV como responsável pelo comando das forças luso-brasileiras pela patente passada em 12 de fevereiro de 1647, portanto, no momento em que o rei, acreditando na força da insurreição, decide efetivamente enviar suporte ao Brasil para socorrer seus súditos e restabelecer o controle da Coroa no território. Antes de chegar ao Brasil, porém, as caravelas em que viajara Francisco Barreto foram tomadas pelos holandeses, que acabaram levando o general como prisioneiro.

Na ocasião, também foram aprisionados parte do socorro, arma e víveres enviados de Portugal, bem como Felipe Bandeira de Melo, designado para o posto de tenente de mestre-de-campo, e Simão Álvares de Lapenha Deusdará, escolhido para ser ouvidor de Pernambuco¹⁵⁷. O novo mestre-de-campo, Barreto de Menezes, ainda tentara dissuadir os holandeses do propósito real de sua viagem, declarando ter sido enviado pelo rei para sufocar a rebelião e reatar as relações entre a Bahia e o Recife, versão a qual os holandeses não acreditaram muito, preferindo manter os portugueses presos¹⁵⁸.

Da prisão em que estavam desde maio de 1647, Barreto de Menezes e Bandeira de Melo conseguiram escapar em janeiro de 1648 graças à colaboração do filho de Jacques de Brae, chamado Francisco de Brae¹⁵⁹, e logo trataram de se encaminharem ao Arraial Novo¹⁶⁰. Com ordem expressa do governador-geral do Brasil, o conde de Vila Pouca Aguiar¹⁶¹, emitida em abril daquele mesmo ano, as novas autoridades portuguesas assumiram imediatamente o comando das tropas luso-brasileiras.

Até o ano de 1648, o controle das forças luso-brasileiras na insurreição era partilhado entre Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, os quais tiveram de passar o comando dos contingentes auxiliares de índios e negros, respectivamente, sob as lideranças de Felipe Camarão e de Henrique Dias. Entretanto, como foi ressaltado,

¹⁵⁷ *Ibidem*. p. 11.

¹⁵⁸ WÄTJEN, Hermann. *Op. cit.* p. 258.

¹⁵⁹ Os companheiros de viagem de Barreto de Menezes e Bandeira de Melo, Lapenha e Frei Mateus de São Francisco, só conseguiram fugir dos holandeses em julho de 1648, apesar das tentativas de troca de prisioneiros que Barreto de Menezes fez com as autoridades neerlandesas.

¹⁶⁰ Sobre o Arraial Novo do Bom Jesus, novo bastião da forças luso-brasileiras que agora, em vez de resistência, forçavam o ataque para expulsarem os holandeses do território, erguido em setembro de 1645, Hermann Wätjen comentou que o acampamento fora apressadamente construído, mas que estava magnificamente situado, graças à proximidade do forte ao Recife, a Olinda e aos Afogados. WÄTJEN, Hermann. *Op. cit.* p. 244-245.

¹⁶¹ Antônio Teles de Menezes, conde de Vila Pouca de Aguiar, foi nomeado governador-geral do Brasil em substituição a Antônio Teles da Silva em dezembro de 1647, permanecendo no cargo até março de 1650.

Barreto de Menezes não dispensou Vieira e Negreiros, dos quais valeu-se muito a experiência das lideranças locais.

Como percebeu o cronista Frei Rafael de Jesus, o episódio da entrega do controle dos chefes locais a um superior designado pelo rei significou muito mais que a simples troca de comando, mas simbolizou, fundamentalmente, a recomposição da autoridade lusitana na localidade: “[...] e bem se pode dizer que da mão de João Fernandes Vieira recebeu Francisco Barreto aquele domínio, e a Coroa de Portugal aquele império”¹⁶².

A partir de 1648, então, a Coroa voltaria a gerir a situação no Brasil, retomando a guerra com a Holanda pela posse do território, já que de 1645 a 1648, a luta se desenvolvera, mormente, com efetivos luso-brasileiros, como enfatiza o imaginário nativista¹⁶³. Ademais, o historiador Evaldo Cabral de Mello enfatiza que a unificação da chefia militar na pessoa de Francisco Barreto de Menezes contribuiu ainda para diminuir os conflitos internos da açucarocracia¹⁶⁴, entre os quais se encontrava o questionamento à liderança de Vieira.

No comando do exército restaurador, de 1648 a 1654, Barreto de Menezes praticamente não alterou o governo dos regimentos: passou a exercer autoridade por meio de Vieira, de Vidal e de outro mestre-de-campo, Francisco de Figueiroa, além de reconhecer a legitimidade da representação de Camarão e Dias nos contingentes auxiliares, os quais passaram a se reportar diretamente a Barreto de Menezes.

Sob o comando de Barreto de Menezes, as forças luso-brasileiras conseguiram importantes vitórias na guerra, como as da primeira e da segunda Batalhas de Guararapes, ocorridas, respectivamente, em abril de 1648 e em fevereiro de 1649. Apesar dos frequentes desentendimentos com os insurretos, Menezes parecia disposto a colaborar com os luso-brasileiros, executando seu serviço com bastante empenho pela causa da restauração daquele território colonial ultramarino português.

Homem muito influente, foi também Barreto de Menezes quem conseguiu a abertura da capitania para abastecimento através de contrato estabelecido com homens de negócio. De modo que em 1648 já haviam navios ingleses navegando no litoral de Pernambuco com a permissão da Bahia, seguida de aprovação régia¹⁶⁵, para mercadejar

¹⁶² JESUS, Frei Rafael de. *Op. cit.* p. 597.

¹⁶³ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio. Op. Cit.* p. 102-103.

¹⁶⁴ *Ibidem.* p. 150.

¹⁶⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. cit.* p. 202-203.

com a população local. Assim, podemos considerar que o general era homem muito bem relacionado.

Neste contexto bélico, até mesmo seus contatos com os holandeses podem ser suspeitados. Há registros da participação do mestre-de-campo general em trocas comerciais realizadas junto aos holandeses. Na narração de Gonsalves de Mello, o general português solicitou licença aos flamengos para comprar, em plena guerra, no território ainda dominado pelos holandeses, couro da Rússia e três selas. O parecer de ninguém menos que o coronel Sigismund von Schkoppe foi o de ofertar os objetos desejados como presentes a Barreto de Menezes.

Juntamente aos agrados enviados, os conselheiros escreveram de maneira cordial a Barreto de Menezes. A resposta do comandante português foi na forma de retribuição ao presente, enviando aos holandeses algumas frutas do país, recebidas em janeiro de 1650¹⁶⁶. Como se pode perceber, os interesses por trás da transação do general com os flamengos eram puramente comerciais, mas o interessante do episódio é demonstrar as relações cordiais que Barreto de Menezes possuía com as autoridades holandeses e como era tratado de forma deveras respeitosa entre os inimigos.

Boxer relata o cavalheirismo do general não somente em relação aos holandeses, mas também para os judeus portugueses estabelecidos em Pernambuco. Por ocasião da Capitulação da Taborda, termo assinado entre holandeses e portugueses encerrando a guerra e reconhecendo a vitória lusitana, Barreto de Menezes permitiu aos judeus que permanecessem no território, se assim desejassem, passando a ser tratados como súditos de Portugal. Entretanto, nenhum judeu ortodoxo quis fazer uso de tal autorização e preferiram partir, como narra Boxer¹⁶⁷.

Entre os amotinados, contudo, o general não gozava de boa fama. De acordo com Gonsalves de Mello, Barreto de Menezes não era muito estimado entre os luso-brasileiros, frequentemente visto como genioso, sisudo e mal-humorado. A inabilidade política do general no trato dos subordinados teria lhe valido algumas desavenças com os insurretos, além de frequentes reclamações enviadas a D. João IV, por exemplo, por parte de Henrique Dias e de D. Diogo Pinheiro Camarão. Certa vez, os rebeldes recusaram-se a obedecê-lo e clamaram pelo que reconheciam como seu governador legítimo, isto é, João Fernandes Vieira, o que deu origem a forte motim¹⁶⁸.

¹⁶⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. cit.* p. 166.

¹⁶⁷ BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 340.

¹⁶⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 291.

Para tentar encurtar as penúrias da insurreição e alcançar a vitória o mais rápido possível, Barreto de Menezes sugeriu a D. João IV que os holandeses fossem encurralados por terra e por mar, impedindo a entrada de socorros, por volta do ano de 1650. Contudo, o pedido foi negado, senão adiado, pelo rei por considerar tal atitude imprudente diplomaticamente. A autorização do rei para que fosse efetuado o cerco ao Recife data do final de 1653, quando foi enviada a esquadra comandada por Pedro Jacques de Magalhães¹⁶⁹.

Considerando a negligência portuguesa para com a situação alarmante dos amotinados e cansado da guerra que se arrastava longos anos, Barreto de Menezes chegou a desistir de seu posto. Na verdade, o general pediu licença para retornar a Portugal em janeiro de 1651¹⁷⁰, solicitação também indeferida como se percebe, uma vez que Francisco Barreto de Menezes foi o general, ao fim e ao cabo, que recuperou Recife das mãos holandeses, negociando, pessoalmente, os termos da rendição dos neerlandeses.

Desta maneira, Barreto de Menezes entrou em Recife em 28 de janeiro de 1654 para a simbólica entrega das chaves da cidade pelas mãos do veterano comandante alemão von Schkoppe e, com cortesia e respeito, o general conduziu os termos da Capitulação da Taborda:

“O Mestre-de-Campo-General, Francisco Barreto, instituiu em tudo tão rígida disciplina que nenhum cidadão sofreu o mínimo insulto ou ofensa, o que é muito para espantar, tendo-se em vista acharem-se juntas raças tão diversas, brancos, mulatos, brasileiros [tupis], negros e tapuias, todos tão despídos e andrajosos como se tivessem sido tirados da força.”¹⁷¹

O cronista Francisco de Brito Freire honra muito a atuação do general “[...] por dar gloriosíssimo fim à guerra que escrevemos”¹⁷². A serviço da Coroa lusitana no Brasil, Barreto de Menezes desempenhou suas funções com retidão, apesar das queixas dos chefes locais relativas à sua falta de traquejo no trato com subordinados, relatadas em cartas enviadas ao rei. Embora tenha estabelecido contatos duvidosos com as autoridades holandesas, com quem trocou presentes, não se pode negar que o general organizou as forças insurretas que conseguiram o resultado almejado: a restauração das capitânicas do

¹⁶⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Testamento do General Francisco Barreto de Menezes. *Op. cit.* p. 12.

¹⁷⁰ “Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de janeiro de 1651.” in AHU, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3, códice 14, fls. 266/266v.

¹⁷¹ BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 341.

¹⁷² FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 504. p. 170.

Norte ao domínio lusitano. O historiador Charles Boxer chamou Barreto de Menezes de “arquiteto da vitória”, pela sua atuação nos últimos seis anos da guerra¹⁷³.

Como reconhecimento pela sua atuação política-militar no desfecho da dominação holandesa no Brasil, Menezes recebeu várias mercês régias, como o “cargo de Conselheiro de Guerra e dois mil cruzados de renda consignados em comendas vagas ou quaisquer outros efeitos”¹⁷⁴. Além disso, o comandante foi agraciado com o posto de governador de Pernambuco, o qual exerceu de 1654 a 1657. O restaurador chegou, ainda, a ser designado a Governador e Capitão-Geral do Estado do Brasil, cargo que assumiu de junho de 1657 a julho de 1663¹⁷⁵.

Dentre as providências tomadas por Barreto de Menezes ao assumir o governo-geral do Brasil, constaram o restabelecimento da organização política das Capitanias libertadas, a segurança contra possíveis represálias por parte dos holandeses, a garantia de condições para o desenvolvimento da economia nordestina, a manutenção do sistema de defesa, o restabelecimento do culto religioso nas igrejas e a satisfação dos chefes militares e soldados de maior merecimento através da designação de prêmios e mercês¹⁷⁶.

O prestígio do general que comandou a insurreição a partir de 1648 foi tão alto que, atuando como administrador colonial, depois de 1654, estabeleceu-se na capitania, onde fundou, inclusive, um morgadio¹⁷⁷, preocupação central do testamento lavrado por Francisco Barreto de Menezes¹⁷⁸. No documento, o militar e administrador colonial declarou atuação no ramo das atividades comerciais, das operações financeiras, dos empréstimos e dos fretamentos, além dos bens imóveis e riqueza da terra. Barreto de Menezes indicou, ainda, uma rede de procuradores responsáveis pela negociação de seus

¹⁷³ BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 344.

¹⁷⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Testamento do General Francisco Barreto de Menezes. *Op. cit.* p. 12.

¹⁷⁵ Francisco Barreto de Menezes substituiu Jerônimo de Ataíde, 6º Conde de Atouguia, que exercera o cargo de governador-geral de dezembro de 1654 a junho de 1657.

¹⁷⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Testamento do General Francisco Barreto de Menezes. *Op. cit.* p. 13.

¹⁷⁷ Morgado, de acordo com Antônio Moraes e Silva, diz respeito a certos bens, vinculados a determinados sucessores de uma família, que vão sendo transmitidos aos primogênitos, sem o direito de vender ou dividir. Cf. SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. v. I. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Dicionário disponível no site do IEB/USP.

¹⁷⁸ O morgado ocupa 18 das 66 clausuras do testamento de Barreto. Por isso, o historiador Gonsalves de Mello atribuiu ao morgado o objetivo principal do militar ter deixado um testamento. No documento, Barreto explica a finalidade da instituição: “[...] para andem sempre os ditos bens juntos e vinculados, e se não possam vender nem alhear por qualquer modo que seja [...]”. Além de estabelecer uma condição *sine qua non* para seus herdeiros: “Com declaração que o possuidor deste morgado seguira sempre o apelido de Barreto e usara das armas do mesmo apelido [...]” Ver. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Testamento do General Francisco Barreto de Menezes. *Op. cit.* p. 19, 31, 33.

bens comerciais como João Gonçalves Brito e Martim Gonçalves do Souto, em Lisboa; Luís Heyns e Henrique de Gizenrode, na Bahia; e João de Mendonça, em Pernambuco¹⁷⁹.

Portanto, trata-se de outro notável caso de ascensão pela atuação na insurreição pernambucana¹⁸⁰: Barreto de Menezes, filho bastardo nascido na Nova Espanha, entre a guerra e a administração, galgou os postos mais altos de uma possessão portuguesa ultramarina em crescimento e angariou ampla riqueza por meio do serviço real¹⁸¹. O respeito por sua pessoa era tamanho que o Conselho Ultramarino continuou solicitando-o conselhos acerca de assuntos diversos da colônia, mesmo no tempo em que já não habitava mais o Brasil.

Em particular, Barreto de Menezes mantinha uma disputa com outro grande restaurador, André Vidal de Negreiros, uma vez que este mestre-de-campo passou a se considerar independente da subordinação a Menezes, quando este se tornou governador-geral. Assim, ao assumir o governo de Pernambuco, Vidal de Negreiros considerou-se sucessor de todas as atribuições exercidas pelo seu antecessor, incluindo a jurisdição sobre a Capitania de Itamaracá, o que mobilizou antigas desavenças entre os restauradores¹⁸².

A propósito, o nome de André Vidal de Negreiros também merece uma atenção especial no contexto de nossa análise. Durante a rebelião para expulsão dos flamengos, assim como Vieira, Vidal de Negreiros chefiava tropas insurretas e se autodenominava Governador da Liberdade Divina. O luso-brasileiro é um caso clássico de resistência aos holandeses. O militar, cujos pais possuíam módicas posses¹⁸³ na Capitania da Paraíba, de

¹⁷⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Testamento do General Francisco Barreto de Menezes. *Op. cit.* p. 21-22.

¹⁸⁰ O testamento deixado por Francisco Barreto de Menezes foi lacrado em 28 de agosto de 1663 pelo tabelião Antônio Cardoso da Silva, embora só tenha sido aberto em janeiro de 1688, por ocasião de sua morte. O documento constitui importante fonte para perceber o tamanho do cabedal acumulado pelo militar após seu longo histórico de serviços prestados a Coroa. Assim, Menezes determinou a instituição de um morgado e sua sucessão; apresentou uma relação dos seus negócios, bens, credores e devedores; além de indicar nominalmente seus herdeiros, filhos ilegítimos de duas mulheres do Brasil, denominados Manuel Barreto, Gonçalo Nunes Barreto, Antônio Muniz Barreto e D. Francisca de Aragão. De acordo com Gonsalves de Mello, quem organiza a publicação do referido testamento: “a permanência de Barreto no Brasil de 1647 a 1663, fizera, de fato, de um militar pobre um homem de grande fortuna”. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Testamento do General Francisco Barreto de Menezes. *Op. cit.* p. 14.

¹⁸¹ MENDES, Caroline Garcia. A correspondência administrativa do governador-geral Francisco Barreto de Menezes (1657-1663). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

¹⁸² MELLO, José Antônio Gonsalves de. Testamento do General Francisco Barreto de Menezes. *Op. cit.* p. 13.

¹⁸³ Pierre Moreau menciona que Francisco Vidal, pai de André, era senhor de engenho na várzea da Paraíba; embora o historiador Gonsalves de Mello insistisse na versão do pai de André Vidal de Negreiros como tendo sido soldado de artilharia que transitara para um partido de cana, portanto, filho do lisboeta Francisco Vidal com mulher natural da Ilha de Porto Santo, Catarina Ferreira. Ver. MOREAU, Pierre. *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. p. 37; MELLO,

onde era natural, começara sua peleja contra os neerlandeses já ao tempo das primeiras investidas em Salvador.

Após a derrocada da tentativa de tomada da Bahia, Vidal de Negreiros permaneceu oito anos em Portugal e Espanha, retornando para resistir à dominação holandesa em Pernambuco. Ao lado da resistência, André Vidal de Negreiros participou ativamente, integrou o grupo de guerrilheiros que mesmo depois da queda do Arraial do Bom Jesus continuava provocando destruição no território ocupado pelos flamengos. Francisco de Brito Freire narra a atuação de Vidal de Negreiros nessa época, ainda como ajudante, quando “[...] o feriram pelos peitos de um chuçasso”¹⁸⁴.

De acordo com a “Lista geral dos danos causados por Vidal, com incêndios, na Capitania da Paraíba”, Vidal de Negreiros queimou os canaviais de vários engenhos, além de casas-grandes, casas de pugar e armazéns de açúcar¹⁸⁵. É o próprio Vidal de Negreiros quem confessa em carta endereçada ao Conde da Torre, datada de 27 de março de 1640, que: “queimei nos paços que achei três mil caixas de açúcar flamengo e todos os canaviais da Paraíba”¹⁸⁶. Por isso, Gonsalves de Mello considerou que Vidal de Negreiros deixou um verdadeiro “rastros de fogo” naquele ano na Paraíba¹⁸⁷.

Em 1642, o sargento-mor Vidal de Negreiros foi enviado a Recife a mando de Antônio Teles da Silva, para quem Negreiros era “homem de conduta irrepreensível e reconhecida prudência”, assim como Martim Soares Moreno, como nos conta Nieuhoff¹⁸⁸. Na ocasião, Negreiros iria acompanhado do capitão Manuel Pacheco d’Aguiar para apresentarem uma exposição ao Alto Conselho. O conteúdo da missiva dissimulava uma maior aproximação entre os luso-brasileiros e os holandeses, valendo-se, para isso, das vantagens que a trégua, recentemente firmada entre Portugal e Holanda, lhes oferecia¹⁸⁹.

José Antônio Gonsalves de. “Testamento de André Vidal de Negreiros”. In: Testamento do General Francisco Barreto de Menezes. *Op. cit.* p. 24.

¹⁸⁴ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 744. p. 236.

¹⁸⁵ LISTA geral dos prejuízos de incêndio na capitania de Paraíba causados por Vidal. In: WIC. *DN de 19 de janeiro de 1640*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 25 jan. 2018.

¹⁸⁶ Carta de André Vidal de Negreiros ao conde da Torre, Alagoas do Sul, 27 de março de 1640. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 76.

¹⁸⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. cit.* p. 144.

¹⁸⁸ NIEUHOFF, Joan. *Op. cit.* p. 186.

¹⁸⁹ Foi um período de suspensão das atividades militares, sobretudo devido à política de aliança que o Portugal recém-restaurado vinha tentando estabelecer com a Holanda, na expectativa de conseguir seu apoio para sua independência. Embora não houvesse um acordo formalmente assinado, do lado português, as incursões temporariamente cessaram. O mesmo não se pode dizer do lado holandês, uma vez que Nassau

Entretanto, o real interesse do governador-geral do Brasil, na ocasião, era abrir os caminhos para o livre intercâmbio a fim de facilitar a articulação de um levante contra os dominadores. Assim, reivindicando a livre circulação entre os moradores, a petição de Teles da Silva acabara por usufruir, a seu modo, das clausuras do tratado de paz para organizar a rebelião. Nesta tratativa, o sargento-mor Vidal de Negreiros serviu ao governo-geral da Bahia, como intermediário, podendo-se, então, distinguir sua atitude da de João Fernandes Vieira que, como se viu, por este tempo, estabelecera grande amizade com o Conde Maurício de Nassau e aproveitara para enriquecer junto aos holandeses.

A resposta à demanda de Teles da Silva por parte do Alto Conselho foi positiva, considerando que os holandeses de Pernambuco estariam dispostos a colaborar no cumprimento do referido tratado. Por isso, as autoridades flamengas se disponibilizaram para conceder passaportes aos que, vindos da jurisdição portuguesa, pretendessem entrar no território ocupado pelos holandeses¹⁹⁰.

A partir desta autorização, vários luso-brasileiros e portugueses puderam circular em ambos os territórios, fomentando a revolta. Segundo Gonsalves de Mello, o levante ocorrido três anos depois deve muito às facilidades conseguidas pelos luso-brasileiros a partir desta negociação que teve à frente Vidal de Negreiros e Pacheco d'Aguiar, uma vez que os insurretos puderam movimentar-se sem embargo pelo território, juntando armas, convocando os habitantes e preparando a rebelião.

De acordo com o cronista Pierre Moreau, o verdadeiro criador da guerra de libertação pernambucana foi Vidal de Negreiros e não Vieira, como atribuem alguns panegiristas¹⁹¹. É por isso que alguns historiadores atribuem a Vidal a autoria do plano, como é o caso de Francisco Adolfo de Varnhagen, que tratou de recuperar o protagonismo do “brasileiro nato”, como chamou o comandante luso-brasileiro. Neste sentido, Hermann Wätjen resolveu o dilema: “[...] devemos contemplar em André Vidal de Negreiros o autor espiritual do movimento revolucionário, tocando-lhe a sorte de encontrar no ambicioso mulato Vieira o homem destinado a converter a ideia em ação”¹⁹².

De qualquer forma, trabalhando nos bastidores do plano insurrecional, Vidal de Negreiros teria sido figura importantíssima, participando, inclusive da decisão da data do início do levante, ocorrida em 27 de agosto de 1644, quando chegou ao Recife portando

enviou expedições aos territórios portugueses na África, a exemplo da datada de agosto de 1641 que se apossou de Luanda.

¹⁹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. cit.* p. 176.

¹⁹¹ MOREAU, Pierre. *Op. cit.*

¹⁹² WÄTJEN, Hermann. *Op. cit.* p. 229.

uma carta de agradecimento de D. João IV pelo tratamento dispensado aos luso-brasileiros e portugueses e pela permissão do exercício do catolicismo em seu território.

Nesta ocasião, Vidal de Negreiros também trazia nova petição encaminhada pelo governador-geral e endereçada ao Alto Conselho, na qual solicitava permissão para ele próprio e para o capitão Nicolau de Araújo circularem na colônia a fim de se despedirem de parentes e amigos, visto que partiriam em breve tempo rumo a Portugal a serviço do rei. É bom lembrar que se tratava, pois, de mais uma desculpa para facilitar o trânsito dos rebeldes, pois estava Vidal de Negreiros, à esta altura, bastante comprometido com a organização do levante. Desta vez, porém, não faltaram denunciante a informar aos holandeses o verdadeiro objetivo da viagem do sargento-mor ao Recife, a maioria deles, judeus portugueses como demonstrou Gonsalves de Mello¹⁹³.

Ao lado de Vieira, portanto, aparece Vidal de Negreiros quando estourou a insurreição pernambucana em 1645, com a patente de mestre-de-campo, dividindo o título de “governador da guerra da liberdade divina”¹⁹⁴. Segundo o depoimento de Cosmo de Moucheron, conselheiro de Justiça do governo holandês, Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno andaram pregando, neste tempo, que a guerra “tem por fim a honra de Deus, o aumento da religião católica romana, o serviço do rei e conservar todas as liberdades e prerrogativas”¹⁹⁵ para angariar a adesão dos moradores.

Para este fim, Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno fizeram uma proclamação logo no início do levante, assim que foi estourada a rebelião, no ano de 1645, convocando todos os moradores de Pernambuco a se levantarem contra os holandeses, instituindo um prazo de oito dias após a publicação da convocação para que “[...] todos os portugueses, seja qual for a sua condição, se apresentem perante nós[...]”¹⁹⁶.

Durante a insurreição, Vidal de Negreiros, agora alçado a mestre-de-campo, comandou seu próprio terço, do qual fazia parte cerca de 300 homens. Militar de carreira, Vidal de Negreiros serviu com empenho em várias batalhas, com destaque para a Batalha dos Tabocais e da Casa Forte, da Ilha de Itamaracá e do Sítio dos Afogados. De acordo com Gonsalves de Mello, o afinco de Negreiros na causa da restauração era tamanho que chegava a sustentar muitos soldados da campanha luso-brasileira de seu próprio bolso¹⁹⁷.

¹⁹³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. cit.* p. 178.

¹⁹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro Veio. *Op. cit.* p. 102.

¹⁹⁵ Depoimento de Cosmo de Moucheron sobre o que se passou em Serinhaém, datado de 15 de agosto de 1645. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. cit.* p. 251.

¹⁹⁶ NIEUHOFF, Joan. *Op. cit.* p. 215.

¹⁹⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 310.

Além de lutar nas batalhas, Vidal de Negreiros fazia uso do expediente da pena. Isto porque o mestre-de-campo chegou a enviar algumas representações às autoridades holandesas, a partir de 1645, expondo claramente os objetivos da rebelião num tom respeitoso, mas não submisso. Dentre os eloquentes argumentos de Vidal de Negreiros, há a invocação da legalidade da metrópole: “Vossas Excelências devem se lembrar de que não estão de posse do país por direito de sucessão, mas, tão somente, pela força das armas”¹⁹⁸.

Não somente as provocações faziam parte das cartas do mestre-de-campo Vidal de Negreiros endereçadas ao Alto Conselho, como também as ameaças diretas tais como: “esperamos que Vossas Excelências se hajam com prudência e que o nosso povo seja tratado com clemência. Caso contrário, ver-me-ei forçado a agir da maneira que julgar mais condizente com a minha honra, a fim de tirar a desforra dessas injúrias”¹⁹⁹.

Além das ameaças, avisos, proclamas e provocações, as cartas trocadas entre o mestre-de-campo e o Alto Conselho serviam também para trocar prisioneiros feitos nas batalhas. De modo que através da troca de cartas com o governo holandês, a maioria publicada por Nieuhoff, Vidal de Negreiros parecia tentar encerrar o conflito pela via negociada, tal qual fazia o representante português em Haia, Sousa Coutinho, só que, no caso de Negreiros, tratando de dentro da própria colônia. Trata-se de mais uma face da total adesão de Vidal de Negreiros aos portugueses: a relação diplomática.

Na rebelião, Vidal se empenhava mesmo em derrotar o inimigo a qualquer custo, usando como uma de suas estratégias o aliciamento dos soldados da WIC mediante o aumento da pressão a qual estavam submetidos. Desta maneira, o cerco luso-brasileiro apertava de um lado, enquanto os víveres escasseavam de outro. Aproveitando-se disso, o mestre-de-campo os induzia à deserção através de promessas e cartazes introduzidos no Recife²⁰⁰ que serviam para atrair soldados, se não para lutarem ao lado dos luso-brasileiros, ao menos para abandonarem a luta, levando a WIC a contar com contingente cada vez menor.

Entretanto, a situação não parecia muito melhor para o regimento comandado por Vidal de Negreiros, cujos soldados também passavam por sérias necessidades. Por isso mesmo, o mestre-de-campo foi obrigado a renunciar aos postos já retomados em

¹⁹⁸ Grande parte destas missivas foi publicada pelo cronista Joan Nieuhoff, como esta Carta de André Vidal de Negreiros ao Grande Conselho datada de 29 de setembro de 1645. Ver. NIEUHOFF, Joan. *Op. cit.* p. 203.

¹⁹⁹ NIEUHOFF, Joan. *Op. cit.* p. 203-204.

²⁰⁰ WÄTJEN, Hermann. *Op. cit.* p. 245.

Itamaracá, Paraíba e Rio Grande para concentrar os esforços para a expulsão final dos holandeses da Capitania de Pernambuco.

A estratégia, desta vez, baseava-se na restrição das forças às operações que fossem estritamente necessárias²⁰¹. Antes, porém, de abandonar os pontos, Vidal de Negreiros ordenou que fossem destruídas todas as plantações, campos, povoações e aldeias pelos quais as tropas passassem, numa ação muito próxima ao procedimento dos guerrilheiros do final da guerra de resistência, dos quais o próprio integrava.

Contudo, Vidal de Negreiros não parecia ser um homem muito benquisto, tanto entre os holandeses, haja vista sua declarada inimizade com Nassau; quanto entre os portugueses, do que testemunha sua acirrada disputa com Francisco Barreto, mestre-de-campo-general para quem precisou passar o comando da rebelião a partir de 1648. De qualquer modo, a fidelidade de Vidal de Negreiros aos portugueses realmente nunca foi posta em causa, uma vez que o luso-brasileiro não parece ter colaborado com os holandeses, nem mesmo no período nassoviano.

Durante a rebelião pernambucana, o comandante luso-brasileiro foi mestre-de-campo, exercendo por cerca de três anos uma liderança compartilhada com Vieira, comandante de regimento, um dos responsáveis pela ocupação de Serinhaém, pela vitória da Casa Forte e pela tomada do Pontal, tendo participado, também, das batalhas de Guararapes e da tomada do Recife.

De acordo com Cabral de Mello, “a restauração fez a fortuna de Vidal”²⁰², que ingressou na açucarocracia através da aquisição de engenho. Ao contrário de Vieira que enriqueceu no tempo do governo de Nassau, colaborando com os holandeses, Vidal de Negreiros ascendeu no tempo pós-restauração, usufruindo das benesses recebidas pelo desempenho na insurreição²⁰³. Nas palavras do historiador:

“A despeito do filho de artilheiro radicado na Paraíba, a guerra ainda não terminara e ele já era senhor do engenho São Francisco, na Várzea, deixando, a falecer em 1680, nada menos de cinco fábricas, inúmeros currais de gado e datas de terra em diversos lugares”²⁰⁴.

²⁰¹ Ibidem. p. 247-248.

²⁰² MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*. *Op. cit.* p. 151.

²⁰³ Segundo Gonsalves de Mello, os bens declarados por Vidal de Negreiros eram: cinco engenhos de açúcar (dois na Paraíba, dois em Itamaracá e um em Pernambuco), todos com escravaria, cobres e bois; vinte e dois currais de gado com escravos; terras no Caricé com serrarias, escravos e bois; terras na ribeira do Manguaguape; terras na Ilha do Tiriri com rede de pesca e cinco escravos; três mil braças de terras junto aos currais, dez léguas de terras no Rio da Paraíba; terras em Jurupiranga, Paraíba; dois chãos no Recife; casa de sobrado, terreno, pedreira e forno de cal na Paraíba; e quantidade não especificada de prata. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Testamento de André Vidal de Negreiros”. In: Testamento do general Francisco Barreto de Menezes. *Op. cit.* p. 24.

²⁰⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*. *Op. cit.* p. 151.

Foi Vidal de Negreiros o responsável por levar a notícia da restauração das capitâneas açucareiras pessoalmente a D. João IV, o que fez em março de 1654. A novidade da libertação definitiva de Pernambuco “despertou enorme júbilo em Portugal”, como observou Hermann Wätjen²⁰⁵. Graças aos serviços prestados a Coroa na restauração de Pernambuco, Vidal de Negreiros recebeu o governo da capitania, cargo que ocupou de maio de 1657 a janeiro de 1661. Posto deveras cobiçado por João Fernandes Vieira, mas que o mulato jamais alcançou, porque a metrópole nutria suspeitas a seu respeito.

Assim, Vieira precisou se contentar com mercês menores, enquanto Vidal de Negreiros foi indicado ainda uma segunda vez para o posto, quando o vice-rei Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos o confiou o governo de Pernambuco para acalmar os ânimos agitados após a deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado, em janeiro de 1667²⁰⁶. Desta vez, Vidal de Negreiros permaneceu apenas por cinco meses no cargo, mas é importante perceber a grande credibilidade que o restaurador gozava com a Coroa, que sabia que podia contar com seu leal súdito luso-brasileiro. O militar chegou a ser designado, ainda, para o governo de Angola, onde permaneceu de 1661 a 1666.

Os relatos da época exaltaram bastante os feitos de Vidal, embora alguns deles, como os religiosos Calado e Rafael de Jesus, não mais que os de Vieira. Francisco de Brito Freire, cuja crônica sobre o que chamou de “história da guerra brasílica” foi publicada mais de vinte anos após a rendição dos holandeses em Recife, narrou a incrível ascensão de André Vidal de Negreiros, conseguida:

“[...] com esforço singular e singular fortuna, principiando a crescer nos postos por que foi subindo o mestre-de-campo e aos governos do Maranhão, Pernambuco e Angola, não teve pequena parte, assim no trabalho como na glória quanto se foi obrando na guerra e na restauração do Brasil.”²⁰⁷

A “Epanáfora Triunfante”, ao narrar a investidura de André Vidal de Negreiros no cargo de mestre-de-campo, seu autor, D. Francisco Manuel de Melo, parece considerar acertada a escolha por considerar o comandante luso-brasileiro “valente e destríssimo cabo, que desde o princípio da guerra serviu e mandou”²⁰⁸.

²⁰⁵ WÄTJEN, Hermann. *Op. cit.* p. 281.

²⁰⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro Veio. *Op. cit.* p. 117-118.

²⁰⁷ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 744. p. 236. Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica foi publicada, originalmente, em 1675.

²⁰⁸ MELO, Francisco Manuel de. *Restauração de Pernambuco: Epanáfora triunfante e outros escritos*. Recife: Secretaria do Interior, 1944. Versão apensa ao CD-Rom da publicação de FREIRE, Francisco de Brito, 2001. *Op. cit.* [p. 36.]

Enfim, entre as incertezas das lealdades da açucarocracia brasílica seiscentista, resta-nos ver o caso do senhor de engenho e homem de negócio Gaspar Dias Ferreira, quem colaborou sempre com os dominadores, procurando se manter próximo de quem estava no poder para obter vantagens pessoais. Dias Ferreira era português que chegara ao Brasil por volta de 1618, tido nas fontes por descendente de cristãos-novos, embora jamais tenha aderido à sinagoga. Ferreira negou, com veemência, que fosse marrano, cuja própria negativa é vista com suspeita²⁰⁹.

De toda forma, trata-se mesmo de um grande colaborador dos holandeses, amigo pessoal e principal contato de Nassau com os homens da terra, o que despertava o ciúme de muitos, a exemplo de Frei Manoel Calado, quem, em nenhum momento de seu relato sobre a guerra, fez questão de esconder o ódio sentido por Gaspar Ferreira²¹⁰.

As cizânias permaneciam também com o próprio João Fernandes Vieira, uma vez que Gaspar Dias Ferreira parecia gozar de maior confiança entre os holandeses no tempo nassoviano que o mulato português. Apesar das indicações, em 1639, para o cargo de escabino²¹¹ de Olinda e, com a transferência da Câmara, do Recife, Vieira não foi escolhido por Nassau. Em contrapartida, Gaspar Ferreira exerceu o cargo quase ininterruptamente entre 1637 a 1640. Vieira só foi alçado ao cargo de escabino, na cidade Maurícia entre os anos de 1641 e 1643.

De acordo com as fontes portuguesas, a razão da distinção entre Ferreira e Vieira estava nos seus contatos ao lado dos flamengos, de modo que o primeiro conquistou maior afinidade com Nassau, enquanto o segundo captou a confiança dos altos conselheiros, contando com a proteção, sobretudo, de Dirck Codde van Waerdenburgh. De acordo com Gonsalves de Mello, na disputa entre ambos os senhores de engenho, embora Ferreira

²⁰⁹ “Gaspar Dias Ferreira declarou que não era verdade que ele era judeu e que seus antepassados eram antigos cristão e de uma linhagem tão nobre como todo mundo que ali se encontrava, o que ele comprovou.” WIC. *DN de 21 de setembro de 1637*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 10 ago. 2017.

²¹⁰ Segundo Calado: “João Maurício tinha três grandes amigos portugueses, com os quais de contínuo tratava, a saber um frade chamado Frei Manoel do Salvador, e o segundo João Fernandes Vieira, e o terceiro Gaspar Dias Ferreira; e que o primeiro lhe servia de alívio e entretenimento porque gostava muito de sua boa e honesta conversação, porquanto este mônico não se metia em coisas de guerra, nem em matérias de governo mas antes, como era letrado e prudente, o advertia de muitas coisas concernentes a seu bom crédito e reputação e em benefício dos moradores da terra, com as quais ele se fazia amado e querido de todos; e o segundo granjeava sua amizade, presenteando-o com mimos e regalos, e alguns de muito porte, porém, tudo à custa de sua fazenda; e o terceiro fazendo-lhe empreender coisas injustas e executar alguns desaforos e injustiças com os moradores [...]”. CALADO, Frei Manoel de. *Op. cit.* [p. 144-145.]

²¹¹ Conselhos ou Câmara dos Escabinos era um sistema de administração municipal muito próxima às câmaras da época do domínio lusitano, porém agora com direito de participação garantido tanto a batavos quanto aos luso-brasileiros. De acordo com Boxer, trata-se da instituição de “um governo representativo”. BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 160.

tenha conquistado maior prestígio entre os holandeses, foi Vieira quem fez maior fortuna. A diferença estava na “sagacidade política e comercial” de Vieira, em contrapartida a Ferreira, que era uma espécie de “aventureiro intelectual”²¹².

A serviço dos holandeses, Ferreira ocupou o cargo de conselheiro municipal de Olinda e da cidade Maurícia entre 1637 e 1640, tendo participado da decisão de construção da ponte entre Maurícia e Recife em 1644. Em contrapartida, Dias Ferreira, que teria sido pobre comerciante antes da ocupação, adquiriu grande riqueza ao lado dos holandeses, proprietário de, pelo menos, duas lavouras de cana-de-açúcar. Segundo Frei Manoel Calado, Ferreira extorquia os moradores e o clero católico²¹³, além de possuir outros negócios escusos com o aval de Nassau²¹⁴.

Frei Manoel Calado, apesar de toda inimizade com Gaspar Dias Ferreira, expressa em sua crônica, reconheceu a valiosa colaboração que o senhor de engenho prestou aos holandeses, econômica e administrativamente, no governo das capitanias açucareiras: “Gaspar Dias Ferreira foi o primeiro português que com sua mulher e filhos se veio a meter dentro das fortificações dos holandeses e os encaminhou para granjear muitas riquezas; e desta heroica virtude eu o vi gabar-se [...]”²¹⁵.

De fato, Gaspar Dias Ferreira era bastante solicitado pelo Conde e pelos Conselheiros para opinar sobre os assuntos de mais difíceis soluções. Neste sentido, os holandeses aproveitavam-se bastante dos conhecimentos e da experiência de Ferreira, mas não se pode negar que o próprio também tenha satisfeito muito dos seus interesses pessoais através da proximidade com os flamengos, sobretudo no aumento de sua riqueza. Trata-se de um exemplo claro de colaboração em via de mão-dupla, como se diria na linguagem contemporânea, isto é, serviu a ambos os lados, tanto o do senhor de engenho e como o dos novos dominadores, conforme seus propósitos distintos.

Por isso, Boxer considera Ferreira como um importante elemento de ligação²¹⁶ entre o mundo neerlandês e a vida nos engenhos do Brasil, cujos luso-brasileiros eram tão necessários para o sucesso da plantação da cana, inclusive para os holandeses que se fizeram senhores de engenhos. Deste modo é que haveria um descontentamento geral das

²¹² MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 52.

²¹³ Calado sugere que Ferreira utilizava parte do valor arrecadado com o clero e os moradores para interesses próprios. CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 133].

²¹⁴ Boxer menciona que Gaspar Dias Ferreira teria se metido no contrabando de escravos em Cabo Verde com a colaboração de Nassau. BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 383.

²¹⁵ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 132].

²¹⁶ BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 200.

relações mantidas entre Nassau e Dias Ferreira, tanto da parte dos burgueses flamengos, quando da própria açucarcroacia.

De fato, Nassau e Dias Ferreira eram bem próximos, ao ponto de despertar a inveja dos senhores de engenho locais, como o próprio Vieira. O problema era a suspeita que se levantava contra Ferreira, tido como espécie de “arquicolaborador”, nas palavras de Boxer, pois não era confiável, tanto para católicos quanto para calvinistas, os quais o consideravam como traiçoeiro, “[...] traía a ambos os lados, como era sabido por todos da colônia [...]”²¹⁷. Assim, o que haveria de habilidade em Gaspar Dias Ferreira faltaria em escrúpulos, segundo o historiador.

De qualquer forma, a adesão de Ferreira aos holandeses foi mesmo enorme, ao ponto de mudar-se para a Holanda e naturalizar-se holandês em 4 de fevereiro de 1645. No ato de naturalização, publicado no número 32 da *RIAP*, Gaspar Dias Ferreira é apresentado como antigo escabino da cidade Maurícia e senhor dos engenhos Novo e Santo André. O português portava atestados e certificados dos serviços prestados aos Estados Gerais no território colonial e “prometia haver se como fiel súdito e sujeitar-se submissamente à obediência deste Estado”²¹⁸.

Através do deferimento da petição, Ferreira se tornou súdito dos Estados Gerais, ratificando a colaboração que sempre serviu na colônia, como atesta o documento: “[...] declaramos o suplicante hábil e qualificado para poder servir qualquer cargo, ofício e dignidade dentro dos aludidos territórios, distritos e lugares da Generalidade, e particularmente das mencionadas Companhias das Índias Orientais e Ocidentais [...]”²¹⁹.

Em maio daquele mesmo ano, da Holanda, Gaspar Dias Ferreira resolveu escrever um memorial a ser entregue ao rei D. João IV, passando a interferir diretamente nas negociações diplomáticas que vinham ocorrendo entre os reinos desde o início da década. Neste intento, a proposta de Ferreira ao representante, à época, Francisco de Sousa Coutinho, recomendava às autoridades portuguesas a restituição dos territórios ocupados pelos holandeses através da compra.

No documento enviado ao rei português, Ferreira começa apresentando um balanço bastante lúcido a respeito das posses de Portugal, considerando a amplitude do reino, “maior do que a de qualquer dos reinados antepassados”²²⁰. Em relação à

²¹⁷ Ibidem. p. 218.

²¹⁸ “Ato de naturalização” In. “Papéis concernentes a Gaspar Dias Ferreira”, *RIAP*, Recife, n. 32, 1887, p. 73-120. p. 73.

²¹⁹ Ibidem. p. 74.

²²⁰ “Carta ao rei de Portugal” In “Papéis concernentes a Gaspar Dias Ferreira”. Op. cit. p. 75.

importância do Brasil, a opinião de Ferreira é clara: “Portugal não tem outra região mais fértil, mais próxima nem mais frequentada, nem também os seus vassallos melhor e mais seguro refúgio do que o Brasil; [...]”²²¹.

No relatório, Gaspar Dias Ferreira evidencia também a situação difícil em que se encontrava a Companhia das Índias Ocidentais, argumentando que “[...] rendas não dão para as despesas”²²². Por isso, a avaliação de Ferreira considerava que mediante à restituição de uma alta quantia, os mercadores da WIC venderiam suas terras no Brasil, em Angola e em São Thomé. No memorial, o português sugere o preço a ser pago por D. João IV:

“[...] não se pode prometer mais a essa gente pela restituição das ditas três conquistas do que três milhões (de cruzados), uma vez que fique salvo à Companhia o direito às dívidas dos moradores, cujo pagamento ela pode exigir deles, o que monta a uma soma considerável, bem como que a Companhia levará a artilharia e munições que lá tenha, sendo que uma e outra coisa poderão produzir outro tanto, e que enfim, além de tudo isso, lhe fica livre o uso da sua outorga para o comércio do ouro da Mina e do rio da Guiné, e para as presas das Índias de Castela, o que tudo é considerado por eles cousa de proveito certo, e assim é efetivamente.”²²³

A sugestão de Ferreira estabelecia, pois, os termos do acordo que deveria ser feito entre Portugal e Holanda, não com os Estados Gerais, mas negociando diretamente com os diretores da WIC, como esclarece o documento. As cláusulas do contrato de venda estariam, desta feita, muito claras na percepção de Ferreira, uma vez que a compra seria o meio mais eficaz para Portugal resolver o negócio do Brasil, reavendo o território perdido, até mesmo na África, e restaurando o reino.

O autor da carta preocupa-se, inclusive, em indicar ao rei português de onde o próprio proverá a supracitada verba para restituição do reino: metade deve vir exatamente da fazenda real e a outra metade “para ser aplicada às despesas do reino”. Para tanto, Ferreira pondera o emprego de medidas como a redução dos ordenados de oficiais e ministros, dos salários e pensões de qualquer pessoa que vivesse nas partes ocupadas pelos hereges, além da contribuição a ser obtida no tráfico de escravos, por meio de impostos, taxando cada negro exportado e cada engenho da colônia.

No caso do Brasil, particularmente, Gaspar Dias Ferreira considerou como justo que todos os moradores contribuam para “livrar-se de hóspedes tão nocivos” assentados sobre as quatro capitânicas: Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. No entanto, o

²²¹ Ibidem. p. 78.

²²² Ibidem. p. 81.

²²³ Ibidem. p. 89.

português isentou alguns casos: os pobres que não possuem nenhum bem, os escravos menores de dez anos e os proprietários que só obtiverem a posse de um escravo.

Antes de terminar a carta, Ferreira apresentou, ainda, uma “estimativa das cotas com que o Brasil e Angola concorrerão anualmente para a sua restauração”²²⁴. Nesse cálculo, o português demonstra não apenas grande astúcia com números, como também grande conhecimento das rendas da Coroa portuguesa, ao estimar que seriam necessários três ou quatro anos no regime proposto de taxaço de impostos e redução dos gastos para que D. João IV conseguisse levantar fundos suficientes para restituição das conquistas.

Por fim, Ferreira abriu espaço para informar ao rei de Portugal “acerca da situação da Companhia das Índias Orientais e dos meios que se pode lançar mão para enfraquecê-la [...]”²²⁵. Na concepção do português, o valor oferecido para restituição do território ocupado poderia diminuir pela metade caso as especiarias adquiridas pela Companhia nas Índias abajassem de valor. A ideia de Ferreira era romper com a trégua que privava Portugal de adquirir as mercadorias para cessar a guerra nas Índias. Deste modo, D. João deveria ordenar a imediata vinda de grandes quantidades de especiarias.

A estratégia contava, então, com a queda vertiginosa no preço das especiarias importadas pelos portugueses para atrair os mercadores europeus para o mercado de Portugal. Para concretizar o plano, Ferreira explica a necessidade da abertura do comércio das Índias com limitação de nações e navios, especiarias e gêneros. A engenhosidade do plano de Ferreira, experiente homem de negócio, visava, sobretudo, à decadência da WIC.

Apesar de serem suspeitas as intenções de Gaspar Dias Ferreira ao dirigir-se através desta carta ao rei português meses após estabelecer-se na Holanda e conseguir tornar-se súdito dos Estados Gerais, a carta é incontestavelmente uma prova da conspiração do arguto senhor de engenho e negociante contra a Companhia das Índias Ocidentais, instituição a qual objetivava arruinar.

Neste contexto, é crível pensar que, se houvera, de fato, aderido à causa flamenga no território do Brasil no tempo nassoviano, Ferreira mudou radicalmente de postura, compactuando com os portugueses de dentro da Holanda. De modo que o português passou a usar da posição política conquistada junto a metrópole, para articular a restituição do reino português, pela via econômica e não militar, como estava fazendo, neste mesmo momento, grande parte da açucarocracia das capitâneas do Norte na, já em curso, “guerra da liberdade divina”.

²²⁴ Ibidem. p. 95-98.

²²⁵ Ibidem. p. 102.

O memorial escrito por Ferreira é, neste sentido, preciosa fonte para supor uma traição por parte do português em relação aos holandeses. Se jamais fora objetivo seu trair efetivamente aos neerlandeses, não é isso que testemunha a participação do português no imbróglio diplomático da época. As contribuições de Ferreira ao governo português apresentadas no relatório escrito a D. João são enormes, pois fornece informações valiosas da situação econômica da WIC e das conquistas flamengas e conjectura meios de derrubar a supremacia da Companhia.

Uma possível explicação para a mudança brusca de posição de Ferreira em relação à colaboração que vinha prestando aos holandeses foi pelo próprio rascunha na carta ao alertar D. João que: “a gente deste país, e particularmente desta cidade de Amsterdã, é a mais cobiçosa que há no mundo”²²⁶. Desta maneira, teria o lúcido português compreendido o fundamento de toda a guerra provocada pelos holandeses, conforme exposto: a ambição sobre o comércio açucareiro.

Gaspar Dias Ferreira demonstrava ser um homem de perspectivas: esperava que alterando a prosperidade da Companhia com o rentável negócio das especiarias, seus lucros fossem mingando para que Portugal possa recuperar o comércio açucareiro outrora usurpado e resgatar as praças e fortificações tomadas. O empenho em demonstrar fidelidade à causa da restituição do reino português era tanto que levou Ferreira, ao final da carta, a prometer uma doação no valor de dezoito mil cruzados a serem entregues em Lisboa dentro do prazo de anos sugerido pelo mesmo para restituição da conquista como forma de atestar sua lealdade a D. João IV.

Sob tal ponto de vista, a carta pode ser lida também como uma grande solicitação de reconciliação com sua pátria portuguesa, da qual Ferreira permaneceu tão apartado que chegou, inclusive, a naturalizar-se holandês, cuja própria mudança para Holanda foi justificada pelo português: “[...] o receio que tinha de experimentar os efeitos que a desafeição ou antes o ódio dos holandeses, em razão de ausência do Conde Maurício, me podia causar em Pernambuco, deixando eu ali todos os meus bens e família [...]”²²⁷.

Desta forma, Ferreira confessa ter se mudado para Amsterdã por medo de retaliação por parte dos outros senhores do Brasil em relação aos seus feitos a serviço do Conde de Nassau, esclarecidos pela necessidade de “conservação da fé e alívio dos súditos de Vossa Majestade”. O português comunica, ainda, que estaria regressando, junto dos novos governadores holandeses, a Pernambuco “[...] onde espero que o tempo

²²⁶ Ibidem. p. 103.

²²⁷ Ibidem. p. 106.

me dará ocasião de prestar algum serviço a Vossa Majestade”, jurando, assim, fidelidade a D. João.

De acordo com o exposto, Ferreira teria levado três filhos a sua viagem à Europa, e talvez este tenha sido o real motivo de sua partida do Recife após a saída de Nassau. Então, os filhos teriam sido encaminhados um convento para receber a educação desejada pelo português, “[...] até que atinjam a idade de poder servir a Vossa Majestade, de cuja grandeza espero se dignará de honrá-los e adiantá-los pelo zelo de seu pai para com o vosso real serviço [...]”. As palavras que encerram a carta de Ferreira voltam a exprimir sua lealdade, ao menos momentânea – embora tenha tentado se justificar de tudo que praticara no Brasil – a D. João IV.

Segundo a publicação realizada na Revista do Instituto, a carta teria sido traduzida de um escrito em português com data de 20 de julho de 1645 por ordem dos senhores escabinos de Amsterdã, onde a mesma foi encontrada. É possível que a mensagem não tenha chegado às mãos de seu real destinatário²²⁸. Contudo, o papel passou pelas mãos das autoridades holandesas, que entenderam como uma confissão autêntica de traição por parte de Gaspar Dias Ferreira, que foi preso e processado pelo crime.

A sentença conferida pelo Tribunal da Holanda apensada aos “Papéis concernentes a Gaspar Dias Ferreira” registra algumas provas de traição contra o português, sugerindo a existência de outras cartas e não apenas a supracitada carta dirigida a D. João IV. As cartas, segundo o registro da sentença, foram enviadas a seu tio, de nome Diogo Cardoso, morador de Sevilha, manifestando o desejo do português de mudar-se da Holanda, caso “os ministros do rei dessem apreço a sua aptidão, ou ao seu conhecimento e experiência dos negócios e lugares do Brasil”²²⁹.

De acordo com a sentença, Ferreira, numa terceira carta, teria consciência do perigo que corria, pois desconfiava que suas cartas anteriores ao tio haviam sido interceptadas ou retidas. Por conhecer o conteúdo das missivas, “que escrevera ainda pelo seu próprio punho”, o português temia pela sua situação na Holanda. Ainda assim, Ferreira não cessou de enviar cartas a Portugal, sobretudo para se certificar que o terreno

²²⁸ Boxer narra que o navio que levava algumas dessas cartas comprometedoras escritas por Dias Ferreira foi capturado em agosto de 1645 pelos piratas da Barbária e levado para Argel, caindo nas mãos de um mercador judeu que as remeteu para Amsterdã, onde chegou às mãos do Conselho dos Dezenove. Cf. BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 384.

²²⁹ “Sentença do Tribunal da Holanda” in “Papéis concernentes a Gaspar Dias Ferreira”. *Op. cit.* p. 107-110. p. 107.

era propício para uma mudança de vida que demonstrasse a sua mudança de lado, da fidelidade aos flamengos para a restituição dos laços com os portugueses.

Algumas cartas, ao que parece, teriam logrado o êxito de terem sido entregues ao embaixador português com cópia ao Marquês de Montalvão. Finalmente, a supracitada carta redigida a D. João IV teria sido entregue a João Baptista Caldeira para ser apresentada ao rei. Embora o registro não deixe claro se esta pessoa, Baptista Caldeira, entregou por livre vontade e prova de fidelidade aos holandeses, traindo assim a Dias Ferreira, ou se a carta foi interceptada no caminho, a verdade é que os neerlandeses tomaram conhecimento do plano arquitetado pelo português, o qual visava promover a restituição por compra do Brasil²³⁰.

Novamente, podemos perceber, desta vez de maneira muito nítida no documento, a existência de um serviço de circulação de informações notavelmente sofisticado para a época. De modo que, pode-se supor que os informantes que teriam interceptado as cartas de Ferreira possivelmente prestavam algum tipo de atividade ligada à espionagem a mando das autoridades holandesas, pois a inscrição da sentença do português registra, com riqueza de detalhes, os planos de Ferreira.

Desta forma, o comportamento de Gaspar Dias Ferreira foi julgado incompatível com “a fidelidade do bom súdito e cidadão do Estado das Províncias Unidas Neerlandesas, e por isso devem ser punidos para exemplo de outros”²³¹. O Tribunal de justiça da Holanda condenou, em 16 de maio de 1646, o réu a banimento perpétuo das províncias neerlandesas e ao pagamento de multa de doze mil florins ao Estado²³².

A respeito do caso de Ferreira, pode-se acrescentar, inclusive, a singular rapidez com que as provas chegaram às mãos holandesas, fato que corrobora com a suspeita de existência de uma rede de informantes. Como visto, o português havia se naturalizado em fevereiro de 1645, escreveu a carta ora analisada em julho do mesmo ano e em maio do ano seguinte, ou seja, em menos de um ano, o tribunal já havia recolhido todos os papéis

²³⁰ É preciso lembrar, como pontuou Gonsalves de Mello, que, a partir do julgamento de Gaspar Dias Ferreira, todas as tentativas de compra de Pernambuco por parte de D. João IV, foram vistas de maneira pejorativa, consideradas suspeitas de estarem relacionadas com a prática do suborno, conforme aventava Ferreira. Ver. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira. *Op. cit.* p. 177.

²³¹ “Sentença do Tribunal da Holanda” in “Papéis concernentes a Gaspar Dias Ferreira”. *Op. cit.* p. 109.

²³² Julgaram o caso os senhores conselheiros da Holanda Johan Dedel Hugo Blocq, Gerard Crommom, Sebastiaen Francken, Gasper van Kinschot, Frederich van Dorp, Dirck Siexcti, Gualter Raet, e Herman de Hubert em cerimônia presidida por Johan Oom van Wyngaerden, conforme a assinatura da sentença, redigida por Adr. Pots. “Sentença do Tribunal da Holanda” in “Papéis concernentes a Gaspar Dias Ferreira”. *Op. cit.* p. 110.

utilizados contra Ferreira, sobretudo as cartas que enviou a Portugal, e deferido sobre o caso: o português já se encontrava preso e com a sentença registrada.

No entanto, a sentença expedida pelo tribunal da justiça foi anulada pelo Supremo Conselho da Holanda²³³, talvez por considerá-la deveras condescendente, uma vez que a nova punição para caso foi mais rígida. Proferida em 30 de julho de 1647, a sentença expedida pelos Estados Gerais mandou cassar o ato de naturalização concedido a Gaspar Dias Ferreira; condenou o réu a prisão por sete anos; ratificou o banimento perpétuo, acrescentando que seja feito após o cumprimento integral da pena; e elevou a multa para o valor de trinta mil florins²³⁴.

De acordo com Boxer, a execução da pena não impediu Ferreira de se comunicar, periodicamente, com Francisco de Sousa Coutinho, fornecendo conselhos e revelando importantes informações acerca da situação dos holandeses no Brasil. Finalmente, em agosto de 1649, foi publicado um edital, em Haia, informando da fuga de Gaspar Dias Ferreira da prisão²³⁵ e oferecendo uma recompensa na quantia de 600 florins para aquele que o entregar vivo. Entretanto, o fugitivo deixara uma carta escrita em latim endereçada aos Estados Gerais explicando seus atos.

A situação teria mesmo se invertido para aquele senhor de engenho e homem de negócios que, em pouco mais de dez anos, de colaborador dos neerlandeses, amigo pessoal de Nassau tornou-se um perigoso fugitivo da justiça holandesa, tendo preço pela sua apreensão. A verdade é que Ferreira fora traidor aos dois lados das guerras pernambucanas pelo açúcar. Sempre motivada por interesses pessoais, sua lealdade aos holandeses, asseverada na figura de Nassau, foi quase tão frágil quanto à relação que estabeleceu com os portugueses por intermédio de Sousa Coutinho.

Novos registros de Gaspar Dias Ferreira aparecem a partir de setembro de 1652, em cartas que envia, de Lisboa, para o Brasil. Em uma destas cartas, cujos extratos foram publicados pela Revista do Instituto Pernambucano, Ferreira escreve a João Fernandes Vieira, ficando proeminente a velha rivalidade entre os dois senhores de engenho. No início, Dias Ferreira parabeniza Vieira pela condução da guerra contra os holandeses, mas logo solicita, embora não diretamente, um lugar na insurreição.

²³³ “Sentença do Supremo Conselho da Holanda” in “Papéis concernentes a Gaspar Dias Ferreira”. *Op. cit.* p. 111-112.

²³⁴ A única responsabilidade nominal deste novo documento é a do redator da sentença, chamado Jman Cau.

²³⁵ Boxer menciona que a fuga teria ocorrido na madrugada de 17 para 18 de outubro daquele ano. BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 384.

De acordo com as cartas, Ferreira imagina atuar como procurador do povo de Pernambuco junto ao rei português, por isso desqualifica os que ocupavam tal cargo, D. Miguel de Portugal e Antônio de Albuquerque. Apesar de todas as súplicas encaminhadas ao Brasil, não há informação que certifique que as mesmas foram atendidas, sendo mais correto pressupor que Ferreira tenha permanecido em Lisboa, de onde partem as cartas, abrigado pelo rei português após sua fuga da prisão holandesa.

O historiador Boxer narra que, em Portugal, Dias Ferreira teria contado com a proteção de D. João IV, para quem contara que seria o verdadeiro responsável por convencer a Nassau a tolerar o clero católico em Pernambuco, graças ao seu grau de influência com o Conde. Se o rei português acreditou ou não nas alegações de Ferreira não foi possível saber, mas é fato que o antigo escabino, a despeito da suspeita origem cristã-nova, teve entrada na Ordem de Cristo, assim como um filho seu, além de ter recebido o foro de fidalgo-cavaleiro em 1652 ou em 1654, como informou Boxer²³⁶. Ao que tudo indica, Ferreira terminou seus dias em Portugal gozando de boas condições.

Em todo caso, em relação à insurreição pernambucana, derradeira etapa da experiência flamenga no Brasil, a participação da açucarocracia teria sido mesmo maciça. Neste momento, uma convergência de interesses teria unido este ambivalente grupo que, como se procurou demonstrar, ora lutava contra, ora colaborava com os holandeses no propósito comum de pôr termo à dominação da Companhia das Índias Ocidentais nas capitânicas açucareiras.

A respeito deste “pacto de conveniências”, como chamou Ronald Raminelli, pode-se perceber que tanto os senhores de engenho que foram expropriados, quanto os novos senhores participaram da rebelião. Neste caso, como explicou o historiador, os antigos proprietários estavam interessados em recuperar seu patrimônio, enquanto que aos prósperos senhores que fizeram fortuna no “tempo dos flamengos”²³⁷, muitos dos quais tiveram origem humilde, como foi o caso de João Fernandes Vieira e de André Vidal de Negreiros, interessava comandar a rebelião para garantir que os rumos do movimento e, portanto, assegurar sua posição²³⁸.

A longa apreciação apresentada acerca da atuação da açucarocracia das capitânicas do Norte, que de outra forma não poderia ser feita, uma vez que o comportamento desse

²³⁶ BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 385.

²³⁷ Expressão de Gonsalves de Mello. Ver. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. cit.*

²³⁸ RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 137-138.

grupo é tão diverso quanto são as trajetórias individuais que se procurou demonstrar, visou apresentar a complexidade das perspectivas da colaboração e da traição/resistência que se pode alcançar quando se verticaliza o foco de análise.

O que, talvez, se possa concluir, ainda que parcialmente, a esse respeito é exatamente a inconstância das lealdades, sobretudo movida por interesses pessoais, como característica primordial da relação desenvolvida entre tantos senhores de engenho, lavradores de cana e proprietários de terras nos territórios ocupados com os holandeses neste período mormente dominado pela guerra que pela efetiva paz.

Capítulo 7 – Indisciplina e deserção da soldadesca ao oficialato

Antes de terminar o trabalho, não podemos deixar de analisar as mudanças de lado no âmbito específico das guerras pernambucanas. Para tanto, é preciso lembrar que o tempo de dominação holandesa das capitânicas açucareiras do Norte pode ser desdobrado em dois períodos bélicos: a fase inicial na qual os holandeses desembarcaram em Pernambuco, atacaram as defesas portuguesas e pouco a pouco encurralou a resistência luso-brasileira, entre 1630 a 1635, e a fase final, na qual as tropas luso-brasileiras atacaram cada domínio flamengo até os expulsarem totalmente os holandeses do território, entre 1645 e 1654.

Ao longo da guerra de resistência e da guerra da liberdade divina, conforme ficaram conhecidos tais conflitos, muitos soldados desertaram das suas fileiras e se passaram para o exército adversário. Algumas dessas mudanças de lado ficaram mais famosas, como foi o caso de Calabar, cuja historiografia nacionalista¹ lhe cunhou como “Traidor por todos os séculos dos séculos”².

Outras mudanças, entretanto, não foram tão celebradas, uma vez que a própria prática da deserção era rotineira. Trata-se, pois, da arraia miúda, soldados “anônimos da história”. No afã de trabalhar com personagens desconhecidos, destaca-se as premissas da micro-história, a qual, conforme a explicação de Vainfas: “Apega-se obsessivamente às mínimas evidências que a documentação pode fornecer para dar vida a personagens esquecidos e desvelar enredos e sociedades ocultados pela história geral”³.

A justificativa, portanto, para esmiuçar tais “enredos microscópicos”⁴ se encontra no fato de que foram, afinal, tais personagens que deram vida ao confronto luso-holandês em território colonial no século XVII. Por isso, serão abordados tanto personagens cuja memória regionalista constituiu um verdadeiro panteão a partir, sobretudo, de sua atuação na restauração pernambucana, quanto aqueles que não ficaram tão conhecidos na História

¹ A análise da interpretação nacionalista sobre a história do Brasil holandês não consta do objetivo deste capítulo. Para tanto, veja o primeiro capítulo. Quanto a tal personagem, este estudo se centrará no exame de sua atuação de acordo com as fontes da época, isto é, o que as crônicas da guerra do século XVII testemunharam da participação de Calabar no conflito.

² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. (Original de 1854.) 9. ed. São Paulo; Brasília: Melhoramentos; INL, 1975. v. 2. p. 263.

³ VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 103. Vainfas explica a micro-história como método de pesquisa histórica que se baseia na combinação da “pesquisa de fontes, a verticalização investigativa e a ampliação dos *corpi* documentais”.

⁴ *Ibidem*. p. 77.

do Brasil holandês, mas que deixaram rastros de colaboração e/ou de resistência para com os novos dominadores.

7.1 – Soldados da terra

A prática da deserção era muito comum principalmente entre os soldados desde o início da guerra. Assim que Olinda foi rendida pelos holandeses, já na defesa do Forte de São Jorge ou de Terra, Duarte de Albuquerque Coelho denota que foi necessário que o general da resistência Matias de Albuquerque reforçasse as guarnições do posto pelo fato de que vários soldados comandados por Gomes de Abreu Soares haviam abandonado a luta⁵. Assustados com a entrada dos holandeses no território, muitos soldados da resistência simplesmente fugiram do campo de batalha.

Por isso, Albuquerque enviou novo contingente, desta vez dirigido pelo capitão Afonso de Albuquerque com seu alferes Antônio Borges para socorrer a Belchior Velho, único soldado que não havia desertado na ocasião. Sobre o episódio, o cronista nomeia todos os soldados luso-brasileiros que entraram na luta pela defesa do posto: o capitão Roque de Barros, Álvaro Fragoso de Albuquerque e seu irmão Paulo Fragoso de Albuquerque, Pedro Correia da Silva e os irmãos Antônio e Gaspar André, e Manuel Martins.

Na tentativa de resguardar o forte contra o ataque do tenente-coronel Hartman Godtfrielt van Steyncalefeldts, foi necessário o envio de mais reforços comandados pelos capitães Francisco de Figueiroa e Gil Corrêa de Castelo Branco⁶. A resistência foi tenaz embora o desfecho tenha sido desastroso, marcado pela rendição no dia 1º de março de 1630. No entanto, faz-se importante assinalar o episódio para demonstrar a presença da renúncia dos soldados das fileiras da defesa luso-brasileira desde o início da guerra.

Não apenas soldados das mais baixas patentes desertavam, mas também capitães e homens de outros postos, como narram as fontes holandesas a respeito da colaboração de alguns capitães assim que foram obtidas as primeiras conquistas flamengas no território. Tais teriam sido os casos do capitão de cavalaria Francisco Bezerra e do capitão dos moradores de Igarauçu, também senhor de engenho, Pedro da Rocha Leitão, cujos

⁵ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630* (manuscrito de 1644). 2ª ed. Recife: 1981. [p. 17, 22].

⁶ *Ibidem*. [p. 27 e 31].

nomes foram mencionados no relatório do tenente-coronel Balthazar Bijama apresentado em 1634 na Holanda às autoridades da Companhia⁷.

O testemunho conta quão valiosa fora a colaboração destes soldados, bem como de outros senhores de engenho e lavradores de cana outrora apontados, ao servirem de informantes dos holandeses, quando a adesão aos novos dominadores ainda em contexto belicoso se fazia de forma velada. Segundo Bijama, tais homens mantinham correspondência regular com os flamengos, informando-os dos planos portugueses, como autênticos espiões.

Embora as fontes portuguesas muitas vezes omitam o nome dos soldados desertores, dão indícios de quando sua prática foi mais frequente e uma delas foi na resistência da Paraíba. Francisco de Brito Freire é um dos que menciona que, após perdido os principais fortes luso-brasileiros da região, entre eles o Cabedelo e o de Santo Antônio: “Os soldados divididos buscavam sem eleição determinada o primeiro caminho que lhes oferecia a fortuna para aliviarem tantas misérias”⁸.

Na passagem, o cronista lamenta pelos que “na escola vil do interesse humano”, tenham se unido ao lado holandês após a queda da Paraíba. Um desses soldados teria sido Manoel de Barros. De acordo com Freire, fora o tenente-geral da artilharia do Arraial do Bom Jesus, Andrés Marin, quem suspeitou dos contatos de Barros com Arciszewsky na altura do ano de 1635⁹. A denúncia teria partido de um morador que avisou a Marin que Barros estaria frequentando os quartéis do comandante dos holandeses, levando mantimentos e informações.

Por isso, o Capitão Guilherme Barbalho mandou prender Manoel de Barros. Na ocasião, o cronista menciona que foram presos, entre os holandeses, o total de vinte soldados da resistência. Apesar de ter apelado por carta ao governador do Arraial, Barros foi garroteado por sua aleivosia. Ao que tudo indica, Barros teria até um apelido entre os holandeses: “Agostinho de Holanda”. Juntamente com o trãnsfuga, conta-nos Freire, “Pelo mesmo crime o acompanharam na mesma pena, Pedro da Rocha e um soldado, por quem de dentro do Real advertia os contrários do que passava nele”¹⁰.

⁷ Relatório datado de Amsterdã, de 13 de Outubro de 1634... *Op. cit.*

⁸ FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasileira* (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. N. 603. p. 195.

⁹ *Ibidem*. N. 628. P. 204.

¹⁰ *Ibidem*.

Outro desertor mencionado por Brito Freire teria sido Cosme de Almeida, encontrado no engenho abandonado por Manuel Peres Corrêa¹¹. De acordo com a fonte, o governador dos holandeses Enses estaria assentado no lugar supracitado ao tempo dos ataques dos guerrilheiros, após a queda do Arraial, com aproximadamente duzentas pessoas, entre flamengos e índios, quando foi surpreendido pelos campanhistas liderados por Francisco Rabelo. Na luta, foram feitos sete prisioneiros, um deles o natural da Paraíba, Cosme de Almeida, que estaria servindo aos holandeses. O cronista não traz muitos detalhes do caso, mas não deixa de citar que o trãnsfuga teria ameaçado ao Capitão Rabelo. Infelizmente, Freire não trata do destino de Almeida.

Entretanto, não há desertor cuja fama tenha maior destaque que Domingos Fernandes Calabar. O caso se tornou emblemático na historiografia e na literatura, tendo sido recuperado com inúmeras roupagens em apropriações posteriores¹², mas é preciso desnudar a sua áurea mítica e voltar às fontes para depurar as culpas que realmente recaem sobre o mulato. Natural da vila alagoana de Porto Calvo, Domingos Fernandes Calabar atuou no exército da resistência desde o início da guerra, tendo inclusive saído ferido por um mosqueteiro na defesa do ataque holandês ao recém fortificado Arraial do Bom Jesus, em março de 1630¹³.

Como um dos homens de confiança de Matias de Albuquerque, Calabar era “um mancebo mameluco mui esforçado e atrevido”¹⁴. Albuquerque Coelho o apresentou como “mui prático” pelas suas habilidades¹⁵. Na descrição de Freire, Calabar era: “Manhoso, atrevido e tão prático dos lugares da terra e dos portos do mar [...]”¹⁶. Do lado holandês, Calabar também era reconhecido por suas artimanhas e rapidez. Cuberth Pudsey é um dos cronistas que o identifica como “um mulato que em força e coragem, não podia ser igualado”¹⁷.

De maneira geral, os cronistas portugueses louvam Calabar por suas capacidades no tempo em que estivera ao lado da resistência, mas lastimam profundamente sua mudança de lado, culpando-o por cada avanço que os holandeses fizeram a partir de 1632,

¹¹ Ibidem. N. 739. P. 235.

¹² As apropriações de Domingos Fernandes Calabar na historiografia e na literatura, embora seja matéria interessantíssima, não constam como objetivos deste trabalho.

¹³ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Op. cit.* p. 128.

¹⁴ Calado tratou Calabar como mameluco e informou que ele era filho da negra da terra Ângela Álvares com um português desconhecido. CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (manuscrito de 1648). 5ª ed. 1º v. Recife: CEPE, 2004. [p. 50].

¹⁵ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Op. cit.* p. 166.

¹⁶ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 450. p. 156.

¹⁷ PUDSEY, Cuthbert. *Diário de uma Estada no Brasil* (Original de 1640). Petrópolis: Index, 2001. p. 69.

quando o luso-brasileiro apresentou-se ao Alto Comando Holandês e passou a servir à Companhia das Índias Ocidentais. Em referência à deserção de Calabar, Freire expôs: “Para ser causa de grandes danos tão pequeno instrumento, servia entre os portugueses um mulato natural de Pernambuco que, na opinião dos soldados, a pouco fez tanto lugar o bom procedimento como a este o ruim ânimo”¹⁸.

A lamúria é tão grande entre os portugueses que é unânime a memória da data da deserção, tão marcante que fora a perda: 20 de abril de 1632. De acordo com Calado, ao lado dos holandeses, em poucos dias, Calabar aprendeu a língua flamenga e logo tratou de fazer amizade com o coronel Sigismund Von Schkoppe, o qual tornou-se um grande protetor do luso-brasileiro, chegando, inclusive, a batizar seu filho com a mameluca Bárbara Cardoza em 1634¹⁹.

Os cronistas ensaiaram os motivos que teriam levado Calabar a mudar de lado. De acordo com Calado, a deserção era uma fuga, porque, na verdade, o mulato cometera alguns furtos em território português, por isso, estaria temeroso de ser pego pelo Provedor André de Almeida. Explicação parecida foi fornecida por Pudsey, com diferença apenas no crime que Calabar teria cometido, pois, segundo o cronista inglês, o mulato estuprara uma mulher na região de Camaragibe e lhe cortara a língua para que não desse testemunho de seu feito.

Ademais, Pudsey acrescentou que Calabar: “Vivera como renegado por cerca de dois anos entre os portugueses. Então, tendo vindo servir os holandeses, foi feito capitão.”²⁰ Entre os holandeses, Pudsey narra a colaboração em forma de bom procedimento de Calabar:

“Nunca encontramos um homem tão adaptado a nossos propósitos, para dar aos soldados proveito, pois ele tomava um pequeno navio e aterrava-nos em território inimigo à noite, onde pilhávamos os habitantes e quanto mais dano ele podia ocasionar a seus patrícios, maior era sua alegria.”²¹

Como companheiro de escaramuças, Calabar é retratado por Pudsey como um desertor de grande valor entre tantos em meio aquele conflito militar, que se tornou capitão de emboscadas já em 1633. Freire considerou, por isso, que o mulato tinha

¹⁸ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 450. p. 156.

¹⁹ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 50.]

²⁰ PUDSEY, Cuthbert. *Op. cit.* p. 69.

²¹ *Ibidem.*

alcançado seus objetivos: reconhecimento, valor e ascensão, a qual entre os portugueses, devido à “vileza do nascimento”, seria quase impossível²².

Em todo caso, é bom lembrar que, segundo o historiador Frans Leonard Schalkwijk, Calabar possuía três engenhos de açúcar em Porto Calvo antes da entrada na guerra, não seria, assim, um homem desprovido de posses²³. Deste modo, o mulato não estaria atrás de riqueza, talvez de prestígio, mas saberia muito bem como negociar seus conhecimentos e suas habilidades em troca de seus interesses.

De toda forma, a mudança de lado de Calabar parece ter desapontado muito o general Matias de Albuquerque, como narrou seu irmão, o cronista Duarte de Albuquerque Coelho: “Como o nosso general lhe conhecia o talento, sentiu muito esta fuga, não só pelo mal que daí receava, mas pelo caminho que abria para outros como ele fazerem o mesmo”²⁴.

De início, Waerdenburch hesitou em confiar em Calabar, até o mulato ter prestado auxílio aos holandeses na incursão de Igarassu, realizada no ano da deserção. Escrevendo aos Conselhos Gerais, o comandante polonês admitiu a valiosa colaboração realizada pelo mameluco aos flamengos: “sob a fidelidade ou infidelidade de um negro que me serviu de guia.”²⁵ Ao lado dos holandeses, Calabar planejou e executou o saque de aldeias, fazendas e plantações de cana, além de atear fogo em algumas embarcações portuguesas e assaltar o fortim do Rio Formoso, tudo isso no ano de 1632²⁶.

Novamente, foi Pudsey o cronista dos holandeses que mais reconheceu o valor do mulato: “graças a seus conselhos e meios molestamos muitíssimo o país, sendo ele um sujeito intrépido e político, sabedor de todas as picadas e caminhos através de toda a terra, jactando-se de nada mais fazer senão dano aos portugueses.”²⁷ De fato, houve quem depreciasse Calabar, como foi o caso de Barleus que explicitou que os soldados comandados pelo capitão tinham “pouco valor em razão de sua preguiça, estupidez e negligência”²⁸.

²² FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 452 p. 156.

²³ De acordo com Schalkwijk, o mameluco teria sido educado numa escola jesuíta e, antes de participar na guerra, atuara na procura das legendárias minas de prata de Caramuru. Os bens que Calabar possuía seriam advindos de suas aventuras pregressas a entrada holandesa no território. Cf. SHALKWIJK, Frans Leonard. *Por que, Calabar? O motivo da traição*. Holanda: Appleodoorn, 2000.

²⁴ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Op. cit.* p. 128.

²⁵ Carta de Waerdenburch aos Estados Gerais datada de 09 de maio de 1632. Apud. SHALKWIJK, Frans Leonard. *Op. cit.* p. 2.

²⁶ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 453. p. 156.

²⁷ PUDSEY, Cuthbert. *Op. cit.* p. 69.

²⁸ BARLEUS, Gaspar. *História dos Feitos Recentemente Praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974. p. 179.

Entretanto, do lado português era uníssona a voz que acusava Calabar de ter pendido a balança da guerra a favor dos holandeses, como queixou-se Coelho: “[...] e de quase todas as sortidas que efetuaram, nas quais nos deixaram gravíssimos prejuízos, foi Calabar o motor principal.”²⁹ Isto porque o mulato teria ensinado aos flamengos os segredos das escaramuças no território colonial e nisto residiria sua principal culpa.

Assim que Matias de Albuquerque percebeu o avanço holandês tendo Calabar como fiel colaborador, tentou frear seus feitos, concedendo-lhe perdão e muitas outras mercês, caso se arrependesse da deserção e voltasse para o lado dos portugueses. Porém, o mulato em nenhum momento realizou qualquer movimento de retorno para a resistência. Então, o comandante português tomou medidas mais drásticas, contratando o primo do desertor, chamado Antônio Fernandes, para matá-lo. Contudo, não houve sucesso no episódio porque o atrapalhado primo de Calabar acabou tropeçando na espada e terminando morto, conforme a narração de Albuquerque Coelho.

Através da leitura das crônicas lusitanas é possível perceber que os portugueses acreditavam realmente que as conquistas flamengas se davam por responsabilidade do desertor e não pela capacidade neerlandesa. Assim, ao lado dos holandeses, Calabar atuou como guia, capitão de emboscada, intermediário entre os nativos, comandante de tropas, além de planejar, dirigir e orientar as entradas flamengas no território. De modo que, somente com Calabar, os holandeses teriam conseguido vencer a guerra.

Efetivamente, de 1632 a 1635, os neerlandeses avançaram bastante na guerra. Houve participação de Calabar no saque da Vila de Igarassu; no ataque a Vila da Conceição, em Itamaracá; no roubo dos engenhos de Goiana, ao norte daquela capitania; na tomada da província de Rio Grande; no sítio ao Cabo de Santo Agostinho; no domínio da Paraíba; e na tomada das povoações de Alagoas. Até que em junho de 1635, os portugueses perderam o Arraial do Bom Jesus, o que significou a queda da resistência.

Na luta contra os portugueses, Calabar também saiu ferido. No confronto com Francisco Rabelo, Calabar levou um arcabuzado na perna. As demonstrações de lealdade do mulato aos holandeses eram muito lamentadas pelos cronistas lusitanos, como reclamou Coelho: “não cessava de, com suas excursões, causar-nos as grandes perdas que temos visto”³⁰.

²⁹ COELHO, Duarte de Albuquerque. Op. cit. p. 137-8.

³⁰ Ibidem. p. 243.

A sorte do mameluco mudou quando, um mês depois da queda do Arraial, graças à ação do morador do povoado de Porto Calvo, Sebastião do Souto, os holandeses se confrontaram com os portugueses e Calabar foi capturado pelas tropas da resistência. Na capitulação de Porto Calvo, tentou o governador holandês Alexandre Picard negociar com Albuquerque a liberação de Calabar, não obtendo sucesso, quando o próprio se ofereceu para acertar as contas com os portugueses. Sobre o episódio, Brito Freire comentou:

“Este homem vil, destruidor da Pátria e espanto dos moradores, considerou no aperto presente os delitos passados. E nivelando pela grandeza da traição, a atrocidade do suplício, imaginava mais perigosa pena do que a morte. Mas dispondo-se com a vontade ao que haviam de obrigá-lo por força, soube religiosamente oferecer, como em sacrifício à sua alma, a infâmia da sua vida.”³¹

Então, representando a pessoa de El-rei, Matias de Albuquerque julgou sumariamente o caso de Calabar e, em julho de 1635, o condenou à pena de morte por sua deserção. Foi a infidelidade de Calabar aos portugueses que motivou o general a condená-lo por crime de Lesa Majestade, em conformidade com o Código Penal das Ordenações Filipinas, para morrer enforcado e esquartejado. De acordo com Calado, “[...] o condenaram a morrer enforcado, e esquartejado, por traidor, e aleivoso à sua pátria e a seu Rei, e Senhor, e por os muitos males, agravos, furtos, e extorsões que havia feito [...]”³². Não restam dúvidas de que foi aplicado ao caso um castigo exemplar³³.

Como foi tudo feito às pressas, um dia após a prisão do mulato, o Frei Manoel Calado foi chamado para ouvir sua confissão, como resguardava a legislação em vigor³⁴. De acordo com o religioso, Calabar demonstrou verdadeiro arrependimento na hora derradeira de sua morte, confessando-se “com muitas lágrimas e com punção de espírito”³⁵. Além de suas culpas, o condenado teria feito apontamento de suas dívidas e de suas obrigações, bem como de seus bens e de “outras coisas pesadas” contada a

³¹ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 664. p. 214.

³² CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 60.]

³³ A prática do esquartejamento, seguido ao garrote, dilacerava o corpo do traidor num espetáculo público que demonstrava a reafirmação do poder do rei, conforme a prescrição legal.

³⁴ Apesar de não ter havido tempo para grandes procedimentos judiciais devido ao ligeiro julgamento, é importante destacar que a legislação penal foi cumprida, sobretudo a pena prevista para aleivosia, mesmo se tratando de contexto belicoso. “Das execuções das penas corporais”. In: LARA, Silvia Hunold. (org.) *Ordenações Filipinas, Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, livro V, título 137. p. 484-488.

³⁵ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 66.]

Calado³⁶. Para Coelho: “soou finalmente para Domingos Fernandes Calabar a hora que ele havia conhecido que chegava, do castigo reclamado por sua infidelidade; [...]”³⁷

Ainda sobre a morte do desertor, as crônicas narram a fúria que tomou o general Von Schkoppe ao ver os restos mortais de Calabar espalhados por Porto Calvo, mesmo após três dias de sua execução. Foi Calado quem suplicou ao general dos holandeses que concedesse salvo-conduto aos moradores do povoado, depois do enterro preparado com cerimônias fúnebres pelo próprio Von Schkoppe.³⁸ Neste sentido, depreende-se como o desertor dos portugueses havia conquistado um lugar de respeito, entre os holandeses, graças aos anos prestados de colaboração, entre as autoridades flamengas.

Figura de destaque neste caso foi o delator de Calabar. O morador de Porto Calvo, Sebastião do Souto, dissimulou toda a situação para a captura do trãnsfuga, revelando ao comandante Albuquerque que os flamengos contavam com aproximadamente trezentos e cinquenta homens, mas que esperavam pelo reforço de duzentos homens trazidos por Calabar, à esta altura, sargento-mor. Enquanto isso, Souto persuadiu o governador holandês Picard a atacar os portugueses que chegavam, alegando estarem em número de vinte índios e poucos soldados, todos cansados e sem ordem³⁹.

Seguindo os conselhos de Souto, Picard subestimou as forças trazidas por Albuquerque e avançou sobre o terreno com sua tropa, só não esperava a emboscada armada pelo capitão Rabelo. Como resultado, os flamengos acabaram cercados e se renderam. Assim, Souto atuou como uma espécie de espião duplo, mas, secretamente, mantinha o comandante Matias de Albuquerque informado de todos os passos holandeses no território. Além disso, Freire atestou que Souto chegou, dentro do exército holandês, a degolar alguns soldados e fazer outros prisioneiros.⁴⁰

Foi Calado quem expôs o atrevimento de Souto de se comunicar com ambos os lados do conflito e preparar o encontro que culminou com a prisão do procurado desertor⁴¹. Freire se referiu a Sebastião do Souto como um “morador de esforço e indústria esquisita”⁴², por vezes, desconfiando de sua fidelidade. O motivo do estranhamento do

³⁶ Tais “coisas pesadas” não foram reveladas na crônica do religioso, mas foram ditas ao general Albuquerque, que recomendou a Calado que se encerrasse o assunto “por não se levantar alguma poeira da qual se originasse muitos desgostos e trabalhos”. CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 67.]

³⁷ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Op. cit.* p. 329-0.

³⁸ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* p. 68-9.

³⁹ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 659. p. 213.

⁴⁰ Ibidem. N. 858. p. 265.

⁴¹ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 62.]

⁴² FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 658. p. 213.

cronista deveu-se ao fato de Souto ter permanecido irresoluto ao lado dos holandeses, embora mandasse informações ao general português. Tratou-se, portanto, de um soldado que tentou de todas as formas demonstrar sua fidelidade aos portugueses.

Assim, a atitude de Souto demonstrava lealdade aos portugueses, mas significava uma infidelidade aos holandeses, como percebeu o flamengo Joannes De Laet: “o inimigo chega; um português, trai a nossa gente [...] Calabar é esquartejado”⁴³. Desta maneira, o principal articulador da vitória portuguesa no episódio foi Sebastião do Souto e, se trabalhara como espião duplo, colaborando secretamente com os portugueses durante a primeira fase do conflito, principalmente pela derrota das forças da resistência, acabava por revelar sua verdadeira fidelidade ao se tornar soldado do exército luso-brasileiro, antes mesmo de estourar a insurreição.

Ao que as crônicas indicam, o episódio da entrega de Calabar teria sido decisivo para Souto romper a imparcialidade e decidir atacar, abertamente, às tropas holandesas. A partir de 1635 então, o morador entra na luta ao lado dos guerrilheiros luso-brasileiros empenhados em tomar de assalto o terreno ocupado pelos neerlandeses. De início, Souto serviu como alferes, fazendo entradas no território da WIC, com limitados poderes, causando grandes danos para os flamengos⁴⁴, por isso, não tardou muito a tornar-se capitão.

Durante o período nassoviano, as fontes portuguesas trazem várias provas da lealdade de Souto aos portugueses, o corajoso capitão que serviu no terço governado pelo sargento-mor Antônio de Freitas da Silva. Natural da freguesia de Quintiães, termo da Vila de Barcelos, o português Sebastião do Souto lutava com “incansável diligência” para recuperação do terreno ocupado⁴⁵ até o dia em que foi atingido por um mosqueteiro que lhe atravessou os peitos⁴⁶. Na narração de Freire, a morte do Capitão Souto foi sentida de maneira geral pelas autoridades portuguesas: “diminuiu a felicidade do sucesso, o geral sentimento que deixou de si nos ânimos de todos, este sujeito em que, até o presente, a valentia e a fortuna competiram, mas não se avantajaram”⁴⁷.

Como Sebastião do Souto que lutara ao lado dos luso-brasileiros para retomada do território dominado pelos holandeses, muitos foram os soldados fiéis a Portugal.

⁴³ DE LAET, Joannes. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636* (original de 1644). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916-25. [p. 344].

⁴⁴ FREIRE, Francisco de Brito. *Op. cit.* N. 688. p. 220.

⁴⁵ *Ibidem.* N. 869. p. 267.

⁴⁶ Freire não precisa a data da morte de Sebastião do Souto. Pela sucessão dos fatos que narra, estima-se que a mesma tenha ocorrido no ano de 1638.

⁴⁷ FREIRE, Francisco de Brito. N. 882. p. 270-271.

Alistados na causa da restauração, Calado saudou a bravura de todos aqueles que acompanharam o governador João Fernandes Vieira, cujos nomes são: Amador de Araújo, Manuel de Araújo de Miranda, Simão Mendes, Domingos Fagundes, Cosmo do Rego, João Soares de Albuquerque, Antônio de Crasto, Francisco Gomes de Abreu, Antônio Gomes Tabora, Sebastião Ferreira, Antônio Borges Uchôa, Francisco de Lisboa, Tomé Dias da Costa, Manuel Soares Robres, Marcos Pires, Paulo Velozo, Fernão Gomes, Inácio Mendes, Pedro Marinho Falcão, Pedro Corrêa, Braz de Barros e João Barbosa⁴⁸. Tratavam-se de soldados colaboradores dos luso-brasileiros nos tempos da insurreição pernambucana.

Como as lealdades eram deveras inconstantes durante as guerras pernambucanas, houve, ainda, quem mudasse de lado e se arrependesse, como fizera o padre Manoel de Moraes. Ao lado da resistência, o jesuíta atuou como capitão dos gentios de 1630 a 1634⁴⁹. Na luta contra os holandeses, Moraes liderou importantes ações militares nas capitanias de Itamaracá e de Rio Grande, tendo por ajudante ninguém menos que o potiguar Felipe Camarão.

Como soldado desertor, Moraes colaborou com os holandeses após a rendição da Paraíba, quando passou a fornecer indicações valiosas sobre localização, número de guerreiros e lideranças das aldeias indígenas. Moraes lutou pouco tempo em campo pelos holandeses, tendo sido transferido para Holanda em abril de 1635, quando passou a colaborar de Amsterdã, por meio de seus trabalhos intelectuais e não por atuação militar. Todo o cuidado do ex-inaciano fazia parte de suas pretensões em alcançar o cargo de diretor dos índios, ambição que não realizara.

Ao alcançar certa reputação entre os holandeses, Moraes pareceu enfrentar uma espécie de crise de consciência⁵⁰. Por isso, a partir de 1641, o desertor arrependido começou a articular sua volta para o lado lusitano, procurando o embaixador português Tristão de Mendonça Furtado em Haia para oferecer seus serviços em troca de benesses reais. Além disso, Manoel de Moraes publicou um panfleto em Leiden em defesa de D. João IV, demonstrando-se adepto à restauração portuguesa.

⁴⁸ Há muitos outros soldados descritos no decorrer da crônica, os apontados, entretanto, destacaram-se logo no início da preparação da rebelião. CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 433.]

⁴⁹ Dados biográficos de Manoel de Moraes conforme o estudo esmiuçado de Ronaldo Vainfas, publicado com o significativo título *Traição*. VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁵⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. *Op. cit.*

Em 1642, o ex-jesuíta e ex-capitão do gentio, agora possivelmente ex-colaborador dos flamengos, achou por bem jogar nos dois lados neste contexto, mantendo contato e angariando posições tanto entre os portugueses e como entre os holandeses. Ao mesmo tempo que tratou com Francisco de Andrade Leitão, novo embaixador em Haia, a prestação de seus serviços para Portugal na guerra pernambucana, tentava conseguir um contrato de contratador de pau-brasil em Pernambuco com a WIC visando retornar a colônia, por intermédio da influência de Laet.

A façanha de voltar ao Brasil, Manoel de Moraes conseguiu em 1643. Porém, o verdadeiro retorno do ex-capitão da resistência ao lado português em guerra contra os holandeses ocorreu no momento de sua prisão por João Fernandes Vieira, quando resolveu aderir à insurreição. Se os contatos com os portugueses quando ainda estava na Holanda não foram suficientes para atestar sua deserção, sua nova mudança de lado, torna-se clara em solo colonial, principalmente pela atuação como capelão das tropas na batalha do monte das Tabocas, onde os rebeldes luso-brasileiros conseguiram a primeira vitória.

Entretanto, como capelão da insurreição, Moraes pouco tempo ficou, pois foi preso em 1645 graças à intervenção do general Martim Soares Moreno. Remetido aos cárceres da Inquisição de Lisboa para responder ao processo de heresia, para o qual muitas denúncias foram feitas⁵¹, o ex-capitão de gentio da resistência, ex-funcionário da WIC e, agora também, ex-capelão da restauração terminou sua vida em Lisboa após a condenação. Deste modo, percebemos que o ambivalente Manoel de Moraes acabou traindo a todos os lados.

A breve síntese da vida colaborativa de Manoel de Moraes, ora aos portugueses, ora aos holandeses, depurada de sua atuação como religioso, de suas culpas e das denúncias que recaiam sobre ele, mas enfatizando sua ação militar ou intelectual, aponta exatamente para as idas e as vindas dos soldados no percurso das guerras pernambucanas. Tratava-se mesmo de uma época de lealdades incertas, em que também a soldadesca estava em trânsito, mudando de lado conforme parecesse oportuno.

Caso curioso de quem também optou pelos holandeses, mas não tivera sorte no seu destino, nem tempo para articular uma mudança de lado como fizera Manoel de Moraes, é o do português Fernando Rodrigues Bulhões, mencionado no documento outrora citado “O Machadão do Brasil”. Segundo relato de Kees, Bulhões teria sido um

⁵¹ Matéria analisada no quinto capítulo deste trabalho.

dos primeiros que, após a conquista daquela capitania, se reuniu com Jaques van der Neuse para “fazer a declaração de que todos os moradores que pretendiam ir-se embora, voltaram outra vez”⁵².

Apesar da desconfiança da tradução publicada, apontada por Gonsalves de Mello, a fonte revela um interessante caso de deserção aos exércitos da resistência. Ao lado dos holandeses desde a queda da Paraíba, Fernando Bulhões, segundo o folheto holandês, alcançou o posto de secretário da Companhia, assistindo, de perto, à muitas autoridades flamengas. Embora tenha servido ao governo holandês de grandes préstimos, Bulhões acabou executado por suspeita de infidelidade, desta vez ao governo que tão bem servia.

Na apreciação de Kees e Jan, autores do diálogo registrado no documento, a execução pode ser considerada como precipitada, chegando a ser defendida a entrega do caso ao juízo português. No entanto, a denúncia que recaía sobre Fernando Rodrigues Bulhões, bem como a seu filho bastardo Jan Paulo e a seu amigo Paulus de Linge, Conselheiro da Justiça e diretor da Companhia na Paraíba, era a de tentativa de entrega do Forte da Paraíba aos portugueses, com quem o português vinha mantendo contato, mediante boa quantia⁵³, no período após o retorno de Nassau.

Ao que tudo indica, a ordem para a execução de Bulhões teria partido do próprio De Linge, autoridade holandesa que teria se aproveitado da amizade de Bulhões para se livrar das suspeitas, segundo o documento holandês. De toda forma, a fonte é importante porque menciona a existência de contratos duvidosos travados entre portugueses e os conselheiros políticos⁵⁴. Embora os autores não tenham explicitado os nomes das autoridades envolvidas, o documento insinua a persistência da prática desertora também entre os holandeses, sobretudo, a partir das movimentações insurrecionais.

Em épocas em que a colaboração possuía um valor inestimável, tentativas de cooptação do inimigo na guerra eram estratégias primordiais. O próprio Conde de Nassau foi tentado por Jorge de Mascarenhas, o Marques de Montalvão, durante o curto tempo de seu vice-reinado, entre 1640 e 1641, para participar de um projeto restaurador. A proposta de Montalvão considerava que o Conde facilitasse a restituição das capitanias

⁵²“O Machadão do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil, entre Kees Jansx Schott, recém-chegado daquele país, e Jan Maet, caixeiro de negociante, que também ali esteve com aquele”. (Traduzido do holandês por Pedro Souto Maior e corrigido por Alfredo de Carvalho), *RIAP*, Recife, vol. xiii, n. 71, mar. 1908, p. 125-170. p. 150.

⁵³ *Ibidem*. p. 149-150.

⁵⁴ Na fala de Kees: “O que deduzo de tudo isso é que, por mais firmes que pareçam ser estes contratos, tem tornado precárias as condições da Companhia e mesmo levaram-na à ruína.” “O Machadão do Brasil [...]”. *Op. cit.* p. 154.

açucareiras a Portugal em troca de sua nomeação para a chefia do exército em guerra contra Castela, além de outros oferecimentos pecuniários. Entretanto, Nassau não se deixou envolver, não demonstrando prontidão alguma para trair os neerlandeses⁵⁵.

A tentativa de aliciamento do principal governador holandês não obtivera os resultados almejados pelos portugueses, mas outras autoridades de mais baixa patente acabaram colaborando com os luso-brasileiros em alguma medida, ao desertarem das fileiras flamengas, como será visto.

Especialmente no momento da insurreição, o fluxo da deserção parece ter mudado de direção, passando muitos dos colaboradores dos holandeses para a condição de soldados do exército restaurador. Assim como moradores e soldados portugueses da resistência se passaram para o lado holandês principalmente após a queda do Arraial por considerar como certa a perda do território; soldados holandeses resolveram migrar para o lado dos luso-brasileiros tão logo os insurretos conseguiram as primeiras vitórias.

Entre os muitos moradores que se alistaram nas tropas luso-brasileiras após seus primeiros sucessos, encontram-se Paulo da Cunha Souto Maior e o reticente Sebastião de Carvalho. Na condição de capitães entre os luso-brasileiros, os antigos colaboradores dos holandeses demonstraram dúvidas quanto ao futuro incerto da dominação flamenga frente aos ataques dos insurretos. De acordo com Calado, considerados desertores pelo Supremo Conselho, os capitães carregaram soldados holandeses para a causa da restauração. Entre eles, Calado mencionou o mestre-de-campo Teodósio de Estrate e o sargento-mor Francisco de Latour⁵⁶.

Ainda assim, a grande maioria não foi nomeada pela crônica portuguesa. Calado informou, no entanto, o clima de tensão em que viviam os desertores: “como pois os holandeses, que serviam ao nosso exército, andassem perturbados e sobressaltados de que se descobrisse a traição que nos tinham urdido”⁵⁷. De acordo com o cronista, até mesmo “as mulheres e meninos holandeses que entre nós havia” com o avanço da insurreição. As ordens do exército restaurador, conforme a captura dos holandeses, era clara: enviar para a Bahia, a menos que o soldado resolvesse colaborar com a causa.

Contudo, o trânsito de gente era mesmo muito grande em tempo de guerra e muitos desertores holandeses que se apresentavam por vontade própria ou eram capturados pelos

⁵⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 117.

⁵⁶ CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.* [p. 632].

⁵⁷ *Ibidem.* [p. 629].

insurretos, acabavam retornando para o lado dos holandeses. Certa ocasião, Calado narrou que foi enviada uma carta por parte de um capitão restaurador avisando ao Supremo Conselho da fuga dos desertores, mandando “enforcar aos sessenta e cinco flamengos que haviam fugido dentre nós e se haviam indo para eles”⁵⁸.

O cronista informou que a carta causara certo abalo entre as autoridades holandesas, que não tardaram a, “sem dar cópia dela [a carta] a ninguém”, espalhar espias secretas pelo Recife para averiguar a denúncia. De modo que a missão dos informantes flamengos seria de esquadriñar “os ânimos dos que haviam fugido e notassem suas palavras, para ver se podiam descobrir neles algum danado intento que cheirasse a traição”⁵⁹.

7.2 – Camarões e Henriques

Em termos de fidelidade, não seria possível falar da história das guerras pernambucanas do açúcar sem mencionar os terços dos Camarões e dos Henriques, contingentes índios e negros que permaneceram leais súditos da Coroa portuguesa mesmo no tempo da dominação holandesa nas capitanias açucareiras do Norte. Obviamente, nem todos os índios, bem como nem todos os negros resistiram aos holandeses, como foi analisado no terceiro capítulo. Contudo, a colaboração de Felipe Camarão e de Henrique Dias, que possibilitou a tais súditos conseguirem cargos e mercês, merece uma investigação a mais.

O líder do terço indígena foi Antônio Felipe Camarão. Não que tenha sido o único caso de resistência aos flamengos, mas seu exemplo foi de tal forma reconhecido à época e aclamado pela historiografia da área, que Camarão entrou no panteão como um dos heróis da restauração pernambucana. Apesar de toda a representação construída acerca do personagem, de fato, pelos testemunhos acima analisados, Camarão esteve ao lado dos luso-brasileiros em todos os momentos do domínio holandês na América.

A primeira aparição de Camarão na história do Brasil Holandês se deu logo no desembarque flamengo na Baía do pau amarelo em 14 de fevereiro de 1630. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello⁶⁰, Camarão, como Capitão dos índios da Aldeia de São

⁵⁸ Ibidem. p. 634.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *D. Antônio Filipe Camarão: capitão-mor dos índios da costa do Nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954. p. 17. A publicação do historiador José Antônio Gonsalves de Mello em 1954 do livro sobre Camarão, mas não somente este, como todas as biografias datadas desse ano sobre os restauradores, tratou-se de edições comemorativas do tricentenário da Restauração de Pernambuco, fonte riquíssima de informações sobre os homens que tanto colaboraram com

Miguel ou Muçuí, foi trazido sob o comando do padre Manoel de Moraes para colaborar na defesa do território. Contudo, na passagem holandesa pelo Rio Doce, as forças da resistência portuguesa comandadas por Matias de Albuquerque, que, na ocasião, incluíam os índios chefiados por Camarão, não conseguiram conter a entrada holandesa. O resultado foi a posse flamenga sobre Olinda.

O fracasso inicial da resistência foi explicado, por Gonsalves de Mello, pela inexperiência e pelo susto dos primeiros embates com as forças holandesas. Na derrota inicial, Camarão permaneceu ao lado de Albuquerque, inicialmente, ocupando a Estância de Santo Amaro. Assim como os flamengos, os portugueses também mantinham suas garantias aos índios aliados, expressas pelos Regimentos das praças conquistadas⁶¹. Na hipótese do historiador, todo esse cuidado no trato com os indígenas, tanto por parte dos flamengos como pelos portugueses, deveu-se ao temor que os europeus sentiam, especialmente por sua crueldade e por sua desobediência aos padrões europeus da época.

Desde a partida dos índios no episódio da tomada da Bahia em 1624, os portugueses ficaram alarmados com os contatos estabelecidos entre indígenas e holandeses. Quanto maior a proximidade entre os indígenas e os flamengos, mais Camarão foi contemplado pelos portugueses com distinções e mercês, uma vez que esta demonstração régia por encomenda de Albuquerque “não visou apenas a premiar os serviços do agraciado e salientá-lo como igual entre os que defendiam o Nordeste, mas também assegurar aos luso-brasileiros uma colaboração militar muito valiosa”⁶².

De acordo com a Carta Régia de 1633 destinada a Matias de Albuquerque, El-Rei Felipe IV de Espanha demonstra seu objetivo em agraciar Camarão:

“[...] e que eu mande honrar com brevidade ao Índio principal, que vos assiste, que se chama Antônio Phelippe Camarão de Nação Potiguar, e todos os Índios dessa Capitania e os demais até o Ceará respeitam, e serve desde o princípio da guerra na estância mais arriscada e junto a inimigos, pelejando em todas as ocasiões com muito valor, e é bom Christão, [...]”⁶³

Na continuação da Carta, fica descrita a mercê régia dirigida a Camarão: a patente de Capitão-mor dos potiguar, o brasão de armas e rendas, o soldo que totalizava 80 mil réis e o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Se a generosidade real para com este

os portugueses. O trabalho desta tese não teria sido possível sem as indicações certas de Gonsalves de Mello.

⁶¹ Os casos de índios colaboradores dos holandeses foram analisados no terceiro capítulo deste trabalho.

⁶² MELLO, José Antônio Gonsalves de. D. Antônio Filipe Camarão. *Op. cit.* p. 18-19.

⁶³ Carta régia enviada a 14 de maio de 1633. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. D. Antônio Filipe Camarão. *Op. Cit.* p. 19-20.

indígena podia causar inveja a qualquer soldado ou capitão de armas europeu, muito mais efetivo era sua consequência motivacional, o que tornava a fidelidade de Camarão aos portugueses um exemplo a ser seguido por todos aqueles que almejassem seus privilégios.

Desta feita, o Capitão dos Índios seguiu de 1633 a 1635 ao lado dos portugueses, resistindo ao avanço holandês ao atuar nas incursões militares aos assentamentos flamengos. No testemunho de Calado: “esse índio foi o mais leal soldado que El Rei teve nesta guerra, porque sempre acompanhou aos portugueses com sua gente em todos os trabalhos e fadigas”⁶⁴.

Uma vez ocupada a Paraíba e perdido o Forte de Nazaré e o Arraial do Bom Jesus, em 1635, restou a Albuquerque a retirada das forças de resistência para a região de Alagoas, passando por Porto Calvo. Nessa transmigração, Camarão ficou responsável pela cobertura da retaguarda, protegendo a tropa luso-brasileira para que chegasse ao seu destino. Por este tempo, chegou às Alagoas o exército de socorro enviado pelo Rei Felipe III, sob o comando de D. Luiz de Rojas y Borja, militar espanhol encarregado de trazer, para Felipe Camarão, o título de Dom e a carta contendo o hábito, prometidos em 1633⁶⁵. Infelizmente, pouco tempo o comandante Rojas y Borja lutou na guerra, faleceu na Batalha da Mata Redonda travada contra Arciszewsky.

Neste momento, no qual a Companhia das Índias Ocidentais já tinha se assenhorado do território açucareiro, a participação de Camarão – juntamente com outros Capitães como o chefe do Terço dos negros⁶⁶ Henrique Dias – comandado pelo Conde de Bagnoulo, direcionou-se a empreender campanhas de ataque a propriedades inimigas, saqueando e incendiando as plantações que se tornaram holandesas. A resistência luso-brasileiras foi, então, a tática da guerrilha, pois se não era possível reconquistar o território, tentavam devastá-lo, desorganizando a produção de açúcar. De acordo com Boxer, as campanhas, nas quais Camarão era capitão ativo, permaneceram até o ano de 1641⁶⁷, quando ordens da Bahia suspenderam as emboscadas.

⁶⁴ CALADO, Manoel. *Op. cit.* p. 29.

⁶⁵ Patente de D. Luiz de Rojas e Borja, Madrid 30 de janeiro de 1635. Apud. MELLO, José Antônio Gonalves de. D. Antônio Felipe Camarão. *Op. Cit.* p. 23.

⁶⁶ O chamado “Terço da Gente Preta” ou “Terço de Henrique Dias” se originou nos primeiros anos das guerras pernambucanas do açúcar contra a ocupação dos holandeses e sua estrutura se assemelhava às guerras pretas angolanas. O terço se manteve em atividade até meados do século XVIII. O assunto será aprofundado mais à frente. Cf. MATTOS, Hebe. “Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico português.” In: *XXIV Simpósio Nacional de História*, Associação Nacional de História, 2007.

⁶⁷ BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. (Original de 1957). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p. 168.

Portanto, a responsabilidade do capitão indígena neste tempo era mesmo a de recolher, proteger e conservar as forças da resistência em Porto Calvo⁶⁸. Neste local, sob as ordens expressas do Conde de Nassau, em 1637, as tropas holandesas atacaram e expulsaram os guerrilheiros, isto porque a ação dos campanhistas ameaçava a segurança do domínio flamengo. Por isso, Nassau empenhou-se em afastá-los assim que assumiu o governo. Com a vitória holandesa, Mello narra que: “no mesmo dia, à noite, o Conde de Bagnuolo retirou-se do Porto Calvo com a maior parte de suas tropas; em março o exército partiu para Sergipe e, daí, em novembro, para a Bahia.”⁶⁹

Contudo, a hipótese de Boxer de que Camarão continuou ativo, bem como todo o exército de campanhistas, apesar da retirada forçada da resistência para a Bahia em 1637, parece correta pois a cabeça do índio se encontrava a prêmio, na época. Os holandeses ofereciam 1.800 florins, em dezembro de 1637, pela captura e entrega do Capitão-mor Antônio Felipe de Camarão⁷⁰.

Ainda sob o comando do Conde de Bagnuolo, Camarão participou da defesa de Salvador, a qual Nassau, sem sucesso, ousou atacar. Pela brilhante atuação na luta, o Capitão-mor dos indígenas foi novamente agraciado com mais mercês do Rei Felipe III de Portugal: pela defesa da sede do governo geral, Camarão foi distinguido com a comenda dos Moinhos de Soure e com uma medalha de ouro, entregues pelo D. Conde de Mascarenhas, Conde da Torre, em janeiro de 1639.

A chegada da esquadra do Conde da Torre trouxe, também, instruções escritas aos Capitães da resistência, dentre eles João Lopes Barbalho, Francisco Rebelo, Felipe Camarão, entre outros. Em relação ao Capitão indígena, a ordem determinava que resguardasse Barbalho para a travessia do Rio São Francisco, deixando as mulheres, os doentes e os mais idosos em Sergipe, para seguirem procurando ajuda e mantimentos⁷¹.

A ordem recomendava a atenção do índio para os acontecimentos, pois dependendo das notícias, deveria marchar em direção à Serinhaém, passando pelas Alagoas e Porto Calvo, assaltando as estâncias e destruindo engenhos no meio do caminho, e seguir para o Cabo. No entanto, a instrução ressalva para o índio cuidar de

⁶⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. D. Antônio Felipe Camarão. *Op. Cit.* p. 26.

⁶⁹ *Ibidem.* p. 28-29.

⁷⁰ WIC. *DN de 30 de dezembro de 1637*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 2 fev. 2017.

⁷¹ Documentos sobre vários assumptos, *RIAP*, nº 34, Recife, 1887, p. 34/38. A instrução por que se devia reger Camarão data da Bahia de 17 de novembro de 1639.

não ferir os moradores, os quais deveriam permanecer ilesos, sendo instruído a proteger e a amparar todos os naturais da terra, além de recolher os soldados que encontrasse⁷².

A represália de Nassau⁷³ contra essas ordens determinou a morte de qualquer soldado luso-brasileiro que cruzasse os territórios dominados pela WIC. Em relação a Camarão, Nassau incumbiu à responsabilidade do Coronel Hans van Koin, da guarnição em São Lourenço, uma perseguição pessoal do capitão. Contudo, Camarão retirou-se antes disso, aguardando tempos melhores para as forças luso-brasileiras.

Enquanto isso, entre os negros, se a tradição historiográfica é tão forte em afirmar sua resistência aos holandeses, deve-se, sobretudo, à atuação de um homem em particular: o emblemático caso de Henrique Dias. Trata-se de um negro forro⁷⁴, natural de Pernambuco, que foi, juntamente com outros libertos, apresentar-se ao comandante Matias de Albuquerque em 1633, exatamente na altura da guerra luso-holandesa em terras pernambucanas em que os flamengos começavam a avançar na conquista e os portugueses passavam a amargar suas primeiras perdas territoriais.

A primeira ação na qual apareceu Henrique Dias como capitão de, neste momento, apenas 20 negros, data de 15 de julho de 1633 na defesa do Engenho São Sebastião, propriedade de Pedro da Cunha Andrade, que estava sendo fortemente atacado pelos holandeses. Na ocasião, Dias foi ferido por uma bala de mosquete⁷⁵. Em setembro do mesmo ano, Dias, agora no comando de 35 negros, enfrentou, sob a autoridade de Francisco de Almeida Mascarenhas, os holandeses comandados por Von Schkoppe, na localidade de Igarassu. Na batalha, recebeu o capitão outro ferimento de mosquetaços⁷⁶.

Neste interim, pode-se destacar a atuação de outros negros formando tropas para lutarem contra os holandeses. A esse respeito, Ronald Raminelli explicou que a atuação nas milícias negras significava, para os negros e os escravos do Brasil Colonial, uma possibilidade efetiva de ascender socialmente⁷⁷, uma vez que os serviços militares

⁷² O historiador Gonsalves de Mello demonstrou o perigo que representava a ação dos guerrilheiros para os próprios moradores: “Foi este um dos momentos mais difíceis da conquista holandesa do Brasil. A ameaça da forte esquadra do Conde da Torre, no mar, era agravada pelos ataques, mortes e incêndios na zona canavieira, pela ação dos campanhistas.” MELLO, José Antônio Gonsalves de. D. Antônio Felipe Camarão. *Op. Cit.* p. 33.

⁷³ A ordem é datada de Maurícia 24 de Fevereiro de 1640, constando em: Documentos sobre vários assumptos, *RIAP*, nº 34, Recife, 1887, p. 40-41.

⁷⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias. Governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954, p. 8.

⁷⁵ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Op. cit.* p. 112-113.

⁷⁶ *Ibidem.* p. 123.

⁷⁷ RAMINELLI, Ronald. “Élite negra en sociedad esclavista: Recife (Brasil) c. 1654-1744”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, v. 11, p. 45-67, 2011. [p. 65]

prestados, na maioria das vezes, acompanhavam as promessas de alforria, para os escravos, e as chances de receber mercês e terras como prêmios.

Henrique Dias chefio as forças negras que lutavam contra os holandeses, constituindo um terço⁷⁸ de soldados. É Mattos que identifica a utilização em larga escala de escravos formando tropas para lutar em guerras como uma prática bastante utilizada à época, nas organizações político-militares da África atlântica. Trata-se, portanto, de uma técnica “largamente incorporada pela experiência militar portuguesa na região”⁷⁹. Da mesma forma que foram empregados africanos nas guerras pernambucanas, sendo assimiladas armas como espadas, escudos, arcos e flechas, lanças e azagaias; as táticas militares desenvolvidas na guerra dita “brasílica”, assim como negros veteranos da tropa de Dias, foram incorporados na luta pela recuperação da Angola pelos portugueses.

Neste sentido, a historiadora aponta para a incorporação da chamada “guerra preta”⁸⁰, travadas por exércitos privados, aliados dos portugueses, que incluíam também grupos mercenários e regimentos de escravos que formavam os grupos de combate africanos sob comando de autoridade local, utilizados pelas forças militares portuguesas durante as guerras angolanas⁸¹.

Na guerra luso-holandesa do século XVII, assim como Felipe Camarão, Henrique Dias se manteve fiel à resistência portuguesa na primeira fase do domínio holandês. No total, o Capitão dos negros recebeu cinco ferimentos, em diferentes batalhas, nessa fase do conflito. Neste tempo também, Dias começou a matar “por suas próprias mãos”⁸², conforme narração de Duarte de Albuquerque Coelho. Suas primeiras vítimas foram feitas na luta ocorrida nos arredores dos Apipucos em dezembro de 1634, quando o Dias matou cinco homens das tropas flamengas.

Apesar da defesa aguerrida dos terços de índios e negros, afora os outros contingentes coloniais, a resistência luso-brasileira caiu com a perda do Arraial do Bom

⁷⁸ A palavra “terço”, segundo o *Vocabulário Português* de 1712 do padre Raphael Bluteau, designa um termo militar “correspondente ao que os Romanos chamavam Legião e os Alemães e Franceses chamavam Regimento.” Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. v. 2. Coimbra: Collégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Dicionário disponível no site do IEB/USP. p. 110.

⁷⁹ MATTOS, Hebe. “Guerra Preta”: Culturas Políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *Na trama das redes: política e negócios no Império Português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v.1, p. 433-457. p. 440.

⁸⁰ Nas palavras de Mattos: “A presença militar portuguesa em Angola incorporou largamente táticas e forças de organização militares próprias à região”. MATTOS, Hebe. *Guerra Preta*. *Op. cit.* p. 441.

⁸¹ A presença portuguesa se consolidou, em Angola, com a expulsão dos holandeses e a derrota do rei do Congo na Batalha de Ambuíla, em 1665. Cf. MATTOS, Hebe. *Guerra Preta*. *Op. Cit.* p. 455.

⁸² COELHO, Duarte de Albuquerque. *Op. cit.* [p. 123.]

Jesus, em junho de 1635⁸³. Contudo, a perda do território não significou o fim da luta por parte das forças de resistência. A princípio, Henrique Dias permaneceu no território sob domínio flamengo, autorizado na condição de morador, portanto, sem pegar em armas, tempo em que se recuperou da defesa do Arraial. Porém, em abril de 1636 o Capitão dos negros voltava à luta, na companhia de Francisco de Rabelo participando da incursão realizada até o Cabo e São Lourenço⁸⁴.

Foi ainda em 1636 que Henrique Dias recebeu o título de “Governador das companhias de crioulos, negros e mulatos da guerra de Pernambuco”, cuja patente lhe foi entregue três anos mais tarde, com a chegada do Conde da Torre⁸⁵. Embora a patente date de 1639, há documentos anteriores que se referem a Dias na qualidade de Governador dos negros⁸⁶, o que nos leva a pensar que a elevação de sua posição tenha ocorrido no ano de 1636. Efetivamente, o título simbolizou uma ascensão de Henrique Dias dentro das forças luso-brasileiras, passando ao comando geral de todos os negros que serviam no exército da resistência. Então, a chefia da companhia dos negros nas batalhas passou para seu substituto, intitulado Paulo São Feliche.

Tal como os índios, ocorreu com os negros um processo semelhante de militarização de suas tropas, que incluía a hierarquização do comando através dos títulos e das mercês entregues aos homens mais destacados nas batalhas. Este processo tornou-se mais evidente no século XVIII, quando as milícias dos Henriques significavam canais para a criação de laços cooperativos entre negros para enfrentar a sociedade escravista⁸⁷. De acordo com Ronald Raminelli, desde as guerras de Pernambuco, os soldados de cor puderam mostrar seu valor para as autoridades coloniais, originando, a partir da atuação de Henrique Dias e de seus descendentes, uma importante elite negra e livre que servia como “porta-voz das aspirações e reivindicações” da gente negra do Brasil Colonial.

Atuando como guerrilheiro, Henrique Dias perdeu parte de seu braço esquerdo na Batalha de Porto Calvo, ocorrida em fevereiro de 1636. Após a derrota em Porto Calvo,

⁸³ As crônicas portuguesas afirmam que faltaram condições da vitória, atribuindo a culpa da perda do território à escassez de suprimento e de armamentos. Na narração de Coelho: “[...] a maior peleja era a da fome, que ia chegando a tal ponto que já de tudo se valiam os nossos [...]. Nem o valor nem a constância dos defensores do Arraial bastou para que ele não se perdesse; porque afinal faltou tudo o que servia de sustento, consumiram-se cavalos, cães, gatos e ratos, com que se alimentavam. E quando ainda houvesse alguma destas imundas coisas, não existia mais pólvora nem outra qualquer munição”. COELHO, Duarte de Albuquerque. *Op. cit.* p. 190.

⁸⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 13.

⁸⁵ Patente passada na Bahia, 4 de setembro de 1639. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 14.

⁸⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 14.

⁸⁷ RAMINELLI, Ronald. Élite negra en sociedad esclavista. *Op. Cit.* [p. 61]

as forças luso-brasileiras seguiram para o Sergipe, até serem forçadas a recuar em direção a Bahia. Em Salvador, encontravam-se reunidos os maiores capitães da resistência como os pernambucanos Luís Barbalho Bezerra, Antônio Filipe Camarão e Francisco Rebelo, o paraibano André Vidal de Negreiros e os portugueses Sebastião do Souto e Ascenso da Silva⁸⁸.

Por isso, as lideranças dos indígenas e dos negros voltaram a ação para resistência da Bahia do ataque ordenado por Nassau em 1638. Praticamente todo exército luso-brasileiro que se encontrava concentrado na sede do governo português defendeu a cidade. Pela eficiente atuação, Henrique Dias foi agraciado por Felipe IV de Espanha com o foro de fidalgo e o hábito de uma das Ordens Militares, prometendo-lhe uma comenda, a qual o negro escolhesse⁸⁹. Entretanto, a análise dos Conselheiros da Mesa da Consciência e Ordens sobre o caso, encontrou alguns entraves para a concessão da mercê real. Por isso, pareceu necessário aos conselheiros, pedir algumas declarações que deveriam conter:

“[...] os nomes de seus pais e avós paternos e maternos e suas pátrias, para que a respeito fossem ouvidas testemunhas acerca de sua limpeza de sangue (isto é, não o terem ‘de infecta nação’, sem raça de mouro, de judeu ou de gentio da África) e qualidade (isto é, não ser menor de 18 anos nem maior de 50, não ter ascendentes que houvessem exercido ofícios mecânicos, etc.); e para que não se lhes fizessem as provanças para a entrega do hábito era ‘precisamente necessário breve apostólico de dispensação’.”⁹⁰

As condições impostas tratavam-se de uma política de defesa às dispensas reais, determinada pela Mesa de Consciência e Ordens. Contudo, o processo parece ter sido interrompido sem que o breve de dispensação fosse conseguido, possivelmente em decorrência da Restauração da Independência de Portugal pela dinastia dos Bragança, ocorrida em dezembro de 1640.

À altura do ano de 1638, Dias havia recrutado 192 soldados sob o seu comando. As estratégias estavam voltadas para a destruição do território de posse da WIC. Porém, o sentido do movimento mudou com a chegada, em 1639, da armada do Conde da Torre, nomeado Governador e Capitão-geral do mar e da terra do Brasil. As ordens régias

⁸⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 15-17.

⁸⁹ Carta Régia à Princesa Margarida, de 21 de julho de 1638. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 17.

⁹⁰ Foi José Antônio Gonsalves de Mello que explicou as condições impostas à concessão do hábito ao negro Henrique Dias, tendo por base a Consulta ao Rei, de Lisboa, 1º de agosto de 1638, localizado no Arquivo da Torre do Tombo, Mesa da Consciência e Ordens, códice 35, fls. 99/100. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 18.

trazidas pelo Conde da Torre visavam a recuperação imediata do território ocupado pelos holandeses, por isso, as atividades militares foram intensificadas.

Da Bahia, partiram uma série de incursões com destino a Alagoas a fim de obter informações sobre o estado dos holandeses do Recife. Para sondar a situação do território, os luso-brasileiros e portugueses contavam com o contato com agentes, informantes ou espiões que faziam as informações circularem no contexto. Em última instância, os informantes eram a própria gente da guerra, qual seja: soldados, moradores, negros, índios, religiosos, judeus, portugueses, holandeses.

Novamente, reitera-se que é praticamente impossível imaginar todo o desfecho da História do Brasil Holandês sem a circulação das informações e os testemunhos históricos do período demonstram claramente como informar-se fazia a diferença nas guerras pernambucanas do açúcar. Basicamente, a informação circulava conforme circulavam os sujeitos, por isso, a grande necessidade de estabelecer alianças e manter amizades, estratégia seguida à risca, por exemplo, pelo Conde de Nassau.

De todo modo, foi do Conde da Torre que Henrique Dias recebeu a patente de cabo e governador dos negros, prometida nos anos anteriores, como pode-se perceber no discurso transcrito por Gonsalves de Mello:

“Hei por bem de o eleger, e nomear, como pela presente elejo, e nomeio, ao dito Henrique Dias para cabo e governador dos crioulos, negros e mulatos, que servem, e adiante servirem nesta guerra, e em todo o Brasil, para que como tal o faço, use, e execute, segundo e da forma, e maneira que lhe pertence, com toda a autoridade, honras, e preeminências, franquezas e liberdades que lhe tocam, e devem ser guardadas.”⁹¹

A patente habilitava Dias a recrutar os negros libertos e, também, os cativos, fossem eles cedidos por seus donos, moradores da terra, ou fossem eles fugitivos, para integrarem o Terço dos Homens Negros. Assim, as tropas negras aliadas dos portugueses se arregimentaram e formaram um terço de homens negros sob o comando de Henrique Dias que, nas palavras de Hebe Mattos, “[...] apresentava-se como a alternativa portuguesa à deserção de cativos para o lado do inimigo e também à fuga em direção aos mocambos.”⁹² Por isso, a estratégia atendia a duplo propósito: atraía a confiança dos negros, evitando mudanças de lado, e tentava impedir suas fugas.

Nos planos pelo Conde da Torre, que projetava um ataque simultâneo aos holandeses, por terra e por mar, caberia a Henrique Dias embarcar com sua tropa nos

⁹¹ Patente passada na Bahia, 4 de setembro de 1639. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 21-22.

⁹² MATTOS, Hebe. Guerra Preta. *Op. Cit.* p. 439.

navios da esquadra, alcançar Pernambuco e atacar, em terra, aos holandeses com os demais da infantaria. Contudo, a tentativa revelou-se em um grande fracasso, pois os navios luso-espanhóis não conseguiram resistir aos ataques dos flamengos e, após quatro longas batalhas travadas em janeiro de 1640, foram todos destruídos.

Durante a retirada luso-brasileira do Rio Grande à Bahia, Henrique Dias escreveu duas cartas, uma dirigida ao Conde da Torre e outra ao Conde de Bagnuolo. O conteúdo das cartas, com data provável de 1640, aborda a peregrinação dos luso-brasileiros ao atravessar o território dominado pelos holandeses. No final do ano, o Vice-Rei Marquês de Montalvão cogitou entregar aos cuidados de Henrique Dias um quilombo de negros na Bahia. Contudo, os vereadores da Câmara de Salvador não aprovaram a ideia, preferindo não delegarem um capitão-mor negro para o serviço de captura dos de sua cor⁹³.

Ainda no tempo nassoviano, apesar da participação do capitão na defesa da Bahia, deve-se ressaltar que a relação de Camarão com Nassau não foi de todo conflituosa, se formos crer nas fontes que relatam uma comunicação do Capitão-mor para o governador a fim de obter permissão para regressar à sua aldeia, que agora se localizava em território flamengo. A carta do governo holandês, datada de 1638, menciona que:

“[...] chegaram aqui [ao Recife] três brasilianos dizendo terem sido enviados pelo Camarão para propor-nos paz e aliança, pois desejava regressar com os seus para a sua antiga residência. Por eles Sua Excelência [Nassau] escreveu a Camarão, procurando atraí-lo do inimigo, fazendo boas promessas a ele e aos emissários, aos quais presenteou com algumas camisas, etc. O que daí resultará, só o tempo nos poderá mostrar; entretanto, correm notícias de que ele se reconciliou com o inimigo.”⁹⁴

De acordo com Gaspar Barleus, a tentativa de aproximação de Camarão deveu-se às brigas que o Capitão-mor dos índios tivera com o Conde de Bagnuolo⁹⁵, comandante das forças luso-brasileiras, com quem Camarão acabou se reconciliando pouco tempo depois, como a fonte acima descrita relatou. Contudo, o episódio parece indicar que, apesar de toda a posição de Felipe Camarão como um líder indígena e de sua construção como herói da restauração, tratou-se, sobretudo, de um homem tomado por dúvidas e incertezas.

Se, de fato, alguma carta foi escrita para Nassau, deveu-se, muito provavelmente, a um momento de fraqueza, cansaço da guerra. De acordo com Gonsalves de Mello,

⁹³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 23-25.

⁹⁴ *Gen. Missive* ao Conselho dos XIX, Recife, 29 de junho de 1638. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. D. Antônio Felipe Camarão. *Op. Cit.* p. 35.

⁹⁵ BARLEUS, Gaspar. *Op. cit.* p. 102.

estava Camarão profundamente desesperançado da recuperação de Pernambuco, por isso, quisera abandonar a guerra e voltar para sua aldeia. No entanto, ao nos basearmos na perspectiva do historiador, podemos supor que até mesmo a resistência de Camarão ao domínio flamengo tinha limitações bastante humanas: a vontade de parar de lutar.

Deste feita, podemos perceber que, assim como ocorre com a colaboração, também a resistência é feita por momentos, sobretudo por se tratarem de homens que viviam o seu tempo e passavam por aflições diárias de uma guerra interminável. Assim, um mesmo homem, ainda que profundamente fiel às suas convicções, como Camarão, pode ter desejado parar de resistir e acabar com a guerra em troca de um pedaço de terra para que pudesse viver em paz em Pernambuco.

Logo, vemos que a colaboração e a resistência nem sempre são pólos extremamente opostos, mas devem ser pensadas em complementaridade, principalmente pelo fator humano, ou seja, a história é construída por homens que possuem suas próprias ambiguidades, dúvidas e incertezas. Em uma guerra, na qual vidas se perdem, os anos passam, faltam suprimentos e condições físicas, mesmo com a defesa de um dos lados do conflito, tais ambiguidades tornam-se latentes e as deserções, por sua vez, podem ser encaradas como fenômenos absolutamente normais nesses contextos.

De volta ao caso de Camarão, não se pode deixar de admitir que a sua resistência ao domínio holandês – assim como de vários outros personagens – foi fundamental para a reconquista portuguesa daquela parte da colônia. Não se deve ofuscar sua atuação na liderança, seja na penetração dos sertões, seja no recrutamento militar dos indígenas. Sendo, pois, exatamente por esse motivo, que seu primo, Pedro Poti – outra valiosa liderança indígena – tentara trazê-lo para o lado dos holandeses⁹⁶; além do próprio Nassau que, ao perseguí-lo, tentava imobilizar suas ações colaborativas aos portugueses.

Enquanto Camarão se apresentava extenuado da guerra, se formos crer no relato de Barleus, entre 1640 e 1645, o Henrique Dias residiu na Bahia. Em 1644, foram dois capitães de Angola, denominados Antônio Teixeira de Mendonça e Domingos Lopes de Sequeira, à Lisboa oferecendo-se para lutar pela expulsão dos holandeses de Angola. Para comandar a missão, D. João IV convocou o Governador dos negros, Henrique Dias, através de carta, cuja passagem destaca a confiança depositada no Capitão dos negros:

“[...] porque espero de vós que com boa vontade vos disponhais a me ir servir nesta ocasião tanto de meu serviço. [...] no dito Reino de Angola sirvais o cargo de Capitão-mor de toda a guerra preta que nele houver, assim como o servis e

⁹⁶ Caso tratado no terceiro capítulo deste trabalho.

exercitais nesse Estado do Brasil, e com o mesmo soldo, honras e proeminências, franquezas e liberdades que em razão dele vos tocarem, fiando de vos que nisto e em tudo mais que se oferecer de meu serviço procedereis de modo que folgue muito de vos honrar e fazer mercê; [...]"⁹⁷

Assim, D. João IV reconhece a atuação de Dias na defesa do Brasil e confere credibilidade ao Capitão, desta vez, para o socorro do território africano. Tratava-se de uma estratégia que contava com a experiência de um veterano capitão para lutar contra o mesmo inimigo. Entretanto, Henrique Dias não teria atendido às ordens do rei. De fato, enviou uma companhia de seu terço, mas não compareceu à convocação. A justificativa da recusa de Dias estaria relacionada com o plano do Governador-geral Antônio Teles da Silva de recuperar Pernambuco, podendo o negro já ter sido recrutado para esta empresa restauradora⁹⁸.

A respeito da convocação feita pelo rei a Henrique Dias, Mattos recupera, uma vez mais, a troca de influências entre as guerras angolanas e de Pernambuco na passagem:

“Se o próprio Henrique Dias não foi a Angola, retido no Brasil por Antônio Teles da Silva e pelos planos de retomada de Pernambuco, não são poucas as similitudes entre a lógica de formação do regimento e as guerras pretas angolanas, o que era explicitamente reconhecido pela nomeação feita por d. João IV.”⁹⁹

Desta forma, é possível pensar que além do trânsito de pessoas pelo Oceano Atlântico, o tráfico de escravos provocou, principalmente, uma intensa circulação de culturas, haja vista a própria influência das formas tradicionais centro-africanas na organização política de Palmares. De acordo com Mattos, a própria “cultura política dos reinos ambundo-imbangala”¹⁰⁰ pode ser pensada como uma chave interpretativa para entender não só a experiência dos quilombos que se desenrolava do outro lado do Atlântico, como também a formação do próprio regimento de Henrique Dias¹⁰¹.

É por isso que se pode imaginar que as autoridades portuguesas incorporaram toda a gente negra, isto é, os escravos e os libertos, às tropas lusitanas à maneira das guerras pretas angolanas, ou seja, a partir da fidelidade das tropas, chamadas de terço, à liderança pessoal de um chefe, Henrique Dias. Portanto, tratava-se de uma forma inteligente que

⁹⁷ Carta Régia a Henrique Dias, Lisboa, 14 de novembro de 1644. AHU, códice 46, fls. 34v.

⁹⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 28.

⁹⁹ MATTOS, Hebe. Guerra Preta. *Op. Cit.* p. 442.

¹⁰⁰ Para saber mais sobre a influência da cultura política da África centro-ocidental na América Portuguesa, ver: SCHWARTZ, Stuart. “Rethinking Palmares: Slave Resistance in Colonial Brazil”. In: *Slave, Peasants, and Rebels. Reconsidering Brazilian Slavery*. Chicago: University of Illinois Press, 1992. p. 103-136.

¹⁰¹ De acordo com Gonsalves de Mello, o regimento de Henrique Dias era composto de negros de quatro nações, a saber: “Minas, Ardras, Angolas e Creoulos”. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. p. 215.

manter os negros vivendo como cristãos e sob a obediência portuguesa¹⁰², fornecendo uma espécie de liberdade tutelada, uma vez que recebiam a liberdade do cativo, mas a mesma passava a ser controlada através de sua atuação como soldado na guerra.

Entretanto, o uso que os negros fizeram dessa liberdade deu origem à conseqüências imprevistas pelas autoridades portuguesas. Isso porque muitos aproveitaram o alistamento ao terço negro para demonstrarem sua fidelidade, recebendo prêmios por isso; alguns conheciam até mesmo as fórmulas administrativas portuguesas e as utilizaram para conseguir mercês, como foi o caso de Dias em seus requerimentos; e outros desertavam, procurando ajudar aos holandeses.

De toda forma, a leitura africana do regimento de Dias permite entender que todo o processo de sua formação até a atuação de seus soldados foi influenciado pelas guerras pretas angolanas. O sucesso do terço de Dias, portanto, se devia, em grande parte, à extrema lealdade de seus soldados à liderança pessoal a qual estavam sujeitos. Por isso, as autoridades portuguesas tratavam de nobilitar e condecorar seus oficiais¹⁰³, como no caso do terceiro mestre-de-campo, de nome Antônio Gonçalves Caldeira, que liderava o terço dos negros por volta de 1665, e recebeu o hábito da Ordem de Santiago de d. Afonso VI pelos serviços na guerra contra Palmares e contra os gentios¹⁰⁴. O episódio revela a fidelidade do terço dos negros aos portugueses mesmo após a expulsão dos holandeses e após a morte de Henrique Dias, lutando contra os próprios negros de Palmares.

No interim da insurreição pernambucana, eclodida em 1645, a convocação teria vindo de Antônio Teles da Silva, quem contava com a participação do Capitão dos negros e do Capitão dos índios, ambos deveriam partir da Bahia em direção a Pernambuco. No plano, Henrique Dias ocupara um papel quase protagonista: seria a cabo de uma suposta fuga sua que os demais capitães luso-brasileiros entrariam no território ocupado pelos holandeses com a missão de sua captura. Por isso, o general André Vidal de Negreiros escreveu ao governador-geral em 25 de março de 1645, noticiando que naquele dia:

“[...] pelas duas horas depois da meia noite fugiu Henrique Dias, daquela estancia com toda a sua gente que vai acima dela na volta de Pernambuco [...] e que antes de fugir se queixava do Sr. Governador por ele não dar licença para

¹⁰² MATTOS, Hebe. Guerra Preta. *Op. Cit.* p. 443.

¹⁰³ O processo de nobilitação do terço negro, bem como os nomes dos oficiais negros condecorados não constam como objetos de análise desse trabalho, sendo apenas mencionados à título de esclarecimento do subtema do capítulo: a atuação de Henrique Dias e a formação de seu regimento.

¹⁰⁴ MATTOS, Hebe. Guerra Preta. *Op. Cit.* p. 444.

vir ver suas filhas e mulher que estava morrendo, e que nunca lhe deram nada da fazenda real mais que servirem-se dele como se fora cativo, [...]”¹⁰⁵

A desculpa foi forjada para pôr em terras flamengas a maior quantidade possível de soldados luso-brasileiros aptos a começar levante que visava expulsar os holandeses. A providência tomada pelo governador-geral dissimulou a necessidade de enviar tropas com as principais autoridades militares para a captura do fugitivo, avisando aos holandeses do que estava ocorrendo com ordens imediatas de prisão de Dias, caso o negro entrasse na área dominada pela WIC¹⁰⁶. O plano estaria comprometido, no entanto, caso os flamengos percebessem que Dias não era mais escravo e, portanto, não haveria sentido para essa cassada. Contudo, a agilidade dos capitães luso-brasileiros no desenvolvimento dos fatos pareceu não deixar espaço para os holandeses chegarem a essa conclusão.

Fontes que dizem respeito ao evento comprovam que se tratava, na verdade, de uma grande armadilha tramada pelos luso-brasileiros para os holandeses, como o documento pelo qual o governador dos negros Henrique Dias foi provisionado pelo governador-geral Antônio Teles da Silva para partir em serviço da Capitania de Pernambuco, recebendo, inclusive, soldo adiantado pelo serviço a ser prestado¹⁰⁷.

Neste estratagema do Governador geral do Brasil, Antônio Teles da Silva, para recuperar o Brasil holandês, Camarão participava ativamente, devendo partir com seu terço de Sergipe em direção ao território ocupado pelos flamengos, em uma prevista perseguição a Henrique Dias, que teria, supostamente, fugido do cativo. Por meio deste pretexto, experientes Capitães luso-brasileiros cruzariam as fronteiras e entrariam em território holandês. Uma vez atingido o Rio São Francisco, ambos os terços seriam incorporados ao exército restaurador.

Somente em junho de 1645, o Diretor da Companhia das Índias residente em Alagoas, denominado Hendric de Moucheron, constatou que as tropas de Henrique Dias e de Filipe Camarão haviam atravessado o Rio São Francisco em direção a Pernambuco, tratando de comunicar ao Alto Conselho do Recife. A esta altura, as forças luso-brasileiras articuladas já se encontravam em movimento. A insurreição pernambucana, havia, de fato, começado. Apesar do atraso na chegada dos regimentos de Camarão e de Dias, que

¹⁰⁵ Carta do General André Vidal de Negreiros ao Governador-geral da Bahia, de 25 de março de 1645. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 30.

¹⁰⁶ “Traslado de um assento que se tomou em presença do Governador deste Estado do Brasil sobre a carta que escreveu o Tenente de Mestre de Campo General André Vidal de Negreiros, em que dá conta de ser fugido Anrique Dias”, *RIAP*, n.º 34, Recife, 1887, p. 107-108.

¹⁰⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 31.

chegaram em agosto de 1645, a primeira batalha da rebelião, a Batalha das Tabocas obtivera êxito dos luso-brasileiros.

A estreia de Camarão na Guerra da liberdade divina foi, então, na Batalha da Casa Forte, cujo papel principal era encurralar as forças inimigas para que não conseguissem resistir à pressão luso-brasileira, nem fugir em direção ao Recife. O resultado da luta foi a degola de aproximadamente 200 índios que colaboravam com os flamengos. Em relação aos indígenas rendidos pelos holandeses, Frei Manoel Calado exprime o seguinte parecer: “[...] eles haviam sido os maiores traidores, e mais carniceiros tiranos que nesta guerra havíamos tido [...] por a grande sede que tem do sangue português.”¹⁰⁸

Na sequência desta ação, Camarão seguiu para o posto dos Afogados, devendo fazer a grande casa de Sebastião do Souto, como reduto. Da estância chamada de Piranga, partiu Camarão, juntamente com Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira, em direção à Ilha de Itamaracá, visando tomar a vila que os holandeses chamavam de Cidade Schkoppe. Contudo, graças à forte resistência flamenga, após sete horas de luta, a vitória foi holandesa. No combate, Mello relata que o próprio Capitão dos índios foi ferido¹⁰⁹.

Ao receber as notícias das ameaças dos indígenas aliados dos flamengos aos moradores do Rio Grande, Camarão foi ordenado a partir em socorro com soldados moradores e com sua tropa, a qual também incluía alguns tapuias que, segundo informação de Calado, viriam de São Francisco e foram recrutados pelo chefe Rodela¹¹⁰. O Capitão dos índios chegou à região entre fins de 1645 e início de 1646, queimando todas aldeias na passagem¹¹¹. Porém, também os holandeses se preocuparam em mandar reforços. Por isso, Camarão tratou de preparar o terreno para receber os holandeses, arrumando a posição da tropa, melhorando o armamento e entrincheirando o caminho.

O embate ocorreu a 26 de janeiro e a vitória ficou com Camarão. Os holandeses sofreram pesadas perdas e decidiram recuar para a Fortaleza do Rio Grande. Camarão resolveu não perseguir os derrotados, uma vez que carecia de munição, marchando em direção à Paraíba, aonde iria encontrar-se com Vidal de Negreiros, para o ataque de março de 1646 contra os holandeses guarnecidos no Forte de Santo Antônio.

A ocasião acrescia mais uma vitória para os luso-brasileiros, embora a posição na Paraíba tenha sido perdida com a chegada das forças comandadas pelo experiente general

¹⁰⁸ CALADO, Manoel. *Op. Cit.* vol. II. p. 59-79.

¹⁰⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. D. Antônio Felipe Camarão. *Op. Cit.* p. 38.

¹¹⁰ CALADO, Manoel. *Op. Cit.* vol. II. p. 225.

¹¹¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. D. Antônio Felipe Camarão. *Op. Cit.* p. 44-45.

Von Sckoppe, cuja fama era conhecida pelos insurretos. Por isso, os rebeldes resolveram evacuar as localidades de Itamaracá e da Paraíba, não sem antes devastá-las, como era costume. Camarão partiu com sua tropa para Pernambuco, onde permaneceu até o ano seguinte. Neste tempo, o índio recebeu mais uma patente, datada de julho de 1647, tornando-se Capitão da Fronteira de Nossa Senhora da Vitória, mais um reconhecimento do governo português por sua atuação aguerrida no confronto contra os holandeses.

A derradeira luta do Capitão-mor seria uma das mais importantes e definitivas para a insurreição. Trata-se da primeira Batalha dos Guararapes, ocorrida em abril de 1648, na qual Camarão participou no: “[...] flanco direito na disposição das forças do exército luso-brasileiro, comandado por Francisco Barreto, fazendo frente ao regimento do Coronel Keerweer.”¹¹². Na luta, a vitória ficou com os luso-brasileiros e os portugueses. Todavia, Camarão faleceu sem ver o desfecho da Guerra da Liberdade Divina. De acordo com o cronista Rafael de Jesus, o Capitão-mor Felipe Camarão teria falecido de doença entre 29 de abril e 19 de maio de 1648, tendo sido enterrado com todas as honras e pompas dignas de um ilustre e fiel militar na igreja do Arraial¹¹³.

Felipe Camarão exercera uma liderança ímpar entre os indígenas, tendo sido religioso, educado pelos jesuítas e versado na arte da escrita. A posição que Camarão escolhera foi clara: resistir aos flamengos. Embora o capitão tenha passado por momentos de aflição, sem dúvidas, lutou pelos portugueses, ao lado dos luso-brasileiros. Tais incertezas que configuram o caráter ambivalente de qualquer sujeito histórico, foram omitidas pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, para quem Camarão teria sido um grande herói da restauração. Nas palavras do historiador:

“Associado à causa da civilização, desde antes da fundação da Capitania do Rio Grande do Norte, o célebre varão índio não deixara de prestar de contínuo, aos nossos, importantes serviços, já contra os selvagens, já contra os holandeses, em todas as capitanias do Norte, desde a Bahia até o Ceará. [...]deve abismar-nos a magia da educação que ministrada, embora à força, opera tais transformações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social, pode conseguir um cidadão útil a si e à Pátria.”¹¹⁴

Em tom laudatório, portanto, escreveu Varnhagen sobre a atuação de Camarão, cujo personagem foi consagrado por ter superado o que considerava “a barbárie própria

¹¹² Ibidem. p. 47-48.

¹¹³ O enterro de Felipe Camarão pode ter acontecido na Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Várzea, uma vez que o Arraial Novo não tinha Igreja. Ver. JESUS, Raphael. *Catrioto Lusitano; ou, História da Guerra entre o Brasil e a Holanda, durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela valorosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes* (manuscrito de 1675). Paris: J. P. Aillaud, 1844.

¹¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Op. cit.* p. 248.

dos selvagens” e por ter optado pela civilização¹¹⁵. Na citação, Varnhagen promoveu o Capitão-mor dos indígenas que viveu no século XVII a cidadão brasileiro, isto é, de um Brasil que como Estado-Nação só nasceria no século XIX, marcadamente um anacronismo. A origem da confusão se encontra nos significados do termo Pátria que, na época que Camarão viveu, se referia ao local de origem¹¹⁶, enquanto Varnhagen escreveu num século no qual a Pátria Brasileira já havia sido criada.

Assim, Varnhagen, baseado sobretudo nas crônicas da guerra portuguesa, destacou a proeminência da atuação de Felipe Camarão, encaixando-o numa espécie de panteão de heróis, ao lado de Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, homens a quem se deve a restauração do território. Isto porque a participação de Camarão nas guerras pernambucanas gerou uma enorme visibilidade à sua atuação na questão militar, de tal forma que o próprio nome Camarão se transformou num título concedido pela nobreza real aos seus sucessores no posto de chefe indígena¹¹⁷.

Desta forma, todos os capitães-mores indígenas que sucederam a Felipe Camarão receberam o seu último nome, como por exemplo, seu sucessor Dom Diogo Pinheiro Camarão e, posteriormente, Dom Sebastião Pinheiro Camarão, entre outros. Tal visibilidade, de que trata Lopes refere-se à sua força como liderança militar, exemplificada no episódio da vitória luso-brasileira na Batalha da Casa Forte, onde Camarão puniu severamente os indígenas aliados dos flamengos. Neste processo de militarização indígena, em curso na Capitania de Pernambuco durante o século XVII, era de extrema importância que a liderança fosse temida e, por consequência, respeitada.

Aos poucos, a capacidade de liderança de Camarão foi sendo revelada, isto é, construída, de tal forma que manteve aliados, inclusive contatos entre os indígenas, como é o caso de Rodela, quem abastecia as suas tropas com novos índios para as batalhas travadas contra os holandeses. Assim, o Capitão indígena escolheu seu lado e suas

¹¹⁵ Para entender a citação do autor, é preciso regressar ao seu contexto de produção: o século XIX, ano que nascia a historiografia brasileira a partir da iniciativa de um grupo de intelectuais e políticos ligados à corte do Império no Rio de Janeiro, em grande parte, financiada pelo Imperador D. Pedro II, de criação de um Instituto Histórico em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Toda esta matéria fora esmiuçada nos interstícios do primeiro capítulo deste trabalho.

¹¹⁶ De acordo com Bluteau, a palavra “pátria” referia-se a “terra, Villa, Cidade, ou Reyno, em que se nasceu”. Moraes Silva sintetizou a “pátria” como “terra donde alguém é natural”. Ver. BLUTEAU, Raphael. *Op. cit.* p. 320-1; SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. v. I. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Dicionário disponível no site do IEB/USP. p. 412.

¹¹⁷ LOPES, Juliana. A visibilidade do primeiro Camarão no processo de militarização indígena na Capitania de Pernambuco no século XVII. *Revista Antropológicas*, ano 9, volume 16 (2), 2005, p. 133-152. p. 141.

preferências que, na grande parte do tempo, foram pelos portugueses, embora tenha existido dúvidas e incertezas durante todo esse processo.

Enquanto isso, na atuação de Henrique Dias não havia espaço para dúvidas, cujo terço não parava de crescer durante a insurreição¹¹⁸. O que se percebe é o significativo número de alforrias concedidas pelo próprio João Fernandes Vieira a escravos seus, Minas e Angolas, que lutassem na guerra contra os holandeses¹¹⁹. Assim como Vieira, outros luso-brasileiros o fizeram. Então, o Governador dos negros voltou ao campo de batalha em agosto de 1645, participando do ataque à casa-grande do engenho de D. Ana Pais. Da batalha, Dias saiu ferido de uma perna¹²⁰, o que nos remete aos inúmeros machucados que o capitão ganhou nos primeiros tempos do conflito.

No cerco por terra aos holandeses, Henrique Dias escolheu a estância de João Velho Barreto, localizada na saída da cidade Maurícia. Posteriormente, o terço dos negros ocupou também as casas de um flamengo, chamado Giles Vanuflo, por serem mais próximas ao centro da cidade¹²¹. Data do ano de 1646 o início da edificação de uma Igreja dedicada à Nossa Senhora na estância do Governador dos negros. Nas palavras de Gonsalves de Mello:

“Com base neste seu arraial, Henrique Dias realizou diversas sortidas, algumas das quais de importância e que indicam além da coragem pessoal do chefe, um conhecimento seguro de tática de combate que já não é a de simples companhia, mas de tropa de efetivo respeitável.”¹²²

Um dos ataques realizados pelo terço dos negros, sob as ordens do Sargento-mor Paulo Dias São Felice – um antigo escravo do Conde de Bagnuolo –, na companhia do Capitão Antônio Mina – cujos soldados foram alforriados na Batalha das Tabocas por João Fernandes Vieira –, foi na Fortaleza das Cinco Pontas. Apesar da difícil batalha, as tropas de Dias não conseguiram tomar o reduto.

Em finais de 1647, o governador dos negros recebeu ordens para seguir, juntamente com as tropas de Camarão, em direção ao Rio Grande para expulsar os holandeses da localidade. Missão que foi cumprida com êxito no ano de 1648. Ao retornar a Pernambuco, Dias participou da Primeira Batalha dos Guararapes, em abril do mesmo

¹¹⁸ Em 1647, a tropa comandada por Henrique Dias somava por volta de 300 homens.

¹¹⁹ CALADO, Manoel. *Op. cit.* vol. II. p. 19.

¹²⁰ *Ibidem.* p. 62-63.

¹²¹ Tratava-se de ponto de localização era estratégico, pois além da proximidade física do inimigo, havia, ainda, uma torre no terreno, de onde podiam vigiar toda a movimentação dos holandeses no território. CALADO, Frei Manoel. *Op. cit.*

¹²² MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 35-36, 33.

ano e, por este tempo, foi incumbido pelo general Francisco Barreto, de recuperar a vila de Olinda para os luso-brasileiros¹²³, tarefa que realizou com sucesso.

Em maio de 1648, o “Arraial dos pretos”, nome pelo qual ficou conhecida a estância fortificada por Dias, foi atacado pelos holandeses, embora estes tenham sido imediatamente banidos do local na sequência do ataque. Em fevereiro de 1649, Henrique Dias participou da Segunda Batalha dos Guararapes, quando recebeu a sua oitava ferida em campo, todas em luta pelos portugueses. Desta vez, porém, o machucado foi um pouco mais sério, tratou-se de “uma pelourada que o atravessou de uma ilharga a outra, de que sua vida correu muito perigo”¹²⁴. Apesar do susto, Dias conseguiu sobreviver.

Até então, empenhou-se Dias na defesa dos interesses portugueses. Contudo, o governador dos negros apresentou queixas do tratamento recebido do Mestre-de-Campo General Francisco Barreto. A reclamação foi descrita em carta enviada a D. João IV, na qual Henrique Dias expôs seus quase vinte anos de serviço aos portugueses, no qual chegou a derramar muito sangue e perdeu uma mão. Durante este tempo, o governador dos negros afirma que sempre respeitou muito os seus superiores:

“[...] generais que me tratavam com toda a cortesia e faziam de minha pessoa grande estimação por conhecerem o merecia por minhas obras, pelo que viam obrar no Real Serviço, tratando-me como soldado, & mandando-me pagar parte de meus soldos [...]”.¹²⁵

Assim, estabelecida as suas credenciais pelo serviço prestado, Dias protesta contra Francisco Barreto, mencionando que o general o tratava com “pouco respeito”, dirigia-lhe “palavras indecentes”, não o reconhecia como soldado e não cuidava do seu soldo. Ao que parece, do mesmo general, também fez reclamação o Capitão-mor dos índios à época, Diogo Pinheiro Camarão¹²⁶.

Por isso, o despacho régio anotado à margem da carta de Dias recomendou a Barreto que o tratamento ao Governador Henrique Dias e ao Capitão-mor Diogo Pinheiro Camarão fosse com a maior consideração possível, procurando mantê-los com satisfeitos e contentes, em obediência a ordens reais. Isto porque entendia o rei que do bem-estar

¹²³ Carta de Francisco Barreto ao Rei, sem data. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. (original de 1871). 2. ed. Viena: Imp. de C. Finsterbeck, 1871, p. 235.

¹²⁴ AHU, códice 83, fls. 266/267 v.

¹²⁵ Carta de Henrique Dias a D. João IV, datada de 1º de agosto de 1650, conservada no AHU, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3.

¹²⁶ A carta que Diogo Pinheiro Camarão enviou ao Rei não foi analisada. Segundo Gonsalves de Mello, a queixa de Diogo se assemelhava a de Dias, inclusive no que tange à estrutura da carta. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 37-38.

dos capitães, tanto dos negros, quanto dos índios, dependia a segurança das terras em processo de reconquista pelos portugueses: “[...] dando-lhes a entender que eu vo-lo ordeno assim, por estar com satisfação de seus serviços, e do zelo com que os continua, de que sempre hei de ter lembrança, e de assim o fazerdes, me avisareis”¹²⁷.

Nesta ocasião, o rei escreveu a Henrique Dias, manifestando satisfação pelos seus serviços. Ainda nesta troca de carta, escreveu o General Francisco Barreto ao Rei, informando que “havia significado” a Dias e a Diogo Camarão pelos seus procedimentos na guerra, conforme as ordens régias que lhe haviam chegado, entregando aos chefes “as peças” mandadas pelo Rei¹²⁸. Houve, portanto, uma mudança de atitude por parte do general, que passou a tratar os chefes militares com mais respeito, agraciando-os com mercês enviadas pelo rei. Contudo, apesar de Dias ter se mostrado grato ao reconhecimento, Barreto informa que Diogo Camarão, descrito como “mais altivo de presunções”, aguardava outras comendas reais.

De toda forma, a troca de cartas demonstra a importância de Dias como liderança dos negros, tendo atuado como colaborador dos portugueses, não havendo registro de qualquer movimento no sentido de mudança de lado, mesmo quando os holandeses ocuparam o Forte de Santo Antônio Novo, a partir de 1648, quando a situação no Arraial dos pretos ficou complicada, limitando os movimentos das tropas de Dias.

Findado o período de dominação flamenga, Dias enviou uma carta ao Rei na caravela em que seguiu Vidal de Negreiros para Lisboa para comunicar sobre a rendição do Recife, na altura de março de 1654. Na carta¹²⁹, o governador dos negros narrou os seus feitos em prol da recuperação de Pernambuco e se colocou à disposição da Majestade para próximas tarefas. Uma vez recuperado o território, D. João IV precisou consultar o Conselho Ultramarino para saber o que fazer com o terço dos negros¹³⁰. Ainda em abril de 1654, o rei concedeu a Dias a comenda dos Moinhos do Soure e da Ordem de Cristo e prometeu-lhe algumas fazendas, além de algum dinheiro para ser repartido entre os soldados do seu terço¹³¹.

¹²⁷ Despacho Régio, de Lisboa, 8 de fevereiro de 1651, conservado no AHU. Códice 275. fls. 181.

¹²⁸ Carta de Francisco Barreto ao Rei, de 20 de agosto de 1652, conservada no AHU, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3.

¹²⁹ Carta de Henrique Dias a D. João IV, provavelmente de fevereiro de 1654. Ver: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 41.

¹³⁰ Consulta ao Conselho Ultramarino, Lisboa 27 de abril de 1654, AHU, códice 15, fls. 97.

¹³¹ Portaria de 6 de junho de 1657. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 42.

Henrique Dias tivera mais sorte que Felipe Camarão, pois permanecera vivo após o término das guerras pernambucanas para obter todo o reconhecimento prometido por sua atuação nas mesmas, ainda que tenha precisado lutar por isso, desta vez, usando outro instrumental que não a força física. As promessas feitas a Dias foram cumpridas nos anos subsequentes, através de alvarás régios, importa assinalar que as terras concedidas foram exatamente as concernentes ao arraial dos pretos. Ainda assim, o Governador não parecia satisfeito, por isso, foi pessoalmente à Lisboa em março de 1656 requerer reconhecimento pelos seus serviços, tendo sido acompanhado por dois companheiros de batalha de seu terço, chamados Pedro Lourenço e João Rodrigues.

Para esta viagem, Dias contou com uma pequena ajuda de custo oferecida por Portugal, especialmente, para o regresso as terras coloniais¹³². A ida à metrópole parece não ter sido muito proveitosa, pois com a morte de D. João IV em novembro de 1656, os papéis de Dias foram embargados. Somente em março do ano seguinte, a Rainha Regente, D. Catarina, mandou expedir o Alvará que lhe concedia o foro de fidalgo, embora esta mercê Dias já tivesse.

Ainda em 1657, o processo de Dias voltou a rolar, pois o Conselho Ultramarino consultou a rainha a respeito dos pedidos do governador dos negros e, por decisão régia, foi concedida uma pensão dos hábitos de Avis e de Santiago para os soldados que casassem com duas filhas suas¹³³. O negro fez ainda uma réplica no sentido de aumentarem as pensões concedidas, solicitação negada em despacho régio. Entretanto, nos papéis de Dias parece que não constavam apenas pedidos de mercê para si, mas também requerimento de alforrias aos soldados escravos que lutaram em suas tropas¹³⁴.

Na sequência, pede Henrique Dias que a rainha mantenha o terço dos negros ativo, concedendo-os privilégios e liberdades tais quais as tropas brancas possuem. A justificativa trazida por Dias recupera a questão econômica: a Fazenda Real teria mais despesa com soldados brancos que com soldados negros. A opinião do Conselho Ultramarino pendeu para a prudência, recomendando que se conservasse o terço negro enquanto a guerra ainda não estivesse terminada; e, uma vez estabelecida a paz definitiva com a Holanda, a orientação ia na direção da extinção da tropa. Assim, em tempos de guerra, parecia útil à metrópole conservar a fidelidade de toda a gente aliada, mesmo que

¹³² Consulta ao Conselho Ultramarino, Lisboa 6 de agosto de 1657, AHU, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 4.

¹³³ AHU, código 83, fls. 269.

¹³⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 47-48.

isso signifique libertar escravos. Por outro lado, em tempos de paz, não se devia arcar com as despesas do terço desnecessariamente.

A decisão da rainha parece ter seguido a orientação do Conselho, embora tenha estendido o prazo de vida do terço: “enquanto viver Henrique Dias se conserve este terço, e se dê liberdade pelo modo que parece à consulta. Morto Henrique Dias, se me proporá então o que se há de fazer deste terço.”¹³⁵ Neste sentido, Henrique Dias julgou por bem requerer a patente de Mestre-de-Campo, visto que o título o tornaria comandantes dos terços. Ao requerimento, o Conselho aconselhou que:

“[...] pela utilidade, de que é esta gente preta, como pelos serviços, e valor de Henrique Dias, que já tem o foro de fidalgo, convém que Vossa Majestade lhe faça de lhe mandar dar a patente que pede *ad honorem*, com o soldo somente com que governava o terço.”¹³⁶

Nestes termos, a Rainha aprovou a concessão da patente a Henrique Dias¹³⁷. Ainda em relação aos requerimentos de Dias, requisitou também o pagamento dos soldos atrasados, referentes aos serviços em Pernambuco e na Bahia. Novamente, o Conselho foi favorável, principalmente “[...] porque é velho e lhe servirá esta mercê de consolação”¹³⁸. Então, o pedido foi deferido pela Rainha em 22 de novembro de 1657¹³⁹. Contudo, na viagem de volta ao Brasil, no primeiro semestre de 1658, o navio em que estava Henrique Dias foi atacado por piratas, o que fez com o Mestre-de-campo perdesse a sua patente.

Henrique Dias viveu até o ano de 1662, cujo enterro, no Convento de Santo Antônio, correu às expensas da Fazenda Real¹⁴⁰. Após a sua morte, o Terço dos Henriques foi mantido e contou ainda com cinco mestres-de-campo¹⁴¹. De qualquer modo, pelos papéis que movimentou em Portugal, percebe-se que Henrique Dias tratava-se de um negro de grande importância para a metrópole. A consideração portuguesa deve-se a contribuição que o negro deu, juntamente com sua tropa, nas guerras pernambucanas.

¹³⁵ Despacho régio de Lisboa, 17 de outubro de 1657. AHU, código 46, fls. 78v./79v.

¹³⁶ Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa 7 de março de 1658. AHU, código 46, fl. 105.

¹³⁷ Despacho Régio, Lisboa 20 de março de 1658. AHU, código 46, fl. 105.

¹³⁸ Consulta ao Conselho Ultramarino, Lisboa 16 de novembro de 1657. AHU, código 46, fls. 84.

¹³⁹ Provisão Régia de 22 de novembro de 1657, AHU, código 92, fls. 206v.

¹⁴⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. Cit.* p. 55.

¹⁴¹ Foram mestres-de-campo do Terço dos Henriques: Antônio Gonçalves Cadeira (Patente de 20 de março de 1665), João Martins, Jorge Luís Soares (Patente de 19 de julho de 1686), Domingos Rodrigues Carneiro (Patente de 12 de janeiro de 1694), Manuel Barbalho de Lira (Patente de 4 de maio de 1726) e Braz de Brito Souto (Patente de 25 de maio de 1730). Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Henrique Dias. *Op. cit.* p. 56.

Desta feita, a colaboração de Dias parece ter sido considerada como definitiva na coordenação da tropa, no aliciamento de soldados e na condução pelos caminhos.

Enfim, o protagonismo do capitão-mor dos negros se revelou não só nos ferimentos que adquiriu, mas também pelo fato de ter sido usado como ensejo para a entrada das tropas luso-brasileiras no território holandês, dando início à insurreição. Por isso mesmo, foi extensa a lista de pedidos do negro aos reis de Portugal¹⁴². O acatamento de quase todas as suas requisições demonstra, pois, que o negro sabia jogar as regras do jogo político. De modo que a cada despacho régio favorável em relação aos seus pedidos, o negro aumentava a solicitação. Portanto, conhecia Dias o seu papel e o potencial dos seus feitos.

Assim, trata-se de um caso de resistência aos holandeses durante praticamente todo o período de seu domínio no nordeste do Brasil Colônia. A partir da atuação de Henrique Dias e dos soldados de seu terço, o episódio da Restauração de Pernambuco foi ressignificado, constituindo-se uma brecha para os negros saírem do cativeiro, no caso dos escravos, ou, distanciarem-se de sua origem, no caso dos libertos, devido aos pedidos de mercês pelos serviços militares prestados na guerra, inaugurados pelo próprio Henrique Dias em 1656.

Contudo, convém não acreditarmos que o Terço dos Henrique fosse um libelo antiescravista no século XVII, porque esta jamais fora a motivação principal da luta de tais negros, muito mais interessados em distinções e mercês. O próprio Henrique Dias capturava escravos e nem sempre para libertá-los. De acordo com o segundo processo inquisitorial sofrido por Manoel de Moraes em 1646, o réu acusou o Capitão-mor dos negros por procedimento que julgou inadequado, delatando Dias, assim como outros restauradores, de estarem saqueando bens no decurso da insurreição não necessariamente para a causa do movimento, mas para interesses particulares.

A respeito de um butim de escravos que Henrique Dias teria participado, o ex-jesuíta expôs que o capitão-mor dos negros “tomou muitíssimos e os vendeu”¹⁴³. A lista constava ainda o nome de Felipe Camarão, que teria levado quatro ou cinco destes negros para casa. Ademais, é possível acrescentar que Dias foi cogitado pelo vice-rei Marques de Montalvão, em 1640, para liderar uma ação contra um quilombo na Bahia, apesar do parecer contrário emitido pela Câmara de Salvador.

¹⁴² Henrique Dias encaminhou petição, primeiramente, a D. João IV e, após a sua morte, a Rainha. Nos termos registrados nestes papéis, percebe-se que o capitão tratou e foi tratado sempre com muita deferência.

¹⁴³ ANTT, IL, Processo 4847.

Desta maneira, embora a prestação de serviços ao rei, muitas vezes, representasse uma alternativa a escravidão e o terço dos negros uma espécie de reconhecimento aos fiéis vassallos dos reis portugueses, a participação dos negros não se fazia fora da lógica do sistema escravista e a resistência aos holandeses jamais significou que a luta ocorresse em igualdade de condições. Não podemos nos esquecer que o palco dos eventos eram as capitânicas açucareiras, cujo açúcar, como salientado inúmeras vezes, era o esteio da própria guerra¹⁴⁴. Portanto, Henrique Dias estava integrado à essa sociedade e participava do lugar de negro forro.

Em todo caso, o Terço dos Henriques conseguiu sobreviver após a expulsão dos holandeses. Alguns soldados negros receberam muitas mercês, que incluíram desde o foro de fidalgo até patentes de Mestre-de-campo, emancipações e concessões de terras¹⁴⁵. Desta forma, pode-se perceber a formação de uma elite negra em Pernambuco marcada pelo passado bélico, isto é, pela atuação dos antepassados na luta pela restauração do território. Tratava-se de uma elite que, segundo Raminelli, teve uma instável ascensão social marcada pelos conflitos oriundos do enfrentamento aos mecanismos de exclusão próprios da sociedade escravista.

Assim, Henrique Dias e Felipe Camarão travaram uma obstinada resistência aos holandeses, colaborando muito proficuamente, por outro lado, com os luso-brasileiros. Foram homens que exerceram seus postos de capitães dos regimentos de índios e de negro com dedicado empenho, haja vista a enorme quantidade de ferimentos que Dias colecionou nas batalhas, chegando a perder uma mão na guerra, além de parte de seu braço.

Como reconhecimento aos serviços prestados, Camarão e Dias foram agraciados pela monarquia portuguesa. Assim, Antônio Felipe Camarão recebeu o título de dom, brasões de armas, patentes militares, hábitos e comenda da Ordem de Cristo. Enquanto isso, a Henrique Dias foi oferecida mercê de um hábito de uma das três Ordens Militares¹⁴⁶, uma comenda, quarenta escudos de soldo e o foro de fidalgo.

¹⁴⁴ Para a produção do açúcar, nem mesmo os holandeses, que apresentaram-se escrupulosos no início, conseguiram deixar de usar da mão-de-obra escrava. Não tardou até que os flamengos quisessem dominar territórios na África e participar do tráfico de escravos.

¹⁴⁵ RAMINELLI, Ronald. *Élite negra em sociedade escravista*. *Op. cit.* [p. 62.]

¹⁴⁶ As três Ordens Militares da monarquia portuguesa eram a Ordem de Cristo, a Ordem de Santiago e a Ordem de Avis. O historiador Ronald Raminelli explica que, no início, os cavaleiros das Ordens Militares eram aqueles que lutavam contra os infiéis, verdadeiros defensores da cristandade, prestavam vassalagem ao papa; significados que foram se perdendo aos poucos até o hábito de cavaleiro tornar-se, efetivamente, um símbolo da monarquia moderna. Os cavaleiros, então, passaram a integrar uma rede clientelar unida, em tese, para defender os interesses do rei. RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo*. *Nobrezas do*

Entretanto, a mesa da Consciência e Ordens impediu Dias de ser armado cavaleiro, alegando defeito de qualidade ou defeito mecânico. Desta forma, o governador dos negros recebeu o foro de fidalgo e a patente de mestre-de-campo *ad honorem* somente em 1657, concedidos pela rainha Dona Luísa de Gusmão¹⁴⁷. Apesar de continuar demandando junto à Coroa o reconhecimento devido aos seus feitos militares, Dias obteve três importantes conquistas, destacadas por Raminelli: “a permanência do terço, a liberdade dos soldados escravos e a doação de terras”¹⁴⁸.

No século XVII, não era tarefa fácil conseguir uma nobilitação no contexto da monarquia portuguesa, ainda mais no caso de atores coloniais, em especial, negros e índios¹⁴⁹. O ingresso nas ordens militares, em geral, estava relacionado a limpeza de sangue e a origem nobre, devendo o súdito pleiteante comprovar a ausência de defeitos mecânicos e de ofícios vis¹⁵⁰. Entretanto, pesava diretamente neste processo a prestação de serviço ao rei, em posição de comando, porque, como demonstrou Ronald Raminelli, em alguns momentos da história lusitana, os serviços tinham maior valor que as qualidades dos suplicantes¹⁵¹.

De acordo com o historiador, entre 1641 e 1683, a monarquia lusitana concedeu a incrível quantidade de 323 hábitos das Ordens de Santiago, Avis e Cristo como recompensa aos militares que prestaram serviço nas guerras pernambucanas, desenvolvidas entre 1630 e 1654¹⁵². O prêmio pelos feitos militares significava, na lógica do rei, a multiplicação de suas defesas e a garantia do controle sobre o território, funções extremamente importantes ao se tratarem de colônias. Nas palavras de Raminelli: “indispensável à manutenção do império, a liberalidade régia ampliava as alianças entre a Monarquia e seus fiéis vassalos ultramarinos”¹⁵³.

Nessa conta, nove chefes indígenas foram nobilitados, tornando-se cavaleiros das Ordens Militares Portuguesas, como informou Raminelli. Dentre eles, cinco eram chefes

Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 150, 155.

¹⁴⁷ Cf. RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo. *Op. cit.* p. 51, 57.

¹⁴⁸ *Ibidem.* p. 189.

¹⁴⁹ A dificuldade para conseguir os hábitos prometidos parece ter sido maior entre os negros que os índios. Nessa época, Raminelli mencionou que, em Portugal, somente sete negros conseguiram os hábitos ou as cruzes das Ordens Militares. RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo. *Op. cit.* p. 228.

¹⁵⁰ RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo. *Op. cit.* p. 52.

¹⁵¹ *Ibidem.* p. 53.

¹⁵² De acordo com Raminelli, 163 mercês de hábitos foram concedidas aos moradores de Pernambuco e 160 aos súditos da Bahia que se destacaram na luta contra os holandeses. Cf. RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo. *Op. cit.* p. 45, 51.

¹⁵³ RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo. *Op. cit.* p. 51.

potiguares, membros da família Camarão, que atuaram como sargentos-mores, capitães ou governadores dos índios de Pernambuco entre 1635 e 1732, a saber: dom Antônio Felipe Camarão, dom Diogo Pinheiro Camarão, dom João Antônio Camarão, dom Sebastião Pinheiro Camarão e Antônio Domingos Arco Verde Camarão¹⁵⁴.

No entanto, nem todos os remunerados pelos reis pelos feitos militares sagraram-se, efetivamente, cavaleiro da ordem¹⁵⁵, isto porque o monarca costumemente prometia, mas os beneméritos não recebiam as cartas dos hábitos ao não passarem na avaliação da Mesa de Consciência e Ordens. Esse foi o caso de Henrique Dias. Ainda assim, o terço fundado pelo governador dos negros teve vida longa mesmo depois da expulsão dos holandeses, formando uma espécie de “elite preta aos moldes do Antigo Regime”¹⁵⁶, embora os líderes militares enfrentassem toda a sorte de impedimentos para conseguir a nobilitação, principalmente pela cor negra e pela origem cativa.

Como as benesses reais concedidas eram conservadas pelos descendentes, as patentes militares herdadas formaram, tanto na família Camarão, quanto no terço dos Henriques, uma espécie de linhagem militar nobre cuja existência ultrapassou os limites do século XVII. Nas palavras de Raminelli: “por um século, os chefes potiguares tentaram aproximar-se da monarquia e da Igreja”¹⁵⁷. Por isso mesmo, os militares indígenas defendiam os bens conquistados e lutavam para manter o prestígio em relação à comunidade.

Entretanto, as mercês concedidas para súditos das Américas raramente geravam linhagens muito duradouras, como salientou Raminelli. Isto porque as elites coloniais eram muito instáveis, incapazes de manter a honra e o patrimônio por longas gerações. O que o historiador percebeu é que, a partir do século XVIII, a riqueza se tornou um instrumento de poder muito mais forte na América que as linhagens¹⁵⁸.

No caso de Felipe Camarão e Henrique Dias, o capitão-mor dos índios não tivera muito tempo para aproveitar de tais benesses, uma vez que faleceu no meio da insurreição. Quanto ao capitão-mor dos negros, muitas barreiras foram impostas à sua nobilitação,

¹⁵⁴ Além dos citados índios nobilitados, Felipe III e D. João IV, prometeram hábitos das Ordens Militares aos índios Manuel de Sousa e Diogo Pinheiro Camarão, ao mulato Manuel Gonçalves Dória e ao mameluco Bento Maciel Parente. Apesar de terem conseguido a mercê de hábito, nem todos sagraram-se cavaleiros, como salientou Raminelli. Cf. RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo. *Op. cit.* p. 51.

¹⁵⁵ RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo. *Op. cit.* p. 170.

¹⁵⁶ *Ibidem.* p. 180.

¹⁵⁷ *Ibidem.* p. 168, 166.

¹⁵⁸ *Ibidem.* p. 59.

embora Dias lograsse êxito em conseguir algum reconhecimento pelos serviços prestados, não sem muito esforço junto à metrópole portuguesa.

A condecoração pela colaboração ambos aos luso-brasileiros e portugueses, sobretudo na época da insurreição, acabou vindo mesmo tempos depois, quando Felipe Camarão e Henrique Dias foram recuperados e passaram a integrar o panteão restaurador no imaginário nativista, como explicou Cabral de Mello em: “Vieira, Vidal, Dias e Camarão: a tetarquia que simbolizava a contribuição das diferentes etnias às lutas contra o invasor e a unidade supra-racial que então teria sido forjada”¹⁵⁹.

7.3 – Deserções flamengas

Se entre as fontes portuguesas é difícil descobrir os nomes dos trãnsfugas holandeses, os arquivos neerlandeses constando a documentação administrativa da WIC abundam em informações a este respeito. Por isso, encerramos o capítulo tratando dos desertores neerlandeses, tomando por base os casos mais proeminentes revelados pela fascinante pesquisa de Bruno Romero Ferreira Miranda.

Em primeiro lugar, é importante reconhecer que os soldados da Companhia das Índias Ocidentais tratavam-se, sobretudo, de tropa paga, isto é, eram pessoas contratadas temporariamente para lutarem nos exércitos da WIC no Brasil. Tais trabalhadores “migrantes redirecionados ou transmigrantes”¹⁶⁰, como chamou o historiador, tinham por propósito receber o soldo que lhe cabia pelo tempo de serviço e retornar para a Europa ao fim do contrato¹⁶¹.

De variada origem, de fato, as forças da WIC no Brasil eram compostas de uma feição multiétnica ou multinacional¹⁶², como qualificou Cabral de Mello. Entretanto, esta não parece ter sido uma exclusividade das guerras pernambucanas neste período. De acordo com Miranda: “virtualmente todos os exércitos europeus dos séculos XVI e XVII agregavam misturas no sentido de que eram compostos, em variadas proporções, de tropas nativas e tropas estrangeiras”¹⁶³.

¹⁵⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*. *Op. cit.* p. 46.

¹⁶⁰ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 45.

¹⁶¹ Como exemplo, podem ser citados os casos de Richshoffer, Pudsey e outros militares que regressaram a Europa após o término do contrato. Cf. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 289.

¹⁶² MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p. 188.

¹⁶³ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 52.

Assim, soldados da WIC no Brasil formavam uma verdadeira legião de estrangeiros¹⁶⁴, mas de maneira alguma representavam a “escória da humanidade, o mundo da criminalidade”¹⁶⁵, como afirmou Hermann Wätjen. Baseando-se em documentação holandesa, Miranda concluiu que alguns soldados que se alistavam nas fileiras da WIC vinham de famílias com boas condições. No geral, todos eram alfabetizados, alguns possuíam o conhecimento da língua latina, outros a educação religiosa e havia, ainda, aqueles dotados de saberes musicais. A maioria havia aprendido algum ofício antes de chegar ao Brasil, mas nem todos possuíam experiência militar¹⁶⁶.

Como exemplos deste perfil, podem ser citados Johann Gregor Aldenburgh e de Caspar Schmalkalden, que eram jovens de boa formação; os casos de Ambrosius Richshoffer e de Zacharias Wagener, os quais deixaram seus empregos na Europa para assinar o contrato com a WIC; e Stephan Carl Behaim, que chegou a ter a chance de ingressar em uma academia antes de viajar para o Brasil. Enquanto funcionários da Companhia das Índias Ocidentais, o soldado começava recebendo a quantia de oito florins como soldo, acrescida de cinco florins como ajuda de custo¹⁶⁷.

Embora a expectativa fosse de encontrar condições melhores de vida, a situação que os soldados alistados, efetivamente, encontravam no Brasil era bastante precária. Por isso, o butim e o saque, muito comuns naquelas guerras, eram considerados como recompensas legítimas dos soldados¹⁶⁸, embora raros fossem os casos de enriquecimento a partir dessas práticas, sobretudo porque, na maioria das vezes, eram autorizadas pela própria WIC, cabendo ao soldado somente uma parcela do ganho conseguido.

Durante toda a dominação flamenga, a Companhia das Índias Ocidentais apresentou sérias dificuldades para prover os militares da colônia regularmente, sobretudo no que tange ao aspecto alimentar. A situação da soldadesca parece ter melhorado um pouco quando conseguiu romper com o cerco da resistência portuguesa e interiorizar a conquista, passando a ter acesso às áreas produtoras da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, embora grande parte dessas regiões estivesse arrasada por causa da guerra.

¹⁶⁴ O grosso da tropa da WIC no Brasil, exatamente 64%, chegava de fora da República das Províncias Unidas do Norte. Dentro desse grupo, aproximadamente 26,3% dos homens tinham por origem os Estados Alemães; 12% vinham dos Países Baixos Espanhóis; 14,1% eram provenientes das “ilhas britânicas”; 6,7% eram franceses; 3,6% eram oriundos da Escandinávia (Dinamarca, Suécia e Noruega); e 1,3% viriam de outras localidades. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 55.

¹⁶⁵ WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil. Um capítulo da história colonial do século XVII.* (Original de 1938). 3ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004. p. 380.

¹⁶⁶ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 69.

¹⁶⁷ *Ibidem.* p. 107; 70-71.

¹⁶⁸ *Ibidem.* p. 120.

Então, a própria WIC passou a obrigar aos senhores de engenho e aos lavradores de cana que desviassem parte de sua terra e de seus escravos para o plantio de quantidades pré-determinadas de mandioca, visando o fornecimento de farinha aos militares¹⁶⁹. Contudo, para que a estratégia funcionasse, era fundamental que os comandantes das guarnições holandesas dispusessem de quantias em dinheiro para comprar os alimentos dos fornecedores locais, o que nem sempre acontecia. Por isso, os chefes flamengos acabaram desenvolvendo um sistema de crédito com os plantadores locais para obterem os víveres que, em tese, seriam ressarcidos pela WIC¹⁷⁰.

As dificuldades não paravam aí, pois era nítido que a WIC custeava as despesas com a moradia de funcionários civis superiores e inferiores, enquanto o grosso da soldadesca ficava sujeita a alojamentos em cabanas e quartéis espalhados pelo território¹⁷¹. A exposição dos soldados em instalações insalubres, acrescida da má nutrição de toda a tropa, acabavam por originar enfermidades as quais os militares da Companhia estariam sujeitos, entre elas, as principais eram o escorbuto e a cegueira. Para trata dessas doenças, os soldados não podiam contar com um serviço médico de qualidade, nem ao menos com instalações em quantidade suficientes, uma vez que a WIC não montava hospitais de campanha para cuidar dos enfermos e feridos¹⁷².

Diante deste panorama, não é difícil imaginar o grande número de baixa de soldados da WIC, dos quais uma parte morria, outros se desligavam por acharem melhores oportunidades fora dos campos de batalha e uma relativa quantidade desertava¹⁷³. A análise de Miranda configurou as deserções e os motins como atos de indisciplina dos soldados, ou seja, como formas de resistência dos militares às condições de vida as quais lhes eram impostas. Percebidas como comportamento padrão, nas palavras do historiador, “muitas das reações da soldadesca foram meios legítimos de

¹⁶⁹ Ibidem. p. 143-145.

¹⁷⁰ O fornecimento de alimentos às tropas holandesas seria utilizado como forma de amortizar as dívidas dos colonos com a Companhia. A dificuldade da WIC para realizar o provimento das tropas perdurou até depois de 1654, quando muitos soldados, ao regressarem para a Europa, não receberam o equivalente ao seu serviço no Brasil. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 149, 180.

¹⁷¹ A WIC proibia expressamente que seu pessoal se abrigasse em casas de homens civis da colônia para evitar conflitos. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 215.

¹⁷² MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 228; 247.

¹⁷³ Para Miranda, a deserção dos soldados era “uma saída voluntária, sem autorização, permanente ou temporária do serviço”¹⁷³. Considerada como uma indisciplina das mais graves, calcula-se que as deserções eram responsáveis pela redução de aproximadamente 10% a 25% das tropas da WIC. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 324.

negociação utilizados pelos militares para sanar dificuldades existentes e geraram tensões entre eles e o governo da Companhia”¹⁷⁴.

Entre os casos mais proeminentes, podem-se destacar os soldados católicos a serviço da WIC. Neste sentido, Gonsalves de Mello já salientara que, ao aportarem, muitos soldados franceses e ingleses se recusaram a lutar contra os católicos, descritos como “seus irmãos de credo”¹⁷⁵. De acordo com uma carta escrita pelo capitão zelandês Joost Coeck a P. Serooskercke, de 1631, os católicos, chamados de “papistas”¹⁷⁶, foram denunciados como os piores inimigos dos flamengos, uma vez que minavam as forças holandeses de dentro, pois desertavam para as fileiras inimigas. O capitão queixava-se, particularmente, da conduta de dois militares, um tenente francês e um porta-bandeira polonês, os quais renunciaram a luta, alegando que a mesma iria contra suas consciências¹⁷⁷.

No caso retratado, o tenente foi condenado por insubordinação e punido com o rebaixamento. Tratava-se de uma situação clara de comprometimento ideológico, também relatada por D. Van Waerdenburgh ao apontar para a raiz do problema, acusando os soldados franceses por sua religião. Apesar disso, os desertores capturados pelos flamengos revelavam que a justificativa para o grande número de transgressões dos franceses não se encontrava na religião, mas possivelmente na política. Isto porque alguns trãnsfugas declararam que a coroa da França seria aliada à de Portugal, recusando-se a lutar contra seu rei¹⁷⁸.

Graças a tal comportamento, o Conselho dos XIX anunciou uma mudança na estratégia de recrutamento dos seus soldados, optando, sempre que possível, pelos de origem holandesa ou alemã, a fim de evitar a contratação de ingleses e franceses. Conforme determinação do Conselho Supremo: “[...] francês algum deverá ser enviado, a não ser que seja de religião reformada, pois muitos deles são papistas e passam-se para o inimigo, [...]”¹⁷⁹.

¹⁷⁴ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 321.

¹⁷⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. cit.* p. 251.

¹⁷⁶ Carta do Capitão Joos Coecke a P. Serooskercke, datada de Itamaracá, 14 de maio de 1631. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. cit.* p. 251.

¹⁷⁷ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 356.

¹⁷⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. cit.* p. 252.

¹⁷⁹ *Gen. Missive* ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 4 de dezembro de 1646. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. cit.* p. 252. Em todo caso, o envio de franceses em momento algum cessou, uma vez que continuavam aparecendo entre a maioria nas forças da WIC no Brasil, ao lado dos ingleses e dos escoceses, segundo contagem de Nassau na década de 1640, mencionada por Gonsalves de Mello.

Os exemplos acima indicam, claramente, a força dos dilemas religiosos no dia a dia da guerra. As guerras pernambucanas foram, sim, guerras do açúcar e pelo açúcar, mas o século XVII ainda era um tempo de religião, não de descrença. O dinheiro já valia muito para todos, mas a salvação espiritual ainda inquietava a maioria. De acordo com Stuart Schwartz, a importância teológica da salvação era critério de ortodoxia nesta época e “O cenário da colônia apresentava um contexto para a escolha individual e o livre-arbítrio. Era principalmente isso que fazia do Brasil um lugar de grande risco moral e teológico”¹⁸⁰.

Das fileiras holandeses, não apenas os soldados franceses desertavam, aqueles de procedência neerlandesa também se passavam para o lado da defesa da terra, como foi o caso de Abraham Platman, oriundo de Dordrecht. O soldado Platman era um salteador ou *boschloopers*¹⁸¹ que, tendo traído aos holandeses, estava às ordens de João Fernandes Vieira embrenhado nas matas de Camaragibe colaborando na preparação da insurreição¹⁸².

Muitos salteadores acabavam desertando das fileiras da WIC e o contato com moradores da terra, negros fugidos e toda a espécie de criminosos de Pernambuco exercia uma grande influência nessa decisão. Tal foi o caso de um certo Hans Nicolaes, neerlandês que aparece na documentação chefiando um bando composto por trinta homens na Paraíba¹⁸³. O soldado era acusado de roubo e pilhagem dos moradores do interior, mas arrependeu-se de seus atos, pedindo perdão para ele e para “sua gente”, e jurando, novamente, fidelidade à Companhia com seus homens, o que lhe foi concedido.

Gonsalves de Mello alertou também para o desertor holandês Pieter Pilot, a quem decidiu o Conselho de Justiça castigar por sua infidelidade, tendo sido, por isso, preso e enforcado no ano de 1644¹⁸⁴. Nestes casos de captura de dissidente, após serem reportados ao Conselho dos XIX, a punição era deliberada pelos governadores e pelos diretores da

¹⁸⁰ SCHWARTZ, Stuart. “Brasil: salvação numa sociedade escravocrata”. In: *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 1999. p. 187-312. p. 281.

¹⁸¹ Salteadores eram bandos de criminosos que viviam de assalto nas regiões açucareiras, apavorando a vida dos habitantes do interior. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. cit.* p. 145.

¹⁸² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. cit.* p. 179.

¹⁸³ WIC. *DN de 21 de junho de 1641*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 10 fev. 2018.

¹⁸⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. *Op. cit.* p. 145.

WIC presentes na colônia, uma vez que os códigos de guerra davam autonomia para capitães e oficiais superiores punirem militares de patentes mais baixas¹⁸⁵.

De fato, não faltaram motivos aos soldados para desertarem: falta de dinheiro e de comida, “anos de serviço sem descanso e licença”, “humilhações impostas por superiores”, “punições físicas por delitos leves”, “abuso verbal por parte dos superiores” e rigores do próprio trabalho, que não incluíam apenas a peleja propriamente dita, mas muitas outras atividades¹⁸⁶. As fugas eram tão recorrentes que o soldado Ambrosius Richshoffer¹⁸⁷ contou que, certa vez, o governo holandês leu, publicamente, os nomes de todos os desertores das fileiras neerlandesas, pregando tais nomes em uma forca como forma de ameaçar e, de alguma maneira, tentar coibir a prática.

Havia, ainda, os que se bandeavam para o lado português por razões religiosas ou por questões familiares, isto é, porque se casavam com portuguesas ou luso-brasileiras. Talvez o caso mais célebre, neste sentido, tenha sido o do *ritmeester* Gaspar van Niehof van der Ley, um “capitão de cavalos” que casou com uma das filhas do senhor de engenho Manuel Gomes de Mello, tornando-se grande fidalgo ao tomar a posse de muitos engenhos no Cabo¹⁸⁸. Nas palavras de Mello: “raro um holandês que se tenha fixado à vida rural como Van der Ley”¹⁸⁹.

A mudança de Gaspar van der Ley para o lado dos portugueses teria ocorrido logo após o início da insurreição pernambucana, uma vez que os documentos neerlandeses informam que passara a lutar junto aos insurgentes a partir de 1645¹⁹⁰. Entre 1642 e 1645, Van der Ley ocupara o cargo de escabino no Cabo, tempo no qual o holandês fizera alguns inimigos no Conselho de Escabinos de Maurícia, envolvendo-se em querela jurisdicionais¹⁹¹.

Entre os holandeses que desertaram das fileiras da WIC por motivo de casamento, pode-se apontar para Jan Witjnants, procedente de Harlem, senhor do engenho Ipitanga,

¹⁸⁵ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 333.

¹⁸⁶ *Ibidem.* p. 325.

¹⁸⁷ RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*. (original de 1677). São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL, 1978. p. 56, 58, 60-61.

¹⁸⁸ De posse de Gaspar van der Ley, eram, pelo menos, os engenhos de Algodais, Utinga de Cima e Utinga de Baixo. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. cit.* p. 146.

¹⁸⁹ O holandês gostava mesmo do clima dos engenhos pois, em documentos holandeses, Gaspar van der Ley aparece recusando compromissos junto ao Conselho Eclesiástico de 1641 para ficar aquietado em seu engenho. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. cit.* p. 147.

¹⁹⁰ *Gen. Missive* de 4 de setembro de 1645. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. cit.* p. 29.

¹⁹¹ Van der Ley passou a defender publicamente a criação de uma jurisdição nova que compreendesse Santo Antônio do Cabo, Ipojuca e Mauribeca, o que desagradou os escabinos de Maurícia. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Op. cit.* p. 147.

que contraiu matrimônio com uma filha de Luciano Brandão, senhor do engenho Nossa Senhora do Rosário de Goiana. Nesta lista, pode-se enumerar ainda os casos de Charles de Turlon; de Joris Garstman; de Johan Heck; de Abraham Tapper; de Diederik van Hoogstraten, entre outros¹⁹².

O capitão Charles de Turlon servira como capitão de guarda aos holandeses desde os tempos da guerra de conquista, mas, às espreitas, se passou para o lado dos portugueses. A colaboração com os lusitanos levantou desconfianças de Nassau que decidiu por sua prisão em 1643, suspeito de conspirar uma revolta com os luso-brasileiros, contra os holandeses. Como a investigação não comprovou a conspiração, Turlon foi para retornar para o Recife, como particular¹⁹³.

Em todo caso, a averiguação sobre a conduta de Turlon provou que o ex-capitão mantinha contato regular com a Bahia e com seu pai, que já havia desertado para o lado dos portugueses, em Flandres¹⁹⁴. É provável que o ex-capitão tenha mudado de lado durante a guerra, mas, se não o fez, é certo que colaborou, em alguma medida, com os portugueses. Em 1644, Turlon morreu e deixou D. Ana Paes, portuguesa com quem era casado, viúva, embora não por muito tempo¹⁹⁵.

De acordo com Mello, é possível que nem todos esses casamentos entre holandeses com portuguesas ou luso-brasileiras fossem realizados por padres católicos, mas também por pregadores calvinistas¹⁹⁶. Em todo caso, na rendição de 1654, o quinto artigo abria uma brecha para os casos dos “vassallos dos ditos Senhores Estados Gerais, casados com mulheres portuguesas ou nascidas na terra” para que “fossem tratados como se fossem casados com holandesas”¹⁹⁷. De acordo com Mello, tamanha a concessão poderia indicar quão grande era o número desses casos.

Além dos casamentos, muitos neerlandeses resolveram permanecer por questões de dependência econômica, como foi o caso do capitão Francisco de Brae o qual aparece entre os personagens que lutaram nas guerras pernambucanas do açúcar como um típico

¹⁹² MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. cit.* p. 149.

¹⁹³ WIC. *DN de 21 de novembro de 1643*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 2 fev. 2018.

¹⁹⁴ Carta de Nassau aos Estados Gerais, datada de Maurícia, 3 de abril de 1643. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. cit.* p. 149.

¹⁹⁵ A portuguesa D. Ana Paes casou-se novamente com outro membro da soldadesca holandesa, desta vez, com o Conselheiro de Justiça Gijsbert de With.

¹⁹⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. cit.* p. 150.

¹⁹⁷ Artigo 5º da rendição de 1654, conforme apontado por MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. cit.* p. 150.

trânsfuga. Natural de Roterdã, De Brae se tornou alferes em 1652 e capitão de Infantaria no ano seguinte pelo comandante Francisco Barreto de Menezes. O capitão Brae chegou a receber sesmarias dos portugueses e fez-se irmão da Misericórdia da Bahia, além de ter se casado duas vezes com portuguesas¹⁹⁸.

O movimento do soldado holandês teria sido mesmo o de partir das fileiras neerlandesas e passar a colaborar com os portugueses, ocupando importantes postos dentro das forças insurretas. Desta forma, movido por interesses pessoais, os soldados holandeses também traíam aos seus exércitos, desertando para o inimigo. Para a tropa que os recebia, os desertores simbolizavam peças fundamentais na guerra por conhecer as táticas e as estratégias do adversário, além de trazerem informações valiosas para a preparação das próximas emboscadas; embora nunca deixassem de ser tratados com cautela e suspeição.

Em todo caso, as deserções dos soldados da WIC foram mais comuns no momento da guerra da liberdade divina, cujos insurgentes acabaram por arrastar muitos militares fadigados e em terríveis condições para colaborar com a causa da restauração. Nas palavras de Mello, muitos neerlandeses “abandonaram o Recife procurando os pernambucanos”¹⁹⁹. A este respeito, um desertor por nome Klaes Klaesz conta que, em 1645, os insurgentes contavam com oito diferentes companhias composta por holandeses, quatro delas que se localizavam em Pernambuco, sendo uma com 63 homens, incluindo o depoente; o grupo de Alexander Boeckholt, totalizando 43 pessoas; o de Antoni, com 36; o de Jan de With, abrangendo 40²⁰⁰.

Além destas, havia ainda duas companhias de desertores em Goiana, a de Jorge Pires, com 19 homens e a de De la Coes, também com 19 pessoas; e duas na Paraíba, uma liderada por Pierre Gendre, contabilizando 19 homens, e outra de Edwuart Ijersman, com 20. Mesmo admitindo que tais companhias não fossem formadas exclusivamente por neerlandeses, ainda assim, trata-se de considerável número de soldados holandeses desertores: quase 260 trânsfugas oriundos do Cabo de Santo Agostinho. De acordo com Miranda, “a quantidade de desertores continuou a aumentar nesse período”²⁰¹.

Neste caso, digno de destaque é que as companhias da Paraíba tinham por coronel Diederik van Hoogstraten e por major François de la Tour, ex-escabino de Serinhaém,

¹⁹⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. cit.* p. 148.

¹⁹⁹ Ibidem. p. 151.

²⁰⁰ Depoimento de Klaes Klaesz, datado do Recife, 15 de novembro de 1645. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. *Op. cit.* p. 151.

²⁰¹ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 357.

dois grandes desertores dos holandeses. No caso do francês De la Tour, sabe-se que o mesmo fazia convocações para seus patrícios abandonarem os holandeses por questões políticas. Como se pode depreender, para De la Tour, a vitória portuguesa já era esperada com uma certeza quase inevitável. A deserção do major aos holandeses foi incontestável.

Na companhia do holandês Nicolaes Clasen, que chefiava guarnição do Cabo de Santo Agostinho, a adesão a causa portuguesa foi tal que cerca de 60 homens retornaram para o Recife, responsáveis por armar uma emboscada contra seus ex-companheiros na área do forte das Salinas. Ao que tudo indica, tais militares foram perdoados pelos neerlandeses, beneficiados de uma anistia do Alto Governo em 1645, a qual considerava que esses homens serviram aos portugueses porque foram coagidos pelo comandante da fortificação, Diederick van Hoogstraten, para que se entregassem aos rebeldes sem apresentar resistência²⁰².

Em outra guarnição, comandada pelo capitão Claude Prevo, muitos franceses e valões desertaram devido ao esgotamento de víveres. Também os fortes de Porto Calvo e de São Francisco capitularam, principalmente porque os militares estavam a ponto de se amotinarem devido à falta de comida em seus armazéns e às notícias de derrota das tropas da WIC que chegavam²⁰³. Não aguentando a pressão dos soldados, os comandantes de tais guarnições preferiram estabelecer um acordo com os rebeldes.

Neste tempo, os insurretos enviavam convites convencendo aos soldados da WIC a desertarem. Um exemplar destas cartas foi a escrita pelo desertor Van Hoogstraten aos homens que fugiram com Nicolaes Clasen, datada de 1646 e assinada por ninguém menos que André Vidal de Negreiros²⁰⁴. Nesta via, parece que o tenente coronel Clasen desertou mesmo das fileiras holandesas, cuja mudança de lado, acompanhada de seus subordinados, foi registrada na rendição dos holandeses²⁰⁵.

Como homem de confiança do governo flamengo, o neerlandês havia sido capitão de uma companhia sob as ordens do major Diederik van Hooghstraten, até “se passar com toda a sua tropa do serviço destes”²⁰⁶. Conforme o documento, o motivo da deserção do neerlandês se encontrava na impossibilidade de resistir ao cerco realizado pelos insurretos ao Forte Frederico Henrique. Portanto, “por dinheiro” o capitão Nicolaes Clasen

²⁰² Ibidem. p. 358.

²⁰³ Ibidem. p. 359.

²⁰⁴ Nederland National Archief te den Haag Oude Westindische Compagnie 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 2, 12-03-1646. Apud. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 359.

²⁰⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A rendição dos holandeses no Recife* (Original de 1654). Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1979. p. 21.

²⁰⁶ Ibidem. p. 29.

entregara outro ponto do domínio holandês: o forte do Pontal de Nazaré, em 1645. Tratou-se, pois, de um caso de deserção bastante alarmante, sobretudo se considerarmos que tal atividade não era isolada.

De acordo com Miranda, essa prática dos rebeldes se perpetuou por todo esse período, principalmente nos meses de cerco, entre dezembro de 1653 e janeiro de 1654. De modo que, as deserções, longe de parecerem inofensivas ao total de militares com os quais a WIC podia contar, impactavam fortemente à moral da tropa, o que explica muitas das derrotas holandesa durante a insurreição.

Além do clima de insatisfação geral que desmotivava a tropa, os desertores agora aderiam a causa oposta de uma tal maneira que estavam colaborando diretamente com os portugueses, seja planejando sabotar peças de artilharia, seja proferindo ameaças ao governo, ou mesmo se amotinando²⁰⁷. Deste modo, os soldados holandeses, na condição de desertores, também passaram a interferir decisivamente nos rumos do conflito, que se encaminhava para a vitória luso-portuguesa.

Na fortaleza dos Afogados, no forte *Prins Willem*, em outubro de 1645, alguns homens foram presos por suspeita de envenenamento dos gêneros e de incendiar os quartéis. No mês seguinte, vários soldados também foram presos no forte *Ernestus* acusados de preparar um motim por causa da escassez de víveres. Ainda mais grave, em junho de 1646, uma mensagem do diretor Balthasar Dortmond informou que dois condestáveis e dois artilheiros holandeses estavam se comunicando com os portugueses. A denúncia os acusava de transmitir informações importantes e de orientar os inimigos na intenção de atacarem o forte *Orange*²⁰⁸.

Dos acusados, dois homens foram presos e enforcados, os outros conseguiram se safar porque as investigações realizadas comprovaram o envolvimento apenas do oficial Wouter Fallo e do sargento Paulus Vonck, que planejavam fugir. No entanto, parece que Fallo conseguiu escapar da pena capital, devido à alegação de distorção nas ordens do major Baijart, por causa de sua juventude, tendo sido perdoado, recebeu apenas uma punição, que foi a perda do posto de alferes²⁰⁹.

Como apontou Miranda, a deserção dos soldados da WIC influenciaram decisivamente na derrota já na primeira batalha de Guararapes. Obviamente, a irregularidade do terreno e a lentidão do exército contribuíram para o fim vergonhoso,

²⁰⁷ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 360.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. cit.* p. 361.

mas, como muitos soldados da Companhia se recusaram a entrar em combate corpo-a-corpo com as tropas luso-brasileiras, fugindo das fileiras flamengas, a derrota teria sido desastrosa. As deserções, portanto, constam em uma das causas centrais para explicar a derrota da WIC na guerra da liberdade divina. Após as derrotas em Guararapes, os soldados continuavam a fugir, desta vez em grupo de dez a doze homens²¹⁰.

Os casos de revolta da soldadesca também tiveram seu peso para o malogro da WIC, como ocorreu na fortificação *Altena*, próxima a Recife e Antônio Vaz, onde aproximadamente 38 homens das companhias do sargento-mor Willem ter Berghe e do capitão Carel Frederick van Gladis se revoltaram no início de 1654. Os soldados apontaram suas armas contra seus superiores, afirmando que iriam entregar o forte aos portugueses, por não quererem lutar. Entre os responsáveis pelo motim, apareceram os soldados Herman van Hall, oriundo da Província de Utrecht, e Jan Wolff, cadete de Lübeck²¹¹. Cercado, o governo decidiu não ir adiante na defesa do forte.

A negociação da capitulação parece ter sido mediada pelo já conhecido Fallo. Em carta de 19 de janeiro de 1654, o sargento-mor Willem ter Berghe admitia o motim dos soldados, que teriam entregue o forte e pilhado seus oficiais. À rendição em *Altena* em janeiro de 1654, na qual aproximadamente 185 homens se renderam às forças luso-brasileiras, seguiram-se as capitulações nos fortes das *Salinas* e no reduto *Amalia* em fevereiro e março do mesmo ano²¹².

Conspirações no interior das tropas também eram denunciadas ao governo holandês, como o fez o soldado Philips Jansen por ter contado aos seus superiores que um motim estava sendo preparado em *Altena*, o que comprova que as informações circulavam e que eram os próprios homens envolvidos no conflito quem fazia o papel de informantes. Pela informação, Jansen teria recebido a quantia de treze florins do governo. Contudo, muito pouco o governo holandês podia fazer para resistir. No cenário, os soldados se apresentavam cada vez mais insatisfeitos com os anos de negligência, maus tratos, falta de víveres e trabalhos exaustivos, enquanto a WIC estava praticamente falida.

O exemplo dos soldados se espalhava causando pânico e confusão nos outros pontos de dominação da WIC, como ocorreu no forte *Frederick Hendrick*, em Itamaracá, onde o tenente-coronel Nicolaes Clasen fugiu assim que as notícias chegaram. Na Paraíba, todos abandonaram a guarnição, inclusive o comandante Guillaume de Houtain,

²¹⁰ Ibidem. p. 368; 370.

²¹¹ Ibidem. p. 371; 374.

²¹² Ibidem. p. 372, 375.

forçada pelos seus próprios soldados²¹³. Minadas por dentro, graças à indisciplina da soldadesca, foram rendidas as forças flamengas pelas tropas luso-brasileiras em 1654, terminando vinte e quatro anos de dominação neerlandesa ao nordeste do Brasil Colonial.

Decerto, esta interpretação que privilegia o comportamento dos soldados para explicar a derrota da WIC no Brasil através do argumento da indisciplina da tropa, devolve a estes homens o protagonismo de terem podido negociar com seus superiores e terem pressionado a Companhia por melhorias nas suas condições de vida, de tal forma que teria sido decisiva a sua atuação nos anos de ocupação neerlandesa no Brasil. O modelo explicativo serve, portanto, para iluminar casos anônimos da historiografia que ficaram esquecidos nas fontes, mas cuja colaboração ou resistência foram mesmo decisivos para a construção dos rumos da dominação holandesa.

A partir dos casos dos soldados hesitantes que mudaram de lado, aderindo abertamente à causa inimiga ou apenas resistindo às agruras que lhes foram impostas no cotidiano da guerra, colaborando, desta forma, com os portugueses e luso-brasileiros, pode-se perceber que as deserções eram rotineiras em todos os exércitos e momentos da dominação holandesa das capitanias açucareiras, nos dois lados do conflito.

Da mesma forma que os soldados da WIC, procurou-se demonstrar que as lealdades dos moradores que se tornaram soldados da terra foram incertas. Mesmo Henrique Dias e Felipe Camarão, cuja historiografia identificou como dois dos “restauradores”, passaram por momentos de dúvidas. Atravessando as barreiras da fidelidade, esses homens transitavam pelos dois lados do conflito e faziam circular informação estratégica para a guerra. Em certa medida, é possível afirmar que, naquele contexto, a colaboração valia mais que a resistência, porque contar com a adesão do outro lado, aberta ou veladamente, podia significar estar um passo à frente do inimigo na peleja.

²¹³ Ibidem. p. 383; 386.

Considerações Finais

A análise das interações entre os luso-brasileiros e os holandeses permitiu perceber as diferentes relações estabelecidas e caracterizar as formas de ambivalência manifestada pelos atores coloniais nas guerras pernambucanas. Deste modo, entre a colaboração declarada e a resistência obstinada, descortinou-se uma série de gradações que passavam pela adesão, pela aliança, pela dissimulação, pela deserção, pela oposição, pelo conflito e muitas outras. Tais atitudes representaram as opções políticas, militares, religiosas e culturais, não raro contraditórias, muitas vezes circunstanciais, nas quais os sujeitos coloniais estavam imersos e se expressaram entre idas e vindas a ambos os lados do conflito.

Assim, verificamos as ambivalências políticas quando os moradores das capitâneas açucareiras sob o domínio holandês, em meio às guerras pernambucanas, titubeavam entre compactuar com a dominação holandesa ou defender o restabelecimento do poder português. Não foram poucos os moradores que mudaram mais de uma vez de lado: primeiramente, resistiram na guerra de conquista; depois, passaram a colaborar com o governo nassoviano; e terminaram por lutar contra os holandeses na insurreição, caso máximo nesta linha foi João Fernandes Vieira, entre outros.

Além dessa, encontramos as ambivalências militares, expressas pelos luso-brasileiros que ficavam em dúvida entre colaborar com os exércitos da Companhia das Índias Ocidentais ou lutar pela resistência hispano-portuguesa e insurreição luso-brasileira. Apesar da ambivalência ficar mais clara nesse terreno, afinal, os sujeitos escolhiam um determinado lado e mudavam suas apostas, desertando em meio aos conflitos, tal comportamento hesitante não era exclusivo dos colonos que desertavam do lado português para aderirem ao holandês. Como demonstrou Miranda, as deserções também foram comuns da soldadesca ao oficialato da Companhia das Índias Ocidentais.

Ademais, percebemos, ainda, as ambivalências religiosas, manifestas sobretudo nos comportamentos hesitantes entre aderir ao protestantismo pregado pelos missionários calvinistas ou permanecer fiel ao catolicismo, caso do clero. Neste interim, pode-se lembrar também dos cristãos-novos da terra, os quais permaneceram entre as práticas católicas que conheciam bem, haja vista a distância de séculos com os antepassados judeus, e as práticas judaicas, cujo contato se ampliou com a vinda dos judeus portugueses de Holanda. Não podemos esquecer, conforme Vainfas, que ser judeu no Brasil holandês abria portas para importantes negócios e fornecia status.

Nesta linha, pesquisamos a ocorrência das ambivalências culturais, que se fizeram muito fortes, no caso dos sefarditas também, mas principalmente no dos indígenas. O comportamento individual ambivalente foi tão adensado mediante o contato com holandeses e as disputas entre holandeses e portugueses, que se tornaram suficientes para dividir grandes famílias como a de Camarão. Deste modo, diferentes interesses relacionados a esta ambivalência foi capaz de fazer emergir um grupo novo, os brasileiros, a partir da vivência dos potiguares nesse universo.

Obviamente, tais comportamentos foram isolados metodologicamente para fins de estudo, no caso, de categorização das possibilidades de ambivalências encontradas no contexto da História do Brasil Holandês. No entanto, é necessário argumentar que o rastreamento de tais atitudes dos colonos nas fontes do período demonstrou que as ambivalências políticas, militares, religiosas e culturais tais como estamos propondo, apareceram, no mais das vezes, de maneira integrada, ainda que uma dimensão se sobressaia mais que outras nos grupos em determinados momentos.

De toda forma, o trabalho procurou revelar os luso-brasileiros e os portugueses habitantes do Brasil como protagonistas da experiência de ocupação holandesa nas capitâneas açucareiras. Entre a *infantaria natural*, destacamos os índios que seguiram para a Holanda após o fracasso da primeira tentativa de conquista da Bahia, em 1625, Gaspar Paraopaba, André Francisco, Pedro Poti, Antônio Guiravassauai, Antônio Francisco e Luís Gaspar. A experiência vivida por esses indivíduos, aprendendo ao neerlandês e aderindo ao calvinismo, conduziria, mais tarde, a uma cisão incontornável no grupo potiguar, assunto que tem merecido atenção crescente entre os estudiosos, seja do período holandês, seja da chamada Nova História indígena no país.

Da interação com os holandeses, nasceu o etnônimo “brasilianos” em referência aos potiguares aliados. Além dos brasilianos, os flamengos também contaram com a colaboração dos tapuias, liderados pelos chefes Nanduí e Oquenou, aos quais Boogart chamou de “aliados infernais” dos flamengos, considerando a participação deles em diversos massacres do inimigo.

Como funcionários da WIC, três índios desempenharam a função de regedores: Pedro Poti na câmara da Paraíba, Antônio Paraopaba na câmara do Rio Grande e Domingos Carapeba na câmara de Itamaracá. Também atesta a fidelidade dos indígenas, o refúgio que alguns brasilianos fizeram na Serra de Ibiapaba, no Ceará, onde conservaram os preceitos calvinistas, após a expulsão dos holandeses, conforme registrou Antônio Vieira na década de 1650. Para socorrer os índios refugiados, demonstrou-se a

habilidade de Paraopaba, na Holanda, como representante dos brasileiros para solicitar auxílio aos Estados Gerais.

Em relação aos negros, cujos nomes foram mais difíceis de localizar na documentação, também houve uma divisão. Do lado português, o negro forro Henrique Dias foi o caso de resistência aos holandeses mais proeminente. Do lado holandês, também foram arregimentados negros, e não apenas na condição de escravos. Entre os soldados negros leais aos holandeses, mencionou-se João de Andrade e Antônio Mendes, ambos chefes militares que colaboraram com os exércitos da WIC, sobretudo na fase da insurreição pernambucana. Ademais, foi durante os anos de ocupação holandesa que surgiram quilombos nas Alagoas, berço dos Palmares, símbolo da resistência coletiva da população escrava.

O caso dos judeus portugueses vindos de Amsterdã é bem conhecido. Os nomes de judeus novos que foram parceiros dos holandeses na aventura colonial abundam nas fontes, a exemplo de Moisés Cohen, Duarte Saraiva, Diogo Dias Brandão, Moisés Navarro, e muitos outros, uns deles mercadores de grosso trato, outros comerciantes de pequeno porte, todos inseridos em redes comerciais sefarditas em escala mundial.

Cristãos-novos da terra também aderiram ao judaísmo dos ancestrais, não sem muita hesitação, a exemplo de Gaspar Francisco da Costa, Baltasar da Fonseca, Vasco Fernandes Brandão, e outros citados neste trabalho. Vainfas os chamou de “judeus novíssimos” para destacar a superficialidade da reconversão a um judaísmo que desconheciam ainda mais do que os “judeus novos” vindos de Amsterdã.

Muitos deles apostasiaram, convertendo-se ao judaísmo, menos por razões de fé, do que pela expectativa de inserção em redes comerciais dinâmicas, além de favorecidas pela WIC. Mas houve cristãos-novos que rejeitaram o judaísmo sinagoga, descobrindo-se mais católicos do que nunca. Em todo caso, a “reconversão” dos cristãos-novos foi frágil. A maioria regressou ao catolicismo com a irrupção da insurreição pernambucana, como vimos nas trajetórias de Vaz Pimentel, Mateus da Costa ou Manuel Gomes Chacão. Até judeus novos vindos de Amsterdã, criados no judaísmo, se reduziram ao catolicismo, como Miguel Frances, mas estes foram casos mais raros. A fragmentação identitária prevaleceu, o que explica a oscilação de condutas.

Do âmbito eclesiástico, casos mais alarmantes, no entender do bispo da Bahia, de religiosos e padres que não apenas permaneceram no território dominado pela WIC, como participaram de cerimônias, chegando mesmo, em alguns casos, a aderir à “verdadeira religião cristã”, como os calvinistas chamavam sua confissão religiosa. O mais famoso

padre que cometeu a apostasia do catolicismo e ainda desertou das fileiras portuguesas foi Manoel de Moraes, secundado pelo padre Jerônimo de Paiva, quem também cometeu traição política e religiosa.

Outros foram mantidos sob suspeita pelo bispo D. Pedro da Silva e Sampaio, que registrou o comportamento de todos, instruiu mesmo alguns processos, enfatizando excessos no relacionamento com os holandeses. Destacaram-se, neste grupo, Frei Antônio Caldeira e os padres Belchior Manoel Garrido e João Gomes de Aguiar. O próprio Frei Manoel Calado cometeu alguns deslizes em seu comportamento, sobretudo pela amizade com Conde Maurício de Nassau, pelo qual se tornou alvo de desconfiança. O Santo Ofício, no entanto, ignorou as acusações que o bispo da Bahia arrolou contra o célebre Manoel dos Óculos.

Dentre a açucarocracia, a presença dos holandeses, como vimos, também provocou divisão, pois alguns senhores de engenho acabaram por abandonar suas propriedades no tempo de instalação do governo flamengo, ao passo que outros aceitaram submeter-se, colaborando para a produção colonial do açúcar tão almejada pela WIC. Entre aqueles que imediatamente se dispuseram a colaborar, destacamos Francisco de Brito, Luís Brás Bezerra, Gonçalo Novo de Lira e vários outros. No intuito de colocar os engenhos açucareiros abandonados para funcionar, a Companhia se apressou em vender as propriedades, estabelecendo parcerias com outros senhores.

Houve ainda diversos casos de desertores entre o grupo de senhores e lavradores, como Duarte Gomes da Silveira e Bento do Rego Bezerra, enquanto outros dissimulavam a colaboração aos holandeses, mantendo relações com os portugueses. Pedro da Cunha de Andrade, João Carneiro de Mariz, Filipe Pais Barreto e Arnau de Holanda são alguns casos desse tipo examinados no trabalho.

Outros proprietários somente apoiaram os holandeses no tempo nassoviano, sobretudo por questões pecuniárias, acumulando riquezas neste período, mas viram seus interesses prejudicados com a partida de Nassau do Brasil. O exemplo emblemático foi o do próprio João Fernandes Vieira, comandante da insurreição, mas a lista de devedores que se rebelaram é longa: Antônio Cavalcanti, Manuel Cavalcanti, João Pessoa Bezerra, Antônio Borges Uchoa, Francisco Berenguer de Andrade, Cristóvão Berenguer, Cosmo de Castro Paços, Antônio Carneiro Falcato, Antônio Bezerra, Miguel Bezerra Monteiro, Luís da Costa Sepúlveda, Francisco de Faria, Álvaro Teixeira de Mesquita...

Num tempo de lealdades incertas, a deserção era prática muito comum da soldadesca ao oficialato. Entre os soldados da terra, encontramos como trãnsfugas os

nomes de Manoel de Barros, Cosme de Almeida, Domingos Fernandes Calabar, Fernando Rodrigues Bulhões. A meio caminho entre a causa portuguesa e a holandesa, Sebastião do Souto foi um exemplo muito claro de espião duplo. De modo inverso, muitos moradores ficaram reticentes a partir dos primeiros sucessos da rebelião, alistando-se nos exércitos luso-brasileiros, como os capitães Paulo da Cunha Souto Maior e Sebastião de Carvalho, que acabaram por levar soldados holandeses a desertar das fileiras da WIC.

Dentre as tropas luso-brasileiras, os terços dirigidos por Henrique Dias e por Felipe Camarão deram provas de fidelidade aos portugueses, lado pelo qual tais chefes já lutavam desde os tempos da resistência. Além destes, tornaram-se capitães da insurreição Luís Barbalho Bezerra, Francisco Rebelo, André Vidal de Negreiros, Sebastião do Souto e Ascenso da Silva.

Do lado contrário, desertaram dos exércitos da WIC soldados católicos, sobretudo franceses que se recusavam a lutar contra irmãos de credo no Brasil. Houve militares da WIC que também mudaram de lado, a exemplo de Abraham Platman, Hans Nicolaes, Pieter Pilot, Gaspar van Niehof van der Ley e outros mencionados na tese. Não faltaram, ainda, deserções coletivas de companhias inteiras da WIC, como as dirigidas por Alexander Boeckholt em Pernambuco, por Edwart Ijersman na Paraíba e por Nicolaes Clasen no Cabo de Santo Agostinho, entre outras estudadas por Bruno Miranda.

Deste modo, a abordagem verticalizada dos sujeitos no cotidiano do Brasil holandês e no decurso das guerras pernambucanas tornou possível conhecer nomes e comportamentos variados, prevalecendo o que chamei de ambivalências. A finalidade do trabalho não foi realizar uma espécie de “sociologia da traição”, mas pensar em que medida esta complexa teia de desertores, colaboradores ou espiões explica melhor o cotidiano daquelas guerras do que as versões encomiásticas ou interpretações meramente teóricas da dominação holandesa no Brasil seiscentista.

Assim, as incursões microanalíticas que procurei fazer me permitiram tangenciar a existência de um primeiro nível da prática de espionagem, onde situam-se as “pessoas obscuras e ignoradas, de quem muitas vezes desconhecemos até o próprio nome”¹, nas palavras de Fernando Cortés Cortés. O historiador, analisando a espionagem e a contraespionagem na guerra peninsular, nas guerras da restauração portuguesa, fornece elementos para pensarmos o transplante, para o Brasil, de um sistema de inteligência

¹ CORTÉS CORTÉS, Fernando. *Espionagem e contra-espionagem numa guerra peninsular (1640-1668)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989. p. 16.

militar que, na Europa, dava os primeiros passos. Um aspecto que gostaria de ter desenvolvido mais, com base em autores como Alan Marshall.

Trabalhando com as guerras pernambucanas do açúcar, realizadas em solo colonial, percebemos de maneira mais saliente a prática da espionagem de tipo informal, e menos profissional, documentada por instruções e decretos das metrópoles. No contexto da colônia, foram os altos chefes militares que se ocupavam de tais assuntos, como pudemos perceber quando da confissão do desertor Domingos Fernandes Calabar, cujo Frei Manoel Calado tratou de reportar as informações diretamente para o comandante geral da resistência portuguesa, Matias de Albuquerque.

Igualmente ocorreu com o Supremo Conselho quando recebeu aviso, por parte de um capitão restaurador não identificado na crônica de Calado, a respeito da deserção de soldados da WIC. A atitude tomada pelas autoridades holandesas foi imediatamente espalhar espias pelo Recife para verificar veracidade da denúncia, como narrou Calado. Desta forma, as autoridades preocuparam-se em averiguar a autenticidade da informação antes de utilizá-la.

Neste sentido, a espionagem que chamaríamos de colonial foi matéria da qual se ocuparam os chefes militares. A circulação das informações atesta as atividades de espionagem presentes nas guerras pernambucanas. Dentre estas ações sistematizadas por Cortés Cortés que caracterizam a espionagem peninsular², pudemos identificar, no caso colonial, o registro de informações visuais através das crônicas, função pela qual foi desempenhada sobretudo pelos cronistas, testemunhas oculares do conflito. Além dos cronistas, as cartas também registravam as informações essenciais. É bom lembrar que os holandeses se valeram muito das cartas interceptadas de Matias de Albuquerque, contendo dados sobre as milícias locais, as fortificações de Olinda e Recife e os engenhos de açúcar, para prepararem o ataque a Pernambuco.

Outra atividade largamente utilizada era a captura de notícias através de prisioneiros, como destacou Cortés e Cortés. A este respeito, vimos as coisas pesadas que contou Calabar em confissão a Calado quando fora preso em Porto Calvo, assunto o qual Albuquerque mandou encerrar e o cronista nem ao menos deixou registrado no *Valeroso*

² Cortés Cortés estrutura as atividades de espionagem como métodos usuais para obter informação (a informação visual; as notícias de navegantes e viajantes; as notícias dos prisioneiros; as notícias dos repatriados; os informes de desertores; e a captura de correios) e como método extraordinário ou espionagem organizada (atuação de espões, informantes e confidentes; as atividades praticadas sob intervenção de eclesiásticos; as atividades nas quais há o envolvimento de diplomatas). Ver. CORTÉS CORTÉS, Fernando. *Op. cit.* p. 25-37.

Lucideno, por este motivo Cabral de Mello considerou esta execução sumária como “queima de arquivo”.

Em termos de informações provenientes de prisioneiros repatriados, como chamou Cortés e Cortés, podemos observar que grande parte dos registros do Cadernos do Promotor consultados trataram-se de denúncias realizadas por gente que passou certo tempo como prisioneiro entre os holandeses, razão pela qual a informação é tão valorizada. Foi o caso de Diogo de Coelho Albuquerque, um dos depoentes que denunciou o cristão-novo Baltasar da Fonseca e o judeu novíssimo Vicente Rodrigues Vila Real em 1644, cuja testemunha passara dois anos como prisioneiro entre os holandeses.

Neste sentido, vimos ainda casos de prisioneiros que desertaram, passando a colaborar voluntariamente com o lado oposto. Nestes casos, a quantidade de informação privilegiada que é atravessada é enorme, como aconteceu com Bento do Rego Bezerra, tido por Varnhagen como “o primeiro que de prisioneiro passou a traidor na batalha da Paraíba”. Também foi o caso do jesuíta Manoel de Moraes, quem teria passado a contribuir abertamente com os holandeses quando caiu prisioneiro na Rendição da Paraíba, embora o cronista Joannes de Laet conte versão diferente ao insinuar a deserção voluntária do padre, colaborando para o próprio episódio da rendição.

Outra ação importante foi a desempenhada pelos “línguas”, isto é, intérpretes que serviam de intermediários e acabam tendo acesso à informações privilegiadas. Foi o caso dos brasileiros que seguiram com os holandeses para Amsterdã em 1625 e foram muito úteis na mediação da comunicação entre os tapuias e os flamengos. Também pontuamos a atuação de judeus portugueses como línguas entre os portugueses e os holandeses, como por exemplo Isaac Carvalho que serviu como intérprete na capitulação da guarnição holandesa de Porto Calvo de 1645.

Cortés Cortés mencionou também a atividade de espionagem de captura dos correios, o que foi registrado pontualmente nas fontes coloniais. Assim, tivemos o supracitado caso das cartas interceptadas de Albuquerque, a partir do qual os holandeses puderam se servir de informações sobre o efetivo da resistência. Houve, ainda, a apreensão de cartas, em 1649, que vinham de Angola para o governador da Bahia informando a situação de Luanda, as quais foram decifradas pelo rabino Moisés Rafael de Aguilar, serviço pelo qual o judeu foi pago.

Semelhante serviço foi desempenhado por Aarão de Pina quem decifrou as cartas trazidas junto aos portugueses João Vieira de Alagoas e Francisco Ribeiro, presos, em

maio de 1646. Também foram interceptadas as cartas escritas por Gaspar Dias Ferreira da Holanda para Portugal, motivo pelo qual foi revogada sua naturalização, conduzindo o cristão-novo a ter que sair dos territórios neerlandeses. Desta maneira, percebemos como os holandeses se empenharam neste serviço de interceptação do correio de luso-brasileiros e portugueses, dentro e fora da colônia.

Contudo, a atividade de espionagem que mais se destacou nas guerras pernambucanas foi mesmo a caracterizada por Cortés Cortés como informes de desertores. Como tivemos oportunidade de perceber ao longo deste trabalho, as deserções eram rotineiras e comuns a ambos os lados. O desertor funcionava, nesta lógica, como uma espécie de informante, pois oferece todo o conhecimento que dispõe ao apresentar-se às forças inimigas.

Os desertores são, sem dúvida, os exemplos mais frequentes na pesquisa, desde Calabar, conhecedor das táticas dos exércitos portugueses e dos caminhos da terra, por isso, acusado de ter orientado e guiado as entradas flamengas a partir de 1632, até João Fernandes Vieira, acusado de ter sido informante do conselheiro político Jacob Stachouwer, quando foi trabalhar como feitor de seu engenho a partir da queda do Arraial do Bom Jesus, em 1635. Apesar da constante suspeita sobre o desertor, a informação trazida era sempre valiosa e bem aceita no lado oposto do conflito.

Esta é uma dimensão importante das guerras pernambucanas, que as insere na logística que então se esboçava nas guerras europeias. Uma dimensão que a historiografia internacional tem valorizado nos últimos anos. Somente abordagem micronalítica, como a que esboçamos nesta tese, permite, a meu ver, reconstruir o que poderia ser o transplante, para a colônia, de um sistema que ainda engatinhava na Europa. Esta chave de interpretação merece ser contemplada e tenho mesmo a intenção de seguir esta pista em futuras pesquisas. Na tese ora apresentada, limitei-me a mapear condutas e motivações de indivíduos e/ou grupos, incluindo-me na historiografia brasileira que, nos últimos anos, tem combatido as interpretações ideologizadas do período holandês no Brasil.

Referências Bibliográficas

I – Manuscritos

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

- ANTT, IL, CP 14, Livro 215, fols. 212-213.
ANTT, IL, CP 16, Livro 217, fols. 518-525.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 1-9.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 9v-14.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 24-27.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 65-72.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 73-77v.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 370-370v.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 371-371v.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 371v.-372.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 372v.-373.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 374v.-375.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 375-375v.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 377.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 378-378v.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 378v.-380.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols.380-380v.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 380v.-381.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 381-382v.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 383-384.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 385v.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 388.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 388v.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 391.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 398.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 398v-399.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 399-399v.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 399v-400.
ANTT, IL, CP 19, Livro 220, fols. 401-401v.

ANNT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 402-402v.
ANNT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 403-404.
ANNT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 404-404v.
ANNT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 408v.
ANNT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 409.
ANNT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 409v.
ANNT, IL, CP 19, Livro 220, fól. 411v-412.
ANNT, IL, CP 25, fól. 30-36.
ANNT, IL, CP 26, Livro 225, fól. 213-227.
ANNT, IL, CP 26, Livro 225, fól. 337-343v.
ANNT, IL, CP 26, Livro 225, fól. 376-378.
ANNT, IL, CP 28, Livro 227, fól. 15-18.
ANNT, IL, CP 28, Livro 227, fól. 411-412v.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 107-107v.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 219-220v.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 220v.-221.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 221-222.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 222v.-223v.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 223v.-224.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 224-225.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 225-225v.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 226.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 226v.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 227.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 227v.-228.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 229v.-230.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 236v.-237.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 237-237v.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 238.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 238-238v.
ANNT, IL, CP 29, Livro 228, fól. 248.
ANNT, IL, CP 30, Livro 229, fól. 382-382 v.
ANNT, IL, CP 30, Livro 229, fól. 383 v.
ANNT, IL, CP 30, Livro 229, fól. 384-384v.

ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 384v-385.
ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 386-386v.
ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 386v.-387.
ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 392-393.
ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fols. 393-393v.
ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fól. 398.
ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fól. 399v.
ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fól. 409.
ANTT, IL, CP 30, Livro 229, fól. 409v.
ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fols. 250-252.
ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fols. 256-260.
ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fols. 261-264v.
ANTT, IL, Processo 1770.
ANTT, IL, Processo 2305.
ANTT, IL, Processo 306.
ANTT, IL, Processo 4847.

B) Arquivo Histórico Ultramarino:

AHU, códice 114, fls. 238/239.
AHU, códice 278, fls. 180.
AHU, códice 83, fls. 266/267v.
AHU, códice 83, fls. 269.
Anexo à consulta do Conselho Ultramarino, de 8 julho de 1647. AHU, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3-A.
Carta de Francisco Barreto ao Rei, de 20 de agosto de 1652. AHU, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3.
Carta de Henrique Dias a D. João IV, datada de 1º de agosto de 1650. AHU, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3.
Carta Régia a Henrique Dias, Lisboa, 14 de novembro de 1644. AHU, códice 46, fls. 34v.
Conselho Ultramarino, Brasil, Pernambuco. AHU-ACL-CU-015, Cx. 5, D. 422.
Consulta ao Conselho Ultramarino, Lisboa 16 de novembro de 1657. AHU, códice 46, fls. 84.
Consulta ao Conselho Ultramarino, Lisboa 27 de abril de 1654, AHU, códice 15, fls. 97.
Consulta ao Conselho Ultramarino, Lisboa 6 de agosto de 1657, AHU, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 4.
Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de setembro de 1649, AHU, códice 81, fls. 298/300v.

Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de janeiro de 1651. AHU, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3, código 14, fls. 266/266v.

Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa 7 de março de 1658. AHU, código 46, fl. 105

Denúncia do 'Capelão' ao governador Antônio Teles da Silva, Pernambuco, 5 de Abril de 1636. AHU, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3-A.

Despacho régio de Lisboa, 17 de outubro de 1657. AHU, código 46, fls. 78v./79v.

Despacho Régio, de Lisboa, 8 de fevereiro de 1651. AHU. Código 275. fls. 181.

Despacho Régio, Lisboa 20 de março de 1658. AHU, código 46, fl. 105.

Memória do que se necessita a Capitania de Pernambuco. AHU, papéis avulsos, caixa 3-A.

Provisão Régia de 22 de novembro de 1657. AHU, código 92, fls. 206v.

C) Biblioteca Nacional de Lisboa:

Notas biográficas de Matias de Albuquerque. BNL, Fundo Geral, Doc. do Ms. N° 1555, fls. 326.

Notícia dada ao prudente Sr. Dr. Feliciano Dourado. BNL, Secção de Reservados, Fundo Geral, caixa n° 27, doc. 76.

D) Projeto Monumenta Hyginia:

WIC. *DN de 24 de maio de 1635*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 10 dez. 2017.

WIC. *DN de 24 de janeiro de 1636*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 13 out. 2017.

WIC. *DN de 31 de março de 1636*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 2 dez. 2017.

WIC. *DN de 27 de abril de 1636*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 13 out. 2017.

WIC. *DN de 25 de maio de 1637*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 10 out. 2017. WIC. *DN de 21 de setembro de 1637*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 10 ago. 2017.

WIC. *DN de 30 de dezembro de 1637*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?].PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 2 fev. 2017.

WIC. *DN de 4 de dezembro de 1638*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 10 jan. 2018.

WIC. *DN de 11 de agosto de 1639*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 21 dez. 2017.

WIC. *DN de 26 de novembro de 1639*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 20 out. 2017.

WIC. *DN de 19 de janeiro de 1640*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 25 jan. 2018.

WIC. *DN de 8 de fevereiro de 1641*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 14 dez. 2017.

WIC. *DN de 22 de fevereiro de 1641*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 14 dez. 2017.

WIC. *DN de 12 de março de 1641*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 10 dez. 2017.

WIC. *DN de 21 de junho de 1641*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 5 dez. 2017.

WIC. *DN de 21 de novembro de 1643*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 2 fev. 2018.

WIC. *DN de 9 de fevereiro de 1654*. Trad. e dig. por Marcos Galindo, P.B Galindo, A. Blokland. Recife: LIBER-UFPE, [20_?]. PMH. Coord. Marcos Galindo. Disponível em: <http://150.161.31.241/hyginia/monumenta.jsp> Acesso em 18 out. 2017.

II – Fontes impressas

“Documento 5: Breve Discurso sobre o Estado das Quatro Capitanias Conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638.” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. v. 1. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes / Companhia Editora de Pernambuco, 1981. p. 73-129.

“Das execuções das penas corporais”. In: LARA, Silvia Hunold. (org.) *Ordenações Filipinas, Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, livro V, título 137. p. 484-488.

“Documento 1: Lista do que o Brasil pode produzir anualmente.” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. v. 1. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes / Companhia Editora de Pernambuco, 1981. p. 19-20.

“Documento 2: Uma relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em 1623” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. v. 1. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes / Companhia Editora de Pernambuco, 1981. p. 28-32.

“Documento 4: Inventário, na medida do possível, de todos os engenhos situados ao Sul do rio da Jangada até o rio Una, feito pelo Conselheiro Schott” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. v. 1. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes / Companhia Editora de Pernambuco, 1981. p. 51-71.

“Documento 6: Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau de Alto Conselho (1640)” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês: a administração da conquista*. v. II. 2. ed. Recife: CEPE, 2004. p. 342-344.

“Documento 6: Relatório sobre o estado das Capitânicas conquistadas no Brasil, datado de 10 de dezembro de 1639.” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. v. I. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes / Companhia Editora de Pernambuco, 1981. p. 137-232.

“O Machadão do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil, entre Kees Jansx Schott, recém-chegado daquele país, e Jan Maet, caixeiro de negociante, que também ali esteve com aquele”, 1647. (Traduzido do holandês por Pedro Souto Maior e corrigido por Alfredo de Carvalho), *RIAP*, Recife, vol. xiii, n. 71, mar. 1908, p. 125-170.

“Papéis concernentes a Gaspar Dias Ferreira”, *RIAP*, Recife, n. 32, 1887, p. 73-120.

BARLEUS, Gaspar. *História dos Feitos Recentemente Praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

Breve Notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. *RIHGB*. Tomo 1, 1839.

CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (manuscrito de 1648). 5^a ed. Recife: CEPE, 2004.

Celebração da segunda sessão pública aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 27 de novembro de 1840. *RIHGB*. Tomo 2, 1840. p. 573.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630* (manuscrito de 1644). 2^a ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

DE LAET, Joannes. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636* (original de 1664). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916-25.

Discurso de Joaquim Manoel de Macedo. *RIHGB*. Rio de Janeiro, n. 41, p. 471-506, out.-dez./1978. p. 489.

Extracto das actas das sessões do 2º trimestre de 1847. *RIHGB*. Tomo 9, 1847. p. 286.

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica* (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

HAJSTRUP, Peter Hansen. *Viagem ao Brasil, 1644-1654*. Organização de Benjamin Nicolaas Teensma, Bruno Romero Ferreira Miranda e Lucia Furquim Werneck Xavier. Recife: Cepe, 2016.

JESUS, Frei Rafael de. *Castrioto Lusitano; ou, História da Guerra entre o Brasil e a Holanda, durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela valorosa restauração de Pernambuco e das capitânicas confinantes* (manuscrito de 1675). Paris: J. P. Aillaud, 1844.

LAMEGO, Alberto. “Papéis inéditos sobre João Fernandes Vieira”, *RIHGB*, Rio de Janeiro. t. lxxv, 2ª parte, 1912. p. 22-50.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, 6 (24), jan./1845. p. 381-403.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A rendição dos holandeses no Recife* (Original de 1654). Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1979.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Testamento do general Francisco Barreto de Menezes*. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes / IPHAN, 1976.

MELO, Francisco Manuel de. *Restauração de Pernambuco: Epanáfora triunfante e outros escritos*. Recife: Secretaria do Interior, 1944.

MOREAU, Pierre. *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

NIEUHOFF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* (original de 1682). Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 108-110.

PUDSEY, Cuthbert. *Diário de uma Estada no Brasil* (Original de 1640). Petrópolis: Index, 2001.

RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*. (original de 1677). São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL, 1978.

SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira* (Original de 1655). Recife: Imprensa Oficial, 1943.

SOUTO MAIOR, Pedro. “Fastos Pernambucanos”. *RIHGB*, tomo LXXV, Parte I, Rio de Janeiro, 1913.

III – Obras de referência

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. v. 2. Coimbra: Collégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Dicionário disponível no site do IEB/USP.

GALINDO, Marcos; HULSMAN, Lodewijk (org.). *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês: acervos de manuscritos em arquivos holandeses*. Brasília; Recife: Minc, Projeto Resgate; Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001.

RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do Brasil holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1949.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. v. I. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Dicionário disponível no site do IEB/USP.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IV - Bibliografia

- ABREU, Capistrano de. “Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro” (Original de 1878). In: *Ensaio e Estudos*. 1ª. Série. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931. p. 125-142. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00158110#page/129/mode/1up> Acesso em 28 abr. 2017.
- ABREU, Capistrano de. “Sobre o Visconde de Porto Seguro” (Original de 1882). In: *Ensaio e Estudos*. 1ª. Série. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931. p. 193- 218. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00158110#page/129/mode/1up> Acesso em 28 abr. 2017.
- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial* (Original de 1907). 7. ed. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Identidades étnicas e culturais. Novas perspectivas para a história indígena.” In: ABREU, Marta; & SOIHET, Rachel. (orgs). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: um Lugar de Memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (século XV-XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BODIN, Mirian. *Hebrews of Portuguese Nation: conversos and community in Early Modern Amsterdam*. Indianapolis: Indiana University Press, 1999.
- BOOGAART, Ernst van den. “Infernal Allies: the Dutch West India Company and the Tarairiu – 1631-1654”. In: SIEGEN, J. M. et. al. (Org.) *A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague: The Government Publishing Office, 1979. p. 519-538.
- BOOGAART, Ernst van den. “The servant migration to New Netherland, 1624-1664”. In: EMMER, P. C. *Indentured Labour Before and After Slavery. Comparative Studies in Overseas History*, 7, Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986.
- BOOGAART, Ernst van den; EMMER, P. C. “Colonialism and migration: an overview”. In: *Indentured Labour Before and After Slavery. Comparative Studies in Overseas History*, 7, Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, cultura e representações (1580 – 1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.
- BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. (Original de 1957). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- BRANCO, Mário Fernandes Correia. *‘Para a maior glória de Deus e serviço do Reino’: as cartas jesuítas no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil do século XVII*. 2010. 283p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. José Hygino Duarte Pereira. *Ministros*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=146> Acesso em: 25 jun. 2017.

BREDA, Daniel Oliveira. *Vicus Judearum: os judeus e o espaço urbano do Recife neerlandês (1630-1654)*. 2007. 250p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. “El modo de producción esclavista colonial en America.” In: ASSADOURIAN, C. S. et al. *Modos de producción en America Latina*. 3. ed. Buenos Aires: Cuadernos de Passado y Presente, 1975.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Uma ‘Nova História’?” In: *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 93-117.

CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica.” In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história. Historiografia e Nação no Brasil do século XIX.” *Diálogos*, Maringá/Paraná, v.8, 11-29p., 2004. p. 24.

CEZAR, Temístocles. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul-dez, 2007. p. 172.

CHINCANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. “Os tupis e os tapuias de Eckhout: o declínio da imagem renascentista do índio.” *Revista Varia História*, vol. 24, n. 40, p. 591-612, Belo Horizonte, jul.-dez. 2008.

COHN, Gabriel. (org.) *Sociologia Max Weber – Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 2003.

CORTÉS CORTÉS, Fernando. *Espionagem e contra-espionagem numa guerra peninsular (1640-1668)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

COSTA E SILVA, Alberto da. “A disputa pelo comércio transatlântico”. In: *A manilha e o libambo. A África e a Escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COTRIN, Gilberto. “Capítulo 25: Domínio espanhol e Brasil holandês”. In: *História global: Brasil e geral*. vol. único. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 255-263.

COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. (Original de 1757). Ed. fac-similada. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

DAVIS, Natalie. “Ritos de Violência.” In: *Culturas do Povo – Sociedade e Cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 129 - 56.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. Trad. João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1999.

DOSSE, François. *A História em migalhas*. Tradução Dulce A. Silva Ramos. Campinas/São Paulo: Editora Universidade Estadual de Campinas/Ensaio, 1992.

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. 2: Formação do Estado e Civilização. Tradução Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- ELLIOT, John. Una Europa de Monarquías Compuestas. In: *Espanña en Europa*. Estudios de História Comparada. Universidad De Valência, 2002.
- ENDERS, Armelle. “‘O Plutarco Brasileiro’: A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000. p. 41-62.
- FARIA, Maria Alice de Oliveira. “Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris”, *RIHGB*, Rio de Janeiro, 266, 1965, p. 68-148.
- FAUSTO, Boris. “As invasões holandesas”. In: *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. p. 84-90.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. (Original de 1933.) 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- GALINDO, Marcos (org.). *Viver e Morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2005.
- GARCIA, Elisa Frühauf. “Troca, guerras e alianças na formação da sociedade colonial.” In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v.1, p. 317-355.
- GARCIA, Elisa Frühauf. “Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de ‘amizade’ entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c. 1750-1800)”. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 24, nº 40: p. 613-632, jul-dez 2008.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário.” In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GRUZINSKI, Serge. “Os ‘Títulos primordiais’ ou a paixão pela escrita.” In: *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.” In: Simpósio Nacional DE História, 1997, Belo Horizonte. História e cidadania. *Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP/ ANPUH, 1988. v. 2, p. 471-485. p. 473-474.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional / Sextante Artes, 1999.

- HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca Nogueira de; CATROGA, Fernando. (orgs.) *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- HOLANDA, Chico Buarque de, & GUERRA, Ruy. *Calabar: O elogio da traição*. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (Original de 1936). 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HULSMAN, Lodewijk. “Índios do Brasil na República dos Países Baixos: As representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656.” *Revista de História*, USP, n. 154, 1º - 2006: 37-69.
- ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic. Its Rise, Greatness and Fall, 1477-1806*. Oxford: Clarendon University Press, 1995.
- KAPLAN, Yosef. Judíos Nuevos en Amsterdã. Estudio sobre la história social y intelectual del judaísmo sefardí em siglo XVII. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.
- LABORIE, Pierre. “1940-1944. Os franceses do pensar-duplo.” In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. v.1 Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 3v. p. 31-44. p. 40-41.
- LIMA, Lana Lage da Gama. *A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil Colonial*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990. (Tese de doutorado).
- LIPINER, Elias. *Terror e Linguagem. Um Dicionário da Santa Inquisição*. (Original de 1977) Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- LOPES, Juliana. A visibilidade do primeiro Camarão no processo de militarização indígena na Capitania de Pernambuco no século XVII. *Revista Antropológicas*, ano 9, volume 16 (2), 2005, p. 133-152.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária*. (original de 1861-5). 10. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Garnier, 1907. p. 3-12.
- MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. *Equus Rusus: a Igreja Católica e as guerras neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. 2010. 3v. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, 2010. v. 1.
- MARSHALL, Alan. *Intelligence and Espionage in the Reign of Charles II, 1660-1685*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- MATTOS, Hebe. “Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico português.” In: *XXIV Simpósio Nacional de História*, Associação Nacional de História, 2007.
- MATTOS, Hebe. “Guerra Preta”: culturas políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *Na trama das redes: política e negócios no Império Português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v.1, p. 433-457.
- MÉCHOULAN, Henry. *Dinheiro e Liberdade. Amsterdã no Tempo de Spinoza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

- MELLO, Evaldo Cabral de. (org.) *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil Holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. (Original de 1989). 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. “A situação do negro sob o domínio holandês”. In: FREYRE, Gilberto. *Novos Estudos Afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. p. 201-221.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *D. Antônio Filipe Camarão: capitão-mor dos índios da costa do Nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manoel Calado do Salvador. Religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua Santidade, cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. (Original de 1989) 2. ed. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1996.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias. Governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço da Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- MENDES, Caroline Garcia. A correspondência administrativa do governador-geral Francisco Barreto de Meneses (1657-1663). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.
- MENESES, Luís de. “Batalha de Montijo”. In: *História de Portugal Restaurado*, vol. II. (Coleção Biblioteca Histórica - Série Régia). Porto: Livraria Civilização, 1945. p. 56-70.
- MEUWESE, Mark. *For the Peace and Well Being of the Country: intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Netherlands and Dutch Brazil, 1600-1664*. Tese PhD., University of Notre Dame, EUA, 2003.

- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014.
- MONTEIRO, John. “Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios”. In: NOVAES, Aduino (org.) *A Outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MONTEIRO, John. “Entre o Etnocídio e a Etnogênese. Identidades Indígenas Coloniais.” In: *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Departamento de Antropologia. IFCH-UNICAMP, 2001. p. 53-78.
- MORÁN, Manuel; ANDRÉS-GALLEGO, José. “O Pregador” In: VILLARI, Rosário. (org.). *O Homem Barroco*, tradução Maria Jorge Villar de Figueiredo. São Paulo: Editorial presença, 1995.
- MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico II*. São Paulo: SENAC, 2001.
- MOTT, Luiz. “Sodomia não é heresia: dissidência moral e contracultura”. in: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno e LAGE, Lana (orgs.). *Inquisição em Xequê*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.
- NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O “desconforto da governabilidade”: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. 2008. 319p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *O Seminário de Olinda: educação, cultura e política nos tempos modernos*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1984. (Dissertação de Mestrado).
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- PAIVA, José Pedro. *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- PIMENTA, Belisário. *Matias de Albuquerque: notas para uma biografia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- PROSPERI, Adriano. “O Missionário”. In: VILLARI, Rosário. (org.). *O Homem Barroco*, tradução Maria Jorge Villar de Figueiredo. São Paulo: Editorial presença, 1995.
- PROST, Antoine. “Os conceitos.” In: *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 115-131.
- PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte. A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RAMINELLI, Ronald. “Élite negra en sociedad esclavista: Recife (Brasil) c. 1654-1744”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, v. 11, p. 45-67, 2011.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Edusp/Fapesp, Jorge Zahar, 1996.

- RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- RIBAS, Maria Aparecida Barreto. *O leme espiritual do navio mercante: a missionação calvinista no Brasil Holandês*. Tese de doutorado em História defendida pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil, curso superior* (Original de 1900). 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1901.
- SANCHEZ, Edney C. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. São Paulo/Campinas: IEL/Unicamp, 2003. Dissertação de Mestrado.
- SCHALKWIJK, Frans Leonard. “Índios protestantes no Brasil Holandês.” *História Viva*. Nº 04. Ed. Duetto. São Paulo, 2004.
- SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Por que, Calabar? O motivo da traição*. Holanda: Appleodoorn, 2000.
- SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCHWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 1999.
- SCHWARTZ, Stuart. “Rethinking Palmares: Slave Resistance in Colonial Brazil”. In: *Slave, Peasants, and Rebels. Reconsidering Brazilian Slavery*. Chicago: University of Illinois Press, 1992. p. 103-136.
- SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo. “Capítulo 40: As invasões holandesas”. In: *História: volume único*. São Paulo: Ática, 2005. p. 222-226.
- SILVA, Kléber Clementino. *Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul*. 2016. 277p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.
- SILVA, Leonardo Dantas. *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654*. (Original de 2005) 2. ed. rev. e ampl. Recife: Caleidoscópio, 2011.
- SILVA, Marco Antônio Nunes da. *O Brasil holandês nos Cadernos do Promotor: inquisição de Lisboa, século XVII*. 2003. 393p. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2003.
- SINDER, Valter. “A Reinvenção do Passado e a Articulação de Sentidos: o Novo Romance Histórico Brasileiro.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000. p. 253-264.
- SOUTO MAIOR, Pedro. “A missão de Antônio Paraupaba ante o governo holandês”. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. XXVI: 72-82, 1912.
- SOUTO MAIOR, Pedro. “Dois índios notáveis e parentes próximos – Pedro Poty e Philippe Camarão.” *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. XXVI, 1912.
- TEENSMA, B. N. (org.). *Brasil Holandês*, 3 v. Rio de Janeiro: Index, 1999.

- VAINFAS, Ronaldo ... [et. al.]. “6: A União Ibérica e o Brasil holandês”. In: *História: volume único*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 274-250.
- VAINFAS, Ronaldo. “Antônio Vieira e o ‘negócio do Brasil’: derrotismo pragmático e estratégia política.” In: AZEVEDO, Silva Maria; RIBEIRO, Vanessa Costa. (org.) *Vieira: vida e palavra*. 1. ed. São Paulo: Pateo do Collegio – Edições Loyola, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 127-162.
- VAINFAS, Ronaldo. “O Plano para Bom Governo dos Índios: um jesuíta a serviço da evangelização calvinista no Brasil Holandês.” *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica* – n. 27-2, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. (original de 1871). 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. (Original de 1854.) 9. ed. 5 vol. São Paulo; Brasília: Melhoramentos; INL, 1975.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 246.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial Orgânico que à consideração das assembleias gerais e provinciais do Império, apresenta um brasileiro*. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia (coord.) Francisco Adolfo de Varnhagen. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 202-316.
- VIEIRA, Daniel de Souza Leão. *Topografias Imaginárias: a paisagem política do Brasil holandês em Frans Post, 1637-1669*. 2010. 365p. Tese (Doutorado em Humanidades) Universidade de Leiden, Faculdade de Humanidades, 2010.
- VIRAÇÃO, Francisca Jaquelini de Souza. “A Igreja Potiguara: a saga dos índios protestantes no Brasil Holandês”. *Revista Historiar*, ano II, n. 1, 2010.
- WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil. Um capítulo da história colonial do século XVII*. (Original de 1938). 3ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.
- WEBER, Max. “Sociologia da Religião”. In: *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. v.I. São Paulo: Editora UNB, 2004.
- WEHLING, A. “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.” *RIHGB*, Rio de Janeiro, n.338, 1983, p.7-16
- ZUMTHOR, Paul. *A vida quotidiana na Holanda no tempo de Rembrandt*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.